ESE POLITÉCNICO DO PORTO

Maria Margarida Ferreira da Silva

Impacto da Avaliação Externa (AEE) em dois Agrupamentos da área concelhia do Porto: Um estudo exploratório baseado em análise documental

MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO - Especialização em Administração de Organizações Educativas

junho 2017

ESE POLITÉCNICO DO PORTO

Maria Margarida Ferreira da Silva

Impacto da Avaliação Externa (AEE) em dois Agrupamentos da área concelhia do Porto: Um estudo exploratório baseado em análise documental

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

MESTRE EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO- Especialização em Administração de Organizações

Orientação

Prof.ª Doutora Paula Cristina Romão Pereira

MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO -Especialização em Administração de Organizações Educativas

junho 2017

“ A finalidade da avaliação e a origem da sua exigência é a melhoria da prática levada a cabo nas escolas.

A avaliação não constitui um simples apêndice, um adorno, um acrescento colocado no final do processo, se houver tempo, oportunidade e vontade. Também não constitui um fim em si mesma. Não se avalia por avaliar, ou para avaliar, mas para melhorar a qualidade da prática educativa…. Por tudo isto (…) considero surpreendente e preocupante que, até hoje, ainda se não tenha levado a cabo uma avaliação surgida espontaneamente da necessidade de conhecer e de melhorar, inerente à dinâmica de planificação, intervenção e mudança ”

Santos Guerra (2002). Como num espelho – avaliação qualitativa das escolas

AGRADECIMENTOS

A entrega desta dissertação, encerra o 2º ciclo de um percurso de formação pós-graduada com início em 2015, para a aquisição do grau de mestre em Estudos Profissionais Especializados em Educação. Assim, nesta fase final do curso, quero agradecer a todos os que me acompanharam e incentivaram neste percurso académico.

Em primeiro lugar, quero manifestar o meu apreço e gratidão à minha orientadora, Professora Doutora Paula Cristina Romão, por todo o apoio e motivação e ainda, pelas suas críticas construtivas (*feedback* motivador), pela gentileza, boa disposição e convívio saudável.

Ao Professor Doutor Fernando Luís Diogo, pela aprendizagem que me proporcionou, e pela forma como, tão bem, soube ilustrar o quotidiano da vida nas escolas e, as suas lógica de ação…

A todos os professores deste mestrado, que tornaram possível a realização deste trabalho.

Agradeço, também aos meus familiares e amigos pela motivação na concretização deste projeto de formação pessoal e profissional.

Por último, mas não menos importante,

À Escola Superior de Educação do Porto (ESE),

A todos,
o meu obrigada.

RESUMO

As escolas, enquanto sistemas sociais, estão em constante processo de mudança e adaptação aos contextos em que se inserem e, nesse sentido, como refere Azevedo (2005, p. 16), são sempre "muito mais complexas do que os instrumentos de que dispomos para as avaliar". No entanto, podemos "sempre tentar", iniciar um processo de melhoria, em que se exige capacidade de adaptação à "aprendizagem". Neste sentido, surge a importância da avaliação externa das escolas (AEE) e a necessidade de averiguar a efetividade da sua ação na promoção da melhoria do sistema educativo e das escolas enquanto "unidades críticas" desse mesmo sistema.

Ao nível metodológico, optamos por um estudo qualitativo, focado em pesquisa e análise documental e o objeto de estudo, direcionou-se para a compreensão do processo de melhoria das escolas, após terem sido sujeitas à avaliação externa, visando assim contribuir para o conhecimento do "*impacto da avaliação externa em dois agrupamentos da área concelhia do Porto".*

A análise sustentou-se na recolha de informações constantes dos relatórios de avaliação externa, elaborados pela Inspeção- Geral da Educação e Ciência (IGEC) e dos documentos elaborados pelos Agrupamentos de escolas, tendo por objetivo reunir informação que possibilitasse detetar mudanças na organização pedagógica e nos respetivos processos de autoavaliação, bem como no planeamento das ações de melhoria subsequentes ao Programa de Avaliação Externa (AEE).

Os resultados evidenciam a mais-valia da articulação entre as duas avaliações (interna/externa) e, desta última, enquanto instrumento ao serviço da melhoria da "qualidade da educação" e da "melhoria da eficácia das escolas".

Palavras-chave: avaliação; avaliação externa; autoavaliação; melhoria; qualidade.

ABSTRACT

Schools, as social systems are constantly changing and adapting to the contexts in which they are inserted and, as Azevedo (2005, p. 16) points out, are always "far more complex than the instruments at our disposal to evaluate them". However, we can "always try", start a process of improvement, which requires adaptability to "learning." In this sense, the importance of the external evaluation of schools (AEE) arises and also the need to investigate the effectiveness of its action in promoting the improvement of the education system and schools as "critical units" of this same system.

At the methodological level, we opted for a qualitative study, focused on research and documentary analysis, and the object of study, was directed to the understanding the process of improvement of schools, after having been subjected to external evaluation, in order to contribute to the knowledge of the "*Impact of external evaluation on two groups of the urban area of Porto*".

The analysis was based on the collection of information contained in the external evaluation reports prepared by the General Inspection of Education and Science (IGEC) and the documents prepared by the School Groups, with the purpose of gathering information that could detect changes in the pedagogical organization and In their respective self-assessment processes, as well as in the planning of subsequent improvement actions to the External Evaluation Program (AEE).

The results show the added value of the articulation between the two evaluations (internal / external) and of the latter, as an instrument to improve "quality of education" and "improvement of school effectiveness".

Keywords: assessment; external evaluation; self-assessment; improvement; quality

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS……..III

RESUMO…… V

ABSTRACT…… VII

Índice geral……..VII

Índice de quadros…… X

Índice de apêndices……XII

Índice da compilação de apêndices – em cd-rom (Volume II)…… XIII

Lista de siglas e acrónimos…… XV

INTRODUÇÃO…… 1

1.1. Organização da dissertação…… 3

1.2. Definição do Problema…… 4

1.3. Objetivos do estudo e questão de partida…… 8

CAPÍTULO I – Enquadramento Teórico- Concetual…… 11

2. Avaliação Institucional…… 11

2.1. A avaliação como mecanismo de "pressão" no sentido da qualidade…… 11

2.1.1. Compreendendo a centralidade da avaliação no contexto Europeu……13

2.1.2. A avaliação como instrumento político e regulador…… 15

2.1.3. O papel das agências internacionais, na regulação dos sistemas educativos nacionais……16

2.1.4. Avaliação: *accountability* ou prestação de contas?..... 19

2.2. Autonomia, conceitos e lógicas…… 21

2.3. Enquadramento jurídico e normativo da avaliação……25

2.4. Avaliação das Escolas…… 29

2.4.1. Avaliação: O que é?.....30

2.4.2. Objetivos e finalidades da avaliação……33

2.4.3. Avaliação Externa…….. 34

2.4.4. Avaliação interna e autoavaliação……. 36

2.5. Projetos e experiências de avaliação em Portugal…….. 40

2.6. Avaliação externa e melhoria da eficácia das escolas…….. 42

2.6.1. A melhoria da eficácia das escolas……43

2.6.2. A escola como "Organização Aprendente"……..47

2.7. Planos de Melhoria……50

2.7.1. A avaliação como instrumento de inovação, mudança ou melhoria educativa?..... 52

2.7.2. Desenvolvimento organizacional das Escolas…… 55

CAPÍTULO II – Metodologia da Investigação…… 57

3. Plano da investigação……57

3.1. Campo de estudo…… 58

3.2. Tipo de estudo…….. 59

3.3. Técnicas de recolha, organização e tratamento de dados……. 60

3.4. Caraterização dos Agrupamentos…… 62

3.4.1. Agrupamento A1……62

3.4.2. Agrupamento A2……65

3.5. Fontes Documentais selecionadas para a análise…… 67

CAPÍTULO III – Apresentação e análise dos dados…….. 69

4. Metodologia…… 69

4.1. Análise de conteúdo…… 71

4.2. Análise das mudanças ocorridas nos Agrupamentos após o 1º ciclo de avaliação externa…….. 75

4.2.1. Agrupamento A1……75

4.2.2. Análise das Mudanças na dimensão "Resultados"……77

4.2.3. Análise das Mudanças na dimensão "Prestação do serviço educativo…… 79

4.2.4. Análise das Mudanças na dimensão "Liderança e Gestão"……81

4.2.5. Análise das Mudanças na dimensão "Autoavaliação e melhoria"…….. 84

4.2.6. Agrupamento A2…… 87

4.2.7. Análise das Mudanças na dimensão "Resultados"……89

4.2.8. Análise das Mudanças na dimensão "Prestação do serviço educativo"……. 90

4.2.9. Análise das Mudanças na dimensão "Liderança e Gestão"…… 93

4.2.10. Análise das Mudanças na dimensão "Autoavaliação e melhoria"……96

4.3. Planeamento das ações de melhoria após a avaliação externa……..98

4.3.1. Agrupamento A1…… 99

4.3.2. Agrupamento A2…… 99

4.4. Discussão dos resultados……100

Conclusões…… 113

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Dimensões de um modelo de accountability 21

Quadro 2: Síntese do posicionamento da autoavaliação face à avaliação externa 38

Quadro 3: Síntese das relações e diferenças entre escolas eficazes e melhoria da escola 45

Quadro 4: Relações entre reforma, mudança, inovação e melhoria 53

Quadro 5: Adequação das estratégias de melhoria, ao tipo de escola 55

Quadro 6: Dados do contexto do Agrupamento A1 64

Quadro 7: Dados do contexto do Agrupamento A2 66

Quadro 8: Documentos consultados do Agrupamento A1 67

Quadro 9: Documentos consultados do Agrupamento A2 68

Quadro 10: Comparação dos Campos e fatores da AEE no 1º e 2º ciclos 70

Quadro 11: Grelha de análise de conteúdo dos Relatórios de Avaliação Externa 72

Quadro 12: Dimensão " Prestação do serviço educativo" (A1) 80

Quadro 13: Dimensão "Liderança e Gestão" (A1) 82

Quadro 14: Dimensão " Autoavaliação e melhoria" (A1) 84

Quadro 15: Dimensão " Prestação do serviço educativo" (A2) 92

Quadro 16: Dimensão " Liderança e Gestão" (A2) 94

Quadro 17: Dimensão "Autoavaliação e melhoria" (A2) 97

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição das asserções (unidades de registo), destacadas do relatório de AEE (2007) relativas às categorias Pontos Fortes e Pontos fracos, por Dimensão. 76
Gráfico 2: Distribuição da percentagem de asserções (unidades de registo) destacadas do relatório de AEE (2013) por Dimensão e Categoria 77
Gráfico 3: Distribuição da percentagem de asserções (unidades de registo) destacadas do relatório de AEE (2009) por Dimensão e Categoria. Fonte: IGEC 2009/2010 88
Gráfico 4: Distribuição da percentagem de asserções (unidades de registo) destacadas do relatório de AEE (2013) por Dimensão e Categoria. Fonte: IGEC 2012/ 2013 89

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice A –……119
Projetos e Experiências de avaliação em Portugal

ÍNDICE DA COMPILAÇÃO DE APÊNDICES – EM CD-ROM (VOLUME II)

Apêndice B -……..6

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A1(RA1)

Dimensão 1" Resultados" (RA1-RES)…….6

Dimensão 2 " Prestação do Serviço Educativo" (RA1-PSE)……..11

Dimensão 3 "Liderança e Gestão" (RA1- LEG)……..17

Dimensão 4 "Autoavaliação e Melhoria" (RA1-AAM)……..23

Apêndice C - ……27

Grelha analítica do Plano de Melhoria do Agrupamento A1……28

Apêndice D -……32

Grelha analítica do Projeto Educativo do Agrupamento A1……..33

Apêndice E -……36

Grelha analítica de síntese das ações de melhoria do Agrupamento A1

Dimensão 1 "Resultados"……37

Dimensão 2 "Prestação do Serviço Educativo"……39

Dimensão 4 "Autoavaliação e Melhoria"……40

Apêndice F-……..41

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A2

Dimensão 1" Resultados" (RA2-RES)……..42

Dimensão 2 " Prestação do Serviço Educativo" (RA2-PSE)……..48

Dimensão 3 "Liderança e Gestão" (RA2- LEG)……..55

Dimensão 4 "Autoavaliação e Melhoria" (RA2-AAM)……..63

Apêndice G -……..67

Grelha Analítica do Plano de Melhoria do Agrupamento A2……68

Apêndice H- ……..73

Grelha analítica do Projeto Educativo do Agrupamento A2…….74

Apêndice I- …….78

Grelha Analítica do Relatório de Autoavaliação do Agrupamento A2……..79

Apêndice J - ……83

Grelha Analítica de Síntese das ações de Melhoria do Agrupamento A2

Dimensão 1 "Resultados"……84

Dimensão 2 "Prestação do Serviço Educativo"……87

Dimensão 4 "Autoavaliação e Melhoria"……90

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAM – Autoavaliação e melhoria

AE-Avaliação Externa

AEE – Avaliação Externa das Escolas

CNE – Conselho Nacional de Educação

DPA – Documentos Públicos dos Agrupamentos

Eurydice- *Efective School Self-Evaluation Euridyce – Key Data on Education in Europe*

GT – Grupo de Trabalho

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

IGE – Inspeção-Geral da Educação

IGEC – Inspeção-Geral da Educação e Ciência

INES- Indicadores Internacionais do Sistema Educativo

LEG – Liderança e Gestão

MEC – Ministério da Educação e Ciência

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PE – Projeto Educativo

PEPT- Programa de Educação Para Todos

PISA –*Programme for Internacional Student Assessment*; coordenado e lançado pela OCDE em 1977

PM – Plano de Melhoria

PSE – Prestação do Serviço Educativo

RAA – Relatório de Autoavaliação

RAAG- Regime de Autonomia Administração e Gestão das Escolas

RES – Resultados

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

UNESCO -Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado que se apresenta, tem como área temática as políticas educativas e a sua problemática incide na Avaliação Externa das Escolas (AEE). A perspetiva adotada na investigação, tem por principal foco de análise, a compreensão do processo evolutivo de dois agrupamentos de escolas, após terem sido sujeitos ao programa de avaliação externa (AEE), conduzido pela atual Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC)[1].

O nosso interesse pela avaliação institucional, emergiu ao longo da frequência do curso de Especialização na área da Administração das Organizações Educativas. Além disso, a avaliação das escolas, ao configurar-se como uma etapa fundamental no ciclo de planeamento e gestão, através da informação que mobiliza, relativamente às áreas mais fragilizadas e que, exigem uma intervenção prioritária e, às áreas potenciais em que vale apostar, corresponde também a uma tendência atual no sentido da regulação dos sistemas sociais e da validação da sua atividade.

Em matéria de avaliação de escolas, a mudança nos novos modos de regulação por parte do Estado, corresponde em vários países, a uma tendência numa lógica determinante na definição das políticas educativas, baseada na descentralização da gestão. Assim, o acréscimo de autonomia atribuída à escola, a escassez dos recursos financeiros do Estado, a pressão pública exercida sobre as instituições educativas para melhorar o serviço prestado e, os resultados da investigação sobre a melhoria da eficácia escolar,

[1] A Inspeção-Geral da Educação e Ciência, denominada de IGEC, é um serviço central do Ministério da Educação e Ciência, que possuí autonomia técnica e administrativa e competências de auditoria e de controlo do funcionamento do sistema educativo, assim como de apoio técnico às escolas, e de zelo pelos interesses de toda a comunidade escolar (Sitio oficial da IGEC)

constituem os fatores determinantes nos novos desafios da qualidade que se propõem atualmente às escolas e na definição dessas mesmas políticas. Enquanto instrumento de regulação, a avaliação externa das escolas inscreve-se numa lógica de legitimação da atividade das escolas.

A lei 31/2002[2], de 20 de dezembro, instituiu de forma inequívoca o sistema de avaliação dos estabelecimentos de ensino não superior, e desafia as escolas a desenvolverem a autoavaliação, com o objetivo de se questionarem, sobre a forma como se organizam e se mobilizam para melhorar a qualidade do serviço educativo que prestam. Esta preocupação com a avaliação, por parte da tutela, decorre de dois aspetos essenciais: o primeiro aspeto de caráter interno, visa o desenvolvimento organizacional das escolas e a melhoria do processo de ensino/ aprendizagem. O segundo aspeto, prende-se com a necessidade de, garantir a credibilidade do sistema e do desempenho das organizações educativas, tendo por referência padrões nacionais e internacionais. Além disso, e valorizando ambos os aspetos, é necessário promover a recolha de informação pertinente sobre a qualidade dos sistemas, da sua organização e, da sua eficácia e eficiência, por forma a criar mecanismos formais de prestação de contas que permitam a autorregulação dos processos.

Por conseguinte, a institucionalização da avaliação das escolas, tornou-se um imperativo do governo português ao serviço quer, da melhoria da qualidade da educação quer do serviço prestado pelas escolas, exigindo assim, por parte do sistema educativo, a conceção de um novo modelo de avaliação, orientado por "uma filosofia de avaliação global do desempenho das escolas", por oposição ao anterior modelo de inspeção "fragmentado", que se concretizava essencialmente, através de ações de acompanhamento, controlo e verificação da conformidade (Clímaco, 2010, p. 14-15).

---

[2] A lei 31/2002 de 20 de dezembro aprova o sistema de avaliação das instituições de ensino não superior.

1.1. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em três capítulos. No 1º capítulo, *Enquadramento teórico- conceptual*, apresentamos o enquadramento teórico do estudo com foco nas teorias e autores, que consideramos relevantes para clarificar e explicar os conceitos diretamente relacionados com a problemática e o campo de estudo. Assim, consideramos fundamental para delimitar a problemática deste estudo, aprofundar conceitos relacionados com, a avaliação Institucional, a avaliação das escolas, o sistema de avaliação interna e externa consagrado em Portugal e a melhoria da eficácia das escolas.

No 2º capítulo, *Metodologia da investigação*, apresentamos de forma pormenorizada o plano de investigação, tendo em consideração os objetivos, as técnicas de recolha e tratamento de dados e, o campo de estudo.

Por fim, no 3º capítulo, *Apresentação e análise dos dados*, apresentamos o estudo e analisamos os dados recolhidos para os dois Agrupamentos de escolas da amostra. Os dados estão organizados em quatro dimensões: i) Resultados (RES); ii) Prestação do Serviço Educativo (PSE); iii) Liderança e Gestão (LEG) e, iv) Autoavaliação e Melhoria (AAM). A cada dimensão estão atribuídas várias subcategorias de análise. Além disso, para todas as subcategorias, foram consideradas duas categorias principais de análise e sistematização, dos dados extraídos dos relatórios. A categoria, *Pontos Fortes* (asserções positivas) e a categoria, *Pontos fracos* (asserções negativas). Seguem em apêndice (em formato digital CD- ROM), as grelhas de análise de conteúdo.

A dissertação termina com a apresentação da *Discussão dos resultados* e, as *Conclusões* do estudo.

1.2. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Nos países europeus de tendência centralizada, a reestruturação do papel do Estado tem conduzido no campo da educação, à criação de políticas de promoção de descentralização e de autonomia das escolas, acompanhadas por políticas de reforço de avaliação externa das escolas e de mecanismos de concorrência. De acordo com Afonso (2000, p. 212) estas políticas permitem aumentar a pressão sobre as escolas e criar mecanismos externos, de incentivo à melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas escolas. A melhoria da qualidade da educação, é assim, um objetivo que se inscreve nas prioridades das políticas educativas da generalidade dos países da União Europeia, através do desenvolvimento de várias iniciativas, entre elas, os sistemas de monitorização da qualidade, e a avaliação das escolas (CNE,2002 prefácio, p.1).

Segundo Clímaco (2005, p. 43-45), esta crescente centralidade da qualidade e, da avaliação dos sistemas, ganhou relevo na educação com base na falência da maior parte das reformas educativas e nas críticas ao "desperdício" na educação, resultando assim deste modo e em grande parte do impacto dos processos de globalização e da crescente dependência das agências internacionais na redefinição das políticas públicas nacionais.

De acordo com Dias (2005, p. 16), com a assinatura do tratado de Maastricht em 7 de fevereiro de 1992, a União Europeia assume a obrigação de "fomentar a cooperação entre os estados-membros, no domínio educacional assim como incentivar a qualidade escolar". Neste contexto, e no âmbito do programa Sócrates, foi lançado em 1997-1998, um projeto-piloto em dezoito países entre os quais Portugal, para a – Avaliação da Qualidade na Educação Escolar. Os países envolvidos nesta iniciativa, fizeram um alerta às escolas da comunidade através da "Declaração da Conferência de Viena", no sentido de instar estes territórios à melhoria e à utilização da autoavaliação no planeamento estratégico dos respetivos estabelecimentos.

Em Portugal, só a partir dos anos noventa, a questão da qualidade na educação, se traduziu num objetivo prioritário da política educativa. O discurso da qualidade assumiu então, um tema recorrente e mobilizador nos mais variados setores da sociedade em geral e dos atores diretamente envolvidos, como explicação para a melhoria do sistema e para a correspondente necessidade de mudança. Assim, a primeira questão que urge clarificar é a de compreender, "o que se entende por qualidade"?

Nos textos normativos, a "qualidade" é vista como um conceito explicitamente formulado através de duas variáveis: Eficiência e Eficácia, e estas duas variáveis, aparecem associadas a vários documentos reguladores da gestão das escolas e de projetos, (Clímaco, 2005, p. 54). No domínio da avaliação das escolas, esta associação aparece de forma clara no normativo que regula o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, consubstanciado na Lei 31 / 2002, de 20 de Dezembro, no qual se explicita no seu artigo nº 3, que a avaliação é " um instrumento central de definição de políticas educativas" e visa "promover a melhoria do sistema educativo, da sua organização e dos seus níveis de eficiência e eficácia". De acordo com a mesma autora, a avaliação nesta perspetiva, passa a ser vista como uma estratégia de inovação e de melhoria e, por isso, "tende a tornar-se um instrumento de fazer política, perdendo o seu caráter, quase exclusivo de fazer controlo" torna-se a "expressão da democratização do sistema político (Clímaco, 2005, p. 55).

A qualidade na educação, não sendo um conceito unívoco nem explícito, torna-se uma perceção comum, que se baseia nas caraterísticas subjacentes à sua condução, e na justificação de algumas políticas como: i) "igualdade de oportunidades"; ii) "recursos humanos e equipamentos educativos"; iii) "qualificação de todos os envolvidos no processo educativo"; iv) "avaliação dos alunos e orientação escolar" (Clímaco, 2005, p. 53).

Nas duas últimas décadas, a avaliação em Portugal, tem vindo a ser reconhecida como um instrumento decisivo na melhoria da qualidade da educação, com uma dupla utilidade, que se consubstancia em duas vertentes: uma de caráter e modo interno e outra de caráter externo. A primeira, verifica-se na informação produzida e no envolvimento dos diferentes atores diretos (professores, pais, alunos, diretores) através do apoio que presta na reflexão sobre a ação e sobre a organização. A segunda na perspetiva da sua utilidade externa, como informação à sociedade do serviço educativo prestado, (resultados, qualidade, custos e funcionamento) (Clímaco, 2005).

Avaliação e qualidade, são assim, dois conceitos associados, que se inscrevem, nas novas prioridades da política educativa e fazem parte de alguns programas em vários países nomeadamente, Portugal, Dinamarca, Holanda e Espanha, onde esta preocupação tem levado ao desenvolvimento de projetos de avaliação e gestão da qualidade.

No âmbito da Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE), esta constitui também uma questão prioritária na qual, Portugal participa, como por exemplo através do Programa INES – (Indicadores Internacionais do Sistema Educativo) (Ambrósio, CNE 2002, p. 19-25), destacando-se várias produções neste domínio, o relatório, "O Estado da Arte da Avaliação Educacional em Portugal" (1999), o PEPT (Programa de Educação Para Todos), o Plano de Autoavaliação das Escolas e o Observatório da Qualidade, o OPES- (Observatórios Permanentes do Ensino Básico e Secundário) e o Gave- (Provas de Aferição do Básico). Contudo, apesar de a avaliação ser uma obrigação inscrita nomeadamente na Lei de Bases, no seu artigo 4º), é o novo "enquadramento geopolítico da educação no contexto da União Europeia" que lhe dá a "relevância atual", uma vez que, a avaliação da qualidade da Educação, sendo um imperativo constitucional torna-se assim, um "imperativo da construção Europeia" (Ambrósio, 2002, p. 19-25).

Em síntese, o atual quadro de "autonomia" dos serviços públicos e das escolas em particular, releva a necessidade de acompanhar os processos gestionários com dinâmicas "rigorosas de avaliação e de prestação de contas"

(Azevedo, 2002, p. 8). Neste sentido, as escolas, estão obrigadas a desenvolver instrumentos de avaliação em consonância com o quadro legal, alinhados com os objetivos da avaliação externa, da qual é responsável a IGEC.

Por conseguinte, e na perspetiva do nosso trabalho de investigação, o que importa perceber é, de que modo a avaliação externa (AEE), ao centrar-se nos processos e no envolvimento dos seus participantes, tendo por referenciais, valores sociais e educativos, ao serviço da melhoria do seu desempenho, produz impacto na organização interna do quotidiano das escolas, e na melhoria do processo de ensino e aprendizagem (Afonso, 2010, p.351; Pacheco, 2010).Além disso, a dinamização de um processo de autoavaliação coerente e sustentado, que produza planos de melhoria eficazes, com impacto na melhoria das práticas educativas e nos resultados escolares, implica a participação de outros elementos da comunidade educativa, para além dos órgãos de gestão e pedagógicos da escola.

Ora, sendo a sociedade cada vez mais exigente com a escola e o papel social que ela desempenha, não podemos ignorar uma variável de processo da organização, com uma dimensão que atinge toda a comunidade educativa e com reflexos na qualidade e eficácia do sistema, evidenciados na qualidade das aprendizagens e no sucesso educativo dos alunos.

A avaliação das escolas é assim, uma problemática pertinente para o campo da administração educacional, pelo atual protagonismo que ela ocupa quer, ao nível das atuais políticas públicas de educação como instrumento regulador e de controlo dos sistemas, na perspetiva da prestação de contas e de monitorização do desempenho, quer ao nível da melhoria da qualidade do funcionamento das organizações educativas.

1.3. OBJETIVOS DO ESTUDO E QUESTÃO DE PARTIDA

O estudo de investigação aplicada ao contexto profissional que se apresenta, tem por tema, a avaliação das escolas. Este tipo de atividade sendo recente em Portugal, justifica-se pela necessidade de "fomentar nas escolas uma interpelação sistemática sobre a qualidade das suas práticas e dos seus resultados" e a importância de, "reforçar a capacidade das escolas para desenvolverem a sua autonomia" (IGEC, citado por Afonso, 2010, p. 345).

Neste sentido, com este estudo pretendemos investigar em que medida, o programa de avaliação externa (AEE) conduzido pela IGEC, produziu impacto na organização dos Agrupamentos da amostra e no desenvolvimento de processos sistemáticos de autoavaliação, e tendo ainda como objetivo geral, contribuir para a reflexão sobre a importância e contributo da avaliação externa (AEE), na melhoria contínua das escolas.

Na tentativa de contextualizar a resposta, desdobrámos o objetivo geral em vários objetivos específicos, que passamos de seguida a descrever:

i) Averiguar as alterações produzidas, no processo de autoavaliação das escolas, após o 1º ciclo de avaliação externa (2006-2011).

ii) Averiguar se, na sequência da avaliação externa (1º ciclo avaliativo) e em consequência da articulação entre as duas avaliações (interna e externa), existem mudanças na organização da escola, em todos os domínios que constam no quadro de referência externa.

iii) Averiguar o contributo da avaliação externa no planeamento de ações de melhoria da escola.

A partir destes objetivos pretendemos neste estudo, dar resposta à seguinte questão de partida: *Em que medida a avaliação externa (AEE) conduzida pela IGEC, contribui para o planeamento, a elaboração e*

implementação do plano de melhoria e consequentemente para a sustentabilidade da melhoria contínua na escola?

De forma a responder a esta questão inicial formulamos algumas subquestões de pesquisa que orientaram a investigação empírica:

As subquestões específicas de investigação são as seguintes:

iv) *Em que medida é possível identificar mudanças nos dois Agrupamentos de escolas, após o 1º ciclo avaliativo?*

v) *Após o 2º ciclo avaliativo, que tipo de ações integram o plano de melhoria?*

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO- CONCETUAL

2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1. A AVALIAÇÃO COMO MECANISMO DE "PRESSÃO" NO SENTIDO DA QUALIDADE

A avaliação institucional é uma das questões mais debatidas, a nível nacional e internacional, encontrando-se subjacente a esta, a "problemática da qualidade na educação" (Dias, 2005, p.6). O apoio e o fomento da melhoria da qualidade educativa, nos estados membros, foi incentivado pela Comissão Europeia em 2002, através da implementação de sistemas de monitorização e de modelos de avaliação (Miguéns, 2007, p. 11).

A pressão no sentido da qualidade, na administração pública tem originado a introdução de mecanismos de regulação do seu funcionamento, como dispositivos de controlo com diferentes objetivos. De acordo com Miguéns (2007, p.12), para que a avaliação seja um "instrumento de promoção da qualidade", é necessário que, se incentive o "desenvolvimento de uma cultura de avaliação no sistema educativo", em particular na escola, onde,

> importa que a avaliação não ignore a referida complexidade do conceito de qualidade educativa e assegure a diversidade, tanto a nível dos modelos e instrumentos usados, como em termos de objeto (processo e produto) e de sujeito (auto e heteroavaliação). A introdução de práticas avaliativas exige pluralidade de abordagens e participação dos atores, de modo a estimular a reflexão e gerar mecanismos de autorregulação (Miguéns, 2007, p.12).

Segundo Afonso (2014, p. 488-489), inicialmente a avaliação no campo da Educação, esteve circunscrita à dimensão das aprendizagens dos alunos, atualmente, percorre todas as dimensões, como "a avaliação dos alunos, a avaliação dos profissionais (educadores e professores), a avaliação institucional das escolas, a avaliação dos sistemas e subsistemas educativos, a avaliação dos projetos e programas e a avaliação das políticas.

Para Dias (2005, p.6), a comparação dos resultados e do desempenho dos alunos face a outros países, tem gerado uma enorme controvérsia e, a tomada de posições antagónicas. De um lado, situam-se os que defendem " as vantagens da concorrência no incremento da qualidade", no oposto, situam-se os que, consideram o efeito perverso destes Rankings, ao não levarem em consideração o designado, "efeito escola", e, a origem socioeconómica do meio familiar dos alunos, o que, ao premiar as escolas que selecionam os alunos, se está a impedir o reconhecimento do trabalho das escolas em contextos mais desfavorecidos.

No plano legal e normativo a avaliação das escolas, foi formalmente introduzida com a publicação do Decreto-Lei 31/ 2002, embora o início deste processo se encontre recenseado na Lei de Bases do Sistema Educativo (LSBE) em 1986. Do ponto de vista da ação da política pública, a avaliação das instituições insere-se nas novas formas de regulação e avaliação do serviço público e procura em simultâneo, a manutenção do serviço público, imprimindo-lhe novos critérios de eficácia e modernidade.

De acordo com Azevedo (2005, p.81), um dos pilares da avaliação, é a avaliação institucional na perspetiva do desenvolvimento organizacional, o qual privilegia o contexto da instituição em apreço, com vista à deteção dos pontos fortes e fracos do sistema, tendo por finalidade a sua melhoria. Em relação ao desenvolvimento organizacional e, enquanto instrumento de conhecimento emancipatório, há a considerar que, este se traduz numa estratégia de implementação de contratos de desenvolvimento e autonomia das escolas, o que, embora seja uma mais valia para as escolas, pode vir a favorecer a possibilidade de consequências para as mesmas.

2.1.1. Compreendendo a centralidade da avaliação no contexto Europeu

Segundo Afonso & Costa (2011, p. 156), atualmente assiste-se a uma substituição das funções reguladoras, tradicionalmente imputadas ao Estado, que se repercutem numa nova cultura do desempenho institucional, integradora de padrões e indicadores de qualidade no ensino. Os países Anglo-saxónicos foram os primeiros a "aplicar instrumentos de medida da eficácia" sendo seguidos pelas grandes organizações mundiais. Modernização e Melhoria nos diferentes níveis institucionais, são a tónica expressa nas emanações e recomendações do Parlamento Europeu, tendo por objetivo prioritário, a orientação da sociedade, para uma "economia baseada no conhecimento". Assim, na maioria dos países europeus, as políticas educativas passaram a focar-se na *mudança institucional* através da promoção da inovação, e da identificando das "boas práticas" (idem, p. 157).

Para Afonso (2001, citado por Afonso & Costa, 2011, p. 157), o hibridismo dos modos de regulação atuais, nos diferentes níveis, micro (institucional) e macro (estatal), está patente na crise do paradigma do "estado Educador" e na sua progressiva substituição pelo "Estado Avaliador", o que se traduz, nos variados dispositivos de avaliação, e na transferência do controlo tradicionalmente baseado em normas, para um controlo baseado nos resultados, patente também, em Portugal, no dispositivo de avaliação externa das escolas. A cultura da avaliação surge, no nosso país, associada ao restabelecimento dos exames nacionais do ensino secundário, à criação do GAVE[3], e, destaca-se enquanto dispositivo de "controlo social da escola" através dos Rankings que operacionaliza, da elaboração de listas ordenadas

[3] GAVE (Gabinete de Avaliação Educacional), é o gabinete com funções de coordenação, elaboração e controlo de instrumentos de avaliação externa das aprendizagens

das escolas com base nos resultados obtidos pelos alunos nos exames nacionais. A nível internacional o Pisa[4], destaca-se com o programa internacional de avaliação do desempenho dos alunos, que "introduz uma lógica hierarquizante dos países participantes". Este novo paradigma, do Estado Avaliador radicado nos processos de autoavaliação e avaliação externa (artº 5º, Lei 31 /2002) das instituições escolares, em que a avaliação é encarada como "um instrumento central da definição das políticas educativas" (artº 3), enfatiza a "prática da avaliação em todos os níveis do sistema educativo (Afonso & Costa, 2011, p. 158).

Segundo Afonso (2001, p. 26), a lógica que impera na atual política educativa, é a da "monitorização e pilotagem" à distância, com base na produção de informação do desempenho a vários níveis do sistema, em que, o conhecimento produzido sobre o trabalho institucional é visto na lógica dos "resultados", e "nos níveis de desempenho". Além disso, a presença do Estado Avaliador ao nível do ensino não superior, manifesta-se através de um "*ethos* competitivo", sob variadíssimas pressões exercidas em vários sentidos: i) quer pela aferição de provas estandardizadas; ii) quer pela "presença mais assídua da Inspeção central"; iii) quer através do predomínio da racionalidade mercantil (que sobrevaloriza os indicadores e os dados mensuráveis). Neste sentido, a autonomia das escolas, parece ser "mais retórica do que real", acabando por justificar e legitimar a avaliação e a responsabilização dos atores locais.

Este é o papel do Estado que governa à distância, "governando sem governo", conforme alerta Afonso (1999, citado em Afonso & Costa 2011, p. 158) e, neste novo milénio, a tónica na avaliação continua a apresentar-se como, um dos eixos estruturantes das atuais políticas públicas educativas, e um importante meio de controlo social da educação. Esta questão transfere-

[4] PISA é a designação para o Programa Internacional de Avaliação das Aprendizagens

nos para a dimensão do próximo ponto, subordinada ao tema da avaliação como instrumento político e regulador.

2.1.2. A avaliação como instrumento político e regulador

No final do século passado, a descentralização administrativa e a consequente autonomia das unidades educativas, traduziram-se na prática, na alteração do papel do Estado, e na assunção de uma nova política de democratização social, através da valorização das dimensões, participação e desenvolvimento dos direitos cívicos, as quais, constituem uma nova cultura no binómio Estado/cidadãos. Neste plano, o que se exige das escolas, é que sejam capazes de dar uma resposta adequada ao público que servem, responsabilizando-se "pelos resultados dos alunos e garantindo aos pais o seu direito de escolher a escola de acordo com um projeto educativo com que se identifiquem e que responda às expectativas que têm para os seus filhos (Clímaco, 2005, p.58).

Segundo a mesma autora, a participação das comunidades, torna-se uma "condição do desenvolvimento social" que pressupõe, "o acesso à informação e à prestação de contas". Isto porque, sem informação, não pode existir prestação de contas e será impossível existir participação, sem condições para o exercício do controlo social e da subsequente responsabilização pelos resultados e pela consequente tomada de decisões (Clímaco, 2005, p.59).

Por conseguinte, o pilar da prestação de contas, enquanto ato de gestão de política de informação torna-se, neste caso, uma estratégia de desenvolvimento e de credibilização das instituições, uma vez que, "uma Escola que presta contas, tem diferentes tipos de informação acessível para debate interno, ou para controlo interno, como é próprio das organizações que aprendem, e, como tal, acessível aos seus parceiros para debate alargado, como é próprio das organizações abertas" (Clímaco, 2005, p.60).

Todavia, conforme refere Clímaco (2005), embora as novas regras de gestão, constituam uma alternativa ao modelo estatal-burocrático e centralizador, a avaliação dos estabelecimentos, no âmbito do papel regulador do estado, insere-se também, numa espécie de jogo de prémios e punições. Neste sentido, a avaliação das escolas (AEE) enquanto sistema instituído de monitorização do desempenho da escola, torna-se uma modalidade, de controlo e de inspeção que se pode inscrever, num modelo de regulação dos sistemas educativos, conforme vamos aprofundar nos pontos seguintes.

2.1.3. O papel das agências internacionais, na regulação dos sistemas educativos nacionais

A centralidade dos estudos na performance escolar e na avaliação comparada, através da construção de "indicadores e *standards*, para a decisão política" vem desde 1950, a ganhar terreno, através do contributo de diversas instituições de investigação, das quais a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), constitui o principal foco. A produção dos indicadores estatísticos em educação, veio sobretudo contribuir para o debate científico, sobre as estratégias de solução para os problemas do sistema educativo e o desenvolvimento das políticas educativas. A importância da introdução da perspetiva do conhecimento sobre o funcionamento dos sistemas educativos e da sua gestão, reside no seu contributo decisivo, no desenvolvimento das sociedades democráticas (Clímaco, 2005, p. 91). Segundo Rochex (2006, citado por Carvalho, 2009,

p.1018), O PISA[5], constitui-se como um importante dispositivo de operacionalização de modos de pensar e fazer "interiorizáveis pelos atores políticos" para que, "eles se percecionem capacitados nos exercícios de monitorização e comparação internacional". Numa sociedade transnacional, a configuração de um determinado perfil racional político, através da delimitação de um quadro de representações e de informação nos processos de tomada de decisão, torna-se, um importante instrumento de conceção e regulação das políticas públicas.

Deste modo, as organizações internacionais participam ativamente na construção de "espaços multilaterais" de conhecimento que é "construído para ajudar os decisores políticos a compreenderem as causas e consequências das suas ações". Assim, o "empréstimo de políticas educacionais", não envolve apenas a produção de conhecimento, mas requer a criação de condições para o seu uso (maneabilidade do seu uso pelo decisor político) (Carvalho, 2009, p.1018).

A OCDE[6] (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico), assume-se como uma instância produtora de "sentidos" para as políticas nacionais, atuando como fonte de regulação dessas políticas sendo ela também uma fonte "para a regulação política dos reguladores das políticas".

Segundo Maria do Carmo Clímaco (2005, p. 91-96), o INES (Indicadores Internacionais do Sistema Educativo), foi um dos programas mais importantes apoiado por esta organização ao fornecer um novo quadro conceptual de

---

[5] O PISA, é um dispositivo de avaliação comparada internacional das performances escolares que se tem vindo a afirmar na última década, como um dos principais meios de ação da OCDE, disponibilizando com regularidade dados fiáveis sobre os conhecimentos e competências dos alunos e consequentemente sobre o desempenho dos seus sistemas de ensino. Torna-se assim um instrumento gerador de conhecimento e um instrumento na coordenação da ação pública em educação que se insere numa nova perspetiva da regulação das políticas educativas " Governando a educação pelo espelho do perito" (Carvalho 2009, p.1010).

[6] As siglas OCDE, significam, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico. Esta é uma organização internacional, composta por 34 países, com sede em Paris. A OCDE tem por objetivo promover políticas que visem o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de pessoas por todo o mundo.

referência, para a avaliação dos sistemas educativos, pelo seu contributo, e apoio à informação e decisão em política educativa, marca "a passagem das estatísticas da educação para os indicadores de desempenho", o que, no quadro da representação concetual, passa, a constituir um quadro de referência para a avaliação dos sistemas educativos.

De acordo com a mesma autora, este programa constitui um enorme contributo para uma visão "sistémica da educação" num quadro global. O primeiro quadro de indicadores da OCDE, no âmbito do Projeto INES, era constituído por três indicadores: i) contexto demográfico, económico e social dos sistemas educativos; ii) Caraterísticas dos sistemas educativos; iii) Resultados dos alunos.

Segundo Carvalho (2010, p.1030), o Pisa, criado no âmbito do INES para responder ao domínio "resultados dos alunos", constitui um instrumento valioso e uma fonte de recursos para "pensar e agir ou para legitimar a ação", "em nome da independência e do cosmopolitismo do conhecimento dos peritos", os dados deste relatório são publicados no relatório " *Education at a Glance*".

A UNESCO, é outra instância internacional, atenta aos desígnios supranacionais, que deu um importante contributo, para a orientação das políticas nacionais da Educação, através da publicação do Relatório Jaques Delors em 1996, documento considerado fundamental na Educação pelo apelo à construção de valores éticos e civilizacionais, nos domínios da democracia, paz, justiça social e liberdade. Neste relatório são definidos quatro pilares para a educação: aprender a ser, aprender a conhecer, a prender a fazer e aprender a viver juntos.

O tratado de Maastricht assinado em 7 de fevereiro de 1992, constitui um marco decisivo na cooperação entre os estados membros da união-europeia, e no fomento da cultura da qualidade escolar.

A União Europeia também tem uma intervenção significativa na melhoria da qualidade educativa e na organização do ensino nas escolas europeias, através da Rede Eurydice, formada em 1980. Embora esta rede se destine

preferencialmente aos centros de decisão política, através do intercâmbio e cooperação de ideias e projetos que propicia, ela está também disponível a toda a sociedade através nomeadamente da rede digital.

2.1.4. Avaliação: *accountability* ou prestação de contas?

Conforme observamos nos pontos anteriores, um dos pilares da avaliação das escolas, abrange a prestação de contas. O termo prestação de contas, surge enunciado no Decreto-lei 75/2008 de 22 de abril, como medida de reforço da autonomia das escolas e de criação de condições de melhoria do serviço público em educação, visando a atribuição de, "maior capacidade de intervenção ao órgão de gestão e administração, o diretor, e instituindo um regime de avaliação e de prestação de contas".

A prestação de contas enunciada neste decreto surge associada a duas condições: i) participação "determinante dos interessados e da comunidade no orgão de direção estratégica e na escolha do diretor"; ii) " desenvolvimento de um sistema de autoavaliação e avaliação externa". Sendo que, "Só com estas duas condições preenchidas é possível avançar de forma sustentada para o reforço da autonomia das escolas" (Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, p.2342).

A prestação de contas, sendo um aspeto central no paradigma da governança em educação, é um termo com diversas interpretações nem sempre convergentes, conforme alerta Afonso (2009, p.58-59).

Schedler (1999, citado por Afonso 2009, p.59), considera duas dimensões, no conceito de prestação de contas: a) informação; b) justificação. No entanto a prestação de contas enquanto obrigação assume um caráter impositivo que podemos integrar no "pilar de responsabilização" podendo ainda assim ser enquadrada legitimamente na designação de, "atos de *accountability*", se por sua vez estes, forem integrados num modelo mais amplo em que se

acrescente o “pilar da avaliação”, aos “pilares da prestação de contas e da responsabilização” (Afonso 2009, p. 59-60). De acordo com este autor, o pilar da avaliação diz respeito ao processo de,

> recolha e tratamento de informações e dados diversos, teórica e metodologicamente orientado, no sentido de produzir juízos de valor sobre uma determinada realidade ou situação (…) a avaliação pode anteceder a prestação de contas (…) pode ocorrer posteriormente, entre a fase da prestação de contas e a fase da responsabilização (…) ou pode desenvolver-se autonomamente através de estudos e relatórios elaborados por entidades internas ou externas assumindo-se assim como instrumento estruturante da prestação de contas.

Assim, e tendo por base a opinião de Natércio Afonso (2009), em Portugal, embora não exista um sistema formal de *accountability*, existem formas parcelares de *accountability* emergentes, legalmente consagradas das quais se pode destacar as seguintes: i) avaliação de desempenho docente; ii) testes estandardizados e resultados dos exames e *Rankings*; iii) regime de autonomia e gestão das escolas (Decreto-lei 75 / 2008); e, iv) programa de avaliação externa das escolas (AEE).

No mesmo sentido, o documento legal que formaliza o regime de autonomia e gestão das escolas (RAAG), enfatiza a importância de que se reveste, “a participação e intervenção da direção estratégica” dos estabelecimentos ou agrupamentos escolares, das famílias, professores e outros agentes da comunidade, uma vez que este “constitui um primeiro nível mais direto e imediato de prestação de contas da escola relativamente àqueles que serve”. Mais à frente reitera-se, “o exercício da autonomia, supõe a prestação de contas, designadamente através de procedimentos de autoavaliação e de avaliação externa”. As formas de responsabilização neste modelo estão presentes no que diz respeito aos contratos de autonomia, entre o Estado, os agrupamentos e as escolas (Afonso, 2009, p.61).

De acordo com Afonso (2009, p. 62), a ênfase da avaliação do sistema educativo, no pilar da prestação de contas, emerge em todas as suas dimensões através da cultura e da prática da avaliação de desempenho e de resultados. No âmbito deste programa, a avaliação das escolas, prevê "uma maior responsabilização, prestação regular de contas e avaliação de desempenho e de resultados, o que na sua génese, aponta para os três pilares que constituem um "modelo de *accountability*": i) pilar da avaliação; ii) pilar da prestação de contas; e iii) pilar da responsabilização.

Através da análise do quadro seguinte (Quadro 1), podem ser identificadas, as fases que compõem um modelo de *accountability*.

Quadro 1: Dimensões de um modelo de *accountability*

DIMENSÕES DE UM MODELO DE *ACCOUNTABILITY*	
Avaliação ex-ante	
Prestação de contas	- Fornecer informações - Dar justificações - Elaborar e Publicitar relatórios de avaliação.
Avaliação ex-post	
Responsabilização	- Imputação de Responsabilidades - Assunção autónoma de responsabilidades - Persuasão - Atribuição de recompensas materiais ou simbólicas - Avocação de normas de códigos deontológicos - Outras formas legítimas de responsabilização

Adaptado de Afonso (2009, p.60)

2.2. AUTONOMIA, CONCEITOS E LÓGICAS

A autonomia das escolas, é um conceito polissémico, com variadíssimas aplicações consoante o contexto em que é empregue.

Sarmento (1996), considera quatro aplicações concetuais do termo: i) o conceito jurídico –administrativo de autonomia; ii) o conceito de autonomia relativa; iii) o conceito de autonomia profissional dos professores; iv) o conceito de autonomia pedagógica do aluno.

Bolivar (2004) sublinha neste contexto, as lógicas determinantes da sua racionalidade: i) a lógica mercantil, associada à ideia de racionalização e modernização da gestão escolar, enquanto medida política na orientação neoliberal do "*new public management*"; ii) a lógica pedagógica que encara a autonomia como a possibilidade de mudar a cultura organizacional escolar, na perspetiva de transformação da escola em organização aprendente e os professores em profissionais reflexivos.

Barroso (2011, p. 45) relativamente ao processo de reforço da autonomia das escolas, identifica quatro lógicas subjacentes a este processo:

i) a lógica estatal: associada aos que reduziam o processo em curso, a uma simples "modernização administrativa", com o objetivo de aliviar administração central. Neste discurso, aquilo que no ponto de vista retórico consiste num reforço das competências dos órgãos de gestão das escolas, na prática não passa de "um processo ardiloso de recentralização (…) substituindo um controlo direto, "com base na verificação da conformidade", por um "controlo remoto baseado nos resultados".

ii) a lógica de mercado: nesta perspetiva, situavam-se todos os que defendiam a autonomia, como instrumento para a construção de um mercado educativo, descentralizado, concorrencial e autónomo;

iii) a lógica corporativa: esta perspetiva apoia-se na conceção da autonomia, como um "bem exclusivo" do corpo docente (…) e toda a tentativa de instaurar processos de decisão coletiva é vista como uma ameaça pessoal.

iv) a lógica sociocomunitária: neste grupo, situavam-se os que preconizavam a escola como um processo social, de ação coletiva (professores, pais, alunos e outros), agindo com referência a um quadro geral

de orientações públicas nacionais de ensino, pela construção " de um projeto educativo e a prestação de um serviço público de qualidade".

Segundo Barroso (2011, p. 29-30), na origem do processo de autonomia das escolas, encontra-se uma tentativa de normalização do sistema político educativo, com vista a criar "as condições da modernização", através dos princípios da descentralização da administração e gestão, da democracia e da participação que, contudo, ficaram nessa época (LBSE[7], 1986) reduzidos a uma certa indefinição, quanto à forma de a implementar. A questão da autonomia das escolas, em termos de agenda política, foi introduzida pelo grupo de trabalho, criado no âmbito da Comissão de Reforma Educativa (1988) e nessa introdução ficou confinada a questões pedagógicas. Este grupo, constituído por três docentes da Universidade do Minho, Formosinho, Fernandes e Lima, introduziu alterações à Lei de Bases (1986), no domínio da descentralização, cujos princípios se encontravam por definir. As medidas e orientações propostas, podem sintetizar-se assim: i) separação concetual e prática entre " direção" (sede da participação dos diferentes parceiros educativos, com funções políticas e estratégicas) e gestão (funções técnicas e executivas, assumida por professores com "perfil de gestor"; ii) reforço da autonomia da escola no quadro da descentralização para as autarquias; iii) diversidade de soluções possíveis tendo em conta a variedade de situações.

A autonomia, só mais tarde foi formalmente legislada, através do Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de fevereiro, onde fica expresso que, "a autonomia concretiza-se, na realização de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e, de adequação às caraterísticas e

7 Lei de Bases do Sistema Educativo (Dec. Lei- 46/86, de 14 de outubro de 1986), estabelece o quadro geral do sistema educativo em Portugal.

recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere" (Barroso, 2011, p. 38).

Relativamente aos contratos de autonomia, a principal diferença formal foi introduzida com o Decreto-Lei 115-A /98, de 4 de maio, onde se prevê que a autonomia se realiza através de um contrato formal entre a escola e o Ministério da Educação (idem 2011,p. 38). A definição dos "contratos de autonomia" patente no Decreto-Lei 75/2008 de 22 de abril, apresenta o seguinte articulado:

> Por contrato de autonomia, entende-se o acordo celebrado entre a escola e o Ministério da Educação, a câmara municipal e eventualmente outros parceiros da comunidade interessados, através do qual se definem objetivos e se fixam as condições que viabilizam o desenvolvimento do projeto educativo apresentado pelos orgãos de administração e gestão de uma escola ou de um agrupamento de escolas" .

O desenvolvimento real da autonomia, tal como refere Barroso (2011), ficou mais a dever-se às estratégias da "autonomia construída" do que da " autonomia decretada". Isto porque, as "políticas de reforço da autonomia tiveram sobretudo uma função simbólica de mobilização para a mudança". A dissonância entre "o discurso, as normas e a realidade resultou num certo "hibridismo do processo".

Como argumenta Barroso (2011, p.40), em Portugal, este hibridismo resultou de diferentes processos passíveis de se distinguir desta forma: i) "Uma estratégia política que combina um discurso inovador inspirado nas propostas de modernização da gestão e de territorialização das políticas educativas, com uma prática conservadora baseada numa administração burocrática e centralizadora"; ii) " coexistência de um modelo de coordenação e controlo baseado na "obrigação de meios" para um outro baseado na "obrigação de resultados"". Barroso, alerta contudo para o fato, de que por força do jogo e da estratégia dos atores na organização que, adaptam, alteram e anulam as normas que lhes são impostas, haja lugar, à substituição

de um processo aparentemente homogéneo de racionalização a priori, por uma diversidade de processos e de racionalidades "a posteriori", resultando numa "erosão dos dispositivos de regulação institucional", em formato *top-down.*

2.3. ENQUADRAMENTO JURÍDICO E NORMATIVO DA AVALIAÇÃO

De acordo com o atrás exposto, infere-se que, a mudança de exigência relativamente à autoavaliação das escolas, tem acompanhado a alteração das políticas e o modo de regulação das políticas de avaliação da educação e em particular, o modo de avaliação das unidades orgânicas (Alaíz et al., 2003, p. 56). Este paradigma de avaliação, sustenta-se nas correntes de investigação educacional das escolas eficazes e da melhoria educacional, que se desenvolveram em reação à crise da escola, provocada pela massificação do ensino (Azevedo, 2007, citado em Rodrigues & Moreira, 2016, p. 84). Não descurando contudo os fatores socioeconómicos (Clímaco, 2005), a avaliação externa, decorre da afirmação em termos de política educativa, dos movimentos de descentralização –desconcentração e, desburocratização dos sistemas educativos, com vista à autonomia da escola, e ao desenvolvimento do "fator-escola". Estas mudanças, correspondem a uma alteração dos modos de responsabilização do Estado e das suas políticas, e da passagem de uma regulação burocrática, baseada em " objetivos, normas, princípios e *inputs*" para uma regulação pós-burocrática, baseada nos "resultados /*outputs,*"e na perspetiva do conhecimento emergente e das " em evidências" (Rodrigues & Moreira, 2016, p. 84-85).

Em Portugal, esta nova faceta do Estado- Avaliador, tem-se caraterizado pela conjugação do "modelo híbrido" (Barroso, 2011, p.38-40), com estratégias de autonomia, ou de autorregulação institucional. Este novo modo

de regulação, patente na reforma do ensino em Portugal, assentou em finais dos anos oitenta, em processos de descentralização, desconcentração e autonomia, enunciados na Lei de Bases do Sistema Educativo nº 46/86 de 14 de outubro ao adotar no seu artigo 3º, o seguinte articulado,

> (…) descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes (…).

Contudo, a necessidade de avaliação do sistema, patente nos pontos 1 e 2 do artigo 49º, não traz ainda grandes novidades pois a preocupação fundamental continua a ser a da centralização da administração central segundo padrões estabelecidos, ou seja a escola na sua organização não é considerada "uma unidade estratégica do sistema educativo" (Alaíz et al. 2003, p.56; Rocha,1999, p. 124-125)

O caráter central da organização escolar, surge com a publicação do decreto-lei nº 43/89, do regime jurídico da autonomia da escola. Além disso, embora neste diploma sejam atribuídas algumas competências autónomas à escola no que diz respeito ao diagnóstico das necessidades de avaliação: i) diagnosticar necessidades de formação dos seus professores e do pessoal não docente; ii) necessidades de apoios sócioeducativos a alunos; iii) avaliação do desempenho e atividade docente (Decreto-lei 43 /89 de 3 de fevereiro) e seja feita menção, à necessidade de existir em cada escola um projeto educativo e um plano de atividades, não é ainda exigido o balanço dessas realizações (Alaíz et al., 2003, p.56 -57).

Em termos normativos, a mudança significativa, dá-se com o Decreto-Lei 115- A/98 de 4 de maio, que introduz o Regime de Autonomia Administração e Gestão das Escolas (RAAG), ao prever uma dimensão central da escola no sistema educativo e o estabelecimento de contratos de autonomia (Alaíz et al.

2003, p. 58), exige também uma maior responsabilização destas, relevando o papel da avaliação, como central no acompanhamento dessa autonomia e desse autodesenvolvimento, conforme está patente no artigo 48º e, articulado no seu ponto 5, alíneas: a) "O modo como estão a ser prosseguidos os objetivos constantes do projeto educativo" e b) "O grau de cumprimento do plano de atividades e dos objetivos correspondentes primeira fase de autonomia"(Decreto-Lei 115- A/98).

A Lei 31/2002[8] de 20 de dezembro, institui de forma inequívoca pela primeira vez em Portugal, a avaliação das escolas, desenvolvendo o previsto no artigo 49º da LBSE, e definindo o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior. Esta lei prevê, duas formas distintas de avaliação, a avaliação interna (autoavaliação – idem, artº 6º[9]), realizada pelas escolas, com caráter obrigatório e a avaliação externa (idem, artº 8º) realizada pelos serviços centrais da Tutela, através do seu Departamento da Inspeção Geral da Educação, atual IGEC, Inspeção Geral da Educação e Ciência. Contudo, embora o dispositivo de autoavaliação, não seja definido do ponto de vista normativo, é explicitada a exigência de que os critérios subjacentes à sua realização se devem formular por referência a "padrões de qualidade devidamente certificados " (idem, artigo 7º) (Alaíz et al. 2003, p.58).

No plano da avaliação externa, este diploma estipula a sua realização, com base nas mesmas dimensões, estabelecidas para a autoavaliação em aferição de conformidade normativa das atuações pedagógicas e didáticas e de administração e gestão, bem como de eficiência e eficácia das mesmas. Para

---

[8] Este normativo aplica-se aos vários subsistemas de educação, abrange o pré-escolar, 2º e 3º ciclos e secundário das redes pública, privada e cooperativa e solidária.

[9] A autoavaliação assenta nos seguintes termos de análise: i) grau de concretização do projeto educativo ii) nível de execução de atividades; iii)) desempenho dos órgãos de administração e gestão; iv)) sucesso escolar, v) prática de uma cultura de colaboração entre os membros da comunidade educativa (Lei nº 31/2002, de 20 de dezembro)

finalizar, apresentamos em seguida os objetivos da avaliação, previstos neste diploma:

i) Promover a melhoria da qualidade do sistema educativo, da sua organização e dos seus níveis de eficiência e eficácia, apoiar a formulação e o desenvolvimento das políticas de educação e formação e assegurar a disponibilidade de informação de gestão daquele sistema;

ii) Dotar a administração educativa local, regional e nacional, e a sociedade em geral, de um quadro de informações sobre o funcionamento do sistema educativo, integrando e contextualizando a interpretação dos resultados da avaliação;

iii) Assegurar o sucesso educativo, promovendo uma cultura de qualidade, exigência e responsabilidade nas escolas;

iv) Permitir incentivar as ações e os processos de melhoria da qualidade, do funcionamento e dos resultados das escolas, através de intervenções públicas de reconhecimento e apoio a estas;

v) Sensibilizar os vários membros da comunidade educativa para a participação ativa no processo educativo;

vi) Garantir a credibilidade do desempenho dos estabelecimentos de educação e de ensino;

vii) Valorizar o papel dos vários membros da comunidade educativa, em especial dos professores, dos alunos, dos pais e encarregados de educação, das autarquias locais e dos funcionários não docentes das escolas;

viii) Promover uma cultura de melhoria continuada da organização, do funcionamento e dos resultados do sistema educativo e dos projetos educativos;

ix) Participar nas instituições e nos processos internacionais de avaliação dos sistemas educativos, fornecendo informação e recolhendo experiências comparadas e termos internacionais de referência (Lei 31/2002, p. 7952).

2.4. AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

Nos últimos 20 anos, com o desenvolvimento das novas políticas de autonomia responsabilidade e avaliação, as escolas emergem como, unidades "críticas do sistema".

Para Clímaco (2005, p. 114- 115), esta preocupação com a eficiência da gestão (otimização de recursos disponíveis de modo a obter melhores resultados a menor custo) e a eficácia da produção (ou do cumprimento integral dos objetivos fixados) da educação, resulta de uma nova ordem administrativa, em que as palavras-chave são: autonomia, responsabilidade e avaliação. De acordo com a mesma autora, cada escola no exercício da sua autonomia é responsável pelo,

> cumprimento dos padrões de qualidade fixados pelas entidades (…) a quem compete a regulação do sistema, e a noção de "desempenho esperado" passa a ser um valor de referência na avaliação externa e interna das escolas. Como corolário da visibilidade das escolas, os resultados são tornados públicos, em nome do direito dos cidadãos a saber o que se passa nas escolas e do direito a escolher a melhor escola para os seus educandos (Clímaco, 2005, p. 115).

Segundo Lafond (1998, p.10-12), a avaliação diz respeito ao estabelecimento, por dois motivos: o primeiro, diz respeito ao desenvolvimento da sua autonomia, uma vez que esta se operacionaliza num quadro de pressupostos de ação coletiva, estratégica e prospetiva, representados no projeto educativo adequado ao meio onde se insere, e no interior do qual, deve haver lugar a um procedimento de autoavaliação - avaliação interna. O segundo motivo, prende-se com a necessidade de validar, externamente, as referências e objetivos da autoavaliação nas quais a organização se alicerçou. Assim, existem três fatores essenciais, para avaliar as escolas:

i) pressão da opinião pública;

ii) constatação da singularidade de cada escola;

iii) acréscimo de autonomia atribuída às escolas desde o início dos anos 80.

Relativamente ao primeiro, o autor refere como principal origem para o questionamento sobre o seu valor e sobre a sua eficácia e eficiência, a pressão exercida pelos pais apoiados pelos media. O segundo fator, a constatação da singularidade, conduz à necessidade de avaliar a escola, na sua globalidade e, remete para a questão do que é uma boa escola, do tipo de direção, da qualidade das relações humanas e da existência de um trabalho de equipa, que seja, coerente, objetivo e sistemático.

O terceiro fator, remete para a autonomia consignada às escolas, e a correspondente obrigação de responsabilização e de prestação de contas (Lafond, 1998, p.12). Esclarecidos os conceitos e os objetivos que orientam a avaliação das escolas, vamos no próximo ponto definir o conceito.

2.4.1. Avaliação: O que é?

Numa relação direta e intrínseca, a avaliação, de acordo com (Dias, 2005, p. 25), " é uma atividade inerente à condição humana. Diariamente avaliamos o que fazemos e o que nos cerca", assim, "no campo educativo, avaliam-se os alunos, avaliam-se os programas, avaliam-se os professores e avalia-se a instituição".

Assinale-se, contudo, a polissemia encerrada no conceito, uma vez que, se podem encontrar, numerosas conceções e definições do conceito, consoante o ponto de vista do referente e do referencial em causa. Neste sentido, Figari (1996) realça a necessidade de reportar a avaliação a um referente (exterior), enquanto Hadji (1994, p. 32-35), destaca a "importância do ato de julgamento ou valoração que lhe está associado".

Para Figari (1996, p. 36-38), a avaliação, deve ter por preocupação, tanto os processos como os procedimentos, uma vez que diz respeito a todos os atores que participam no jogo complexo da avaliação, como tal, deve ser assegurada, a utilização das informações resultantes, por todos os parceiros da ação, na orientação das aprendizagens e na procura de competências. Assim, tanto do ponto de vista do dispositivo como, do individuo, a avaliação exige uma clara explicitação prévia, do que está em jogo, (decisões ocultas) e critérios (ou modos de interpretação).

Segundo Clímaco (2005, p. 103-104), o conceito de avaliação, encerra em si, um "juízo sistemático do valor, ou mérito de um objeto", o que pressupõe no ato avaliativo, a finalidade de determinar, o "valor através de um processo judicativo, a partir da análise de informação objetiva, fiável e válida", e que o termo "sistemática", utilizado naquela definição, aplica-se a "observações e apreciações deliberadas" sobre um objeto, o que pressupõe, por parte do sujeito um ato de decisão deliberada, com observações e descrições complementares.

No mesmo sentido, Stufflebeam (1978, citado por Clímaco, 2006, p. 104) esclarece que, a avaliação, enquanto processo, é um ato, através do qual, se "delimitam, obtêm e fornecem informações úteis que permitam julgar as decisões possíveis". Contudo, a validade dos dados resultantes carece de atenção, a três condições na avaliação:

i) a avaliação precisa de ser comparativa e por isso precisa de referentes;
ii) a avaliação é condicionada pelas finalidades a que se destina e pelos públicos a que se dirige;
iii) a avaliação depende do grau de qualidade profissional dos avaliadores.

Por sua vez, Afonso (2002, p. 51) destaca no processo de avaliação, a comparação entre duas situações: a real, que é objeto de avaliação (referido) e a situação virtual, deduzida a partir de um quadro de referência predefinido pelas entidades avaliadoras. Pese embora o quadro de referência para a definição dos indicadores possa ser muito variável, o autor destaca cinco aspetos essenciais na sua orientação: i) desempenho anterior da organização; ii) desempenho das organizações congéneres tidas como de referencia iii) normativos legais iv) normas técnicas e v) boas práticas (*Know-how*).

Neste sentido, o autor, concluí que, os juízos de valor, aferidos desta forma, são o produto das múltiplas escolhas previamente selecionadas, e o resultado "das agendas" de questionamento, sendo a avaliação aferida nos juízos produzidos, altamente dependente dos padrões de referência adotados e dos indicadores que os operacionalizaram, remetendo o seu conteúdo para caraterísticas pluralistas e subjetivas. E acrescenta a este propósito que,

> a natureza eminentemente política da avaliação do desempenho organizacional, implica a consideração de que existe sempre um ponto de vista específico a partir do qual qualquer processo avaliativo é conduzido. Tal ponto de vista, expressa os interesses e as estratégias de intervenção dos atores que promovem ou influenciam a avaliação. (…) se é certo que a credibilidade do processo não dispensa a qualidade técnica do dispositivo (…) não pode ignorar-se que a legitimação da avaliação decorre sobretudo do exercício do poder: avalia quem "pode" avaliar e é avaliado quem "deve" ser avaliado (…) (Afonso, 2002, p. 52).

Concluímos este ponto considerando que, a avaliação não é um processo neutro e objetivo, uma vez que, tem sempre ao seu serviço "uma agenda e um cliente", e uma caraterística eminentemente politica, visível no processo de escolha de valores a adotar, para a interpretação dos factos a analisar, evidenciando aqui, o avaliador, uma hierarquia de valores e de escolhas, altamente subjetivas, e como tal, variáveis de acordo com os objetivos ou os

interesses em causa. Contudo, a questão que permanece, é a de saber se, o referencial assim construído, traduz a realidade existente, ou uma sua "representação", ou seja se constitui um objeto acabado ou uma representação do sujeito, em constante mudança (Afonso, 2002, p.52).

2.4.2. Objetivos e finalidades da avaliação

Nesta secção, destacamos alguns dos objetivos e finalidades da avaliação das escolas. Para Clímaco (2005, p. 105), a avaliação, tem dois objetivos fundamentais.

O primeiro objetivo direciona-se para a compreensão de "todas as variáveis que possam contribuir para explicar as regularidades e irregularidades dos comportamentos do objeto em estudo, dentro de determinados parâmetros, de entre os quais o contexto não é de menor importância". O segundo objetivo, visa contribuir para o "aperfeiçoamento ou progresso dos objetos avaliados, quer se trate de indivíduos, programas, projetos ou organizações".

Se do ponto de vista técnico e tendo em conta os atores, a avaliação tem como finalidade, aumentar o seu envolvimento e motivação, através da informação que produz sobre processos e resultados, do ponto de vista da entidade que a encomenda, a avaliação pretende verificar até que ponto os resultados alcançados se aproximam dos objetivos formulados. Do ponto de vista político (decisão) a avaliação tem por finalidade, i)a prestação de contas; e ii) e o apoio à tomada de decisão (Clímaco, 2005, p.105).

2.4.3. Avaliação Externa

No contexto nacional, as duas principais modalidades de avaliação da qualidade das escolas são, atualmente, a avaliação externa e a avaliação interna, que apesar das diferenças inerentes à sua especificidade social e técnica, constituem ambas, em si mesmas uma estratégia de abordagem complementar (Clímaco, 2005, p. 190, Lafond, 1998, p.13, Azevedo, 2005).

A avaliação externa (AEE) dos estabelecimentos de ensino, tem sido feita por "via institucional", através do programa de avaliação integrada, conduzido pela Inspeção Geral de Educação (IGE) e mais recentemente pela Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC). A sua realização, concretiza-se através de um programa com caráter formal, encomendado a uma entidade ou um grupo externo (Clímaco, 2005, p.120), tendo em vista garantir a "melhoria da qualidade da educação e o desenvolvimento do empreendimento educativo" (Pacheco Seabra & Morgado, 2014, citados em Rodrigues & Moreira, 2016, p. 84). O primeiro ciclo de avaliação externa (AEE) decorreu entre 2006 e 2011, ao qual se seguiu um segundo ciclo atualmente em vigor (Rodrigues & Moreira, 2016, p. 44).

O programa de avaliação externa (AEE) das escolas públicas, concretizado entre 2006 e 2011, compreendeu, cerca de 1131 escolas ou agrupamentos, tendo ficado concluído em 2011, com a publicação dos 1131 relatórios, na página da IGE. Este primeiro ciclo de avaliação externa, teve por objetivos: i) fomentar nas escolas uma interpelação sistemática sobre a qualidade das suas práticas e dos seus resultados; ii) articular os contributos da AEE, com a cultura e os dispositivos da autoavaliação das escolas; iii) reforçar a capacidade das escolas para desenvolverem a sua autonomia; iv) concorrer para a regulação do funcionamento do sistema educativo; e v) contribuir para o melhor conhecimento das escolas e do serviço público de educação, fomentando a participação social na vida da escola (IGE, 2012, p.8).

De acordo com Rocha (2012, p. 209), a conceção e desenvolvimento do quadro de referência da AEE, elaborado pelo Grupo de trabalho para a

Avaliação das Escolas (GTAE, 2006), definiu detalhadamente o que se pretendia avaliar e o seu desenvolvimento contemplou cinco domínios de análise, (Resultados; Prestação do serviço educativo; Organização e gestão escolar; Liderança; Capacidade de autorregulação e melhoria da escola) sendo que cada domínio está subdividido em fatores (cf. Quadro 10). Para cada escola avaliada, foi realizado um relatório, que inclui a atribuição de uma escala de classificação distribuída por quatro níveis (Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente).

A metodologia utilizada no segundo ciclo de AEE, assenta na análise documental (documentos enviados pela escola), aplicação de questionários de questionários de satisfação aos alunos, pais e encarregados de educação, docentes e não docentes e entrevistas em painel. A visita é realizada por uma equipa de dois inspetores e um avaliador externo[10], e a duração da visita é de, em média, dois /três dias, sendo realizada com uma agenda específica pré-determinada. No primeiro dia realiza-se, a sessão de apresentação da escola pela direção, a visita à escola sede e, as entrevistas à Direção e à equipa de autoavaliação. Seguem-se no segundo dia, as visitas às unidades dos agrupamentos, seguindo-se as entrevistas em painel, que se estendem pelo terceiro dia. Na fase preparatória, a equipa de avaliação, debruça-se sobre um conjunto de documentos, reveladores do perfil do agrupamento e do valor esperado da sua ação educativa, e o documento de apresentação, constituindo este último, de acordo com Rocha (2012), um documento de autoavaliação. Os dados recolhidos pela análise documental e observação direta, são triangulados com as entrevistas em painel dos vários atores internos e externos da escola. Assim, recolhendo diversos tipos de informação, a AEE combina diversos procedimentos, permitindo obter "uma compreensão mais aprofundada das escolas e das dificuldades que enfrentam

[10] Um especialista, docente ou investigador do ensino superior/universitário, ou professor dos ensinos básico e secundário aposentado, ou ainda oriundo de outras áreas de atividade (Afonso & Costa, 2016)

para prestar um serviço educativo de melhor qualidade e de maior equidade" (Rocha, 2012, p. 210).

Para Afonso (2007, p.227), a avaliação externa (AEE) adquire sentido numa,

> lógica de metaavaliação, de uma leitura exterior sobre a autoavaliação para fornecer feedback às estruturas de autoavaliação da escola e no sentido de poder construir uma imagem daquilo que se passa a nível nacional e alimentar assim o vetor da prestação de contas em termos Nacionais.

2.4.4. Avaliação interna e autoavaliação

A avaliação interna é definida por vários autores, como um tipo de avaliação que sendo da responsabilidade da instituição, é menos formal que a externa e pode ser realizada tanto por pessoas externas à instituição, como pelos agentes internos (professores, alunos, pais e órgãos de gestão). Todavia, só quando esta é da responsabilidade da escola, em todas as sua etapas, desde a conceção à implementação, é que podemos considerar estar na presença de um dispositivo de autoavaliação (Clímaco 2005, p.120; Alaíz et al. 2003, p. 20). A prática desta última, ganharia muito com a distinção deste conceito, como refere Alaíz et al. (2003, p. 20), no parágrafo seguinte: "Dever-se-ia fazer um uso menos abrangente do conceito de autoavaliação de escola, limitando-o às práticas de avaliação interna em que na medida do possível toda a comunidade educativa participa no processo de avaliação".

Também Clímaco (2005, p. 194), relativamente à estratégia de abordagem do dispositivo de autoavaliação, considera que este, enquanto processo cognitivo da organização e da produção de conhecimento e meta conhecimento, se deve basear no envolvimento e discussão dos atores, enquanto sujeitos do processo, como forma de diagnosticar as situações

existentes, e promover a melhoria sustentada, conforme refere no parágrafo seguinte,

> sabe-se que o envolvimento dos atores no processo de discussão e construção dos sistemas de informação da escola, em que a autoavaliação se vai alicerçar é fundamental para fazer da autoavaliação uma estratégia de melhoria, e que esta será tanto mais conseguida quanto os atores se apropriem dos processos e se identificarem com os objetivos e prioridades de melhoria. Depois de obter um acordo quanto ao modo de descrever a qualidade da escola, a organização da informação na base de um sistema de indicadores é uma maneira fácil e operativa de incentivar a autoavaliação em ordem à melhoria (idem, ibidem)

Afonso (2000, citado em Alaiz et al., 2003, p. 19) enuncia três motivações para o desenvolvimento da autoavaliação:

> -Em primeiro lugar trata-se de melhorar o desempenho, o que poderá permitir do ponto de vista dos docentes, enfrentar menos problemas na execução do trabalho (…) com menos conflitos na gestão do processo de ensino-aprendizagem e maior satisfação profissional.
> -Em segundo lugar a autoavaliação pode revelar-se um ótimo instrumento de apoio ao marketing escolar na gestão da imagem pública da escola permitindo identificar (…) os pontos fortes do desempenho organizacional. O pressuposto é o de que uma boa imagem pública (…) gera credibilidade e portanto mais apoios e mais recursos.

Por último, segundo Afonso, trata-se de gerir a pressão da avaliação externa institucional, permitindo a preparação de um argumentário fundamentado relativamente aos pontos fracos, já conhecidos assim como a deteção precoce de eventuais fragilidades e a definição de estratégias de desenvolvimento adequadas. Trata-se portanto de uma estratégia antecipatória destinada a influenciar a agenda da avaliação da escola.

As três motivações subjacentes à autoavaliação, conduzem a diferentes posicionamentos da autoavaliação face à avaliação externa. No quadro 2, apresentam-se as três perspetivas apresentadas por MacBetth e McGlynn (2002, citados em Alaíz et al., 2003, p.33).

Quadro 2: Síntese do posicionamento da autoavaliação face à avaliação externa

	Perspetiva da prestação de contas	**Perspetiva da construção de conhecimento**	**Perspetiva do desenvolvimento**
Finalidade	Fornecer dados sobre o desempenho, a eficácia e a rentabilização do investimento.	Gerar novos *insights* sobre a qualidade / estado de diferentes dimensões da escola (liderança, *ethos*, aprendizagem e ensino).	Reforçar a capacidade da escola para planear e implementar o seu processo de melhoria.
Audiências	Público, em geral, os pais e o poder cultural e local.	Gestão da escola e professores.	Professores, alunos, pais, lideres.
Utilizadores	Público, em geral, os pais e o poder cultural e local.	Professores, alunos, gestão da escola.	Professores, alunos, pais, pessoal de apoio, gestão da escola.
Relações entre avaliação interna e avaliação externa	Avaliação sumativa externa suportada pelos dados da autoavaliação.	Principalmente a avaliação de diagnóstico através da autoavaliação.	Principalmente autoavaliação com apoio de um agente externo.

Fonte: Alaíz et al. (2003, p. 33)

A perspetiva do desenvolvimento, é a que acolhe maior proximidade entre as duas formas de avaliação externa – interna (autoavaliação) permitindo à escola o desenvolvimento da sua autonomia, e a sua afirmação "como organização aprendente" (Alaíz et al. , 2003, p. 19). Esta perspetiva construtiva da avaliação é aliás também, partilhada por Lafond (1998,p.15), quando afirma que, a importância do benefício da avaliação deve apontar nos dois sentidos, o de quem manda fazer (autoridade administrativa) e o de quem faz – estabelecimento de ensino, com especial ênfase para este último, isto porque o objetivo da avaliação não se deve encerrar em juízos de valor

mas sim, promover o *diagnóstico da organização em si e dos seus pontos fortes e fracos*. Por conseguinte, para Lafond (1998, p.15), a avaliação da escola, deve focar-se na análise e na compreensão da realidade, dando voz aos seus atores e visando entender a sua vida interior e o seu funcionamento, tendo por finalidade, através da observação direta, indicar "o caminho para se aperfeiçoar".

A perspetiva adotada em relação à autoavaliação, leva a que se privilegie, neste estudo, a lógica da "reflexão para a melhoria" com principal incidência sobre os processos de aprendizagem, sobre os resultados dos alunos e os processos internos da escola. Quem pode e deve refletir? Para Macbeath et al. (2005, p.178), os alunos, os professores os pais (2005, p.178), para quem, o objetivo final da autoavaliação, é a melhoria da escola, e como tal deve ser um "processo participado", uma vez que se destina "a professores, pais e alunos, deve envolvê-los em cada uma das suas fases.

Segundo Clímaco (2005, p.194-195), a autoavaliação e as atividades de autorregulação utilizadas numa perspetiva desenvolvimentista, permitem reforçar a autonomia da escola. Ou seja, quando o todo se organiza, e analisa a informação resultante, num processo reflexivo, comparando com referentes normativos ou referentes de outras experiências em outras escolas, está a cumprir uma função de articulação entre níveis do sistema (função meso-sistémica da escola) e a introduzir a monitorização na gestão dos processos educativos, obtendo informações de retorno, a partir das quais poderá encontrar novas soluções.

Atualmente em Portugal, a avaliação dos estabelecimentos, estrutura-se com base na autoavaliação, a realizar em cada escola ou agrupamento de escolas, integrada no processo de avaliação externa. A autoavaliação tem carácter obrigatório, desenvolve-se em permanência, conta com o apoio da administração educativa e assenta no grau de concretização do projeto educativo, do desenvolvimento e da concretização da educação, do ensino e

das aprendizagens tendo em vista o desenvolvimento integral dos alunos, do sucesso e dos resultados escolares (identificados nos regimes específicos-exames), do desempenho dos órgãos de gestão e a prática de uma cultura de colaboração entre os membros da comunidade educativa (Artigo 6º, Decreto-Lei 31 / 2002 de 20 de dezembro).

O processo de avaliação institucional no que diz respeito à articulação entre os dois tipos de avaliação, externa/interna inclui quatro fases: i) a recolha de informação; ii) o juízo; iii) a redação do relatório de avaliação e, iv) a concretização das mudanças. De acordo com Azevedo (2005, 43-44), a diferença de objetivos entre as duas avaliações, interna e externa, reside no seguinte: "na avaliação externa, o acento é colocado na formulação de um juízo; na interna, o acento é na mudança". Assim, a tendência geral é para uma avaliação interna que visa as estratégias e os meios de melhoria da situação existente e, uma avaliação externa, destinada a controlar a qualidade dos resultados e a garantir que as medidas de melhoria são postas em prática.

O modelo e programa de avaliação integrada das escolas instituído em Portugal, foi implementado tendo por base um período experimental, orientado por influência de diretrizes nacionais e internacionais, onde se inscrevem várias iniciativas, experiências e projetos implementados ao longo dos últimos vinte anos, com o principal objetivo de lançar as bases para a autoavaliação de escola. No próximo subcapítulo introduzimos, uma súmula dos projetos responsáveis pelo lançamento das bases da autoavaliação de escola em Portugal.

2.5. PROJETOS E EXPERIÊNCIAS DE AVALIAÇÃO EM PORTUGAL

Entre 1996 e 2002, foram aplicados no contexto do sistema educativo português, múltiplos programas, projetos e experiências de avaliação, por

iniciativa, do Ministério da Educação, de organismos internos e também de iniciativa, privada ou com o seu apoio, os quais assumiram um importante contributo para o modelo de avaliação previsto pelo atual enquadramento legal (Lei 31/2002).

De acordo com Azevedo (2005, p. 55), são de assinalar neste âmbito várias iniciativas, dos organismos internos da administração educativa, com especial destaque para o Instituto de Inovação educacional (IIE) e a Inspeção Geral da Educação (IGE), de programas de âmbito geral (PEPT), de Instituições de Investigação Pedagógica como é o caso da fundação Manuel Leão, ou ainda o caso, de associações sectoriais como a Associação dos estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) e a Associação Nacional das escolas profissionais (ANESPO).

Enquadram-se neste tipo de iniciativas, os seguintes projetos e experiências (cf. apêndice A).

- "Observatório da Qualidade da Escola" (1992-1999): dispositivo de apoio à autoavaliação, desenvolvido no âmbito do PEPT;
- "Projeto Qualidade XXI" (1999-2002): Projeto piloto Europeu sobre Avaliação da Qualidade na Educação Escolar, desenvolvido pelo IIE;
- Programa AVES (2000- ….): modelo de avaliação das escolas secundárias, desenvolvido pela Fundação Manuel Leão;
- Modelo de certificação de Qualidade nas Escolas Profissionais – (1997-2001): modelo de certificação das escolas profissionais, coordenado pela Anespo;
- Projeto "Melhorar a Qualidade" (2000-…): modelo de autoavaliação das Escolas de ensino particular e cooperativo, resulta de parceria entre a AEEP e a QUAL;
- "Programa de Avaliação Integrada das escolas" (1999-2002): atividade de avaliação externa integrada, desenvolvida pela IGE;
- "Projeto de aferição da efetividade da autoavaliação das escolas".

2.6. AVALIAÇÃO EXTERNA E MELHORIA DA EFICÁCIA DAS ESCOLAS

A eficácia de uma organização, é uma variável que, na perspetiva de Van Kesteren (1996, citado por Scherrens, 2004, p. 29), depende da capacidade que uma organização detém para,

> apoiando-se numa gestão competente e evitando todo o desperdício inútil de energia, de dominar, no contexto mais ou menos complexo onde opera, as condições ligadas à sua organização interna e ao seu meio ambiente com a finalidade de fornecer, pelo jogo do seu próprio processo de transformação caraterístico, o *output* esperado por instâncias externas.

Para Murillo (2003, citado por Azevedo, 2005, p. 68 - 70) a melhoria da eficácia das escolas, tem por principal objetivo "ajudar as escolas a conseguir os seus objetivos de forma eficaz". Contudo uma "escola eficaz", nem sempre é sinónimo de uma "boa" escola, já que a variedade dos desempenhos apresentados por cada escola, leva a que se tenha que entender que, a eficácia da escola, diz respeito a cada escola e ao seu contexto próprio. Por consequência, e nesta categoria, as conclusões dos estudos realizados num determinado contexto geográfico, não são generalizáveis a outros contextos geográficos (Scherrens , 2004, p. 14-15).

Segundo Lockheed (1988, citado por Scherrens, 2004, p. 17), nos modelos orgânicos, como é o caso das organizações educativas, a flexibilidade e a adaptabilidade são as duas variáveis da organização, consideradas como pressuposto essencial, para preservar os recursos e o *input* essencial, assim, nestes modelos, estes são os principais fatores de eficácia, pelo que se pode inferir que a eficácia da escola se pode medir pelo *input* ou seja pela "taxa anual de inscrições".

Mudança e melhoria, são duas variáveis relacionados com a avaliação das escolas, embora não tenham o mesmo significado, uma vez que a melhoria, significa, iniciar um processo de "progresso sustentado e contínuo", orientado

por um referencial, previamente estabelecido, enquanto a mudança, de acordo com Bolivar (2003), não contendo em si um juízo de valor, pode significar apenas uma alteração ou uma inovação.

A importância da AEE decorre assim, da sua posição central na reconfiguração da organização da escola e na sua melhoria, enquanto processo de "elevação contínua da aprendizagem dos alunos e do desenvolvimento da comunidade escolar" e é neste sentido que se reconhece cada vez mais, no processo de avaliação das escolas, um papel indutor de processos de melhoria e, nas escolas, a necessidade de serem "organizações aprendentes" (Azevedo, 2005, p.70).

2.6.1. A melhoria da eficácia das escolas

No contexto da investigação, as escolas partir da década de 60 do século passado, passam a estar no palco como, "lugares estratégicos da mudança" e foco tanto das políticas educativas e das decisões internas dos governos, como das recomendações do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia. Por este motivo, a questão da melhoria da escola passou a constituir uma das áreas de investigação privilegiada, alicerçando as bases do conhecimento, para o desenvolvimento de políticas públicas educativas, centradas no desempenho e desenvolvimento da organização escolar, na gestão da qualidade "total" e na autoavaliação e melhoria das escolas (Lima, 2008, p.352).

Para Bolivar (2003, p. 19), esta situação emerge da inépcia demonstrada pelas reformas do passado, impostas em formato *top-down*, a qual, tornou urgente reconhecer que, a escola é "o fator chave da mudança", para a inovação e a melhoria dos resultados ". Melhoria e Eficácia são assim, duas variáveis, em estreita relação com o processo de avaliação das escolas, e com a promoção da inovação e mudança.

Na base desta argumentação, destacam-se atualmente três grandes modelos de investigação e teóricos, que passamos a descrever:

i) Movimento da Eficácia das escolas (*School Effectivness*); Com ênfase no fator escola, os contributos em torno desta investigação, realçaram a importância do " fator escola", no sucesso dos alunos e, identificaram os fatores associados à sua eficácia, ou seja, o que é necessário mudar. Com este movimento, a escola passa a ser entendida como uma "realidade social" com identidade própria, capaz de condicionar os resultados dos alunos. Uma das limitações apontadas pela investigação posterior, consiste na preocupação central com os resultados quantificáveis de determinada escola, descurando uma análise das estratégias de inovação e melhoria subjacentes a esses mesmos processos (Bolivar 2003, p.28 - 32).

ii) Movimento da Melhoria da escola (*School Improvement*): Este movimento coloca a ênfase no estudo dos processos de melhoria, como fazer? Surge nos anos 60 do século XX, e centra o seu estudo na própria escola como "totalidade" para a resolução autónoma dos seus problemas pretende-se "gerar condições internas para que as escolas promovam o seu próprio desenvolvimento como organizações", apoiado na crença da relevância das condições internas das escolas. " (Bolivar,2003 p. 35-36).

iii) Movimento da Melhoria da Eficácia da Escola (*Effectivness School Improvement*). Esta terceira vaga de investigações, assume uma nova perspetiva integradora das duas anteriores- eficácia e melhoria. O movimento da eficácia das escolas identifica as necessidades (o que mudar?) enquanto o movimento da melhoria da escola identifica o caminho para o alcance dessa eficácia e estratégia (como mudar?).

De acordo com Alaiz et. al. (2003, p. 38), a melhoria eficaz da escola deve entender-se como um processo de mudança planeada, que deve em

simultâneo valorizar, os resultados dos alunos (produto final) e a capacidade da escola para gerir os processos de mudança interna conducentes a esses resultados.

Quadro 3: Síntese das relações e diferenças entre escolas eficazes e melhoria da escola

Eficácia escolar	Melhoria da escola
Centrada nos resultados cognitivos dos alunos. Orientação estática: produto final: Quais as escolas eficazes?	Relação entre professores e cultura escolar. Orientação dinâmica: como chegar à melhoria (processo).
Conhecer por investigação que critérios e fatores determinam a eficácia da escola.	Conhecer, através de experiências práticas, estratégias de melhoria por agentes de apoio externo.
Quantitativa: estudos correlacionados de variáveis.	Qualitativa: narração de estudos de caso.
Limitou-se aos resultados obtidos. Falta uma teoria / estratégia de mudança.	Menosprezou a atividade da aula, e deu grande importância aos processos de trabalho conjunto dos professores.

Fonte: adaptado de Bolivar (2003, p. 39)

Sherrens (2004), refere que a investigação sobre a eficácia das escolas, teve por objetivo demonstrar que o contexto familiar e social não é determinante nos resultados obtidos e que, escolas em contextos semelhantes (ambiente e população) obtinham resultados diferentes. Este autor tendo em conta uma série de investigações em torno da eficácia das escolas, destaca um conjunto de fatores de escola, que fazem a diferença:

- ✓ Estratégia orientada para os resultados (estreitamente ligada a um alto nível de expectativas);
- ✓ Cooperação;
- ✓ Direção afirmada ao nível de escola;
- ✓ Acompanhamento frequente;

- ✓ Tempo, possibilidade de aprendizagem e " estruturação, consideradas como as condições pedagógicas fundamentais (…) (idem, ibidem, p. 43).

Assim, o processo de melhoria de uma escola, envolve quer a dimensão de desenvolvimento da qualidade das aprendizagens, quer a dimensão do desenvolvimento organizacional da unidade orgânica, sendo um processo institucionalizado de forma permanente que implica, planeamento, desenvolvimento e, avaliação para assim conduzir a uma aprendizagem permanente, a "uma escola que aprende". Este autor aponta um conjunto de caraterísticas às escolas que "parecem fazer a diferença", realçando o valor da sua combinação específica para a criação de um "*éthos* ou cultura específica" (Bolivar, 2003, p.171). O "legado da investigação sobre as escolas eficazes" deixa quatro conclusões:

- ✓ Crise da suposta impotência da escola para reduzir o impacto dos contextos familiares;
- ✓ Reconhecimento da escola como responsável pelo sucesso dos alunos e da suas aprendizagens;
- ✓ Avaliação da qualidade do ensino em função dos resultados alcançados (por todos os alunos em situação de equidade);
- ✓ Importância do trabalho conjunto e cooperativo, do sentido de comunidade e de visão partilhada (Bolivar 2003, p.30).

Bolivar aponta um conjunto de caraterísticas e de condições internas das " escolas eficazes", são elas: i) forte liderança instrutiva; ii) pressão académica e elevadas expectativas sobre o rendimento dos alunos; iii) implicação e colaboração dos pais; iv) controlo e organização dos alunos; v) coerência e articulação curricular e instrutiva; vi) controlo sistemático do progresso e dos objetivos alcançados pelos alunos; vii) colaboração e relações de colegialidade

entre os professores; viii) Desenvolvimento contínuo do pessoal docente; e, ix) autonomia e gestão local.

Nóvoa (1992, p. 20-23), partindo de três trabalhos de síntese investigativa, tendo por referência a identificação da escola, salienta os seguintes aspetos no apoio à construção de uma escola eficaz: i) autonomia da escola; ii) liderança organizacional; iii) articulação curricular; iv) otimização do tempo v) estabilidade profissional vi) formação do pessoal; vii) participação dos pais; viii) reconhecimento público; e, ix) apoio das autoridades.

2.6.2. A escola como "Organização Aprendente"

A escola durante décadas, no seu funcionamento centralizado e técnico-burocrático, preocupou-se com as aprendizagens dos alunos sem se preocupar com a sua própria aprendizagem.

A associação da aprendizagem à organização, é assim, o resultado de uma transferência das aprendizagens individuais de cada um dos seus atores. Contudo, esta aprendizagem individual, por si só, não sustenta a "aprendizagem da organização", conforme procura explicar, Peter Senge na sua obra, "A quinta disciplina. Arte e prática da organização que aprende" as organizações "só aprendem através de indivíduos que aprendem", no entanto como refere o autor, "a aprendizagem individual não é garante da aprendizagem institucional mas não há aprendizagem institucional sem aprendizagem individual" (2005, p.179). Neste sentido a aprendizagem organizacional não decorre do somatório das aprendizagens individuais, mas do desenvolvimento conjunto, em comunidades de aprendizagem, de novas estratégias e perspetivas de mudança e inovação.

A escola, como organização aprendente, é uma escola que se preocupa em realizar uma aprendizagem organizacional. Este princípio decorre de várias definições que podemos encontrar na literatura, destacámos algumas.

De acordo com Cunha et al. (2003, p. 584), a aprendizagem organizacional é um processo contínuo, através do qual uma "organização adquire novo conhecimento", e se ajusta visando adaptar-se com sucesso às mudanças na envolvente interna e externa e, manter a sua existência e o seu desenvolvimento.

Segundo Garvin (1993, citado por Cunha et al., 2003, p. 584), a organização aprendente, é "aquela que está capacitada para criar, adquirir e transferir conhecimento, assim como, para modificar o seu comportamento como reflexo desses novos conhecimentos e aquisições compreensivas".

Para Guerra (2001, p.37), as comunidades escolares, tal como as organizações em geral, não podem ser explicadas por caraterísticas gerais, mas sim através de um estudo particular e especifico pois, embora partilhem de aspetos comuns, cada uma é diferente da outra. Cada uma "tem a sua história, o seu contexto, um caráter único e irrepetível (…) Cada uma tem a sua identidade ".

Assim, a escola deve promover uma cultura de cooperação entre os seus membros, através da partilha de modelos e do estabelecimento de objetivos comuns, pois a cultura do individualismo não permite a evolução no sentido da melhoria e qualidade. Na linha do "*The Scholl make diferentes*", ou do "efeito escola" já anteriormente referido, Santos Guerra, salienta a importância do Projeto Educativo de escola como "elemento regulador da ação", que surge da preocupação com as caraterísticas dos alunos e do meio onde a escola está inserida (idem, p. 40-41). Neste contexto torna-se fundamental que, a escola promova uma cultura de cooperação entre os seus membros, através de modelos partilhados, e do estabelecimento de objetivos comuns, pois a cultura do individualismo não permite a evolução no sentido da melhoria e qualidade. Além disso, é desejável que a escola questione os resultados da sua atividade e, possa aprender para se adaptar e responder de forma criativa aos problemas que a sociedade em contínua transformação lhe vai colocando.

Segundo Gairín (1999, citado por Guerra, 2001, p. 36-37), a escola deve ser,

> uma comunidade de aprendizagem e não apenas de ensino. Enquanto elaborada e intencional, a comunidade não é uma simples amálgama de indivíduos que desempenham isoladamente uma tarefa. Quer se queira quer não, os profissionais do ensino que trabalham numa escola formam uma unidade de ação que produz efeitos nos respetivos destinatários.

Para entender a escola como uma "comunidade crítica de aprendizagem", Guerra (2001, p. 40-41) fundamenta a conceptualização dos três conceitos da seguinte forma: i) comunidade – conjunto de indivíduos com vínculos gerados e mantidos por objetivos comuns; ii) crítica- capacidade reflexiva e discriminatória do conhecimento e da realidade; iii) aprendizagem – não se limita somente à aquisição de conceitos ou ideias, mas também à assimilação de capacidade, competências e procedimentos encaminhados para a compreensão e melhoramento do mundo.

Na sociedade atual, em constante mudança, é necessário que a escola se atualize, para de forma "consertada e colaborativa" possa autoorganizar-se disponibilizando um serviço educativo de qualidade e sobretudo o "serviço necessário" para aquela comunidade. Para tal a "escola não necessita apenas de ensinar, necessita de aprender muitas coisas " (Guerra, citado por Cameira, 2007, p. 1).

Para Louis (1994, citado por Clímaco, 2005, p.26), a aprendizagem organizacional, emerge quando,

> a reflexão interna sobre a avaliação da escola produzir mudanças nos domínios cognitivo, do comportamento e das atitudes nos indivíduos nos grupos e nas instituições, o que acontece através do conhecimento produzido.

O conhecimento produzido, enquanto tal, pode ser utilizado em diferentes níveis de desenvolvimento e de mudança da organização. A "teoria em uso e a teoria de ação, são condições essenciais da aprendizagem organizacional" (Clímaco, 2005, p. 27), só a análise e a discussão de dados, conduzida de forma partilhada, pode produzir um efeito com impacto nos sistemas de informação de uma escola ou de uma organização e tornar os processos de avaliação em "motores de crescimento e mudança".

2.7. PLANOS DE MELHORIA

A eficácia da avaliação interna/externa, "depende muito da apropriação dos resultados e da capacidade e iniciativa por parte da instituição avaliada" (IGEC, 2014, p. 12), uma vez que, a melhoria "eficaz da escola" sustentada nos resultados da avaliação interna/externa, é uma "tarefa que exige planeamento, sendo necessário elaborar e implementar um plano de desenvolvimento e planos de ação, consoante as necessidades" (Alaíz et al., 2003, p. 114).

O ciclo de planeamento da melhoria eficaz, tem o seu inicio com a elaboração de um projeto de intenções com caráter estratégico, orientado por uma visão prospetiva da escola, no qual se estabelece as metas e áreas prioritárias de intervenção, bem como o respetivo horizonte temporal para a sua concretização (Alaíz et al., 2003, p. 115), e, a partir do qual se constrói os planos de ação mais específicos (planos de melhoria), orientados para a intervenção em "áreas específicas" (Alaíz et al. 2003, p.117).

Um plano de melhoria, é um documento de caráter operacional, uma vez que orienta a ação da escola no seu processo de melhoria e constitui também, uma oportunidade de desenvolvimento para a escola e os seus profissionais, uma vez que propicia entre outros aspetos,

i) o foco da ação educativa nos ensino aprendizagem;
ii) o estabelecimento de uma visão de longo prazo, representativa das prioridades de ação;
iii) maior reconhecimento do desempenho dos professores;
iv) favorece a liderança em rede e a responsabilização dos profissionais.

A obrigatoriedade das escolas, apresentarem um plano de melhoria e desenvolvimento, na sequência da AEE, nas vertentes de melhoria das fragilidades detetadas ou na de sustentação dos resultados obtidos, foi sugerida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), no âmbito da recomendação nº1/2011 (CNE, p.993) e determinado pela administração educativa, na sequência da avaliação externa do 2º ciclo, numa lógica de indução da ação. O Grupo de Trabalho GTAE (2011, criado pelo Despacho nº 4150/2011 de 4 de março), responsável pelo desenvolvimento do modelo de avaliação do 2º ciclo, propôs a elaboração pelas escolas de um Plano de Melhoria (PM), que em termos metodológicos permite o planeamento das áreas de melhoria subsequentes à avaliação interna/externa. Assim, neste âmbito, as escolas têm obrigatoriamente, de apresentar este plano no prazo de dois meses após a AEE, ouvidos os diferentes órgãos de direção, administração e gestão. Este plano deve conter "a ação que a escola se compromete a realizar nas áreas identificadas na avaliação externa, em articulação com a autoavaliação, como merecedoras de prioridade no esforço de melhoria" (IGEC, 2014, p.1). Tendo em vista o envolvimento alargado da comunidade escolar, esse plano deve ser publicado na página da escola ou do agrupamento de escolas e dado conhecimento, desta publicação, à Direção-Geral competente e à Inspeção-Geral da Educação e Ciência.

Os planos de melhoria (PM), representam um novo traço metodológico da atividade de AEE, presente apenas no segundo ciclo de AEE e, representam um instrumento técnico e político regulador da ação educativa das escolas, numa lógica descendente com caráter central, uma vez que estes planos

permitem à tutela organizar e orientar as políticas internas de desenvolvimento das instituições educativas.

2.7.1. A avaliação como instrumento de inovação, mudança ou melhoria educativa?

A avaliação externa, em permanência com a avaliação interna, pode ser um mecanismo de indução de mudança escolar, inovação e melhoria. A inovação educativa, constitui de acordo com Bolivar (2003, p. 50), um movimento de renovação, de mudança ou alteração qualitativa, dos estados previamente existentes, tanto ao nível da estrutura organizativa, como ao nível da escola (meso) e de aula (micro). A mudança pode ter, contudo, uma identidade questionável, pois ela está orientada por uma racionalidade externa, apoiada em padrões normativos de conhecimento pedagógico, e em princípios estandardizados.

Mudança, é assim um conceito empregue no sentido descritivo, enquanto melhoria é um conceito que aporta em si, a atribuição de, "um valor, ou avaliação (dimensão normativa/moral do ensino)". De acordo com Bolivar (2003, p.51) a mudança pode ser imposta por medidas administrativas ou pelo contexto social, enquanto a melhoria é sempre opcional e, objeto de uma decisão dependente de um propósito moral. Assim, podem ocorrer reformas que não impliquem mudanças e mudanças que possam ser qualificadas como melhoria. Segundo António Bolivar (2003), as relações entre os quatro conceitos de alterações, no seio da estrutura organizacional educativa (micro, meso e macro), são as que apresentamos no quadro seguinte (Quadro 4).

De acordo com Bolivar (2003, p. 52), todas estas perspetivas de alteração, partilham de,

- ✓ Perceção de novidade por parte dos potenciais recetores;
- ✓ Alteração quantitativa ou qualitativa das situações previamente existentes (ao nível da escola, ou da aula);
- ✓ Proposta intencional prévia planificada de introduzir mudanças;
- ✓ Podem ser justificadas por diferentes instâncias: técnico-políticas, pedagógico-didáticas, sociais ou críticas.

Quadro 4: Relações entre reforma, mudança, inovação e melhoria

Reforma	Mudanças na estrutura do sistema ou revisão/análise e reestruturação do currículo.	Modificação em grande escala do quadro referencial do ensino, metas estrutura da organização.
Mudança	Alteração a diferentes níveis (sistema, escola, aula) de estados ou práticas existentes.	Variações em qualquer dos elementos ou níveis educativos. Termo geral que pode englobar todos eles.
Inovação	Mudanças mais internas ou qualitativas nos processos educativos.	Mudança a nível específico ou pontual em aspetos do desenvolvimento curricular. (convicções, materiais, práticas e ações).
Melhoria	Juízo de valores ao comparar a mudança ou resultados com estados previamente existentes em função da consecução de determinadas metas educativas.	Nem toda a mudança – inovação implica uma melhoria. A melhoria deve satisfazer mudanças desejáveis a nível da escola /aula de acordo com valores previamente definidos.

Fonte: Adaptado de Bolivar (2003, p.52)

A inovação tem como ponto de partida processos internos na organização (ao nível micro e meso). Segundo Gonzalez e Escudero (1987, citados por Bolivar, 2003, p.51), a reforma e a inovação, distinguem-se de acordo com o grau de amplitude e profundidade da mudança, assim "poderíamos falar de

reformas para referir mudanças mais intensas e qualitativas dentro do sistema educativo".

Fullan (1987, citado por Bolivar, 2003, p. 54), identifica três fatores nucleares, num processo de inovação/melhoria, são eles:

- ✓ Uso de novos recursos instrutivos ou materiais curriculares;
- ✓ Novas práticas ou ações por parte dos agentes que intervêm na mudança tais como estratégias de ensino ou mudanças organizativas no ambiente escolar ou nos papéis desempenhados pelos agentes educativos;
- ✓ Mudanças nas convicções e princípios assumidos que subjazem aos programas.

Contudo, como afirma Bolivar (2003, p. 57), a melhoria da escola, está no "compromisso partilhado, nos contextos reflexivos de deliberação educativa, acerca do que vale a pena ensinar e acerca do melhor modo dos alunos aprenderem" e, isto só pode ser conseguido através de instâncias avaliativas e normativas, através das quais se possa legitimar a ação. E neste sentido, a inovação pode dirigir-se a alguns dos aspetos do currículo (no âmbito pedagógico ou organizativo) e a longo prazo afetar todas as outras, sendo que em qualquer dos casos, a decisão de encetar um processo de mudança/ melhoria, deve preferencialmente ter um foco interno e por isso é favorável que estes processos sejam induzidos, ainda que por mecanismos de ação externa, como é o caso do dispositivo de avaliação externa das escolas (AEE), aplicado em Portugal.

2.7.2. Desenvolvimento organizacional das Escolas

Para Hopkins (1996, citado por Bolivar, 2003, p. 101) o que distingue o desenvolvimento organizacional de cada escola, é a sua capacidade interna de mudança e, a fase em que se encontra no seu ciclo de desenvolvimento. Por conseguinte, quando se implementa uma determinada estratégia de melhoria, deve ser tida em conta a sua contextualização, ou seja, as "caraterísticas da escola", uma vez que, de acordo com o mesmo autor, não existem estratégias únicas, homogéneas e válidas que conduzam à melhoria.

No quadro seguinte (Quadro 5), apresentamos os tipos de estratégias identificadas por Hopkins (1996, citado por Bolivar, 2003, p. 101), ao longo das suas experiências de apoio externo às escolas, de acordo com o perfil de cada uma.

Quadro 5: Adequação das estratégias de melhoria, ao tipo de escola

Desenvolvimento da escola	Caraterísticas	Tipos de estratégias
Escolas fracassadas ou paradas.	-Situação de elevado número de fracassos. Necessitam de forte apoio externo.	- **Tipo I**: Iniciar um processo de desenvolvimento.
		Meta: atingir um grau moderado de eficácia
Escolas com baixo rendimento.	-Necessitam de atingir melhores quotas de eficácia.	- **Tipo II**: Apoiar o início de um processo de desenvolvimento.
		Meta: definir prioridades e criar capacidades.
Escola "boas" ou "efetivas"	-Atingiram um elevado nível de eficácia e são reconhecidas como "boas".	- **Tipo III**: Manter e ampliar a melhoria.
		- Meta: manter a sua eficácia, com os seus próprios meios.

Fonte: adaptado de Bolivar (2003, p. 103)

Finalizamos este ponto, com a apresentação das três estratégias de desenvolvimento das escolas, propostas por Hopkins (1996, citado por Bolivar, 2003, p. 101-103) em consonância com os três tipos de desenvolvimento interno, evidenciado pela organização:

i) Estratégia tipo I (Iniciar um processo de desenvolvimento): destina-se a escolas ineficazes que se encontram paradas e com elevado índice de fracassos, incapazes de melhorar por si próprias. (…) As estratégias devem orientar-se por objetivos claros e diretos, que se limitem a algumas dimensões do currículo, (…) para se criar confiança e competência para melhorar;

As estratégias adequadas são: mudança ao nível da liderança, forte apoio externo, foco na resolução dos problemas por grau ascendente de dificuldade de resolução, organização homogénea de equipas de professores, mudanças progressivas na organização de forma a potenciar novas oportunidades de liderança, colaboração e planificação (…).

ii) Estratégia tipo II: (apoiar o início de um processo de desenvolvimento) estas estratégias destinam-se ao aperfeiçoamento das prioridades de desenvolvimento, focando a sua atenção em aspetos específicos do processo de ensino/aprendizagem (…) Neste caso as estratégias seriam: mudar as formas de exercício da liderança, melhorar o ambiente de trabalho na aula, e em conjunto implicar todo o pessoal (pais, alunos e professores) na melhoria do rendimento, (…) articular e reafirmar os valores relacionados com a escola e a profissão.

iii)Estratégia tipo III: (manter a institucionalização do desenvolvimento). Mesmo as escolas boas" e "efetivas" necessitam de estratégias orientadas à manutenção ou continuação dos seus esforços de melhoria. (…) é necessário abrir-se a novas ideias e práticas, colaborar estabelecendo "parcerias" com escolas superiores de educação, criar redes de escolas (…) organizar tempos e espaços de forma a ser possível planificar em trabalho de colaboração a nível de departamento e de aula, criação de equipas e modelos de ensino e aprendizagem (…) apoiar o desenvolvimento de experiências inovadoras, festejar e partilhar os momentos de sucesso.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

3. PLANO DA INVESTIGAÇÃO

Na perspetiva adotada no enquadramento teórico, os processos de avaliação da escola, têm vindo a ser reconhecidos como instrumentos decisivos para a melhoria da educação. A avaliação, deve ser uma realidade nas escolas, uma vez que, promove a melhoria das aprendizagens, o desenvolvimento profissional e consequentemente a melhoria das organizações escolares, tendo em linha de conta que, a melhoria da escola é um vetor que deve valorizar tanto os resultados da aprendizagem dos alunos (produtos) quanto a capacidade da escola em gerir processos de mudança que conduzam a esses resultados (processos). O conceito de mudança, que vamos introduzir neste capítulo, será aqui mobilizado no sentido de alteração "induzida" das ações e/ou processos, no sentido de melhoria, com juízo prévio qualitativo (Bolivar, 2003).

Com base nestes pressupostos teóricos, consideramos pertinente, tendo como referência as questões e objetivos que norteiam este estudo, construir dois tipos de referenciais de análise. Um referencial, averigua as mudanças ocorridas na organização dos agrupamentos, em resposta à primeira avaliação externa, sustentando-se no conteúdo das asserções avaliativas (pontos fortes, pontos fracos), constantes dos relatórios da Avaliação Externa da IGEC (1º e 2º ciclo). O outro referencial, determina a linha das ações internas dos agrupamentos em estudo, subsequentes à segunda avaliação externa e cuja evidência, se encontra patente, nos documentos públicos dos agrupamentos, o Projeto Educativo e o respetivo Plano de Melhoria (2º ciclo).

3.1. CAMPO DE ESTUDO

A seleção dos agrupamentos de escolas em estudo, teve como critérios, a seleção dos casos que consideramos mais críticos para a investigação, tendo em consideração os objetivos do estudo e o pressuposto da existência de diferentes tipologias de condições entre as escolas (ver Hopkins, citado por Bolivar, 2003), quer ao nível do contexto social em que se inserem, quer em termos organizacionais, quer ainda, ao nível dos respetivos processos internos de avaliação e decisão. Assim, na fase preparatória de seleção, estabelecemos como ponto de partida, a análise dos relatórios de avaliação externa da região concelhia do Porto (acessíveis através do endereço eletrónico da IGEC), tomando como critérios, selecionar um conjunto de escolas que tivessem sido avaliadas nos dois ciclos e evidenciassem uma evolução (positiva ou negativa), do 1º para o 2º ciclo, no domínio da "Capacidade de Autorregulação".

Neste sentido, após identificarmos alguns agrupamentos nestas condições, tendo por referência, os respetivos relatórios de avaliação externa, adotamos como critério de escolha, os que evidenciavam sinais de evolução (positiva) nos respetivos domínios do quadro de referência da Avaliação Externa (IGEC). Posteriormente, adotamos como critério de escolha as variáveis inerentes ao enquadramento socioeconómico dos agrupamentos e, a sua localização na região do Porto, área de influência da Escola Superior de Educação do Porto.

A amostra resultante, foi selecionada do universo de escolas avaliadas externamente no primeiro e segundo ciclo avaliativo (AEE) e a nossa opção de escolha, focou-se sobre dois Agrupamentos situados em polos opostos da cidade do Porto, que se caraterizam por contextos sociais e económicos muito diferenciados. Neste estudo, o nosso objeto de investigação não são os contextos, ou seja, cada um dos agrupamentos que selecionamos como unidades de análise, mas sim as "lógicas de ação", subsequentes ao Programa de Avaliação Externa de Escolas (AEE) e a análise do seu impacto na melhoria contínua. Além disso, embora se reconheça a singularidade de cada caso, o que vamos valorizar são os aspetos comuns e transversais aos dois

agrupamentos e que, confirmam o impacto da AEE, na melhoria contínua das escolas.

3.2. TIPO DE ESTUDO

Este estudo tem por objetivo, identificar as mudanças na organização interna e as alterações no processo de autoavaliação, ocorridas nos dois agrupamentos após o 1º ciclo avaliativo (impacto), e destacar as ações de melhoria, promovidas em resposta à avaliação externa no 2º ciclo, presentes no Plano de Melhoria (PM).

Por conseguinte, configura-se um estudo que se insere no quadro da investigação naturalista, pois pressupõe a "análise de situações concretas existentes (…) sem intervenção em termos de manipulação, física e deliberada, de quaisquer variáveis" (Afonso, 2005, p. 43). No domínio deste tipo de investigação (Qualitativa/Naturalista), enquadra-se nos estudos descritivos, uma vez que, se identificam e analisam as ações dos atores e as áreas de melhoria, " factos, processos ou fenómenos que ocorrem perante o investigador, quer tenham sido diretamente identificados por ele, quer tenham sido identificados através de material empírico relevante" (Idem, ibidem). Assim, no caso desta investigação, o "material empírico relevante" que vamos selecionar são os relatórios da avaliação externa, elaborados pelas equipas de avaliação externa, e os documentos públicos, elaborados pelos agrupamentos, após o 2º ciclo avaliativo, designadamente, os planos de melhoria (PM), os relatórios de autoavaliação (RAA) e os projetos educativos (PE).

Na nossa expectativa, o estudo permitirá percecionar as mudanças na organização dos agrupamentos, provocadas por ações internas e, decorrentes da articulação entre a duas avaliações interna e externa. O impacto da avaliação externa, será considerado na perspetiva da preparação e da

realização de ações com sentido de melhoria, e compreenderá dois níveis de análise: O primeiro nível (realização) será o da efetividade dessas ações (mudança Versus melhoria) que é destacado dos relatórios de avaliação externa nos dois ciclos, e objeto de estudo correlacional. O segundo nível, preparação das ações de melhoria, está patente nos documentos produzidos pelos agrupamentos de escolas (RAA, PE, PM) após a AEE (2º ciclo).

3.3. TÉCNICAS DE RECOLHA, ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS

A matriz orientadora dos procedimentos de recolha, organização e tratamento de dados que utilizamos neste estudo, inscreve-se num paradigma de investigação qualitativo, o qual abrange, um conjunto variado de procedimentos provenientes da investigação educacional, campo específico influenciado pelos métodos de investigação no campo das Ciências Sociais (Afonso, 2005, p.45). O conhecimento da realidade social, é um fenómeno e uma "atividade eminentemente subjetiva", a que não ficam alheios os instrumentos utilizados e as limitações inerentes á subjetividade do investigador na seleção e interpretação informações a partir de material empírico (Afonso, 2005, p. 28). Assim para a recolha de dados, elaboramos para cada agrupamento da amostra, uma relação dos documentos existentes mais significativos, oficiais e públicos disponíveis nas respetivas plataformas digitais.

Por conseguinte relativamente aos procedimentos, a perspetiva adotada levou a que se privilegiasse, neste estudo, uma lógica de pesquisa e análise de dados de natureza qualitativa, geralmente denominada análise de conteúdo (Moraes, 1999, p. 1, Bardin, 1977), que compreende três níveis de procedimentos: recolha, organização e análise de dados. Além disso, valorizou-se neste tipo de metodologia, o aprofundamento da compreensão

dos fenómenos em estudo, utilizando a indução e a intuição como estratégias (Moraes, 1999, p.2).

A organização e "gestão operacional" dos dados, corresponde aos processos de categorização e de codificação do material empírico recolhido. O primeiro processo, corresponde à definição de categorias a partir do material empírico fornecido pelos dados e à formulação de relações entre essas categorias, procedendo à classificação seguindo critérios específicos. O segundo processo, consiste em fazer distinções relativas às unidades básicas de informação (codificação dos materiais para identificação de cada elemento da amostra ou documento a analisar) e "todo o material empírico é segmentado" em unidades de registo, "cada uma delas referenciada a uma das categorias definidas" (Afonso, 2005, p.122).

Como princípio metodológico, e tomando como ponto de partida os dados, fizemos a construção da análise, em categorias e subcategorias, a partir da leitura e análise dos dados, inferindo e induzindo critérios de classificação, ou seja, tomando como "ponto de partida os dados" numa abordagem "indutiva-construtiva" (Moraes, 1999, p.10) e neste sentido, tentamos criar um sistema de categorias válidas e pertinentes adequadas aos objetivos e às questões de análise estabelecidos no estudo e à natureza do material empírico selecionado (Afonso, 2005, p.120-122, Bardin, 1977, p. 38-39).

Em síntese, a análise de conteúdo, de cada Relatório de Avaliação Externa (AEE), e dos documentos públicos dos Agrupamentos (DPA), desenvolveu-se em quatro fases: *1ª fase*) leitura flutuante (Bardin, 1977) dos relatórios e documentos - este passo permitiu-nos retirar um conjunto de anotações que possibilitaram projetar o esquema de análise a utilizar na "grelha analítica";

2ª fase- Análise seletiva e destaque das "unidades de registo", com o objetivo de identificar as dimensões, categorias e subcategorias de análise da grelha analítica; *3ª fase*- Utilização da grelha analítica, para a análise sistemática de toda a documentação com base nos critérios de

“exaustividade, homogeneidade, exclusividade e objetividade e consistência” (Moraes, p.7).

Por último, a *4ª fase,* integra a análise de dados, através da descrição e interpretação. A primeira é fundamental quando se trata de uma abordagem qualitativa, e expressa o significado presente nas diversas unidades de análise ou de registo, sendo “recomendável que se faça o uso intensivo e direto de citações das unidades “ dos dados originais (Moraes, 1999, p. 8) A segunda permite a compreensão dos fenómenos em estudo através da inferência e interpretação, e da construção de teorias. Uma das vantagens da utilização deste método de análise, com base na construção de grelhas de categorização dos dados, reside no facto deste constituir um meio facilitador da recolha e análise da informação empírica e um método de recolha “ não interferente” uma vez que, “os dados não envolvem recolha direta da informação a partir dos sujeitos investigados” (Afonso, 2005, p.88).

3.4. CARATERIZAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS

3.4.1. Agrupamento A1

O Agrupamento A1, fica situado na zona ocidental da cidade do Porto. Esta área, em termos populacionais, reflete “uma malha social diversificada, o nível socioeconómico e cultural da maioria dos alunos, situa-os como pertencendo a uma classe média e média alta, o que se repercute no ambiente escolar e nos resultados obtidos” (IGEC, RA1A, p.3).De acordo com a mesma fonte, em 2010-2011, ano para o qual há referentes nacionais calculados, “os valores das variáveis de contexto do Agrupamento, nomeadamente a percentagem de alunos sem ação social escolar, a média do

número de anos da habilitação dos pais, a percentagem de docentes do quadro (…) a média de alunos por turma (…), situavam-se acima dos valores medianos registados nas escolas do mesmo grupo de referência" (IGEC, RA1B, p. 2).

No segundo ciclo de AEE, o agrupamento integra dois estabelecimentos de ensino e não sofreu alterações na sua constituição. As instalações estão, de acordo com dados da IGEC, "(…) bem conservadas e têm sido objeto de sucessivas intervenções de aperfeiçoamento, o que se traduz num bom nível de qualidade, segurança e de conforto dos espaços físicos (…)" (RA1B, p.2).

No que diz respeito à utilização das Tecnologias de Informação e TIC (2013) 92% dos alunos do ensino básico e 97% do ensino secundário têm computador com ligação à Internet em casa.

Pela análise do quadro seguinte (Quadro 6), é possível comparar, vários indicadores do contexto funcional desta unidade.

Relativamente às classificações obtidas nos dois ciclos avaliativos, verifica-se que o Agrupamento sofreu alterações nas classificações obtidas, do primeiro para o segundo ciclo de avaliação, nos domínios, "Prestação do Serviço Educativo", passou de Bom para Muito Bom e no domínio "Liderança e Gestão", passou de Bom para Muito Bom, concluindo-se assim existir uma evolução positiva.

Relativamente ao número de alunos, que integra, verificam-se alterações, tendo-se observado um ligeiro acréscimo entre os dois ciclos avaliativos (de 1460 alunos para 1484 alunos). No que se refere ao número de Professores, podemos observar uma diminuição significativa do seu número, que passou de 167, na primeira avaliação, para 131 professores na segunda avaliação, o que representa uma diminuição do corpo docente de cerca de 21,6%. Relativamente aos Pais e Encarregados de educação verificam-se também alterações.

Na primeira AEE, 28,4% dos pais, situavam-se no ensino básico, 32,7% e 38,9% possuíam, respetivamente, o ensino secundário e o ensino superior. Na segunda AEE, e de acordo a mesma fonte, são: "conhecidas as habilitações de

85%, a percentagem de pais e encarregados de educação dos alunos do ensino básico e do ensino secundário com formação superior é, respetivamente, de 43% e 41% e com formação secundária e superior de 68% e 62%, respetivamente".

Quanto às profissões dos pais e encarregados de educação, segundo dados da IGEC, "(…) 51,6% dos pais e encarregados de educação dos alunos do ensino básico e 50% do ensino secundário têm profissões ao nível de técnico superior e intermédio (…)" (RA1B, p.2).

Quadro 6: Dados do contexto do Agrupamento A1

AGRUPAMENTO A1				
	1º AEE (2007) Domínios de avaliação		2ª AEE (2013) Domínios de avaliação	
Classificação	Resultados	Muito Bom	Resultados	Muito Bom
	Prestação do Serviço Educativo	Bom	Prestação do Serviço Educativo	Muito Bom
	Organização e Gestão	Bom	Liderança e Gestão	Muito Bom
	Liderança	Bom		
	Capacidade de Autorregulação	Bom		
Alunos	**<u>1460 alunos</u>**		**<u>1484 alunos</u>**	
SASE	-14,5% dos alunos do Ensino Básico -16,3%, no Ensino Secundário.		-19% dos alunos do Ensino Básico -17,4 % do Ensino Secundário.	
Professores	**<u>167 professores</u>**, "em média, têm 18,6 anos de serviço e estão profissionalizados há 15,2 anos"		**<u>131 professores</u>**, dos quais 84% são dos quadros 83,2% lecionam há 10 anos ou mais.	
Não docentes	**<u>41 trabalhadores</u>**:		**<u>45 trabalhadores</u>**	

Fonte: IGEC- Avaliação externa das escolas 2007/ 2008 e 2013/2014

3.4.2. Agrupamento A2

O Agrupamento A2, fica situado na zona oriental da cidade do Porto, enquadrado num contexto geográfico e populacional, com caraterísticas muito específicas, dado que, está "marcado pela habitação social (…), são patentes as debilidades socioeconómicas e culturais potenciadoras do risco de exclusão social e escolar (…), diversidade étnica, com 76 crianças/jovens de etnia cigana (…) e, diversidade linguística" (RA2A, p.2).

Quanto à constituição, o agrupamento "(…) foi constituído no final do ano letivo 2006/2007 e resulta da fusão (…) com a Escola Secundária (…) Integra atualmente, oito estabelecimentos de educação e ensino" e, está enquadrado no Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária de terceira geração (TEIP3). Relativamente à utilização das tecnologias da informação, segundo dados da IGEC, respetivamente, "42% (dos alunos) ensino básico e 53% do ensino secundário", têm computador com ligação à Internet" em casa (RA2B, p.2).

Como se pode observar no quadro infra (Quadro 7), este Agrupamento, sofreu alterações nas classificações obtidas, do primeiro para o segundo ciclo de avaliação, nos domínios, "Prestação do Serviço Educativo", passou de Suficiente para Bom e, no domínio "Liderança e Gestão", passou de Suficiente para Bom. No que respeita à sua constituição (número de unidades), o agrupamento sofreu alterações, uma vez que, inicialmente era composto por 7 estabelecimentos, e na segunda avaliação passou a integrar mais um estabelecimento de ensino. Também relativamente ao número de alunos, se verificam alterações, tendo-se observado um ligeiro acréscimo entre os dois ciclos avaliativos (de 2250 alunos para 2284 alunos). No que se refere ao número de Professores, podemos observar uma diminuição significativa do número, que passou de 274 educadores e professores na primeira avaliação, para 238 professores na segunda avaliação, o que representa uma diminuição de cerca de 13,1%. Relativamente aos pais e encarregados de educação e segundo dados da AEE (2013), a "análise das habilitações literárias (…)

(conhecidas as habilitações de 75,5%) revela que a percentagem dos pais dos alunos com formação superior é, de 5% e com formação secundária e superior é de 23%. Quanto às profissões dos pais e encarregados de educação no 1ºciclo, são conhecidas "as profissões de 45,4% dos pais e encarregados de educação dos alunos e, destes, 8% do ensino básico e 10% do ensino secundário são profissionais de nível superior e intermédio" no 2º ciclo de AEE, são conhecidas as profissões de 45,4% dos pais e encarregados de educação dos alunos" e, destes, 18% são profissionais de nível superior e intermédio.

Quadro 7: Dados do contexto do Agrupamento A2

AGRUPAMENTO A2				
	1ª AEE (2009) **Domínios de avaliação**		**2º AEE (2013)** **Domínios de avaliação**	
Classificação	Resultados	Suf	Resultados	Suf
	Prestação do Serviço Educativo	Suf	Prestação do Serviço Educativo	Bom
	Organização e Gestão	Bom	Liderança e Gestão	Bom
	Liderança	Suf		
	Capacidade de Autorregulação	Suf		
Alunos	**2250 alunos**		**2284 discentes**	
SASE	58,2% de predominância do Escalão A.		61,9 % beneficiam de SASE [...]	
Professores	**<u>274 Educadores e professores</u>**, 81% pertencem aos quadros. (p.3)		**<u>238 Educadores e professores</u>**, 73,5% são do Quadro e 78,6% têm 10 ou mais anos de serviço.	
Não docentes	**<u>84 funcionários</u>**		**<u>86 profissionais</u>**	

Fonte: IGEC- Avaliação externa das escolas 2009/ 2010 e 2012/2013)

3.5. Fontes Documentais selecionadas para a análise

Para a análise, selecionamos as fontes documentais escritas que se encontram disponíveis *online*, através do *site* da IGEC e dos endereços digitais dos Agrupamentos, respetivamente, os Documentos oficiais (Relatórios de Avaliação Externa) e os Documentos públicos dos agrupamentos. Ambos os Agrupamentos A1 e A2, disponibilizam nas respetivas plataformas digitais, os documentos que se encontram identificados nos dois quadros seguintes (Quadro 8 e Quadro 9), com a respetiva codificação e designação, atribuída neste estudo por forma a possibilitar a sua mobilização na análise que se segue no capítulo seguinte.

Quadro 8: Documentos consultados do Agrupamento A1

Entidade	Documento	Codificação:	
		Código	Designação
IGE	Relatório de Avaliação Externa (realizada em 21 a 23 de março de 2007)	A1	RA1A
IGEC	Relatório de Avaliação Externa (realizada em 7 a 9 de janeiro de 2013)	A1	RA1B
Agrupamento A1	Projeto Educativo 2015/2018	A1	PEA1
	Plano de Melhoria Biénio 2013/2015	A1	PMA1
	Organização e Gestão Curricular do Agrupamento 2015/2016	A1	OGA1
	Relatório de Contraditório da Avaliação Externa (2007)	A1	RCA1A

Quadro 9: Documentos consultados do Agrupamento A2

Entidade	Documento	Codificação:	
		Código	Designação
IGE	Relatório de Avaliação Externa (realizada em 11 a 13 fevereiro de 2009)	A2	RA2A
IGEC	Relatório de Avaliação Externa (realizada em 30 de janeiro a 1 de fevereiro de 2013)	A2	RA2B
Agrupamento A2	Projeto Educativo 2013 / 2017	A2	PEA2
	Relatório de Autoavaliação 2013-2014	A2	RAA2A
	Plano de Melhoria 2013-2017		PMA2
	Relatório de Autoavaliação 2014-2015 (documento em atualização)	A2	RAA2B
	Relatório do Contraditório apresentado em 16 de Junho (2009)		RCA2A

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4. METODOLOGIA

Na primeira fase de pesquisa, a que corresponde o primeiro eixo de análise, realizamos a análise de conteúdo de cada relatório de avaliação externa (AEE), tendo por objetivo destacar as unidades de registo (UR), cujo conteúdo se traduz em asserções (apontadas como pontos fortes ou fracos) e se orienta para a identificação do referencial de análise (ver Quadro 11) por nós previamente estabelecido em conformidade com os objetivos do projeto.

Posteriormente, para responder ao segundo eixo de análise, redirecionamos a pesquisa para a identificação das unidades de registo (UR), nos documentos dos agrupamentos que representam a preparação de ações de melhoria, em resposta a essas asserções avaliativas. Nesta fase procedemos à pesquisa de unidades de registo, nos documentos de cada agrupamento, produzidos após a avaliação externa (1º e 2º ciclo).

Para o efeito construímos uma tabela organizada com um conjunto de dimensões, categorias e subcategorias de análise (Quadro 11), que possibilitou elaborar a análise de conteúdo, com o registo das asserções avaliativas (positivas ou negativas), decorrente da análise dos Relatórios de Avaliação Externa de cada agrupamento da amostra.

No decurso do processo, surgiram entretanto alguns constrangimentos decorrentes da alteração do quadro de referências e dos domínios de análise entre os dois ciclos da avaliação externa. Por conseguinte, tendo em ordem superar estes constrangimentos, elaboramos um conjunto de critérios de análise, que nos permitiram criar um conjunto de categorias, homogéneas aos

dois ciclos e como tal, possibilitaram a leitura transversal dos dados, em ambos os relatórios e nos restantes documentos.

Segue no quadro seguinte (Quadro 10), a análise comparativa, dos campos e fatores para cada ciclo de avaliação externa (AEE).

Quadro 10: Comparação dos Campos e fatores da AEE no 1º e 2º ciclos

AEE - 1º ciclo (2006 a 2011)		**AEE- 2º ciclo** (2011 a 20…)	
Campos	**Fatores**	**Campos**	**Fatores**
Resultados	- Sucesso académico - Participação e desenvolvimento cívico -Comportamento e disciplina - Valorização e impacto das aprendizagens	Resultados	- Resultados académicos - Resultados sociais Reconhecimento da comunidade
Prestação do serviço educativo	- Articulação e sequencialidade -Acompanhamento da prática letiva em sala de aula - Diferenciação e apoios - Abrangência do currículo e valorização dos saberes	Prestação do serviço educativo	- Planeamento e articulação - Monitorização e avaliação das aprendizagens - Práticas de ensino
Liderança	Visão e estratégia Motivação e empenho	Liderança e Gestão	-Liderança - Gestão - Autoavaliação
Organização e Gestão Escolar	-Conceção planeamento e desenvolvimento da atividade		
Capacidade de autorregulação e Melhoria da escola	- Autoavaliação -Sustentabilidade do Progresso		

Fonte: Elaboração própria (com base nos Relatórios de Avaliação Externa 1º ciclo e 2º ciclo da IGEC 2006 – 2017)

4.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise efetuada aos campos e fatores da avaliação externa (AEE), no primeiro e segundo ciclos, permitiu identificar um perfil de categorias e subcategorias, alinhadas com os objetivos e questões de investigação do presente estudo.

Para isso, projetamos uma grelha de análise, apresentada no quadro infra (Quadro 11), que possibilitou fazer a correspondência entre as referências de análise nos dois ciclos avaliativos e criar um quadro de referências comum aos dois ciclos avaliativos. Por conseguinte, para todas as subcategorias, foram consideradas duas categorias principais de análise e sistematização, dos dados extraídos dos relatórios. A categoria, Pontos Fortes (asserções positivas) e a categoria, Pontos fracos (asserções negativas). No âmbito deste estudo, consideramos pertinente, definir o conceito associado a estas duas categorias. Para tal, serão entendidos como Pontos Fortes "os atributos da organização que ajudam a alcançar os seus objetivos" e como *Pontos fracos*, "os atributos da organização que prejudicam o cumprimento dos seus objetivos " (IGE, 2012, p.26).

Posteriormente, os dados extraídos dos relatórios, através da base de dados QSR- NVivo 11, foram exportados em dois formatos, texto e dados gráficos (resumo). Os dados em formato de texto (UR), foram organizados em dimensões e categorias e inseridos nas respetivas grelhas analíticas (cf. Apêndices B a I, volume II). Os dados em formato gráfico, foram posteriormente tratados no programa de dados Excel.

Na análise efetuada, consideramos as dimensões que se seguem, "Resultados" (dimensão 1), "Prestação do Serviço Educativo" (dimensão 2), "Liderança e Gestão", (dimensão 3) e "Autoavaliação e Melhoria" (dimensão 4), constantes da grelha analítica dos relatórios de avaliação externa, que construímos, na recolha dos dados, efetuada ao longo da pesquisa e que consta do quadro infra (Quadro 11).

Importa clarificar a origem das percentagens apresentadas (peso das asserções em %) na análise que efetuamos. Assim, para cada dimensão, as percentagens apresentadas exprimem um coeficiente de percentagem relativo, tendo em conta o peso total das asserções destacadas em cada relatório.

Quadro 11: Grelha de análise de conteúdo dos Relatórios de Avaliação Externa (AEE)

Dimensões	Categoria	Subcategoria	Código
Resultados (RES)	Pontos Fortes (PF)	-Resultados académicos -Resultados sociais -Outros	**1**
	Pontos Fracos (Pf)	-Resultados académicos -Resultados sociais -Outros	**2**
Prestação do Serviço Educativo (PSE)	Pontos Fortes (PF)	-Planeamento e articulação -Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens -Práticas de ensino	**3**
	Pontos Fracos (Pf)	-Planeamento e articulação -Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens -Práticas de ensino	**4**
Liderança e Gestão (LEG)	Pontos Fortes (PF)	-Projeto Educativo – Visão e estratégia -Protocolos e parcerias -Liderança e motivação -Participação dos pais e outros elementos -Organização e gestão	**5**
	Pontos Fracos (Pf)	-Projeto Educativo – Visão e estratégia -Protocolos e parcerias -Liderança e motivação -Participação dos pais e outros elementos -Organização e gestão	**6**

Quadro 11: Grelha de análise de conteúdo dos Relatórios de Avaliação Externa (AEE) (continuação)

Autoavaliação e melhoria (AAM)	Pontos Fortes (PF)	-Participação dos atores no processo de autoavaliação. -Recolha tratamento e divulgação da informação -Impacto da autoavaliação -Consolidação e alargamento -Sustentabilidade do processo	**7**
	Pontos Fracos (Pf)	-Participação dos atores no processo de autoavaliação. -Recolha tratamento e divulgação da informação -Impacto da autoavaliação -Consolidação e alargamento -Sustentabilidade do processo	**8**

Ainda no contexto da análise anterior, consideramos relevante delimitar o campo de ações, que integram cada dimensão de análise, prevista no quadro supra (Quadro 11), assim:

i) a dimensão *"Resultados"*- (RES), integra as ações dos agrupamentos, relacionadas com a melhoria dos resultados académicos e sociais dos alunos e a identificação dos fatores explicativos do insucesso ou do sucesso escolar, o diagnóstico das dificuldades dos alunos, a identificação das áreas prioritárias de intervenção em cada área disciplinar, a comparação dos resultados escolares internos com os externos, a implementação de medidas de recuperação e o combate ao abandono escolar;

ii) a dimensão "Prestação do Serviço Educativo"- (PSE), integra as ações do agrupamento, que compreendem, a supervisão pedagógica (observação e reflexão conjunta de aulas entre pares, coadjuvação, assessorias e desenvolvimento profissional), desenvolvimento do trabalho cooperativo e

interdisciplinar, gestão articulada do currículo, monitorização e acompanhamento dos resultados e dos processos (práticas letivas);

iii) a dimensão "*Liderança e Gestão"* - (LEG), integra as ações do agrupamento, que se relacionam com o desenvolvimento do projeto educativo, da visão estratégica para o agrupamento, a divulgação dos documentos estruturantes e das atividades, a avaliação de desempenho, o envolvimento das lideranças intermédias, a eficácia da comunicação interna, a comunicação com os encarregados de educação e a conservação e manutenção das instalações e equipamentos do agrupamento;

iv)a dimensão "Autoavaliação e melhoria"- (AAM), integra as práticas de autoavaliação, e a regulação da qualidade do agrupamento. Abrange ações como, a constituição de uma equipa de autoavaliação, a criação de um observatório de qualidade do agrupamento, a definição de instrumentos de avaliação e de indicadores de execução, a auscultação dos diferentes atores da comunidade, o acompanhamento, a monitorização e avaliação das ações de melhoria e a divulgação de informação e dados à comunidade educativa.

A análise que segue no ponto seguinte, procura identificar a evolução da distribuição das asserções positivas e negativas ao longo dos dois ciclos avaliativos, e o conteúdo das apreciações formuladas (visível nas unidades de registo) pelas equipas inspetivas, ao nível das respetivas subcategorias de análise, consideradas para cada dimensão. Por conseguinte, tendo por objetivo averiguar a evolução ocorrida entre as duas avaliações externas (AEE), e após efetuarmos a extração das asserções mais significativas (positivas ou negativas), para a caraterização do referencial de cada dimensão, efetuamos uma análise correlacional, que nos permitiu averiguar as mudanças ocorridas entre os dois ciclos avaliativos.

4.2. Análise das mudanças ocorridas nos Agrupamentos após o 1º ciclo de avaliação externa

4.2.1. Agrupamento A1

Iniciamos este ponto com a análise dos gráficos 1 e 2. Ambos os gráficos ilustram a distribuição do peso em percentagem das asserções (unidades de registo) pelas categorias Pontos Fortes (PF) e Pontos fracos (Pf) nas quatro dimensões de análise. Os dados considerados nesta análise constam do Apêndice B (volume II).

Tendo por objetivo facilitar a leitura dos Gráficos 1 e 2, passamos a apresentar a respetiva legenda:

Legenda dos Gráficos 1 e 2:

- ✓ Pontos Fortes- (PF)
- ✓ Pontos fracos- (Pf)
- ✓ Dimensão 1- Resultados –RES A (1º ciclo) e RES B (2º ciclo)
- ✓ Dimensão 2-Prestação do Serviço Educativo –PSE A (1º ciclo) e PSE B (2º ciclo)
- ✓ Dimensão 3- Liderança e Gestão - LEG A (1º ciclo) e LEG B (2º ciclo)
- ✓ Dimensão 4- Autoavaliação e Melhoria - AAM A (1º ciclo) e AAM B (2º ciclo)

Na primeira Avaliação Externa (AEE), como demonstra o Gráfico 1, no que diz respeito à distribuição dos pontos Fortes, o valor mais elevado de asserções, concentrou-se nas dimensões, RES A e LEG A (5%) seguido das dimensões, PSE A e AAM A (2%). Quanto à distribuição dos pontos fracos, o valor mais elevado do peso de asserções (1%) distribui-se respetivamente, pelas dimensões (PSE A), (LEG A) e (AAM A).

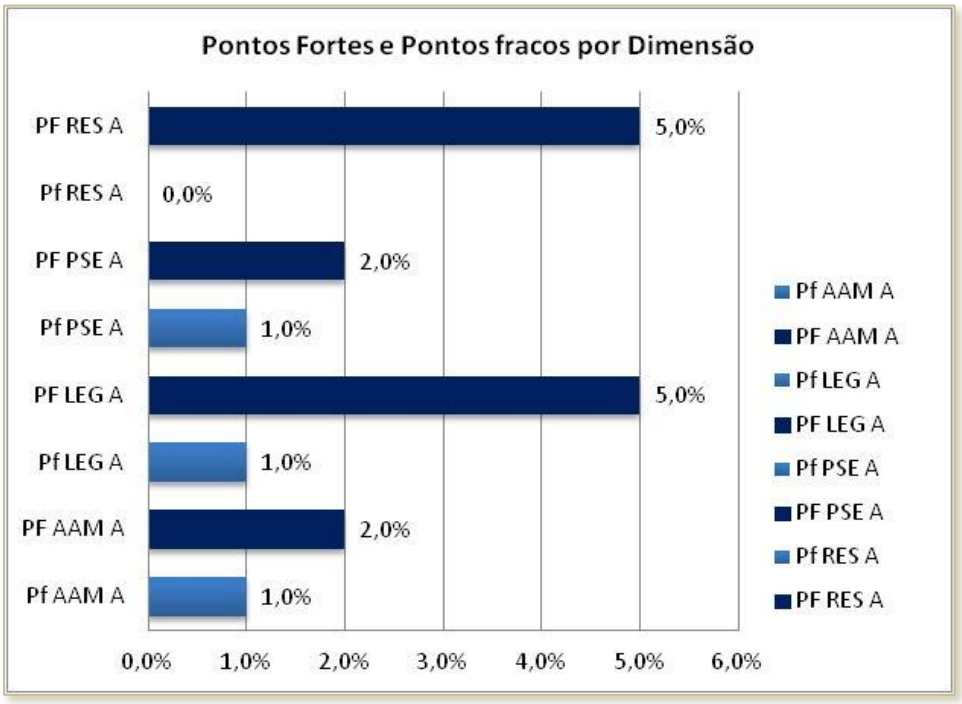


Gráfico 1: Distribuição das asserções (unidades de registo), destacadas do relatório de AEE (2007) relativas às categorias Pontos Fortes e Pontos fracos, por Dimensão.

Na segunda AEE, como demonstra o Gráfico 2, a distribuição dos pontos fortes por dimensão, concentrou-se nas dimensões, PSE B (5,8%) e RES B (5,3%), seguido das dimensões, LEG B (3,7%) e AAM B (2,8%). Quanto à distribuição dos pontos fracos, verifica-se a distribuição dos seguintes valores - (0,6%; 1,5%; 1,1% e 1%) - pelas quatro dimensões, respetivamente, RES B, PSE B, LEG B e AAM B.

Por conseguinte, aquilo que se verifica na globalidade e em ambos os ciclos de avaliação externa (AEE) é que, o número de asserções relativas a pontos fortes supera sempre o que corresponde a pontos fracos. Todavia é necessário esclarecer que, não existe "uma correlação linear entre o número de asserções categorizadas e o valor efetivo da prestação do Agrupamento", uma vez que a frequência de determinadas asserções, denota por parte das equipas, a necessidade de destacar positivamente ou negativamente alguns aspetos detetados (IGE, 2012, p. 26).

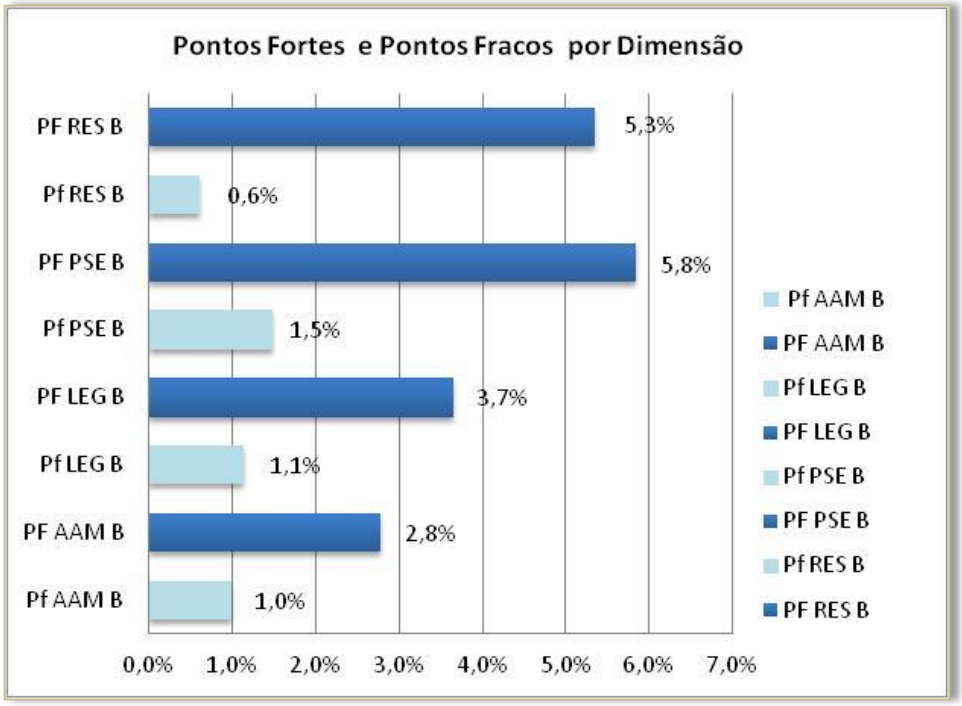


Gráfico 2: Distribuição da percentagem de asserções (unidades de registo) destacadas do relatório de AEE (2013) por Dimensão e Categoria

Segue no ponto seguinte, a análise de conteúdo das asserções (UR), com utilização das subcategorias que constam do quadro 11, constituída por três quadros (quadro 12, 13 e 14).

4.2.2. Análise das Mudanças na dimensão "Resultados"

A dimensão "Resultados" (RES), não apresenta do primeiro para o segundo ciclo de avaliação externa, uma diminuição das asserções positivas (Pontos Fortes), mantendo a tendência de área com potencialidades, onde o agrupamento deve continuar a reforçar a sua ação, no sentido da melhoria

contínua. Esta dimensão, evidencia desde a primeira avaliação, potencialidades como "área forte", caraterizada "por ações intencionais e sistemáticas" e " procedimentos estruturados" (RCA1, p.1). A distribuição dos pontos fracos "não afetam a mobilização para o aperfeiçoamento" (RCA1, p. 1) e não permitem detetar mudanças significativas neste domínio.

Destacamos contudo, duas asserções com sentido negativo, no 2ºciclo de AEE (2013):

> (…) à exceção de Português, em 2012, em que se regista um afastamento mais expressivo entre estas duas médias (4,5 valores). O Agrupamento está atento a este diferencial, mas precisa de ser mais célere na identificação das reais causas e na aplicação de medidas ajustadas (…) (RA1B, p.10)
> (…) No ensino secundário, existem algumas anulações de matrícula/desistências, necessitando o Agrupamento de criar mecanismos de monitorização destas situações (…) (RA1B, p.10).

Uma nota interessante a salientar, que reforça a convergência da substância das avaliações (positivas) entre ciclos de AEE e que emerge do cruzamento de dados entre relatórios, consiste na frequência com que são referidos no *corpus* dos dois relatórios de AEE, as unidades de registo, abaixo apresentadas e que permitem reforçar a interpretação enunciada,

> O Agrupamento revela alguns pontos fortes no âmbito dos resultados escolares (acima da média nacional), da participação e desenvolvimento cívico dos alunos e do comportamento e disciplina, numa ação concertada do Conselho Executivo e das estruturas de orientação educativa com a comunidade educativa (RA1A_RES, p.6).

> Quando comparados os resultados observados no Agrupamento com os das escolas do mesmo grupo de referência, verifica-se que estão acima e muito

acima da mediana, com exceção das taxas de conclusão dos 6.º e 9.º anos com potencial de melhoria (…) (RA1B_RES, p.7) (…) A análise dos resultados escolares focada no último triénio revela uma evolução nas taxas de transição/conclusão dos 1.º, 2.º e 3.ºciclos do ensino básico (…) (RA1B_RES, p.7).

4.2.3. Análise das Mudanças na dimensão "Prestação do serviço educativo

Para este ponto, elaboramos o quadro infra (Quadro 12). No que concerne às categorias definidas "Pontos fortes" e "Pontos fracos", e às subcategorias definidas neste domínio ("Planeamento e articulação"; "Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens"; "Práticas de ensino" e, "Outras") e comparando as asserções (positivas e negativas) nos dois ciclos, verifica-se o seguinte: globalmente, as debilidades (Pontos Fracos) detetadas no 1º ciclo foram superadas e, o ponto fraco, "articulação curricular" detetado como "fragilidade na avaliação externa realizada em 2007 (…) constitui um dos eixos de ação do projeto educativo do Agrupamento" (RA1–PSE, p.11). Para além disso, foram instituídas dinâmicas que, "potenciam o trabalho cooperativo, a sequencialidade das aprendizagens e a articulação vertical e horizontal" (RA1-PSE, p.11).

O aspeto negativo, "Acompanhamento e supervisão das práticas letivas", não foi superado tendo a equipa inspetiva da IGEC, referido a este propósito que, "não está implementada a supervisão da prática letiva na sala de aula e nas possibilidades que pode oferecer para o desenvolvimento profissional docente" (RA1B_ PSE, p.16).

Assim desta análise pode concluir-se que, à semelhança do que se verifica nas dimensões anteriores, esta dimensão já evidenciava indicadores de área

bem desenvolvida e consolidada e que no segundo ciclo de AEE não se verificaram mudanças relevantes.

Quadro 12: Dimensão " Prestação do serviço educativo" (A1)

Subcategorias	**1ª AEE** Unidades de registo (RA1A-PSE)	**2ª AEE** Unidades de registo (RA1B-PSE)
Monitorização e avaliação das aprendizagens "Acompanhamento e supervisão das práticas letivas"	(Pf) "O acompanhamento da prática letiva de cada professor é feito, por via indireta" "Os coordenadores consideram que é difícil exercer funções de supervisão em relação aos diferentes elementos do departamento ou mesmo da área disciplinar"	(Pf) "não está implementada a supervisão da prática letiva na sala de aula e nas possibilidades que pode oferecer para o desenvolvimento profissional docente" (PF) "Está instituída a prática sistemática dos órgãos de direção, administração e gestão e das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica monitorizarem e avaliarem os resultados dos alunos"
Planeamento e articulação "Articulação e sequencialidade" "Práticas colaborativas"	(Pf) "A articulação curricular é outra das prioridades e um objetivo a prosseguir no âmbito do Projeto Educativo" (Pf) "A coordenação e articulação intradepartamental, no âmbito científico e da consolidação de processos pedagógicos, ainda são débeis " (PF) " foram instituídas reuniões semanais de articulação curricular, num trabalho de cooperação entre todos"	(PF) "fragilidade na avaliação externa realizada em 2007, a articulação curricular constitui um dos eixos de ação do projeto educativo do Agrupamento" (PF) "No caso do Português e da Matemática o esforço de articulação continua mediado por um representante de cada um destes níveis de ensino" (PF) "estão instituídas dinâmicas que potenciam o trabalho cooperativo, a sequencialidade das aprendizagens e a articulação vertical e horizontal" (PF) "foram constituídas equipas pedagógicas e instituídas reuniões semanais dessas equipas, com duas formas distintas de funcionamento, que, alternadamente, focam questões pedagógicas e curriculares, com agendas previamente definidas" (PF) "os professores de uma

"Apoios pedagógicos"		mesma disciplina planificam conjuntamente a avaliação das aprendizagens"
"Planeamento das atividades extracurriculares"	(PF) "núcleo de apoio educativo bem organizado na sinalização e resposta a alunos com necessidades educativas especiais e a alunos com dificuldades de aprendizagem"	(PF) "o cuidado que é colocado na análise dos resultados obtidos pelos alunos permite que atempadamente sejam definidos os apoios a alunos que revelem dificuldades" (PF) "outros mecanismos de intervenção pedagógica: a sala de estudo, a sala de informática e as tutorias" (PF) "o plano anual de atividades do Agrupamento é construído a partir de propostas dos departamentos que procuram que essas atividades sejam multidisciplinares"

Fonte: Relatórios de AEE 2007 e 2013 (elaborado a partir do Apêndice B- Grelha analítica dos Relatórios de Avaliação externa. Dimensão 2 "Prestação do Serviço Educativo", RA1 – PSE)

4.2.4. Análise das Mudanças na dimensão "Liderança e Gestão"

Para este ponto, elaboramos o quadro infra (Quadro 13). Após analisar as duas categorias definidas, "Pontos Fortes" e "Pontos Fracos", e as subcategorias definidas nesta dimensão ("Projeto educativo- visão e estratégia"; "Protocolos e parecerias"; "Liderança e motivação"; "Participação dos pais e outros atores" e "Organização e Gestão"), não detetamos mudanças significativas do 1º para o 2º ciclo avaliativo. Assim, nesta dimensão, o que se verifica em ambos os ciclos de AEE, é a quase totalidade de asserções avaliativas, na categoria "Pontos Fortes".

Esta dimensão, evidencia acentuada tendência de "área forte", caraterizada "por ações intencionais e sistemáticas" e "procedimentos estruturados" (RCA1, p.1).

Quadro 13: Dimensão "Liderança e Gestão" (A1)

Subcategorias	**1ª AEE** Unidades de registo (RA1A-LEG)	**2ª AEE** Unidades de registo (RA1B-LEG)
Projeto Educativo, Visão e estratégia	(PF) "O Agrupamento faz o planeamento e desenvolvimento das actividades tendo como linha orientadora o Projecto Educativo, cuja elaboração teve por base um inquérito lançado a toda a comunidade educativa" (PF) "forte liderança da Presidente do Conselho Pedagógico" (PF)"O Conselho Executivo tem uma visão clara das soluções para os problemas do Agrupamento e age com celeridade e eficácia" (Pf) "A visão que esta liderança tem para o Agrupamento assenta na continuidade de uma missão tradicional que, por vezes, surge como entropia à introdução de atitudes de inovação ou aceitação de processos de mudança"	(PF) "O projeto educativo do Agrupamento, cujo lema é […], define finalidades e identifica, em domínios de intervenção que considerou prioritários, as áreas de melhoria, as estratégias a implementar e as metas a atingir " (PF) "emerge deste planeamento uma visão de escola orientada para o desenvolvimento do processo de ensino" (PF) "aprendizagem, centrada na promoção de uma cultura de rigor, exigência e esforço e de respeito pela individualidade de cada aluno" (PF) "a ação educativa do Agrupamento para a melhoria da qualidade das aprendizagens e para o desenvolvimento da cidadania" (Pf) "Necessidade de definir a evolução esperada pelo Agrupamento, consubstanciada em metas quantificadas e avaliáveis"
"Atividades que operacionalizam a visão"	(PF) "realiza atividades de reconhecido significado para a comunidade educativa"	(PF) "participação de alunos e profissionais em projetos e iniciativas de formação e de socialização"
Protocolos e parcerias	(PF) "envolve-se em algumas parcerias, protocolos e projetos, procurando dar resposta a algumas das suas necessidades" (PF) "obtenção de receitas próprias, para além das provenientes do Orçamento Geral de Estado,	(PF) "estreita relação do Agrupamento com a Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia" (PF) "contributo do Agrupamento para o desenvolvimento da comunidade envolvente"

	destacando-se as candidaturas a projetos, aluguer de espaços e os donativos”	(PF) “O Agrupamento estabelece uma relação efetiva com entidades públicas e privadas”
Organização e Gestão	(PF) “liderança de topo – Conselho Executivo – que apoia a sua ação nas estruturas de gestão intermédia, nos professores e numa equipa de funcionários não docentes eficaz e empenhada” (PF) “A Associação de Pais da EB 1 é bastante ativa” (Pf) “A participação dos diferentes atores na definição de prioridades e das atividades é muito mais reativa do que proactiva” (PF)“o Agrupamento evidencia uma prática de socialização na cultura escolar que se tem revelado eficaz”	(PF) “o sentido de pertença e de identificação com o Agrupamento que é fomentado no quotidiano escolar pelas diferentes lideranças, através de iniciativas pertinentes” (PF) “O desenvolvimento profissional é promovido através do trabalho cooperativo, com expressão nas reuniões das equipas pedagógicas” (Pf) “reforçar os processos de comunicação interna e externa”

Fonte: Relatórios de AEE 2007 e 2013 (elaborado a partir do Apêndice B- Grelha analítica dos Relatórios de Avaliação Externa Dimensão 2 “Liderança e Gestão”,RA2 – LEG)

No que concerne a esta dimensão, podemos observar uma evolução (positiva), cujo conteúdo se torna visível em algumas asserções e em áreas estratégicas como, “Projeto Educativo” e, “Visão e estratégia”. De acordo com as equipas inspetivas (IGEC), foram definidas as “áreas de melhoria, as estratégias a implementar e as metas a atingir” (RA1B-LEG, p.17). Na subcategoria “Protocolos e parcerias”, no 2º ciclo, o agrupamento “ estabelece uma relação efetiva com entidades públicas e privadas” (RA1B-LEG, p.18).

4.2.5. Análise das Mudanças na dimensão "Autoavaliação e melhoria"

Esta dimensão, apresenta um perfil de ação e de procedimentos semelhante, em ambos os ciclos de AEE. Do primeiro para o segundo ciclo de avaliação externa, mantem-se a substância das asserções (aspetos positivos, aspetos negativos) (Quadro 14) em aspetos estruturais (processos), conforme se pode verificar pelo conteúdo da seguinte asserção, "necessidade de aprofundar o impacto da autoavaliação na organização e nas práticas profissionais" (RA1B_AAM, p.25).

Quadro 14: Dimensão " Autoavaliação e melhoria" (A1)

Subcategorias	**1ª AEE** Unidades de registo (RA2A-AAM)	**2ªAEE** Unidades de registo (RA2B_AAM)
Consolidação e alargamento "Cultura de avaliação"	(PF) "desde 2001/2002 até ao momento, já foram criadas quatro comissões de avaliação interna, por iniciativa da Assembleia de Escola/Agrupamento" (Pf) "o Agrupamento parece não conhecer muito bem os seus pontos fracos e não reconhece ameaças à sua ação"	(Pf) "encontrar formas de envolver a comunidade educativa em todo o processo de autoavaliação"
Sustentabilidade do processo "Sistematicidade do processo	(PF) "a comissão de avaliação interna em funções, atualmente, foi nomeada (…) com um mandato de vigência por três anos e tem como objetivo primordial avaliar o Projeto Educativo" (PF) "existe um processo sistemático de auto- avaliação" (Pf) "não possui um conhecimento sistemático do impacto da sua ação educativa" (Pf) "é ainda pouco clara a forma como as estruturas intermédias têm utilizado essa reflexão na	(PF) "A atual comissão de avaliação interna, mandatada para monitorizar o projeto educativo, reajustados os instrumentos de avaliação de forma a corresponderem aos objetivos deste documento estruturante" (PF) "foram aplicados questionários de satisfação a professores, pessoal não docente, alunos e encarregados de educação que abrangem outras dimensões do funcionamento do Agrupamento"

Impacto da autoavaliação "Natureza E sustentabilidade do processo" "Planeamento do processo de autoavaliação"	reformulação das suas práticas" (PF) "O agrupamento tem a perceção da importância da avaliação interna como fator estruturante para um processo contínuo da melhoria do seu desempenho"	(Pf) "aprofundar o impacto da autoavaliação na organização e nas práticas profissionais" (Pf) "as competências da comissão de avaliação interna (…) podem dar maior robustez ao processo de autoavaliação, tornando-o mais abrangente e dotando os referenciais com indicadores de medida, de modo a potenciar a elaboração de planos de melhoria" (PF) "foi com base num relatório elaborado por uma comissão e nos resultados da última avaliação externa, entre outros documentos, que foram elencados os pontos fortes e fracos para a reformulação do projeto educativo, permitindo, assim, direcionar a atenção para as áreas de maior fragilidade e dar-lhes prioridade"
	(PF) "estabeleceu uma metodologia para avaliação dos resultados escolares e fez propostas de instrumentos de avaliação de atividades e de estruturas"	(PF) "As diversas lideranças e a comunidade escolar, em geral, revelam capacidade de autorregulação"

Fonte: Relatórios de AEE 2007 e 2013 (elaborado a partir do Apêndice A- Grelha analítica dos Relatórios de avaliação Externa. Dimensão 4 "Autoavaliação e Melhoria",RA2 – AAM).

A análise efetuada ao conteúdo do quadro supra (Quadro 14), permite identificar asserções positivas e negativas nesta dimensão. O agrupamento já tinha "cultura de avaliação", desde 2001, tendo "criado quatro comissões de avaliação interna, por iniciativa da Assembleia de Escola/Agrupamento" (RA1A –AAM, p.23), com o objetivo de "avaliar o Projeto Educativo"(idem, ibidem).

No que concerne ao processo de autoavaliação implementado, pode dizer-se que, é "sistemático", pese embora, necessite de "encontrar formas de

envolver toda a comunidade educativa" e seja ainda "pouco clara a forma como as estruturas intermédias têm utilizado essa reflexão na reformulação das suas práticas" (RA1-AAM, p.25). Ou seja, o agrupamento necessita de aprofundar o "impacto da autoavaliação na organização e nas práticas profissionais" (RA1B-AAM, p.25) para dar mais "sustentabilidade ao processo" de modo a " potenciar a elaboração de planos de melhoria" (RA1B –AAM, p.25).

4.2.6. Agrupamento A2

Iniciamos este ponto com a análise dos gráficos 3 e 4. Ambos os gráficos ilustram a distribuição do peso em percentagem das asserções (unidades de registo) pelas categorias Pontos Fortes (PF) e Pontos fracos (Pf) nas quatro dimensões de análise, consideradas neste estudo (Quadro 11), os dados considerados constam do Apêndice F.

Tendo por objetivo facilitar a leitura dos Gráficos 3 e 4, passamos a apresentar a respetiva legenda:

Legenda dos Gráficos 3 e 4 :

- Pontos Fortes- (PF)
- Pontos fracos- (Pf)
- Dimensão 1- Resultados – RES A (1º ciclo) e RESB (2º ciclo)
- Dimensão 2 -Prestação do Serviço Educativo-PSE A (1º ciclo) e PSE B (2º ciclo)
- Dimensão 3- Liderança e Gestão - AAM A (1º ciclo) e AAM B (2º ciclo)
- Dimensão 4- Autoavaliação e Melhoria - AAM A (1º ciclo) e AAM B (2º ciclo)

Na primeira AEE 2009, (Gráfico 3), no que diz respeito à distribuição dos pontos Fortes, o valor mais elevado concentrou-se na dimensão, LEG A (6%) seguido de AAM A (3%) e RES A e PSE A (1%). Quanto à distribuição dos pontos fracos, o valor mais elevado de asserções distribui-se pelas dimensões LEG A (5%) e AAM A (4%), seguidas de RES A e PSE A (2% e 1%).

No que diz respeito à segunda AEE 2013, (Gráfico 4), a distribuição dos pontos fortes por dimensão, concentrou-se nas dimensões, PSE B (6%) e LEG B (4%), seguidas das dimensões, RES B (3%) e AAM B (1%).

Quanto à distribuição dos pontos fracos, verifica-se que, o valor se concentrou nas dimensões, RES B e PSE B (4%), seguido do valor distribuído pelas dimensões LEG B e AAM B, ambas com o mesmo peso (1%).

Assim, efetuando a análise comparativa, na primeira AEE 2009 (Gráfico 3), verifica-se que o número de asserções relativas a pontos fracos supera, quase

sempre, o que corresponde a pontos Fortes, (exceção seja feita à dimensão LEG A), enquanto na segunda AEE 2013 (Gráfico 4), se verifica uma evolução positiva na distribuição das asserções, uma vez que, na globalidade o número de asserções relativas a pontos Fortes supera sempre o que corresponde a pontos fracos.

Na globalidade, neste ciclo de Avaliação Externa (AEE), verifica-se que o número de asserções relativas a pontos Fortes, supera quase sempre (exceção seja feita à dimensão RES B), as asserções relativas aos pontos fracos. Além disso, outra síntese se pode retirar da análise gráfica, e que diz respeito ao peso relativo da distribuição das asserções positivas e negativas por dimensão. Assim, as dimensões com maior peso de percentagens são a PSE B (10%) e RES B (7%) seguidas da dimensão LEG B (5%) e AAM B (2%).

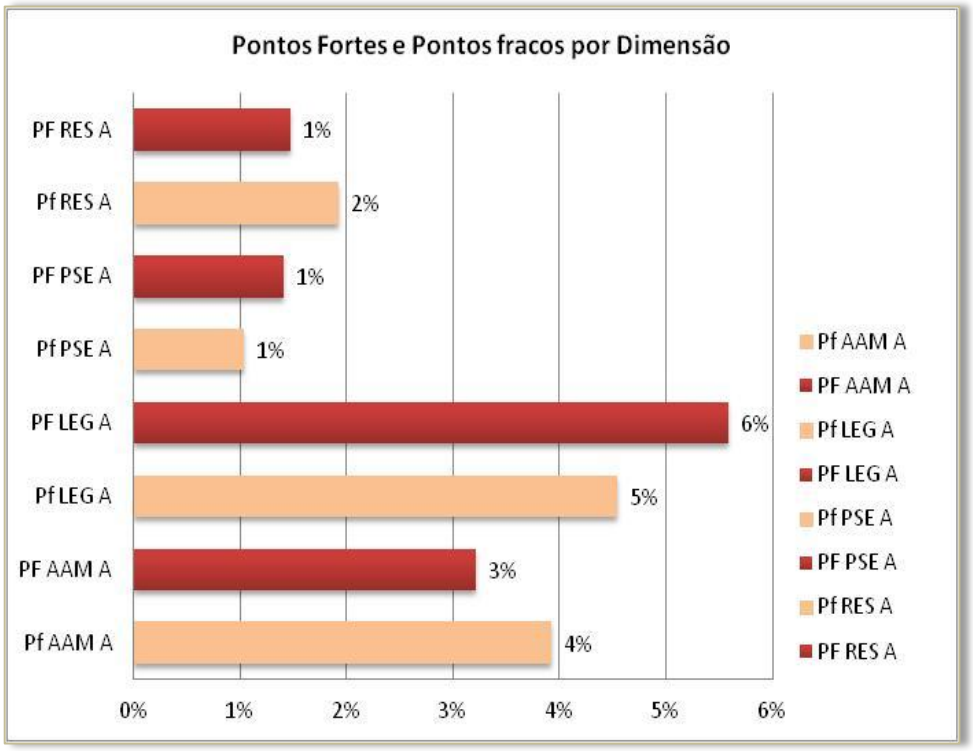


Gráfico 3: Distribuição da percentagem de asserções (unidades de registo) destacadas do relatório de AEE (2009) por Dimensão e Categoria. Fonte: IGEC 2009/2010

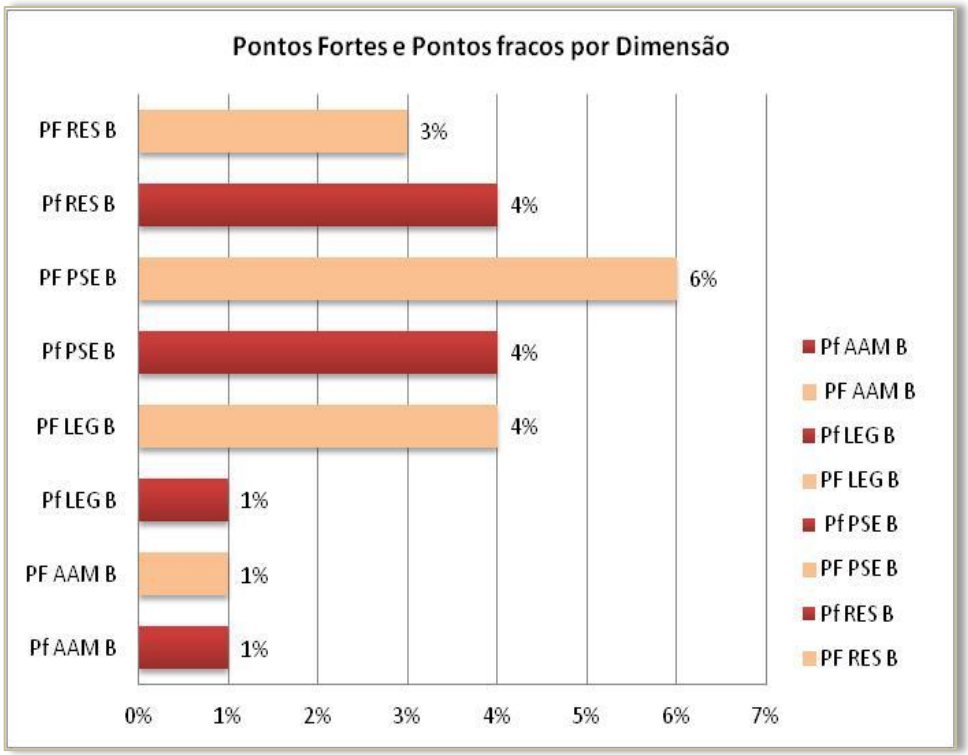


Gráfico 4: Distribuição da percentagem de asserções (unidades de registo) destacadas do relatório de AEE (2013) por Dimensão e Categoria. Fonte: IGEC 2012/ 2013

4.2.7. Análise das Mudanças na dimensão "Resultados"

A dimensão "Resultados" (cf. Apêndice F) apresenta, do primeiro para o segundo ciclo de avaliação externa, uma diminuição pouco significativa, das asserções negativas (Pf) face às asserções positivas (PF), mantendo a tendência de área de melhoria prioritária, onde o agrupamento deve incidir e concentrar os seus esforços, por forma a sistematizar a ação e estruturar os procedimentos. Verifica-se assim que, a distribuição e a frequência de asserções negativas (Pf), no 2º ciclo de AEE, por comparação ao 1º ciclo, não

permitem detetar mudanças significativas neste domínio. Assim, destacamos alguns aspetos negativos, que consideramos relevantes pela frequência com que são referidos no corpo do relatório de AEE, no 2º ciclo e que reforçam esta análise:

> Quando comparados os referidos resultados do Agrupamento com os das escolas do mesmo grupo de referência, verifica-se que, na generalidade, estavam abaixo da mediana (…) (RA2-RES, p.45).

> (…) Não obstante o contexto socioeconómico e cultural ser desfavorável, o facto de os resultados observados, em 2010-2011, se situarem globalmente aquém dos valores esperados, quando comparados com os das escolas de contexto análogo e com as do mesmo grupo de referência, mostra que existe um caminho de melhoria e sustentabilidade que o Agrupamento tem de percorrer (RA2-RES, p.46).

> (…) em síntese a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos seus percursos escolares. (…) as ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da vida escolar (RA2-RES, p.43).

4.2.8. Análise das Mudanças na dimensão "Prestação do serviço educativo"

A "Prestação do Serviço Educativo", neste agrupamento de escolas, de acordo com os relatório da AEE (2009 e 2013), está enquadrada por, "fatores

sócio escolares que, objetivamente, se apresentam como condicionalismos ao desenvolvimento da prática profissional dos docentes" (RA2A-PSE, p.56).

Contudo, e apesar deste enquadramento, esta dimensão, evidencia mudanças avaliativas com sentido positivo, uma vez que, apresenta do primeiro para o segundo ciclo de avaliação externa, uma mudança de sentido na distribuição das asserções (positivas e /ou negativas). Por conseguinte, comparando as duas AEE (1º e 2º ciclo), através da análise dos gráficos 3 e 4, esta dimensão, apresenta uma mudança significativa do peso total de asserções de 2 % para 10%, e um predomínio dos Pontos Fortes (PF) na 2ª AEE, respetivamente 6%, sendo de assinalar que na 2ª AEE, o peso das asserções negativas é de 4%.

Apresentamos, no quadro seguinte (Quadro 15), a análise de conteúdo, às subcategorias - ("Planeamento e articulação" e "Monitorização e avaliação das aprendizagens"), com maior peso de percentagem de asserções nesta dimensão. Da análise, sobressai um sentido claro de mudança e melhoria na "Articulação e sequencialidade" e, na "Monitorização e avaliação das aprendizagens", apesar de se manterem os aspetos negativos, detetados na primeira AEE (1º ciclo), no que diz respeito aos "Apoios pedagógicos" e ao "Acompanhamento e supervisão das práticas letivas".

Quadro 15: Dimensão " Prestação do Serviço Educativo" (A2)

Subcategorias	1ª AEE Unidades de Registo (RA2A-PSE)	2ª AEE Unidades de Registo (RA2B_PSE)
Planeamento e articulação "Articulação e sequencialidade" "Oferta formativa" "Apoios pedagógicos" "Planeamento das atividades extracurriculares"	(Pf) "(…) débil articulação e sequencialidade entre os 2.º e 3.º ciclos e entre este e o ensino secundário" (Pf) "A componente prática da aprendizagem das ciências (…) não se traduz em atividades experimentais/laboratoriais regulares e sistemáticas" (PF) "Agrupamento organiza apoios educativos diferenciados" (Pf) "não estão instituídos apoios pedagógicos a todas as disciplinas" (PF) "atividades, projetos e concursos que expressam as dimensões sociais, artísticas, desportivas e culturais da educação	(PF) "A articulação entre as diversas áreas disciplinares/disciplinas é visível (…) esta área evidencia melhorias" (PF) "Foram implementados projetos de promoção do sucesso escolar" (PF) "Há evidências de uma evolução na realização de práticas experimentais das ciências" (PF) "oferta formativa profissionalizante, que procura responder às expectativas dos alunos" (Pf)" a reflexão mais aprofundada sobre as respostas no âmbito dos apoios educativos para os alunos com dificuldades de aprendizagem" (PF) "O trabalho desenvolvido nas áreas da música, da pintura de cerâmica e do desporto pelos bons resultados alcançados interna e externamente"
Monitorização e avaliação das aprendizagens "Acompanhamento e supervisão das práticas letivas" "Práticas de ensino" "Monitorização e	(Pf) "O acompanhamento e a supervisão das práticas em sala de aula são efetuados, por via indireta, nas reuniões de departamentos (…)" (Pf) "O exercício da prática letiva está condicionado por especificidades decorrentes do contexto social e escolar, com maior incidência na Escola sede"	(Pf) "O acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula, numa perspetiva de melhoria do desenvolvimento profissional dos docentes" (Pf) "O acompanhamento da prática letiva é realizado de modo informal" (PF) "Há evidências de práticas colaborativas entre docentes planificações conjuntas, elaboração de instrumentos de avaliação e partilha de materiais pedagógicos e de práticas bem-sucedidas"

avaliação das aprendizagens	(Pf) "nas reuniões de departamentos, docentes e grupos disciplinares, essencialmente através da monitorização de programas, da uniformização dos critérios de avaliação e da partilha de experiências e informações"	(PF) "Foram implementados projetos de promoção do sucesso escolar" (PF) "acompanha e monitoriza os resultados das aprendizagens dos seus alunos [...] identifica os múltiplos problemas"

Fonte: Relatórios de AEE 2009 e 2013 (elaborado a partir do Apêndice F- Grelha analítica dos Relatórios de Avaliação Externa, Dimensão 2 "Prestação do Serviço Educativo" RA2 – PSE)

4.2.9. Análise das Mudanças na dimensão "Liderança e Gestão"

Na sequência da análise efetuada às categorias definidas, "Pontos Fortes" e, "Pontos fracos", para todas as subcategorias definidas nesta dimensão - ("Projeto educativo- visão e estratégia"; "Protocolos e parcerias"; "Liderança e motivação"; "Participação dos pais e outros atores" e, "Organização e Gestão"), detetamos um conjunto de mudanças, na organização do agrupamento, do primeiro para o segundo ciclo avaliativo, a que corresponde, uma diminuição do número de asserções na categoria "Pontos fracos", acentuando a tendência de "área forte", com potencialidades, bem estruturada e sistemática, já identificada como tal, pelas equipas inspetivas, no primeiro ciclo avaliativo (AEE, 2009).

Apresentamos no quadro infra (Quadro 16), a análise de conteúdo, às subcategorias (Projeto educativo – Visão e estratégia; Protocolos e parcerias e Organização e gestão), com maior peso de percentagem de asserções nesta dimensão.

Comparando as duas AEE (1º e 2º ciclo), através da análise dos gráficos 3 e 4, esta dimensão, apresenta uma mudança significativa do peso total de asserções de 11% para 5%, e um predomínio das asserções positivas em ambos os ciclos, respetivamente 6% e 4%, sendo de assinalar que na 2ª AEE, o peso das asserções negativas é de 1%.

Quadro 16: Dimensão " Liderança e Gestão" (A2)

Subcategorias	**1ª AEE** Unidades de registo (RA2A-LEG)	**2ª AEE** Unidades de registo (RA2B- LEG)
Projeto Educativo, Visão e estratégia "Atividades que operacionalizam a visão"	(Pf) "O projeto de constituição do território educativo de intervenção prioritária de 2ª geração, foi assumido, nesta fase, como o Projeto Educativo do Agrupamento" (Pf) "No entanto, a inexistência de um verdadeiro Projecto Educativo de Agrupamento poderá condicionar o seu desenvolvimento futuro" (Pf) "a falta de um Projeto Educativo pensado e construído conjuntamente pode dificultar a mobilização da comunidade educativa." ----------	(PF) "A visão estratégica do Agrupamento centra-se no apoio à melhoria das aprendizagens, prevenção do abandono, absentismo e indisciplina, relação escola-família-comunidade e monitorização e autoavaliação" (PF) "É notório o empenho dos docentes que, com o apoio da direção e de entidades públicas e privadas, têm vindo a construir uma imagem social positiva do Agrupamento" (PF) "As atividades que operacionalizam a referida visão, constantes do plano anual, são coerentes com o projeto educativo,"
Protocolos e Parcerias	(PF) "O Agrupamento revela abertura à inovação que se objectiva na adesão a projecto parcerias, alguns com projecção a nível local e nacional (…)Para debelar as problemáticas, o Agrupamento conta com a participação da Autarquia e de outras parcerias activas"	(PF) "A estreita relação com a Câmara Municipal (…)é bem visível na participação em projetos comuns e na partilha de preocupações e anseios" (PF) "O desenvolvimento diversificado de projetos e atividades, (…)contribuem de forma eficaz para a formação integral dos alunos"

Organização e Gestão	(PF) "a gestão deste contexto sócioescolar demanda uma forte liderança, estabilidade organizativa e politicas internas globais e integradas" "relação comunicacional aberta e na gestão flexível de expectativas e interesses" (PF) "As lideranças, os docentes e os não docentes do Agrupamento estão genericamente empenhados"	(PF) "têm contribuído a dedicação do diretor, a sua forte convicção na melhoria do desempenho organizacional, a gestão de proximidade que implementa e a liderança partilhada e valorizadora das estruturas intermédias" (PF) "o Agrupamento apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes" " A gestão criteriosa dos recursos humanos (…) que contribui para o bom ambiente educativo "
"Conservação e manutenção das instalações e equipamentos"	(PF) "As instalações da Escola sede estão a sofrer obras de requalificação" (Pf) "Há evidências de condições pouco adequadas de privacidade e de bem-estar nos balneários do pavilhão desportivo. "Os alunos com mobilidade condicionada, (…) na Escola sede, não dispõem de adaptações arquitetónicas"	*Nota: Foram realizadas obras de e requalificação e valorização das instalações. No entanto o relatório de AEE é omisso neste aspeto)

Fonte: Relatórios de AEE 2009 e 2013 (elaborado a partir do Apêndice F- Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa. Dimensão 3 "Liderança e Gestão" RA2 – LEG, p.55)

Para finalizar, destacamos do *corpus* do relatório de AEE (2º ciclo), uma síntese descritiva positiva, que consideramos relevante e que reforça esta análise,

> O Agrupamento apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes (…) e a "gestão criteriosa dos recursos humanos (…) que contribui para o bom ambiente educativo" (RA2-LEG, p. 57)

4.2.10. Análise das Mudanças na dimensão "Autoavaliação e melhoria"

Através da análise dos gráficos 3 e 4 e, adotando uma perspetiva de análise comparativa, podemos demonstrar que, esta dimensão, apresenta uma mudança significativa do peso total de asserções de 7 % para 2%, respetivamente da primeira para a segunda AEE.

Por conseguinte, quanto à distribuição dos pontos Fortes (PF) e pontos fracos (Pf), o que se verifica na primeira AEE, é a existência de predomínio dos pontos fracos (4%), sobre os pontos fortes (3%), enquanto na segunda AEE, estão distribuídos de forma uniforme (1%).

No que concerne à segunda AEE, a análise apresentada no quadro seguinte (Quadro 17), permite demonstrar a existência de mudanças no sentido da melhoria. Além disso, esta dimensão regista, a implementação de uma cultura de avaliação, sustentada no planeamento e sistematicidade do processo e, na criação de um "quadro de referências da autoavaliação", "bem estruturado" (RA2B-AAM, p. 64).

Ainda no que respeita às mudanças no sentido da melhoria, esta dimensão evidencia "melhorias" significativas, que compreendem, mudanças organizativas, na sistematização e intencionalidade da ação e no caráter estrutural dos procedimentos uma vez que, passa a existir um "planeamento do processo de autoavaliação", foi criada "uma equipa para o efeito", o procedimento é "regular" e está estruturado com "quadro de referências, referentes e indicadores" (RA2B_AAM, p.63-64).

Quadro 17: Dimensão "Autoavaliação e melhoria" (A2)

Subcategorias	**1ª AEE** Unidades de Registo (RA2A- AAM)	**2ª AEE** Unidades de Registo (RA2B-AAM)
Consolidação e alargamento "Cultura de avaliação"	(Pf) "débil e incipiente", sem "perspetiva abrangente"	(PF) " processo de autoavaliação regular"
Sustentabilidade do processo "Sistematicidade do processo"	(Pf) "O Processo não é sistemático" com " participação dos vários elementos da comunidade escolar"	(PF) "Processo de autoavaliação regular com melhorias" "Foi constituída uma equipa para o efeito"
Impacto da Autoavaliação "Natureza do processo e sustentabilidade " "Planeamento do processo de autoavaliação" "Quadro de referências da autoavaliação"	(Pf) "não tem caráter estratégico" "área pouco conseguida" (Pf) "o carácter coerente e estratégico da autoavaliação ainda é uma área pouco conseguida"	(PF) "processo de autoavaliação regular" (PF) "existe planeamento do processo de autoavaliação" "processo regular" (PF) "processo com quadro de referências, referentes e indicadores, bem estruturado"

Fonte: Relatórios de AEE 2009 e 2013 (elaborado a partir do Apêndice F- Grelha analítica dos Relatórios de Avaliação Externa, Dimensão 4 "Autoavaliação e Melhoria" RA2 – AAM, p. 63-66)

4.3. PLANEAMENTO DAS AÇÕES DE MELHORIA APÓS A AVALIAÇÃO EXTERNA

Expomos neste subcapítulo, a análise aos resultados obtidos de acordo com a metodologia utilizada, tendo por objetivo averiguar, qual o tipo de ações que, integram o plano de Melhoria de cada Agrupamento da amostra.

Neste contexto a nossa análise focou-se no planeamento das ações de melhoria, após a avaliação externa (AEE, 2º ciclo) e incidiu na análise dos documentos construídos pelos agrupamentos após a avaliação externa (2º ciclo), Plano de Melhoria, Projeto Educativo e Relatório de Autoavaliação, por forma a reunir para cada agrupamento, as áreas e ações de melhoria, tal como se apresentam nos respetivos documentos e, a possibilitar o seu enquadramento nas quatro dimensões consideradas na análise categorial deste estudo ("Resultados"; "Prestação do Serviço Educativo"; "Liderança e Gestão"; e "Autoavaliação e Melhoria") (cf. Apêndices C a E e G a J).Por termos verificado que, em ambos os agrupamentos, a dimensão "Liderança e Gestão", não continha asserções negativas, nem constituía uma área relevante, para a construção dos respetivos Planos de Melhoria, optamos por não efetuar nenhuma recolha de dados para esta dimensão.

Ao longo do trabalho de pesquisa realizamos uma análise exaustiva, a cada documento por forma a extrair as unidades de registo, e a encontrar a correspondência entre estas e, as áreas de melhoria detetadas pela IGEC. Assim, após elaborarmos a análise de cada documento, procedemos à sua síntese, em duas grelhas analíticas de síntese das ações de melhoria, para cada Agrupamento. As duas grelhas analíticas estão apresentadas nos apêndices E e J (volume II).

4.3.1. Agrupamento A1

A análise do plano de melhoria do Agrupamento A1, permite aferir que este, "considera sobretudo, o relatório de avaliação externa na sequência da avaliação externa do Agrupamento de Escolas (…), e o último relatório de autoavaliação, não podendo ser tomado como referência forte, o Projeto Educativo em vigor, já que este se encontra em fase de revisão". No entanto, como é referido no mesmo documento, "um plano de melhoria, não se esgota na sua conceção e análise dos pontos fortes e pontos fracos da organização mas, como documento de planeamento estratégico, também tem de ter presente os constrangimentos e as oportunidades para a organização, tendo em conta o ambiente interno e externo" (PMA1, p.2).

Por conseguinte, da análise efetuada sobressai que, este plano de melhoria, embora identifique os constrangimentos e oportunidades para o Agrupamento, foi realizado tendo em consideração o relatório de avaliação externa (AEE) e, neste sentido, as ações que apresenta, enquadram-se exclusivamente no domínio das áreas de melhoria identificadas pela IGEC (PMA1, p.2).

Globalmente, da análise a todos os documentos, e em todas as dimensões, verifica-se que o planeamento das áreas de ação do agrupamento, incide prioritariamente nas áreas de melhoria identificadas pela IGEC, no respetivo Relatório de Avaliação Externa.

4.3.2. Agrupamento A2

A análise efetuada ao planeamento das ações após a avaliação externa (AEE, 2º ciclo), incidiu nos documentos do Agrupamento A2 (cf. Apêndices G,

H e I, volume II). Esta análise é constituída por três grelhas onde tentamos fazer a correspondência entre, as asserções destacadas do relatório de avaliação externa (2º ciclo) e as unidades de registo presentes nos documentos do Agrupamento, que constituem o planeamento de ações por elas direcionado. A análise dos dados extraídos confirma que, as ações integrantes do Plano de Melhoria e dos restantes documentos (DPA), incidem nas áreas de melhoria identificadas pela IGEC (2013).

O plano de melhoria do Agrupamento A2, considera apenas, as áreas sinalizadas como "áreas de melhoria" no relatório de avaliação externa do Agrupamento. Deste modo, não considera os constrangimentos e as oportunidades para a organização, tendo em conta o ambiente interno e externo da organização, pelo que, as ações que apresenta, enquadram-se exclusivamente no domínio, das áreas de melhoria identificadas pela IGEC.

Por conseguinte, não revela articulação com o processo de autoavaliação do agrupamento, nem evidencia mecanismos "próprios" internos de produção e aplicação de conhecimento produzido no interior da organização, através dos mecanismos de autoavaliação.

4.4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com a apresentação dos resultados alcançados, tendo em conta toda a análise pormenorizada, respondemos diretamente às duas questões específicas iniciais: *Em que medida é possível identificar mudanças nos dois Agrupamentos de escolas, após o 1º ciclo? E após o 2º ciclo avaliativo, que tipo de ações integram o plano de melhoria?*

Todavia ainda falta clarificar a questão de partida definida na apresentação do plano de investigação: *Em que medida a avaliação externa contribui para a*

elaboração e implementação do plano de melhoria e consequentemente para a sustentabilidade da melhoria contínua na escola?

Tendo por objetivo, efetuar uma conclusão comparativa, são várias, as asserções constantes dos quatro relatórios que, permitem confirmar o contributo da avaliação externa (impacto), na reorganização pedagógica dos agrupamentos e na elaboração e implementação das ações de melhoria. Destacamos neste ponto algumas, pela importância que têm na conclusão deste estudo.

De acordo com a Inspeção Geral da Educação (IGE, 2012, p.28), no domínio Resultados[11] (no 1º ciclo), considerando a amostra de escolas a nível nacional, *o sucesso educativo*, representa o fator com maior predomínio de asserções negativas. Além disso, as escolas integradas em programas TEIP, como é o caso do agrupamento A2, registam a atribuição de classificações menos positivas. De acordo com o mesmo relatório, estas escolas apresentam, globalmente, resultados académicos muito inferiores aos nacionais, e, na maioria dos casos, assinalam elevadas taxas de insucesso escolar. Apesar da atenção aos resultados académicos ter conduzido à concretização de estratégias pedagógicas e planos de ação, por parte destas escolas, o impacto das medidas preconizadas foi pouco visível, nalguns casos, comprometendo a melhoria dos resultados. Ainda no 1º ciclo, e nos TEIP, o fator que reuniu maior número de asserções associadas a pontos fracos foi a "articulação e sequencialidade".

Tendo em conta que, um dos objetivos da AEE, concretiza-se através da "promoção do progresso das aprendizagens e dos resultados dos alunos, identificando pontos fortes e áreas prioritárias", para a melhoria dos resultados das aprendizagens (IGE, 2012, p. 63), vamos analisar na Dimensão

---

11 O domínio resultados, destaca as aprendizagens dos alunos e questiona a escola, sobre o conhecimento e o modo como garante esses resultados (IGE, 2012).

"Resultados" (RES), os aspetos que evidenciam o contributo da AEE no planeamento e implementação da melhoria (impacto) e que, foram objeto de atenção específica por parte dos dois agrupamentos em estudo:

- ✓ Agrupamento A1

No relatório de avaliação (RA1B, p.9), refere que é necessário, efetuar "a identificação mais célere das reais causas do diferencial entre as médias da classificação interna e de exame de Português do 12º ano, em 2012, em ordem à aplicação de medidas ajustadas (…)".

De acordo com o Plano de Melhoria (PMA1) do agrupamento, a intenção de ação do agrupamento, está expressa nas seguintes unidades de registo, "Diminuir o diferencial entre as médias da classificação interna e da classificação externa" (PMA1, p.6), "Melhorar os resultados da avaliação interna e da avaliação externa" (idem, ibidem), e, "Atribuição, no ano letivo 2013/2014, na componente não letiva (CNL) de coordenação curricular definida no horário dos professores do 12ºano, para definição da estrutura dos instrumentos de avaliação "(PMA1, p.6). No mesmo sentido, destacamos do Projeto Educativo, várias intenções de ação neste sentido, são elas: "Análise e reflexão sobre os resultados da avaliação sumativa interna e externa (Departamentos, Conselho Pedagógico e Conselho Geral)"(PEA1, p.6) e, "aumentar em 2% as percentagens de sucesso no ensino secundário"(PEA1, p.6).

- ✓ Agrupamento A2

O relatório de avaliação externa (RA2B, p.9), aponta como área de melhoria "O desenvolvimento mais aprofundado das orientações curriculares na educação pré-escolar de modo a assegurar condições de maior sucesso na etapa educativa seguinte". De acordo com a pesquisa que efetuamos nos documentos do agrupamento, a intenção de ação do agrupamento está expressa na seguinte unidade de registo, "Projeto Incluir para Emergir (no 1.º

Ciclo), com a promoção, em contexto de sala de aula, de assessorias de docentes ” (PEA2, p. 33).

O relatório de avaliação externa (RA2B, p.3), aponta como ponto fraco, os resultados do agrupamento, quando comparados com os das escolas do mesmo grupo de referência, para os quais se verifica que, “na generalidade, estavam abaixo da mediana, com exceção da média das classificações no exame nacional de Português do 12.º ano, que ficou acima”. De acordo com as unidades de registo extraídas do Projeto Educativo (PEA2) o agrupamento assume que, “a maior fragilidade são, sem dúvida, os resultados académicos ” (PEA2, p.29), e, como tal, a sua ação será direcionada de forma a que, “todos os esforços (sejam) orientados para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos, com vista a munir os alunos de competências que aumentem a sua empregabilidade” (idem, ibidem); para além disso, a sua ação futura traduzir-se-á no, “apoio à melhoria das aprendizagens” (idem, p.30), e ainda na possibilidade de “coadjuvação, quando necessária”.

No 2º ciclo, a melhoria direcionada a esta área (sinalizada pela IGEC), concretiza-se num projeto de ação titulado pelo agrupamento: “Projeto Turma Ninho (no 2.º Ciclo)” (PEA2, p. 33);

Relativamente ao comportamento, o mesmo relatório (RA2B, p.4), refere que, a indisciplina, “dentro e fora da sala de aula, e a falta de assiduidade e de pontualidade dos alunos são realidades vividas em especial na escola-sede”. No que diz respeito ao comportamento, o agrupamento atento que está a este problema, assume no seu Projeto Educativo (PEA2, p.32), a necessidade de estabelecer metas e indicadores (quantitativos), com a intenção de “Diminuir a taxa de indisciplina em 0, 15%”.

No que concerne ao desempenho, o relatório (RA2B, p.9), aponta como área de melhoria, a definição “de planos de ação estratégicos, com metas claras e exequíveis, com vista à melhoria do desempenho do Agrupamento”. As intenções de ação do agrupamento que se orientam para o planeamento estratégico neste sentido são várias, e estão patentes no Projeto Educativo (PEA2) e no Plano de melhoria (PMA2), “Melhoria do Sucesso Académico”

(PMA2, p.10); “Melhorar a distância da taxa de sucesso para o valor nacional” (PMA2, p.11); “Formação de uma equipa multidisciplinar, que avalie o currículo e os resultados escolares” (PMA2, p.11); “(…) estabelecer as ações a dinamizar para as dimensões que visam promover a qualidade do processo ensino aprendizagem e que conduzam à motivação dos alunos” (PEA2, p.33); “Projeto Espaço de Preparação de Exames (no 3.º Ciclo e Ensino Secundário)” (PEA2, p.33).

Na realidade, é difícil estabelecer uma correlação de causa-efeito direta, entre as duas variáveis envolvidas no “contributo da avaliação externa nos resultados escolares”, já que, estes resultados dependem em grande medida, de todo o trabalho desenvolvido pela comunidade educativa, estando assim dependentes de outras variáveis. Todavia, existem pontos de ligação, se verificarmos que existe tentativa de modelar esses resultados (indicadores e metas), quando através do planeamento se estabelecem metas de melhoria para os resultados, e estes acabam por vir a ter ao longo do tempo, alguma progressão.

A dimensão “Prestação do Serviço Educativo” (PSE), é a que tem uma relação mais próxima com os resultados educativos, ao questionar a organização pedagógica da escola, permite identificar algumas questões centrais do seu quotidiano. Estas prendem-se essencialmente com a diferenciação do ensino em função das necessidades específicas dos alunos (apoios educativos e diferenciação pedagógica em sala de aula), com o acompanhamento das práticas letivas em sala de aula (supervisão), com o desenvolvimento das atividades ativas e experimentais e com a coordenação do trabalho pedagógico a cargo das estruturas intermédias.

Destacamos, nesta dimensão, alguns aspetos mencionados nos relatórios e as respetivas intenções de ação de melhoria, por parte dos dois agrupamentos.

- ✓ Agrupamento A1

No que concerne à "articulação curricular", o relatório de avaliação externa (RA1B), refere que, "foram constituídas equipas pedagógicas e instituídas reuniões semanais dessas equipas", e que esta área embora tenha sido apontada como, "fragilidade na avaliação externa realizada em 2007, a articulação curricular constitui (atualmente) um dos eixos de ação do projeto educativo do Agrupamento" (RA1B –PSE, p. 11). O agrupamento assume a fragilidade, considerando que existe necessidade de "articular as aprendizagens na transição entre ciclos, especialmente nas disciplinas de Português e de Matemática" (PEA1, p.8) e ainda, "Melhorar a articulação curricular vertical em cada ciclo de ensino" (PEA1, p.8) e "Promover estratégias de articulação horizontal" (PEA1, p.8), "Reuniões de Equipa Pedagógica (REP)", "Reuniões de articulação vertical e horizontal" e, " Reuniões de coordenação curricular por secção"(PEA1, p.8).

O mesmo relatório (RA1B), refere que, embora esteja, "instituída a prática sistemática dos órgãos de direção, administração e gestão e das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica monitorizarem e avaliarem os resultados dos alunos " (RA1B – PSE, p.11), no que diz respeito à supervisão da prática letiva, "não está implementada a supervisão da prática letiva na sala de aula e nas possibilidades que pode oferecer para o desenvolvimento profissional docente" (RA1B- PSE, p. 16). A intenção de ação do agrupamento, que demonstra atenção a este problema colocado pela IGEC, está patente no seu Plano de Melhoria (PMA1, p.6), e consiste em, "Monitorizar e supervisionar a prática letiva e sinalizar/identificar problemas graves de natureza científico-didático-pedagógica". Além disso, o agrupamento considera como necessário, a "observação em contexto de sala de aula, seguida de análise e definição de estratégias de melhoria de desempenho, (apenas para) os casos sinalizados/identificados de falhas de natureza científico- didático-pedagógica".

- ✓ Agrupamento A2

No que concerne à articulação curricular entre ciclos, o relatório de avaliação externa (RA2B – PSE, p.5), refere que apesar de na avaliação externa realizada em 2009, se verificar "uma débil articulação e sequencialidade entre os 2.º e 3.º ciclos e entre este e o ensino secundário" esta área atualmente "evidencia melhorias". A intenção de ação de melhoria por parte do agrupamento está patente no seu Plano de Melhoria (PMA2, p.6), através da implementação de ações que permitam "reforçar o desenvolvimento das orientações curriculares na educação pré-escolar, projetando um maior sucesso na etapa seguinte".

No mesmo relatório (RA2B-PSE), está referido que, é necessário identificar, "os fatores internos, designadamente ao nível das práticas de ensino, que ajudem a explicar a persistência de atitudes inadequadas na sala de aula e o insucesso escolar dos alunos" (RA2B, p.9). A intenção de ação de melhoria por parte do agrupamento patente no seu Plano de Melhoria (PMA2, p.7), consubstancia-se em alcançar "a meta definida para o Agrupamento (melhorar em 0,61% o número de medidas disciplinares por aluno". Além disso, o agrupamento prevê ainda, como necessário para colmatar este problema, elaborar um "Manual de Procedimentos face a comportamentos de indisciplina" e o estabelecimento de "Medidas imediatas de resposta a situações de indisciplina". Além destas ações, o agrupamento prevê a criação de um "Observatório da indisciplina" (RAA2, p. 71) e a divulgação permanente do plano de ação "Na minha escola eu contribuo para a disciplina" (PMA2, p.7).

Ainda no âmbito do mesmo relatório (RA2B-PSE), está referido que, é necessário aprofundar, "a reflexão sobre as respostas no âmbito dos apoios educativos, com vista à sua melhor adequação ao pleno desenvolvimento das capacidades dos alunos"(RA2B, p.9). A intenção de ação de melhoria por parte do agrupamento patente no seu Plano de melhoria (PMA2, p.9), consiste na "promoção de oportunidades de aprendizagem, através de clubes e projetos, que fomentem o gosto pelo estudo e o sucesso educativo".

No que concerne ao “acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula”, o relatório (RA2B, p.9) refere que, é necessário, “O acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula, numa perspetiva de melhoria do desempenho do Agrupamento”. A intenção de ação de melhoria por parte do agrupamento, consta do seu Plano de Melhoria (PMA2, p.12) e traduz-se na necessidade detetada de “alargar processos de supervisão pedagógica no sentido da melhoria das práticas profissionais “ e como tal todos os “docentes do Agrupamento podem e devem participar na supervisão pedagógica feita por pares”.

Na dimensão “Autoavaliação e Melhoria” (AAM), os aspetos que sofreram alterações (mudanças), e, foram alvo de planeamento e implementação de ações de melhoria por parte dos dois Agrupamentos são, a “sistematicidade do processo de autoavaliação” e, o “planeamento do processo de autoavaliação”.

A intervenção da IGE, no acompanhamento e desenvolvimento de dispositivos externos, de suporte à autoavaliação das escolas, recomenda uma atenção prioritária no aprofundamento e acompanhamento dos dispositivos da autoavaliação, para que seja possível promover a sua eficácia, “o desenvolvimento das escolas” deve ter por base “projetos e objetivos próprios” (IGE, 2012, p. 65-66). Assim esta área, merece ainda muita atenção e esforço por parte dos dois agrupamentos, dado que as fragilidades detetadas pela inspeção ao nível da autoavaliação, evidenciam que esta área, além de representar o fator nacional, de menor sucesso, é dos que reúne maior número de pontos fracos.

De acordo com a mesma fonte, apesar disso, as escolas, dentro das suas limitações, tentam dar resposta à avaliação externa, conforme vamos ver a seguir, na resposta que os dois agrupamentos providenciam e nos mecanismos e estratégias de mudança que promovem. A opção por parte da maioria das escolas, mesmo daquelas que já têm dispositivos de

autoavaliação consolidados como é o caso do Agrupamento A1, direciona-se para a seleção de "apenas algumas áreas, criando rotinas e estabilidade no processo", isto porque avaliar em simultâneo, um número elevado de atividades numa escola, pode constituir um "objetivo ambicioso" e, pouco "exequível" (IGE, 2012, p. 38).

- ✓ Agrupamento A1

No relatório de avaliação externa (RA1B), menciona que, "foi com base num relatório elaborado por uma comissão e nos resultados da última avaliação externa, entre outros documentos, que foram elencados os pontos fortes e fracos para a reformulação do projeto educativo, permitindo, assim, direcionar a atenção para as áreas de maior fragilidade e dar-lhes prioridade" (RA1B- AAM, p.24) e que, foi criada uma "comissão de avaliação interna, mandatada para monitorizar o projeto educativo" e que, "foram aplicados questionários de satisfação a professores, pessoal não docente, alunos e encarregados de educação que abrangem outras dimensões do funcionamento do Agrupamento" (RA1B- AAM, p.24-25). No mesmo relatório é referido que é necessário consolidar, "o processo de autoavaliação tornando-o mais abrangente (…)" (RA1B, p.9) .

No que concerne ao planeamento da autoavaliação, a intenção do agrupamento é duplicar de, "5 para 10 unidades, a amostra de Pais/EE e Alunos dos 2.º-3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, reforçando o seu grau de fiabilidade" (PMA1, p.8) e reforçar, "a articulação curricular" (PEA1, p.2), bem como, "Melhorar a articulação curricular vertical em cada ciclo"(PEA1, p.8) e, "(…) Incluir, no âmbito da Avaliação Interna, o parecer dos Pais/EE dos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico (…)" (PMA1, p.8).

Quantos à composição da equipa de autoavaliação, a intenção de ação de melhoria por parte do agrupamento, consiste em, "aumentar o número de elementos que compõem a equipa de avaliação interna" (PMA1, p.8), e modificar "o modelo de autoavaliação" (PMA1, p.8), bem como, alterar "a estrutura do relatório de avaliação interna " e, na sequência dos relatórios da

Comissão de Avaliação Interna, “definir os planos de melhoria” e cooptar “entidades externas para colaboração na elaboração dos planos de melhoria” (PMA1, p.8).

- ✓ Agrupamento A2

Nesta dimensão, de acordo com o relatório de avaliação externa (RA2B), verificaram-se muitas mudanças e melhorias, que são assinaladas no relatório de AEE (2º ciclo). Assim, a “débil e incipiente cultura de avaliação “ sem, “perspetiva abrangente e sistemática” (RA2A, 2009), foi substituída por “ um processo de autoavaliação regular” com, “melhorias” e com a “ constituição de uma equipa para o efeito”. De acordo com o mesmo relatório, o planeamento nesta dimensão, passou a ser, “um processo regular” com “ quadro de referências, referentes e indicadores, bem estruturado”. No entanto, o agrupamento necessita de continuar a alargar e consolidar,“o processo de autoavaliação com vista à melhoria organizacional e das práticas profissionais” (RA2B, p.9). A intenção de ação de melhoria por parte do agrupamento, consta do seu Plano de Melhoria e, traduz-se em, “consolidar o processo de autoavaliação“ com o objetivo de, “conhecer o percurso escolar ou profissional dos alunos, findos os seus estudos no Agrupamento”, o qual se torna, “imprescindível para uma melhor adaptação e avaliação das ofertas e práticas educativas” (PMA2, 2013, p.14).

Os estudos sobre as “escolas eficazes” e a melhoria escolar, permitem equacionar padrões de desempenho escolar e estratégias de desenvolvimento (Bolivar, 2003; Scherrens, 2004; Lima, 2008). Além disso, os estudos existentes sobre o impacto e efeitos da AEE, permitiram conceptualizar o atual quadro concetual que integra o modelo de avaliação externa (AEE) existente em Portugal. Em ambos os estudos se assinala a importância do contexto e do tipo de desenvolvimento da escola, para o efeito esperado no que toca ao impacto da AEE, nas escolas.

Isto pode ajudar a justificar a diferença (de quantidade) nas mudanças (e nas áreas de melhoria), em resultado da articulação entre as duas avaliações (interna e externa), identificadas ao longo deste estudo, nos dois agrupamentos, por razões, que se prendem com o desenvolvimento organizativo de cada um (Bolivar, 2003).

Assim as áreas prioritárias de intervenção, apontadas pela IGEC, que sofreram alterações (mudanças) e, foram alvo de planeamento de estratégias e ações de melhoria, nos dois agrupamentos da amostra considerada no nosso estudo, são:

- A autoavaliação é uma área que embora ainda apresente muitas fragilidades em ambos os agrupamentos, nomeadamente no caráter abrangente e estratégico do processo e no envolvimento de toda a comunidade educativa no processo, representa a área com mais mudanças, no Agrupamento A2; No caso do Agrupamento A1 é uma área sistemática e consolidada, pese embora necessite de aprofundamento;
- A articulação e a sequencialidade entre ciclos, apresenta melhorias em ambos os agrupamentos, no caso do Agrupamento A1, constitui um eixo de ação do Projeto Educativo (PE);
- A adequação do currículo ao contexto, é uma área consolidada no Agrupamento A1; no Agrupamento A2, é uma área prioritária de melhoria, que necessita de intervenção contextualizada;
- Os apoios educativos, merecem ainda destaque e intervenção prioritária, no Agrupamento A2;
- O acompanhamento pedagógico e a supervisão em sala de aula, como medida de desenvolvimento profissional e do desempenho, de acordo com os relatórios de avaliação externa, ainda não obtiveram uma resposta satisfatória, por parte de ambos os agrupamentos;
- O desenvolvimento das práticas colaborativas, na elaboração dos instrumentos de avaliação e na planificação das disciplinas e a partilha de materiais pedagógicos, que no caso do agrupamento passa pela

organização das equipas pedagógicas, no caso do Agrupamento A2, ainda têm uma resposta incipiente;

- A Melhoria da taxa de sucesso interna e externa no caso do Agrupamento A2 (TEIP);
- A estreita relação com a Câmara Municipal, a abertura a parcerias e protocolos com outras entidades, e o desenvolvimento de projetos e atividades, são áreas de ação prioritária, muito apreciadas e bem desenvolvidas pelos dois agrupamentos.

O contributo da avaliação externa, na sistematização do processo de autoavaliação das escolas e nas mudanças na organização interna, decorre da articulação entre as duas avaliações (interna e externa). Assim, concluímos que na avaliação externa o acento é colocado na formulação do juízo, na interna é na mudança (Azevedo, 2005). A avaliação interna, apoiada no questionamento sistemático da qualidade das práticas e dos resultados, permite a tomada de decisões direcionadas para o planeamento estratégico das escolas. As instâncias avaliativas e normativas, assumem-se como mecanismos determinantes, na melhoria da qualidade do ensino e na melhoria das escolas. Em termos de avaliação das escolas (interna/externa), aquilo que se verifica atualmente é o seguinte: uma avaliação interna focada nas estratégias e nos meios de melhoria da situação existente e, uma avaliação externa destinada a controlar a qualidade dos resultados e, a garantir que, as medidas de melhoria são postas em prática (Azevedo, 2005, p.54).

CONCLUSÕES

Com a realização deste estudo procuramos sistematizar informação, que possibilitasse conhecer o impacto da avaliação externa (AEE), na sistematização dos processos de autoavaliação dos agrupamentos, na reorganização pedagógica e, no planeamento das ações de melhoria. Assim, aquilo que se verifica nos dois agrupamentos da amostra, é que as áreas de melhoria, e as fragilidades apontadas pela IGEC, mereceram uma resposta eficaz, que se traduziu, no planeamento estratégico, através da definição de áreas prioritárias de intervenção e na implementação de planos de ação, com vista à melhoria.

Apesar dos resultados alcançados, não poderem ser generalizáveis, permitem contudo, demonstrar que, a avaliação implementada pela Inspeção Geral da Educação e Ciência, nos dois Agrupamentos da amostra, se traduziu na prática, num instrumento que induziu à reflexão e à transformação e desenvolvimento (direcionado) da organização, produzindo melhorias significativas nos dois Agrupamentos em estudo, ainda que, estas sejam mais evidentes no Agrupamento A2.

Após concluir este estudo, impõe-se a identificação de algumas das suas limitações bem como uma breve referência às principais dificuldades sentidas na sua realização. Assim, tratando-se de um estudo qualitativo de caráter exploratório, focado em análise documental, as principais conclusões obtidas apenas podem ser consideradas para a realidade concreta em que o mesmo incidiu. Por seu turno, e, apesar de todo o esforço de rigor e objetividade que colocámos ao longo do estudo, a técnica de análise de conteúdo utilizada, tem algumas limitações inerentes (à subjetividade do investigador), na seleção e interpretação das informações a partir do material empírico.

Outra das limitações deste estudo prende-se com a não realização de entrevistas aos atores da escola (Diretores, Coordenadores das estruturas

intermédias, Representantes das associações de pais), o que possibilitaria obter mais informação quanto à reflexão interna, subsequente aos aspetos menos positivos apontados pela IGEC e a perspetiva adotada pela escola face à avaliação externa, bem como facilitar a compreensão do esforço interno no sentido da melhoria e finalizar com a triangulação dos dados obtidos, para dar maior consistência ao estudo. Por conseguinte, esta é assim, uma limitação a ultrapassar num estudo posterior.

Para finalizar este trabalho, consideramos ainda que, apesar dos constrangimentos enunciados, a presente investigação com o quadro teórico que traçamos e o estudo empírico desenvolvido, é um estudo possível na abordagem da problemática definida, possibilitando afirmar, que atingimos os objetivos inicialmente propostos.

Para além disso, em termos de investigação subsequente relativamente a um estudo futuro no âmbito desta temática, sobre a avaliação e o seu contributo na melhoria das organizações educativas, pensámos que seria interessante aprofundar o impacto da avaliação externa nas escolas, alargando a amostra e considerando a voz dos atores principais.

Bibliografia

Afonso, N. (2000). Autonomia, avaliação e gestão estratégica das escolas públicas. In Costa, J. A. Mendes, A. N. e Ventura, A. (Org.) Liderança e estratégia nas organizações escolares. Aveiro. Ed. Universidade de Aveiro. (pp. 201-216).

Afonso, N. (2005).Investigação Naturalista em Educação. Porto. Edições ASA.

Afonso, N. (2007). A Avaliação das Escolas no Quadro de uma Política de Mudança da Administração da Educação. In Seminário do Conselho Nacional de Educação 2007 (CNE).Lisboa.(pp. 223-228).

Afonso, A. J. (2009). Políticas avaliativas e accountability em educação-subsídios para um debate ibero-americano. Sísifo. Revista de Ciências da educação nº9, (pp. 59-70).

Afonso, A. J. (2010). Políticas educativas e autoavaliação da escola pública portuguesa: apontamentos de uma experiência. Estudos de Aval. Educ. S. Paulo. V. 21, n 46. (pp. 343-362).

Afonso N. & Costa, E. (2011). AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS: UM INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO BASEADO NO CONHECIMENTO. In Barreira, C. Bidarra, M G. & Vaz-Rebelo, M P. (Org.). Políticas Educativas. Mobilização de conhecimento e modos de regulação. Vila Nova de gaia. Fundação Manuel Leão.

Alaíz, V., Góis, E. & Gonçalves, C.(2003). Autoavaliação de escolas. Pensar e praticar. Porto. Edições ASA.

Ambrósio, T. (2002). Justificação do Fórum. In Conselho Nacional de Educação (2002). Lisboa Ministério da Educação

Ambrósio, T. (2002). Qualidade e Avaliação da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Lisboa. Ministério da Educação.

Bardin, L. (1977). Análise de Conteúdo. Lisboa. Edições 70.

Barroso, J. (2006). A regulação das políticas públicas de educação. Espaços, dinâmicas e atores. Lisboa. Educa.

Barroso, J. & Afonso, N. (2011). (Org.) Políticas Educativas. Mobilização de conhecimento e modos de regulação. Vila Nova de gaia. Fundação Manuel Leão.

Bogdan, R. & Bicken, S. (1994). Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto. Porto Editora.

Bolivar, A. (2003).Como melhorar as Escolas. Estratégias e dinâmicas de melhoria das práticas educativas. Porto: Edições ASA.

Bolivar, A (2004). A autonomia dos centros educativos en españa". CEE Participación Educativa, 13, marzo 2010. (pp. 8-25).

Cameira, M. T. M. (2007). Uma Escola aprendente. Correio da Educação, nº 370. CRIAP-ASA.

Carvalho, L. M. (2009). Governando a Educação pelo espelho do perito: Uma análise do PISA como instrumento de regulação. Ed. Sociedade e Campinas, vol. 30, nº 109. (pp. 1009-1036).

Cunha, M. P., Rego, A., Cunha, R. C. & Cardoso, C. (2003). Manual de Comportamento Organizacional e Gestão. Lisboa. Editora RH, Lda.

Dias, M. (2005). A construção de uma escola mais eficaz. Porto. Areal Editores.

Figari, G. (1996). Avaliar: Que referencial?. Porto. Porto Editora.

GTAE (2006). Relatório Final do Grupo de Trabalho para a Avaliação das Escolas. Documento eletrónico disponível em: http:// www.ige.min-edu.pt/upload/relatorios/AEE_06_RELATORIO_gt.pdf

GTAE (2011). Propostas para um Novo Ciclo de Avaliação Externa das Escolas. Documento eletrónico disponível em: http://www.ige.min.edu.pt/upload/Relatorios/AEE2_GT_2011_RELATORIO_FINAL.pdf

Guerra, M. A. (2001). A Escola que aprende. Porto. Edições Asa II, S. A.

Guerra, M. A. (2002a). Entre bastidores. O lado oculto da organização escolar. Porto. Edições Asa.

Guerra, M. A. (2002b). Como num espelho – avaliação qualitativa das escolas. In Azevedo, J. (2002). Avaliação das Escolas. Divergências e Consensos. Porto: Edições ASA.

Hadji, C. (1994). A avaliação regras de jogo: das intenções aos instrumentos. Porto: Porto Editora.

Inspeção- Geral da Educação e Ciência (2014). Documento de apresentação da escola. Documento eletrónico acedido em 11 de abril de 2017 em

http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2014-2015/AEE_14
15_(2)_Apresentacao_da_Escola.pdf

Inspeção- Geral da Educação e Ciência (2014). Metodologia. Documento eletrónico acedido em 11 de abril de 2017 em file:///C:/Users/margarida/Desktop/AEE_14-15_(4)_Metodologia.pdf

Inspeção- Geral da Educação e Ciência (2014). Plano de Melhoria da Escola 2014-2015. Documento eletrónico acedido em 11 de abril de 2017 em: http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2014-2015/AEE_14
15_(6)_Plano_de_Melhoria.pdf.

Inspeção- Geral da Educação e Ciência (2014). Quadro de Referência para a Avaliação Externa das Escolas. Documento eletrónico acedido em 11 de abril de 2017 em: http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2014-2015/AEE_14-15_(1)_Quadro_de_Referencia.pdf.

Inspeção Geral da Educação (2005). Efetividade da autoavaliação das escolas, roteiro. Documento eletrónico acedido em 10 de novembro de 2016, http://www.ige.min-edu.pt

Inspeção Geral da Educação (2007). Eficácia da Autoavaliação nas escolas. Documento eletrónico acedido em 10 de novembro de 2016. http://www.ige.min-edu.pt

Inspeção Geral da Educação (2012). Avaliação externa das escolas. Avaliar para a melhoria e a confiança – 2006-2011. Documento eletrónico acedido em10 de novembro de 2016. http://www.ige.min-edu.pt

Inspeção geral da educação (2009). Avaliação Externa das escolas. Relatório 2008- 2009. Documento eletrónico acedido em10 de novembro de 2016 http://www.ige.min-edu.pt/upload/Relatorios/AEE_2009_Final.pdf

Lafond, M. A. (1998) . A avaliação dos estabelecimentos de ensino: novas práticas, novos desafios para as escolas e para a administração. In Autonomia, gestão e avaliação das escolas. Porto. Edições ASA.

MacBeath, et al. (2005). A História de Serena. Viajando rumo a uma Escola melhor. Porto. Edições ASA.

Miguéns, M. (2007). Avaliação das Escolas – Modelos e Processos. Atas do seminário realizado em 2005. CNE. Lisboa.

Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. Porto Alegre, V. 22, nº 37. Pp. 7-32 documento eletrónico: https://www.google.pt/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF8#q=Moraes,+R.+(1999).+An%C3%A1lise+de+conte%C3%BAdo.+Porto+Alegre,+V.+22

Rocha, A. P. (1999). Avaliação de escolas. Porto Edições ASA.

Rocha, A. P. (2012). Avaliação externa das escolas: Resultados e Autoavaliação. Que Relação? Foro de educación, nº 14. (pp. 207-223).

Rodrigues, P. & Moreira, J. M. (2016). A perspetiva dos Diretores de Agrupamento acerca do impacto e efeitos da avaliação externa de escolas: Um estudo por questionário. In Barreira, C., Bidarra, M. G. e Vaz-Rebelo, M. P. (2016). Estudos sobre Avaliação Externa das Escolas. (org.). Porto. Porto Editora. (p. 83-128).

Sarmento, M. (1996). As Escolas e a Autonomia. Porto. Edições ASA.

Senge, P. (2005). La quinta disciplina: el arte e la prática de la organizacion abierta al aprendizagen. Buenos Aires. Granica.

Scheerens, J. (2004). Melhorar a eficácia das escolas. Porto. Edições ASA.

Yin, R. (2005). Estudo de caso. Planejamento e Métodos. Porto Alegre. Bookman

Legislação consultada

Lei nº 46/1986, de 14 de outubro. Lei de Bases do Sistema Educativo Português. Diário da República nº 237 – I Série. Assembleia da República. Ministério da Educação. Lisboa.

Lei nº 31/2002, de 20 de dezembro. Sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação e ensino. Diário da República nº 294- I Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Decreto-Lei nº 43/1989, de 3 de fevereiro. Regime jurídico de autonomia das escolas públicas dos ensinos básico e secundário. Diário da República nº 186 – I Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Decreto – Lei 115-A/1998, de 4 de maio. Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-

escolar e dos ensinos básico e secundário. Diário da República nº 102 – I Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Decreto – Lei 75/2008, de 22 de abril. Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Diário da República nº 79 – I Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Despacho Conjunto nº 370/2006, de 5 de abril. Nomeação do Grupo de Trabalho para a construção do Programa de Avaliação Externa de Escolas Diário da República nº 85 – II Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Despacho nº 4341/2007, de 15 de janeiro. Nomeação dos peritos como avaliadores externos para o Programa de Avaliação Externa de Escolas. Diário da República nº 49 – II Série, de 9 de março. Ministério da Educação. Lisboa.

Parecer nº5/2008 de 13 de junho. Parecer sobre a "avaliação externa das escolas". Diário da república nº 113/2008 – II Série. Conselho Nacional de Educação. Lisboa.

Recomendação nº1/2011 de 7 de janeiro. Recomendação sobre Avaliação das Escolas. Diário da República nº 5/2011– II Série. Conselho Nacional de Educação. Lisboa.

Despacho nº 4150/2011, de 24 de fevereiro. Nomeação do Grupo de Trabalho para a construção do Programa de Avaliação Externa de Escolas – Segundo Ciclo. Diário da República nº 45 – II Série, de 4 de março. Ministério da Educação. Lisboa.

APÊNDICES

Apêndice A - Projetos e Experiências de avaliação em Portugal

-**Observatório da Qualidade da Escola – PEPT – 2000**: segundo Clímaco (2005, p. 196), este projeto foi um dos primeiros projetos de autoavaliação das escolas, lançado em Portugal e implementado como componente obrigatória do PEPT - Programa de Educação para Todos e apoiado por fundos comunitários (1992- 1999), o qual tinha por objetivo apoiar a "escolarização obrigatória com sucesso de todos os alunos até ao ano 2000". Segundo vários autores (Azevedo, 2005, p. 56, Alaíz et al., 2003, p. 60), este projeto, deu continuação aos estudos internacionais, sobre "Monitorização e Indicadores de desempenho das Escolas", desenvolvidos no âmbito do Projeto INES, tendo em 1999, abarcado o estudo de 1000 escolas do 2º e 3ºciclos do ensino básico. Do ponto de vista estratégico, este dispositivo tinha por princípios promover a qualidade educativa nas escolas, a autonomia e a introdução de uma reforma cultural da gestão e da produção sistemática de informação sobre as escolas (PEPT, 1994). O modelo construído no início dos anos noventa, desenvolveu-se em torno de 18 indicadores e quatro dimensões da escola: i) contexto familiar dos alunos; ii) os recursos educativos e gestão; iii) contexto escolar e funcionamento da escola, iv) resultados educativos, académicos e não académicos. De acordo com Azevedo (2005, p. 55), o Observatório, tinha por objetivos: i)Apoiar as escolas na organização da informação sobre si mesmas; ii) Estabelecer critérios comuns e estimular o desenvolvimento de um discurso de avaliação e de autoavaliação; iii) Tornar a informação útil; iv) aumentar a capacidade de observação e de interpretação dos atores; e v) desenvolver processos interativos de reflexão e comunicação dentro da escola e entre esta e o sistema educativo e social. Este dispositivo teve por finalidade fomentar o diagnóstico da escola e o seu planeamento estratégico. De acordo com vários autores (Clímaco, 2005, p. 196-200; Azevedo, 2005, p.56; Alaíz et al., 2003), a perspetiva de avaliação no âmbito deste projeto, visava o desenvolvimento dos estabelecimentos e dos

seus projetos educativos (Clímaco, 2005, p. 196-200; Azevedo, 2005, p.56; Alaíz et al., 2003).

- Projeto Qualidade XXI (1999-2002): este projeto constitui uma iniciativa da responsabilidade do IIE – Instituto de Inovação Educacional, na sequência dos trabalhos desenvolvidos por Portugal no âmbito do Projeto-piloto Europeu sobre Avaliação da Qualidade na Educação Escolar. Em cada escola o processo foi organizado em torno de um "grupo monitor" que integrava, representantes dos professores, do conselho executivo, dos alunos e dos pais e conduzia o processo de modo a manter a articulação e diálogo entre as partes era apoiado por "um amigo crítico", exterior à escola Clímaco, 2005, Alaíz, et. al, 2003, p. 60). O processo assentou em quatro dimensões de abordagem da organização: i) resultados da aprendizagem; ii) processos internos ao nível da sala de aula; iii) processos internos de funcionamento da escola; e iv) relações com o contexto (Azevedo, 2005, p. 56). O projeto teve por objetivos: i) fomentar o uso sistemático de dispositivos de autoavaliação por parte das escolas básicas e secundárias; ii) fomentar e enriquecer a reflexão sobre as questões relativas à avaliação e à construção da qualidade educacional; iii) permitir a fundamentação de decisões sobre esta matéria, aos diversos níveis; iv) criar condições para, numa perspetiva de longo prazo, se proceder à generalização progressiva de estratégias de autoavaliação nas escolas (idem, ibidem). A avaliação deste projeto, aponta para um impacto positivo, em muitas escolas, nas quais se institucionalizaram práticas em torno de instrumentos de avaliação, que de algum modo, vieram a contribuir, para uma cultura de avaliação.

- Programa AVES – Avaliação das Escolas Secundárias: desenvolvido pela Fundação Manuel Leão e apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, este programa baseia-se diretamente no modelo de avaliação de escolas, do Instituto de *Evaluación y Asesoriamento Educativo*, criado pela *Fundación* Santa Maria da Feira, em Espanha. Trata-se de um modelo, que entre outros,

aspetos funcionais, visa a aquisição de informação relevante em contexto de escola, que permita o diagnóstico e a análise de cada instituição (Azevedo, 2002, citado por Azevedo, 2005, p.61). Assume ainda a convergência entre a avaliação externa e interna numa perspetiva de melhoria da qualidade das escolas secundárias. Este modelo assenta em oito princípios orientadores: i) formatividade, não controlo ou supervisão; ii) longitudinalidade – decorre ao longo de três anos; iii) participação voluntária das escolas; iv) integração; V) garantia de confidencialidade; vi) valor acrescentado de cada escola; vii) articulação da avaliação externa (equipa externa) com a avaliação interna (equipa interna); e ix) as escolas como organizações aprendentes (Azevedo, 2005, p. 62; Aláiz et al, p.62). De acordo com Azevedo (2005, p. 62) este programa iniciou-se em 2000, com os seguintes objetivos: i) conhecer os processos educativos de cada escola; ii) descrever as mudanças que se produzem nos diversos campos da Organização escolar; iii) analisar o impacto das mudanças; iv) analisar e informar as escolas do "valor acrescentado" que produzem; v) permitir, que cada escola analise os resultados obtidos e, os compare com outras escolas com características similares; vi) elaborar modelos explicativos da informação obtida; vii) colaborar na formulação e aplicação de uma estratégia de melhoria; ix) conhecer melhor os fatores da qualidade da educação, em Portugal.

O modelo valoriza quatro dimensões na escola: i) contexto sociocultural da escola; ii) organização da escola e clima organizacional; iii) estratégias de aprendizagem, processos de ensino e de organização pedagógica; e, iv) resultados escolares dos alunos. Os trabalhos, são realizados por uma equipa da Fundação Manuel Leão e, por uma equipa de professores da escola, que, realiza o acompanhamento e, a coordenação do processo. O processo desenvolve-se ao longo de cinco etapas e envolve a aplicação de provas externas, dirigidas aos professores e outros membros da comunidade educativa (Azevedo 2002, p.72).

-**Modelo de certificação de Qualidade nas Escolas Profissionais – (1997-2001):** apoiado pelo Programa Leonardo da Vinci, desenvolveu-se no âmbito de uma parceria Internacional. Dispositivo de Certificação da Qualidade nas Escolas Profissionais, coordenado pela ANESPO – Sociedade Nacional das Escolas Profissionais, teve como principal objetivo a certificação da qualidade do ensino profissional. De acordo com Azevedo (2005, p. 59-60), o modelo tinha por objetivos específicos: i) identificar Modelos de Certificação da Qualidade já existentes, a partir da experiência dos parceiros internacionais e nacionais; ii) elaborar uma proposta de Modelo de Certificação da Qualidade para o Ensino Profissional, suportado por um conjunto de instrumentos adequados à sua implementação; iii) promover, junto das escolas, a ideia da Qualidade como possibilidade de melhoria do subsistema educativo; iv) aplicar o Modelo proposto, às Escolas Profissionais, através de metodologias de investigação – ação, que conduzam ao aperfeiçoamento do mesmo; v) creditar o Modelo junto de diferentes atores com fortes responsabilidades, quer no Sistema Educativo, quer na Certificação da Qualidade, quer ainda no mundo empresarial; e, vi) avaliar o projeto e disseminar os resultados junto de redes nacionais e internacionais, ligadas ao ensino profissional e ao mundo do trabalho. As principais fontes teóricas deste Modelo de Certificação, têm origem no mundo empresarial, e a análise institucional baseia-se em quatro áreas chave: i) gestão e direção; ii) estudantes; iii) prática de formação e controlo; e iv) avaliação da qualidade (Azevedo, 2005, p.59-60).

- **Projeto "Melhorar a Qualidade"**: este projeto resultou de uma parceria estabelecida entre a AEEP-Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e a empresa QUAL- Formação e Serviços em Gestão da Qualidade, Lda. Entre outros aspetos, visou a Melhoria da Qualidade, preconizando o desenvolvimento de processos de autoavaliação com base na partilha de conhecimentos e de boas práticas. O projeto foi desenvolvido em 46 escolas particulares, associadas da AEEP (Azevedo, 2005 p. 60-61) e teve por objetivos: i) estimular a melhoria contínua das escolas, pela identificação

das áreas onde é necessário melhorar; ii) partilhar a experiência, os conhecimentos e as "boas práticas". O processo é conduzido em cada escola por uma equipa de autoavaliação e liderado por um "Animador de Melhoria", que conduzem o processo com o apoio de um consultor da QUAL. A análise baseia-se em trinta subcritérios e nove critérios: i) liderança; ii) política e estratégia; iii) pessoas; iv) parcerias e recursos; v) processos; vi) resultados – clientes; vii) resultados – pessoas; viii) resultados –sociedade e ix) resultados – chave do desempenho (idem, ibidem).

-Programa de Avaliação Integrada das Escolas (1999-2002): em Portugal, e neste âmbito, as primeiras iniciativas institucionais, de avaliação externa, surgem através da Inspeção Geral da Educação (IGE), nos anos letivos 1999-2000 e 2001-2002 e refletem a experiência adquirida com o "Observatório da Qualidade da Escola" e do "Projeto Qualidade XXI", bem como de outras iniciativas e programas levados a cabo pelo IGE, seguindo uma evolução próxima das inspeções e dos modelos europeus mais desenvolvidos (Clímaco, 2005, p. 217; Azevedo, 2005, p. 58-60),). O Programa de Avaliação integrada das escolas (1999 -2002), compreendeu a elaboração de um "modelo de avaliação externa que pudesse ser replicado ou adaptado pelas escolas", e foi concebido numa metodologia de intervenção inspetiva distinta da cultura tradicional, até aí preconizada.

Esta avaliação integrada, teve por objetivos: i)valorizar as aprendizagens e a qualidade da experiência escolar dos alunos; ii)devolver informação de regulação às escolas (...); iii) induzir processos de autoavaliação como a melhor estratégia para garantir a qualidade educativa, consolidar a autonomia das escolas e responsabilizar os atores; iv) criar níveis elevados de exigência no desempenho global de cada escola; v) desempenhar uma das funções de regulação do funcionamento do sistema educativo; v) disponibilizar informação e caracterizar o desempenho do sistema escolar através de um relatório nacional (...) (IGE, 2002, citado em Azevedo, 2005, p. 58). O ponto de partida para a análise das escolas, são os resultados escolares e o

enquadramento socioeconómico. A análise avaliativa, estrutura-se em torno de três grandes áreas temáticas, são elas: i) organização e gestão; ii) educação, ensino e aprendizagem e iii) clima e ambiente educativos. Neste programa, as equipas de inspeção são compostas por três elementos (Clímaco, 2005, p. 218; Azevedo, 2005, p. 58-59).

-Projeto de aferição da efetividade da autoavaliação das escolas (2005-…): este programa foi uma iniciativa da IGE desenvolvida, entre os anos 2002 e 2004, na sequência da publicação da Lei 31/2002, que regulamenta a avaliação das instituições de ensino não superior. De acordo com Clímaco (2005, p. 222- 223), este programa assumiu a experiencia obtida através da participação no projeto internacional ESSE – *Effective School Selft Evaluation*, em conformidade com os princípios defendidos pela SICI-Associações Europeias da Inspeção da Educação, e os princípios defendidos na teoria das " Organizações que aprendem". Segundo a mesma autora, a atividade deste programa, teve por principal objetivo, examinar e comparar o desenvolvimento dos dispositivos de autoavaliação implementados pelas escolas nas dimensões: i) visão e estratégia; ii)avaliação e valorização dos recursos; iii) avaliação e melhoria dos processos chave; iv) avaliação e efeitos nos resultados educativos (idem, ibidem). A intervenção da IGE, neste domínio, tinha por principal objetivo responder à questão orientadora: "Qual a efetividade da autoavaliação que a escola faz da qualidade do seu funcionamento e dos serviços que presta, por forma a desenvolver ações que contribuam para reforçar os seus pontos fortes e superar os pontos fracos?" Entre os principais objetivos desta atividade, destacamos os seguintes:

i) contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de aperfeiçoamento institucional focalizado e estratégico;
ii) acompanhar o desenvolvimento de dispositivos externos de suporte à autoavaliação nas escolas;

iii) desenvolver uma estratégia inspetiva de meta avaliação, tendo em conta a diversidade dos modelos possíveis de autoavaliação das escolas, utilizando como referências metodologias já utilizadas e testadas;

iv) identificar aspetos chave a partir da aferição da autoavaliação, recolhendo experiências de avaliação interna desenvolvidas pelas escolas, por forma a obter uma panorâmica do estado atual das dinâmicas da autoavaliação enquanto atividade promotora do desenvolvimento das escolas;

i) promover nos estabelecimentos de educação e ensino uma cultura de qualidade, exigência e responsabilidade, mediante uma atitude crítica de autoquestionamento, tendo em vista o incremento da qualidade dos processos e dos resultados (IGE, 2005, p. 4-5).

IPP - ESE

Maria Margarida Ferreira da Silva

APÊNDICES

IMPACTO DA AVALIAÇÃO EXTERNA (AEE) EM DOIS AGRUPAMENTOS DA ÁREA CONCELHIA DO PORTO: Um estudo exploratório baseado em análise documental

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO

Orientação

Prof.ª Doutora Paula Cristina Romão Pereira

MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO -Especialização em Administração de Organizações Educativas

junho de 2017

ÍNDICE GERAL

Apêndice B……. 5

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A1 (RA1): Dimensão 1 "Resultados" (RA1- RES)…… 6

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A1 (RA1): Dimensão 2 "Prestação do Serviço Educativo" (RA1- PSE)……. 11

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A1 (RA1): Dimensão 3 " Liderança e Gestão" (RA1- LEG)…… 17

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A1 (RA1): Dimensão 4 "Autoavaliação e Melhoria" (RA1- AAM)……. 23

Apêndice C ……. 27

Grelha Analítica do Plano de Melhoria do Agrupamento A1 (PMA1)…… 28

Apêndice D…… 32

Grelha Analítica do Projeto Educativo do Agrupamento A1 (PEA1)…… 33

Apêndice E……. 36

Grelha Analítica de Síntese das Ações de Melhoria do Agrupamento A1: **Dimensão 1 "Resultados"**…… 37

Grelha Analítica de Síntese das Ações de Melhoria do Agrupamento A1: **Dimensão 2 "Prestação do Serviço Educativo"** ……. 39

Grelha Analítica de Síntese das Ações de Melhoria do Agrupamento A1: **Dimensão 4 "Autoavaliação e Melhoria"** ……. 40

Apêndice F……. 41

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A2: **Dimensão 1 "Resultados" (RA2- RES)**……. 42

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A2: **Dimensão 2 "Prestação do Serviço Educativo" (RA2- PSE)**……. 48

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A2: **Dimensão 3 " Liderança e Gestão" (RA2- LEG)**……. 55

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A2: **Dimensão 4 "Autoavaliação e Melhoria" (RA2- AAM)**…… 63

Apêndice G …… 67

Grelha Analítica do Plano de Melhoria do Agrupamento A2 (PMA2)…… 68

Apêndice H……. 73

Grelha Analítica do Projeto Educativo do Agrupamento A2 (PEA2)…… 74

Apêndice I…….. 78

Grelha Analítica do Relatório de Autoavaliação do Agrupamento A2 (RAA2A)….. 79

Apêndice J…….. 83

Grelha Analítica de Síntese das Ações de Melhoria do Agrupamento A2: **Dimensão 1 "Resultados"** …….. 84

Grelha Analítica de Síntese das Ações de Melhoria do Agrupamento A2: **Dimensão 2 "Prestação do Serviço Educativo"** …… 87

Grelha Analítica de Síntese das Ações de Melhoria do Agrupamento A2: **Dimensão 4 "Autoavaliação e Melhoria"** …….. 90

APÊNDICES

APÊNDICE B

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A1 (RA1) Dimensão 1"**Resultados"** **(RA1-RES)**			
		1º Relatório de AEE (2007)	**2º Relatório de AEE (2013)**
Categoria	**Subcategoria**	UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE REGISTO
Pontos fortes	**Resultados académicos**	<Internas\\Relatorios de avaliação externa\\AEE_2007_AGRUPAMENTO A1> - § 10 referências codificadas [2,44% Cobertura] Referência 1 - 0,34% Cobertura ¶29: O Agrupamento revela alguns pontos fortes no âmbito dos resultados escolares (acima da média nacional), da participação e desenvolvimento cívico dos alunos e do comportamento e disciplina, numa acção concertada do Conselho Executivo e das estruturas de orientação educativa com a comunidade educativa (p.3) Referência 2 - 0,27% Cobertura ¶29: a taxa de sucesso no Ensino Básico foi de 91,3%, no Ensino Secundário de 86,7% e no Ensino secundário noturno de 90,6% (p.3-4) Referência 3 - 0,14% Cobertura ¶33: O contacto estrito entre a escola e os pais/encarregados de educação leva a que o abandono escolar seja muito reduzido (p.4).	<Internas\\Relatorios de avaliação externa\\AEE_2013_AE_AGRUPAMENTO A1_R> - § 17 referências codificadas [5,57% Cobertura] Referência 1 - 0,57% Cobertura ¶40: Em 2010-2011, tendo em consideração as variáveis de contexto económico, social e cultural, as taxas de conclusão dos 4.º e 12.º anos, a percentagem de positivas nos exames nacionais do 9.º ano, a média das classificações de Português, Matemática e História nos exames nacionais do 12.º ano e a percentagem de positivas nas provas de aferição de Matemática do 6.º ano estão acima das que, em média (p.2) Referência 2 - 0,40% Cobertura 42: Por sua vez, as percentagens de positivas nas provas de aferição do 4.º ano e na prova de aferição de Língua Portuguesa do 6.º ano são de nível idêntico às que, em média, se registaram nessas outras escolas e as taxas de conclusão do 6.º e 9.º anos estão abaixo desse valor (p.3)

		Referência 4 - 0,19% Cobertura 33: Os dados de avaliação são utilizados para incentivar e promover o mérito dos alunos, premiando-se o sucesso, a progressão escolar e a participação na vida escolar (p.4). Referências 5-6 - 0,76% Cobertura 50: A análise dos resultados promovida pelo Agrupamento passa pela monitorização, por período, das avaliações dos alunos; são elaboradas estatísticas que, posteriormente, são analisadas numa tripla dimensão: i) em sede de Conselho Pedagógico, que transmite orientações aos departamentos curriculares e áreas disciplinares; ii) através de relatórios semestrais redigidos pelo Conselho Executivo e apreciados pela Assembleia de Agrupamento; iii) em reuniões de conselho de turma e, semanalmente, nas reuniões das equipas pedagógicas. O Agrupamento focaliza a avaliação do sucesso/insucesso na prática de cotejar os resultados escolares com as médias dos exames nacionais (p.5). Referência 7 - 0,26% Cobertura 50: resultados de exame acima das médias nacionais e taxas de transição que, à excepção dos 7.º, 10.º e 11.º dos Cursos Científico-Humanísticos e do 11.º ano dos Cursos Tecnológicos, também, se situam acima das médias nacionais (p.5). Referência 8 - 0,06% Cobertura 50: A taxa de retenção, no 1.º CEB, é reduzida – 6,2%. (p.5) Referência 9 - 0,31% Cobertura 50: após terem identificado como disciplinas de insucesso a Matemática e o Inglês, foram implementadas várias estratégias para ultrapassar esta problemática, nomeadamente a adesão ao Plano de Acção da Matemática, a abertura da Sala de Matemática com apoio diurno permanente (p.5).	Referência 3 - 0,35% Cobertura 43: Quando comparados os resultados observados no Agrupamento com os das escolas do mesmo grupo de referência, verifica-se que estão acima e muito acima da mediana, com exceção das taxas de conclusão dos 6.º e 9.º anos com potencial de melhoria (p.3). Referência 4 - 0,36% Cobertura 44: A análise dos resultados escolares focada no último triénio revela uma evolução nas taxas de transição/conclusão dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e um decréscimo na taxa de conclusão dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário (p.3). Referência 5 - 0,26% Cobertura 44: resultados das avaliações externas dos alunos, há evidências de superação dos nacionais, à exceção das médias das classificações de exame do 12.º ano de Português e História em 2012 (p.3) Referência 6 - 0,43% Cobertura 44: Ao longo dos últimos três anos, a média da classificação interna nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática do 9.º ano, de Português, Matemática e História do 12.º ano e de Biologia e Geologia e Física e Química do 11.º ano aproxima-se da média da classificação obtida nos exames nacionais (p.3). Referências 7-8 - 0,39% Cobertura 44: à exceção de Português, em 2012, em que se regista um afastamento mais expressivo entre estas duas médias (4,5 valores). O Agrupamento está atento a este diferencial, mas precisa de ser mais célere na identificação das reais causas e na aplicação de medidas ajustadas (p.3). Referência 8 - 0,07% Cobertura No ensino básico, o abandono escolar é inexistente (p.3).

		Referência 10 - 0,12% Cobertura 50: O abandono é muito reduzido e resulta de um trabalho conjunto do director de turma e do professor tutor. (P. 5)	
	Resultados sociais	Referência 11 - 0,16% Cobertura 52: Os alunos do Agrupamento, especialmente, os que frequentam a Escola Sede, sentem-se identificados com a comunidade escolar a que pertencem (p.5). Referência 12 - 0,23% Cobertura 52: A elaboração do Projecto Educativo do Agrupamento foi precedida do lançamento de um inquérito a todos os membros da comunidade educativa, no sentido de os envolver, efectivamente, na sua construção. (p.5) Referência 13 - 0,27% Cobertura 52: Os alunos participam na sua própria avaliação, pelo preenchimento de fichas intermédias de auto-avaliação que, posteriormente, são tratadas em conselho de turma, nas reuniões da equipa pedagógica e em sede de departamento curricular (p.5). Referência 14 - 0,07% Cobertura 52: A formação cívica dos alunos é uma cultura do Agrupamento (p.5). Referência 15 - 0,30% Cobertura 52: O projecto “Ser extremamente responsável”, desenvolvido pelos alunos de uma turma de 10.º ano de escolaridade, leva à prática, junto dos alunos portadores de deficiência, uma atitude de solidariedade e de acompanhamento, em vários momentos da sua vida escolar (p.5). Referência 16 - 0,16% Cobertura 56: Embora não pareça existirem problemas de indisciplina no Agrupamento, uma das prioridades e objectivos do Projecto Educativo é a disciplina (p.6).	Referência 9 - 0,47% Cobertura Os alunos participam em diversos projetos e atividades, bem como na tomada de decisão através dos seus representantes nos órgãos de direção, administração e gestão, na assembleia de delegados de turma e na associação de estudantes, colaborando e corresponsabilizando-se em iniciativas promotoras da vivência ativa da cidadania (p.3). Referência 10 - 0,48% Cobertura A educação para os valores tem expressão num conjunto de iniciativas de natureza cívica que estimulam o espírito de solidariedade dos alunos, nomeadamente no âmbito do projeto Clara Solidária/Clara Ajuda e de campanhas diversas de apoio social levadas a efeito pelo Agrupamento em colaboração com organizações não-governamentais (p.3) Referência 11 - 0,14% Cobertura Os incidentes disciplinares são monitorizados e devidamente enquadrados os casos mais críticos (p4). Referência 12 - 0,17% Cobertura tem vindo a registar-se uma diminuição do número de participações, não sendo expressivo o número de faltas muito graves (p.4).

		Referência 17 - 0,25% Cobertura 56: Existe uma Equipa Disciplinar que integra docentes de todos os níveis de ensino leccionados no Agrupamento e uma funcionária, que reúnem, semanalmente, com o intuito de melhor gerir a disciplina nos espaços escolares (p.6). Referência 18 - 0,21% Cobertura 56: Os alunos objecto de medidas cautelares, como seja a ordem de saída da sala de aula, dirigem-se à sala 9 A, onde preenchem um relatório e desenvolvem uma tarefa que lhes foi marcada (p.6). Referência 19 - 0,26% Cobertura 56: Aquela equipa trata as ocorrências de cariz disciplinar, avalia a gravidade dos incidentes, fazendo a ligação entre os alunos que manifestam alguns problemas de comportamento e os docentes em cujas aulas esses problemas ocorreram (p.6). Referência 20 - 0,16% Cobertura 58: As aprendizagens escolares proporcionadas pelo Agrupamento correspondem, globalmente, às expectativas dos membros da comunidade educativa (p.6).	
	Outros	Não existem asserções avaliativas nesta subcategoria.	No entanto o seu efetivo envolvimento na conceção e reformulação do plano de atividades de turma, bem como no processo de autoavaliação, precisa de ser repensado de modo a reforçar a sua corresponsabilização e participação na vida escolar (p.3) Referências 13-14 - 0,39% Cobertura A comunidade educativa, nas respostas aos questionários aplicados aos encarregados de educação, professores, pessoal não docente e alunos e nas entrevistas, demonstra estar muito satisfeita com a qualidade do ensino ministrado no Agrupamento e com o seu grau de exigência (p.4).

			Referência 15 - 0,86% Cobertura A aposta do Agrupamento na relação do saber com o desenvolvimento das competências e a preparação dos alunos para o prosseguimento de estudos concorre para a valorização das aprendizagens feitas. Neste sentido, para além do reforço positivo aquando da realização da avaliação das aprendizagens e da participação dos alunos em projetos e exposições, destaca-se a atribuição de prémios aos alunos laureados, substantivada na entrega de diplomas nas comemorações do Dia da Escola, que servem de reconhecimento e de estímulo aos discentes que se distinguiram pelos resultados académicos e sociais (p.4)
Pontos fracos	**Resultados académicos**	Não existem asserções avaliativas nesta subcategoria	Referência 7 - 0,39% Cobertura à exceção de Português, em 2012, em que se regista um afastamento mais expressivo entre estas duas médias (4,5 valores). O Agrupamento está atento a este diferencial, mas precisa de ser mais célere na identificação das reais causas e na aplicação de medidas ajustadas (p.3). Referência 10 - 0,23% Cobertura 46: No ensino secundário, existem algumas anulações de matrícula/desistências, necessitando o Agrupamento de criar mecanismos de monitorização destas situações (p.3).

Fonte: IGEC . Avaliação externa das escolas 2007 /2008 . http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/09&auxID= acedido em 28-12-2016.
2013/2014. http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/03&auxID= acedido em 28-12-2016

Grelha analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A1 (RA1)

Dimensão 2 "**Prestação do Serviço Educativo**"
(RA1-PSE)

		1º Relatório de AEE (2007)	**2º Relatório de AEE (2013)**
Categoria	**Subcategorias**	UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE REGISTO
PONTOS FORTES	**Planeamento e articulação**	<Internas\\Relatorios de avaliação externa\\AEE_2007_Agrupamento A1> - § 13 referências codificadas [2,99% Cobertura] Referência 3 - 0,27% Cobertura 60: As áreas disciplinares assumem um papel preponderante no Agrupamento, uma vez que são encaradas como mais eficazes do que os departamentos, mercê do número elevado de elementos que integra cada uma destas estruturas de orientação educativa (p.6). Referência 4 - 0,24% Cobertura 60: No sentido de melhorar a articulação das aprendizagens e as competências dos professores neste domínio, foram instituídas reuniões semanais de articulação curricular, num trabalho de cooperação entre todos (p.6). Referência 5 - 0,19% Cobertura 60: curricular A articulação parte de uma planificação das aprendizagens e da definição de critérios de avaliação, passando pela elaboração de instrumentos de avaliação (p.6). Referência 6 - 0,17% Cobertura	<Internas\\Relatorios de avaliação externa\\AEE_2013_AE_Clara_Resende_R> - § 25 referências codificadas [7,32% Cobertura] Referência 1 - 0,57% Cobertura 45: Está instituída a prática sistemática dos órgãos de direção, administração e gestão e das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica monitorizarem e avaliarem os resultados dos alunos e de estabelecerem comparações com os valores obtidos nas turmas do mesmo ano de escolaridade e com os valores nacionais, sendo (re) definidos e implementados os respetivos planos de melhoria (p.3). Referência 2 - 0,72% Cobertura 60: destacada como uma fragilidade na avaliação externa realizada em 2007, a articulação curricular constitui um dos eixos de ação do projeto educativo do Agrupamento e é concretizada, no ensino básico, de modo a promover a sequencialidade de conteúdos. Neste âmbito, entre o 1.º e o 2.º ciclos, o planeamento da articulação é feito através de

		60: A articulação vertical ou sequencialidade, entre a Escola Sede e o 1.º CEB, é também uma área de investimento prioritário por parte do Agrupamento (p.6). Referência 7 - 0,20% Cobertura 62: Cada professor elabora a sua planificação individual integrada no plano de gestão curricular da área disciplinar e no âmbito do conselho de turma e do conselho de docentes. (p.6). Referência 12 - 0,21% Cobertura 68: O Agrupamento tem um núcleo de apoio educativo bem organizado na sinalização e resposta a alunos com necessidades educativas especiais e a alunos com dificuldades de aprendizagem (p.7).	reuniões entre professores destes dois níveis de ensino e delas resultou um documento que enuncia o que se espera dos alunos quando ingressarem no 2.º ciclo. (p.4). Referência 3 - 0,44% Cobertura 60: No caso do Português e da Matemática o esforço de articulação continua mediado por um representante de cada um destes níveis de ensino que, sendo porta-vozes dos outros professores, definem prioridades, partilhando-as com os colegas e preparando o apoio a alunos que, na transição de ciclos, dele necessitem (p.4). Referência 4 - 0,23% Cobertura 60: Também a coadjuvação feita por professores do 2.º ciclo, com horário incompleto, ao 1.º ciclo na área da Música contribui para que esta articulação aconteça. (p.4) Referências 5-6 - 0,63% Cobertura 61: Entre os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico estão instituídas dinâmicas que potenciam o trabalho cooperativo, a sequencialidade das aprendizagens e a articulação vertical e horizontal. Para o efeito foram constituídas equipas pedagógicas e instituídas reuniões semanais dessas equipas, com duas formas distintas de funcionamento, que, alternadamente, com agendas previamente definidas focam questões pedagógicas e questões curriculares (p.4). Referências 7-9 - 0,31% Cobertura 64: No caso do ensino secundário existem também condições que promovem a partilha e o trabalho colaborativo de professores em torno de procedimentos de articulação e de atenção específica a alunos que dela necessitam (p.5). Referência 10 - 0,13% Cobertura 64: os professores de uma mesma disciplina planificam conjuntamente a avaliação das aprendizagens (p.5). Referências 11-12 - 0,23% Cobertura

			64: O cuidado que é colocado na análise dos resultados obtidos pelos alunos permite que atempadamente sejam definidos os apoios a alunos que revelem dificuldades (p.5). Referência 13 - 0,38% Cobertura 65: A articulação existente entre as várias formas de prestação do serviço educativo é igualmente evidente no plano anual de atividades do Agrupamento que é construído a partir de propostas dos departamentos que procuram que essas atividades sejam multidisciplinares (p.5). Referência 15 - 0,22% Cobertura 67: Para os alunos com necessidades educativas especiais são mobilizados os recursos necessários para responder adequadamente à especificidade de cada discente. Referência 16 - 0,32% Cobertura 67: Para os alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou problemas psicossociais, o Agrupamento implementa, designadamente apoios pedagógicos no ensino básico, inserção em grupos de nível no 6.º ano, tutorias e salas de estudo (p.5). Referência 17 - 0,12% Cobertura 67: apoios são devidamente monitorizados e reajustados quando é detetada a sua inadequação (p.5). Referência 18 - 0,40% Cobertura 67: o Agrupamento, dadas as características económicas, sociais e culturais da sua população escolar e os bons resultados académicos, carece de iniciativas que, de forma sistemática e estruturada, potenciem o desenvolvimento das aprendizagens de alunos com capacidades excecionais (p.5). Referência 20 - 0,21% Cobertura 73: É de realçar o facto do plano anual das atividades de enriquecimento curricular ser devidamente acompanhado e articulado com a ação dos professores titulares de turma (p.6).

			Referência 21 - 0,46% Cobertura 74: A atividade dos docentes e o acompanhamento da prática letiva é acompanhada pelos órgãos de gestão intermédia, embora de forma indireta, no sentido de monitorizar o cumprimento dos programas, coordenar processos de planificação e avaliação de aprendizagens e identificar situações de alerta devido a resultados de alunos (p.6).
	Monitorização e avaliação das aprendizagens	62: Cada professor elabora a sua planificação individual integrada no plano de gestão curricular da área disciplinar e no âmbito do conselho de turma e do conselho de docentes. (p.6). Referência 8 - 0,25% Cobertura 62: O acompanhamento da prática lectiva de cada professor é feito, por via indirecta, a partir da leitura dos resultados académicos ou de algumas – raras – evidências de uma relação pedagógica problemática com os alunos (p.6). Referência 9 - 0,24% Cobertura 62: A identificação de turma(s) com resultados muito discrepantes permitiu já intervenções das lideranças intermédias, embora muito pontuais, junto do professor, e a identificação de estratégias de acompanhamento (p.6). Referência 13 - 0,26% Cobertura 68:constituem-se como outros mecanismos de intervenção pedagógica a sala de estudo, a sala de informática e as tutorias. A equipa pedagógica tem como função a gestão dos recursos e a monitorização dos resultados neste domínio (p.7) Referência 10 - 0,18% Cobertura 62:Os coordenadores consideram que é difícil exercer funções de supervisão em relação aos diferentes elementos do departamento ou mesmo da área disciplinar (p.6).	Referência 23 - 0,24% Cobertura 76: Os critérios de avaliação são conhecidos e compreendidos pelos diversos elementos da comunidade escolar e são utilizados para monitorizar o percurso escolar dos alunos (p.6). Referência 24 - 0,24% Cobertura 77: avaliação nas modalidades de diagnóstico, formativa e sumativa, para além das fichas de atividades que envolvem os alunos na construção sistemática de aprendizagens (p.6). Referência 25 - 0,54% Cobertura 77:o facto dos testes de avaliação serem construídos em conjunto pelos professores da mesma disciplina, mesmo que não aplicados de modo igual a todas as turmas, e de coletivamente serem analisados os resultados contribui para a deteção de problemas que possam surgir e para a utilização da avaliação como um dispositivo regulador dos processos de desenvolvimento do currículo (p.6).
	Práticas de		Referência 14 - 0,28% Cobertura

	ensino		67: Tendo por referência uma análise aprofundada dos resultados, no sentido de serem identificadas as principais dificuldades na aprendizagem, são atempadamente definidas medidas de apoio educativo (p.5).
PONTOS FRACOS	**Planeamento e articulação**	Referência 1 - 0,23% Cobertura 60:A articulação curricular é outra das prioridades e um objectivo a prosseguir no âmbito do Projecto Educativo, na medida em que foi identificada como sendo uma área frágil na dinâmica do Agrupamento (p.6). Referência 2 - 0,30% Cobertura 60:A coordenação e articulação intradepartamental, no âmbito científico e da consolidação de processos pedagógicos, ainda são débeis, já que a estrutura "departamento curricular" ainda não potenciou, no Agrupamento, todas as suas virtualidades, normativamente consignadas (p.6). Referência 11 - 0,27% Cobertura 66:a aferição interna dos resultados e dos processos é feita, sobretudo, nas reuniões de área disciplinar, de equipa pedagógica e de conselho de ano, apresentando, no entanto, algumas fragilidades e mostrando-se, ainda, pouco consistente (p.6)-	
	Monitorização e avaliação do ensino aprendizagem	Não existem asserções avaliativas nesta subcategoria.	Não existem asserções avaliativas nesta subcategoria.
	Práticas de ensino		Referência 19 - 0,40% Cobertura 68: os quadros interativos ainda não são muito usados, os docentes recorrem com frequência às tecnologias de informação e comunicação para a exposição de conteúdos e incentivam atividades de pesquisa de informação que, devidamente organizada, é apresentada pelos alunos à turma (p.5).

			Referência 22 - 0,22% Cobertura 74: não está implementada a supervisão da prática letiva na sala de aula e nas possibilidades que pode oferecer para o desenvolvimento profissional docente (p.6).

Fonte: IGEC . Avaliação externa das escolas 2007 /2008 . http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/09&auxID= acedido em 28-12-2016. Avaliação externa das escolas 2013/2014. http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/03&auxID= acedido em 28-12-2016

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A1 (RA1) Dimensão 3 "**Liderança e Gestão**" **(RA1-LEG)**			
		1º Relatório de AEE (2007)	**2º Relatório de AEE (2013)**
Categoria	**Subcategoria**	**UNIDADES DE REGISTO**	**UNIDADES DE REGISTO**
PONTOS FORTES	**Projeto educativo – Visão e estratégia**	<Internas\\Relatorios de avaliação externa\\AEE_2007_Agrupamento A1> - § 30 referências codificadas [6,03% Cobertura] Referência 1 - 0,23% Cobertura 39:O Agrupamento faz o planeamento e desenvolvimento das actividades tendo como linha orientadora o Projecto Educativo, cuja elaboração teve por base um inquérito lançado a toda a comunidade educativa (p.4). Referência 4 - 0,25% Cobertura 39:O Conselho Executivo parece estar mobilizado para a obtenção de receitas próprias, para além das provenientes do Orçamento Geral de Estado, destacando-se as candidaturas a projectos, aluguer de espaços e os donativos (p.4). Referência 19 - 0,14% Cobertura 92: O Conselho Executivo tem uma visão clara das soluções para os problemas do Agrupamento e age com celeridade e eficácia (p.9).	<Internas\\Relatorios de avaliação externa\\AEE_2013_Agrupamento A1_R> - § 18 referências codificadas [4,80% Cobertura] Referência 2 - 0,36% Cobertura 81:O projeto educativo do Agrupamento, cujo lema é (…), define finalidades e identifica, em domínios de intervenção que considerou prioritários, as áreas de melhoria, as estratégias a implementar e as metas a atingir (p.6). Referência 4 - 0,14% Cobertura 81:emerge deste planeamento uma visão de escola orientada para o desenvolvimento do processo de ensino (p.6). Referência 5 - 0,38% Cobertura 83: aprendizagem, centrada na promoção de uma cultura de rigor, exigência e esforço e de respeito pela individualidade de cada aluno na heterogeneidade, no reforço da autoridade dos docentes e no incentivo à valorização da escola pelos pais e encarregados de educação (p.7).

		Referência 20 - 0,25% Cobertura 92: Os presidentes do Conselho Pedagógico, do Conselho Executivo e da Assembleia de Agrupamento têm reuniões mensais conjuntas para terem uma atitude concertada na resolução de problemas que se colocam à gestão do Agrupamento (p.9). Referência 21 - 0,08% Cobertura 92: De salientar a forte liderança da Presidente do Conselho Pedagógico (p.9). Referência 26 - 0,30% Cobertura 98:A utilização, ainda que de forma paulatina, pelos actores da comunidade educativa, da plataforma Moodle constitui uma importante inovação no plano informático no sentido de operacionalizar com agilidade a comunicação e a circulação de informação no Agrupamento (p.9).	Referência 10 - 0,36% Cobertura 91:a direção, tendo por base as grandes linhas orientadoras do projeto educativo e as orientações emanadas do conselho pedagógico, bem como as opiniões e sugestões dos diferentes atores educativos, realiza com rigor o planeamento global do ano letivo (p.7). Referência 11 - 0,19% Cobertura 91:direcionando a ação educativa do Agrupamento para a melhoria da qualidade das aprendizagens e para o desenvolvimento da cidadania (p.7).
	Protocolos e parcerias	Referência 7 - 0,14% Cobertura 45:O Agrupamento envolve-se em algumas parcerias, protocolos e projectos, procurando dar resposta a algumas das suas necessidades (p.5). Referência 9 - 0,37% Cobertura 72:O Agrupamento realiza actividades de reconhecido significado para a comunidade educativa: “Semana da Solidariedade”, “Correr por Moçambique”, ”Dia da Escola”, “Recepção ao Caloiro”, “Festa de Finalistas” e toda uma panóplia de acções que resultam de uma parceria entre a EB 1 e o Centro de Recursos da Câmara Municipal do Porto (p.7). Referência 27 - 0,20% Cobertura 100: O Agrupamento tem estabelecido protocolos com empresas e instituições locais no âmbito dos estágios profissionais do Curso de Educação e Formação e do Curso Tecnológico de Acção Social (p.9). Referência 28 - 0,12% Cobertura	Referência 1 - 0,41% Cobertura 57:A estreita relação do Agrupamento com a Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia de (…) é bem visível na articulação do plano anual de atividades com as iniciativas autárquicas, sendo reconhecido o contributo do Agrupamento para o desenvolvimento da comunidade envolvente (p.4). Referência 8 - 0,21% Cobertura 86: O Agrupamento estabelece uma relação efetiva com entidades públicas e privadas, desde logo com as autarquias e organizações não-governamentais (p.7). Referência 9 - 0,25% Cobertura 86: traduzida, designadamente na participação de alunos e profissionais em projetos e iniciativas de formação e de socialização, com impacto na prestação do serviço educativo (p.7).

		104: A Escola Sede integra estágios pedagógicos de Português/Inglês, de Francês/Inglês e de Educação Física p.10 Referência 29 - 0,27% Cobertura 104: O Agrupamento tem vindo a desenvolver vários projectos: Rodentia (em parceria com a Escola Francesa e o IBMC), CRIE (computadores, redes e Internet na escola) e Ciência Viva (no apetrechamento dos laboratórios de Física e Química) (p.10). Referência 30 - 0,09% Cobertura 104: A Biblioteca da Escola Sede pertence à Rede Nacional de Bibliotecas Escolares (p.10).	
	Liderança e motivação	Referência 5 - 0,24% Cobertura 41:O Agrupamento apresenta uma liderança de topo – Conselho Executivo – que apoia a sua acção nas estruturas de gestão intermédia, nos professores e numa equipa de funcionários não docentes eficaz e empenhada (p.4). Referência 23 - 0,24% Cobertura 96:"O Conselho Executivo do agrupamento está presente e lidera a maior parte das iniciativas do Agrupamento, promovendo uma efectiva articulação e cooperação entre os diferentes órgãos e estruturas de orientação educativa" (p.9). Referência 24 - 0,23% Cobertura 96:a não acumulação do cargo de Presidente do Conselho Executivo e do Conselho Pedagógico na mesma pessoa é um garante da independência destes dois órgãos e não compromete a articulação entre os mesmos (p.9).	Referência 6 - 0,25% Cobertura 84: Ressalta o sentido de pertença e de identificação com o Agrupamento que é fomentado no quotidiano escolar pelas diferentes lideranças, através de iniciativas pertinentes (p.7). Referência 7 - 0,31% Cobertura 85: A direção conhece bem a sua área de ação e pratica uma gestão motivadora do comprometimento e responsabilidade das lideranças intermédias, dos docentes e não docentes na prossecução dos objetivos do Agrupamento. (p.7) Referência 12 - 0,21% Cobertura 92: Numa lógica de racionalidade, a gestão dos recursos é efetuada criteriosamente, em ordem a um desempenho eficiente e à satisfação dos envolvidos (p.7) Referência 13 - 0,38% Cobertura 92: O princípio da continuidade é privilegiado na gestão dos recursos humanos, designadamente dos docentes, mas também são tidas em conta as características pessoais e profissionais que possam potenciar ou dificultar o desempenho dos elementos da comunidade escolar (p.7). Referências 14-15 - 0,24% Cobertura 96: O desenvolvimento profissional é promovido através do

			trabalho cooperativo, com expressão nas reuniões das equipas pedagógicas, onde se trocam experiências e estratégias (p.8). Referência 16 - 0,28% Cobertura 96: O plano de formação, elaborado a partir da auscultação dos trabalhadores, não teve resposta por parte do Centro de Formação e internamente também não têm sido rentabilizados recursos para o efeito (p.8). Referência 17 - 0,39% Cobertura 97: a comunicação interna e externa têm sido usadas as formas habituais de informação escrita ou oral, sendo de sublinhar a importância crescente do correio eletrónico, disponibilizando uma conta própria a trabalhadores, assumido como prática generalizada de comunicação (p.8).
	Participação dos pais e outros elementos	Referência 14 - 0,14% Cobertura 84: O Agrupamento procura atrair os pais à escola, informando-os sobre as suas estratégias educativas e sobre as suas iniciativas. (p.8) Referência 15 - 0,13% Cobertura 84: Os índices de participação dos pais/encarregados de educação nas reuniões para que são convocados são satisfatórios. (p.8) Referência 16 - 0,14% Cobertura 84: é estreita e informal a relação entre os professores do 1.º CEB e os pais/encarregados de educação deste ciclo de ensino. (p.8) Referência 17 - 0,05% Cobertura 84: A Associação de Pais da EB 1 é bastante activa (p.8) Referência 18 - 0,19% Cobertura 86: realizam-se as reuniões, no início de cada período, com os pais/encarregados de educação e existem as habituais horas de atendimento semanal dos directores de turma. (p.8)	Não existem asserções avaliativas nesta subcategoria.
	Organização	Referência 3 - 0,17% Cobertura	Não existem asserções avaliativas nesta subcategoria.

	e gestão	39: O Agrupamento faz uma utilização dos recursos financeiros disponíveis tendo em linha de conta os objectivos constantes do seu plano de actividades (p.4) Referência 4 - 0,25% Cobertura 39: O Conselho Executivo parece estar mobilizado para a obtenção de receitas próprias, para além das provenientes do Orçamento Geral de Estado, destacando-se as candidaturas a projectos, aluguer de espaços e os donativos (p.4) Referência 8 - 0,24% Cobertura 72: O Plano Anual de Actividades do Agrupamento tem em linha de conta as prioridades e objectivos do Projecto Educativo e existe uma preocupação em articular estes dois documentos estruturadores da acção educativa. (p.7) Referência 11 - 0,18% Cobertura 80: A sua gestão dos recursos humanos é feita com base num bom conhecimento das competências pessoais e profissionais dos funcionários docentes e não docentes. (p.8) Referência 12 - 0,37% Cobertura 80: A distribuição do serviço docente rege-se por critérios pedagógicos, explícitos e implícitos, que são do conhecimento de toda a comunidade educativa, sobretudo no que concerne à afectação dos professores às turmas bem como às direcções de turma, sendo de registar, nestas duas situações, o critério da continuidade pedagógica (p.8) Referência 13 - 0,26% Cobertura 80: Não obstante não existir uma estratégia sistemática e formal de integração de novos professores e funcionários não docentes, o Agrupamento evidencia uma prática de socialização na cultura escolar que se tem revelado eficaz (p.8)	
PONTOS FRACOS	**Projeto Educativo**	Referência 6 - 0,24% Cobertura 41: A visão que esta liderança tem para o Agrupamento	Referência 3 - 0,18% Cobertura 81: embora (Projeto educativo) exista a necessidade de definir

	Visão e estratégia	assenta na continuidade de uma missão tradicional que, por vezes, surge como entropia à introdução de atitudes de inovação ou aceitação de processos de mudança (p.4) Referência 22 - 0,22% Cobertura 92: as lideranças intermédias se centrarem mais nas coordenações das áreas disciplinares do que nas coordenações de departamento curricular, o que impede uma efectiva estratégia interdepartamental (p.9) Referência 25 - 0,17% Cobertura 98: O Agrupamento adere a algumas iniciativas de cariz inovacional, mas com reservas, uma vez que está preso a uma imagem do passado que não quer perder (p.9)	a evolução esperada pelo Agrupamento, consubstanciada em metas quantificadas e avaliáveis (p.6)
	Protocolos e parcerias	----------	----------
	Liderança e motivação		Referência 18 - 0,28% Cobertura 97: faltando reforçar os processos de comunicação interna e externa, quer através da otimização dos recursos informáticos, quer da diversificação dos meios utilizados em função dos destinatários (p.8).
	Participação dos pais e outros elementos	78:A participação dos diferentes actores na definição de prioridades e das actividades é muito mais reactiva do que proactiva, reduzindo-se, muitas vezes, à sua discussão e/ou aprovação em sede dos órgãos e estruturas em que têm assento (p.8).	
	Organização e gestão	----------	----------

Fonte: IGEC . Avaliação externa das escolas 2007 /2008 . http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/09&auxID= acedido em 28-12-2016. Avaliação externa das escolas 2013/2014. http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/03&auxID= acedido em 28-12-2016

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A1 (RA1) Dimensão 4 "**Autoavaliação e Melhoria**" **(RA1-AAM)**			
		1º Relatório de AEE (2007)	**2º Relatório de AEE (2013)**
Categoria	**Subcategoria**	UNIDADES DE REGISTO	UNIDADES DE REGISTO
PONTOS FORTES	**Participação e envolvimento dos atores educativos**	<Internas\\Relatorios de avaliação externa\\AEE_2007_Agrupamento A1> - § 10 referências codificadas [2,56% Cobertura] Referência 5 - 0,40% Cobertura 106: Assim, desde 2001/2002 até ao momento, já foram criadas quatro comissões de avaliação interna, por iniciativa da Assembleia de Escola/Agrupamento. A comissão de avaliação interna em funções, actualmente, foi nomeada no início do presente ano lectivo com um mandato de vigência por três anos e tem como objectivo primordial avaliar o Projecto Educativo (p.10).	<Internas\\Relatorios de avaliação externa\\AEE_2013_AE_Clara_Resende_R> - § 12 referências codificadas [3,76% Cobertura] Referência 1 - 0,84% Cobertura 48: Os alunos participam em diversos projetos e atividades, bem como na tomada de decisão através dos seus representantes nos órgãos de direção, administração e gestão, na assembleia de delegados de turma e na associação de estudantes, colaborando e corresponsabilizando-se em iniciativas promotoras da vivência ativa da cidadania. Referência 4 - 0,08% Cobertura 101:(…)desenvolvidos por uma comissão de avaliação interna (p.8).
	Recolha tratamento e divulgação de informação	Referência 6 - 0,18% Cobertura 106: Esta comissão estabeleceu uma metodologia para avaliação dos resultados escolares e fez propostas de instrumentos de avaliação de actividades e de estruturas	Referência 6 - 0,28% Cobertura 102: A atual comissão de avaliação interna, mandatada para monitorizar o projeto educativo, reajustados os instrumentos de avaliação de forma a corresponderem aos objetivos deste

		(p.10).	documento estruturante (p.8). Referência 7 - 0,28% Cobertura 102: produziu o primeiro relatório do triénio 2010-2011 a 2013-2014, com os dados recolhidos sobre «o grau de concretização do projeto educativo», «desempenho da organização» e «resultados escolares».
	Impacto da autoavaliação	----------	Referência 5 - 0,45% Cobertura 101: foi com base num relatório elaborado por uma comissão e nos resultados da última avaliação externa, entre outros documentos, que foram elencados os pontos fortes e fracos para a reformulação do projeto educativo, permitindo, assim, direcionar a atenção para as áreas de maior fragilidade e dar-lhes prioridade (p.8). Referência 8 - 0,29% Cobertura 102: No ano transato, foram ainda aplicados questionários de satisfação a professores, pessoal não docente, alunos e encarregados de educação que abrangem outras dimensões do funcionamento do Agrupamento (p.8). Referência 9 - 0,49% Cobertura 104: as competências da comissão de avaliação interna definidas no regulamento interno, se efetivas, podem dar maior robustez ao processo de autoavaliação, tornando-o mais abrangente e dotando os referenciais com indicadores de medida, de modo a potenciar a elaboração de planos de melhoria em diferentes áreas de funcionamento do Agrupamento (p.8).
	Sustentabilidade do processo de melhoria	Referência 1 - 0,17% Cobertura 47: O Agrupamento tem a percepção da importância da avaliação interna como factor estruturante para um processo contínuo da melhoria do seu desempenho (p.5). Referência 10 - 0,33% Cobertura 108: Os resultados alcançados, a estabilidade e a motivação	Referência 2 - 0,34% Cobertura 99: As diversas lideranças e a comunidade escolar, em geral, revelam capacidade de autorregulação, facto que contribui para a melhoria do trabalho educativo, a sustentação dos resultados escolares e o aperfeiçoamento da gestão organizacional (p.8).

		dos docentes, a participação e o grau de satisfação da comunidade educativa, a qualidade do clima interno e o desempenho da liderança garantem uma razoável estabilidade no Agrup Referência 8 - 0,17% Cobertura 108: Os docentes reconhecem que os resultados se têm sustentado, principalmente, no trabalho com alunos oriundos de um tecido sociocultural favorecido (p.10).	Referência 3 - 0,12% Cobertura 100: Tal como já acontecia na avaliação externa realizada em março de 2007, estão instituídos procedimentos de autoavaliação promotores de ações de melhoria (p.8). Referência 10 - 0,29% Cobertura 105:"a reflexão dos responsáveis sobre os relatórios de autoavaliação tenha norteado as tomadas de decisão ao nível do planeamento da atividade educativa e conduzido à implementação de ações de melhoria " (p.8).
	Consolidação e expansão do processo	----------	----------
PONTOS FRACOS	**Participação e envolvimento dos atores**	Referência 4 - 0,38% Cobertura 47: No entanto, o Agrupamento parece não conhecer muito bem os seus pontos fracos e não reconhece ameaças à sua acção, por isso sendo difícil definir uma estratégia de melhoria que lhe permita ultrapassar as dificuldades com que se depara, e aproveitar as oportunidades que se lhe oferecem com o intuito de melhorar o seu desempenho (p.10).	Referência 1 - 0,84% Cobertura 48: Os alunos (…) e o seu efetivo envolvimento na conceção e reformulação do plano de atividades da turma, bem como no processo de autoavaliação organizacional, carece de ser repensado de modo a reforçar a sua corresponsabilização e participação na vida escolar. Referência 12 - 0,14% Cobertura 105: bem como de encontrar formas de envolver a comunidade educativa em todo o processo de autoavaliação. Referência 11 - 0,15% Cobertura 105: há a necessidade de aprofundar o impacto da autoavaliação na organização e nas práticas profissionais.
	Recolha tratamento e divulgação da informação	----------	----------
	Impacto da autoavaliação	Referência 7 - 0,20% Cobertura 106:O Agrupamento avalia todas as actividades previstas no seu Plano Anual de Actividades, mas ainda não possui um	----------

		conhecimento sistemático do impacto da sua acção educativa (p.10)	
	Sustentabilidade do processo	----------	_____
	Consolidação e estabilização do processo	Referência 2 - 0,27% Cobertura 47: Sendo certo que existe um processo sistemático de auto-avaliação, sobretudo, no que concerne aos resultados, é ainda pouco clara a forma como as estruturas intermédias têm utilizado essa reflexão na reformulação das suas práticas (p.5).	_____

Fonte: IGEC . Avaliação externa das escolas 2007 /2008 . http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/09&auxID= acedido em 28-12-2016. Avaliação externa das escolas 2013/2014. http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/03&auxID= acedido em 28-12-2016

APÊNDICE C

Grelha Analítica do Plano de Melhoria do Agrupamento A1 (PMA1)

-Grelha analítica das ações de melhoria presentes no plano de melhoria do Agrupamento A1 e os "Pontos fracos" e áreas de melhoria identificadas pela IGEC nos relatórios de avaliação externa (2º ciclo)

Áreas específicas identificadas pela IGEC, na segunda avaliação (IGEC, relatório de AEE, 2013) Categorias	**Ações de melhoria presentes no Plano de melhoria Biénio (2013-2015)** **UNIDADES DE REGISTO**	
Resultados	**Área de melhoria** (IGEC, relatório de AEE, 2013)	**Objetivos /Ações / estratégias de melhoria (Documento: Plano de melhoria 2013-2017)**
(Ponto fraco) "as taxas de conclusão do 6.º e 9.º anos estão abaixo desse valor" (p.3) (Ponto fraco) "No ensino secundário, existem algumas anulações de matrícula/desistências, necessitando o Agrupamento de criar mecanismos de monitorização destas situações "(p.3) (Ponto Fraco) "decréscimo na taxa de conclusão dos cursos	" A identificação mais célere das reais causas do diferencial entre as médias da classificação interna e de exame de Português do 12º ano, em 2012, em ordem à aplicação de medidas ajustadas" (p.9)	**<u>Objetivos:</u>** 1) Diminuir o diferencial entre as médias da classificação interna e da classificação externa; 2) Melhorar os resultados da avaliação interna e da avaliação externa. 3) Reforçar a qualidade e fiabilidade dos instrumentos de avaliação. (PMA1, p. 6) **<u>Ações / estratégias de melhoria:</u>** -Atribuição, no ano letivo 2013/2014, na componente não letiva (CNL) de coordenação curricular definida no horário dos professores do 12ºano, para definição da estrutura dos instrumentos de avaliação -Atribuição, no ano letivo 2013/2014, na componente não letiva de horas para a articulação vertical entre ciclos (4.º-5.º; 6.º-7.º e 9.º-10.º) para deteção de eventuais problemas Melhorar as práticas de trabalho colaborativo no grupo de recrutamento de Português. -Produção colaborativa de recursos didático-pedagógicos e de instrumentos de avaliação das aprendizagens.

científico-humanísticos do ensino secundário (p.3)		-Os **INDICADORES** que serão utilizados para monitorizar o plano de ação nesta área serão: -análise dos instrumentos de avaliação; -análise dos resultados dos alunos, por turma e comparada. (PMA1, p. 6)
Prestação do serviço educativo	----------	----------
-Planeamento e articulação	----------	----------
-Monitorização e avaliação	----------	----------
(Ponto fraco) "não está implementada a supervisão da prática letiva na sala de aula" (p.6).	"Área de melhoria" " A monitorização e supervisão da prática letiva em contexto de sala de aula, de modo a potenciar metodologias ativas e experimentais de ensino e aprendizagem, numa lógica de desenvolvimento profissional dos docentes" (p.9).	"A implementação da prática de observação de aulas, com vista a potenciar metodologias ativas e experimentais em sala de aula, revela-se possível e exequível apenas nos casos em que se verificam problemas de natureza científica, didática e/ou pedagógica" (PMA1, p.6) **Objetivos:** -Monitorizar e supervisionar a prática letiva; -Sinalizar/identificar problemas graves de natureza científico-didático-pedagógica; -Observar em contexto de sala de aula, seguida de análise e definição de estratégia de melhoria de desempenho, os casos sinalizados/identificados de falhas de natureza científico- didático-pedagógica. - Definir planos de intervenção sempre que necessário/oportuno.

		<u>Ações / estratégias de melhoria:</u> - Manutenção da articulação vertical entre todos os ciclos às disciplinas de Português e Matemática; -Articulação horizontal, em função da disponibilidade de horário, em disciplinas do ensino secundário. -Melhorar o trabalho colaborativo e a troca de experiências entre os professores. A **MONITORIZAÇÃO** será realizada pelos Coordenadores dos Departamentos Curriculares, pela Coordenação dos Professores Titulares de Turma/Diretores de Turma do Ensino Básico e pelo Conselho Pedagógico **INDICADORES** que serão utilizados para monitorizar o plano de ação nesta área serão: -Atas das reuniões de coordenação curricular; -Autoavaliação das aprendizagens dos alunos; -*Feedback* dos Encarregados de Educação. (PMA1, p.6-7)
Práticas de ensino	----------	----------
(Ponto fraco) "os quadros interativos ainda não são muito usados"	----------	----------
<u>Liderança e gestão</u>	----------	----------
<u>Autoavaliação</u> (Ponto fraco) "o seu efetivo envolvimento na conceção e reformulação do plano de atividades de turma , bem como no processo de autoavaliação, precisa de ser repensado de modo a reforçar a sua corresponsabilização e	* "Área de melhoria" " A consolidação do processo de autoavaliação tornando-o mais abrangente, definindo metas quantificadas e avaliáveis e dotando os referenciais com indicadores de medida, de modo a aprofundar o seu impacto na melhoria da organização e das práticas profissionais" (p.9).	**<u>Objetivos</u>**: "a consolidação do processo de autoavaliação, a definição de metas quantificadas, de acordo com o referencial do *cluster* do Agrupamento, e a melhoria da organização e das práticas profissionais" (PMA1, p. 8) **<u>Ações / estratégias de melhoria:</u>** "No âmbito da Avaliação Interna e da elaboração do respetivo relatório, será duplicada (de 5 para 10 unidades) a amostra de Pais/EE e Alunos dos 2.º-3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, reforçando o seu grau de fiabilidade " "Incluir, no âmbito da Avaliação Interna, o parecer dos Pais/EE dos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico".

participação na vida escolar "(p.3).		"**Inclusão, no âmbito da avaliação interna, das equipas do gabinete disciplinar**, apoios educativos, segurança interna, educação para a saúde, equipas pedagógicas, articulação curricular entre ciclos, estruturas pedagógicas "Aumentar o número de elementos que compõem a equipa de avaliação interna" (PMA1, p.8). "Monitorização do plano de melhoria " (p.8). "Modificação do modelo de autoavaliação" (p.8). "**Alteração da estrutura do relatório de avaliação interna**, incluindo a identificação de pontos fortes e sugestões para as áreas a melhorar". "Definição, na sequência dos **relatórios da Comissão de Avaliação Interna, de planos de melhoria**". "**Cooptação de entidades externas para colaboração na elaboração dos planos de melhoria**". "Na elaboração do plano de formação tentar contemplar ações de formação na área de autoavaliação do agrupamento" (PMA1, p.8).

Observações: O plano de melhoria, "Considera, sobretudo, o relatório de avaliação externa na sequência da avaliação externa do Agrupamento de Escolas (…), e o último relatório de autoavaliação, não podendo ser tomado como referência forte o Projeto Educativo em vigor, já que este se encontra em fase de revisão". No entanto "um plano de melhoria não se esgota na sua conceção e análise dos pontos fortes e pontos fracos da organização mas, como documento de planeamento estratégico, também tem de ter presente os constrangimentos e as oportunidades para a organização, tendo em conta o ambiente interno e externo" (PMA1, p.2). Assim, existem constrangimentos e oportunidades para o agrupamento, que devem ser fortemente considerados na próxima revisão do Projeto Educativo, que podem levar num curto prazo a uma reformulação deste plano de melhoria" (PMA1, p.2).

Este plano de melhoria foi realizado tendo em consideração o relatório de avaliação interna e a identificação dos constrangimentos e das oportunidades, no entanto, aquilo que se verifica é que, as ações que apresenta, enquadram-se exclusivamente no domínio das áreas de melhoria identificadas pela IGEC.

APÊNDICE D

Grelha Analítica do Projeto Educativo do Agrupamento A1 (PEA1)	
Resultados **Planeamento e articulação** Áreas específicas identificadas pela IGEC, na segunda avaliação (IGEC, relatório de AEE _RA1B, 2013)	**PROJETO EDUCATIVO** (PEA1) **UNIDADES DE REGISTO** (planeamento de ações e/ou estratégias de melhoria)
(Ponto fraco) "as taxas de conclusão do 6.º e 9.º anos estão abaixo desse valor" (p.3)	"Melhorar os resultados escolares dos alunos que usufruem de planos de acompanhamento pedagógico individual (PAPI)"(PEA1, p.6) "Manter as taxas de sucesso nos 1º, 2º e 3.º ciclos "(PEA1, p.6)
(Ponto fraco) "decréscimo na taxa de conclusão dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário (p.3)	----------
(Ponto fraco) "à exceção de Português, em 2012, em que se regista um afastamento mais expressivo entre estas duas médias (…)O Agrupamento está atento a este diferencial, mas precisa de ser mais célere na identificação das reais causas e na aplicação de medidas ajustadas."(p.3)	"Análise e reflexão sobre os resultados da avaliação sumativa interna e externa (Departamentos, Conselho Pedagógico e Conselho Geral)"(PEA1, p.6) "aumentar em 2% as percentagens de sucesso no ensino secundário"(PEA1, p.6)
(Ponto Forte) "A articulação existente entre as várias formas de prestação do serviço educativo é igualmente evidente no plano anual de atividades" (p.5) "os apoios são devidamente monitorizados e reajustados quando é detetada a sua inadequação (p.5)	"Articular as aprendizagens na transição entre ciclos, especialmente nas disciplinas de Português e de Matemática"(PEA1, p.8) "Melhorar a articulação curricular vertical em cada ciclo"(PEA1, p.8) de ensino" "Promover estratégias de articulação horizontal"(PEA1, p.8) "Reuniões de Equipa Pedagógica (REP)" "Reuniões de articulação vertical e horizontal" " Reuniões de coordenação curricular por secção"(PEA1, p.8)
Resultados sociais	----------

(Ponto Forte) “A educação para os valores tem expressão num conjunto de iniciativas de natureza cívica” (p.3) (Ponto Forte) “Os incidentes disciplinares são monitorizados e devidamente enquadrados os casos mais críticos”.(p4) “tem vindo a registar-se uma diminuição do número de participações” (p.4)	“Melhorar a disciplina ao nível do comportamento, da pontualidade e da assiduidade” “Prevenir os problemas disciplinares através do acompanhamento dos possíveis casos-problema” (PEA1, p.7) “Manutenção do funcionamento de uma equipa disciplinar” (PEA1, p.7) “Co-responsabilização dos Pais/EE no cumprimento das regras” (PEA1, p.7) “Definição de estratégias de receção e acolhimento dos novos elementos da comunidade educativa”(PEA1, p.7) “Implementar projetos e medidas de intervenção educativa” (PEA1, p.7)
Prestação do serviço educativo /Monitorização e avaliação	----------
(Ponto fraco) “No ensino secundário, existem algumas anulações de matrícula/desistências, necessitando o Agrupamento de criar mecanismos de monitorização destas situações “(p.3).	Acompanhar/monitorizar alunos com necessidades educativas especiais e alunos com dificuldades de aprendizagem”, “Disponibilizar apoios para desenvolvimento de Capacidades” “Acompanhar/monitorizar alunos com problemas psicossociais”(PEA1, p.9) “Preparar os alunos para avaliação externa nos anos terminais de ciclo” (PEA1, p.9) “Disponibilizar sala de estudo”(PEA1, p.9) “ Reforçar a modalidade de avaliação formativa, a par da diagnóstica e sumativa” (PEA1, p.9) “ Monitorizar as potenciais situações de abandono” (PEA1, p.10) “ Monitorizar as anulações de matrícula no secundário” “ Acompanhamento das potenciais situações de abandono escolar, de exclusão por faltas e de anulação de matrícula no ensino secundário” (PEA1, p.10)
Práticas de ensino	
Supervisão pedagógica (Ponto fraco) “não está implementada a supervisão da prática letiva na sala de aula e nas possibilidades que pode oferecer para o desenvolvimento profissional docente” (p.6).	---------- ----------
Liderança e gestão	
(Ponto Forte) “A elaboração do Projecto Educativo do Agrupamento foi precedida do lançamento de um inquérito a todos	“ Este projeto educativo resultou de uma análise diagnóstico que permitiu conhecer as potencialidades e fragilidades do agrupamento e as oportunidades e ameaças externas” (PEA1, p.3)

os membros da comunidade educativa, no sentido de os envolver, efectivamente, na sua construção" (PEA1, p.5).	" Foram tomados como referência na reformulação do presente PE, os seguintes documentos: Projeto educativo anterior; relatório de avaliação externa 2010/2013; referencial de avaliação externa; relatórios de avaliação interna; plano de melhoria do agrupamento" (PEA1, p.3)
Autoavaliação (Ponto fraco) "o efetivo envolvimento (dos alunos) na conceção e reformulação do plano de atividades de turma , bem como no processo de autoavaliação, precisa de ser repensado de modo a reforçar a sua corresponsabilização e participação na vida escolar "(p.3).	"Desenvolvimento de práticas regulares de autoavaliação" (PEA1, p.2).

Fonte: Projeto educativo do Agrupamento A1 (PEA1).

APÊNDICE E

Grelha Analítica de Síntese das Ações de Melhoria (Planeamento das ações de melhoria após a Avaliação Externa (2º ciclo) **Dimensão 1 "Resultados"**	
Asserções presentes no relatório de AEE (2ºciclo) (IGEC, relatório de AEE, 2013). **Subcategoria:** **Planeamento e articulação**	Documentos (PE, RAA, PM) **UNIDADES DE REGISTO**
(Ponto fraco) "as taxas de conclusão do 6.º e 9.º anos estão abaixo desse valor" (p.3).	"Continuação de insuficiente articulação curricular entre ciclos". "Uma ainda insuficiente articulação curricular vertical" (PEA1, p.2).
(Ponto fraco) "No ensino secundário, existem algumas anulações de matrícula/desistências, necessitando o Agrupamento de criar mecanismos de monitorização destas situações "(p.3).	Não existem inserções.
(Ponto fraco) "decréscimo na taxa de conclusão dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário (p.3)	Não existem inserções.
(Ponto Forte) "os apoios são devidamente monitorizados e reajustados quando é detetada a sua inadequação" (p.5)	Não existem inserções.
(área de melhoria) "a identificação mais célere das reais causas do diferencial entre as médias da	"Diminuir o diferencial entre as médias da classificação interna e da classificação externa" (PMA1, p.6).

classificação interna e de exame de Português do 12º ano, em 2012, em ordem à aplicação de medidas ajustadas" (p.9)	"Melhorar os resultados da avaliação interna e da avaliação externa" (PMA1, p.6). "Atribuição, no ano letivo 2013/2014, na componente não letiva (CNL) de coordenação curricular definida no horário dos professores do 12ºano, para definição da estrutura dos instrumentos de avaliação" (PMA1, p.6).
Resultados Sociais	
(Ponto Forte) "A educação para os valores tem expressão num conjunto de iniciativas de natureza cívica" (p.3). "Os incidentes disciplinares são monitorizados e devidamente enquadrados os casos mais críticos" (p.4).	Otimizar a disciplina na sala de aula e nos espaços comuns" (PEA1, p.3). "Melhorar a atitude cívica no interior da escola" (PEA1, p.3). "Aumentar/melhorar a participação da comunidade educativa" (PEA1, p.3). "Manter o funcionamento regular de uma Equipa disciplinar com representantes de todos os ciclos de escolaridade e um funcionário de cada uma das escolas" (PEA1, p.4). "Diminuir a taxa de ocorrências disciplinares" "Aumentar a taxa de pontualidade " "Diminuir a taxa de faltas de material" (PEA1, p.4).

Fonte: Documentos do Agrupamento A1: Projeto Educativo (PEA1); Relatório de Autoavaliação (RAA1); Plano de melhoria biénio 2013/2015 (PMA1)

Grelha Analítica de Síntese das Ações de Melhoria (Planeamento das ações de melhoria após a Avaliação Externa (2º ciclo) **Dimensão 2 " Prestação do Serviço Educativo "**	
Asserções presentes no relatório de AEE (2ºciclo) (IGEC, relatório de AEE, 2013) **Subcategoria:** **Monitorização e avaliação**	Documentos do Agrupamento (PE, RAA, PM) **UNIDADES DE REGISTO**
(Ponto fraco) "não está implementada a supervisão da prática letiva na sala de aula" (p.6).	-Manutenção da articulação vertical entre todos os ciclos às disciplinas de Português e Matemática. -Articulação horizontal, em função da disponibilidade de horário, em disciplinas do ensino secundário. -Melhorar o trabalho colaborativo e a troca de experiências entre os professores (PMA1, p.6).
"Área de melhoria" "A monitorização e supervisão da prática letiva em contexto de sala de aula, de modo a potenciar metodologias ativas e experimentais de ensino e aprendizagem, numa lógica de desenvolvimento profissional dos docentes" (p.9).	"implementação da prática de observação de aulas, com vista a potenciar metodologias ativas e experimentais em sala de aula, revela-se possível e exequível apenas nos casos em que se verificam problemas de natureza científica, didática e/ou pedagógica" (PMA1, p.6). "Monitorizar e supervisionar a prática letiva" "Sinalizar/identificar problemas graves de natureza científico-didático-pedagógica" (PMA1, p.6). "Observar em contexto de sala de aula, seguida de análise e definição de estratégia de melhoria de desempenho, os casos sinalizados/identificados de falhas de natureza científico- didático-pedagógica" (PMA1, p.6).
Práticas de ensino	
(Ponto fraco) "os quadros interativos ainda não são muito usados"	"Estudo das experiências de informatização noutros agrupamentos com vista a escolher o modelo mais adequado" "Formação. (1º Biénio)" "Concretização. Formação " (2º Biénio)" (PEA1, p. 3).

Fonte: Documentos do Agrupamento A1: Projeto Educativo (PEA1); Relatório de Autoavaliação (RAA1); Plano de melhoria biénio 2013/2015 (PMA1)

Grelha Analítica de Síntese das Ações de Melhoria (Planeamento das ações de melhoria após a Avaliação Externa (2º ciclo) **Dimensão 4 " Autoavaliação e Melhoria"**	
Asserções presentes no relatório de AEE (2ºciclo) (IGEC, relatório de AEE, 2013) **Subcategoria:**	**Documentos do Agrupamento (PE, RAA, PM)** **UNIDADES DE REGISTO**
"Área de melhoria" "A consolidação do processo de autoavaliação tornando-o mais abrangente, definindo metas quantificadas e avaliáveis e dotando os referenciais com indicadores de medida, de modo a aprofundar o seu impacto na melhoria da organização e das práticas profissionais" (p.9).	"a consolidação do processo de autoavaliação, a definição de metas quantificadas, de acordo com o referencial do cluster do Agrupamento, e a melhoria da organização e das práticas profissionais" (PMA1, p. 8). "No âmbito da Avaliação Interna e da elaboração do respetivo relatório, será duplicada (de 5 para 10 unidades) a amostra de Pais/EE e Alunos dos 2.º-3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, reforçando o seu grau de fiabilidade " (Idem, ibidem). "Incluir, no âmbito da Avaliação Interna, o parecer dos Pais/EE dos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico" (PMA1, p.8). "Inclusão, no âmbito da avaliação interna, das equipas do gabinete disciplinar, apoios educativos, segurança interna, educação para a saúde, equipas pedagógicas, articulação curricular entre ciclos, estruturas pedagógicas" "Aumentar o número de elementos que compõem a equipa de avaliação interna" (PMA1, p.8) "A reformulação do PE foi precedida pelo estudo do relatório da Comissão de Avaliação Interna, bem como de três documentos de propostas, apresentados por elementos da comunidade educativa" (PEA1, p.2)
(Ponto fraco) "o efetivo envolvimento (dos alunos) na conceção e reformulação do plano de atividades de turma , bem como no processo de autoavaliação, precisa de ser repensado de modo a reforçar a sua corresponsabilização e participação na vida escolar "(p.3).	"Desenvolvimento de práticas regulares de autoavaliação" (PEA1, p.2).

Fonte: Documentos do Agrupamento A1: Projeto Educativo (PEA1); Relatório de Autoavaliação (RAA1); Plano de melhoria biénio 2013/2015 (PMA1)

APÊNDICE F

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A2 (RA2) Dimensão 1"**Resultados"** **(RA2-RES)**			
Categoria Resultados		**1º Relatório de AEE (2009)**	**2º Relatório de AEE (2013)**
	Subcategoria	**UNIDADES DE REGISTO**	**UNIDADES DE REGISTO**
PONTOS FORTES	Resultados académicos	**Nome:** Nós\\GRELHA RA2\Domínio_RES_RA2A **Descrição:** Avaliação dos resultados no 1º relatório da IGEC 2009 <Internas\\relatorios IGEC\\RA2_AEE_2009> - § 13 referências codificadas [3,23% Cobertura] Referência 1 - 0,13% Cobertura 97:O Agrupamento analisa os resultados escolares dos alunos e procede à análise comparativa dos resultados da avaliação interna e externa (p.3). Referências 5-6 - 0,78% Cobertura 109:A promoção de uma cultura de gestão participada, que envolva os alunos, ainda é uma aprofundada, como revela a sua reduzida contribuição na elaboração e discussão do estruturantes do Agrupamento e na programação das actividades. Existem, porém iniciativas expressivas da participação dos alunos e do desenvolviment responsável, assente nos princípios da solidariedade, da convivência democrática mútuo, apesar de ser evidente que tais princípios não foram assumidos por todos os alunos (p.4). 111:O agrupamento aposta na elevação das expectativas dos	**Nome:** Nós\\GRELHA RA2\Domínio_RES_RA2B <Internas\\relatorios IGEC\\RA2_AEE_2013> - § 25 referências codificadas [7,56% Cobertura] Referência 1 - 0,47% Cobertura 41:Em 2010-2011, tendo em consideração a comparabilidade estatística dos resultados dos alunos do Agrupamento com os das escolas que têm valores análogos nas variáveis de contexto, verificou-se que as taxas de conclusão dos 6.º e 12.º anos ficaram acima dos valores esperados, mas as dos 4.º e 9.º anos ficaram aquém (p.3). Referência 2 - 0,35% Cobertura 41:Por sua vez, as percentagens de classificações positivas nas provas de aferição de Língua Portuguesa, nos 4.º e 6.º anos e as médias das classificações no exame nacional do 12.º ano, em Português, situaram-se acima dos valores esperados (p.3). Referência 6 - 0,33% Cobertura 43:As taxas de transição/conclusão nos três ciclos do ensino básico e nos cursos científico-humanísticos, ao longo do triénio 2009-2010 a 2011-2012, registam alguma estabilidade, embora

		alunos e das suas famílias, sendo percepcionado que a maioria dos alunos que concluiu a escolaridade em 2006/07 e 2007/08, prosseguiu estudos (p.4). (…) o agrupamento nos últimos anos, tem vindo a fazer uma análise dos resultados académicos por níveis/ciclo de ensino, anos de esolaridade, turmas e disciplina (p.6). Referência 9 - 0,14% Cobertura 172:Segundo dados do agrupamento, os planos de recuperação e de acompanhamento tiveram, em 2007/08, taxas de sucesso que variam entre 50% e 100% nos diferentes ciclos do ensino básico (p.6).	se revelem sempre inferiores às nacionais (p.3). Referência 7 - 0,31% Cobertura 43: As metas estabelecidas no contrato-programa TEIP2 apenas foram cumpridas no 2.º ciclo, sendo este ciclo que, no final dos anos letivos, apresenta maior percentagem de alunos com sucesso a todas as disciplinas (p.3). Referência 16 - 0,31% Cobertura 53: Para os progressos verificados concorrem medidas como o reforço do acompanhamento dos alunos no quotidiano escolar, a diversificação da oferta formativa e a constituição de grupos de homogeneidade relativa (p.4). Referência 18 - 0,33% Cobertura 56:A comunidade escolar, designadamente docentes, não docentes, e diração desenvolvem um trabalho intensivo, orientado para a prevenção e combate aos comportamentos perturbadores (p.4) Para os progressos verificados concorrem medidas […] acompanhamento dos alunos no quotidinao escolar, diversificação da oferta escolar e a constituição de grupos de homogeneidade relativa (p.4). Referência 21 - 0,28% Cobertura 61: em iniciativas internas ou externas que visam dar visibilidade ao trabalho educativo realizado, destacando-se o desporto, a música e a cerâmica, e promover o autoconceito académico dos alunos (p.4). Referência 22 - 0,24% Cobertura 66: em síntese a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos seus percursos escolares (…) as ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitas da vida escolar (p.5).

	Resultados sociais	189:A Comissão Executiva Instaladora, em resultado da sua experiência e do conhecimento informalmente construído, tem a noção das representações que os diferentes elementos da comunidade escolar têm sobre o Agrupamento (p.7). Referência 12 - 0,24% Cobertura 189:Com base neste conhecimento, apostou na elevação das expectativas dos alunos e das suas famílias. Esta estratégia materializa-se na diversificação da oferta educativa e formativa para jovens e adultos, nas medidas de intervenção social junto das famílias (p.7). Referência 13 - 0,18% Cobertura 201:Apesar de não dispor de dados mo percepcionado pelo Agrupamento que a maioria dos alunos que concluiu a escolarid 2006/07 e 2007/08, prosseguiu estudos. Contudo, as alternativas educativas e formativas criadas parecem não traduzir maior motivação e valorização pela escola, para muitos alunos considerando as elavadas taxas de absentismo, desistência e não conclusão dos respetivos cursos (p.8). (…)as crianças da educação pré-escolar e os alunos de algumas EB1 revelam, em geral, um comportamento disciplinado, mostrando conhecer as regras de conduta (…) (p.7)	57:A comunidade escolar a as escolas do Agrupamento, nas respostas aos questionários de satisfação preenchidos por alunos, profissionais e encarregados de educação e nas entrevistas, demonstra gostar de estudar ou trabalhar nas escolas do agrupamento (p.4). Referência 19 - 0,23% Cobertura 59: apesar de, unanimemente, se manifestar descontente com o 60: comportamento de alguns alunos e com a sua falta de respeito para com docentes e não docentes (p.4). Referência 20 - 0,47% Cobertura 61: O Agrupamento, consciente da pouca valorização dos saberes escolares por parte de alunos e respetivas famílias, atua no sentido de estimular e valorizar os seus resultados académicos e sociais. Neste sentido, para além da atribuição de prémios de mérito, divulga publicamente os trabalhos e os êxitos dos alunos (p.4). Referências 23-24 - 0,14% Cobertura 112: No (da participação em projetos com a CMPorto) é manifesto O reconhecimento da comunidade pelo trabalho educativo e formativo desenvolvido pelo Agrupamento. (p.5) Referência 17 - 0,37% Cobertura 55: Apesar da perceção de que as aprendizagens proporcionadas têm um impacto positivo no futuro dos alunos, não existe recolha de informação concreta sobre o percurso escolar ou profissional dos alunos, após terminarem a sua escolaridade no Agrupamento (p.4). Referência 10 - 0,16% Cobertura 49: A ação do Agrupamento é claramente orientada para o desenvolvimento cívico dos alunos e para a solidariedade (p.3). Referência 11 - 0,11% Cobertura 49: Os alunos estão representados no conselho geral e têm

			acesso fácil à direção (p.3). Referência 12 - 0,08% Cobertura 51: colocam os seus problemas e expõem as suas opiniões (p.4) (…) Embora não tivesse ficado clara a sua participação na elaboração dos documentos estruturantes da vida escolar, os alunos têm oportunidade de se corresponsabilizar nas decisões que lhe dizem respeito nas assembleias de turmas […] que reunem em todos os níveis e ciclos bem como no gabinete de provedoria do aluno (p.4).
	Outros	(…) Destacam-se porém na educação pré-escolar e no 1º ciclo, algumas práticas individuais de efetiva participação dos alunos no planeamento da ação educativa diária e da sua responsabilização por tarefas concretas (p.7). O agrupamento desenvolve atividades que denotam procupação com o desenvolvimento de uma cidadania responsável (…) apesar de ser evidente que estes princípios não foram ainda assumidos por todos os alunos (p.7).	----------
PONTOS FRACOS (2)	**Resultados académicos**	172:Verifica-se, portanto, que os resultados do Agrupamento na avaliação externa de 9.º e 12.º anos não têm evidenciado melhorias no sentido da sua convergência para as médias nacionais (p.6). 97: As taxas de transição/conclusão dos 1.º e 2.º ciclos e do ensino secundário regular, em 2007/08, situam-se abaixo das médias nacionais (p.4). 99: transição do 3.º ciclo, no mesmo ano, estão acima das médias nacionais. De salientar, porém, que no ano de 2007/08 as taxas de transição/conclusão superaram, globalmente, as metas definidas no âmbito do projecto TEIP2. Os resultados da avaliação externa no ensino básico (p.6). Referência 10 - 0,21% Cobertura 172:Ainda de acordo com a mesma fonte, no ano de	Referência 1 - 0,47% Cobertura 41: Em 2010-2011, tendo em consideração a comparabilidade estatística dos resultados dos alunos do Agrupamento com os das escolas que têm valores análogos nas variáveis de contexto, verificou-se que as taxas de conclusão (…) dos 4.º e 9.º anos ficaram aquém (p.3). Referência 3 - 0,30% Cobertura 41: A percentagem de classificações positivas na prova final de Matemática, no 9.º ano, e a média das classificações no exame da mesma disciplina, no 12.º ano, ficaram muito aquém dos valores esperados (p.3). Referência 4 - 0,40% Cobertura 41: Quando comparados os referidos resultados do Agrupamento com os das escolas do mesmo grupo de referência, verifica-se que, na generalidade, estavam abaixo da mediana, com exceção

		2007/08, as taxas de anulação de matrícula e de exclusão/retenção por faltas são elevadas nos cursos de educação e formação (15,6%), nos cursos profissionais (43,2%) e no ensino secundário regular (34,1%) (…) e a exclusão por faltas tem vindo a oscilar entre 0,3% no 1º ciclo e 15% no 11ºano (p.6-7). (…) os resultados a Português, Matemática e História são significativamente inferiores à médias nacionais […], nestas disciplinas a classificação tem vindo a afastar-se dos resultados da avaliação externa. Por seu lado, os cursos profissionais e Tecnológico de Desporto e os cursos de educação e formação apresentam taxas elevadas por faltas, desistência, anulação de matrícula e, consequentemente, de não conclusão (p.4). Referência 8 - 0,17% Cobertura 172:Verifica-se, portanto, que os resultados do Agrupamento na avaliação externa de 9.º e 12.º anos não têm evidenciado melhorias no sentido da sua convergência para as médias nacionais (p.6).	da média das classificações no exame nacional de Português do 12.º ano, que ficou acima (p.3). Referência 5 - 0,54% Cobertura 42: Não obstante o contexto socioeconómico e cultural ser desfavorável, o facto de os resultados observados, em 2010-2011, se situarem globalmente aquém dos valores esperados, quando comparados com os das escolas de contexto análogo e com as do mesmo grupo de referência, mostra que existe um caminho de melhoria e sustentabilidade que o Agrupamento tem de percorrer (p.3). Referência 8 - 0,43% Cobertura 43: No que se refere às percentagens de resultados positivos e às médias das classificações nas avaliações externas dos alunos (provas de aferição e exames nacionais), no referido triénio, verifica-se que são sempre inferiores às nacionais e, em regra, evidenciam uma tendência descendente (p.3). Referência 9 - 0,65% Cobertura 44: "Ao longo do último triénio escolar, a par do observado na anterior avaliação externa, as taxas de interrupção precoce do percurso escolar – abandono, anulação de matrícula e exclusão por excesso de faltas injustificadas - não dão sinais de diminuição e, ainda que controladas nos três ciclos do ensino básico, atingem valores significativos nos cursos de educação e formação, nos cursos profissionais e nos cursos científico-humanísticos" (p.3).
	Resultados sociais	Referência 4 - 0,50% Cobertura 110:A indisciplina em contexto de sala de aula e a violência escolar estão patentes em algumas escolas do Agrupamento, afectando o ensino e a aprendizagem. (…) Há evidências de melhorias na disciplina resultantes das medidas implementadas no âmbito do programa de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (p.4).	Referência 13 - 0,22% Cobertura 52: A indisciplina, dentro e fora da sala de aula, e a falta de assiduidade e de pontualidade dos alunos são realidades vividas em especial na escola-sede (p.4). Referência 14 - 0,22% Cobertura 52:Não se pode assumir que o ponto fraco sobre a indisciplina e a violência escolar, identificado na avaliação externa de 2009,

		(…) A participação e o desenvolvimento cívico dos alunos encontram-se entre as prioridades do Agrupamento, porém não se evidenciam práticas de uma cultura de gestão participada que envolva os alunos, como ilustra a sua reduzzida particpação na elaboração e discussão dos documentos estruturantes do Agrupamento e na programação de atividades (p.7). Referências 2-3 - 0,47% Cobertura 112: A indisciplina em sala de aula e a violência em contexto escolar estão patentes em algumas escolas do Agrupamento, afectando o ensino aprendizagem. Há evidências de melhorias na disciplina (p.4). A valorização e o estímulo do sucesso dos alunos está patenet em inúmeras iniciativas de pendor cultural, social e desportivo (p.7) (…) Apesar do comportamento e da disciplina dos alunos ter vindo a melhorar, em parte pelas medidadas no âmbito (…) TEIP 2, verificam-se comportamentos e atitudes que afrontam os valores e as normas escolares e sociais (violência, agressão física e verbal, roubos,, grafitos, no interior e exterior da EBS2/3 (…) por professores e alunos é referido que a indisciplina existente, que se estende à sala de aula condiciona e perturba o processo de ensino-aprendizagem (…) (p.7).	tenha sido ultrapassado. (p.9) Referência 15 - 0,29% Cobertura 52:Contudo, a boa conservação dos espaços e dos equipamentos e o facto de não terem sido relatados casos graves de violência escolar permitem afirmar que há melhorias no comportamento dos alunos (p.4).
	Outros	----------	Referência 25 - 0,33% Cobertura 121:A recolha de informação concreta sobre o percurso escolar ou profissional dos alunos, após a escolaridade no Agrupamento, com vista a avaliar o impacto das aprendizagens realizadas e da oferta educativa disponibilizada, foi considerado um ponto fraco pela equipa inspetiva (p.9).

Fonte: IGEC. Avaliação externa das escolas 2009/2010. http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/07&auxID= acedido em 29-12-2016. Avaliação externa das escolas 2012/2013http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/04&auxID=&newsID=1292#content. Acedido em 29-12-2016

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A2 (RA2) Dimensão 2 **" Prestação do Serviço Educativo"** **(RA2-PSE)**			
Dimensão: Prestação do serviço educativo		**1º Relatório de AEE (2009)**	**2º Relatório de AEE (2013)**
Categoria	**Subcategoria**	**UNIDADES DE REGISTO**	**UNIDADES DE REGISTO**
PONTOS FORTES	**Planeamento e articulação**	**Nome:** Nós\\GRELHA RA2\Domínio_PSE_RA2A **Descrição:** Prestação do serviço educativo <Internas\\relatorios IGEC\\RA2_AEE_2009> - § 10 referências codificadas [2,52% Cobertura] Referência 2 - 0,27% Cobertura 119:O acompanhamento e a supervisão das práticas em sala de aula são efectuados, por via indirecta, nas reuniões de departamentos, docentes e grupos disciplinares, essencialmente através da monitorização de programas, da uniformização dos critérios de avaliação e da partilha de experiências e informações (p.4). Referência 7 - 0,22% Cobertura 129: Não poderemos deixar de sublinhar que a prestação do serviço educativo está enquadrada por factores sócio-escolares que, objectivamente,se apresentam como condicionalismos ao desenvolvimento da prática profissional dos docentes (p.4). Referência 3 - 0,15% Cobertura 119: Agrupamento organiza apoios educativos diferenciados, sobretudo, para os alunos com educativas especiais, para os que apresentam dificuldades na fala e	**Nome:** Nós\\GRELHA RA2\Domínio_PSE_RA2B **Descrição:** Prestação do serviço educativo <Internas\\relatorios IGEC\\RA2_AEE_2013> - § 33 referências codificadas [9,71% Cobertura] Referência 1 - 0,13% Cobertura 45: O Agrupamento acompanha e monitoriza os resultados das aprendizagens dos seus alunos (…) Em resultado destes procedimentos, identifica os múltiplos problemas que determinam os índices de insucesso que se verificam e implementa, ainda que sem resultados significativos, medidas com o objetivo de os superar (…) (p.3). Referência 3 - 0,16% Cobertura 47: São identificados essencialmente fatores externos para explicar as dificuldades que causam o insucesso escolar (p.3). Referência 6 - 0,30% Cobertura 68:Considerando que na avaliação externa realizada em 2009 se verificava uma débil articulação e sequencialidade entre os 2.º e 3.º ciclos e entre este e o ensino secundário, esta área evidencia melhorias.Contudo continuam a ser mais consistentes as iniciativas que facilitam a transição entre a educação pré-escolar e o 1º ciclo (p.5).

		para os alunos com maior insucesso (p.4). Referência 4 - 0,16% Cobertura 119: Porém, não estão instituídos apoios pedagógicos a todas as disciplinas e […] incluindo para aqueles que, apesar de já serem bem sucedidos, pretendam elevar os desempenho escolar (p.6). Referência 5 - 0,17% Cobertura A valorização dos saberes e da aprendizagem, para além das estritamente curriculares, está patente em actividades, projectos e concursos que expressam as dimensões sociais, artísticas, desportivas e culturais da educação e que têm impacto na formação integral dos alunos (p.4).	Referência 7 - 0,19% Cobertura 68:A articulação entre as diversas áreas disciplinares/disciplinas é visível, designadamente nas atividades constantes do plano anual (p.5). Referência 11 - 0,34% Cobertura 71: A diversidade da oferta formativa profissionalizante, que procura responder às expectativas dos alunos e tem em conta a realidade socioeconómica das suas famílias, bem como a variedade de projetos em que o Agrupamento se envolve (p.5) Referência 17 - 0,32% Cobertura 77: Para os alunos com necessidades educativas especiais são promovidas respostas adequadas, através de um trabalho articulado dos docentes da educação especial com os serviços técnico-pedagógicos e outras entidades locais (p.6). Referência 18 - 0,21% Cobertura 78: Há evidências de uma evolução na realização de práticas experimentais das ciências, referenciado na anterior avaliação externa como ponto fraco (p.6). Referência 19 - 0,42% Cobertura 78: destacam-se as práticas de valorização da dimensão artística, designadamente nas áreas da pintura de cerâmica, bem patentes na decoração da escola-sede com painéis realizados pelos alunos, da música e do desporto que se afirmam como práticas organizacionais eficazes e consistentes (p.6). Referência 22 - 0,17% Cobertura 82: Os critérios de avaliação são conhecidos e compreendidos pelos alunos e respetivos pais/encarregados de educação. (p.6). Referência 23 - 0,24% Cobertura 82: Os professores procedem à aferição destes critérios e dos instrumentos de avaliação, através de um trabalho

			colaborativo que inclui a elaboração conjunta de testes (p.6). Referência 24 - 0,20% Cobertura 82: A monitorização interna do desenvolvimento do currículo é concretizada nas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica (p.6). Referência 25 - 0,41% Cobertura 83: Apesar de subsistir abandono e absentismo escolares, foram implementados mecanismos de combate a estes fenómenos que passam por um trabalho atento e articulado de professores titulares de turma, diretores de turma, professores tutores, serviços técnico-pedagógicos e da direção bem como pelo reforço do envolvimento parental (p.6). Referência 26 - 0,47% Cobertura 84: A avaliação deste domínio foi efetuada tendo em conta as especificidades de um significativo número de alunos que, apresentando diminutos níveis motivacionais e grandes dificuldades de concentração, prejudicam e/ou inviabilizam o processo de ensino-aprendizagem e causam desgaste crescente nos docentes e não docentes (p.6). Referência 27 - 0,26% Cobertura 113: A sequencialidade educativa entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo e entre este e o 2.º ciclo, facilitando a transição dos alunos entre estas etapas do seu percurso escolar. Referência 29 - 0,34% Cobertura 116: O trabalho desenvolvido nas áreas da música, da pintura de cerâmica e do desporto pelos bons resultados alcançados interna e/ou externamente, contribuindo para a valorização do sucesso e a afirmação do Agrupamento no exterior (p.9).
	Monitorização e avaliação do ensino	Referência 7 - 0,15% Cobertura 213: A supervisão pedagógica é efectuada nas reuniões dos departamentos, conselhos grupos disciplinares através da	Referência 4 - 0,37% Cobertura 47: não foi evidente que seja levada a cabo uma reflexão aprofundada sobre fatores explicativos internos,

	aprendizagem	monitorização do cumprimento dos programas, da uniformização dos critérios de avaliação e da partilha de experiências e informações entre os docentes (p.8).	designadamente ao nível das práticas de ensino, que possibilite o delinear de estratégias mais eficazes de superação dos problemas identificados (p.3). Referência 5 - 0,54% Cobertura 53: Porém, perturbam e, muitas vezes, condicionam o processo de ensino-aprendizagem, sugere o aprofundamento dos fatores que, designadamente ao nível da prática letiva, ajudem a explicar e, consequentemente, a encontrar estratégias para eliminar este problema (p.4). Referência 8 - 0,36% Cobertura 69: Há evidências de práticas colaborativas entre docentes, na educação pré-escolar, 1.º ciclo, grupos de docentes da mesma disciplina/ano de escolaridade e, principalmente, nas equipas educativas que lecionam as turmas ninho e as turmas rede (p.5). Referência 9 - 0,24% Cobertura 69: Estas práticas traduzem-se em planificações conjuntas, elaboração de instrumentos de avaliação e partilha de materiais pedagógicos e de práticas bem- sucedidas (p.5). Referência 12 - 0,27% Cobertura 73: Os docentes afirmam que, em consonância com os resultados da avaliação diagnóstico inicial, a planificação do processo de ensino-aprendizagem é adequada às características das turmas (p.5). Referência 28 - 0,31% Cobertura 115: (ponto forte) As práticas colaborativas das equipas de docentes que lecionam as turmas ninho e das turmas rede com reflexos na planificação articulada do processo de ensino-aprendizagem e partilha de experiências pedagógicas (p.9). Referência 15 - 0,29% Cobertura 76: Foram implementados projetos de promoção do sucesso escolar, designadamente nas disciplinas de Português e

			Matemática, com o objetivo de apoiar grupos de alunos com ritmos de aprendizagem idênticos (p.6). Referência 21 - 0,27% Cobertura 81: Os docentes promovem formas de avaliação diversificadas, nomeadamente a avaliação diagnóstica, com a elaboração de testes comuns por anos de escolaridade, e a avaliação formativa, produzindo informação de retorno aos alunos e incentivando-os à participação e à melhoria (p.6).
	Outros	219: Os docentes titulares de grupo/turma e os conselhos de turma efectuam a referenciação das crianças e dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente e com dificuldades de aprendizagem. O serviço especializado de apoio educativo define a adequação do processo de ensino- aprendizagem e as tecnologias especiais de apoio que cada aluno deve beneficiar. Desenvolve a sua acção em estreita articulação com os docentes, os directores de turma e as psicólogas para avaliar (…) (p. 8). Referência 9 - 0,18% Cobertura 231: Aos alunos com dificuldades de aprendizagem, da Escola sede, são disponibilizado pedagógicos individuais ou em pequenos grupos, preferencialmente, nas disciplin Portuguesa e de Matemática (p.9).	----------
PONTOS FRACOS	**Planeamento e articulação**	Referência 1 - 0,33% Cobertura 118: A articulação e a sequencialidade entre os níveis de educação e ensino ocorrem nas estruturas de coordenação e supervisão e no Conselho Pedagógico. Afirmam-se mais consolidadas e as 1.º ciclo e ainda ténues nos restantes níveis e ciclos de ensino. As estruturas intermédias um trabalho cooperativo entre os docentes, com maior incidência na educação pré-e ciclo (p.4). Referência 6 - 0,20% Cobertura 128: A componente prática da aprendizagem das ciências,	70: A construção e o desenvolvimento do currículo na educação pré-escolar, bem como a organização dos espaços/equipamentos e materiais pedagógicos promotores das aprendizagens das crianças, carecem de aprofundamento (p.5). Referência 13 - 0,16% Cobertura 73: Contudo, sem se questionar que tal aconteça, a contextualização do currículo aos grupos e às turmas não é explícita nos respetivos projetos curriculares e nos dossiers técnico-pedagógicos e não são percetíveis, nestes

		apesar de constituir uma preocupação do Agrupamento, não se traduz em actividades experimentais/laboratoriais regulares e sistemáticas, em todos os níveis de ensino (p.4). Referência 8 - 0,82% Cobertura 217: as especificidades decorrentes do contexto social e escolar, com maior incidência na Escola do Cerco, nomeadamente o controlo das questões disciplinares que, não raras vezes, cosome a energia de alguns professores na manutenção de um clima favorável à aprendizagem (p.8).	documentos, estratégias e práticas de diferenciação pedagógica (p.5-6).
	Monitorização e avaliação do ensino aprendizagem	(…) não é evidente no agrupamento que as lideranças intermédias adotem dinâmicas de acompanhamento e supervisão direta das práticas letivas em sala de aula (p.8). Nos conselhos de turma e nos conselhos de ano é elaborado o planeamento da atividade letiva (elaboração e avaliação dos pct e das planificações de médio prazo) e são aferidos os instrumentos de avaliação de acordo com as orientações do Conselho Pedagógico, dos Departamentos e do Conselho de Docentes (…) (p.8). (…) o exercício da prática letiva está condicionado por especificidades decorrentes do contexto social e escolar, com maior incidência na Escola sede (…) (p.8). O controlo das questões disciplinares (…) consome o tempo e a energia de alguns professores (…) (p.8). Referência 10 - 0,07% Cobertura 231:Apesar das elevadas taxas de insucesso escolar, não estão organizados apoios pedagógicos que abranjam todas as disciplinas e todos alunos (p.9).	Referência 30 - 0,29% Cobertura 120: identificação dos fatores internos, designadamente ao nível das práticas de ensino, que ajudem a explicar a persistência de atitudes inadequadas na sala de aula e o insucesso escolar dos alunos. (p.9) Referência 31 - 0,24% Cobertura 122: O desenvolvimento mais aprofundado das orientações curriculares na educação pré-escolar, de modo a assegurar condições de maior sucesso na etapa educativa seguinte. (p.9) Referência 32 - 0,24% Cobertura 123: O aprofundamento da reflexão sobre as respostas no âmbito dos apoios educativos, com vista à sua melhor adequação ao pleno desenvolvimento das capacidades dos alunos (p.9). Referência 33 - 0,21% Cobertura 124: (área de melhoria) O acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula, numa perspetiva de melhoria do desenvolvimento profissional dos docentes (p.9). Referência 16 - 0,48% Cobertura 76: A focalização do apoio em apenas determinadas disciplinas e em autoaprendizagem, num contexto de reduzida motivação académica dos alunos e de manutenção dos níveis de insucesso escolar, exortam a uma reflexão mais aprofundada

			sobre as respostas no âmbito dos apoios educativos para os alunos com dificuldades de aprendizagem (p.6). Referência 20 - 0,35% Cobertura 79: O acompanhamento da prática letiva é realizado de modo informal, com o recurso ao diálogo entre pares para ultrapassar os problemas que enfrentam, continuando a não existir observação de aulas como forma de desenvolvimento profissional (p.6).
	Outros	----------	----------

Fonte: IGEC. Avaliação externa das escolas 2009/2010. http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/07&auxID= acedido em 29-12-2016 e Avaliação externa das escolas 2012/2013. http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/04&auxID=&newsID=1292#content. Acedido em 29-12-2016

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A2 (RA2) Dimensão 3 "**Liderança e Gestão"** **(RA2- LEG)**			
Dimensão: **LIDERANÇA E GESTÃO**		**1º Relatório de AEE** **(2009)**	**2º Relatório de AEE** **(2013)**
Categorias	**Subcategoria**	**UNIDADES DE REGISTO**	**UNIDADES DE REGISTO**
PONTOS FORTES	**Projeto educativo-visão e estratégia**	**Nome:** Domínio_LEG_RA2A <Internas\\relatorios IGEC\\RA2_AEE_2009> - § 39 referências codificadas [9,77% Cobertura] Referência 1 - 0,52% Cobertura 132: O projecto de constituição do território educativo de intervenção prioritária de 2ª geração, foi assumido, nesta fase, como o Projecto Educativo do Agrupamento. Este documento define prioridades, objectivos, estratégias e metas quantificadas e avaliáveis, embora não explicitamente, com os outros documentos estruturantes do Agrupamento resultante em parte das recentes mudanças organizativas (p.5). Referência 27 - 0,08% Cobertura 301: O Agrupamento tem uma visão de escola que visa alcançar, patente no projecto TEIP 2 (p.11). Referência 28 - 0,12% Cobertura 301: No entanto, a inexistência de um verdadeiro Projecto Educativo de Agrupamento poderá condicionar o seu desenvolvimento futuro. (p.11) Referência 29 - 0,25% Cobertura	**Nome:** Nós\\GRELHA RA2\Domínio_LEG_RA2B <Internas\\relatorios IGEC\\RA2_AEE_2013> - § 16 referências codificadas [4,66% Cobertura] Referência 1 - 0,16% Cobertura 88: A visão estratégica do Agrupamento centra-se no apoio à melhoria das aprendizagens, prevenção do abandono, absentismo e indisciplina, relação escola-família-comunidade e monitorização e autoavaliação (p.7). Referência 5 - 0,24% Cobertura 90: Estes dois últimos campos de intervenção, apesar de terem sido identificados como prioritários, não foram integrados no plano de ação inscrito no projeto educativo (p.7). Referência 6 - 0,17% Cobertura 90: "As atividades que operacionalizam a referida visão, constantes do plano anual, são coerentes com o projeto educativo" (p.7).

		301: Mesmo assim, este facto não foi impeditivo do Agrupamento identificar alguns dos seus problemas prioritários e definir objectivos e estratégias, para cada etapa educativa com indicadores de medida relativos ao progresso dos resultados escolares, do abandono e da indisciplina (p. 11-12).	
	Protocolos e parecerias	Referência 12 - 0,40% Cobertura 157: O Agrupamento revela abertura à inovação que se objectiva na adesão a projecto parcerias, alguns com projecção a nível local e nacional e na utilização da plataform página do Agrupamento na Internet. Para debelar as problemáticas, o Agrupamento conta com a participação da Autarquia e de outras parcerias activas (p.6). Referência 37 - 0,50% Cobertura 324: A abertura à inovação é notória no investimento feito na actualização/utilização dos informáticos (uso generalizado das tecnologias de informação e comunicação: quadro plataforma Moodle – sumários e informação on-line, bem como blogues) como instrumentos de suporte ao processo de ensino e aprendizagem e à organização interna. O Agrupamento manifesta dinâmica no processo de diversificação da sua oferta formativa, na organização de iniciativas de (e.g.), a dádiva anual de sangue, as vendas de Natal (p.12). Referência 38 - 0,16% Cobertura 330: O Agrupamento aderiu a projectos da iniciativa da Câmara Municipal do Porto e da Junta de Freguesia de Campanhã (e.g.)“Porto crianças”, “Porto seguro” e “Porto jovem”) (p.12). Referência 39 - 0,27% Cobertura 330: Quanto à participação em projectos nacionais e internacionais, destacam-se o Projecto de Educação para a	Referência 3 - 0,44% Cobertura 64: A estreita relação com a Câmara Municipal do Porto é bem visível na participação em projetos comuns e na partilha de preocupações e anseios, tendo os representantes desta autarquia relevado a ação do Agrupamento na educação/formação dos jovens e no desenvolvimento sociocultural do meio envolvente (p.5). Referência 13 - 0,32% Cobertura 96: O desenvolvimento diversificado de projetos e atividades, a maioria consolidados, contribuem de forma eficaz para a formação integral dos alunos, apesar de não ser evidente uma adesão criteriosa a estas iniciativas (p.7).

		Saúde, a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, o Plano de Acção para a Matemática; o Plano Nacional de Leitura; o Programa Nacional de Educação pelos Pares; o Programa Ciência Viva (p.12).	
	Liderança e motivação	No entanto a gestão deste contexto sócio-escolar demanda uma forte liderança, estabilidade organizativa e politicas internas globais e integradas (p.5). Referência 7 - 0,22% Cobertura 149: A liderança da Comissão Executiva Instaladora assenta numa relação comunicacional aberta e na gestão flexível de expectativas e interesses, numa perspetiva de envolvimento dos diversos intervenientes e da promoção da complementaridade entre órgãos e estruturas intermédias (p.5). Referência 10 - 0,18% Cobertura 155: As lideranças, os docentes e os não docentes do Agrupamento estão genericamente empenhados, não obstante os problemas e as contrariedades que têm de enfrentar no seu dia-a-dia profissional (p.5). Referência 35 - 0,20% Cobertura 315: direcção executiva procura gerir expectativas e interesses, numa relação comunicacional promotora da articulação entre todos os órgãos de gestão, da sua complementaridade educativo de cooperação entre os docentes (p.12).	Referência 11 - 0,35% Cobertura 92: Para estes resultados (a valorização da imagem do agrupamento referido na 92), têm contribuído a dedicação do diretor, a sua forte convicção na melhoria do desempenho organizacional, a gestão de proximidade que implementa e a liderança partilhada e valorizadora das estruturas intermédias (p.7). Referência 12 - 0,37% Cobertura 95: É notório o empenho dos docentes que, com o apoio da direção e de entidades públicas e privadas, têm vindo a construir uma imagem social positiva do Agrupamento, valorizando e divulgando algumas áreas educativas que são efetivos nichos de qualidade (p.7). Referência 14 - 0,19% Cobertura 110: o Agrupamento apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes (p.8). Referência 15 - 0,24% Cobertura 117: A liderança consistente e partilhada do diretor e da sua equipa, potenciadora do empenho dos profissionais e do envolvimento de entidades públicas e privadas (p.9).
	Participação dos pais e outros atores	140: A participação dos pais e encarregados de educação é percecionada como elevada na educação pré-escolar e na maioria das escolas do 1.º ciclo, mas reduzida nos demais níveis de ensino e numa das ível do acompanhamento dos seus educando (p.5). 142: As associações mostram disponibilidade e empenho na resolução dos problemas do Agrupamento, apesar da	

		dificuldade em granjear associados e motivá-los para uma maior responsabilização e participação activa (p.5). Referência 19 - 0,17% Cobertura 290: As associações de pais mostram-se colaborativas e empenhadas na prossecução dos objectivos do Agrupamento, revelando dificuldades em granjear associados e na colaboração dos seus pares (p.11) Referência 22 - 0,15% Cobertura 290: A participação dos pais na concretização das atividades e no desenvolvimento de projectos é percepcionada, pelos docentes, como elevada nas unidades educativas da educação pré-escolar e do 1.º ciclo (p.11). Referência 20 - 0,12% Cobertura 290: Associação de Pais é considerada uma mais-valia, no apoio material a algumas atividades previstas no plano anual de actividades do Agrupamento (p.11). Referência 21 - 0,11% Cobertura 290: Na Escola sede, a participação dos encarregados de educação é muito reduzida, limitando-se à presença na reunião inicial do ano letivo e nas de entrega da avaliação de cada período (p.11).	
	Organização e gestão	Referência 2 - 0,51% Cobertura 136: . É consensual, na comunidade escolar, que o Agrupamento age com justiça, não só na gestão dos recursos humanos e materiais, mas também na promoção de igualdade de oportunidades no acesso aos bens educativos(…) As necessidades de formação contínua dos docentes foram diagnosticadas, tendo sido promovida formação interna (p.5). Referências 4-6 - 0,84% Cobertura 139: Os jardins-de- escolas do 1.º ciclo visitadas apresentam boas instalações e condições de salubridade Contudo, os	Referência 16 - 0,17% Cobertura 118: A gestão criteriosa dos recursos humanos, com enfoque nas pessoas, que contribui para o bom ambiente educativo (p.9).

		espaços são insuficientes, o que obriga ao funcionamento de algumas escolas e duplo e ao desenvolvimento de algumas actividades de enriquecimento curricular na sa salientar a rentabilização dos recursos do programa TEIP2 com impacto na melhoria escolar (p.5). Referência 23 - 0,21% Cobertura 293: É consensual, na comunidade escolar, que o Agrupamento age com equidade e justiça recursos humanos e materiais, nomeadamente na constituição de turmas, na atribuição de recursos humanos e educativos e na distribuição do serviço docente e não docente (p.11). Referência 24 - 0,17% Cobertura 293: É proporcionada a igualdade de oportunidades aos alunos, independentemente da sua situação económica, aprendizagem, na participação em actividades de enriquecimento curricular e nas visitas promovidas (p.11). Referência 25 - 0,23% Cobertura 296: A promoção de uma escola mais inclusiva verifica-se no desenvolvimento de algumas actividades e apoio específico a alunos e famílias social e economicamente desfavorecidas (p.11). 254: Em fase de mudança organizativa, resultante da fusão do Agrupamento com a escola Secundária, (…) os projectos curriculares de escola/agrupamento, sendo um relativo ao ensino secundário e o outro à educação pré-escolar e ao ensino básico. Apesar destas debilidades, resultantes em parte das mudanças organizativas, a gestão do Agrupamento, no sentido da melhoria demanda fortes lideranças, estabilidade organizativa e politicas internas globais e integrais (p.10). Referência 16 - 0,31% Cobertura 277: Dispõem de biblioteca/centro de recursos, quadros	

		interactivos nas salas do 4.º ano, e espaços para a prática da Educação Física. Contudo, algumas das EB1/JI não dispõem, ainda, de áreas específicas para o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular e de equipamentos para a prática experimental das Ciências (p.10). Referência 14 - 0,17% Cobertura 266: A Comissão Executiva Instaladora demonstra um conhecimento efectivo das competências profissionais do pessoal docente e não docente, considerando-o na atribuição responsabilidades (p.10). Referência 15 - 0,25% Cobertura 275: A Autarquia tem efectuado obras de conservação, manutenção e requalificação do parque pelo que as EB1 e os JI visitados apresentam, globalmente, espaços adequados ao desenvolvimento da prática lectiva e educativa e boas condições de segurança e limpeza (p.10). 285: No que diz respeito à gestão financeira, o Agrupamento conta, essencialmente, com as verbas provenientes do orçamento de Estado, da Autarquia e das candidaturas a projectos no âmbito e do Programa Operacional do Potencial Humano. O Agrupamento tem vindo a próprias, as quais decorrem do aluguer das instalações desportivas, do funcionamento do bufete e das vendas de Natal (p.11).	
PONTOS FRACOS	**Projeto educativo-visão e estratégia**	Referência 8 - 0,33% Cobertura 151: O Agrupamento tem uma visão de escola a prosseguir, patente no Projecto Território Intervenção Prioritária, e partilhada por actores internos e externos. Contudo, a falta de um Projeto Educativo pensado e construído conjuntamente pode dificultar a mobilização da comunidade educativa (p.5). Referência 30 - 0,14% Cobertura 307: Foi referenciado por vários interlocutores que,	Referência 7 - 0,32% Cobertura 91:O diretor traçou uma rota de ação, que prossegue com a sua equipa e elementos da comunidade educativa, a reduzida clareza das metas poderá fragilizar a capacidade operativa e transformacional que se impõe necessária (p.7). Referência 9 - 0,37% Cobertura 92: múltiplos fatores adversos que se cruzam, como a grande desmotivação dos alunos, os seus problemas comportamentais e/ou emocionais, as dificuldades socioeconómicas das famílias

		pontualmente alguns pais e encarregados de educação afrontam as normas e os valores do Agrupamento intimidando alguns docentes e não docentes (p.11). Referência 31 - 0,12% Cobertura 310: Como estratégia para debelar tais problemáticas, foram implementadas, respostas educativas e sociais de apoio aos alunos e famílias (p.10-11). Referência 33 - 0,03% Cobertura 310: reforço da segurança nas escola (p.11). Referência 34 - 0,22% Cobertura 310: Outras, não se afiguram tão bem sucedidas, já que, em geral, os curso formação, os profissionais e os tecnológicos registam elevadas taxas de abandono/d indisciplina, o que sugere o questionamento da sua adequação à população que os frequenta (p.11). Referência 9 - 0,23% Cobertura 154: Os planos de acção implementados produziram ligeiras melhorias em áreas consideradas prioritárias. Contudo, as baixas taxas de sucesso que se verificam em alguns cursos de cariz mais profissionalizante apontam para a reduzida eficácia destas opções (p.5).	e a falta de valorização do saber escolar, os diversos atores educativos (p.7). 92: numa ação concertada com entidades externas, têm eficazmente contribuído para os minimizar. É neste contexto que se avalia a atuação das diversas lideranças escolares e se valoriza o maior reconhecimento e valorização do Agrupamento como espaço educativo, por parte dos alunos e dos seus pais/encarregados de educação (p.7). Referência 8 - 0,28% Cobertura 92: A visão para o Agrupamento e a estratégia a seguir são colocadas em constante desafio em resultado dos acontecimentos não esperados que, quotidianamente, emergem neste contexto socioescolar (p.7). 51: Embora não tivesse ficado clara a sua participação (alunos) na elaboração dos documentos estruturantes da vida escolar. p.4) Referência 2 - 0,25% Cobertura 51: O envolvimento dos alunos na programação das atividades ocorre, sobretudo, nos seus grupos/turmas e, na escola-sede, da sua efetiva participação nos conselhos de turma (p.4).
	Protocolos e parecerias	----------	----------
	Liderança e motivação	----------	----------
	Participação dos pais e outros atores	----------	----------
	Organização e gestão	(…)as necessidades de formação contínua dos assistentes operacionais não têm sido identificadas e não existe um	

		plano de formação para estes funcionários (p.5). Referência 3 - 0,14% Cobertura 139: Percepcionam-se sinais de reduzida higiene e limpeza nos espaços de recreio e condiçõ adequabilidade, privacidade e bem-estar no pavilhão gimnodesportivo (p.5). Referência 17 - 0,35% Cobertura 277: As instalações da Escola sede estão a sofrer obras de requalificação que, se por um lado, afectam o normal funcionamento de alguns espaços, por outro, as novas instalações poderão concorrer para a valorização dos espaços escolares, com eventuais efeitos na melhoria do comportamento e da aprendizagem. Há evidências de condições pouco adequadas de privacidade e de bem-estar Nos balneários do pavilhão desportivo (p.10-11). Referência 18 - 0,57% Cobertura 284: balneários do pavilhão gimnodesportivo, sinais de reduzida higiene e limpeza nos espaços bem como nas instalações sanitárias (p.11). Referência 26 - 0,20% Cobertura 298: Os alunos com mobilidade condicionada, (…) na Escola sede, não dispõem de adaptações arquitectónicas que assegure o acesso a todos os bens e serviços (p.11). Referência 36 - 0,07% Cobertura 317: O absentismo dos docentes (11,3%) e dos não docentes (13,9%) diminuiu ligeiramente no último ano letivo (p.12). Referência 11 - 0,14% Cobertura 155: O absentismo dos docentes e dos não docentes é monitorizado e apresenta taxas significativas, apesar de ter diminuído, ligeiramente, no último ano (p.5).	

Fonte: IGEC. Avaliação externa das escolas 2009/2010. http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/07&auxID= acedido em 29-12-2016; Avaliação externa das escolas 2012/2013 http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/04&auxID=&newsID=1292#content. Acedido em 29-12-2016

Grelha Analítica dos Relatórios de Avaliação Externa do Agrupamento A2 (RA2) Dimensão 4 **"Autoavaliação e Melhoria"** **(RA2-AAM)**			
Dimensão: Autoavaliação e melhoria		**1º Relatório de AEE (2009)**	**2º Relatório de AEE (2013)**
Categorias	**Subcategoria**	**UNIDADES DE REGISTO**	**UNIDADES DE REGISTO**
PONTOS FORTES	**Participação e envolvimento dos atores educativos**	**Nome:** Nós\\GRELHA RA2\Domínio_AAM_RA2A <Internas\\relatorios IGEC\\RA2_AEE_2009> - § 10 referências codificadas [4,62% Cobertura]	**Nome:** Domínio_AAM_RA2B <Internas\\relatorios IGEC\\RA2_AEE_2013> - § 9 referências codificadas [2,02% Cobertura]
	Recolha tratamento e divulgação da informação	----------	Referência 2 - 0,16% Cobertura 107:Foi constituída uma equipa para o efeito, pese embora não incluir representantes da educação pré-escolar (p.8). Referências 4-5 - 0,42% Cobertura 108:O trabalho já realizado, centrado na recolha e análise de dados dos resultados académicos, abandono, desistência e absentismo escolares, com referência a sugestões de melhoria, encontra-se em fase de divulgação pelo que ainda não teve impactos (p.8).
	Impacto da autoavaliação		Referência 1 - 0,21% Cobertura 107: O Agrupamento tem vindo a desenvolver um processo de autoavaliação, sendo evidentes as melhorias desde a avaliação externa realizada em 2009 (p.8). Referências 4-5 - 0,42% Cobertura 108: O trabalho já realizado, centrado na recolha e análise de dados dos resultados académicos, abandono, desistência e

			absentismo escolares, com referência a sugestões de melhoria, encontra-se em fase de divulgação, pelo que ainda não teve impactos na melhoria do desempenho organizacional (p.8).
	Sustentabilidade do processo e melhoria	Referência 4 - 0,12% Cobertura Referências 1-3 - 3,23% Cobertura 162:Contudo, o Agrupamento conhece os seus pontos fortes e fracos e define estratégias de resolução dos problemas identificados. O aprofundamento das dinâmicas de autoavaliação e dinamização interna facilitada pela constituição do território educativo de intervenção e pela requalificação das instalações escolares a consolidação da estabilidade organizativa são fatores que poderão vir a grantir uma estratégia global de melhoria (p.6) a superação de dificuldades internas que teimem em permanecer (p.6). 339:O Agrupamento analisa de forma sistemática os resultados académicos dos alunos, efect análises comparativas nos últimos dois anos (p.9). Referência 5 - 0,10% Cobertura 339: Desde o ano de 2007/08, tem vindo a elaborar resultados periódicos de avaliação das metas estabelecidas no projecto TEIP 2 (p.9). Referência 8 - 0,23% Cobertura 345: O Agrupamento conhece os seus pontos fracos, tendo dirigido acções concretas e específicas para as debelar. Os resultados alcançados ainda se afiguram pouco consistentes e ainda é patente a débil cultura de Agrupamento, de gestão participada com os alunos e de auto-avaliação (p.13). Referência 9 - 0,23% Cobertura 345:Contudo a requalificação das intalações e do referido programa (TEIP) a consolidação da estabilidade organizativa, a vontade expressa de mudança (…) a continuação de	Referência 3 - 0,42% Cobertura 107:O planeamento do processo de autoavaliação em curso, sustentado num quadro de referência com explicitação de referentes e indicadores, responsáveis pela execução e calendarização para os diferentes domínios do funcionamento do Agrupamento, apresenta-se bem estruturado e aprofundado (p.8).

		dinâmicas internas que forçosamente terão de prosseguir para além do ano terminal do referido programa, são indicadores que perspetivam a consolidação e a melhoria crescente do importante serviço sócio-educativo que o Agrupamento tem prestado (p.13).	
	Alargamento e consolidação do processo	Não existem inserções	Não existem inserções
PONTOS FRACOS	**Participação e envolvimento dos atores educativos**	Não existem inserções	Não existem inserções
	Recolha tratamento e divulgação da informação	Não existem inserções	Não existem inserções
	Impacto da autoavaliação	(…)Incipiente cultura de avaliação numa perspetiva abrangente e participada (área de melhoria: p.14) Referências 6-7 - 0,54% Cobertura 339: Apesar de estas práticas evidenciarem procedimentos avaliativos do seu desempenho, o Agrupamento ainda não institui um processo de auto-avaliação regular em todas as áreas-chave do seu funcionamento que envolva a participação dos vários elementos da comunidade escolar. Com base na experiência, no conhecimento informalmente construído e no projeto TEIP 2, a direçõa executiva vai gerindo e reajustando a sua ação (p.13). 343: informalmente construído e nos elementos fornecidos pela avaliação do projecto TEIP 2, a direcção vai gerindo e reajustando a sua acção. Assim, o carácter estratégico da auto-avaliação ainda é uma área pouco conseguida (p.13).	Referências 6-7 - 0,43% Cobertura 109: Este trabalho aprofundado (conti. Da ref: 108), centrado essencialmente no produto, ainda não abrange os processos que sustentam os resultados, reduzindo-lhe a sua utilidade estratégica para a construção de planos de melhoria consistentes com impacto no planeamento, na organização e nas práticas profissionais (p.13).

	Sustentabilidade do processo e melhoria	Referências 1-3 - 3,23% Cobertura 162: Ainda não foi instituído um processo de auto-avaliação sistemático a todas as áreas-chave do seu funcionamento e que envolva a participação da comunidade escolar (p.6). (…) o carácter coerente e estratégico da auto-avaliação ainda é uma área pouco conseguida (…) (p.13).	Referência 8 - 0,19% Cobertura 125: A definição de planos de ação estratégicos, com metas claras e exequíveis, com vista à melhoria do desempenho do Agrupamento (área de melhoria, p.9).
	Alargamento e consolidação do processo	Referência 10 - 0,16% Cobertura 374: A inexistência de um plano de formação contínua para os assistentes operacionais (…) a incipiente cultura de auto-avaliação numa perspectiva abrangente e participada.	Referência 9 - 0,19% Cobertura 126: O alargamento e a consolidação do processo de autoavaliação com vista à melhoria organizacional e das práticas profissionais (área de melhoria, p.9).

Fonte: IGEC. Avaliação externa das escolas 2009/2010. http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/07&auxID= acedido em 29-12-2016. Avaliação externa das escolas 2012/2013. http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03/00/04&auxID=&newsID=1292#content. Acedido em 29-12-2016

APÊNDICE G

Grelha Analítica do Plano de Melhoria do Agrupamento A2 (PMA2)

-Grelha analítica das ações de melhoria presentes no plano de melhoria do Agrupamento A2 e os Pontos fracos e as áreas de melhoria identificadas pela IGEC nos relatórios de avaliação externa (2º ciclo)

Áreas específicas identificadas pela IGEC, na segunda avaliação (IGEC, relatório de AEE, 2013) **Categorias**	**Plano de melhoria (2013-2017) UNIDADES DE REGISTO**	
Prestação do serviço educativo **Planeamento e articulação**	**Área de melhoria (IGEC 2013)**	**Objetivos /Ações / estratégias de melhoria (Documento: Plano de melhoria 2013-2017)**
(Ponto fraco) "O desenvolvimento mais aprofundado das orientações curriculares na educação pré-escolar de modo a assegurar condições de maior sucesso na etapa educativa seguinte" (p.9).	**Orientação curricular e sequencialidade** Objetivo: Reforçar o desenvolvimento das orientações curriculares na educação pré-escolar, projetando um maior sucesso na etapa seguinte (PMA2A, 2013, p.6)	**Objetivos:** -Refletir sobre as metas de aprendizagem. -Reformular os documentos de trabalho. -Reestruturar as áreas das salas. -Promover o gosto pelas áreas da matemática, das ciências e da multimédia. -Facilitar a integração dos alunos na etapa educativa seguinte. (PMA2A, 2013, p.5)
		Ações / estratégias de melhoria: -Reorganização/reestruturação das áreas das salas de forma a evidenciarem o domínio da matemática, das ciências e multimédia. - Reflexão sobre as metas/competências de aprendizagem, definidas para a educação pré-escolar. -Reformulação das metas/competências de aprendizagem nos documentos normalizados por forma a aproximar as mesmas das metas propostas pelo Ministério da Educação e Ciência. -Articulação não só com o 1º ciclo do ensino básico mas também com outros níveis de escolaridade, incluindo o ensino secundário, na área das ciências e expressões, e com outros parceiros, famílias, crianças e docentes de outros Agrupamentos e instituições (ibidem).

(Ponto fraco) A definição de planos de ação estratégicos, com metas claras e exequíveis, com vista à melhoria do desempenho do Agrupamento (IGEC, 2013, p. 9)	**Melhoria do Sucesso Académico** "melhoria dos resultados académicos" (p.10). Objetivo: " Melhorar a distância da taxa de sucesso para o valor nacional" (p.11).	**Objetivos:** -Implementar um processo para definir o currículo por ano e por ciclo, de forma a determinar o que é ensinado, como, quando e a quem. -Focalizar a ação num currículo e ensino equitativos e culturalmente relevantes no desenvolvimento profissional de professores e assistentes operacionais e nas reuniões de planificação. -Formar uma equipa multidisciplinar que avalie o currículo e a aprendizagem, tendo por base os diferentes desempenhos dos alunos, os padrões escolares atingidos, as múltiplas perspetivas e a inclusão. -Identificar práticas pedagógicas e organizacionais que afetem positivamente o desempenho dos alunos (PMA2A, 2013, p.10). **Ações / estratégias de melhoria:** -Implementação de um processo eficaz e exequível, com vista à melhoria dos resultados obtidos. -Formação de uma equipa multidisciplinar, que avalie o currículo e os resultados escolares. -Promoção de práticas pedagógicas eficazes e reveladoras de sucesso educativo. (idem, ibidem).
Prestação do serviço educativo	----------	----------
Práticas de ensino (Ponto fraco) A identificação de fatores internos,designadamente ao nível das práticas de ensino que ajudem a explicar a persistência de atitudes inadequadas na sala de aula e o insucesso escolar (IGEC, 2013, p.9).	**Práticas de ensino** "Ambiente indisciplinado e (…) sucesso educativo condicionado" (p.7) Objetivo: Alcançar a meta definida para o Agrupamento (melhorar em 0,61% o número de medidas disciplinares por aluno) .	**Objetivos**: - Identificar fatores geradores de indisciplina – análise casuística das situações com maior gravidade. - Sistematizar e generalizar o trabalho cooperativo (professores, assistentes operacionais, alunos e encarregados de educação). - Implementar estratégias conjugadas que sejam eficazes na diminuição dos casos de indisciplina, dentro e fora do espaço aula. -Uniformizar comportamentos a ter e clarificar as consequências do incumprimento. -Reforço positivo dos casos de comportamento sem qualquer observância de indisciplina. -Divulgação permanente do plano de Ação "Na minha escola eu contribuo para a disciplina". (PMA2A, 2013, p.7) **Ações / estratégias de melhoria:**

		-Clarificação dos papéis de todos os membros da comunidade educativa. -Elaboração de um Manual de Procedimentos face a comportamentos de indisciplina para -Alunos, Professores, Assistentes Operacionais, Pais e Encarregados de Educação. - Medidas imediatas de resposta a situações de indisciplina. -Medidas de informação e de prevenção a tomar no início do ano letivo. -Observatório da indisciplina. -Espaços de discussão e debate, criando o espaço de Assembleia de Turma (PMA2A, 2013, p.7).
(Ponto fraco) "Apoios educativos e diferenciação"	Apoios: "identificação de alunos com necessidade de apoio educativo" p.9) Objetivo: "Melhorar a eficácia dos apoios educativos, com vista à sua melhor adequação ao pleno desenvolvimento do aluno" (p.9)	**Objetivos**: -Sinalizar todos os alunos que transitam ou são aprovados com dificuldades em qualquer disciplina no seu percurso escolar. -Reforçar formas de apoiar todos os alunos que não atingem o sucesso esperado; -Melhorar o desempenho escolar dos alunos. -Oferecer a todos os alunos oportunidades de aprendizagem ao longo do dia escolar e do ano letivo através da ocupação dos seus tempos livres. (PMA2A, 2013, p.9)
		Ações / estratégias de melhoria: -Diversificação de estratégias e métodos educativos, com vista à elaboração de planos de apoio mais específicos às necessidades do aluno. -Redefinição de estratégias de atuação, com vista a uma melhor adequação e melhor desempenho do aluno. -Promoção de oportunidades de aprendizagem, através de clubes e projetos, que fomentem o gosto pelo estudo e o sucesso educativo. (PMA2A, 2013, p.9)
(Ponto fraco) Supervisão pedagógica " O acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula, numa perspetiva de melhoria do desempenho do Agrupamento (Igec, 2013, p. 9).	Prática pedagógica: "Todos os docentes do Agrupamento podem e devem participar na supervisão pedagógica feita por pares" p.12) Resultados a alcançar: Troca de experiências, que somadas às mais-valias de cada docente, possam fazer crescer o número de soluções, em prol do	**Objetivos**: -Sistematizar e generalizar o trabalho cooperativo. -Implementar estratégias organizativas que sejam eficazes na melhoria dos resultados escolares. -Alargar processos de supervisão pedagógica no sentido da melhoria das práticas profissionais. (PMA2A, 2013, p.12)
		Ações / estratégias de melhoria: Trabalho cooperativo -Trabalho de planificação conjunta no seio dos grupos e dos departamentos, do desenvolvimento da avaliação, da verificação do cumprimento dos programas, listas de

	sucesso escolar dos alunos. P.13	controlo de procedimentos do exercício de competências/responsabilidades. -Troca de experiências e de informação no seio de projetos e ações de formação internas. -Partilha de instrumentos de trabalho no seio dos conselhos de turma e grupos de recrutamento. -Definição de procedimentos comuns adequados à resolução de problemas e à situação específica de alunos. -Melhoria do trabalho de equipa tendo em vista a organização e a rentabilização de recursos. -Disseminação das práticas inovadoras e promovedoras do sucesso, dinamizadas no Projeto "Coadjuvação entre pares (PMA2A, 2013, p.9) Supervisão pedagógica - Listas de controlo de procedimentos das diversas estruturas de orientação educativa. -Acompanhamento dos professores contratados e recém-chegados à escola, feito pelas lideranças intermédias (elaboração de manual de procedimentos). – - Monitorização e avaliação do planeamento individual. - Implementação de ações de acompanhamento para superação de eventuais dificuldades, partilhando saberes, preocupações, realizações, atividades comuns, supervisão voluntária, respostas, para enriquecimento mútuo. - Criação/promoção de ações de formação para todos os docentes do Agrupamento com base em temáticas transversais. - Promoção de reuniões de articulação entre os diferentes ciclos (Pré/1ºciclo; 1º ciclo/ 2ºciclo; 2ºciclo/3ºciclo; 3ºciclo/secundário). (PMA2A, 2013, p.13)
Liderança e gestão		
Autoavaliação (Ponto fraco) "Alargamento e a consolidação do processo de autoavaliação com vista á melhoria	"**Consolidação do Processo de autoavaliação"** Conhecer "o percurso escolar ou profissional dos alunos, findos os seus estudos no Agrupamento " (ibidem)"torna-se imprescindível para uma melhor adaptação e	**Objetivos**: "-Conhecer o percurso escolar e profissional dos alunos após a escolaridade no Agrupamento. -Avaliar o impacto das aprendizagens realizadas e da oferta educativa disponibilizada pelo Agrupamento. -Melhorar a capacidade de resposta dos serviços escolares "(PMA2A, 2013, p.14)

organizacional e das práticas profissionais" (IGEC, 2013, p.9)	avaliação das ofertas e práticas educativas" (PMA2B, 2013, p.14).	**Ações / estratégias de melhoria:** -Análise do percurso dos alunos "Depois do (…)". -Apoiar a criação de uma Associação de Antigos Alunos do Agrupamento de Escolas (…). -Atualização de dados referentes ao percurso académico e/ou profissional dos ex-alunos (a partir do ano letivo 2012/13), com apoio dos Serviços Administrativos, Coordenações de Diretores de Turma e de Cursos Profissionais (PMA2A, 2013, p.14)

Observações: O plano de melhoria tem em conta apenas, as áreas sinalizadas como "áreas de melhoria", na avaliação externa. Deste modo não revela articulação com o processo de autoavaliação do Agrupamento. Este plano de melhoria não evidencia mecanismos "próprios" internos de produção e aplicação de conhecimento produzido no interior da organização, através dos mecanismos de autoavaliação. Assim o Agrupamento A2, evidencia uma lógica de atuação em conformidade com as disposições institucionais.

APÊNDICE H

Grelha Analítica do Projeto Educativo do Agrupamento A2 (PEA2)	
Áreas específicas identificadas pela IGEC, na segunda avaliação (IGEC, relatório de AEE_RA2B, 2013)	**PROJETO EDUCATIVO** **UNIDADES DE REGISTO** (Planeamento de ações ou estratégias de melhoria)
Resultados **Planeamento e articulação** (Ponto fraco) "O desenvolvimento mais aprofundado das orientações curriculares na educação pré-escolar de modo a assegurar condições de maior sucesso na etapa educativa seguinte" (p.9).	*"Projeto *Incluir para Emergir* (no 1.º Ciclo), com a promoção, em contexto de sala de aula, de assessorias de docentes (…)" PEA2, p. 33)
(Ponto fraco) "A construção e o desenvolvimento do currículo na educação pré-escolar, bem como a organização dos espaços/equipamentos e materiais pedagógicos promotores das aprendizagens das crianças, carecem de aprofundamento" (p.5).	Não existem inserções
(Ponto fraco) "Quando comparados os referidos resultados (académicos) do Agrupamento com os das escolas do mesmo grupo de referência, verifica-se que, na generalidade, estavam abaixo da mediana, com exceção da média das classificações no exame nacional de Português do 12.º ano, que ficou acima" (p.3).	"A maior fragilidade são, sem dúvida, os resultados académicos." (p.29); "todos os esforços serão orientados para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos, com vista a munir os alunos de competências que aumentem a sua empregabilidade" (PEA2, p. 29); Melhorar a qualidade das aprendizagens; - Diminuir a diferença entre a CIF e a CE; - Munir os alunos de competências que aumentem a sua empregabilidade; - Promover os alunos de uma cultura de trabalho, esforço e rigor; - Reforço do envolvimento da comunidade na vida da escola. (PEA2, p.29) " Apoio à melhoria das aprendizagens. (PEA2, p.30); " o objetivo do nosso agrupamento é alcançar um nível melhor de desempenho" (PEA2, p.30); "Implementação de medidas educativas, promotoras do sucesso educativo (PEA2, p.34), A coadjuvação, quando necessária ; *Coadjuvação das Expressões Artísticas ou Físico-Motoras no

	1.º Ciclo.
(Ponto fraco) "No que se refere às percentagens de resultados positivos e às médias das classificações nas avaliações externas dos alunos (provas de aferição e exames nacionais), no referido triénio, verifica-se que são sempre inferiores às nacionais e, em regra, evidenciam uma tendência descendente" (p.3).	São objetivos operacionais do Agrupamento (PEA2, p.30), Aumentar a taxa global de sucesso escolar (PEA2, p.31), Melhorar a distância da taxa de sucesso para o valor nacional (PEA2, p.31), Melhorar a percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas (qualidade de sucesso) -*Projeto Turma Ninho (no 2.º Ciclo), com a criação de grupos homogéneos de alunos com significativas dificuldades de aprendizagem, -*Projeto Aula + (no 3.º Ciclo) com a criação de grupos homogéneos de alunos, por níveis de aprendizagem (…) obrigatoriamente, nas duas disciplinas sujeitas a avaliação externa (Português e Matemática) (PEA2, p.33) -*Projeto Espaço de Preparação de Exames (no 3.º Ciclo e Ensino Secundário) (PEA2, p.33).
(Ponto fraco) " as taxas de interrupção precoce do percurso escolar – abandono, anulação de matrícula e exclusão por excesso de faltas injustificadas - não dão sinais de diminuição e, ainda que controladas nos três ciclos do ensino básico, atingem valores significativos nos cursos de educação e formação, nos cursos profissionais e nos cursos científico-humanísticos, (p.3)	-*Projeto Ação Tutorial, direcionada a todos os alunos do Agrupamento, com o objetivo de tutorar alunos sinalizados em significativo risco de abandono, elevado absentismo e comportamento disruptivo (PEA2, p.33), Ofertas formativas diversificadas (PCA´s, PIEF´s, Cursos Vocacionais, CEF´s e Cursos Profissionais), Eixo 2: Prevenção do abandono, absentismo e indisciplina (p.34), *Projeto *Ser Saudável no (Agrupamento A2)* (…)através da prática regular de atividades físicas e desportivas (p.34)
(Ponto Forte) "O Agrupamento, (…)divulga publicamente os trabalhos e os êxitos dos alunos (p.4)	Não existem inserções
(Ponto fraco) "A definição de planos de ação estratégicos, com metas claras e exequíveis, com vista à melhoria do desempenho do Agrupamento" (IGEC, 2013, p. 9)	"todos os esforços serão orientados para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos, com vista a munir os alunos de competências que aumentem a sua empregabilidade" p. 29) "estabelecer as ações a dinamizar para as dimensões que visam promover a qualidade do processo ensino aprendizagem e que conduzam à motivação dos alunos" (PEA2, p.33).
Resultados sociais	----------
(Ponto fraco) "A indisciplina, dentro e fora da sala de aula, e a falta de assiduidade e de pontualidade dos alunos	Diminuir a taxa de indisciplina em 0, 15% (PEA2, p.32), *Projeto *Provedoria do* Aluno, que tem por finalidade a defesa e a promoção dos direitos e interesses legítimos dos alunos de todos os ciclos p.34).

são realidades vividas em especial na escola-sede" (p.4)	
(área de melhoria) "A recolha de informação concreta sobre o percurso escolar ou profissional dos alunos, após a escolaridade no Agrupamento, com vista a avaliar o impacto das aprendizagens realizadas e da oferta educativa disponibilizada"(p.9).	Não existem inserções
(Ponto forte) "A comunidade escolar, designadamente docentes, não docentes, e direção desenvolvem um trabalho intensivo, orientado para a prevenção e combate aos comportamentos perturbadores " (p.4).	Não existem inserções
Prestação do serviço educativo **-Práticas de ensino**	
(Ponto fraco) "A identificação de fatores internos, designadamente ao nível das práticas de ensino que ajudem a explicar a persistência de atitudes inadequadas na sala de aula e o insucesso escolar" (IGEC, 2013, p.9).	Não existem inserções
(Ponto fraco) "Apoios educativos e diferenciação"	*Apoio ao Estudo do 1.º e 2.º Ciclo (PEA2, p.34), * coadjuvação em qualquer disciplina do 2.º e 3.º Ciclos; (PEA2, p.34)

(Ponto fraco) Supervisão pedagógica " O acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula, numa perspetiva de melhoria do desempenho do Agrupamento" (IGEC, 2013, p. 9). "O acompanhamento da prática letiva é realizado de modo informal, com o recurso ao diálogo entre pares para ultrapassar os problemas que enfrentam, continuando a não existir observação de aulas como forma de desenvolvimento profissional" (p.6).	Não existem inserções.
Liderança e gestão	----------
Autoavaliação (Ponto fraco) "Alargamento e a consolidação do processo de autoavaliação com vista á melhoria organizacional e das práticas profissionais" (IGEC, 2013, p.9)	Eixo 3: Monitorização e avaliação" (PEA2, p.30) "o terceiro eixo, não sendo considerado problema, é transversal a todo o processo, e pretende reconhecer pontos fracos/ fortes dos eixos estruturantes do Plano de Melhoria" (PEA2, p.30); Avaliação e Monitorização, *a realizar através de espaços/equipas (Observatório da Disciplina, Equipa Multidisciplinar, Equipa de Autoavaliação e outras, eventualmente, a criar) para a recolha de informação e aferição do desenvolvimento e impacto das diferentes ações (PEA2, p.34);* Melhorar a comunicação no Agrupamento (PEA2, p.34).

Fonte: Projeto Educativo do Agrupamento A2 (2013/2017) (PEA2).

Nota: As atividades assinaladas com (*) fazem parte do plano de ação

APÊNDICE I

Grelha analítica do Relatório de Autoavaliação do Agrupamento A2 (RAA2A)	
Áreas específicas identificadas pela IGEC, na segunda avaliação (IGEC, relatório de AE _RA2B, 2013) **Resultados** **Planeamento e articulação**	**Unidades de registo** (Relatório de Autoavaliação) (RAA2 A)
(área de melhoria) "O desenvolvimento mais aprofundado das orientações curriculares na educação pré-escolar de modo a assegurar condições de maior sucesso na etapa educativa seguinte" (p.9).	Não existem inserções
(Ponto fraco) "A construção e o desenvolvimento do currículo na educação pré-escolar, bem como a organização dos espaços/equipamentos e materiais pedagógicos promotores das aprendizagens das crianças, carecem de aprofundamento" (p.5).	Não existem inserções
(Ponto fraco) "Quando comparados os referidos resultados do Agrupamento com os das escolas do mesmo grupo de referência, verifica-se que, na generalidade, estavam abaixo da mediana, com exceção da média das classificações no exame nacional de Português do 12.º ano, que ficou acima" (p.3).	Não existem inserções
(Ponto fraco) "No que se refere às percentagens de resultados positivos e às médias das classificações nas	Não existem inserções

avaliações externas dos alunos (provas de aferição e exames nacionais), no referido triénio, verifica-se que são sempre inferiores às nacionais e, em regra, evidenciam uma tendência descendente" (p.3).	
(Ponto fraco) " as taxas de interrupção precoce do percurso escolar – abandono, anulação de matrícula e exclusão por excesso de faltas injustificadas - não dão sinais de diminuição (…) atingem valores significativos nos cursos de educação e formação, nos cursos profissionais e nos cursos científico-humanísticos" (p.3).	Não existem inserções
(Ponto Forte) "O Agrupamento, (…)divulga publicamente os trabalhos e os êxitos dos alunos" (p.4).	Não existem inserções
(Ponto fraco) "A definição de planos de ação estratégicos, com metas claras e exequíveis, com vista à melhoria do desempenho do Agrupamento" (IGEC, 2013, p. 9).	Não existem inserções
<u>Resultados sociais</u>	
"Ponto fraco" "A indisciplina, dentro e fora da sala de aula, e a falta de assiduidade e de pontualidade dos alunos são realidades vividas em especial na escola-sede" (p.4).	Na minha escola eu contribuo para a disciplina" "Elaboração de um Manual de Procedimentos face a comportamentos de indisciplina " "Medidas de informação e de prevenção a tomar no início do ano letivo" "Medidas imediatas de resposta a situações de indisciplina " "Observatório da indisciplina". (RAA2A, p. 71)
(área de melhoria" "A recolha de informação concreta sobre o percurso escolar ou profissional dos alunos, após a escolaridade no Agrupamento, com vista a avaliar o impacto das aprendizagens realizadas e da oferta educativa disponibilizada, foi considerado um ponto fraco pela equipa inspetiva "(p.9).	"o estudo do percurso escolar ou profissional dos nossos alunos, findos os seus estudos no Agrupamento, torna-se imprescindível para uma melhor adaptação e avaliação das ofertas e práticas educativas " (RAA2A, p. 70) "Conhecer o percurso escolar e profissional dos alunos após a escolaridade no Agrupamento" "Avaliar o impacto das aprendizagens realizadas e da oferta educativa disponibilizada pelo Agrupamento. "Melhorar a capacidade de resposta dos serviços escolares. Plano de Ação: "Análise do percurso dos alunos (…) "

	Apoiar a criação de uma Associação de Antigos Alunos do Agrupamento de Escolas" "Atualização de dados referentes ao percurso académico e/ou profissional dos ex-alunos (a partir do ano letivo 2012/13), com apoio dos Serviços Administrativos, Coordenações de Diretores de Turma e de Cursos Profissionais" (RAA2A, p. 70) Adequar as ofertas e as práticas do Agrupamento à realidade da comunidade escolar e ao sucesso do percurso de vida. (RAA2A, p. 70)
(Ponto forte) "A comunidade escolar, designadamente docentes, não docentes, e direção desenvolvem um trabalho intensivo, orientado para a prevenção e combate aos comportamentos perturbadores " (p.4)	Não existem inserções
Prestação do serviço educativo **Práticas de ensino**	
(Ponto fraco) "A identificação de fatores internos, designadamente ao nível das práticas de ensino que ajudem a explicar a persistência de atitudes inadequadas na sala de aula e o insucesso escolar" (IGEC, 2013, p.9).	"Ausência de procedimento e respetivos instrumentos, em Regulamento Interno, que permitam identificar e divulgar boas práticas em sala de aula" (RAA2A, p. 15). "Inexistência de um perfil do aluno para cada tipo de apoio" (RAA2A, p. 15).
<u>Supervisão pedagógica</u> (Ponto fraco) "O acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula, numa perspetiva de melhoria do desempenho do Agrupamento" (IGEC, 2013, p. 9).	"Plano de ação: "SUPERVISÃO PEDAGÓGICA" , "Listas de controlo de procedimentos das diversas estruturas de orientação educativa. " "Acompanhamento dos professores contratados e recém-chegados à escola, feito pelas lideranças intermédias (elaboração de manual de procedimentos). " "Implementação de ações de acompanhamento para superação de eventuais dificuldades (Observado) "Criação/promoção de ações de formação para todos os docentes do Agrupamento " "Promoção de reuniões de articulação entre os diferentes ciclos (Pré/1.ºCiclo; 1.º Ciclo/ 2.ºCiclo; 2.ºCiclo/3.ºCiclo; 3.ºCiclo/secundário)" (RAA2A, p. 73). Relutância do corpo docente em "abrir o espaço de aula" aos pares com vista à melhoria organizacional e de práticas profissionais (RAA2A, p.15). "Disseminação das práticas inovadoras e promovedoras do sucesso, dinamizadas no Projeto "Coadjuvação entre pares" (idem, ibidem).

(Ponto fraco) “O acompanhamento da prática letiva é realizado de modo informal, com o recurso ao diálogo entre pares para ultrapassar os problemas que enfrentam, continuando a não existir observação de aulas como forma de desenvolvimento profissional” (p.6).	Plano de ação: “**Prática Pedagógica” (**RAA2A, p. 73). TRABALHO COOPERATIVO “ “ Trabalho de planificação conjunta no seio dos grupos e dos departamentos “ “ Troca de experiências e de informação” “ Partilha de instrumentos de trabalho no seio dos conselhos de turma e grupos de recrutamento “ “Definição de procedimentos comuns adequados à resolução de problemas e à situação específica de alunos “
Liderança e gestão	
Autoavaliação (Ponto fraco) “Alargamento e a consolidação do processo de autoavaliação com vista á melhoria organizacional e das práticas profissionais” (IGEC, 2013, p.9).	Não existem inserções

Fonte: Relatório de Autoavaliação do Agrupamento A2 (2013/2014) (RAA2A).

APÊNDICE J

Grelha Analítica de Síntese das Ações de Melhoria do Agrupamento A2

(Planeamento das ações de melhoria após a Avaliação Externa (2º ciclo)

Dimensão 1 " Resultados "

Asserções presentes no relatório de AEE (2ºciclo) (IGEC, relatório de AE, 2013) **Subcategoria:** **Planeamento e articulação**	**Documentos (PE, RAA e PM)** **UNIDADES DE REGISTO**
(Ponto fraco) **"**O desenvolvimento mais aprofundado das orientações curriculares na educação pré-escolar de modo a assegurar condições de maior sucesso na etapa educativa seguinte" (p.9)	"Reforçar o desenvolvimento das orientações curriculares na educação pré-escolar, projetando um maior sucesso na etapa seguinte" (PMA2A, 2013, p.6) "Reorganização/reestruturação das áreas das salas de forma a evidenciarem o domínio da matemática, das ciências e multimédia" (PMA2A, 2013, p.6) "Reformulação das metas/competências de aprendizagem nos documentos normalizados por forma a aproximar as mesmas das metas propostas pelo Ministério da Educação e Ciência" (PMA2A, 2013, p.6) "Articulação não só com o 1º ciclo do ensino básico mas também com outros níveis de escolaridade" (PMA2A, 2013, p.6) * "Projeto *Incluir para Emergir* (no 1.º Ciclo), com a promoção, em contexto de sala de aula, de assessorias de docentes (…)" PEA2, p. 33)
(Ponto fraco) A definição de planos de ação estratégicos, com metas claras e exequíveis, com vista à melhoria do desempenho do Agrupamento (p. 9)	"Melhoria do Sucesso Académico / "melhoria dos resultados académicos" PMA2A, p.10 Objetivo: " Melhorar a distância da taxa de sucesso para o valor nacional"(PMA2A, p.11). "Formação de uma equipa multidisciplinar, que avalie o currículo e os resultados escolares" "Promoção de práticas pedagógicas eficazes e reveladoras de sucesso educativo" (idem, ibidem) " todos os esforços serão orientados para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos, com vista a munir os alunos de competências que aumentem a sua empregabilidade" (PEA2, p. 29). "estabelecer as ações a dinamizar para as dimensões que visam promover a qualidade do processo ensino aprendizagem e que conduzam à motivação dos alunos" (PEA2, p.33).
(Ponto fraco) Resultados Académicos Quando comparados os referidos	"A maior fragilidade são, sem dúvida, os resultados académicos" (PEA2, p.29). "todos os esforços serão orientados para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos, com vista a munir os alunos de competências que aumentem a sua empregabilidade" (PEA2, p. 29); - Melhorar a

resultados do Agrupamento com os das escolas do mesmo grupo de referência, verifica-se que, na generalidade, estavam abaixo da mediana, com exceção da média das classificações no exame nacional de Português do 12.º ano, que ficou acima (p.3)	qualidade das aprendizagens; - Diminuir a diferença entre a CIF e a CE; - Munir os alunos de competências que aumentem a sua empregabilidade; "Promover os alunos de uma cultura de trabalho, esforço e rigor; - Reforço do envolvimento da comunidade na vida da escola"(PEA2, p.29). "EIXO 1: Apoio à melhoria das aprendizagens" (PEA2, p.30). "o objetivo do nosso agrupamento é alcançar um nível melhor de desempenho" (PEA2, p.30); Implementação de medidas educativas, promotoras do sucesso educativo" (PEA2, p.34); A coadjuvação, quando necessária; *Coadjuvação das Expressões Artísticas ou Físico-Motoras no 1.º Ciclo (idem, ibidem)
(Ponto fraco) No que se refere às percentagens de resultados positivos e às médias das classificações nas avaliações externas dos alunos (provas de aferição e exames nacionais), no referido triénio, verifica-se que são sempre inferiores às nacionais e, em regra, evidenciam uma tendência descendente. (p.3)	"São objetivos operacionais do Agrupamento (PEA2, p.30), Aumentar a taxa global de sucesso escolar" (PEA2, p.31), "Melhorar a distância da taxa de sucesso para o valor nacional" (PEA2, p.31)," Melhorar a percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas (qualidade de sucesso) " "*Projeto Turma Ninho (no 2.º Ciclo), com a criação de grupos homogéneos de alunos com significativas dificuldades de aprendizagem" "*Projeto Aula + (no 3.º Ciclo) com a criação de grupos homogéneos de alunos, por níveis de aprendizagem (…)obrigatoriamente, nas duas disciplinas sujeitas a avaliação externa (Português e Matemática)" (PEA2, p.33) "*Projeto Espaço de Preparação de Exames (no 3.º Ciclo e Ensino Secundário)" (PEA2, p.33)
(Ponto fraco) "as taxas de interrupção precoce do percurso escolar – abandono, anulação de matrícula e exclusão por excesso de faltas injustificadas (p.3)	"*Projeto Ação Tutorial, direcionada a todos os alunos do Agrupamento, com o objetivo de tutorar alunos sinalizados em significativo risco de abandono, elevado absentismo e comportamento disruptivo" (PEA2, p.33), " Ofertas formativas diversificadas (PCA´s, PIEF´s, Cursos Vocacionais, CEF´s e Cursos Profissionais), Eixo 2: Prevenção do abandono, absentismo e indisciplina" (p.34), "*Projeto Ser Saudável no (Agrupamento A2) (…)através da prática regular de atividades físicas e desportivas" (p.34)
(Ponto Forte) "O Agrupamento, (…)divulga publicamente os trabalhos e os êxitos dos alunos (p.4)	Não foram encontradas unidades de sentido para esta subcategoria.
Subcategoria **Resultados sociais**	
(Ponto fraco) "A indisciplina, dentro e fora da sala de aula, e a falta de assiduidade e de pontualidade dos alunos são realidades	"Diminuir a taxa de indisciplina em 0, 15% (PEA2, p.32)," *Projeto *Provedoria do* Aluno, que tem por finalidade a defesa e a promoção dos direitos e interesses legítimos dos alunos de todos os ciclos"(PEA2, p.34)

vividas em especial na escola-sede" (p.4).	
(Ponto fraco) "A recolha de informação concreta sobre o percurso escolar ou profissional dos alunos, após a escolaridade no Agrupamento" (p.9).	Plano de Ação: "Análise do percurso dos alunos (…) " Apoiar a criação de uma Associação de Antigos Alunos do Agrupamento de Escolas" "Atualização de dados referentes ao percurso académico e/ou profissional dos ex-alunos (a partir do ano letivo 2012/13), com apoio dos Serviços Administrativos, Coordenações de Diretores de Turma e de Cursos Profissionais" (RAA2A, p. 70) "Adequar as ofertas e as práticas do Agrupamento à realidade da comunidade escolar e ao sucesso do percurso de vida" (RAA2A, p. 70).

Fonte: Documentos do Agrupamento A2: Projeto Educativo (PEA2); Relatório de Autoavaliação (RAA2); Plano de melhoria 2013-2017 (PMA2)

Grelha Analítica de Síntese das Ações de Melhoria do Agrupamento A2 (Planeamento das ações de melhoria após a Avaliação Externa (2º ciclo) Dimensão 2 " Prestação do Serviço Educativo "	
Asserções presentes no relatório de AEE (2ºciclo) (IGEC, relatório de AEE, 2013) **Subcategoria:** **Planeamento e articulação**	**Documentos (PE, RAA e PM)** UNIDADES DE REGISTO
(Ponto Forte) "O Agrupamento acompanha e monitoriza os resultados das aprendizagens dos seus alunos " (p.3).	"A maior fragilidade são, sem dúvida, os resultados académicos." (PEA2, p.29); "todos os esforços serão orientados para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos, com vista a munir os alunos de competências que aumentem a sua empregabilidade" (PEA2, p. 29).
(Ponto Forte) "na avaliação externa realizada em 2009verificava-se uma débil articulação e sequencialidade entre os 2.º e 3.º ciclos e entre este e o ensino secundário, esta área evidencia melhorias" (p.5).	Reforçar o desenvolvimento das orientações curriculares na educação pré-escolar, projetando um maior sucesso na etapa seguinte (PMA2A, 2013, p.6).
(Ponto Forte) "Apesar de subsistir abandono e absentismo escolares, foram implementados mecanismos de combate a estes fenómenos (p.6).	"Projeto Ação Tutorial, direcionada a todos os alunos do Agrupamento, com o objetivo de tutorar alunos sinalizados em significativo risco de abandono, elevado absentismo e comportamento disruptivo (PEA2, p.33) *Projeto Ser Saudável no (Agrupamento A2) (…) através da prática regular de atividades físicas e desportivas (PEA 2, p.34).
Monitorização e avaliação do ensino aprendizagem	
(Ponto fraco) " a persistência de atitudes inadequadas e desrespeitosas na sala de aula que, em	Diminuir a taxa de indisciplina em 0, 15% (PEA2, p.32), "*Projeto: *Provedoria do* Aluno, que tem por finalidade a defesa e a promoção dos direitos e interesses

especial na escola-sede (…) a encontrar estratégias para eliminar este problema". (p.4).	legítimos dos alunos de todos os ciclos " (PEA2, p.34)
(Ponto Forte) "Há evidências de práticas colaborativas entre docentes "(p.5)	"Todos os docentes do Agrupamento podem e devem participar na supervisão pedagógica feita por pares" PMA2A, p.12) "Troca de experiências, que somadas às mais-valias de cada docente, possam fazer crescer o número de soluções, em prol do sucesso escolar dos alunos. (PMA2A, p.13)
(Ponto Forte) "Foram implementados projetos de promoção do sucesso escolar" (p.6)	"estabelecer as ações a dinamizar para as dimensões que visam promover a qualidade do processo ensino aprendizagem e que conduzam à motivação dos alunos" (PEA2, p.33). "Melhorar a eficácia dos apoios educativos, com vista à sua melhor adequação ao pleno desenvolvimento do aluno" (PMA2A, p.9).
(Ponto fraco) "A construção e o desenvolvimento do currículo na educação pré-escolar, bem como a organização dos espaços/equipamentos e materiais pedagógicos promotores das aprendizagens das crianças, carecem de aprofundamento" (p.5).	"Reforçar o desenvolvimento das orientações curriculares na educação pré-escolar, projetando um maior sucesso na etapa seguinte" (PMA2A, 2013, p.6). "Reorganização/reestruturação das áreas das salas de forma a evidenciarem o domínio da matemática, das ciências e multimédia" (PMA2A, 2013, p.5).
Subcategoria: Monitorização e avaliação do ensino aprendizagem	
(Ponto fraco) "identificação dos fatores internos, designadamente ao nível das práticas de ensino, que ajudem a explicar a persistência de atitudes inadequadas na sala de aula e o insucesso escolar dos alunos" (p.9).	"Ambiente indisciplinado e (…) sucesso educativo condicionado" (PMA2A, p.7). "Alcançar a meta definida para o Agrupamento (melhorar em 0,61% o número de medidas disciplinares por aluno) " (PMA2A, p.7). *"Projeto Incluir para Emergir (no 1.º Ciclo), com a promoção, em contexto de sala de aula, de assessorias de docentes (…)" (PEA2, p. 33). "Na minha escola eu contribuo para a disciplina", "Elaboração de um Manual de Procedimentos face a comportamentos de indisciplina"; "Medidas imediatas de resposta a situações de indisciplina " "Observatório da indisciplina" (RAA2A, p. 71).

(Ponto fraco) “aprofundamento da reflexão sobre as respostas no âmbito dos apoios educativos, com vista à sua melhor adequação ao pleno desenvolvimento das capacidades dos alunos” (p.9).	“Munir os alunos de competências que aumentem a sua empregabilidade” , “Promover os alunos de uma cultura de trabalho, esforço e rigor;” “Reforço do envolvimento da comunidade na vida da escola.” (PEA2, p.29) “Ausência de procedimento e respetivos instrumentos, em Regulamento Interno, que permitam identificar e divulgar boas práticas em sala de aula” (RAA2A, p. 15). “Inexistência de um perfil do aluno para cada tipo de apoio” (RAA2A, p. 15).
(Ponto fraco) “O acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula, numa perspetiva de melhoria do desenvolvimento profissional dos docentes (p.9).	“Promoção de reuniões de articulação entre os diferentes ciclos (Pré/1.ºCiclo; 1.º Ciclo/ 2.ºCiclo; 2.ºCiclo/3.ºCiclo; 3.ºCiclo/secundário) “ RAA2A, p. 73) “Relutância do corpo docente em “abrir o espaço de aula” aos pares com vista à melhoria organizacional e de práticas profissionais. (RAA2A, p.15)
(Ponto fraco) “o acompanhamento da prática letiva é realizado de modo informal, com o recurso ao diálogo entre pares” (p.6)	“Plano de ação: “Prática Pedagógica” (RAA2A, p. 73). “TRABALHO COOPERATIVO “ “ Trabalho de planificação conjunta no seio dos grupos e dos departamentos “ “ Troca de experiências e de informação” “ Partilha de instrumentos de trabalho no seio dos conselhos de turma e grupos de recrutamento “ “Definição de procedimentos comuns adequados à resolução de problemas e à situação específica de alunos “ (idem, ibidem). Relutância do corpo docente em “abrir o espaço de aula” aos pares com vista à melhoria organizacional e de práticas profissionais. (RAA2A, p.15).

Fonte: Documentos do Agrupamento A2: Projeto Educativo (PEA2); Relatório de Autoavaliação (RAA2); Plano de melhoria 2013-2017 (PMA2)

Grelha Analítica de Síntese das Ações de Melhoria do Agrupamento A2 (Planeamento das ações de melhoria após a Avaliação Externa (2º ciclo) Dimensão 4 " Autoavaliação e Melhoria"	
Asserções presentes no relatório de AEE (2ºciclo) (IGEC, relatório de AEE, 2013) **Subcategoria:**	**Documentos (PE, RAA e PM)** **UNIDADES DE REGISTO**
Recolha tratamento e divulgação da informação	
(Ponto fraco) "na recolha e análise de dados dos resultados académicos, abandono, desistência e absentismo escolares, com referência a sugestões de melhoria centrado essencialmente no produto, ainda não abrange os processos que sustentam os resultados " (p.13).	-"Consolidação do Processo de autoavaliação "(PMA2B, 2013, p.14). -Conhecer "o percurso escolar ou profissional dos alunos, findos os seus estudos no Agrupamento" (ibidem) "torna-se imprescindível para uma melhor adaptação e avaliação das ofertas e práticas educativas" (PMA2B, 2013, p.14).
Impacto da autoavaliação	----------
(Ponto Forte) "O Agrupamento tem vindo a desenvolver um processo de autoavaliação, sendo evidentes as melhorias desde a avaliação externa realizada em 2009" (p.8)	"o terceiro eixo, não sendo considerado problema, é transversal a todo o processo, e pretende reconhecer pontos fracos/ fortes dos eixos estruturantes do Plano de Melhoria" (PEA2, p.30).
Sustentabilidade do processo e melhoria	
(Ponto fraco)	

"reduzindo-lhe a sua utilidade estratégica para a construção de planos de melhoria consistentes com impacto no planeamento, na organização e nas práticas profissionais. P.13)	
(área de melhoria) "A definição de planos de ação estratégicos, com metas claras e exequíveis, com vista à melhoria do desempenho do Agrupamento (p.9).	"Relutância do corpo docente em "abrir o espaço de aula" aos pares com vista à melhoria organizacional e de práticas profissionais. (RAA2A, p.15)
(área de melhoria) "O alargamento e a consolidação do processo de autoavaliação com vista à melhoria organizacional e das práticas profissionais (p.9).	"Avaliar o impacto das aprendizagens realizadas e da oferta educativa disponibilizada pelo Agrupamento"; "Melhorar a capacidade de resposta dos serviços escolares" (PMA2A, 2013, p.14); "Monitorização e avaliação" (PEA2, p.30). Avaliação e Monitorização,*a realizar através de espaços/equipas (Observatório da Disciplina, Equipa Multidisciplinar, Equipa de Autoavaliação e outras, eventualmente, a criar) para a recolha de informação e aferição do desenvolvimento e impacto das diferentes ações (PEA2, p.34).

Fonte: Documentos do Agrupamento A2: Projeto Educativo (PEA2); Relatório de Autoavaliação (RAA2); Plano de melhoria 2013-2017 (PMA2)

CONTRADITÓRIO DA AVALIAÇÃO EXTERNA

I - Introdução.

O critério de classificação é qualitativo e da análise da sua descrição resultam, comparativamente, as seguintes diferenças entre as qualificações de Muito Bom e de Bom:

PONTOS FORTES / PONTOS FRACOS

Em ambos os casos há um predomínio de pontos fortes, sendo que para o caso da menção qualitativa de Muito Bom os pontos fracos não afectam a mobilização para o aperfeiçoamento enquanto que para a menção qualitativa de Bom aqueles têm impacto (pressupostamente negativo) nas vivências dos intervenientes.

ACÇÃO / PROCESSOS

No caso da menção qualitativa de Muito Bom a acção é intencional e sistemática enquanto que no caso da menção qualitativa de Bom aquela é igualmente intencional mas apenas frequente.

Quanto aos processos, no caso da menção qualitativa de Muito Bom os procedimentos são estruturados, desde logo sustentados, e também estruturais, sendo por isso sustentáveis. No caso da menção qualitativa de Bom os procedimentos são igualmente estruturados, e por tal facto sustentados, mas não são estruturais na medida em que dependem do empenho e iniciativa individuais.

Esta clarificação do critério de classificação é fundamental uma vez que irá nortear este contraditório do relatório da avaliação externa.

II - Caracterização da unidade de gestão.

Nesta parte do relatório impõe-se fazer uma correcção e dois esclarecimentos:

- A escola sede é constituída por um único edifício formado por três módulos interligados e não por três edifícios como consta do relatório.

- A exiguidade de espaços em ambas as escolas é resultado da sobrelotação que nos é imposta pela rede escolar em virtude da elevada procura de ambas as escolas pela comunidade envolvente, próxima e remota.
- A conclusão que "... o nível sócioeconómico e cultural da maioria dos alunos situa-os como pertencendo a uma classe média e média alta, o que se repercuta no ambiente escolar e nos resultados académicos." não é líquida tendo em conta que apenas 38.9% dos pais e encarregados de educação estão habilitados com o ensino superior e 59.7% estão desempregados. Mais do que isso, esta conclusão é posta em causa pelo facto de 14.5% do alunos do ensino básico e 16.3% dos alunos do ensino secundário serem subsidiados pelos SASE.

III - Conclusões da avaliação.

1- Resultados

Em relação a este domínio não podemos deixar de sublinhar a nossa discordância quanto à conclusão sobre a composição sócioeconómica da população escolar já referida anteriormente, para que seja devidamente relevado e salvaguardado o mérito dos agentes e dos envolventes do processo de ensino-aprendizagem **na escola** que contribuem decisivamente para os resultados alcançados.

Relativamente à alegada desvalorização das Áreas Curriculares Não Disciplinares (ACND) e das disciplinas de opção artística há claras evidências de que estas constituem uma aposta inequívoca dos órgãos e estruturas educativas do Agrupamento Vertical de Clara de Resende (AVCR), no sentido da melhoria da eficiência e eficácia das aprendizagens e duma maior abrangência do currículo. Assim sendo, não só não há uma desvalorização destas áreas, como, pelo contrário, é posta uma grande ênfase na sua implementação e desenvolvimento.

A importância destas áreas e disciplinas tem vindo a ser progressivamente interiorizada pelos professores, alunos e pais e encarregados de educação graças a uma intervenção permanente e consistente dos órgãos e estruturas acima referidos.

Do exposto decorre que qualquer eventual resistência ou desvalorização que ainda possa persistir é meramente residual e sem qualquer efeito ou relevância sobre os resultados.

Quanto à dificuldade de adaptação da escola sede à integração do 2º ciclo, se é um facto que contribuiu para o agravamento da exiguidade de espaços e perda de algumas valências pedagógicas, e colocou novos e acrescidos problemas de disciplina, tal foi encarado como mais um

desafio a vencer e um estímulo à criatividade, o que criou uma dinâmica conducente à sua superação.

2- Prestação do serviço docente

Neste domínio e no que respeita à abrangência do currículo é de referir que o relatório não menciona o curso profissional e os dois cursos de educação e formação de adultos que entrarão em funcionamento em 2007/2008, aumentando a oferta e a abrangência do currículo.

Quanto à desvalorização das ACND e das disciplinas de opção artística já anteriormente contraditámos esta avaliação mas não podemos deixar de sublinhar que apenas algumas escolas oferecem três opções da disciplina de Educação Artística o que marca positivamente a abrangência do currículo neste agrupamento ao nível do ensino básico.

Acresce ainda que na componente extracurricular é de referir a existência dos Clubes Pedagógicos de Desporto, de Expressão Plástica e a Oficina da Palavra que reforçam a abrangência do currículo, nomeadamente nas áreas artísticas.

Julgamos no entanto oportuno manifestar a nossa discordância que o mesmo aspecto alegadamente negativo ou menos conseguido perpasse os vários domínios de avaliação, o que influencia a sua classificação, prejudicando a objectividade e pervertendo a estrutura do modelo de avaliação. Aliás este não é exemplo único pois o mesmo acontece nos restantes domínios de avaliação relativamente a este e a outros, poucos, aspectos considerados negativos, que perpassam e são relevados de forma recorrente em todos os domínios.

A alegada valorização das áreas disciplinares em detrimento dos departamentos curriculares prende-se com a necessidade de mobilizar de forma mais eficaz os recursos tendo em vista a sua rentabilização em termos de resultados.

Reconhecemos algumas deficiências da articulação interdepartamental embora não a consideremos débil. Por isso esta é uma área de intervenção prioritária do Projecto Educativo e já foram tomadas e levadas à prática um conjunto de medidas consubstanciadas quer no Plano Anual de Actividades(PAA) quer na organização da componente não lectiva dos professores, o que é reconhecido no próprio relatório da equipa de avaliação externa, no sentido de melhorar aquela articulação.

No que respeita ao acompanhamento da prática lectiva na sala de aula é um facto que não constitui regra nem é sistemática, mas também não era suposto que o fosse, dado que o paradigma vigente nesta matéria obrigar e sobretudo propiciar tal acompanhamento apenas durante o estágio profissional dos professores. Esperemos e façamos votos para que o novo modelo de avaliação do desempenho dos professores aprovado na revisão recente do Estatuto da Carreira Docente venha a colmatar, esta sim, debilidade, não da escola mas do sistema.

Não obstante, como próprio relatório o reconhece, a escola monitoriza a actividade lectiva e intervém sempre que necessário, adoptando medidas diversificadas tendentes a resolver os problemas detectados.

3- Organização e gestão escolar

O único aspecto negativo apontado neste domínio é a falta de "proactividade" por parte dos parceiros da comunidade educativa. Ora, se o AVCR estabelece as pontes de comunicação e informação, incentiva e é receptivo à participação, cumpre o seu papel e não pode ser responsabilizado por algo que, convenhamos, não está em seu poder alterar. Acresce que as reuniões com os encarregados de educação, uma prática de longos anos valorizada por todos os intervenientes como é referido no relatório, deixou de ser autorizada pela DREN, não podendo igualmente a escola ser responsabilizada por tal facto.

Este é dos domínios mais bem conseguidos da actividade do agrupamento e sem dúvida um dos seus pontos mais fortes, reconhecido, quer internamente quer externamente, por todos aqueles que vivenciam ou contactam com a realidade do agrupamento.

A concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade são criteriosos e rigorosos, a gestão de recursos, quer humanos quer materiais, é eficiente, visando a sua optimização (máxima eficácia com o mínimo dispêndio de recursos) e a rede comunicacional estabelecida garante a participação da comunidade educativa e a equidade e justiça entre todos os membros da comunidade escolar.

Neste domínio há evidências não só formais/documentais, mas também procedimentais que sustentam e demonstram cabalmente as asserções feitas no parágrafo anterior.

A acção do agrupamento neste domínio para além de intencional e estruturada por um conjunto de documentos que a norteia e balizam (Projecto Educativo e o Projecto Curricular do Agrupamento) e concretizada por programas de acção articulados, consistentes e coerentes (Plano Anual de Actividades e Projectos Curriculares de Turma), é também estruturante de um conjunto de práticas e procedimentos que garantem a sua sustentabilidade.

- Há uma prática sustentada por um conjunto de regras e critérios que vão muito para além do Regulamento Interno do Agrupamento (Regulamento de Funcionamento, Regulamento dos Conselhos de Turma, Regulamento das Instalações e outras regras e critérios estabelecidos pelo Conselho Pedagógico sobre a distribuição de serviço, constituição de turmas, avaliação dos alunos, actividades de substituição, organização da componente não lectiva dos professores) e que são objecto de avaliação e reformulação frequente, em resposta à dinâmica própria do processo educativo.

- Há uma prática alicerçada num conjunto de planos, projectos e programas, versando aspectos pedagógicos diversos e variados que transcendem e complementam a actividade lectiva tradicional.
- Há uma prática fundada na gestão optimizada e flexível dos recursos humanos, na elaboração de orçamentos previsionais com controlo da sua execução (receitas/despesas) e ainda na rentabilização dos recursos materiais.

Todos estes elementos convergem num sistema articulado e estruturado que comanda a acção e que responde dinamicamente aos resultados, incorporando os "feed-backs" por forma a responder às situações novas e aos desafios, reformulando e reorientando a sua acção.

Por outro lado, a rede comunicacional multidirecional estabelecida, quer internamente quer em relação ao exterior, permite a comunicação sistemática e estruturada entre os diferentes actores e intervenientes da comunidade educativa (professores, funcionários, alunos e famílias), permitindo a sua participação e também a informação e conhecimento das problemáticas diversas (escolares, sociais e familiares) sustentáculo de uma acção que proporciona uma intervenção oportuna e adequada, o que permite o seu tratamento com equidade e justiça, conduzindo ao estabelecimento de um sistema diversificado de apoios, conforme é reconhecido no próprio relatório.

No que respeita ao cumprimento de regras não nos parece curial que situações pontuais com carácter aleatório, marginal e meramente residual possam ser relevados e generalizados abusivamente. As regras estabelecidas são para todos e para serem cumpridas por todos, sem excepção. A eventual conflitualidade entre alunos não tem nada a ver com pretensas animosidades entre ciclos de ensino, antes se manifestando entre alunos dos grupos etários diferenciados (do 5º ano ao 12º ano) que convivem na escola sede, independentemente do ciclo de estudos que frequentam. Daí que a afirmação de que "os alunos do 2º ciclo ainda não se sentem completamente integrados e sentem-se discriminados pelos alunos mais velhos" é totalmente desprovida de fundamento.

Ainda neste domínio é referido no relatório que as actividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo se realizam “durante a componente curricular” o que não corresponde à realidade pelo que se impõe fazer esta correcção.

Outra correcção que se impõe fazer é que, contrariamente ao que é referido no relatório, há estratégias sistemáticas e formais de integração de novos professores e funcionários não docentes que constam do PAA e que conduzem, tal como refere o relatório, a “uma prática de socialização na cultura escolar que se tem revelado eficaz”, o que só acontece por porque se trata de uma prática sistemática.

4- <u>Liderança</u>

Há um esclarecimento que se impõe fazer ao conceito de liderança, não porque tenha sido apontado no relatório qualquer aspecto negativo, antes pelo contrário, mas porque julgamos que o tipo de liderança deste agrupamento não foi realçado positivamente de forma adequada, salientando as mais-valias que dele decorrem.

Uma das mais-valias deste agrupamento neste domínio é ser capaz de congregar as várias lideranças que se manifestam em áreas complementares, coordenado os seus esforços e empenho de forma estruturada, o que contribui para uma melhoria continuada da sua acção.

A função de catalisador destas sinergias é o papel fundamental do Conselho Executivo neste domínio, que pretende, desta forma partilhada e participada, construir uma visão para o agrupamento e delinear estratégias de desenvolvimento comuns às diversas sensibilidades, garantindo, graças a este processo, a motivação e o empenho de toda a comunidade educativa.

Não é uma liderança directiva no sentido tradicional mas é certamente uma liderança com um valor acrescentado pelas mais-valias geradas pelas sinergias acima referidas, garantindo não só uma mais correcta e adequada definição da visão e da estratégia para o agrupamento como também um reforço permanente da motivação e do empenho de todos os actores e intervenientes, o que, aliás, o próprio relatório reconhece. Mais uma vez frisamos que tal acontece não por acaso mas sim porque se trata de uma prática intencional estruturada e sistemática.

No relatório é referido que a visão para o agrupamento assenta na continuidade de uma missão tradicional, conotada negativamente como sendo um entrave à inovação e à mudança, mas não define nem qualifica o que é entendido por "missão tradicional".

Transcreve-se o que consta do documento de cúpula que foi produzido internamente para a avaliação do desempenho e que foi entregue à equipa de avaliação externa:

- *MISSÃO* - Prestar um serviço público de educação e ensino de qualidade.
- *FINALIDADE* - Educar, ensinar e formar alunos de mérito.
- *VISÃO* - Ser reconhecido a nível nacional como uma referência de excelência, desenvolvendo e consolidando as boas práticas e a boa imagem pública.

Se o entendimento for o acima expresso então assumimos completamente este conceito de missão mas rejeitamos em absoluto que este conceito surja, ainda que apenas por vezes, "como uma entropia à introdução de atitudes de inovação ou aceitação de processos de mudança". Como compatibilizar esta afirmação com a que consta da página 9 no ponto 4.1 do relatório em que se afirma que o agrupamento é "uma referência na comunidade local em termos de qualidade, segurança, disciplina e profissionalismo", quando estamos inseridos numa sociedade competitiva e em contínua mudança que não pactua nem se compadece com a ineficiência e a ineficácia?

Obviamente tal só é possível porque este agrupamento tem uma atitude propícia à incorporação da inovação e se ajusta dinamicamente às mudanças que se operam na sociedade.

Clara evidência desta atitude pró-activa é desde logo o próprio processo de criação do agrupamento que foi liderado por nós, tendo a proposta para a sua constituição sido negociada e merecido o acordo da DREN, o que demonstra a capacidade de adaptação às mudanças. Fomos também inovadores não só porque criámos uma nova tipologia de agrupamento, como também uma nova orgânica de funcionamento, instituindo órgãos e estruturas únicas, abrangendo e acolhendo no mesmo seio todos os ciclos de escolaridade, revelando desta forma uma acção intencional em criar estruturas facilitadoras duma correcta articulação e sequencialidade - "Uma escola para todos numa escola toda" - conforme consta do Projecto Educativo.

Logo afirmações como "a escola sede ainda não se adaptou à integração do 2º Ciclo" ou mais grave ainda que há "resistências à integração do 2º ciclo na escola sede", que o agrupamento "está preso a uma imagem do passado que não quer perder" ou mais grave ainda que "tem dificuldade em se libertar de uma identidade ... e rotinas ...de cariz muito próprio de uma escola secundária" (sem se saber exactamente o que se pretende dizer com isto), devem ser corrigidas porque para além de não estarem fundamentadas, carecem de demonstração ou pelo menos de alguma concretização ou tipificação.

Por outro lado, como compatibilizar expressões como "imagem do passado" ou "rotinas enraizadas" com a adesão da escola às novas tecnologias (utilização da plataforma moodle, projecto computadores portáteis, utilização crescente do correio electrónico na comunicação interna e externa), a criação de novas ofertas (opções de educação artística, curso de ciências e tecnologias), a adesão aos novos cursos da iniciativa "Novas Oportunidades" (curso profissional, curso CEF, cursos EFA) a que nos candidatámos e que já estão autorizados ?

Julgamos ter demonstrado cabalmente que não só não há qualquer resistência à inovação e à mudança como também não há apenas uma mera atitude de aceitação (o que já seria bom), antes pelo contrário há uma busca constante e incessante da modernidade.

5- Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola

Neste domínio é reconhecido no relatório que existe um processo sistemático de auto-avaliação que, acrescentamos nós, tem vindo a ser implementado já há vários anos a esta parte e constantemente melhorado, quer em termos de experimentação de diferentes metodologias adoptadas, quer em termos de diversificação dos instrumentos de notação e avaliação utilizados, quer ainda em termos do progressivo alargamento das áreas de intervenção, o que, complementado por uma aferição e

avaliação sistemática do próprio processo de auto-avaliação, tem sustentado o seu contínuo aperfeiçoamento.

Efectivamente, e aqui devemos reconhecê-lo, é necessário melhorar a efectividade e operacionalidade da auto-avaliação, aumentar a sua eficácia, tornando-a num instrumento de intervenção para a correcção dos desvios e melhoria dos desempenhos. Para tal está presentemente a ser desenvolvido pela Comissão de Avaliação Interna um estudo no sentido de serem aferidas e quantificadas as metas a atingir para cada um dos objectivos definidos no Projecto Educativo, por forma a avaliar de forma sistemática os resultados da acção educativa.

No que respeita ao segundo parâmetro deste domínio é reconhecido no relatório que o agrupamento reúne condições que "garantem uma razoável estabilidade ... e um progresso sustentado no rumo que escolheu", afirmação com a qual estamos totalmente de acordo e que reflecte e é fruto do processo sistemático de auto-avaliação acima referido.

Por outro lado, não podemos estar mais em desacordo com a afirmação de que "o agrupamento parece não conhecer muito bem os seus pontos fracos e não reconhece ameaças à sua acção" o que, para além de incongruente com a citação feita no parágrafo anterior, não corresponde à realidade. O Projecto Educativo, que foi elaborado com base na análise criteriosa e rigorosa de inquéritos aplicados à comunidade educativa, identifica claramente não só os pontos fortes e fracos do agrupamento, como também as ameaças à sua acção.

Aliás no próprio texto deste contraditório podemos constatar que identificamos e reconhecemos os nossos pontos fracos, bem como os constrangimentos ou ameaças à nossa acção e que já temos definidas estratégias de melhoria do desempenho.

Relembramos que o Guião de Apresentação do Agrupamento que foi fornecido à equipa de avaliação externa termina com uma lista em que são indicados não só os pontos fortes e fracos, como também a definição das respectivas estratégias de superação.

Este domínio constitui uma grande aposta deste agrupamento já há alguns anos a esta parte, como acima foi referido, que se traduz na alocação de recursos humanos - Comissão de Avaliação Interna - e também dos recursos materiais necessários a todo o processo da auto-avaliação.

IV - Avaliação por domínio chave

A análise de cada um dos itens desta parte e o respectivo contraditório já foram incorporados de forma sintética na parte anterior.

V - Considerações finais

Cada uma das "fragilidades" apontadas nestas considerações finais já foram comentadas (contraditadas a maior parte e reconhecidas algumas) anteriormente pelo que nos abstemos de repetir a argumentação apresentada, que, sinceramente, esperamos que seja tida em conta e atendida.

Congratulamo-nos com o reconhecimento pela equipa de avaliação que há um claro predomínio dos pontos fortes sobre os pontos fracos e que estes não afectam a mobilização para o aperfeiçoamento na esmagadora maioria dos casos, como também que a acção é intencional e sistemática em todos os domínios e os procedimentos são estruturais, sendo que a maior parte deles são também estruturantes, garantido a sustentabilidade dos processos, o reconhecimento das oportunidades de desenvolvimento futuro e ainda de que o balanço final é largamente favorável a este agrupamento de escolas.

Quanto às "conjunturas adversas" mencionadas na parte final do relatório consideramos que são apenas meras conjecturas sem qualquer suporte ou aderência à realidade observada, não passando de "riscos" hipotéticos:

- Não vislumbramos porque razão as expectativas possam ser goradas, quais são os riscos hipotéticos que nos ameaçam, quando o próprio relatório reconhece que a comunidade educativa, onde se inserem os alunos e os pais e encarregados de educação, faz uma apreciação muito positiva do agrupamento e manifesta um grau de satisfação elevado. Para além disso, o agrupamento está dotado de sistemas não só de acompanhamento e controlo da acção, como também de intervenção e correcção de problemas, que são uma garantia da sua detecção e superação.
- Quanto à possibilidade de saída de alunos para o ensino privado não é uma 'ameaça' que nos preocupe, embora estejamos atentos a essa possibilidade teórica, porque há décadas que se regista o movimento oposto, ou seja, a escola não tem capacidade de satisfazer a elevada procura por parte da comunidade envolvente, incluindo os estabelecimentos "do ensino privado que prolifera na zona onde o agrupamento se localiza".
- No que respeita às "rotinas" e "inércias de questionamento" são aspectos que já foram indicados anteriormente e portanto já foram objecto de contraditório que nos abstemos de repetir.

Tendo em conta toda a contra argumentação anteriormente expendida concordamos com a classificação atribuída aos domínios 1, 2 e 5, embora neste último com algumas reservas, mas não estamos de acordo com a classificação atribuída aos domínios 3 e 4. Nestes domínios

consideramos que a classificação de Muito Bom seria mais justa, adequada e consentânea com a realidade.

Consideramos ainda que a difícil e complexa tarefa de avaliação global de um agrupamento de escolas não se compadece com o curto período de tempo que lhe foi destinado. Pese embora as competências, esforço e empenho das equipas avaliadoras é grande a probabilidade e o risco de a avaliação não traduzir correcta e adequadamente a realidade observada.

Porto, 05 de Julho de 2007.

O CONSELHO EXECUTIVO

(JOSÉ C. R. PINHAL)

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO CURRICULAR DO AGRUPAMENTO 2015/2016

(Aprovado em Conselho Pedagógico em 07/09/2015)

1- INTRODUÇÃO

O presente documento procura operacionalizar o Projeto Educativo e fundamenta-se nas orientações gerais do currículo nacional, adequando-as ao contexto deste agrupamento de escolas.

2- PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Numa comunidade educativa que apresenta como marca identitária a consecução de expectativas académicas elevadas, dado que a maioria dos alunos aponta para um percurso predominantemente orientado para o prosseguimento de estudos, este documento visa:

a) cumprir, com rigor científico, o currículo nacional do ensino básico e do ensino secundário, visando a consecução do perfil do aluno decorrente do Projeto Educativo – *responsável, esforçado, disciplinado, trabalhador, autónomo e participativo*;

b) valorizar '*o saber e o saber fazer*', proporcionando aos jovens uma aprendizagem de qualidade adequada ao mundo atual;

c) assegurar a transversalidade da educação para a cidadania, da utilização da língua portuguesa e do pensamento matemático;

d) garantir a coerência e sequencialidade entre os ciclos do ensino básico e articulação destes com o ensino secundário;

e) utilizar uma pedagogia diferenciada de acordo com o ciclo/nível, tipo de ensino e perfil dos alunos;

f) promover uma cultura de avaliação formativa das atividades pedagógicas, nomeadamente dos resultados escolares dos alunos.

3- OFERTA CURRICULAR – PLANOS CURRICULARES

3.1. MATRIZ CURRICULAR DO 1.º CICLO

ÁREAS DISCIPLINARES	1º ANO (horas)	2º ANO (horas)	3º ANO (horas)	4º ANO (horas)
Português	8	8	8	8
Matemática	8	8	8	8
Estudo do Meio	3	3	3	3
Expressões Artísticas e Físico Motoras	3	3	3	3
Apoio ao Estudo	2	2	2	2
Oferta Complementar	1	1	1	1
EMR (com carga fixa)	1	1	1	1

3.2. MATRIZ CURRICULAR DO 2.º CICLO

	5º ANO (tempos 50')	6º ANO (tempos 50')
LINGUAS E ESTUDOS SOCIAIS		
Português	5	5
Inglês	3	3
História e Geografia de Portugal	3	2
MATEMÁTICA E CIÊNCIAS		
Matemática	5	5
Ciências Naturais	2	3
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E TECNOLÓGICA		
Educação Visual	2	2
Educação Tecnológica	2	2
Educação Musical	2	2
Educação Física	3	3
Oferta Complementar	1	1
EMR (com carga fixa)	45'	45'

3.3. MATRIZ CURRICULAR DO 3.º CICLO

	7º ANO (tempos 50')	8º ANO (tempos 50')	9º ANO (tempos 50')
LINGUAS E ESTUDOS SOCIAIS			
Português	4	4	4
Inglês	3	2	3
Francês / Espanhol	3	3	2
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS			
História	2	2	3
Geografia	3	2	2
MATEMÁTICA E CIÊNCIAS FIS E NAT			
Matemática	4	5	4
Ciências Naturais	3	3	3
Físico-Química	3	3	3
EXPRESSÕES E TECNOLOGIAS			
Educação Visual	2	2	2
Educação Tecnológica /TIC	2	2	
Educação Física	2	2	3
Oferta Complementar	1	1	1
EMR (com carga fixa)	45'	45'	45'

3.4. MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO

O Agrupamento oferece as disciplinas anuais de opção para o 12º ano previstas no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, de acordo com uma gestão equilibrada dos recursos humanos.

CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS	10º ANO (tempos 50')	11º ANO (tempos 50')	12º ANO (tempos 50')
FORMAÇÃO GERAL			
Português	4	4	5
Língua Estrangeira	3	3	
Filosofia	3	3	
Educação Física	3	3	3
FORMAÇÃO ESPECÍFICA			
Matemática A (trienal)	5	6	6
Biologia e Geologia (bienal)	7	7	
Física e Química A (bienal)	6,5	7	
DISCIPLINAS ANUAIS			
Opção 1 *(d)*			4
Opção 2			3
EMR (com carga fixa)	90'	90'	90'

CIÊNCIAS SÓCIO-ECONÓMICAS	10º ANO (tempos 50')	11º ANO (tempos 50')	12º ANO (tempos 50')
FORMAÇÃO GERAL			
Português	4	4	5
Língua Estrangeira	3	3	
Filosofia	3	3	
Educação Física	3	3	3
FORMAÇÃO ESPECÍFICA			
Matemática A (trienal)	5	6	6
Economia A (bienal)	6	6	
Geografia A (bienal)	6	6	
DISCIPLINAS ANUAIS			
Opção 1 *(d)*			4
Opção 2			3
EMR (com carga fixa)	90'	90'	90'

LÍNGUAS E HUMANIDADES	10º ANO (tempos 50')	11º ANO (tempos 50')	12º ANO (tempos 50')
FORMAÇÃO GERAL			
Português	4	4	5
Língua Estrangeira	3	3	
Filosofia	3	3	
Educação Física	3	3	3
FORMAÇÃO ESPECÍFICA			
História A (trienal)	5	6	6
Geografia A (bienal)	6	6	
Literatura Portuguesa (bienal)	6	6	
DISCIPLINAS ANUAIS			
Opção 1 *(d)*			4
Opção 2			3
EMR (com carga fixa)	90'	90'	90'

ARTES VISUAIS	11º ANO (tempos 50')	12º ANO (tempos 50')
FORMAÇÃO GERAL		
Português	4	5
Língua Estrangeira	3	
Filosofia	3	
Educação Física	3	3
FORMAÇÃO ESPECÍFICA		
Desenho A (trienal)	6	6
Geometria Descritiva A (bienal)	6	
H. Cultura Artes (bienal)	6	
DISCIPLINAS ANUAIS		
Opção 1 *(d)*		4
Opção 2		3
EMR (com carga fixa)	90'	90'

Nota: um dos tempos da Opção 1 é de 45 minutos.

4– POPULAÇÃO ESCOLAR

4.1. NÚMERO DE TURMAS E DE ALUNOS

1º CICLO	Nº alunos
1º A	26
1º B	26
2º A	26
2º B	26
3º A	25
3º B	25
3º C	24
3º D	25
4º A	26
4º B	26
4º C	26
4º D	26

2º CICLO	Nº alunos	OBS.
5º A	28	
5º B	30	
5º C	30	
5º D	28	
5º E	29	
5º F	28	
6º A	28	Ens. Articulado
6º B	29	
6º C	28	
6º D	28	
6º E	29	
6º F	29	
6º G	28	

3º CICLO	Nº alunos	Disciplinas de Opção	OBS.
7º A	30	Francês e Of. Artes	Ens. Articulado
7º B	27	Francês e Of. Artes	
7º C	28	Francês e Of. Artes	
7º D	28	Francês e Ed. Tecnológ.	
7º E	28	Francês e Ed. Tecnológ.	
7º F	29	Francês e Ed. Tecnológ.	
7º G	28	Espanhol e Ed. Tecnológ.	
8º A	24	Francês e Of. Artes	
8º B	23	Francês e Of. Artes	
8º C	28	Francês e Of. Artes	Ens. Articulado
8º D	24	Espanhol e Ed. Tecnológ.	
8º E	25	Espanhol e Ed. Tecnológ.	
8º F	25	Espanhol e Ed. Tecnológ.	
8º G	26	Espanhol e Ed. Tecnológ.	Ens. Articulado
9º A	27	Francês	
9º B	28	Francês	
9º C	28	Francês	
9º D	23	Espanhol	
9º E	23	Espanhol	
9º F	22	Espanhol	

ENS. SECUNDÁRIO	Nº alunos	Curso	Disciplinas de Opção
10º A	28	CT	Biologia, FisicaQuimica
10º B	28	CT	Biologia, FisicaQuimica
10º C	28	CT	Biologia, Fisica e Quimica
10º D	28	CT	FisicaQuimica e G. Descritiva
10º E	29	CSE	Economia e Geografia
10º F	**30**	LH	Geografia e Lit. Portuguesa
11º A	26	CT	Biologia, Fisica e Quimica
11º B	27	CT	Biologia, Fisica e Quimica
11º C	24	CT	FisicaQuimica e G. Descritiva
11º D	28	CSE	Economia e Geografia
11º E	25	LH	Geografia e Espanhol
11º F	24	LH	Geografia e Lit. Portuguesa
11º G	21	ARTES	G. Descritiva e HistóriaC.Artes
12º A	28	CT	Bilogia e A.I.B
12º B	21	CT	Fisica e A.I.B.
12º C	21	CT	Quimica e A.I.B.
12º D	23	CSE	Economia C e Direito
12º E	24	CSE	Economia C e Direito
12º F	29	LH	Psicologia e Direito
12º G	20	ARTES	Ofic. Artes e Ofic. Multimédia

2015/2016	TURMAS	ALUNOS
1CEB	**12**	307
2CEB	**13**	372
3CEB	**20**	524
ES	**20**	512
EB1 JD	**8**	203
ES CR	**57**	1512
AGRUPAMENTO	**65**	1715

4.2. CORPO DOCENTE

Grupo de Recrutamento	N.º de Docentes
100 – Educação Pré-Escolar	1
110 - Primeiro Ciclo	15
120 - Inglês (1CEB)	1
200 - Portuguêrs e Estudos Sociais/História	2
220 - Português e Inglês	8
230 - Matemática e Ciências Naturais	8
240 - Educação Visual e Tecnológica	4
250 - Educação Musical	2
260 - Educação Física	3
290 - Educação Moral e Religiosa Católica	1
300 - Português	12
320 - Francês	2
330 - Inglês	6
350 - Espanhol	2
400 - História	5
410 - Filosofia	4
420 - Geografia	6
430 - Economia e Contabilidade	3
500 - Matemática	12
510 - Física e Química	10
520 - Biologia e Geologia	8
530 - Educação Tecnológica	3
550 - Informática	3
600 - Artes Visuais	5
620 - Educação Física	7
910 - Educação Especial	4
Total Agrupamento	**137**

5- CALENDÁRIO ESCOLAR

1º PERÍODO - 13 Semanas		
INÍCIO	1CEB: 16/09/15 Restantes Ciclos: 21/09/15	OBS: - Dias 7 a 11/SET: Reuniões Conselho Pedagógico e Estruturas de Orientação Educativa. - Dias 14 a 16/SET: Reuniões Conselho de Turma. - Dia 15SET: Receção aos alunos do 1º ano. - Dia 16SET: Receção aos novos professores. - Dia 17SET: Trabalho individual dos docentes (preparação da actividade lectiva). - Dia 18SET: Receção aos alunos dos 5º e 10º anos. - Atividade "Alunos e Pais na Escola" – 02 e 03 de novembro
FIM	17/12/15	OBS:
AVALIAÇÃO FINAL DE PERÍODO	18, 21 e 22 de dezembro	OBS:
2º PERÍODO - 10 Semanas		
INÍCIO	04/01/16	OBS: - Atividade "Alunos e Pais na Escola" – 11 e 12 de fevereiro - Dia 2MAR: Dia da Escola, Dia do Diploma. Prémios de Mérito 2014/2015.
INTERRUPÇÃO	8 a 10 de fevereiro	OBS: - Carnaval
FIM	18/03/16	OBS:
AVALIAÇÃO FINAL DE PERÍODO	21, 22 e 23 de março	OBS:
3º PERÍODO – 09/10 Semanas		
INÍCIO	04/04/16	OBS:
Provas finais 1-2CEB	24/05/2016 (3ªfeira-manhã) 24/05/2016 (3ªfeira-tarde)	OBS: - PROVA FINAL PORT-2CEB e PLNM-1CEB e 2CEB - PROVA FINAL PORT-1CEB
	26/05/2016 (5ªfeira-manhã) 26/05/2016 (5ªfeira-tarde)	OBS: - PROVA FINAL MAT-2CEB - PROVA FINAL MAT-1CEB
FIM	3 e 09/06/16	OBS: - Os 6º, 9º, 11º e 12º anos terminam a 03 de junho. - Os restantes anos terminam a 09 de junho.
AVALIAÇÃO FINAL DE PERÍODO	A partir de 14 de junho para os 1º, 2º, 3º, 5º, 7º, 8º e 10º anos	OBS: - No dia 9 de junho para o 4ºano. - Nos dias 3, 6 e 7 de junho para os 9º, 11º e 12º anos. - Nos dias 6, 7, 8 e 9 de junho para o 6º ano. Nota: O calendário de avaliação de final de ano está sujeito a alterações.
ACOMPANHAMENTO EXTRAORDINÁRIO	De 20 de junho a 8 de julho	OBS: - Para alunos dos 4º e 6º anos não aprovados e que reúnam as condições para realizar a 2ª fase das provas finais de PORTUGUÊS e MATEMÁTICA. Nota: Esta calendarização está sujeita a alterações.

6- FORMAÇÃO DE TURMAS

O trabalho de constituição de turmas será realizado sob a coordenação do Diretor que designará para esta tarefa grupos de trabalho. Serão tomadas em consideração as orientações legais em vigor, os critérios aprovados pelo Conselho Pedagógico e eventuais recomendações dos Conselhos de Turma, constantes das respetivas atas de reunião do final do ano letivo.

6.1. CRITÉRIOS PARA A FORMAÇÃO DE TURMAS (aprovados pelo Conselho Pedagógico em 17/07/2012, revistos em 07/07/2014 e ratificados em 16/06/2015)

Princípios Gerais:

1) O princípio legal da heterogeneidade será aplicado no primeiro ano de cada ciclo de escolaridade, colocando em cada turma alunos que registem percursos de vida e escolares diversificados (apoios dos SASE ou ausência desse apoio; frequência ou não frequência de jardins de infância;…).

§ Um – Excetua-se o caso dos alunos ao abrigo do protocolo do ensino articulado.

§ Dois – Com o objetivo de garantir uma efetiva heterogeneidade social, os Pais e Encarregados de Educação devem preencher no momento da inscrição a ficha socioeconómica elaborada pela Comissão de Avaliação Interna do Agrupamento.

2) A distribuição dos alunos pelas turmas deverá ser feita de forma a manter o equilíbrio relativamente à idade e sexo, nomeadamente no primeiro ano de cada ciclo de escolaridade.

3) As turmas do 1.º ciclo são constituídas por 26 alunos, não devendo ultrapassar este limite.
Nos restantes anos de escolaridade evitar, sempre que possível, um número excessivo de alunos por turma (em regra, 28 alunos).

§ Um – Em situações excepcionais e por motivos pedagogicamente atendíveis, nomeadamente se a inclusão de mais um aluno impedir a formação de mais uma turma, as turmas poderão ser constituídas por 29 alunos, com exceção das turmas do 1.º ciclo.

4) Ponderar as opções dos alunos de acordo com os objetivos do ciclo de estudos.

5) Observar o princípio da continuidade das turmas, em cada ciclo, mas procurando respeitar as recomendações dos respectivos Professores Titulares de Turma / Conselhos de Turma.

6) Ponderar a transferência de turma dos alunos que apresentem problemas comportamentais.

7) No caso dos alunos retidos deve-se ponderar, no 1º ciclo, a sua transferência ou manutenção na turma de origem e nos 2.º e 3.º ciclos, devem ser distribuídos de forma equitativa pelas várias turmas, tendo em atenção o seu nível etário. No ensino secundário, os alunos devem ser distribuídos uniformemente, de acordo com as possibilidades das turmas/disciplinas do aluno, se estiverem dentro da escolaridade obrigatória.

8) No ensino secundário, se o número de turmas não satisfizer o número de candidatos à frequência das mesmas, pertencendo ou não ao Agrupamento, têm preferência os alunos que se encontram ao abrigo da escolaridade obrigatória.

9) Os alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, que não estejam abrangidos pelo ponto 3, do artigo 20 do Despacho n.º 5048-B/2013, de 12 de abril, devem ser equitativamente distribuídos pelas turmas do ano de escolaridade que frequentam, até ao máximo de dois alunos por turma.

10) No caso de ser necessário retirar alunos de uma turma, solicitar-se-á o parecer do respetivo Professor Titular de Turma **/** Diretor de Turma.

11) O Encarregado de Educação poderá requerer por escrito, pelo prazo de cinco dias úteis e após a afixação das listas das turmas, a transferência de turma do seu educando, fundamentando devidamente a razão desse pedido. Cabe ao Diretor deferir, ou não, o requerimento por razões de ordem pedagógica/administrativa.

12) No decorrer do ano letivo:

11.1) A mudança de turma tem carater excecional e deve estar fundamentada pedagógica ou disciplinarmente.

11.2) A transferência de alunos de outras escolas para turmas do agrupamento deve ser analisada por forma a não perturbar o núcleo turma e o correspondente processo ensino aprendizagem.

11.3) Os diretores de turma devem ser ouvidos nas situações mencionadas em 11.1) e 11.2).

7- CURRÍCULO

7.1. GESTÃO CURRICULAR

A programação das atividades de gestão e articulação curriculares são da responsabilidade das Secções/Grupos Disciplinares que compõem cada um dos Departamentos Curriculares e é gerida a nível dos Conselhos de Turma, tendo em vista essencialmente a melhoria dos conhecimentos dos alunos e, consequentemente, a consolidação das aprendizagens previstas no currículo.

As planificações anuais das diversas disciplinas são elaboradas pelas Secções/Grupos Disciplinares, de acordo com as orientações emanadas pelo Conselho Pedagógico, aprovadas pelos respetivos Departamentos Curriculares e sujeitas à ratificação por aquele órgão.

A planificação e a execução das atividades letivas devem nortear-se por uma cultura de rigor científico e de exigência no cumprimento dos programas de cada disciplina. As planificações estão sujeitas a avaliação no final de cada período de acordo com as diretivas do Conselho Pedagógico, devendo sempre que necessário ser reajustadas com o objetivo de garantir o cumprimento dos planos curriculares, não pondo em causa as aprendizagens dos alunos. Após a ratificação pelo Conselho Pedagógico as planificações ficam arquivadas em pasta própria, na sala de reuniões 1.

7.2. METAS CURRICULARES

As metas curriculares de uma dada disciplina são o referencial primordial da avaliação dos alunos a partir do ano escolar em que se tornem obrigatórias, nomeadamente as seguintes: Português (1, 2 e 3CEB e ES-10.º ano), Matemática (1, 2 e 3CEB), TIC (7.º e 8.ºs anos), Educação Visual (2 e 3CEB), Educação Tecnológica (2CEB), Ciências Naturais (2 e 3CEB), Físico-Química (3CEB), Inglês (1CEB-3.º ANO; 2 e 3CEB), História e Geografia de Portugal (2CEB), História (3CEB), Geografia (3CEB), Matemática A (ES-10.º ano), Física e Química A (ES-10.º ano).

As metas curriculares já homologadas e cuja implementação ainda não é obrigatória constituem orientações fortemente recomendadas para a atividade docente, podendo ser utilizadas como instrumento de apoio das planificações disciplinares.

7.3. OFERTA COMPLEMENTAR

O Agrupamento oferece a todas as turmas dos 2º e 3º CEB uma componente curricular complementar denominada "Oferta Complementar", que faz parte integrante do horário da turma. A "Oferta Complementar" tem um tempo letivo semanal de cinquenta minutos e é lecionada pelo diretor de turma. As atividades a desenvolver na "Oferta Complementar" obedecem a um programa e a critérios gerais de avaliação aprovados em Conselho Pedagógico, respetivamente em 16OUT2012 e 3MAR2015.

No 1º CEB, a Oferta Complementar faz parte das componentes do currículo com um tempo letivo semanal de 60 minutos e os conteúdos a lecionar obedecem a um programa e a critérios gerais de avaliação aprovados em Conselho Pedagógico, respetivamente em 3DEZ2013 e 3MAR2015.

7.4. EQUIPAS PEDAGÓGICAS

7.4.1. 2º e 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

A Escola sede implementa nos 5º, 6º, 7º, 8º e 9º anos de escolaridade reuniões semanais de 50 minutos entre os professores das turmas que constituem o mesmo bloco, de modo a realizar a coordenação pedagógica e a articulação curricular das respetivas turmas, privilegiando a gestão do Plano de Atividades da Turma e a coordenação curricular entre os professores da mesma disciplina/ano. Procura-se, desta forma, privilegiar o trabalho em equipa e tirar partido das sinergias resultantes da conjugação de esforços, tendo em conta que parte significativa dos objetivos a atingir e das tarefas a desenvolver são comuns ao Plano de Atividades da Turma.

As reuniões das equipas pedagógicas estão sujeitas a regras de funcionamento definidas pelo Diretor de Agrupamento, após auscultação do Conselho Pedagógico.

7.4.2. ARTICULAÇÃO ENTRE CICLOS

O Diretor do Agrupamento designa equipas de professores para articulação entre ciclos e níveis de ensino, nas seguintes disciplinas: Português (1º e 2º CEB), Matemática (1º e 2º CEB), Português (2º e 3º CEB), Matemática (2º e 3º CEB), Português (3º CEB e Ensino Secundário) e Matemática (3º CEB e Ensino Secundário). O trabalho das equipas faz parte de um horário de reuniões contempladas na componente não letiva dos professores das mesmas e visa realizar a coordenação pedagógica e a articulação curricular, de modo a garantir a sequencialidade entre ciclos/níveis. O funcionamento da equipa está sujeita a regras definidas pelo Diretor de Agrupamento, após auscultação do Conselho Pedagógico.

8- PLANO DE ATIVIDADES DA TURMA

O Plano de Atividades da Turma deve subordinar-se aos objetivos do Projeto Educativo do Agrupamento, adequando-se à especificidade de cada turma, sendo da responsabilidade do Professor Titular de Turma no 1.º CEB e do Conselho de Turma nos casos dos 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário. O Plano de Atividades da Turma é materializado nas atas das reuniões e deverá contemplar:

1. o diagnóstico das dificuldades dos alunos e estabelecimento de estratégias de superação e de desenvolvimento, através do registo nas atas de reunião de preparação do ano letivo, atas de reunião de equipas pedagógicas do ensino básico e nas reuniões de avaliação de final do período (ponto 2 da ordem de trabalhos);
2. a definição das atividades prioritárias a desenvolver em cada disciplina, através do registo nas atas de reunião dos conselhos de turma, atas de reunião de equipas pedagógicas do ensino básico e na planificação curricular;
3. a planificação das atividades a desenvolver pela turma, incluindo as visitas de estudo, através do registo nas atas de reunião de preparação do ano letivo/outras reuniões;
4. a avaliação em termos gerais e em particular dos resultados obtidos e das estratégias aplicadas, através do registo nas atas das reuniões de avaliação de final do período (pontos 2 e 4 da ordem de trabalhos);
5. outros (projetos interdisciplinares e de articulação curricular) através do registo nas atas das reuniões de avaliação de final do período (pontos 2 e 4 da ordem de trabalhos).

Os conteúdos e as capacidades previstas no currículo são implementados de acordo com as estratégias de concretização e desenvolvimento descritos nas planificações disciplinares ratificadas pelo Conselho Pedagógico. Os eventuais incumprimentos e necessidades de reformulação serão analisados de acordo com as diretrizes do Conselho Pedagógico. A avaliação do Plano de Atividades da Turma é feita nas reuniões de Equipa Pedagógica e/ou nas reuniões periódicas de Conselho de Turma de avaliação dos alunos e deve ter em conta a evolução turma.

9- ATIVIDADES/RECURSOS DE APOIO ÀS APRENDIZAGENS

O Agrupamento, dentro dos recursos humanos disponíveis, organiza atividades de superação de dificuldades dos alunos e disponibiliza instalações para complemento de apoio educativo.

9.1. PLANO DE ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO INDIVIDUALIZADO, PLANO DE ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO PARA A TURMA

Os planos são elaborados de acordo com os procedimentos descritos no Regulamento das Reuniões para Avaliação dos Alunos e avaliados e monitorizados pelos respetivos conselhos de turma. No final do ano letivo, o Conselho Pedagógico elabora um relatório de avaliação dos planos desenvolvidos.

9.2. APOIO PEDAGÓGICO ACRESCIDO/APOIO SÓCIO EDUCATIVO

O apoio letivo suplementar, individualizado ou em pequenos grupos em determinadas disciplinas, tem como principal prioridade apoiar o aluno na aprendizagem de conteúdos programáticos, pelo que a proposta para apoio educativo está sujeita a uma definição clara destas lacunas de aprendizagem.

O funcionamento do Apoio Pedagógico Acrescido é realizado de acordo com o Regulamento das Atividades de Apoio Pedagógico Acrescido. O Conselho de Turma (ou o PTT) deverá sempre pronunciar-se sobre a necessidade de manutenção deste apoio.

A mobilização dos recursos educativos para desencadear as respostas adequadas às necessidades dos alunos está a cargo de uma equipa pedagógica de professores designados pelo Diretor do Agrupamento. O Conselho Pedagógico, nos termos da lei, apoia e acompanha o trabalho dessa equipa.
No 1.º CEB, o apoio socioeducativo é lecionado no Apoio ao Estudo, através da criação de grupos de alunos com diferentes níveis de dificuldades de aprendizagem.

9.3. ALUNOS ENQUADRADOS NO DECRETO-LEI N.º 3/2008 DE 7 DE JANEIRO

As condições em que se processa o ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais estão regulamentadas no Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro. O programa educativo individual e o relatório circunstanciado de avaliação final são aprovados em Conselho Pedagógico. O Conselho Pedagógico define orientações para a elaboração das medidas educativas constantes do programa educativo individual.
O currículo específico individual (CEI) dos alunos que frequentam o ensino básico, ao abrigo do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º3/2008, pode incluir as seguintes áreas/disciplinas: Português Funcional, Matemática Funcional, Tecnologias de Informação e Comunicação, Meio Físico e Social, Educação para a Saúde, Atividades da Vida Diária, Expressões, Música, Desporto Adaptado e Jardinagem. Estes currículos são desenhados em função das caraterísticas e necessidades individuais e flexíveis, quer nas áreas a frequentar, quer na definição dos conteúdos, como na distribuição da respetiva carga horária.
O currículo específico individual (CEI) dos alunos que frequentam o ensino secundário, em processo de transição para a vida pós-escolar, integra as seguintes componentes: Comunicação, Matemática para a Vida, Desenvolvimento Pessoal, Social, Laboral, Desporto e Saúde, Organização do Mundo Laboral e Cidadania, de acordo com o disposto na Portaria n.º 275/A-2012, de 11 de setembro.
Os pedidos de referenciação e de observação pelo SPO devem ser efetuados até ao final do primeiro período. O atendimento de pedidos posteriores fica condicionado pela capacidade de resposta dos recursos humanos do Agrupamento.

9.4. TUTORIAS

Apoios a alunos com especiais necessidades em termos de orientação pedagógica e/ou com graves problemas de integração na comunidade ou outros, com base em proposta do Conselho de Turma. A tutoria aos alunos é assegurada por um professor, designado pelo Diretor do Agrupamento e que exerce as competências definidas em Regulamento Interno.

9.5. GABINETE PEDAGÓGICO-DISCIPLINAR (Escola Sede)

Este gabinete é um espaço complementar de apoio educativo destinado essencialmente a prevenir atos de indisciplina em ambiente escolar. Sempre que um aluno receba ordem de saída da sala de aula, por motivos disciplinares, deve ser encaminhado para o Gabinete Pedagógico-Disciplinar onde é recebido por um professor destacado para o efeito que supervisiona a realização da tarefa proposta pelo professor que lhe deu a ordem de saída.
O Diretor do Agrupamento define, um documento próprio, recomendações aos Diretores de Turma sobre regras a ter em consideração no âmbito do controlo disciplinar dos alunos.

9.6. ESPAÇOS DE APOIO AOS ALUNOS

O Agrupamento oferece como espaços complementares de apoio educativo:

- na escola sede, a sala de estudo, a sala de apoio ao estudo para os alunos dos 1.º e 2.º CEB, a sala de informática, a biblioteca escolar e o gabinete disciplinar;
- na escola EB1 João de Deus, a biblioteca escolar, o gabinete de apoio socioeducativo e salas específicas.

9.7. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

As atividades de enriquecimento curricular têm como entidade promotora a Junta de Freguesia de Ramalde, através de protocolo de colaboração celebrado com o agrupamento.

A Junta de Freguesia de Ramalde é responsável pela colocação dos professores necessários ao desenvolvimento das atividades e dotação dos estabelecimentos de ensino/alunos dos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades. O Agrupamento Clara de Resende, além de disponibilizar os espaços escolares, assegura o acompanhamento, coordenação e supervisão pedagógica das atividades, nos termos previstos no regulamento interno. Os alunos dos 1º e 2º anos têm as seguintes atividades: Atividade Físico e Desportiva (2 horas), Atividades Lúdico-Expressivas (1 hora) e Ensino da Música (2 horas). Os alunos do 3º ano têm as seguintes atividades: Atividade Físico e Desportiva (2 horas) e Ensino da Música (2 horas). Os alunos do 4º ano têm as seguintes atividades: Atividade Físico e Desportiva (2 horas), Ensino da Música (2 horas) e Inglês (1 hora). A elaboração do horário das atividades de enriquecimento curricular contempla a possibilidade de a Junta de Freguesia de Ramalde oferecer a CAF (componente de apoio à família).

10- CONTRIBUTOS PARA O PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

As visitas de estudo e as atividades de enriquecimento curricular, entre outras, constituem um elemento importante do Plano Anual Atividades. Na primeira reunião do ano letivo, o Conselho Pedagógico aprecia as orientações específicas, emanadas pelo Diretor de Agrupamento, para a elaboração do Plano Anual de Atividades, no respeitante aos Conselhos de Turma e Departamentos Curriculares. Relativamente às visitas de estudo serão respeitadas as orientações estabelecidas no Regulamento das Visitas de Estudo.

As atividades realizadas no âmbito do Plano Anual de Atividades são avaliadas, em documento aprovado pelo Conselho Pedagógico, pelos órgãos proponentes.

11- AVALIAÇÃO

11.1. CRITÉRIOS GERAIS E ESPECÍFICOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação das aprendizagens dos alunos do Ensino Básico e dos alunos do Ensino Secundário constam dos normativos legais.

É da competência do Conselho Pedagógico definir e aprovar os critérios gerais de avaliação (aprovados em 16/10/2012 e alterados em 12/03/2013 e 17/07/2015). Os critérios específicos de cada disciplina obedecem a recomendações do Conselho Pedagógico e são ratificados pelo Conselho Pedagógico sob proposta dos grupos de docência. Os critérios gerais e específicos de avaliação constituem referenciais comuns no interior do Agrupamento, sendo operacionalizados pelos professores e pelo Conselho de Turma/Professores Titulares de turma.

Após aprovação em Conselho Pedagógico, os critérios gerais e específicos de avaliação são arquivados em pasta própria na direção do agrupamento e colocados na página da internet da escola (http://www.clararesende.pt/) para consulta dos vários intervenientes.

11.2. CRITÉRIOS DE RETENÇÃO/ PROGRESSÃO (aprovados em 16/10/2012)

A progressão dos alunos que se encontram nos 4º, 6º, 9º, 10º, 11º e 12º anos constam dos normativos legais. Os alunos do 1º CEB inscritos na modalidade ensino doméstico progridem ao abrigo do disposto no Regulamento das Provas do Ensino Doméstico do 1º CEB, aprovado em Conselho Pedagógico.

É da competência do Conselho Pedagógico definir e aprovar os critérios de retenção/progressão para os alunos dos 2º, 3º, 5º, 7º e 8º anos. Os critérios de retenção/progressão constituem referenciais comuns no interior do Agrupamento, sendo operacionalizados pelo Conselho de Turma/Professores Titulares de Turma.

Após aprovação em Conselho Pedagógico, os critérios de retenção/progressão são arquivados em pasta própria na direção do agrupamento e colocados na página da internet da escola (http://www.clararesende.pt/) para consulta dos vários intervenientes.

11.3. REGULAMENTO DOS CONSELHOS DE TURMA PARA AVALIAÇÃO (versão revista em fevereiro'2015)

Para uma melhor harmonização dos diversos procedimentos a ter nas reuniões dos Conselhos de Turma para avaliação dos alunos, nomeadamente na operacionalização dos critérios de avaliação e de progressão, o Diretor do Agrupamento, após auscultação do Conselho Pedagógico, define em regulamento próprio as regras específicas de funcionamento dessas reuniões.

11.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O Conselho Pedagógico aprecia os resultados escolares dos alunos em cada período e nas provas de avaliação externa, elaborando para isso recomendações para os Departamentos Curriculares. A apreciação dos resultados em cada período obedece aos seguintes procedimentos:

a) o tratamento dos resultados escolares do 1º ciclo é da responsabilidade do subdiretor e do coordenador de departamento 1º ciclo;

b) o Conselho Pedagógico efetua, em articulação com a Comissão de Avaliação Interna, o tratamento estatístico dos resultados escolares dos alunos do 2º ciclo, 3º Ciclo e Ensino Secundário;

c) após análise dos resultados, o Conselho Pedagógico faz recomendações aos Departamentos Curriculares, Coordenadores dos Diretores de Turma e dos Professores Titulares de Turma, sobre os parâmetros que devem ser fundamentados;

d) os Departamentos Curriculares, Coordenadores dos Diretores de Turma e dos Professores Titulares de Turma elaboram um relatório sucinto sobre a análise efetuada;

e) o Conselho Pedagógico analisa esses relatórios e emite recomendações.

A apreciação dos resultados em provas de avaliação externa é feita pelo Conselho Pedagógico e pela Comissão de Avaliação Interna. A apreciação do Conselho Pedagógico, que será devolvida aos Departamentos Curriculares, tem em conta, entre outros, os seguintes aspetos: histórico dos resultados dos alunos em anos anteriores e recomendações dos relatórios das entidades de avaliação que elaboram as provas de avaliação externa.

Os documentos com tratamento estatístico para análise dos resultados da avaliação interna e externa são disponibilizados à comunidade escolar na página da internet do Agrupamento.

12- ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS

No respeito pelas orientações legais, é estabelecido um plano de acompanhamento dos alunos dos ensinos básico e secundário, durante o seu horário letivo, na situação de ausência imprevista do professor titular de turma/disciplina.

Deve-se promover, em primeiro lugar, permutas entre os professores da turma para suprir a ausência do professor titular da turma, podendo ser posteriormente consideradas permutas entre outros professores. Os professores devem colocar em *dossier* de turma uma tarefa adequada a ser aplicada quando faltarem por motivos imprevistos, cabendo a verificação do cumprimento deste quesito ao Diretor de Turma.

O Diretor do Agrupamento define as regras para acompanhamento dos alunos nas situações de ausência imprevista do professor, dando prioridade às turmas do ensino básico em detrimento das turmas do ensino secundário.

13- PLANO GERAL DE REUNIÕES - 2015 / 2016

Horas		2.ª feira	3.ª feira	4.ª feira	5.ª feira	6.ª feira
1.º T	08.10 - 09.00		Reunião Conselho Pedagógico			
2.º T	09.10 - 10.00					
3.º T	10.15 - 11.05					
4.º T	11.15 – 12.05		REP 7	REP 5	REP 8	
5.º T	12.15 – 13.05					
6.º T	13.20 - 14.10					
7.º T	14.20- 15.10		REP 6			
8.º T	15.25 – 16.15					
9.º T	16.25 – 17.15		REP 9			
10.º T	17.25 – 18.15			Reunião Dep. 1CEB (17:00)		
	18.30	Reunião CDT-EB Reunião CDT-ES	Reunião Dep. CESH Reunião Dep. CMN	Reunião Dep. ET	Reunião Dep. L	

14- ASPETOS ORGANIZACIONAIS/FUNCIONAIS DO AGRUPAMENTO

14.1. FUNCIONAMENTO DO AGRUPAMENTO

O funcionamento do Agrupamento de Escolas de Clara de Resende possui regulamento próprio, da competência do Diretor do Agrupamento, dado a conhecer à comunidade educativa no início de cada ano letivo e que contém, entre outros que o Diretor entenda relevantes, os seguintes elementos:

a) informações sobre os representantes dos vários elementos dos órgãos de administração e gestão e de estruturas de orientação educativa;

b) horário de funcionamento dos serviços do agrupamento assim como o de salas específicas e respetivas regras;

c) regras para as atividades de acompanhamento dos alunos;

d) regras relativas a falta de professores;

e) critérios de distribuição de serviço docente, após audição do Conselho Pedagógico.

14.2. REGULAMENTO DE INSTALAÇÕES

O horário e as regras de funcionamento das Instalações Comuns do Agrupamento constam de regulamento próprio, da competência do Diretor do Agrupamento.

O horário e as regras de funcionamento das Instalações Específicas do Agrupamento constam igualmente de regulamento próprio, da competência do respetivo Departamento Curricular, sob proposta dos Diretores de Instalações.

O Regulamento de Instalações (comuns e específicas) é dado a conhecer à comunidade educativa no início de cada ano letivo.

15- AVALIAÇÃO DO DOCUMENTO "ORGANIZAÇÃO E GESTÃO CURRICULAR DO AGRUPAMENTO"

A avaliação deste documento é feita em Conselho Pedagógico no início de cada ano letivo nos moldes a definir por este.

PROJECTO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO DE CLARADE RESENDE

(Aprovado pelo Conselho Geral em 20/07/2010)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO
1. FINALIDADES
2. PONTOS FORTES E FRACOS
3. PLANO DE MELHORIA DO AGRUPAMENTO
4. AVALIAÇÃO DO PROJECTO
5.DIVULGAÇÃO DO PROJECTO

INTRODUÇÃO

O Projecto Educativo do Agrupamento Vertical Clara de Resende (designado Escola) pretende constituir-se como um elemento estruturante da mobilização da comunidade educativa em torno de prioridades e metas pedagógicas, claramente definidas, a operacionalizar e a avaliar, susceptíveis de introduzir melhorias significativas

O Agrupamento é constituído pela Escola EB1 João de Deus (16 turmas) * e pela Escola Secundária com 2º/3º ciclos Clara de Resende (39 turmas) *. A oferta curricular no Ensino Secundário abrange os Cursos de Ciências Sociais e Humanas, Ciências Socio-económicas e Ciências e Tecnologias, o Curso Profissional de Animação Social e o Ensino Recorrente Nocturno.

Esta composição pressupõe um percurso escolar predominantemente orientado para prosseguimento de estudos, iniciado, em cada ano lectivo, por perto de 100 alunos. Na transição entre o Ensino Básico e Ensino Secundário, prevê-se uma maior mobilidade dos alunos dada a oferta de cursos no Ensino Secundário.

Com vista ao desenvolvimento integral dos alunos, o Agrupamento dispõe de recursos e equipas orientados para:

Desporto Escolar

Educação para a Saúde

Actividades de Enriquecimento Curricular

Biblioteca integrada na Rede de Bibliotecas Escolares, na escola sede

Biblioteca na EB1 João de Deus, candidata à integração na Rede de Bibliotecas Escolares

Apoio Educativo (Equipa de Apoio Pedagógico, Núcleo de Apoio Educativo, Serviço de Psicologia e Orientação, ASE)

*2º Ciclo e 3º Ciclo – quatro turmas de cada ano

Secundário – 15 turmas do Secundário Diurno e 4 turmas do Secundário Nocturno /Ensino Recorrente

1. FINALIDADES

UMA “ESCOLA PARA TODOS” NUMA “ESCOLA TODA

Uma “*Escola para Todos”* que garanta:

Um ensino público, não confessional, não doutrinário e pluralista, nos planos filosófico, estético, político, ideológico e religioso;

A heterogeneidade socioeconómica e cultural como mais-valia;

O desenvolvimento individual dos alunos, através do esforço, do trabalho, do empenho, do rigor e da exigência;
A diversificação (curricular, pedagógica e didáctica) como princípio de actuação no processo ensino-aprendizagem;
O respeito pelo outro e a solidariedade como valores fundamentais;
A democraticidade, a participação e a colegialidade como critérios de referência no funcionamento da organização;
A cooperação como traço dominante da cultura de escola;
A criação de igualdade de oportunidades de sucesso escolar como meta *para todos;*
O reforço da autoridade dos professores, assumindo uma cultura de rigor, exigência e esforço, quer na preparação das aulas, quer na avaliação das aprendizagens.

Uma "Escola Toda" que:
Integre alunos do 1º ao 12º ano;
Propicie um percurso escolar integralmente realizado na mesma escola;
Articule verticalmente as aprendizagens;
Proporcione aos alunos com necessidades educativas especiais um percurso educativo adequado;
Dê apoio e acompanhamento pedagógico continuado.

2. PONTOS FORTES E FRACOS

A reformulação do PE foi precedida pelo estudo do relatório da Comissão de Avaliação Interna, bem como de três documentos de propostas, apresentados por elementos da comunidade educativa.

A análise destes documentos permite-nos destacar os seguintes pontos fortes:
Funcionamento do Conselho de Professores Titulares de Turma (PTT) e dos Conselhos de Turma (CT) centrado no acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos e sua avaliação.
Percepção positiva da qualidade das relações pedagógicas
Qualidade das relações humanas entre alunos, entre alunos e professores, entre alunos e director de turma e entre alunos e funcionários.
Relevo atribuído à comunicação entre Directores de Turma (DT), professores e pais/encarregados de educação.
Reforço da articulação curricular.
Imagem da escola como amigável, exigente, competente e solidária.
Desenvolvimento de práticas regulares de auto-avaliação.

Quantos aos pontos fracos destacam-se:
Continuação da percepção de alguma indisciplina no espaço escolar.
Continuação de insuficiente articulação curricular entre ciclos.
Uma ainda insuficiente articulação curricular vertical.
Lacunas a nível do domínio da língua materna.
Insuficiente consciencialização da necessidade de esforço no trabalho escolar.
Alguma insegurança no recreio e nos jardins do recreio.
O conforto nas salas de aula, de estudo e do aluno, recreio, ginásio, balneário e WC.
Inexistência de recreio coberto na Escola João Deus.
Insuficientes condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

Insuficiência de recursos audiovisuais no espaço aula.
Inexistência de um sistema de informatização operacional e eficaz.
No que diz respeito a questões relacionadas com a actualização dos recursos físicos e sua manutenção devem o Conselho Geral e a Direcção Executiva articular procedimentos anuais para a resolução de alguns dos problemas / pontos fracos enunciados pela comunidade educativa.

3. PLANO DE MELHORIA DO AGRUPAMENTO

Uma escola centrada no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem exige:
O reforço da autoridade dos professores;
O reassumir de uma cultura de rigor exigência e esforço quer na preparação das aulas quer na avaliação das aprendizagens;
O reinstituir de uma cultura de trabalho e esforço dos alunos e de apoio e valorização da escola pelos pais.
Assim definiram-se as seguintes como prioridades para o quadriénio:

PRIORIDADES PARA O QUADRIÉNIO:

DISCIPLINA

Optimizar a disciplina na sala de aula e nos espaços comuns.
Melhorar a atitude cívica no interior da escola.
Aumentar/melhorar a participação da comunidade educativa.

ARTICULAÇÃO CURRICULAR

Melhorar a articulação curricular horizontal e vertical sobretudo entre os diferentes ciclos.
Melhorar a organização da Escola a nível da articulação curricular.

DOMÍNIO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Optimizar o uso da língua na compreensão e na expressão oral e escrita.
Implicar toda a escola no cumprimento do carácter transversal da Língua Portuguesa.

INFORMATIZAÇÃO DA ESCOLA

Estudo das experiências de informatização noutros agrupamentos com vista a escolher o modelo mais adequado. Formação. (1º Biénio)
Concretização. Formação. (2º Biénio)

As prioridades definidas para o Agrupamento serão desenvolvidas conjuntamente ao longo do quadriénio, acompanhadas por um processo de auto – avaliação que culminará numa avaliação final da consecução do projecto acompanhada de propostas a introduzir no próximo PE.
O Plano de Acção relativo a cada uma das prioridades a desenvolver será monitorizado pela Comissão de Avaliação Interna que, de forma autónoma, fará o seu acompanhamento ,interagindo com a comunidade à qual divulgará relatórios de avaliação.
O Plano Anual de Actividades deve desenvolver outras acções, além das fundamentais aqui enunciadas, para a prossecução dos objectivos do Projecto Educativo, nomeadamente a inclusão da educação sexual.
Neste sentido, o Conselho Geral entende que os moldes de inclusão da educação sexual no Projecto Educativo do Agrupamento deve seguir o previsto na lei. Não obstante, e dado que não estão reunidas as condições legalmente previstas, entende-se que deve prever o incremento de todas as modalidades de informação e recorrer à parceria com o Ministério da Saúde e outras organizações especializadas por facultar a informação e sensibilização previstas.

Quadro 1. PLANOS DE ACÇÃO – PRIORIDADE DISCIPLINA

OBJECTIVOS	ACÇÕES	AVALIAÇÃO	
		Critérios de Análise/Indicadores	Metas* (níveis / ano)
Sensibilização e dinamização da comunidade para a necessidade de desenvolver / aprofundar um clima de serenidade e disciplina Prevenção dos problemas disciplinares através do acompanhamento dos possíveis casos problemas, quer a nível individual, quer de turma De acordo com a legislação em vigor, o Regulamento Interno da Escola e a documentação produzida nos respectivos órgãos fazer cumprir as regras de funcionamento na sala de aula e na utilização dos espaços comuns. Co-responsabilizar os Pais/EE pelos comportamentos dos seus educandos	Manter o funcionamento regular de uma Equipa disciplinar com representantes de todos os ciclos de escolaridade e um funcionário de cada uma das escolas. A Equipa Disciplinar: Elabora um Plano de Acção Anual. Estabelecer regras claras de articulação com os DT(s) e PT T(S). Coordena a acção do Gabinete Disciplinar. Acompanha situações diagnosticadas que possam propiciar indisciplina. Promove, acompanha e avalia a disciplina nos corredores e espaços comuns, com base em regras previamente definidas e divulgadas. Apoia o desenvolvimento de um clima de aula propiciador do ensino e da aprendizagem e das normas de civilidade. Promove a co-responsabilização dos Pais / EE no cumprimento das regras conducente ao sucesso escolar. Avalia o grau de execução e reformula o Plano de Acção no final do cada ano.	O número de medidas cautelares O número e gravidade de participações. O número e tipo de sanções O número e tipo e faltas dos alunos O número e tipo de participações de professores, funcionários, alunos e EE Registos de encontros com pais/encarregados de educação.	Diminuir a taxa de ocorrências disciplinares Aumentar a taxa de presença Aumentar a taxa de pontualidade Diminuir a taxa de faltas de material Melhorar a taxa de registo escrito pelo professor quando usa a medida cautelar – ordem de saída da sala de aula. Melhorar a taxa de participação dos pais para tratar de assuntos disciplinares

*A quantificação das taxas a atingir será estabelecida no desenho do Projecto da Equipa Disciplinar.

Quadro 2. PLANO DE ACÇÃO – ARTICULAÇÃO CURRICULAR

OBJECTIVOS	AVALIAÇÃO	
	CRITÉRIOS DE ANÁLISE/INDICADORES	METAS* (CICLOS / ANO)
1.Articular as aprendizagens na transição entre ciclos 2. Melhorar a articulação curricular ao nível vertical dentro de cada ciclo. 3. Promover estratégias de articulação horizontal sempre que pertinentes	1. Sucesso escolar, por disciplina, nos 5º, 7º e 10º anos Critérios gerais e específicos 2. Reuniões de coordenação curricular Planificações de longo e médio prazo Critérios gerais e específicos Elaboração conjunta de instrumentos de avaliação sumativa Sucesso por disciplina 3. Planos de aula/unidades didácticas definidas em conjunto Elaboração de projectos interdisciplinares por turma Sucesso por disciplina	Aumentar a taxa de: transição entre ciclos transição nos cursos gerais e profissionais sucesso por disciplina sucesso obtido pela escola em relação aos resultados nacionais instrumentos de avaliação sumativa comuns por ano de escolaridade Taxa de visitas de estudo e outras actividades de aprendizagem organizadas numa perspectiva interdisciplinar Aumentar a taxa de sucesso no 10º ano Percentagem de alunos que têm aproveitamento positivo a todas as áreas disciplinares/disciplinas no final de cada ciclo

*A quantificação das taxas a atingir será estabelecida pelo Conselho Pedagógico, após tratamento da informação recolhida relativamente ao(s) ano(s) anteriores.

Quadro 3. ARTICULAÇÃO CURRICULAR: CALENDARIZAÇÃO DAS ACÇÕES

DATA	ÓRGÃO	SEQUÊNCIA DE ACÇÕES
Até ao final do 1º ano de vigência deste PE	Departamento/ Secção	Definição de níveis de consecução das competências dos anos não terminais de ciclo em função das competências terminais de ciclo para triénio.
Até ao fim de Julho de cada ano	Conselho Pedagógico	Integrar no Projecto Curricular de Agrupamento a prioridade de articulação curricular e respectivas formas de concretização
	Departamento/Secções	Levantamento das dificuldades de aprendizagem mais relevantes, por ano e por disciplina. Proceder à avaliação e reformulação da articulação vertical e horizontal desenvolvida ao longo do ano. Elaborar um documento que identifique competências e aprendizagens comuns de acordo com o Currículo Nacional do Ensino Básico e os Programas do Ensino Secundário.
Junho - Reunião de Avaliação Final do Ano Lectivo	CT/ PTT (4º Ano)	Elaboração dos Planos de Acompanhamento para os alunos retidos/não aprovados identificando concreta e rigorosamente as aprendizagens e competências não adquiridas de acordo com o Currículo Nacional.
Setembro de cada ano	Departamento/ Secção	Elaboração das planificações anuais e de médio prazo tendo em consideração o(s) documento(s)produzido(s), o Currículo Nacional do Ensino Básico e os Programas do Ensino Secundário.
Outubro de cada ano	CT/PTT	Desenho do Projecto Curricular de Turma em função dos PIA com particular relevo para os Planos de Acompanhamento e PEI(s)
Mensalmente	EP/PTT	Gestão/avaliação/reformulação do Projecto Curricular de Turma. Coordenação horizontal das actividades a desenvolver, centradas nas características específicas das turmas.
Mensalmente	Departamento/ Secção	Gestão/avaliação/reformulação das planificações anuais e de médio prazo. Coordenar a aplicação do currículo nomeadamente através de planos de aula / unidade didáctica e de instrumentos de avaliação.
Mensalmente	Representantes das Secções e do Departamento do 1º Ciclo	Articulação curricular entre os 1ºe 2ºCiclos, 2º e 3º Ciclos e 3º Ciclo e Secundário

Quadro 4. PRIORIDADE – LÍNGUA PORTUGUESA

Optimizar o uso da língua na compreensão e na expressão oral e escrita.

Implicar toda a escola no cumprimento deste objectivo, dada a transversalidade da Língua Portuguesa.

OBJECTIVOS	ACÇÕES	AVALIAÇÃO	
		Critérios de análise/indicadores	Metas* (níveis / ano)
Desenvolver a expressão oral Desenvolver as competências de leitura Desenvolver a expressão escrita	Planificar regularmente, nas aulas de todas as disciplinas, momentos de expressão oral. Planificar regularmente, nas aulas de todas as disciplinas, momentos de leitura silenciosa e em voz alta. Planificar regularmente, nas aulas de todas as disciplinas, momentos de produção de texto escrito. Corrigir sistematicamente, nas aulas de todas as disciplinas, a ortografia e a sintaxe dos textos produzidos. Reflectir na avaliação sumativa, de todas as disciplinas, o domínio da Língua Portuguesa Desenvolver o Plano Nacional de Leitura numa perspectiva interdisciplinar, valorizando os clássicos. Reformular o apoio educativo na Língua Portuguesa criando oficinas de escrita Dar prioridade no Plano Anual de Actividades aos projectos relacionados com o desenvolvimento da Língua Portuguesa/Bibliotecas;	Avaliação transversal do domínio da Língua Portuguesa a constar nos registos individuais dos alunos (Conselhos de Turma de Avaliação de Final do Período) Critérios específicos de avaliação Relatório de avaliação do desenvolvimento do Projecto Nacional de Leitura Relatório dos Apoios Educativos Relatório de avaliação do PAA	Aumentar a taxa de sucesso

*A quantificação das taxas a atingir será estabelecida no final do 1º ano, após tratamento da informação recolhida durante primeiro ano de vigência do Projecto

4. AVALIAÇÃO DO PROJECTO

A – Objecto da avaliação

O desenvolvimento e execução das prioridades definidas no PE

Desempenho da organização

B – Momentos de Avaliação

Avaliação Intermédia – anual sob a forma de um relatório a produzir até ao final de Outubro (reportado ao ano lectivo anterior)

Avaliação Final – quadrienal sob a forma de relatório final

Cabe à equipe da Comissão de Avaliação Interna assegurar todo o processo de elaboração dos referidos relatórios que serão analisados pelos órgãos competentes.

5. DIVULGAÇÃO DO PROJECTO

Envio da versão final do projecto às seguintes entidades: DREN, IGE, CMP, parceiros (Junta de Freguesia de Ramalde, Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, Fundações Engenheiro António de Almeida e Cupertino de Almeida, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, ATL's e Jardins de Infância frequentados pela população escolar desta área e Cerealis);

Colocação do documento final no sítio da escola devidamente destacado e publicitado.

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Escola EB1 João de Deus – CÓD. 242 937
Escola Secundária 2 - 3 de Clara de Resende – CÓD. 346 779

AGRUPAMENTO DE CLARA DE RESENDE

CÓD. *152 870*

REVISÃO DO PROJETO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO 2015/2018

Agrupamento de Escolas de Clara de Resende

Porto

Índice

I. Introdução

II. Missão

III. Visão e Valores

IV. Diagnóstico Estratégico (Análise *Swot*)

V. Plano Estratégico: Objetivos, Ações, Estratégias e Metas

VI. Monitorização e Avaliação do Projeto Educativo

VII. Comunicação e Divulgação do Projeto Educativo

VIII. Adenda : Critérios de Formação de Turmas

Referências bibliográficas:

Alves, J.M. (1998). *Organização, Gestão e Projeto Educativo das Escolas*. Porto: Edições ASA.

Bolívar, A. (2012). *Melhorar os Processos e os Resultados Educativos: O que nos ensina a investigação*. Porto: Fundação Manuel Leão.

Carvalho, A. (Org.). (1994). *Projeto Educativo*. Porto: Edições Afrontamento.

I. Introdução

projeto s.m. (Do latim *projectus*).

1. O que se pretende fazer, intento, plano.

In Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea.

O projeto educativo do Agrupamento de Escolas de Clara de Resende constitui-se como o documento

> "que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas (…), elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa" (Artigo 9º do Decreto-Lei n.º75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho),

sendo também um elemento estruturante da identidade do agrupamento, pois segundo (Carvalho & A/Diogo,1994) " o projeto educativo permite à escola a apropriação de um certo espaço de liberdade, afirmando-se, face à comunidade, como detentora de um projeto que lhe propiciará a identificação e o reconhecimento."

Este projeto educativo (PE) resultou de uma análise de diagnóstico que permitiu conhecer as potencialidades e fragilidades do agrupamento e as oportunidades e ameaças externas (análise SWOT).

Foram ainda tomados como referência na reformulação do presente Projeto Educativo os seguintes documentos:

- projeto educativo anterior;
- relatórios de avaliação externa 2010 e 2013;
- referencial da avaliação externa;
- relatórios de avaliação interna;
- plano de melhoria do agrupamento.

O produto que se apresenta deverá ser também um processo, sujeito a avaliação e aperfeiçoamento constantes pois "uma escola que aprende e trabalha eficientemente adapta-se à mudança e progride de modo contínuo" (Bolívar, 2012).

II. Missão

O agrupamento de Escolas Clara de Resende é uma instituição pública comprometida em prestar à comunidade que serve um serviço educativo de qualidade, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, numa Escola orientada pelo princípio da igualdade de oportunidades de sucesso, por padrões de exigência e responsabilidade. Pretende também valorizar a aprendizagem e o conhecimento, enquanto requisitos para o prosseguimento de estudos e para a integração no mundo do trabalho.

III. Visão e Valores

III.1. Visão

Formar alunos autónomos, responsáveis, solidários, curiosos, interventivos e felizes, tendo por horizonte um aluno capaz de, pelas suas competências, conhecimento e valores, se tornar um cidadão de pleno direito.

Pretende-se que o Agrupamento de Escolas Clara de Resende se assuma como uma instituição:

- aberta, plural e inclusiva, reconhecida pela qualidade e relevância das atividades que desenvolve;
- de excelência, com capacidade para ministrar todos os graus de ensino, do 1º ciclo ao ensino secundário, apostando essencialmente nos cursos científico-humanísticos;
- com uma gestão orientada por objetivos estratégicos, sustentada em sistemas de informação e comunicação eficazes, na transparência de procedimentos e na racionalização e sustentabilidade dos recursos;
  - que diversifica as práticas pedagógicas, com vista à melhoria da qualidade das aprendizagens;
  - que proporciona aos alunos com necessidades educativas especiais um percurso educativo adequado;
  - que promove a partilha de saberes e de experiências, integrando projetos internos, locais, nacionais e/ou internacionais;
  - que cultiva a solidariedade como valor que conduz à realização pessoal;
  - que cria condições para o desenvolvimento profissional do corpo docente e não docente;
  - que promove o envolvimento dos encarregados de educação na vida escolar, levando-os a comprometerem-se com o trabalho quotidiano dos seus educandos.

III.2. Valores

O Agrupamento pretende promover:

- a formação pessoal, social e cívica dos alunos;
- o respeito pelo outro, a solidariedade, a equidade, a justiça, o rigor, o empenho, a responsabilidade e o empreendedorismo como valores fundamentais;
- a democraticidade, a cooperação, a participação e a colegialidade como critérios de referência no funcionamento da organização;
- o desenvolvimento do valor do trabalho, de uma cultura de rigor, da cooperação e da responsabilidade na comunidade escolar conducentes a um ambiente favorável ao ensino e à aprendizagem.

IV. Diagnóstico Estratégico (Análise *SWOT*)

Pontos fortes	Pontos fracos
– Forte incidência nas dimensões académicas do currículo como orientação estratégica do trabalho docente (AEE 2013). – Práticas de monitorização e avaliação dos resultados escolares, com repercussão nas decisões relativas à organização do processo de ensino e aprendizagem e no bom desempenho dos alunos (AEE 2013[1]). – Trabalho cooperativo de professores, com expressão nas equipas pedagógicas, potenciador da adequação da ação pedagógica e curricular (AEE 2013).	– Monitorização das anulações de matrícula/desistências no ensino secundário (AEE 2013). – Envolvimento reduzido dos alunos no processo de auto-avaliação organizacional (AEE 2013). – Aumento pontual do número de participações disciplinares e de procedimentos disciplinares. – Supervisão da prática letiva em casos devidamente identificados, enquanto instrumento para desenvolvimento profissional dos professores. – Taxa significativa de faltas de assiduidade e de

– Reconhecimento da qualidade do Agrupamento pela comunidade educativa. – Liderança do órgão de gestão. – Inexistência de abandono escolar, no ensino básico. – Comunicação entre diretores de turma, professores e pais/encarregados de educação (AEE 2013). – Participação em projetos de cultura de escola em horário extra-escolar. – Bom relacionamento com instituições parceiras do agrupamento. – Envolvimento dos pais e encarregados de educação na atividade "Pais na Escola".	pontualidade. – Apropriação insuficiente do Projeto Educativo, do Regulamento Interno e demais documentos orientadores do agrupamento.

Constrangimentos	Oportunidades
– Aumento significativo do número de alunos do agrupamento. – Desadequação entre o número de alunos por turma e a dimensão das salas de aula. – Alteração do perfil docente do agrupamento o que obriga a um esforço acrescido de transmissão da cultura educativa aos "novos" professores. – Flexibilidade do trabalho docente, nomeadamente da diversificação de tarefas a assumir. – Insuficiência de recursos humanos ao nível de assistentes operacionais. – Aumento do número de alunos inscritos nos serviços de ação social escolar em resultado da alteração da situação socioeconómica do país e das famílias. – Redução dos recursos financeiros do agrupamento.	– Elevada procura do Agrupamento por alunos e famílias (AEE 2013). – Oferta do ensino secundário baseada nos cursos científico-humanísticos. – Imagem positiva e prestigiada das escolas do agrupamento. – Visibilidade social dos projetos do agrupamento. – Taxas de sucesso escolar (avaliação interna e avaliação externa) acima da média nacional. – Reforço da dinamização da Biblioteca como recurso para aprendizagens interdisciplinares e promoção da leitura recreativa.

(1) Relatório de Avaliação Externa das Escolas'2013, da Inspeção Geral de Educação e Ciência.

V. Plano Estratégico: Objetivos, Ações, Estratégias e Metas

Tendo em conta a análise SWOT acima descrita, o anterior projeto educativo, o Relatório de Avaliação Externa da IGEC (janeiro 2013) e o plano de melhoria do agrupamento, definiram-se dois eixos prioritários em torno dos quais se estabelecem as linhas de acção:

- resultados (académicos e sociais);
- prestação do serviço educativo (planeamento e articulação, práticas de ensino e monitorização e avaliação das aprendizagens).

PLANO DE AÇÃO – PRIORIDADE 1.1 ***Resultados Académicos***

OBJETIVOS	AÇÕES	AVALIAÇÃO	
		Critérios de análise/indicadores	Metas
Melhorar os resultados escolares dos alunos que usufruem de planos de acompanhamento pedagógico individual (PAPI). Manter as taxas de sucesso nos 1º, 2º e 3.º ciclos e aumentar em 2% as percentagens de sucesso no ensino secundário.	Análise e reflexão sobre os resultados da avaliação sumativa interna e externa (Departamentos, Conselho Pedagógico e Conselho Geral).	Resultados escolares internos, por período, e dos resultados externos.	Manter a taxa de transição entre ciclos por referência ao histórico do agrupamento. Ensino Básico – manter os resultados da avaliação externa (Português e Matemática) acima da média nacional. Ensino Secundário – reduzir o número de disciplinas em que a diferença entre a média da classificação interna de final (CIF) e a média da classificação de exame (CE) ultrapasse os dois valores.

PLANO DE AÇÃO – PRIORIDADE 1.2 ***Resultados Sociais***

OBJETIVOS	AÇÕES	AVALIAÇÃO	
		Critérios de análise/indicadores	Metas
Melhorar a disciplina ao nível do comportamento, da pontualidade e da assiduidade. Sensibilizar a comunidade para a necessidade de um clima de serenidade e disciplina. Prevenir os problemas disciplinares através do acompanhamento dos possíveis casos-problema, quer a nível individual, quer de turma. Cumprir as regras de funcionamento na sala de aula e nos espaços comuns, de acordo com a legislação em vigor, o Regulamento Interno do Agrupamento e demais. Fazer cumprir escrupulosamente o dever de assiduidade e de pontualidade. Co-responsabilizar os Pais/EE pelos comportamentos dos seus educandos, ao nível do comportamento, assiduidade e pontualidade.	Definição de estratégias de receção e acolhimento dos novos elementos da comunidade educativa (alunos, encarregados de educação, docentes, não docentes). Manutenção do funcionamento de uma equipa disciplinar. Acompanhamento das situações diagnosticadas de indisciplina. Atuação disciplinar, em tempo útil, no sentido de manter um clima de aula propiciador do ensino e da aprendizagem. Co-responsabilização dos Pais/EE no cumprimento das regras de funcionamento na sala de aula, nas actividades de complemento curricular e nos espaços escolares. Cumprimento dos normativos legais relativamente aos deveres de assiduidade e pontualidade, por parte do aluno, do PTT/DT e do Pais/EE.	Número de medidas corretivas e/ou sancionatórias. Número de participações de professores, funcionários, alunos e EE. Número de contactos com pais/encarregados de educação, no âmbito de problemas de comportamento, assiduidade e pontualidade.	Diminuir a taxa de ocorrências disciplinares por referência a: 2012/2013 – 126 incidentes disciplinares envolvendo 12% dos alunos da escola sede; 2013/2014 – 229 incidentes disciplinares envolvendo 18% dos alunos da escola sede; 2014/2015 - 200 incidentes disciplinares envolvendo 15% dos alunos da escola sede. Aumentar a taxa de pontualidade e de assiduidade. Melhorar a colaboração dos Pais/EE na resolução de assuntos disciplinares (comportamento, assiduidade e pontualidade).
Implementar projetos e medidas de intervenção educativa. Otimizar o relacionamento com o parceiro Porto de Futuro (Cerealis).	Participação em projetos diversos. Envolvimento dos alunos do D.L. n.º 3/2008, de 9 janeiro, em projetos.	Número de projetos desenvolvidos e respetivo âmbito. Número de turmas, docentes, alunos e não docentes envolvidos. Número de atividades extracurriculares, de complemento curricular e não curriculares implementadas.	Desenvolver, na comunidade educativa, atitudes conducentes à prática efetiva da cidadania, solidariedade, tolerância, respeito e abertura a opiniões e culturas diferentes. Desenvolver o sentido de pertença nos elementos da comunidade educativa.

PLANO DE AÇÃO – PRIORIDADE 2.1 **Prestação do Serviço Educativo – Planeamento e Articulação, Práticas de Ensino e Monitorização e Avaliações das Aprendizagens**

OBJETIVOS	AÇÕES	AVALIAÇÃO	
		Critérios de análise/indicadores	Metas
Articular as aprendizagens na transição entre ciclos, especialmente nas disciplinas de Português e de Matemática. Melhorar a articulação curricular vertical em cada ciclo de ensino. Promover estratégias de articulação horizontal.	Reuniões de Equipa Pedagógica (REP). Reuniões de articulação vertical e horizontal. Reuniões de coordenação curricular por secção: ▪ deteção de lacunas na aprendizagem e no desenvolvimento de competências; ▪ definição de estratégias de superação de dificuldades diagnosticadas/identificadas; ▪ programação das atividades curriculares em função da planificação disciplinar; ▪ aferição do cumprimento da planificação disciplinar; ▪ aferição de instrumentos de avaliação sumativa (estrutura e critérios de correção e classificação); ▪ aferição dos critérios de avaliação de final de período; ▪ partilha de materiais.	Atas de coordenação curricular, de departamento e de secção disciplinar e do relatório anual de avaliação interna (CAI).	Optimizar o trabalho colaborativo. Rentabilizar o trabalho de coordenação pedagógica, desenvolvido nas reuniões de equipa, numa perpetiva de articulação horizontal. Rentabilizar o trabalho de coordenação curricular, desenvolvido nas reuniões de equipa pedagógica, numa perpetiva de articulação horizontal. Manter os resultados da avaliação externa acima da média nacional.
Promover atividades de carácter multi e interdisciplinar nos Conselhos de Turma.		Relatórios das visitas de estudo e de outras atividades de carácter multi e interdisciplinar. Plano Anual de Atividades do Agrupamento. Relatório de execução do PAA.	Organizar de visitas de estudo e outras atividades de aprendizagem numa perspetiva multi e interdisciplinar.

Optimizar o uso da língua na compreensão e na expressão oral e escrita. Implicar todo o agrupamento no cumprimento do carácter transversal da Língua Portuguesa.	Correção, nos instrumentos de avaliação de todas as disciplinas, da ortografia e da sintaxe dos textos produzidos. Inclusão do domínio da Língua Portuguesa na avaliação sumativa de todas as disciplinas. Promoção de hábitos de leitura nas aulas de Oferta Complementar, implementando o Plano Nacional de Leitura em parceria com a Biblioteca Escolar. Promoção do empréstimo domiciliário de livros em todos os ciclos de ensino. Envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação nos hábitos de leitura dos seus educandos.	Planificação, em todas as disciplinas, de momentos de oralidade (debate, apresentação oral,…). Avaliação transversal do domínio da Língua Portuguesa. Relatório de avaliação do desenvolvimento do Plano Nacional de Leitura. Relatório de avaliação do Plano Anual de Atividades.	Melhorar a expressão oral. Melhorar a expressão escrita. Melhorar a competência de leitura. Aumentar a taxa de empréstimo domiciliário de livros.
Fomentar o espírito científico em todos os ciclos de ensino, nas várias áreas disciplinares.	Realização de atividades de carácter laboratorial e/ou de investigação em todos os ciclos de ensino.	Número de atividades de carácter laboratorial e/ou investigação realizadas em todos os ciclos de ensino.	Desenvolver o espírito científico nas várias áreas disciplinares.
Acompanhar/monitorizar alunos com necessidades educativas especiais e alunos com dificuldades de aprendizagem. Disponibilizar apoios para desenvolvimento de capacidades. Acompanhar/monitorizar alunos com problemas psicossociais. Preparar os alunos para avaliação externa nos anos terminais de ciclo. Disponibilizar sala de estudo.	Constituição de grupos de apoio de nível (nível A – superação de dificuldades; nível B – desenvolvimento de capacidades). Constituição de grupos de trabalho de preparação para avaliação externa. Nomeação de professores tutores. Constituição temporária de grupos de homogeneidade relativa em termos de desempenho escolar. Funcionamento da sala de estudo.	Relatório da Equipa Pedagógica (apoios educativos).	Dinamizar atividades conducentes à inclusão de todos os alunos.

Reforçar a modalidade de avaliação formativa, a par da diagnóstica e sumativa. Reforçar a auto-avaliação como estratégia de regulação e co-responsabilização dos alunos. Dar continuidade à atividade Pais na Escola. Monitorizar as potenciais situações de abandono escolar e de exclusão por faltas. Monitorizar as anulações de matrícula no ensino secundário.	Reforço dos momentos de avaliação formativa. Clarificação dos parâmetros de auto-avaliação. Elaboração de uma ficha de auto-avaliação comum por disciplina e ano de escolaridade. Realização da atividade Pais na Escola. Acompanhamento das potenciais situações de abandono escolar, de exclusão por faltas e de anulação de matrícula no ensino secundário.	Atas das diversas estruturas de orientação educativa. Ficha de auto-avaliação comum por disciplina e ano de escolaridade. Número de casos de abandono escolar, de exclusão por faltas e de anulação de matrícula no ensino secundário. Relatório de execução do PAA (avaliação da atividade Pais na Escola).	Reforçar o número de atividades de avaliação formativa. Desenvolver nos alunos o espírito de auto-avaliação. Diminuir o número de situações de abandono escolar, de exclusão por faltas e de anulação de matrícula.
Desenvolver planos de formação do pessoal docente e não docente.	Diagnóstico das necessidades de formação do pessoal docente e não docente em função das prioridades do Projeto Educativo. Elaboração do plano anual de formação, articulando as ofertas do Centro de Formação e dos parceiros da escola.	Número e âmbito de ações de formação frequentadas por docentes e não docentes.	Proporcionar ao pessoal docente e não docente a formação necessária para um exercício cabal das suas funções.

VI. Monitorização e Avaliação do Projeto Educativo

A implementação do PEA será acompanhada e monitorizada pela Comissão de Avaliação Interna (CAI), pelo Conselho Pedagógico e pela Direção Executiva, que elaborarão relatórios anuais. Estes relatórios serão analisados e discutidos nas diversas estruturas de orientação educativa.

VII. Comunicação e Divulgação do Projeto Educativo

Página da escola e apresentado formalmente nas diversas estruturas de orientação educativa.

Porto, julho de 2015.

A Equipa de Revisão do Projeto Educativo do Agrupamento,

Ana Alves, Isabel Moura Silva, Maria João Sarmento e Paula Guimarães.

CRITÉRIOS PARA A FORMAÇÃO DE TURMAS

(Aprovados pelo Conselho Pedagógico em 17/07/2012, revistos em 07/07/2014 e ratificados em 16/06/2015)

Princípios Gerais:

1) O princípio legal da heterogeneidade será aplicado no primeiro ano de cada ciclo de escolaridade, colocando em cada turma alunos que registem percursos de vida e escolares diversificados (apoios dos SASE ou ausência desse apoio; frequência ou não frequência de jardins de infância;...).

   § Um – Excetua-se o caso dos alunos ao abrigo do protocolo do ensino articulado.

   § Dois – Com o objetivo de garantir uma efetiva heterogeneidade social, os Pais e Encarregados de Educação devem preencher no momento da inscrição a ficha socioeconómica elaborada pela Comissão de Avaliação Interna do Agrupamento.

2) A distribuição dos alunos pelas turmas deverá ser feita de forma a manter o equilíbrio relativamente à idade e sexo, nomeadamente no primeiro ano de cada ciclo de escolaridade.

3) As turmas do 1.º ciclo são constituídas por 26 alunos, não devendo ultrapassar este limite.
   Nos restantes anos de escolaridade evitar, sempre que possível, um número excessivo de alunos por turma (em regra, 28 alunos).
   § Um – Em situações excecionais e por motivos pedagogicamente atendíveis, nomeadamente se a inclusão de mais um aluno impedir a formação de mais uma turma, as turmas poderão ser constituídas por 29 alunos, com exceção das turmas do 1.º ciclo.

4) Ponderar as opções dos alunos de acordo com os objetivos do ciclo de estudos.

5) Observar o princípio da continuidade das turmas, em cada ciclo, mas procurando respeitar as recomendações dos respetivos Professores Titulares de Turma / Conselhos de Turma.

6) Ponderar a transferência de turma dos (s) alunos (s) que apresentem problemas comportamentais.

7) No caso dos alunos retidos deve-se ponderar, no 1º ciclo, a sua transferência ou manutenção na turma de origem e nos 2.º e 3.º ciclos, devem ser distribuídos de forma equitativa pelas várias turmas, tendo em atenção o seu nível etário. No ensino secundário, os alunos devem ser distribuídos uniformemente, de acordo com as possibilidades das turmas/disciplinas do aluno, se estiverem dentro da escolaridade obrigatória.

8) No ensino secundário, se o número de turmas não satisfizer o número de candidatos à frequência das mesmas, pertencendo ou não ao Agrupamento, têm preferência os alunos que se encontram ao abrigo da escolaridade obrigatória.

9) Os alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, que não estejam abrangidos pelo ponto 3, do artigo 20 do Despacho n.º 5048-B/2013, de 12 de abril, devem ser equitativamente distribuídos pelas turmas do ano de escolaridade que frequentam, até ao máximo de dois alunos por turma.

10) No caso de ser necessário retirar alunos de uma turma, solicitar-se-á o parecer do respetivo Professor Titular de Turma / Diretor de Turma.

11) O Encarregado de Educação poderá requerer por escrito, pelo prazo de cinco dias úteis e após a afixação das listas das turmas, a transferência de turma do seu educando, fundamentando devidamente a razão desse pedido. Cabe ao Diretor deferir, ou não, o requerimento por razões de ordem pedagógica/administrativa.

12) No decorrer do ano letivo:

11.1) A mudança de turma tem carater excecional e deve estar fundamentada pedagógica ou disciplinarmente.

11.2) A transferência de alunos de outras escolas para turmas do agrupamento deve ser analisada por forma a não perturbar o núcleo turma e o correspondente processo ensino aprendizagem.

11.3) Os (s) diretor (es) de turma devem ser ouvidos nas situações mencionadas em 11.1) e 11.2).

Porto, 7 de julho de 2014.

A Secretária do Conselho Pedagógico, Paula Guimarães.

Plano de Melhoria

Biénio 2013/2015

Agrupamento de Escolas de Clara de Resende

Porto, 2 de Dezembro 2013

1. INTRODUÇÃO

O presente plano de melhoria constitui-se como instrumento de suporte à programação e à implementação da melhoria no Agrupamento de Escolas Clara de Resende e trata-se de um programa comprometido com a missão desta organização educativa, que é a prestação de um serviço público universal e de qualidade, tendo em vista e sempre em vista, o seu aperfeiçoamento e o bom desempenho da organização e das pessoas, para a melhoria contínua dos serviços que presta e focado na mudança e na resolução de um conjunto específico de problemas previamente diagnosticado.

Considera, sobretudo, o relatório de avaliação externa na sequência da avaliação externa do Agrupamento de Escolas Clara de Resende – Porto, efetuada entre 7 e 9 de Janeiro de 2013, e o último relatório de autoavaliação, não podendo ser tomado como referência forte o Projeto Educativo em vigor, já que este se encontra em fase de revisão.

Este plano de melhoria, contou inicialmente com uma equipa responsável pela sua elaboração – constituída pela Diretora, pelo Subdiretor, pela Presidente do Conselho Geral (membro da comissão de avaliação interna), pela Secretária do Conselho Pedagógico e pela Coordenadora do Departamento de Línguas – que considerou pertinente iniciá-lo, por assinalar os pontos fortes assinalados no relatório elaborado pela IGEC, no sentido de afirmar que a política educativa e o planeamento organizacional do agrupamento, nestes variados aspetos, deve ser mantida no sentido de os consolidar/reforçar. Por outro, delineou as linhas de ação que visam melhorar as áreas sinalizadas pela IGEC como pontos fracos, sendo posteriormente discutido com a comunidade educativa através dos seus representantes, membros do conselho pedagógico e do conselho geral do Agrupamento de Escolas Clara de Resende.

Sendo certo que um plano de melhoria não se esgota na sua conceção e análise dos pontos fortes e pontos fracos da organização mas, como documento de planeamento estratégico, também tem de ter presente os constrangimentos e as oportunidades para a organização, tendo em conta o ambiente interno e externo. Assim, existem constrangimentos e oportunidades para o agrupamento, que devem ser fortemente considerados na próxima revisão do Projeto Educativo, que podem levar num curto prazo a uma reformulação deste plano de melhoria, a saber:

a) No **ambiente interno**, designadamente – o aumento significativo do número de alunos do agrupamento; a nova composição no quadro de professores do agrupamento, em 2013/2014 foram colocados na escola 63 novos professores que correspondem a 63% do total do quadro dos professores do agrupamento, originando uma alteração significativa da composição do corpo docente, o que obriga a um esforço acrescido de transmissão da cultura educativa do agrupamento para os "novos" professores; a insuficiência de recursos humanos ao nível de assistentes auxiliares de ação educativa; a sucessiva diminuição do número total de horas da componente não letiva da escola –

devido à aposentação de professores e uma vez que os "novos" professores têm uma componente letiva de vinte e duas horas – implicando menos horas do agrupamento para apoios educativos, tutorias, acompanhamento de projetos, não se assegurando assim, a continuidade do projeto educativo da escola, o que poderá por em causa algumas práticas vigentes do agrupamento.

b) No **ambiente externo** temos como constrangimentos: novos enquadramentos normativos da tutela que provocam alterações significativas de funcionamento das organizações educativas; possível alteração desta unidade orgânica, implicando um agrupamento com dimensões significativas quanto ao número de alunos e impossibilitando, assim, uma gestão "mais em cima" dos problemas e quiçá, alterando a sua missão presente; manifestação de carências dos alunos devido à presente crise económica, comprovando-se pelos inscritos nos serviços de ação social escolar; diminuição significativa do orçamento das escolas; menos professores mas mantendo-se o mesmo volume de trabalho pedagógico (apoios, tutorias, direção de turma,..) e aumento do número de alunos por turma.

No entanto, o Agrupamento de Escolas Clara de Resende – Porto tem como **oportunidades** perante as suas congéneres, o fato de ser vista no panorama educativo em que se insere, uma organização com qualidade, com expressão evidente disso, entre outros domínios, os bons resultados académicos e sociais que apresenta – nomeadamente, taxas de sucesso escolar significativamente acima da média nacional quer sejam as de avaliação interna ou as de avaliação externa, nomeadamente provas finais do 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico e exames nacionais do ensino secundário, tendo nos exames do ensino secundário, mantido ao longo dos anos, posições de destaque relativamente ao todo nacional e em 2012/2013 no ranking das escolas públicas tem uma posição de muito relevo, em consonância com anos anteriores – logo uma mais-valia que deve ser aproveitada e reforçada para melhorar a sua missão educativa, conforme está nas finalidades do presente projeto educativo uma " escola para todos" numa "escola toda" e nos princípios orientadores do documento de organização e gestão curricular do agrupamento.

Consequentemente, o Projeto Educativo do Agrupamento que se encontra em fase de revisão, terá de ter em consideração o relatório de avaliação externa da IGEC, os relatórios de autoavaliação produzidos e os constrangimentos e oportunidades colocadas ao agrupamento pelo ambiente interno e externo, donde poderá resultar a **necessidade de reformular** este plano de melhoria, tendo em conta a interação decorrente dos processos de avaliação e de revisão da orgânica funcional das diversas estruturas de orientação educativa.

2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA

Do relatório apresentado pela IGEC, destacamos, a avaliação com a menção de Muito Bom nos três domínios avaliados (*Resultados*, *Prestação do Serviço Educativo* e *Liderança e Gestão*), os pontos fortes identificados no desempenho do Agrupamento,

- *As práticas de monitorização e avaliação dos resultados escolares, com repercussão nas decisões relativas à organização do processo de ensino e aprendizagem e no bom desempenho dos alunos.*
- *A valorização das aprendizagens e o reconhecimento do papel educativo do Agrupamento pela comunidade educativa.*
- *O trabalho cooperativo de professores, com expressão nas equipas pedagógicas, potenciador da adequação da ação pedagógica e curricular.*
- *As dinâmicas instituídas para a deteção atempada das dificuldades de alunos e o apoio à sua remediação.*
- *As lideranças mobilizadoras da comunidade educativa no patrocínio de uma visão de escola e na resolução dos problemas existentes, com reflexos na elevada procura do Agrupamento por alunos e famílias.*
- *A gestão criteriosa dos recursos humanos, potenciadora do desenvolvimento pessoal e organizacional.*

E as áreas a melhorar.

- *Identificação mais célere das reais causas do diferencial entre as médias da classificação interna e de exame de Português do 12.º ano, em 2012, em ordem à aplicação de medidas ajustadas.*
- *Monitorização e supervisão da prática letiva em contexto de sala de aula, de modo a potenciar metodologias ativas e experimentais de ensino e aprendizagem, numa lógica de desenvolvimento profissional dos docentes.*
- *Consolidação do processo de auto-avaliação, tornando-o mais abrangente, definindo metas quantificadas e avaliáveis e dotando os referenciais com indicadores de medida, de modo a aprofundar o seu impacto na melhoria da organização e das práticas profissionais.*

Relativamente aos pontos fortes, estes serão objeto de acompanhamento e merecerão do agrupamento o investimento necessário à sua manutenção e aperfeiçoamento.

Relativamente à primeira área a melhorar, não podemos deixar de referir que, já antes da ação da IGEC no Agrupamento, se implementavam estratégias para a resolução deste

problema, e conforme transmitido então à equipa da IGEC na sessão de apresentação e em painel da Direção, os docentes de Português do 12.º ano, em conjunto com o Coordenador do Departamento de Línguas e a Subcoordenadora da Secção, fizeram uma análise de pormenor do todo o processo de ensino e aprendizagem nesta disciplina e delinearam um plano de ação de superação dos resultados. Em nosso entender, os resultados dos exames nacionais de 2013 – média dos resultados da avaliação externa de Português a nível nacional, 9,80; média dos resultados da avaliação interna de Português no Agrupamento, 11,56 – já evidenciam os frutos deste plano de ação, em implementação desde o início do ano letivo 2012/2013.

3. AS GRANDES ÁREAS DE MELHORIA

3.1. Identificação mais célere das reais causas do diferencial entre as médias da classificação interna e de exame de Português do 12.º ano, em 2012, em ordem à aplicação de medidas ajustadas.

Para a consecução da melhoria desta área, impõem-se como **OBJETIVOS** os seguintes:

1) Diminuir o diferencial entre as médias da classificação interna e da classificação externa;
2) Melhorar os resultados da avaliação interna e da avaliação externa.
3) Reforçar a qualidade e fiabilidade dos instrumentos de avaliação.

Relativamente a esta área, é de assinalar, já vinham sendo implementadas no Agrupamento **ESTRATÉGIAS/AÇÕES** com vista à sua melhoria, e que se mantêm como ações de melhoria a implementar, designadamente:

– Realização de uma análise comparada dos resultados internos e externos, em sede de Departamento, de Conselho Pedagógico e de Conselho Geral, no início do 2.º e 3.º períodos e final do ano letivo; esta é, aliás, uma prática já enraizada no agrupamento, à qual se dará continuidade, não apenas para a disciplina de Português, mas para todas as disciplinas do Agrupamento;

– Atribuição, em 2012/2013, de mais uma hora letiva (do crédito horário atribuído ao agrupamento), na disciplina de Português do 12.º ano, para reforço de competências, não para lecionação de matéria. Por limitação de horas do crédito horário não foi possível dar continuidade a esta estratégia;

– Atribuição, no ano letivo 2013/2014, na componente não letiva (CNL) de coordenação curricular definida no horário dos professores do 12ºano, para definição da estrutura dos instrumentos de avaliação, aferição dos critérios de correção e de

classificação dos instrumentos de avaliação, elaboração de instrumentos comuns de registo de avaliação da oralidade, análise das recomendações dos relatórios do GAVE/IAVE, relativos aos testes intermédios e exames nacionais, delineação das estratégias de superação das dificuldades identificadas nos relatórios do GAVE/IAVE, relativos aos testes intermédios/exames nacionais e aferição da avaliação dos alunos.

– Atribuição, no ano letivo 2013/2014, na componente não letiva de horas para a articulação vertical entre ciclos (4.º-5.º; 6.º-7.º e 9.º-10.º) para deteção de eventuais problemas e intervenção em tempo útil, estando prevista no próximo ano letivo, a generalização da coordenação curricular horizontal, na disciplina de Português, nos 4.º, 5.º, 6.º e 12.º anos de escolaridade.

– Melhorar as práticas de trabalho colaborativo no grupo de recrutamento de Português.

– Produção colaborativa de recursos didáctico-pedagógicos e de instrumentos de avaliação das aprendizagens.

– Análise das provas de exame/testes intermédios de modo a identificar os itens em que os alunos revelaram mais dificuldades.

Os **INDICADORES** que serão utilizados para monitorizar o plano de ação nesta área serão:

– análise dos instrumentos de avaliação;

– análise dos resultados dos alunos, por turma e comparada.

A **MONITORIZAÇÃO** será feita, de forma concertada, pelo Coordenador do Departamento de Línguas, pelo Conselho Pedagógico e pela Comissão de Avaliação Interna e a sua **CALENDARIZAÇÃO** será feita no final de cada ano letivo, iniciando-se em 2013/2014.

3.2. Monitorização e supervisão da prática letiva em contexto de sala de aula, de modo a potenciar metodologias ativas e experimentais de ensino e aprendizagem, numa lógica de desenvolvimento profissional dos docentes.

A implementação da prática de observação de aulas, com vista a potenciar metodologias ativas e experimentais em sala de aula, revela-se possível e exequível apenas nos casos em que se verificam problemas de natureza científica, didática e/ou pedagógica, nos moldes que já adotámos no Agrupamento sempre que sinalizada e identificada este tipo de situação. As regras de construção dos horários e as horas disponíveis são também uma limitação para a implementação generalizada desta prática. No entanto, para a consecução da melhoria desta área, definimos os seguintes **OBJETIVOS**:

– Monitorizar e supervisionar a prática letiva;

– Sinalizar/identificar problemas graves de natureza científico-didático-pedagógica;

– Observar em contexto de sala de aula, seguida de análise e definição de estratégia de melhoria de desempenho, os casos sinalizados/identificados de falhas de natureza científico- didático-pedagógica.

– Definir planos de intervenção sempre que necessário/oportuno.

Relativamente a esta área, vêm sendo implementadas no Agrupamento estratégias pelo que daremos continuidade à estratégia, já enraizada no agrupamento, de articulação horizontal nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, em todas as disciplinas, nas reuniões de coordenação curricular das equipas pedagógicas.

A implementação generalizada da articulação horizontal no presente ano letivo foi condicionada pela alteração do corpo docente, sendo que os novos professores do agrupamento têm uma componente não letiva de trabalho de escola muito reduzida. Existe contudo em algumas disciplinas, por exemplo, Matemática no ensino secundário.

Em 2013/2014, serão implementadas, se as circunstâncias o permitirem, as seguintes **ESTRATÉGIAS/AÇÕES**:

– Manutenção da articulação vertical entre todos os ciclos às disciplinas de Português e Matemática;

– Articulação horizontal, em função da disponibilidade de horário, em disciplinas do ensino secundário.

– Melhorar o trabalho colaborativo e a troca de experiências entre os professores.

A **MONITORIZAÇÃO** será realizada pelos Coordenadores dos Departamentos Curriculares, pela Coordenação dos Professores Titulares de Turma/Diretores de Turma do Ensino Básico e pelo Conselho Pedagógico e os **INDICADORES** que serão utilizados para monitorizar o plano de ação nesta área serão:

– Atas das reuniões de coordenação curricular;

– Autoavaliação das aprendizagens dos alunos;

– *Feedback* dos Encarregados de Educação.

3.3. Consolidação do processo de auto-avaliação, tornando-o mais abrangente, definindo metas quantificadas e avaliáveis e dotando os referenciais com indicadores de medida, de modo a aprofundar o seu impacto na melhoria da organização e das práticas profissionais.

Definindo como objetivos a consolidação do processo de auto-avaliação, a definição de metas quantificadas, de acordo com o referencial do *cluster* do Agrupamento, e a melhoria da organização e das práticas profissionais, serão implementadas, ainda neste ano letivo, as seguintes estratégias:

- No âmbito da Avaliação Interna e da elaboração do respetivo relatório, será duplicada (de 5 para 10 unidades) a amostra de Pais/EE e Alunos dos 2.º-3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, reforçando o seu grau de fiabilidade;
- Incluir, no âmbito da Avaliação Interna, o parecer dos Pais/EE dos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico.

No próximo ano letivo, serão implementadas as seguintes ações:

- Inclusão, no âmbito da avaliação interna, das equipas do gabinete disciplinar, apoios educativos, segurança interna, educação para a saúde, equipas pedagógicas, articulação curricular entre ciclos, estruturas pedagógicas (particularmente ao nível do funcionamento e dinâmica dos Departamentos Curriculares, dada a sua relevância como estrutura intermédia de orientação pedagógica);
- Aumentar o número de elementos que compõem a equipa de avaliação interna;
- Monitorização do plano de melhoria;
- Modificação do modelo de autoavaliação das diversas estruturas de orientação educativa educativas, incluindo, entre outros a definir, sugestões de melhoria;
- Alteração da estrutura do relatório de avaliação interna, incluindo a identificação de pontos fortes e sugestões para as áreas a melhorar;
- Definição, na sequência dos relatórios da Comissão de Avaliação Interna, de planos de melhoria;
- Cooptação de entidades externas para colaboração na elaboração dos planos de melhoria, sempre que possível;
- Quantificação de metas pedagógicas/resultados de acordo com o referencial das escolas do *cluster* em que o agrupamento está integrado;
- Na elaboração do plano de formação tentar contemplar ações de formação na área de autoavaliação do agrupamento;

Os **INDICADORES** que serão utilizados para monitorizar o plano de ação nesta área serão:

- Os relatórios de autoavaliação dos diversos intervenientes no processo de avaliação interna do agrupamento;
- O relatório de Avaliação Interna do Agrupamento elaborado pela CAI.

A **MONITORIZAÇÃO** será realizada pelos Coordenadores dos Departamentos Curriculares, pelo Conselho Pedagógico e pela Comissão de Avaliação Interna.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação da IGEC realizada em Maio de 2010 permitiu, a par da prática reflexiva já instituída, há muitos anos, uma melhoria do desempenho do Agrupamento. Neste momento, em função do processo de revisão do Projeto Educativo que em breve terá início, é nosso objetivo, mais uma vez, integrar os contributos deste tipo de avaliação externa, considerados relevantes pelo Agrupamento, numa perspetiva de melhoria contínua, o que poderá traduzir-se, como já foi afirmado, numa reformulação do presente plano de melhoria. Resta acrescentar que o plano de melhoria, este ou o que resultar da sua revisão, só terá sucesso com o envolvimento de toda a comunidade educativa apoiada por uma liderança forte da direção do agrupamento, direção esta, que desenvolverá todos os esforços para que tal desígnio seja alcançado.

Porto e Agrupamento Vertical de Clara de Resende, 2 de Dezembro 2013.

A Diretora do Agrupamento,

M. Rosário Queirós.

Ministério da Educação

INSPECÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

AGRUPAMENTO VERTICAL DE CLARA DE RESENDE

PORTO

Datas da visita: 21 a 23 de Março de 2007

I - Introdução

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabelece o lançamento de um "programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho".

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspecção-Geral da Educação de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento Vertical de Clara de Resende realizada pela equipa de avaliação que visitou o agrupamento de 21 a 23 de Março de 2007.

Os diversos capítulos do relatório – caracterização da unidade de gestão, conclusões da avaliação, avaliação por domínio-chave e considerações finais - decorrem da análise dos documentos fundamentais do agrupamento, da apresentação de si mesmo e da realização de múltiplas entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades de desenvolvimento e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada agrupamento, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pelo agrupamento, será oportunamente disponibilizado no sítio *internet* da IGE (www.ige.min-edu.pt).

Escala de avaliação utilizada – níveis de classificação dos cinco domínios

Muito Bom - A escola revela predominantemente pontos fortes, isto é, o seu desempenho é mobilizador e evidencia uma acção intencional sistemática, com base em procedimentos bem definidos que lhe dão um carácter sustentado e sustentável no tempo. Alguns aspectos menos conseguidos não afectam a mobilização para o aperfeiçoamento contínuo.
Bom - A escola revela bastantes pontos fortes, isto é, o seu desempenho denota uma acção intencional frequente, relativamente à qual foram recolhidos elementos de controlo e regulação. Alguns dos pontos fracos têm impacto nas vivências dos intervenientes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem frequentemente do empenho e iniciativa individuais.
Suficiente - A escola revela situações em que os pontos fortes e os pontos fracos se contrabalançam, mostrando frequentemente uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco determinada e sistemática. As vivências dos alunos e demais intervenientes são empobrecidas pela existência dos pontos fracos e as actuações positivas são erráticas e dependentes do eventual empenho de algumas pessoas. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo.
Insuficiente - A escola revela situações em que os pontos fracos ultrapassam os pontos fortes e as vivências dos vários intervenientes são generalizadamente pobres. A atenção prestada a normas e regras tem um carácter essencialmente formal, sem conseguir desenvolver uma atitude e acções positivas e comuns. A capacidade interna de melhoria é muito limitada, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco consistentes ou relevantes para o desempenho global.

II – Caracterização da Unidade de Gestão

O Agrupamento Vertical de Clara de Resende (AVCR) – homologado em 15 de Dezembro de 2005 – fica situado na freguesia de Ramalde da cidade do Porto e é constituído pela Escola Secundária com 2.º e 3.º Ciclos Clara de Resende (Escola Sede) e pela EB 1 João de Deus, havendo, entre elas, uma distância de cerca de 600 metros.

A Escola Clara de Resende, cuja construção data de há 50 anos, é constituída por três edifícios de três pisos interligados que se encontram rodeados por jardins e recreio dos alunos. A sua construção, em alvenaria e coroada por telhados de duas águas, confere-lhe solidez e beleza. As instalações estão bem conservadas e têm sido objecto de sucessivas intervenções de aperfeiçoamento, o que se traduz num bom nível de qualidade, segurança e de conforto dos espaços físicos. A Biblioteca, inaugurada no ano anterior, destaca-se pelos espaços e pelo apetrechamento. Aqui convivem harmoniosamente mobiliário e equipamentos modernos e espólio que pertence à Escola, algum desde a sua criação.

Não obstante a EB 1 João de Deus se caracterize, também, pela aprazibilidade das suas instalações, a exiguidade de espaços obriga ao seu funcionamento em regime duplo.

Os espaços escolares das duas escolas do Agrupamento estão com ocupação plena, o que impede uma maior diversidade de espaços específicos, designadamente a instalação da biblioteca da EB1 e a criação de um laboratório que albergue todo o equipamento de que esta dispõe para este efeito.

Quanto às habilitações académicas dos pais (e mães), 8% são habilitados com o 4º ano; 7,5% com o 6º ano; 12,9% com o 9º ano; 32,7% com o 12º ano e 38,9% com o ensino superior. No que diz respeito às profissões, a maior parte dos pais/encarregados de educação (64%) estão incluídos na categoria de quadros e técnicos, seguindo-se os empregados de comércio e serviços (43,7%). Existe uma percentagem significativa de professores – 64,5% e de desempregados – 59,7%. Embora o Agrupamento reflicta uma malha social diversificada, o nível socioeconomico e cultural da maioria dos alunos situa-os como pertencendo a uma classe média e média alta, o que se repercute no ambiente escolar e nos resultados académicos.

O AVCR é frequentado por 1460 alunos distribuídos do seguinte modo: Ensino Básico – 375 alunos no 1º ciclo, 217 alunos no 2º e 383 alunos no 3º; Ensino Secundário – 222 alunos a frequentar Cursos Científico-Humanísticos e 48 Cursos Tecnológicos; Cursos de Educação e Formação – 16 alunos e Ensino Recorrente Nocturno (Ensino Básico e Ensino Secundário) – 199 alunos.

No que diz respeito aos Serviços de Acção Social Escolar (SASE), 14,5% dos alunos do Ensino Básico são subsidiados, 13,1% dos quais no escalão A; no Ensino Secundário, estes apoios traduzem-se numa percentagem de 16,3% no total, pertencendo 11,1% ao escalão A. Relativamente ao acesso às novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), 80,8% dos alunos do Ensino Básico e 86,3% do Ensino Secundário têm computador em casa e 65,3% dos primeiros e 75,6% dos segundos acedem à Internet a partir do seu domicílio.

No corrente ano lectivo, fazem parte do corpo docente do Agrupamento 167 professores, sendo 14% professores do 1º ciclo. Cerca de 85% dos docentes pertencem ao quadro, 43% estão no 10º escalão e 74% nos três escalões mais elevados; 83% dos docentes tem uma licenciatura ou habilitação superior; em média, têm 18,6 anos de serviço e estão profissionalizados há 15,2 anos.

O Agrupamento dispõe de 29 funcionários auxiliares de acção educativa, 4 cozinheiras e 8 funcionários nos Serviços de Administração Escolar, uma psicóloga e uma técnica do SASE.

Os problemas de assiduidade dos alunos são muito pontuais, tendo a escola diligenciado o seu encaminhamento para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, quando se trata de alunos menores. Existem 2 potenciais casos de abandono escolar.

Para a comunidade local, o AVCR é uma referência como paradigma de sucesso e de exigência, que se traduz numa elevada procura por parte dos encarregados de educação.

III – Conclusões da avaliação

1. Resultados — Muito Bom

O Agrupamento revela alguns pontos fortes no âmbito dos resultados escolares (acima da média nacional), da participação e desenvolvimento cívico dos alunos e do comportamento e disciplina, numa acção concertada do Conselho Executivo e das estruturas de orientação educativa com a comunidade educativa. No último ano lectivo, a taxa de sucesso no Ensino Básico foi de 91,3%, no Ensino Secundário de 86,7% e no Ensino

Secundário Nocturno de 90,6%. O contacto estrito entre a escola e os pais/encarregados de educação leva a que o abandono escolar seja muito reduzido.
Os dados de avaliação são utilizados para incentivar e promover o mérito dos alunos, premiando-se o sucesso, a progressão escolar e a participação na vida escolar.
O AVCR coloca um particular enfoque de importância nas áreas de cariz eminentemente académico, constatando-se uma certa desvalorização das áreas curriculares não disciplinares e das outras disciplinas de opção artística.

2. Prestação do serviço educativo **Bom**

Um dos aspectos mais positivos da prestação do serviço educativo reside na diferenciação e apoios aos alunos. O Agrupamento dispõe de vários mecanismos de intervenção pedagógica no sentido de apoiar os alunos com necessidades educativas especiais e que revelam dificuldades de aprendizagem, existindo uma equipa pedagógica que gere os recursos e monitoriza os resultados nesta área.
A abrangência do currículo oferecido decorre da vocação da Escola Sede para os cursos preferencialmente direccionados para o prosseguimento de estudos. Dentro desta premissa, oferece todos os Cursos Científico-Humanísticos, excluindo apenas os de Artes, um Curso Tecnológico e um Curso de Educação e Formação. Pode-se, portanto, afirmar que, apesar de algumas limitações, há uma razoável abrangência do currículo. Os pais, docentes e alunos manifestaram uma opinião que traduzia alguma desvalorização das áreas curriculares não disciplinares e das disciplinas de opção artística.
A articulação e sequencialidade do processo pedagógico são razoáveis, constituindo uma prioridade do Projecto Educativo, sendo já uma preocupação no seio do 1.º CEB e entre este e a Escola Sede. Particularmente débil é a articulação intra e interdepartamental, dada a importância atribuída à área disciplinar em detrimento do departamento curricular. Com o intuito de melhorar a articulação das aprendizagens e as competências dos professores neste domínio, foram instituídas reuniões semanais de articulação curricular, num trabalho de cooperação entre todos. A articulação curricular parte de uma planificação das aprendizagens e da definição de critérios de avaliação, passando pela elaboração de instrumentos de avaliação.
Igualmente apresentando algumas debilidades, o acompanhamento da prática lectiva em sala de aula carece, ainda, de investimento em algumas vertentes, nomeadamente no domínio da supervisão pedagógica, já que se circunscreve, apenas, a uma leitura de resultados académicos ou de raras evidências de uma relação pedagógica problemática com os alunos.

3. Organização e gestão escolar **Bom**

O aspecto mais positivo neste domínio é a gestão dos recursos humanos. Neste campo há um conhecimento efectivo das competências pessoais e profissionais do pessoal – docente e não docente – que é usado na afectação às tarefas. O Agrupamento faz o planeamento e desenvolvimento das actividades tendo como linha orientadora o Projecto Educativo, cuja elaboração teve por base um inquérito lançado a toda a comunidade educativa. Os pais/encarregados de educação são chamados a uma intervenção activa na dinâmica do Agrupamento, o que nem sempre é completamente conseguido. Da mesma forma, os parceiros da comunidade educativa resumem a sua participação a uma atitude a que falta alguma proactividade.
O Agrupamento faz uma utilização dos recursos financeiros disponíveis tendo em linha de conta os objectivos constantes do seu plano de actividades. O Conselho Executivo parece estar mobilizado para a obtenção de receitas próprias, para além das provenientes do Orçamento Geral de Estado, destacando-se as candidaturas a projectos, aluguer de espaços e os donativos.
O AVCR tem como preocupação, através dos seus responsáveis e das estruturas intermédias, proporcionar a todos as mesmas oportunidades.

4. Liderança **Bom**

O Agrupamento apresenta uma liderança de topo – Conselho Executivo – que apoia a sua acção nas estruturas de gestão intermédia, nos professores e numa equipa de funcionários não docentes eficaz e empenhada. A visão que esta liderança tem para o Agrupamento assenta na continuidade de uma missão tradicional que, por vezes, surge como entropia à introdução de atitudes de inovação ou aceitação de processos de mudança.

O AVCR envolve-se em algumas parcerias, protocolos e projectos, procurando dar resposta a algumas das suas necessidades.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento **Bom**

O Agrupamento tem a percepção da importância da avaliação interna como factor estruturante para um processo contínuo da melhoria do seu desempenho. Sendo certo que existe um processo sistemático de auto-avaliação, sobretudo, no que concerne aos resultados, é ainda pouco clara a forma como as estruturas intermédias têm utilizado essa reflexão na reformulação das suas práticas.
Os resultados alcançados, a estabilidade e a motivação dos docentes, a participação e o grau de satisfação da comunidade educativa, a qualidade do clima interno e o desempenho da liderança garantem uma razoável estabilidade no Agrupamento e um progresso sustentado no rumo que escolheu. No entanto, o Agrupamento parece não conhecer muito bem os seus pontos fracos e não reconhece ameaças à sua acção, por isso sendo difícil definir uma estratégia de melhoria que lhe permita ultrapassar as dificuldades com que se depara, e aproveitar as oportunidades que se lhe oferecem com o intuito de melhorar o seu desempenho.

IV – Avaliação por domínio-chave

1. Resultados

1.1. Sucesso académico

A análise dos resultados promovida pelo Agrupamento passa pela monitorização, por período, das avaliações dos alunos; são elaboradas estatísticas que, posteriormente, são analisadas numa tripla dimensão: i) em sede de Conselho Pedagógico, que transmite orientações aos departamentos curriculares e áreas disciplinares; ii) através de relatórios semestrais redigidos pelo Conselho Executivo e apreciados pela Assembleia de Agrupamento; iii) em reuniões de conselho de turma e, semanalmente, nas reuniões das equipas pedagógicas. O Agrupamento focaliza a avaliação do sucesso/insucesso na prática de cotejar os resultados escolares com as médias dos exames nacionais. O AVCR apresenta resultados de exame acima das médias nacionais e taxas de transição que, à excepção dos 7.º, 10.º e 11.º dos Cursos Científico-Humanísticos e do 11.º ano dos Cursos Tecnológicos, também, se situam acima das médias nacionais. Nos casos excepcionados, a diferença para a média nacional é pequena. No último ano lectivo, a taxa de sucesso no Ensino Básico foi de 91,3%, no Ensino Secundário de 86,7% e no Ensino Secundário Nocturno de 90,6%. A taxa de retenção, no 1.º CEB, é reduzida – 6,2%.
Na Escola Sede, após terem identificado como disciplinas de insucesso a Matemática e o Inglês, foram implementadas várias estratégias para ultrapassar esta problemática, nomeadamente a adesão ao Plano de Acção da Matemática, a abertura da Sala de Matemática com apoio diurno permanente, a articulação com o 1.º CEB no sentido de os apoios serem oportunos e atempados para obviar as dificuldades *ab initio*, e os apoios, por patamares de nível, na disciplina de Inglês.
O abandono é muito reduzido e resulta de um trabalho conjunto do director de turma e do professor tutor.

1.2. Participação e desenvolvimento cívico

Os alunos do Agrupamento, especialmente, os que frequentam a Escola Sede, sentem-se identificados com a comunidade escolar a que pertencem. Esta questão de pertença à comunidade é reafirmada com a celebração, em cada ano lectivo, do "Dia da Escola", em que se homenageiam os funcionários – docentes e não docentes – que se aposentaram, os que cumpriram 25 anos de vida na Escola e em que se distribuem os prémios – de Excelência, de Progressão e "Viver a Escola" aos alunos laureados. A elaboração do Projecto Educativo do Agrupamento foi precedida do lançamento de um inquérito a todos os membros da comunidade educativa, no sentido de os envolver, efectivamente, na sua construção. Os alunos participam na sua própria avaliação, pelo preenchimento de fichas intermédias de auto-avaliação que, posteriormente, são tratadas em conselho de turma, nas reuniões da equipa pedagógica e em sede de departamento curricular; do preenchimento dessas fichas é dado *feedback* aos alunos. Apesar de não existir uma Associação de Estudantes, os alunos estão representados no Conselho Pedagógico e na Assembleia de Agrupamento.
A formação cívica dos alunos é uma cultura do Agrupamento; as atitudes de civismo são valorizadas no quotidiano escolar e todos os agentes educativos estão implicados nesta acção. O projecto "Ser extremamente responsável", desenvolvido pelos alunos de uma turma de 10.º ano de escolaridade, leva à prática, junto dos alunos portadores de deficiência, uma atitude de solidariedade e de acompanhamento, em vários momentos da sua vida escolar.

1.3. Comportamento e disciplina

Embora não pareça existirem problemas de indisciplina no Agrupamento, uma das prioridades e objectivos do Projecto Educativo é a disciplina. Existe uma Equipa Disciplinar que integra docentes de todos os níveis de ensino leccionados no Agrupamento e uma funcionária, que reúnem, semanalmente, com o intuito de melhor gerir a disciplina nos espaços escolares. Os alunos objecto de medidas cautelares, como seja a ordem de saída da sala de aula, dirigem-se à sala 9 A, onde preenchem um relatório e desenvolvem uma tarefa que lhes foi marcada. Aquela equipa trata as ocorrências de cariz disciplinar, avalia a gravidade dos incidentes, fazendo a ligação entre os alunos que manifestam alguns problemas de comportamento e os docentes em cujas aulas esses problemas ocorreram. Com o objectivo de ultrapassar algumas questões de conflito na sala de aula, realizou-se, este ano, uma palestra proferida por um docente na Universidade do Minho, subordinada ao tema "Problemas comportamentais na sala de aula". A Escola Sede ainda não se adaptou à integração do 2.º CEB, nomeadamente, por ocuparem espaços anteriormente utilizados para outras actividades e por questões de comportamento. As turmas vindas do 1.º CEB apresentavam um comportamento menos padronizado do que as turmas que até então a Escola estava habituada a ter e que se traduzia numa grande dificuldade em cumprir regras. Neste momento, existem regras comuns a todo o Agrupamento, explícitas, consensuais e mesmo negociadas com a comunidade escolar.

1.4. Valorização e impacto das aprendizagens

As aprendizagens escolares proporcionadas pelo Agrupamento correspondem, globalmente, às expectativas dos membros da comunidade educativa. O sucesso, o mérito e o esforço são valorizados, tendo sido instituídos, na Escola Sede, os prémios já mencionados e que pretendem servir de reconhecimento e de estímulo para os alunos que se destacaram em diferentes vertentes da actividade escolar.
Os pais/encarregados de educação, os docentes e os alunos parecem secundarizar a importância das áreas curriculares não disciplinares, bem como a de outras disciplinas de opção artística oferecidas pelo Agrupamento, uma vez que não lhes atribuem um efeito útil visível.

2. Prestação do serviço educativo

2.1. Articulação e sequencialidade

A articulação curricular é outra das prioridades e um objectivo a prosseguir no âmbito do Projecto Educativo, na medida em que foi identificada como sendo uma área frágil na dinâmica do Agrupamento. A coordenação e articulação intradepartamental, no âmbito científico e da consolidação de processos pedagógicos, ainda são débeis, já que a estrutura "departamento curricular" ainda não potenciou, no AVCR, todas as suas virtualidades, normativamente consignadas. As áreas disciplinares assumem um papel preponderante no Agrupamento, uma vez que são encaradas como mais eficazes do que os departamentos, mercê do número elevado de elementos que integra cada uma destas estruturas de orientação educativa.
No sentido de melhorar a articulação das aprendizagens e as competências dos professores neste domínio, foram instituídas reuniões semanais de articulação curricular, num trabalho de cooperação entre todos. A articulação curricular parte de uma planificação das aprendizagens e da definição de critérios de avaliação, passando pela elaboração de instrumentos de avaliação. No 1.º CEB, existe uma preocupação de articulação que se consubstancia nas reuniões mensais entre o Coordenador de Estabelecimento, o Coordenador de Conselho de Docentes e o Coordenador de cada ano de escolaridade e que têm seguimento nas reuniões, também mensais, por ano de escolaridade. A articulação vertical ou sequencialidade, entre a Escola Sede e o 1.º CEB, é também uma área de investimento prioritário por parte do Agrupamento.

2.2. Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

Cada professor elabora a sua planificação individual integrada no plano de gestão curricular da área disciplinar e no âmbito do conselho de turma e do conselho de docentes.
O acompanhamento da prática lectiva de cada professor é feito, por via indirecta, a partir da leitura dos resultados académicos ou de algumas – raras – evidências de uma relação pedagógica problemática com os alunos. A identificação de turma(s) com resultados muito discrepantes permitiu já intervenções das lideranças intermédias, embora muito pontuais, junto do professor, e a identificação de estratégias de acompanhamento. Os coordenadores consideram que é difícil exercer funções de supervisão em relação aos diferentes elementos do departamento ou mesmo da área disciplinar.

A aferição interna dos resultados e dos processos é feita, sobretudo, nas reuniões de área disciplinar, de equipa pedagógica e de conselho de ano, apresentando, no entanto, algumas fragilidades e mostrando-se, ainda, pouco consistente.
Anualmente os departamentos/conselhos de docentes identificam necessidades de formação que procuram colmatar com o apoio do Centro de Formação de Associação de Escolas a que pertence o Agrupamento e de outras instituições de formação.

2.3 Diferenciação e apoios

O Agrupamento tem um núcleo de apoio educativo bem organizado na sinalização e resposta a alunos com necessidades educativas especiais e a alunos com dificuldades de aprendizagem. Para além dos professores de ensino especial e dos professores de apoio socioeducativo, o Agrupamento conta, ainda, com os serviços de uma psicóloga que desenvolve um variado leque de tarefas no âmbito de: intervenção familiar, intervenção comunitária, orientação vocacional, psicopatologias (posteriormente reencaminhadas), problemas de aprendizagem, socioafectivos, de desenvolvimento e de comportamento.
Os apoios aos alunos com dificuldades de aprendizagem são alocados nas horas que os alunos têm disponíveis nos horários para não ocupar mais uma tarde ou manhã que estariam, à partida, livres para outro tipo de actividade. Estes apoios têm lugar, essencialmente, nas disciplinas de Matemática e de Inglês – frequência da Sala de Matemática (por indicação do professor ou em regime de voluntariado) e frequência das aulas de apoio acrescido.
Constituem-se como outros mecanismos de intervenção pedagógica a sala de estudo, a sala de informática e as tutorias. A equipa pedagógica tem como função a gestão dos recursos e a monitorização dos resultados neste domínio.

2.4. Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

A maior parte dos alunos do AVCR, sobretudo os da Escola Sede, frequentam Cursos Científico-Humanísticos, consequentemente, as aprendizagens nessas áreas são privilegiadas. O Agrupamento oferece, apenas, um Curso Tecnológico – Acção Social – e um Curso de Educação e Formação. De salientar que, no que diz respeito a este último, nenhum dos alunos que o frequenta era aluno do ensino regular da Escola em anos anteriores. Parece de concluir que a oferta educativa do Agrupamento tem em consideração o tecido sociocultural da zona em que este está implantado. As ofertas de Escola no âmbito de outras disciplinas de opção artística – Oficina de Artes e Oficina de Fotografia - não são muito valorizadas por parte dos pais/encarregados de educação.
O 1.º CEB possui um equipamento laboratorial muito razoável que gostaria de dinamizar, em espaço próprio com os seus alunos; no entanto, as condições físicas do espaço da escola EB1 impossibilitam este desejo. Embora em contexto de sala de aula normal, esta apetência pelo cariz experimental e pelas actividades de natureza laboratorial fica bem expressa no Projecto Rodentia (em parceria com o IBMC – Instituto de Biologia Molecular e Celular do Porto) que está a ser desenvolvido por duas turmas do 1.º CEB e que consiste em observar e cuidar do habitat de dois ratos de laboratório. Os pais/encarregados de educação dos alunos da EB 1 valorizam as aprendizagens nas áreas de expressão – musical e motora – e das TIC e lamentam que estas áreas não possam ser asseguradas por ensino coadjuvado, atendendo ao regime de funcionamento da escola – regime duplo.
Se as áreas curriculares disciplinares são valorizadas, conquanto de maneira diferente, nas suas múltiplas vertentes, o mesmo não se poderá afirmar das áreas curriculares não disciplinares que, por vezes, são encaradas como um acréscimo de horas à carga curricular semanal sem produzirem um efeito útil notoriamente visível.
Os pais/encarregados de educação gostariam que a Escola tivesse como oferta, no campo da língua estrangeira, o Alemão e o Espanhol, em detrimento do Francês, que consideram como ultrapassado.

3. Organização e gestão escolar

3.1. Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

O Plano Anual de Actividades do Agrupamento tem em linha de conta as prioridades e objectivos do Projecto Educativo e existe uma preocupação em articular estes dois documentos estruturadores da acção educativa. O AVCR realiza actividades de reconhecido significado para a comunidade educativa: “Semana da Solidariedade”, “Correr por Moçambique”, ”Dia da Escola”, “Recepção ao Caloiro”, “Festa de Finalistas” e toda uma panóplia de acções que resultam de uma parceria entre a EB 1 e o Centro de Recursos da Câmara Municipal do Porto.

O ano escolar é planeado, sendo as tarefas e actividades, de natureza pedagógica ou administrativa, cuidadosamente, calendarizadas e planificadas. A participação dos diferentes actores na definição de prioridades e das actividades é muito mais reactiva do que proactiva, reduzindo-se, muitas vezes, à sua discussão e/ou aprovação em sede dos órgãos e estruturas em que têm assento.

3.2. Gestão dos recursos humanos

O Conselho Executivo tem um controlo próximo de todo o funcionamento do Agrupamento, exercendo as suas funções com autoridade e proximidade, ainda que de um modo centralizado. A sua gestão dos recursos humanos é feita com base num bom conhecimento das competências pessoais e profissionais dos funcionários docentes e não docentes. A distribuição do serviço docente rege-se por critérios pedagógicos, explícitos e implícitos, que são do conhecimento de toda a comunidade educativa, sobretudo no que concerne à afectação dos professores às turmas bem como às direcções de turma, sendo de registar, nestas duas situações, o critério da continuidade pedagógica. Quando, em casos muito pontuais, a relação entre os alunos e os professores assim o justifique, procedem-se mesmo a reajustes e reafectação dos docentes às turmas, tendo sempre como primeiro objectivo a importância dada à relação pedagógica.
O contingente de funcionários não docentes, que se distingue pela sua dedicação e empenho, não satisfaz plenamente, em quantidade, as necessidades efectivas do Agrupamento.
Não obstante não existir uma estratégia sistemática e formal de integração de novos professores e funcionários não docentes, o Agrupamento evidencia uma prática de socialização na cultura escolar que se tem revelado eficaz.

3.3. Gestão dos recursos materiais e financeiros

O Agrupamento funciona com uma ocupação plena de todos os seus espaços: a Escola Sede está sobrelotada e a EB 1 funciona em regime duplo por carência de instalações, sendo necessário que os alunos do 1.º CEB se desloquem às instalações da Escola Sede para poderem usufruir das actividades de enriquecimento do currículo – Apoio ao Estudo e Inglês.
As instalações, os espaços e os equipamentos das duas unidades que constituem o Agrupamento são aprazíveis, havendo uma preocupação constante pela sua manutenção, limpeza e segurança; no entanto, estes espaços são manifestamente escassos. A EB 1 carece de um pavilhão gimnodesportivo (projectado e estando imediatamente agendada a sua construção) e de um espaço laboratorial que albergue o espólio que possuem nesta área. Na Escola Sede, o espaço da cantina é exíguo para dar cabal cumprimento ao serviço diário de refeições, tendo que estar organizado o tempo do almoço em dois turnos.
O Agrupamento faz uma utilização dos recursos financeiros disponíveis tendo em linha de conta os objectivos constantes do seu plano de actividades. O Conselho Executivo parece estar mobilizado para a obtenção de receitas próprias, para além das provenientes do Orçamento Geral de Estado, destacando-se as candidaturas a projectos, aluguer de espaços (Auditórios) e os donativos.

3.4. Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

O AVCR procura atrair os pais à escola, informando-os sobre as suas estratégias educativas e sobre as suas iniciativas. Os índices de participação dos pais/encarregados de educação nas reuniões para que são convocados são satisfatórios. No 1.º CEB, os pais vêm à escola espontaneamente, sem que para tal precisem de ser convocados – é estreita e informal a relação entre os professores do 1.º CEB e os pais/encarregados de educação deste ciclo de ensino. A Associação de Pais da EB 1 é bastante activa, assegurando as actividades de Expressão Musical, Natação e TIC, embora durante a componente curricular.
Na Escola Sede, existia uma prática de chamar os pais à escola, sazonalmente, no meio de cada período, ocasião em que, individualmente, podiam contactar com todos os professores que integravam o conselho de turma de que os seus educandos faziam parte. Como esta actividade tinha como consequência a interrupção de actividades lectivas, a DREN não autorizou a sua realização no 2.º período. Tanto a direcção do Agrupamento, como os docentes e pais/encarregados de educação avaliam este facto como uma incomensurável perda para a vida e dinâmica da Escola. Para além destes encontros, realizam-se as reuniões, no início de cada período, com os pais/encarregados de educação e existem as habituais horas de atendimento semanal dos directores de turma.

3.5. Equidade e justiça

O Agrupamento procura, através dos seus responsáveis e das estruturas intermédias, que as regras, os deveres e os direitos sejam efectivamente iguais para todos, mas nem sempre logra consegui-lo.
Os alunos do 2.º CEB, ainda não se sentem completamente integrados e sentem-se descriminados pelos alunos mais velhos em algumas situações. Por outro lado, há alunos que se sentem injustiçados quando penalizados por incumprimento de regras que outros alunos da mesma turma, ou mesmo professores, não cumprem.
No entanto, existe preocupação em proporcionar a todos as mesmas oportunidades, como se pode comprovar, pelo que de positivo ilustram, os critérios de comparticipação das visitas de estudo e o plano de acção concertado na realização das mesmas relativamente ao 1.º CEB.
O AVCR tenta integrar os alunos com problemas de deficiência e de aprendizagem.

4. Liderança

4.1. Visão e estratégia

O Agrupamento posiciona-se como um espaço de rigor, que pretende ser agente de educação e de excelência na comunidade em que se insere. O Conselho Executivo tem uma visão clara das soluções para os problemas do Agrupamento e age com celeridade e eficácia. Os presidentes do Conselho Pedagógico, do Conselho Executivo e da Assembleia de Agrupamento têm reuniões mensais conjuntas para terem uma atitude concertada na resolução de problemas que se colocam à gestão do Agrupamento. Na mesma linha e prosseguindo o mesmo móbil, o Coordenador da EB1 participa nas reuniões do Conselho Executivo. De salientar a forte liderança da Presidente do Conselho Pedagógico e o facto de as lideranças intermédias se centrarem mais nas coordenações das áreas disciplinares do que nas coordenações de departamento curricular, o que impede uma efectiva estratégia interdepartamental.
As duas escolas que constituem o AVCR são procuradas por docentes, discentes e funcionários não docentes por serem uma referência na comunidade local em termos de qualidade, segurança, disciplina e profissionalismo.
A Escola Sede tem uma oferta educativa com especial enfoque nos cursos tradicionalmente vocacionados para prosseguimento de estudos, tendo considerado uma grande conquista, na negociação com a DREN, a abertura de uma turma do curso de ciências e tecnologias, embora circunscrita a alunos que provinham do seio do Agrupamento.

4.2. Motivação e empenho

O Conselho Executivo do AVCR está presente e lidera a maior parte das iniciativas do Agrupamento, promovendo uma efectiva articulação e cooperação entre os diferentes órgãos e estruturas de orientação educativa, a que não são alheias as já referidas reuniões dos presidentes do Conselho Pedagógico, do Conselho Executivo e da Assembleia de Agrupamento, a presença do Coordenador da EB 1 nas reuniões do Conselho Executivo e as reuniões mensais dos presidentes destes órgãos com as Associações de Pais.
A não acumulação do cargo de Presidente do Conselho Executivo e do Conselho Pedagógico na mesma pessoa é um garante da independência destes dois órgãos e não compromete a articulação entre os mesmos.

4.3. Abertura à inovação

O Agrupamento adere a algumas iniciativas de cariz inovacional, mas com reservas, uma vez que está preso a uma imagem do passado que não quer perder. No entanto, existe uma consciência, que cada vez vai ganhando mais consistência, de que é necessário criar uma nova estratégia para o ensino recorrente e que passa, necessariamente, pela competitividade. Embora com algumas reticências, o Agrupamento vê como via de acesso a essa inovação, a implementação dos novos programas para o ensino recorrente – Novas Oportunidades.
A utilização, ainda que de forma paulatina, pelos actores da comunidade educativa, da plataforma Moodle constitui uma importante inovação no plano informático no sentido de operacionalizar com agilidade a comunicação e a circulação de informação no Agrupamento.

4.4. Parcerias, protocolos e projectos

O AVCR tem estabelecido protocolos com empresas e instituições locais no âmbito dos estágios profissionais do Curso de Educação e Formação e do Curso Tecnológico de Acção Social - Obra Social Nossa Senhora da Boavista, Obra Social da Pasteleira e Asas de Ramalde. Tem ainda protocolos com a Junta de Freguesia de

Ramalde e com a Câmara Municipal do Porto, sobretudo no âmbito do 1.º CEB (actividades de enriquecimento do currículo, por exemplo), com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (no recrutamento de pessoal auxiliar, nomeadamente vigilantes para a EB1) e com o Centro de Saúde de Serpa Pinto (desenvolvimento de actividades no âmbito do projecto "Educação para a Saúde").
A Escola Sede integra estágios pedagógicos de Português/Inglês, de Francês/Inglês e de Educação Física; a EB 1 tem estágios da Escola Superior de Educação Paula Frassinetti.
O Agrupamento tem vindo a desenvolver vários projectos: Rodentia (em parceria com a Escola Francesa e o IBMC), CRIE (computadores, redes e Internet na escola) e Ciência Viva (no apetrechamento dos laboratórios de Física e Química). A Biblioteca da Escola Sede pertence à Rede Nacional de Bibliotecas Escolares.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

5.1. Auto-avaliação

O Agrupamento tem a percepção da importância da avaliação interna como factor estruturante para o seu processo contínuo de melhoria. Assim, desde 2001/2002 até ao momento, já foram criadas quatro comissões de avaliação interna, por iniciativa da Assembleia de Escola/Agrupamento. A comissão de avaliação interna em funções, actualmente, foi nomeada no início do presente ano lectivo com um mandato de vigência por três anos e tem como objectivo primordial avaliar o Projecto Educativo. Esta comissão estabeleceu uma metodologia para avaliação dos resultados escolares e fez propostas de instrumentos de avaliação de actividades e de estruturas.
O Agrupamento avalia todas as actividades previstas no seu Plano Anual de Actividades, mas ainda não possui um conhecimento sistemático do impacto da sua acção educativa.

5.2. Sustentabilidade do progresso

Os docentes reconhecem que os resultados se têm sustentado, principalmente, no trabalho com alunos oriundos de um tecido sociocultural favorecido.
A Escola Sede vive muito presa a uma imagem do passado e oferece resistência à implementação de algumas medidas de inovação.
Os resultados alcançados, a estabilidade e a motivação dos docentes, a participação e o grau de satisfação da comunidade educativa, a qualidade do clima interno e o desempenho da liderança garantem uma razoável estabilidade no Agrupamento e um progresso sustentado no rumo que escolheu.
O Agrupamento parece não conhecer muito bem os seus pontos fracos e não reconhece ameaças à sua acção, por isso é difícil definir uma estratégia de melhoria que lhe permita ultrapassar as dificuldades com que se depara, e aproveitar as oportunidades que se lhe oferecem com o intuito de melhorar o seu desempenho.

V – Considerações finais

Este Agrupamento caracteriza-se por um conjunto de pontos fortes que suplantam os pontos fracos.
De entre essas linhas de força, destacam-se:

- Estabilidade, competência, experiência, motivação e empenhamento do corpo docente.
- Estratégias de administração e gestão do agrupamento, nomeadamente a participação do Coordenador de Estabelecimento da EB1 nas reuniões do Conselho Executivo, a realização periódica de reuniões dos Presidentes do Conselho Executivo, do Conselho Pedagógico e do Presidente da Assembleia do Agrupamento e as reuniões periódicas do Presidente do Conselho Executivo com os presidentes das Associações de Pais da Escola Sede e EB1.
- Mobilização de recursos financeiros e materiais das receitas próprias do Agrupamento para reapetrechamento da EB1.
- Relacionamento do agrupamento com os pais e/ou encarregados de educação, nomeadamente com as respectivas associações.
- Envolvimento das associações de pais nas dinâmicas do Agrupamento, sobretudo da Associação de Pais da Escola EB1 João de Deus, na acção educativa desta.
- Esforço encetado na gestão dos espaços e do pessoal docente em prol dos alunos e no sentido de se encontrar tempos e espaços comuns de reunião de diferentes equipas pedagógicas, nomeadamente conselhos de disciplina/ano e conselhos de turma.

- Disponibilização de espaços da Escola Sede para as actividades de enriquecimento curricular da EB1 (Apoio ao Estudo e Iniciação do Inglês).
- Reconhecimento das dinâmicas e lideranças do projecto pedagógico da EB1, pelos respectivos pais e/ou encarregados de educação.

A estas linhas de força contrapõem-se algumas fragilidades que podem comprometer o desempenho desta unidade de gestão, das quais se destacam:

- Dificuldade em se libertar de uma identidade enraizada, de rotinas fortemente interiorizadas de cariz muito próprio de uma Escola Secundária, e em incorporar alguns vectores de mudança e de inovação.
- Resistências à integração do 2º ciclo na Escola Sede, nomeadamente no que se refere à convivência dos alunos deste ciclo com os outros alunos e da adaptação das áreas curriculares deste ciclo a um trabalho inter e intradepartamental desejável.
- Frágil articulação inter e intradepartamental, entre os diferentes ciclos do Ensino Básico e entre estes e o Ensino Secundário.
- Sobrelotação das escolas e a falta de instalações específicas nas duas escolas.
- Debilidade e o carácter pouco sistemático dos mecanismos de supervisão e de acompanhamento das práticas lectivas, pela coordenação dos Departamentos.
- Inexistência de metas quantificáveis e de procedimentos de monitorização dos processos implementados.

O Agrupamento apresenta algumas oportunidades de desenvolvimento futuro:

- População escolar oriunda de um tecido sociocultural considerado privilegiado que permite, em grande parte, fazer coincidir as expectativas dos alunos e respectivas famílias com as da própria escola, sem que haja grandes desperdícios e se perca o primor da função social da educação.
- Envolvimento dos pais e/ou encarregados de educação através das respectivas associações nas dinâmicas do Agrupamento.
- Visão dos pais e/ou encarregados de educação muito crítica mas solidária e cooperante com a escola dos seus filhos.
- Possibilidade de integrar na sua oferta educativa o programa “Novas Oportunidades” - novos programas para o Ensino Recorrente.
- Desenvolvimento de um projecto educativo que abranja todos os ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário.
- Projecto de construção de novos espaços na EB1 João de Deus.

No entanto, poderá defrontar-se com conjunturas adversas, face às quais terá dificuldade em reagir:

- Frustração de expectativas legítimas de alunos e de pais e/ou encarregados de educação.
- Possibilidade de saída de alunos para o ensino privado que prolifera na zona onde o Agrupamento se localiza.
- Anuência a rotinas, fortemente interiorizadas, que criam inércias de questionamento ante à necessária eficácia de implementação de processos.

GOVERNO DE PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

IGEC Inspeção-Geral da Educação e Ciência

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas Clara de Resende

PORTO

7 a 9 janeiro

2013

Área Territorial de Inspeção do Norte

1 – INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho (Despacho n.º 4150/2011, de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento de Escolas Clara de Resende – Porto, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre 7 e 9 de janeiro de 2013. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento e a Escola Básica João de Deus.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento apresentado no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2012-2013** está disponível na página da IGEC.

2 – Caracterização do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas Clara de Resende, situado na freguesia de Ramalde, na área metropolitana do Porto, foi constituído em 2005 e integra dois estabelecimentos de ensino: a Escola Básica João de Deus e a Escola Básica e Secundária Clara de Resende - escola-sede.

No presente ano letivo, de acordo com os dados do Perfil de escola referentes a outubro de 2012, a população escolar é de 1484 alunos, encontrando-se distribuída por 404 alunos no 1.º ciclo (18 turmas), 283 no 2.º ciclo (10 turmas), 389 no 3.º ciclo (14 turmas) e 408 nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário (16 turmas).

Do total de alunos matriculados, 81% do ensino básico e 82,6% do ensino secundário não usufruem de auxílios económicos no âmbito da ação social escolar. Cerca de 97% dos discentes têm naturalidade portuguesa e 92% dos alunos do ensino básico e 97% do ensino secundário têm computador com ligação à Internet em casa.

A análise das habilitações literárias dos pais e encarregados de educação (conhecidas as habilitações de 85%) revela que a percentagem de pais e encarregados de educação dos alunos do ensino básico e do ensino secundário com formação superior é, respetivamente, de 43% e 41% e com formação secundária e superior de 68% e 62%, respetivamente. No que respeita às profissões (conhecidas as de 74% dos pais e encarregados de educação), a sua distribuição mostra que 51,6% dos pais e encarregados de educação dos alunos do ensino básico e 50% do ensino secundário têm profissões ao nível de técnico superior e intermédio.

A equipa docente é constituída por 131 professores, dos quais 84% são dos quadros. A experiência profissional é significativa, pois 83,2% lecionam há 10 anos ou mais. O pessoal não docente é constituído por 45 trabalhadores, dos quais 29 são assistentes operacionais, 12 assistentes técnicos e quatro técnicos superiores, tendo a maioria contrato em funções públicas por tempo indeterminado.

Em 2010-2011, ano para o qual há referentes nacionais calculados, os valores das variáveis de contexto do Agrupamento, nomeadamente a percentagem de alunos sem ação social escolar, a média do número de anos da habilitação dos pais, a percentagem de docentes do quadro dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário, a média de alunos por turma nos 4.º, 6.º, 9.º e 12.º anos e a percentagem de raparigas no 4.º ano, situavam-se acima dos valores medianos registados nas escolas do mesmo grupo de referência. A percentagem de professores do quadro do 1.º ciclo, a idade média dos alunos nos 4.º, 6.º, 9.º e 12.º anos e a percentagem de raparigas nos 6.º, 9.º e 12.º anos estavam abaixo desses valores medianos.

3- Avaliação por domínio

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – Resultados

Resultados académicos

Em 2010-2011, tendo em consideração as variáveis de contexto económico, social e cultural, as taxas de conclusão dos 4.º e 12.º anos, a percentagem de positivas nos exames nacionais do 9.º ano, a média das classificações de Português, Matemática e História nos exames nacionais do 12.º ano e a percentagem de positivas nas provas de aferição de Matemática do 6.º ano estão acima das que, em média, se registaram

nas escolas do mesmo grupo de referência e com valores análogos nas variáveis de contexto. Por sua vez, as percentagens de positivas nas provas de aferição do 4.º ano e na prova de aferição de Língua Portuguesa do 6.º ano são de nível idêntico às que, em média, se registaram nessas outras escolas e as taxas de conclusão do 6.º e 9.º anos estão abaixo desse valor.

Quando comparados os resultados observados no Agrupamento com os das escolas do mesmo grupo de referência, verifica-se que estão acima e muito acima da mediana, com exceção das taxas de conclusão dos 6.º e 9.º anos com potencial de melhoria.

A análise dos resultados escolares focada no último triénio revela uma evolução nas taxas de transição/conclusão dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e um decréscimo na taxa de conclusão dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário. No que se refere aos resultados das avaliações externas dos alunos, há evidências de superação dos nacionais, à exceção das médias das classificações de exame do 12.º ano de Português e História em 2012. Ao longo dos últimos três anos, a média da classificação interna nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática do 9.º ano, de Português, Matemática e História do 12.º ano e de Biologia e Geologia e Física e Química do 11.º ano aproxima-se da média da classificação obtida nos exames nacionais, à exceção de Português, em 2012, em que se regista um afastamento mais expressivo entre estas duas médias (4,5 valores). O Agrupamento está atento a este diferencial, mas precisa de ser mais célere na identificação das reais causas e na aplicação de medidas ajustadas.

Está instituída a prática sistemática dos órgãos de direção, administração e gestão e das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica monitorizarem e avaliarem os resultados dos alunos e de estabelecerem comparações com os valores obtidos nas turmas do mesmo ano de escolaridade e com os valores nacionais, sendo (re) definidos e implementados os respetivos planos de melhoria. Decorrente desta prática, o Agrupamento identifica áreas de sucesso e insucesso e procede à formulação de ações de melhoria de modo a aumentar/consolidar o sucesso escolar.

No ensino básico, o abandono escolar é inexistente. No ensino secundário, existem algumas anulações de matrícula/desistências, necessitando o Agrupamento de criar mecanismos de monitorização destas situações.

RESULTADOS SOCIAIS

É evidente que neste Agrupamento se combina um forte investimento nos conhecimentos científicos dos alunos com a educação para a cidadania, sendo o desenvolvimento do processo educativo orientado por valores de respeito pelos outros, de solidariedade e de responsabilidade. Os alunos participam em diversos projetos e atividades, bem como na tomada de decisão através dos seus representantes nos órgãos de direção, administração e gestão, na assembleia de delegados de turma e na associação de estudantes, colaborando e corresponsabilizando-se em iniciativas promotoras da vivência ativa da cidadania. No entanto, o seu efetivo envolvimento na conceção e reformulação do plano de atividades da turma, bem como no processo de autoavaliação organizacional, carece de ser repensado de modo a reforçar a sua corresponsabilização e participação na vida escolar.

A educação para os valores tem expressão num conjunto de iniciativas de natureza cívica que estimulam o espírito de solidariedade dos alunos, nomeadamente no âmbito do projeto *Clara Solidária*/*Clara Ajuda* e de campanhas diversas de apoio social levadas a efeito pelo Agrupamento em colaboração com organizações não-governamentais.

Os discentes conhecem as regras do regulamento interno e assumem o Agrupamento como seu, considerando-se os seus elementos centrais. O clima de aprendizagem e de convivência cívica contribuem para que o comportamento dos alunos seja de, um modo geral, disciplinado. Os incidentes disciplinares são monitorizados e devidamente enquadrados os casos mais críticos. Fruto de uma

atuação concertada, gerida pela equipa disciplinar, tem vindo a registar-se uma diminuição do número de participações, não sendo expressivo o número de faltas muito graves.

Apesar de ter conhecimento da percentagem de alunos que no final do 12.º ano ingressam no ensino superior e em que cursos, faltam mecanismos de monitorização que lhe permitam avaliar, com rigor, o real impacto da escolaridade nos percursos escolares dos alunos e (re)orientar a sua ação educativa.

Reconhecimento da comunidade

A comunidade educativa, nas respostas aos questionários aplicados aos encarregados de educação, professores, pessoal não docente e alunos e nas entrevistas, demonstra estar muito satisfeita com a qualidade do ensino ministrado no Agrupamento e com o seu grau de exigência. O indicador que revela um índice mais baixo de satisfação prende-se com o funcionamento e a qualidade do serviço de refeitório.

A aposta do Agrupamento na relação do saber com o desenvolvimento das competências e a preparação dos alunos para o prosseguimento de estudos concorre para a valorização das aprendizagens feitas. Neste sentido, para além do reforço positivo aquando da realização da avaliação das aprendizagens e da participação dos alunos em projetos e exposições, destaca-se a atribuição de prémios aos alunos laureados, substantivada na entrega de diplomas nas comemorações do *Dia da Escola*, que servem de reconhecimento e de estímulo aos discentes que se distinguiram pelos resultados académicos e sociais.

A estreita relação do Agrupamento com a Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia de Ramalde é bem visível na articulação do plano anual de atividades com as iniciativas autárquicas, sendo reconhecido o contributo do Agrupamento para o desenvolvimento da comunidade envolvente.

Em conclusão: A ação do Agrupamento tem produzido um impacto consistente e, em regra, acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **MUITO BOM** no domínio **Resultados**.

3.2 – Prestação do serviço educativo

Planeamento e articulação

Destacada como uma fragilidade na avaliação externa realizada em 2007, a articulação curricular constitui um dos eixos de ação do projeto educativo do Agrupamento e é concretizada, no ensino básico, de modo a promover a sequencialidade de conteúdos. Neste âmbito, entre o 1.º e o 2.º ciclos, o planeamento da articulação é feito através de reuniões entre professores destes dois níveis de ensino e delas resultou um documento que enuncia o que se espera dos alunos quando ingressarem no 2.º ciclo. No caso do Português e da Matemática o esforço de articulação continua mediado por um representante de cada um destes níveis de ensino que, sendo porta-vozes dos outros professores, definem prioridades, partilhando-as com os colegas e preparando o apoio a alunos que, na transição de ciclos, dele necessitem. Também a coadjuvação feita por professores do 2.º ciclo, com horário incompleto, ao 1.º ciclo na área da Música contribui para que esta articulação aconteça.

Entre os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico estão instituídas dinâmicas que potenciam o trabalho cooperativo, a sequencialidade das aprendizagens e a articulação vertical e horizontal. Para o efeito foram constituídas equipas pedagógicas e instituídas reuniões semanais dessas equipas, com duas formas distintas de funcionamento, que, alternadamente, focam questões pedagógicas e questões curriculares, com agendas previamente definidas.

No caso do ensino secundário existem também condições que promovem a partilha e o trabalho colaborativo de professores em torno de procedimentos de articulação e de atenção específica a alunos que dela necessitam. Ainda no que ao planeamento diz respeito, os professores de uma mesma disciplina planificam conjuntamente a avaliação das aprendizagens, situação que, a par de outros efeitos, contribui para assegurar a coerência entre o ensino e a avaliação. O cuidado que é colocado na análise dos resultados obtidos pelos alunos permite que atempadamente sejam definidos os apoios a alunos que revelem dificuldades. Nesta ação, é evidente o papel da coordenação de diretores de turma e do conselho pedagógico na recolha e análise de dados que permitam definir medidas para suprir dificuldades detetadas.

Estando o Agrupamento situado nas proximidades da Casa da Música, do Museu de Serralves e do complexo desportivo do Boavista é estreito o seu relacionamento com estas instituições que participam em atividades que envolvem alunos. O mesmo acontece com a Junta de Freguesia de Ramalde, a quem está atribuída, por delegação da Câmara Municipal do Porto, a responsabilidade de organizar as atividades de enriquecimento curricular frequentadas pelos alunos do 1.º ciclo. Estas atividades, enquadradas num plano apresentado ao Agrupamento no início do ano letivo, são articuladas com os professores titulares de turma e periodicamente com representantes dos grupos de recrutamento. A articulação existente entre as várias formas de prestação do serviço educativo é igualmente evidente no plano anual de atividades do Agrupamento que é construído a partir de propostas dos departamentos que procuram que essas atividades sejam multidisciplinares.

PRÁTICAS DE ENSINO

Tendo por referência uma análise aprofundada dos resultados, no sentido de serem identificadas as principais dificuldades na aprendizagem, são atempadamente definidas medidas de apoio educativo. Para os alunos com necessidades educativas especiais são mobilizados os recursos necessários para responder adequadamente à especificidade de cada discente, registando-se um trabalho articulado entre os elementos que integram as estruturas de apoio. Para os alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou problemas psicossociais, o Agrupamento implementa, designadamente apoios pedagógicos no ensino básico, inserção em grupos de nível no 6.º ano, tutorias e salas de estudo. É de realçar ainda que estes apoios são devidamente monitorizados e reajustados quando é detetada a sua inadequação. Ao nível da diferenciação pedagógica, as práticas desenvolvidas pelo Agrupamento estão, no entanto, direcionadas mais para os alunos com dificuldades de aprendizagem do que para os discentes com capacidades excecionais. Embora se perceba a preocupação dos professores em ultrapassar as situações de dificuldades de aprendizagem, o Agrupamento, dadas as características económicas, sociais e culturais da sua população escolar e os bons resultados académicos, carece de iniciativas que, de forma sistemática e estruturada, potenciem o desenvolvimento das aprendizagens de alunos com capacidades excecionais.

Apesar de a escola-sede dispor de muito boas condições em termos de recursos materiais, mas em que os quadros interativos ainda não são muito usados, os docentes recorrem com frequência às tecnologias de informação e comunicação para a exposição de conteúdos e incentivam atividades de pesquisa de informação que, devidamente organizada, é apresentada pelos alunos à turma. Neste último procedimento, a Biblioteca tem constituído um bom recurso, nomeadamente nas possibilidades que oferece e que são mobilizadas para aprendizagens interdisciplinares.

No domínio experimental e da sua relação com o desenvolvimento do espírito científico, embora existam boas condições materiais, tanto na escola-sede como na Escola Básica João de Deus, a realização de experiências pelos alunos em sala de aula merece atenção especial no plano de melhoria a instituir. No entanto, ao nível do 4.º ano esta situação é minimizada pelo facto de a escola estar envolvida no projeto Porto Criança da Câmara Municipal do Porto, que inclui a educação científica promovida por cientistas e laboratórios reconhecidos. Por sua vez, a dimensão artística é bastante valorizada como emerge do plano anual de atividades, quer através da participação em eventos da comunidade, quer da exposição e

apresentação de trabalhos de alunos do curso de Artes e do 1.º ciclo que frequentam as atividades de enriquecimento curricular. É de realçar o facto do plano anual das atividades de enriquecimento curricular ser devidamente acompanhado e articulado com a ação dos professores titulares de turma, o que potencia os seus efeitos. Acresce que a realização destas atividades na escola-sede tem o efeito de socializar os alunos com este espaço escolar e de potenciar algumas condições de interação com professores dos restantes níveis de escolaridade, facilitando assim a integração dos alunos no 5.º ano de escolaridade.

A atividade dos docentes e o acompanhamento da prática letiva é acompanhada pelos órgãos de gestão intermédia, embora de forma indireta, no sentido de monitorizar o cumprimento dos programas, coordenar processos de planificação e avaliação de aprendizagens e identificar situações de alerta devido a resultados de alunos. No entanto, não está implementada a supervisão da prática letiva na sala de aula e nas possibilidades que pode oferecer para o desenvolvimento profissional docente.

Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens

Os critérios de avaliação são conhecidos e compreendidos pelos diversos elementos da comunidade escolar e são utilizados para monitorizar o percurso escolar dos alunos. Nesta monitorização e avaliação das aprendizagens dos alunos, o Agrupamento, através da atividade «Pais na Escola», consegue o envolvimento dos encarregados de educação a quem vai dando, sistematicamente, conta do modo como os seus educandos estão a reagir.

Recorrendo a práticas de avaliação nas modalidades de diagnóstico, formativa e sumativa, para além das fichas de atividades que envolvem os alunos na construção sistemática de aprendizagens, o Agrupamento procura instituir processos que promovam o sucesso e garantam a eficácia das medidas adotadas. Por sua vez, o recurso a estas modalidades de avaliação e o cuidado que é colocado na análise dos resultados obtidos pelos alunos permitem prevenir situações de insucesso e de desmotivação. Também o facto dos testes de avaliação serem construídos em conjunto pelos professores da mesma disciplina, mesmo que não aplicados de modo igual a todas as turmas, e de coletivamente serem analisados os resultados contribui para a deteção de problemas que possam surgir e para a utilização da avaliação como um dispositivo regulador dos processos de desenvolvimento do currículo.

O abandono escolar é inexistente no ensino básico, mas no ensino secundário ocorrem algumas situações de desistência, por anulação de matrícula ou exclusão por faltas, particularmente nos cursos científico-humanísticos de Línguas e Humanidades.

Em conclusão: Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas generalizadas e eficazes. A ação desenvolvida pelo Agrupamento nos campos em análise tem proporcionado um impacto consistente e, em regra, acima do valor esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos, o que justifica a atribuição da classificação de **MUITO BOM** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – Liderança e gestão

Liderança

O projeto educativo do Agrupamento, cujo lema é uma *Escola para todos* numa *Escola toda*, define finalidades e identifica, em domínios de intervenção que considerou prioritários, as áreas de melhoria, as estratégias a implementar e as metas a atingir. Embora exista a necessidade de definir a evolução esperada pelo Agrupamento, consubstanciada em metas quantificadas e avaliáveis a alcançar durante a vigência do projeto educativo e de consolidar a articulação entre os diversos documentos estruturantes, emerge deste planeamento uma visão de escola orientada para o desenvolvimento do processo de ensino-

aprendizagem, centrada na promoção de uma cultura de rigor, exigência e esforço e de respeito pela individualidade de cada aluno na heterogeneidade, no reforço da autoridade dos docentes e no incentivo à valorização da escola pelos pais e encarregados de educação.

A comunidade educativa mostra-se coesa e consciente do seu papel no patrocínio de uma visão de escola e na resolução dos problemas existentes. Ressalta o sentido de pertença e de identificação com o Agrupamento que é fomentado no quotidiano escolar pelas diferentes lideranças, através de iniciativas pertinentes, com destaque para a celebração do *Dia da Escola*, a preservação do património da escola, a divulgação dos resultados académicos, a adesão a iniciativas de entidades públicas e privadas e a integração de atividades promovidas pelas associações de pais e encarregados de educação no plano anual. O Agrupamento, tal como se verificou na avaliação externa de 2007, mantém uma boa imagem na comunidade, o que motiva a sua procura por uma população escolar com elevadas expectativas, muito orientadas para o prosseguimento de estudos, o que tem condicionado a sua oferta formativa.

A direção conhece bem a sua área de ação e pratica uma gestão motivadora do comprometimento e responsabilidade das lideranças intermédias, dos docentes e não docentes na prossecução dos objetivos do Agrupamento.

O Agrupamento estabelece uma relação efetiva com entidades públicas e privadas, desde logo com as autarquias e organizações não-governamentais, traduzida, designadamente na participação de alunos e profissionais em projetos e iniciativas de formação e de socialização, com impacto na prestação do serviço educativo. Contudo, apesar de o Agrupamento estar envolvido em projetos locais e nacionais, poderia ser mais ativo na procura de projetos inovadores, convergentes com o seu projeto pedagógico.

A adequação e a funcionalidade da escola-sede e dos equipamentos são evidentes, fruto das recentes obras de requalificação, embora a comunidade escolar ainda se encontre numa fase de apropriação dos novos espaços e equipamentos. Ainda que a escola-sede tenha de recorrer à mobilização dos recursos da comunidade educativa para colmatar a insuficiente dimensão do pavilhão gimnodesportivo, a sua requalificação permite compensar a falta de espaços físicos da Escola Básica João de Deus, possibilitando aos alunos do 1.º ciclo a frequência das atividades de enriquecimento curricular no seu edificado.

Gestão

A direção, tendo por base as grandes linhas orientadoras do projeto educativo e as orientações emanadas do conselho pedagógico, bem como as opiniões e sugestões dos diferentes atores educativos, realiza com rigor o planeamento global do ano letivo, direcionando a ação educativa do Agrupamento para a melhoria da qualidade das aprendizagens e para o desenvolvimento da cidadania.

Numa lógica de racionalidade, a gestão dos recursos é efetuada criteriosamente, em ordem a um desempenho eficiente e à satisfação dos envolvidos. O princípio da continuidade é privilegiado na gestão dos recursos humanos, designadamente dos docentes, mas também são tidas em conta as características pessoais e profissionais que possam potenciar ou dificultar o desempenho dos elementos da comunidade escolar. É notória a tendência para valorizar, na distribuição de serviço, a continuidade das equipas pedagógicas e a atribuição e o exercício do cargo de diretor de turma, revelando a importância conferida à prossecução de um trabalho consequente com os alunos. É dada atenção ao acolhimento e integração de novos professores pela direção e pelos responsáveis das estruturas intermédias, sendo-lhes fornecidos os documentos orientadores da ação educativa. Os novos professores sentem-se bem e salientam o ambiente acolhedor e promotor do crescimento profissional proporcionado pelo Agrupamento.

A constituição de turmas e a elaboração dos horários das turmas e dos docentes são organizadas com a preocupação de racionalizar a gestão do tempo e facilitar o trabalho das equipas pedagógicas em reuniões de coordenação curricular e pedagógica, bem como a participação dos alunos em atividades de

apoio educativo ou de enriquecimento curricular. Dado que as escolas funcionam em regime duplo, estão previamente fixados os turnos em que vão funcionar os diferentes anos de escolaridade.

O desenvolvimento profissional é promovido através do trabalho cooperativo, com expressão nas reuniões das equipas pedagógicas, onde se trocam experiências e estratégias. O plano de formação, elaborado a partir da auscultação dos trabalhadores, não teve resposta por parte do Centro de Formação e internamente também não têm sido rentabilizados recursos para o efeito. Os assistentes operacionais participaram numa ação de formação sobre comunicação e atendimento promovida por uma entidade privada que, através do programa *Porto de Futuro* da Câmara Municipal, colabora com o Agrupamento.

Para a comunicação interna e externa têm sido usadas as formas habituais de informação escrita ou oral, sendo de sublinhar a importância crescente do correio eletrónico, disponibilizando uma conta própria a trabalhadores, assumido como prática generalizada de comunicação. No entanto, o recurso ao correio eletrónico para acesso à informação parece não colher a satisfação generalizada do pessoal não docente, faltando reforçar os processos de comunicação interna e externa, quer através da otimização dos recursos informáticos, quer da diversificação dos meios utilizados em função dos destinatários.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

As diversas lideranças e a comunidade escolar, em geral, revelam capacidade de autorregulação, facto que contribui para a melhoria do trabalho educativo, a sustentação dos resultados escolares e o aperfeiçoamento da gestão organizacional.

Tal como já acontecia na avaliação externa, realizada em março de 2007, estão instituídos procedimentos de autoavaliação promotores de ações de melhoria, desenvolvidos por uma comissão de avaliação interna. Com efeito, foi com base num relatório elaborado por uma comissão e nos resultados da última avaliação externa, entre outros documentos, que foram elencados os pontos fortes e fracos para a reformulação do projeto educativo, permitindo, assim, direcionar a atenção para as áreas de maior fragilidade e dar-lhes prioridade.

A atual comissão de avaliação interna, mandatada para monitorizar o projeto educativo, reajustados os instrumentos de avaliação de forma a corresponderem aos objetivos deste documento estruturante, produziu o primeiro relatório do triénio 2010-2011 a 2013-2014, com os dados recolhidos sobre «o grau de concretização do projeto educativo», «desempenho da organização» e «resultados escolares». No ano transato, foram ainda aplicados questionários de satisfação a professores, pessoal não docente, alunos e encarregados de educação que abrangem outras dimensões do funcionamento do Agrupamento. Contudo, as competências da comissão de avaliação interna definidas no regulamento interno, se efetivas, podem dar maior robustez ao processo de autoavaliação, tornando-o mais abrangente e dotando os referenciais com indicadores de medida, de modo a potenciar a elaboração de planos de melhoria em diferentes áreas de funcionamento do Agrupamento.

Ainda que a reflexão dos responsáveis sobre os relatórios de autoavaliação tenha norteado as tomadas de decisão ao nível do planeamento da atividade educativa e conduzido à implementação de ações de melhoria, há a necessidade de aprofundar o impacto da autoavaliação na organização e nas práticas profissionais, bem como de encontrar formas de envolver a comunidade educativa em todo o processo de autoavaliação.

Em conclusão: Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes. A ação desenvolvida pelo Agrupamento nos campos em análise tem proporcionado um impacto consistente e, em regra, acima do valor esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares, pelo que a classificação deste domínio **Liderança e Gestão** é de **MUITO BOM**.

4 – Pontos fortes e áreas de melhoria

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- As práticas de monitorização e avaliação dos resultados escolares, com repercussão nas decisões relativas à organização do processo de ensino e aprendizagem e no bom desempenho dos alunos.
- A valorização das aprendizagens e o reconhecimento do papel educativo do Agrupamento pela comunidade educativa.
- O trabalho cooperativo de professores, com expressão nas equipas pedagógicas, potenciador da adequação da ação pedagógica e curricular.
- As dinâmicas instituídas para a deteção atempada das dificuldades de alunos e o apoio à sua remediação.
- As lideranças mobilizadoras da comunidade educativa no patrocínio de uma visão de escola e na resolução dos problemas existentes, com reflexos na elevada procura do Agrupamento por alunos e famílias.
- A gestão criteriosa dos recursos humanos, potenciadora do desenvolvimento pessoal e organizacional.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- A identificação mais célere das reais causas do diferencial entre as médias da classificação interna e de exame de Português do 12.º ano, em 2012, em ordem à aplicação de medidas ajustadas.
- A monitorização e supervisão da prática letiva em contexto de sala de aula, de modo a potenciar metodologias ativas e experimentais de ensino e aprendizagem, numa lógica de desenvolvimento profissional dos docentes.
- A consolidação do processo de autoavaliação, tornando-o mais abrangente, definindo metas quantificadas e avaliáveis e dotando os referenciais com indicadores de medida, de modo a aprofundar o seu impacto na melhoria da organização e das práticas profissionais.

A Equipa de Avaliação Externa:

Carlinda Leite, Maria Madalena Moreira e Rosa Maria Paulo

Concordo. À consideração do Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, para homologação.

A Subinspetora-Geral da Educação e Ciência

ass) Maria Leonor Duarte

10-05-2013

Homologo.

O Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar

ass) João Casanova de Almeida

04-06-2013

Na sequência do V. Ofício nº S/05630/RN/09, de 01 Junho de 2009, recebido no dia 05 de Junho relativo ao envio do relatório de avaliação externa deste agrupamento, somos a enviar o relatório contraditório.

Sem colocar em causa o relatório da avaliação externa produzido pela IGE, apenas exercemos o direito de discordar (vulgo contraditório), sobretudo quando consideramos que alguns aspectos foram subavaliados, outros sobrevalorizados e outros ainda omitidos. No entender desta Comissão o relatório produzido deveria conter:

- No domínio **1.RESULTADOS**:
  - Para uma maior motivação dos alunos para o prosseguimento de estudos e porque se deve valorizar um trabalho desenvolvido ao longo de três anos, onde se incluem atitudes, hábitos de estudo e de trabalho, dão os professores deste Agrupamento mais apreço ao esforço que aos resultados. A nossa população escolar apresenta diversas situações graves associadas a absentismo, abandono precoce, insucesso -, características de uma população social, cultural e economicamente desfavorecida associada a altos índices de desemprego, dependência de álcool e drogas, desestruturação familiar e desvalorização da escola.
  - É uma escolha assumida, de uma escola inclusiva, trabalhar com e aceitar alunos que à partida podem indiciar comportamentos de maior risco e menor aproveitamento escolar. Acrescente-se que relativamente a um determinado tipo de alunos, bons, maus, mais ou menos, estes surgem ciclicamente.
  - Elevado número de desistências e anulações de matrícula e consequente não conclusão de um ciclo de estudos, é apenas parcialmente correcto, uma vez que estes pontos se prendem, na sua maioria com um ingresso na vida activa ou escolhas alternativas de formação, ou ainda mudanças de residência.
  - Quanto às assembleias de alunos, estas já estão instituídas em 7 turmas, apelidadas de turmas piloto, por servirem de modelo a adoptar e/ou alterar, alargando a outras.
  - No que concerne à vandalização das instalações, é senso comum que "degradação chama degradação" e esta não é mais que uma consequência das demolições das obras de requalificação em curso e até 2010.
  - As evidências de melhoria referidas na (in)disciplina não resultam só das medidas implementadas no âmbito do TEIP, resultam também de mediação e persuasão de todos os agentes educativos combatendo todo o tipo de constrangimentos (roubos, bullying, agressões, chantagem, etc.)

- No domínio **2.PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO**:
  - Considera a IGE que as actividades experimentais/laboratoriais são irregulares. Reiteramos que por estar a decorrer uma requalificação intensa dos espaços escolares, com profundas alterações aos meios que tínhamos disponíveis - uma área geográfica escolar que duplicou, em

consequência da fusão da Escola Básica com a Secundária e um número de salas específicas que reduziu para 4 vezes menos. A escola não pode ser penalizada por ser obrigada a rentabilizar espaços que deixaram de existir neste ano lectivo. De 4 laboratórios ficamos com 1. De considerar será como se conseguiu funcionar e garantir o mínimo nestas condições, e ainda conseguimos colocar em funcionamento mais 1 curso profissional, 2 turmas de alfabetização, 3 turmas de EFA, além das outras 52 turmas.

- No que concerne aos apoios pedagógicos para todas as disciplinas e para todos os alunos, o próprio articulado da lei prevê que os apoios pedagógicos não sejam facultados a todas as disciplinas e a todos os alunos.
- Supervisão directa – prática nacional incipiente visível apenas nos estágios, nas assessorias e na avaliação do desempenho docente, sendo esta última apenas quando requerida. Por que penalizar a nossa avaliação externa?

- No domínio **3.ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR:**

  - Como se pode inferir os constrangimentos referidos "reduzida adequabilidade, privacidade e bem-estar" a propósito do pavilhão gimnodesportivo e das EB1, não são da nossa directa responsabilidade – a primeira advém do estaleiro em que a escola se transformou em que para os mesmos alunos tínhamos 2 ginásios e actualmente para o mesmo número temos apenas 1 e a segunda pela falta de escolas básicas nesta zona oriental da cidade. Obviamente, que num curto prazo este constrangimento tornar-se-á 1 factor positivo, mas não o foi para esta avaliação.
  - À altura em que decorreu a avaliação externa deste Agrupamento, o Centro de Formação da qual o agrupamento faz parte como associado, não tinha ainda o calendário de formação traçado, mas sim e apenas as acções a ministrar.
  - Quanto ao atraso referido na entrega dos manuais escolares, tal aconteceu porque Editores e Livreiros não chegaram, atempadamente, a acordo com o Ministério da Educação.
  - A participação dos pais e encarregados de educação não é reduzida é a possível para este tipo de população. É sempre propiciado o envolvimento dos pais no processo educativo através da realização de várias reuniões ao longo do ano com os Directores de Turma e com a Comissão Executiva num aprazamento mensal, onde se lhes dá conta de vários assuntos e são ouvidos sobre vários aspectos da organização. Concomitantemente são dinamizadas acções formativas, ainda insuficientes, mas que demonstram empenho da escola em encontrar alternativas apelativas para a sua vinda à escola, que não sejam apenas para ouvir queixas sobre o comportamento/aproveitamento dos seus educandos. Partilhas e catarses – as dificuldades da educação sentidas por uns são partilhadas por muitos.

- No domínio **4 LIDERANÇA**

- O Projecto Educativo foi pensado e construído conjuntamente, ainda que na sua especificidade técnica, o grupo tivesse sido restrito. Decorreu muito pouco tempo, apenas 1 ano e meio, desde a fusão das escolas, que apesar de apenas separadas por um muro vivenciavam experiências diferentes.
- Com o decreto-lei nº 75/2008 o Conselho Pedagógico teve de restringir os seus membros, tornando-se um órgão eminentemente pedagógico e consultivo, daí os representantes do pessoal não docente, bem como outros serviços, não terem assento neste órgão por excederem o número previsto na lei.
- A "reduzida eficácia" dos Cursos Profissionais deve-se tão-somente a não existir ainda uma cultura valorativa dos mesmos, uma vez que foram implementados na escola no ano lectivo anterior. Tivemos em conta os recursos materiais e humanos existentes, assim como as expectativas, e interesses dos alunos e encarregados de educação e as necessidades de mão-de-obra no mercado de trabalho.

- No domínio **5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO**
  - Processo de auto-avaliação sistemático sim, ainda que não por entidades externas, uma vez que, como é afirmado o Agrupamento sabe o seu rumo, as suas fraquezas e os seus pontos fortes.

Porto e Agrupamento de Escolas do Cerco, 16 de Junho de 2009

A Presidente da Comissão Executiva Instaladora

Ludovina Garcia Campinho Costa

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Agrupamento de Escolas do Cerco

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CERCO

PROJETO EDUCATIVO

2013-2017

POPH QUALIFICAR É CRESCER. | QREN QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL | GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA | UNIÃO EUROPEIA Fundo Social Europeu

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 3
CONTEXTO SOCIAL ENVOLVENTE - Caracterização 7
O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CERCO – caracterização 12
Caracterização das Escolas do AEC 16
Oferta Formativa 18
Caracterização dos Discentes 19
Caracterização do Pessoal Docente e Não Docente 22
Parcerias 24
DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO: PONTOS FORTES, PONTOS FRACOS 26
PRIORIDADES EDUCATIVAS 30
METAS A ALCANÇAR 31
PLANO DE AÇÃO 33
AVALIAÇÃO 36

"São os sonhos que seguram o mundo na sua órbita"
José Saramago

INTRODUÇÃO

O **Projeto Educativo de Agrupamento** (PEA) é um documento que se quer funcional e estratégico. O PEA que agora se apresenta é, concomitantemente, o espelho da escola que temos e da que queremos ter. Assim sendo, é um documento orientador da ação pedagógica da escola, flexível o suficiente para aceitar novas propostas, porém conhecedor do rumo que quer para o **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CERCO** (AEC).

Na elaboração do **PEA** esteve sempre presente o facto de o **AEC** estar integrado no Programa TEIP3[1] e, por conseguinte, os princípios da filosofia subjacente à criação de **Territórios Educativos de Intervenção Prioritária**, não podem, nem devem ser descurados. Assim sendo, os objetivos centrais do **Programa TEIP3**:

- Melhorar a qualidade das aprendizagens traduzida no sucesso educativo dos alunos.
- Combater a indisciplina, o abandono escolar precoce e o absentismo.
- Criar condições para a orientação educativa e a transição qualificada da escola para a vida ativa.
- Promover a articulação entre a escola, os parceiros sociais e as instituições de formação presentes no território educativo.

[1] O Terceiro Programa de Territorialização de Políticas Educativas de Intervenção Prioritária (TEIP3) foi criado pelo Despacho Normativo do Ministro de Educação, de 25 de setembro de 2012, surgindo na sequência do Programa TEIP2 e de outras medidas de apoio às populações mais carenciadas e como resposta às necessidades e às expectativas dos alunos. Retoma, também, o Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária criado através do Despacho n.º 147-B/ME/96, de 1 de agosto.

são, de forma adaptada à nossa realidade, metas a concretizar. Aliás, consideramos o **TEIP** uma nova oportunidade de definir e configurar o território educativo enquanto unidade geoeducativa, com direito à inclusão e à construção de identidades próprias. Este PEA procurará enformar os princípios do TEIP3, ao mesmo tempo que responde às idiossincrasias do meio, e valoriza a diferença e a diversidade pela discriminação positiva de alunos que pertencem a contextos socioeducativos particulares.

Temos presente que a escola, na sociedade atual, é um tempo, um espaço, um sistema de interações sociais. Tentaremos ajustar as práticas ao contexto real, ou seja, aos destinatários deste **Projeto Educativo TEIP3**, numa perspetiva de sucesso escolar e, sobretudo, de vida para os nossos alunos. O **PEA** dimensiona-se no diálogo permanente entre os vários agentes educativos, desenvolvendo estratégias e linhas de ação conducentes a preparar cidadãos intervenientes e críticos que assumam o saber como um percurso/desafio para a vida. Pretende ser o instrumento fundamental que define, de modo global, coerente e articulado, todos os aspetos da vida da Escola: grandes linhas de orientação estratégica, linhas de ação e metas, que promovam a articulação de docentes com percursos e motivações diversas, fortalecendo o trabalho cooperativo e colaborativo e garantindo o reforço do sucesso educativo.

O **PEA** do **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CERCO** pauta-se pelo realismo, pela flexibilidade, pela eficácia, pela capacidade de comunicação e pela democraticidade processual, assumindo-se, desta forma como um documento operativo e mobilizador. Não obstante, a dimensão do real, não colocamos de parte a dimensão onírica, capaz de nos projetar no e para o futuro. Só a vontade se superação, o “querer mais”, nos fará progredir, ir mais além, sem perder nunca o norte, nem deixarmos de estar cientes do caminho percorrido e a percorrer.

Este documento é, portanto, (mais) um núcleo de intervenção, confrontando a comunidade educativa com a responsabilidade de se refletir em termos dinâmicos, analisando a Escola que temos e que somos, os seus pontos fortes e fracos, definindo a missão do Agrupamento que queremos (e podemos) juntos construir.

De acordo com os normativos legais em vigor, um Projeto Educativo é

> "o documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo as quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa.[2]"

Tal definição faz do **Projeto Educativo** um documento orientador da prática educativa ao mesmo tempo que é expressão de identidade e de autonomia, construídas pela consciência progressiva de um processo que se pretende inovar no futuro.

O presente **Projeto Educativo** pretende ser um documento realista, único, singular e simultaneamente funcional, que todos possam consultar como guião orientador da ação educativa a desenvolver, de fácil consulta e operacionalização. Atendendo ao facto de o Agrupamento integrar o TEIP3, e o Plano de Melhoria ser revisto anualmente, o presente **PEA** será revisto de forma ordinária no início de cada ano letivo, ou em outra ocasião, caso o Conselho Geral e ou Conselho Pedagógico assim o entenda. Uma vez que o **PEA** se quer um documento participado, operacional e não uma mera resposta a um quadro normativo, metodologicamente, auscultamos os grupos disciplinares, recorremos aos resultados dos questionários fornecidos pela

[2] alínea a), artº 9, do Decreto-Lei 137/2012 de 2 de julho

IGEC[3], relatório da IGEC, Relatório da Equipa Autoavaliação, Relatórios produzidos pela Equipa TEIP, a fim de elaborar um documento estratégico e operativo.

Passo a passo… Construindo o futuro - Entendemos assim voltar a nomear o Projeto Educativo do Agrupamento, na medida em que consideramos que o futuro já começou. Começámo-lo já a trabalhar e continuaremos a fazê-lo, conscientes de que este "projeto não é uma simples representação do futuro, mas um futuro para fazer, um futuro a construir, uma ideia a transformarem ato[4]" (Barbier, 1996).

Missão

Cumprir o serviço público de educação em articulação com o M.E.C. e a colaboração permanente da autarquia e parceiros otimizando um modelo pedagógico centrado na melhoria da aprendizagem dos alunos.

Visão

Ser reconhecido como Agrupamento de referência entre os que apresentam melhores práticas pedagógicas a nível local e regional.

[3] Disponibilizados na Página do Agrupamento de Escolas do Cerco
[4] BARBIER, Jean-Marie – Elaboração de Projetos de Ação e Planificação. Porto Editora: Porto, 1996.

CONTEXTO SOCIAL ENVOLVENTE - Caracterização

O Agrupamento de Escolas do Cerco está situado na zona oriental da Cidade do Porto, freguesia de Campanhã. A freguesia de Campanhã localiza-se no extremo oriental do concelho do Porto. É delimitada a sul pelo rio Douro, a este e a nordeste pelo município de Gondomar, e a oeste, pelas freguesias de Bonfim e Paranhos, com uma área de 8,13 km2, que é a morada, segundo os Censos de 2011, de 32.652 pessoas (a terceira freguesia mais populosa do concelho[5], com 14 bairros sociais). De acordo com os dados do Censos de 2011, residem em Campanhã 12995 famílias clássicas[6] (os dados de 2001, apontavam para 13 786) e 18 famílias institucionais[7] (os dados de 2001, apontavam para 13).

Em 1994, sensivelmente há 20 anos, Campanhã em geral, e o Vale e Campanhã, em particular, era vista pela autarquia como:

- uma das zonas urbanas mais desfavorecidas quer da cidade quer da Área Metropolitana do Porto;
- zona periférica pautada por uma forte degradação sócio urbanística e ecológica;
- zona de declínio industrial;
- zona onde existem reminiscências de uma agricultura de subsistência feita de forma informal e desordenada; zona possuidora de uma estrutura demográfica relativamente jovem face ao cômputo geral;
- zona caracterizada por uma forte desintegração dos ativos residentes do

[5] De acordo com o Censos de 2011, as freguesias mais populosas são Paranhos, Ramalde, Campanhã, Bonfim e Lordelo do Douro.
[6] Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.
[7] Família institucional: Conjuntos de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objetivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.

mercado de trabalho;

- zona afetada por programas consecutivos de realojamento, sem articulação com políticas urbanas mais globais o que a tem transformado em «zona-depósito» de Bairros sociais e de problemas sociais;
- zona de forte concentração espacial de pessoas carenciadas o que se traduz em efeitos perversos ao nível da produção e da reprodução de determinados problemas sociais, de que são exemplo, certos comportamentos desviantes;
- zona onde as populações (nomeadamente oriundas de bairros) se vão afirmando pela negativa, acentuando estigmas sociais; inadaptação à escola e dificuldades de integração laboral da população juvenil[8].

Vinte anos volvidos e a caracterização da zona é idêntica. Nesta freguesia, como em todo o território nacional, verifica-se uma tendência para o envelhecimento da população. No entanto, no que se refere aos bairros sociais da freguesia, a tendência é a inversa. De uma forma geral, a população residente nos bairros municipais de Campanhã é mais jovem do que a média da freguesia e do concelho. Relativamente à escolaridade, podemos constatar baixos níveis de escolaridade da população residente na freguesia de Campanhã, o que se acentua ainda mais nos Bairros de Habitação Social / Camarária do território: perto de 20% da população não tem qualquer grau de escolaridade, cerca de 30% tem o 1º ciclo do ensino básico, e menos de 10% atinge o 3º ciclo de escolaridade (Censos, 2001). Segundo dados dos Censos (INE, 2001), a taxa de desemprego na freguesia de Campanhã é de 13,7% (a maior do Concelho do Porto), sendo significativamente mais alta que a taxa nacional (6,7%). No que se refere à população residente nos bairros municipais de Campanhã, este valor é ainda mais alto e preocupante - 30,3% (Estudo Socioeconómico da

[8] Dados recolhidos no âmbito da Candidatura ao Programa URBAN: Câmara Municipal do Porto/Pelouro da Habitação, Ação Social e Proteção Civil, *Intervenção URBAN- Vale de Campanhã,* Porto, Câmara Municipal do Porto, 1994.

Habitação Social, CMP, 2001).

A freguesia de Campanhã concentra o maior número de Bairros Sociais e Camarários da Cidade - Cerco, Falcão, Lagarteiro, Pego Negro, Machado Vaz, S. Roque, S. João de Deus, Antas, Contumil, Monte da Bela e Ilhéu. Note-se, ainda, que os realojamentos de outros Bairros da cidade são feitos nesta zona (ie.: Bairro do Aleixo).

Nesta freguesia coabita um grande número de indivíduos da comunidade cigana, oriundos do bairro de S. João de Deus e outros, que, anualmente, são integrados nas escolas pelo facto de terem sido realojados no Bairro do Cerco.

Paula Guerra, socióloga e docente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, apresentou no "V Congresso Português de Sociologia" uma comunicação intitulada: "Contextos de vivência no bairro do Cerco do Porto: Cenários de pertenças, de afetividades e de simbologias". Aí debruça-se sobre as auto e heteroimagens dos habitantes do Bairro do Cerco, notando que

> ao confrontarmos os habitantes com a imagem pública do seu próprio Bairro face aos outros bairros de habitação social do Vale de Campanhã e da freguesia de Campanhã, podemos considerar que as representações dos habitantes refletem gradações diversas, consoante o «ambiente social» e «construído» referente a cada bairro em particular. Num pólo positivo, o Bairro do Falcão é classificado como tendo um «ambiente social» «muito bom» e «bom», seguido pelo Bairro de S. Roque da Lameira e pelo Bairro de Contumil, classificados entre o «bom» e o «razoável». Num outro pólo, constituído por apreciações negativas, situam-se o Bairro do Cerco do Porto com um «ambiente social» medíocre, o Bairro do Lagarteiro oscilando ente o «medíocre» e o «mau» e por fim, o Bairro S. João de Deus, assumindo as categorizações de «mau» e de «muito mau». Não deixa de ser significativo observar que na hierarquização dos espaços, os próprios residentes assumem sentimentos de automarginalização, embora o seu próprio Bairro não se situe na posição mais desfavorável no contexto de freguesia de residência[9].

[9] Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628c6cc864eb_1.pdf (acedido a 13 de outubro de 2013)

Importa referir que o Bairro S. João de Deus foi demolido (última fase em 2008) e grande parte da sua população realojada no Bairro do Cerco. Em parte, as representações (auto representações) dos habitantes sobre os bairros que habitam refletem-se no ambiente das escolas.

O Bairro do Cerco do Porto foi construído na década de 60. O objetivo primordial da construção deste Bairro Social (e de outros que surgiram posteriormente) foi de albergar famílias oriundas de zonas pobres e degradadas da cidade do Porto, de baixo nível social e cultural, de parcos recursos financeiros e baixas expectativas devido, sobretudo, à existência de desemprego e consequente ausência de projetos de vida, obrigando muitas destas famílias a manter uma luta cerrada pela sobrevivência, arrastando-as, por vezes, para estilos de vida desviantes, provocando a exclusão total no seio da comunidade em que estão inseridos, refletindo-se os efeitos nos seus descendentes.

Nos últimos anos, num enquadramento de crise económica generalizada, os problemas sociais têm vindo a acentuar-se, bem como as vulnerabilidades e riscos envolvidos. Uma grande parte da população vive em condições económicas e socialmente desfavorecidas. Um grande número de agregados familiares vive em situação instável, com empregos precários, com práticas de trabalho atípicas, com um rendimento abaixo do salário mínimo nacional, dependendo de subsídios e do RSI (Rendimento Social de Inserção)[10].

Verificam-se elevados índices de exclusão, quer do sistema educativo, quer do mercado de trabalho - fatores estruturantes no desenvolvimento sustentável de

[10] De acordo com a brochura *Porto Solidário – Diagnóstico Social do Porto* (2009), no 1.º semestre de 2009, 3221 agregados familiares beneficiaram do Rendimento Social de Inserção. A segunda freguesia do Porto com mais agregados dependentes do RSI era Paranhos com 1815 (cf. http://www.porto.ucp.pt/Webdrive/Gallery/Porto_Social_diagnostico_4976a43392c2/Porto_Social_diagnostico_final.pdf)

qualquer comunidade. As situações de exclusão social decorrem de um processo mais ou menos avançado de acumulação de ruturas várias: ao nível do trabalho, do *habitat*, da família e, *grosso modo*, ao nível da participação nos modos de vida dominantes, com a consequente interiorização de identidades desvalorizadas[11].

[11] O dossiê "SOS na zona pobre", da autoria do jornalista Paulo Moura e com fotografia de Paulo Pimenta disponívbel em http://www.publico.pt/temas/jornal/sos-na-zona-pobre27140130 (acedido a 13 de outubro de 2013), é uma preciosa ajuda na compreensão e contextualização do meio a que nos referimos.

O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CERCO – caracterização

Devido ao crescimento da população local, nos anos de 1979/1980 surgem as **Escolas EB2/3 e a Secundária / 3º Ciclo do Cerco,** com o objetivo de dar resposta à escolaridade dos filhos destas famílias e a permitir-lhes elevar o nível sociocultural, favorecendo uma melhor integração na comunidade local.

O Agrupamento de Escolas do Cerco - dos maiores da cidade do Porto - é constituído por seis Jardins de Infância, seis escolas EB e uma Escola Básica e Secundária. Insere-se numa zona de forte concentração de população carenciada a nível socioeconómico e cultural. Aliás, na última avaliação da IGEC, entre três possíveis perfis que permitem balizar as escolas – Pegasus, Cassiopeia e Oríon – o Agrupamento foi incluído no primeiro, Pegasus (onde se concentram os grupos populacionais mais carenciados, com mais habilitações mais baixas e resultados mais fracos). De acordo como o Relatório da IGEC:

> No ano letivo 2010-2011, ano para o qual há referentes nacionais calculados, os valores das variáveis do contexto, nomeadamente as percentagens de alunos do 4.º, 6.º e 9.º anos sem auxílios económicos no âmbito da ação social escolar, a média do número de anos das habilitações das mães e a percentagem dos professores do Quadro, situavam-se abaixo dos valores medianos registados nas escolas do mesmo grupo de referência[12].

A maior parte dos alunos provém dos bairros sociais e camarários existentes na freguesia. Ainda assim, um número significativo de crianças e jovens reside fora desta área, mas frequenta as escolas do Agrupamento ou por estar em ATLs da zona, ou à guarda de avós ou familiares (durante o dia), residentes no espaço de

[12] Vide Relatório de Avaliação Externa in http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2013-Norte/AEE_2013_AE_Cerco_R.pdf.

influência pedagógica do Agrupamento, ou ainda porque algumas escolas do Agrupamento, nomeadamente a EB/JI da Corujeira e a EB/JI do Falcão estão estrategicamente situadas (relativamente perto da VCI). O mesmo se passa com a EB/JI de S.Roque que, pela sua localização (próximo do Metro e da Estação de Contumil), bem como pela proximidade com um ATL recebe alunos que não residem nas imediações.

Apesar da generalização ser perigosa um número significativo de encarregados de educação tem baixas expectativa em relação ao sucesso escolar dos seus educandos, manifestando falta de interesse pelo processo de ensino/aprendizagem. Nestas circunstâncias, alguns alunos procuram na escola e nos educadores/ professores quadros de referência, outros demonstram a sua desmotivação e frustração através da irregularidade dos percursos de aprendizagem, acumulando repetidos insucessos. No entanto, nos últimos anos, tem havido esforços por parte das Associações de Pais e Encarregados de Educação para que as famílias estejam mais presentes e envolvidos.

No geral, os agregados familiares são do tipo tradicional verificando-se, no entanto, um aumento das famílias monoparentais, à semelhança do resto da sociedade portuguesa, com uma presença muito acentuada dos avós como figuras tutelares. Os pais e/ou encarregados de educação têm, na maioria dos casos, habilitações literárias mínimas, défice de qualificação profissional e baixos rendimentos económicos. Esta situação revela-se, parcialmente, na elevada percentagem de alunos subsidiados pelo SASE (e outros que não o sendo usufruem de algumas regalias destes, nomeadamente a alimentação).

A Sede do Agrupamento foi alvo de uma intervenção pela **Parque Escolar**, cuja

requalificação foi dada por concluída no ano letivo de 2010/11[13]. A história do Agrupamento remonta porém à constituição e regulamentação dos Agrupamentos de escolas, institucionalizados pelo Decreto-Lei nº 115-A/98. Este decreto evocava os aspetos fundamentais das mudanças estruturais operadas na educação, ligadas à autonomia e à territorialização das políticas educativas, e configurava a possibilidade da criação de Agrupamentos horizontais de escolas do 1º ciclo de uma determinada área escolar, que assim passariam a funcionar como unidades organizacionais, sendo aí também incluídos os jardins de infância da rede pública estatal do Ministério da Educação. É nesta conformidade que, em maio de 1998, são constituídos dois Agrupamento Horizontais - Falcão/Corujeira (formado pelas EB/JI do Falcão, EB/JI da Corujeira, EB/JI Sra de Campanhã e EB/JI de S. Roque) e do Cerco (formado pela EB/JI do Cerco). Estes dois Agrupamentos funcionaram como unidades organizacionais cuja gestão era autónoma e a cargo dos respetivos conselhos executivos. Neste território coexistiam na época quatro organizações educativas – a EB2,3 do Cerco, a Escola Secundária/3.º Ciclo do Cerco, o Agrupamento Horizontal Falcão/Corujeira e o Agrupamento Horizontal do Cerco.

No entanto, convém referir que em 1996 haviam sido criados, pelo Ministério da Educação, através do Despacho 147-B/ME/9 e do Despacho Conjunto n.º 73/SEAE/SEEI/96, os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP). Foi assim que a EB2/3 e o Agrupamento Horizontal do Cerco constituíram um Teip até ao ano de 2001/2002. Em junho de 2003, foi formado o Agrupamento Vertical de Escolas do Cerco do Porto, por decisão da Administração, e não por força de uma vontade das diferentes comunidades educativas aglutinadas, em partilhar um Projeto Educativo Comum.

[13] Ver mais aqui: http://www.parque-escolar.pt/escola-cerco.php.

Passo a passo, surgiram dinâmicas de trabalho, formaram-se grupos/equipas de trabalho que desembocaram em momentos de reflexão. No ano letivo 2007/2008 dá-se a fusão da Escola Secundária/3.º Ciclo do Cerco com o Agrupamento Vertical de Escolas do Cerco e a fusão de dois projetos TEIP, que entrou na segunda geração (TEIP2). Surgiram alguns constrangimentos na adaptação a logísticas que se prenderam com a junção de estabelecimentos (Escola Básica e Secundária) e com a definição, por parte da tutela, do território geoeducativo. Estas logísticas, geradoras de obras de requalificação, com as dificuldades de gestão de espaços inerentes, geraram, igualmente, uma participação pouco consertada com dois tipos de cultura a que era preciso dar resposta: de Território Educativo de Intervenção Prioritária e de outra perspetiva das práticas pedagógicas.

No ano letivo 2012-2013, por decisão da tutela, devido ao reordenamento do território e da educação e à proximidade geográfica com o bairro do Cerco, a EB/JI do Lagarteiro, anteriormente pertencente ao Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão, foi incluída no Agrupamento de Escolas do Cerco. A população escolar deste estabelecimento, na sua maioria subsidiada, apresenta as mesmas características e necessidades que a restante população do nosso Agrupamento. No ano letivo 2013-2014, o JI Falcão 2 agregou à EB/JI do Falcão, passando a ser denominados pelo mesmo código.

Caracterização das Escolas do AEC

EB/JI Sra. de Campanhã - Construída em 1939 e intervencionada pela última vez em 2005. Possui uma sala para a educação pré-escolar e quatro salas para o primeiro ciclo. Tem uma biblioteca integrada na Rede de Bibliotecas Escolares. Possui um refeitório.

EB/JI S. Roque da Lameira - Construída em 1940 e intervencionada pela última vez em 2005. Possui uma sala para a educação pré-escolar e quatro para o primeiro ciclo. Tem uma biblioteca integrada na Rede de Bibliotecas Escolares. Possui um refeitório e cozinha, na qual se confecionam as refeições fornecidas na escola. Apesar de a EB/JI Nª Sª de Campanhã e a EB/JI S. Roque da Lameira ficarem geograficamente muito próximas, o "público-alvo" é relativamente distinto. A EB/JI Sª de Campanhã recebe mais alunos das imediações e a EB/JI S. Roque da Lameira de alunos de fora dos Bairros.

EB/JI Corujeira - construída em 1958 e foi intervencionada, pela última vez, em 2005. Possui duas salas para a educação pré-escolar e cinco salas para o primeiro ciclo. Tem uma biblioteca integrada na Rede de Bibliotecas Escolares. Possui um refeitório. De todas as escolas do Agrupamento, esta é a escola que tem menos alunos a residir em Bairros Sociais, o que não quer dizer que não existam situações de carência. Pela sua localização geográfica, num dos extremos da localidade, e pelo facto de muitos alunos não residirem na zona, quando terminam o 1.º ciclo, vários alunos não prosseguem estudos na Escola Sede. No entanto, nos dois últimos anos esta tendência tem vindo a atenuar-se. Na avaliação externa, é a escola que tem apresentado melhores resultados.

EB/JI do Lagarteiro - construída em 1960, havia sido intervencionada em 2004 e por ser, de todas as escolas do Agrupamento, aquela que apresentava sinais de degradação mais evidentes, está a ser novamente intervencionada. Possui duas salas para a educação pré-escolar e onze salas para o primeiro ciclo. Possui uma biblioteca, campo de jogos e refeitório. Recentemente integrada no Agrupamento, a ausência de transportes diretos para a Escola Sede faz com que a continuação dos estudos no 2.º ciclo no **AEC** seja posto em causa.

EB/JI do Cerco - Construída em 1963, intervencionada em 2005, a EB/JI do Cerco situa-se no coração do Bairro do Cerco. De todas as escolas do Agrupamento, é esta a que regista um maior número de casos de abandono e de absentismo. É esta a escola que acolhe a maior percentagem de alunos da comunidade cigana. Possui duas salas para a educação pré-escolar e oito salas para o primeiro ciclo. Tem uma biblioteca e refeitório.

EB/JI do Falcão - O edificado remonta a 1975 (o antigo Falcão II, foi construído em 1978), e a última intervenção é de 2007. Possui quatro salas para a educação pré-escolar e sete salas para o primeiro ciclo. Tem uma biblioteca e refeitório. A escola integra uma unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita. A construção do Bairro e, posteriormente, do Agrupamento Habitacional do Falcão, composto por uma parte social e outra de cooperativa habitacional, veio contribuir para que o número de alunos se tenha mantido estável.

Oferta Formativa

O Agrupamento disponibiliza a seguinte oferta formativa:

- Pré-escolar
- 1º Ciclo do Ensino Básico
- 2º Ciclo do Ensino Básico
- 3º Ciclo do Ensino Básico
- Ensino Articulado de Música (2.º e 3.º ciclo)
- Percurso Integrado de Educação e Formação (PIEF)
- Ensino Vocacional (2.º e 3.º Ciclos)
- Cursos Científico-humanísticos:
  - Ciências e Tecnologias
  - Línguas e Humanidades
- Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF):
  - Empregado de mesa – T2 (duração de 2 anos)
- Cursos Profissionais:
  - Técnico de Eletrónica, Automação e Computação
  - Técnico de Eletrotecnia
  - Técnico de Restauração (variante cozinha/pastelaria)
  - Técnico de Turismo
  - Técnico de Restauração (variante restaurante/bar)
  - Técnico de Apoio à Gestão Desportiva
  - Técnico de Apoio à Infância

Caracterização dos Discentes

Em 2013/2014, a população escolar é de 2283 crianças/alunos. Relativamente ao ano letivo anterior houve um aumento de 51 alunos, apesar da quebra de natalidade que se começa a sentir, sobretudo no 1º. Ano do 1.º Ciclo (51 alunos)

Número total de alunos no Agrupamento
Quadro 1 – Alunos matriculados em2013-2014 por ano/ciclo/escola

		Pré escolar	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	Total 1.º ciclo	5.º ano	6.º ano	Total 2.º Ciclo	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total 3.º Ciclo	PIEF	CEF T2	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total Secund	TOTAL
EB/JI Corujeira		**49**	35	42	36	38	**151**														**200**
EB/JI Falcão		**85**	26	42	36	42	**146**														**231**
EB/JI Cerco		**50**	18	53	32	36	**139**														**189**
EB/JI S. Roque		**25**	21	24	17	24	**86**														**111**
EB/JI Sra. Campanhã		**25**	22	24	17	19	**82**														**107**
EB/JI Lagarteiro		**45**	21	35	22	37	**115**														**160**
Escola Básica e Secundária	2.º Ciclo							213	184	**397**											**397**
	Vocacionais de 2.º ciclo									22											22
	3.º Ciclo										149	174	108	**431**							**431**
	Vocacionais de 3.º ciclo													48							48
	PIEF														**16**						**16**
	CEF															**39**					**39**
	Ens. Secundário																75	82	53	**210**	**210**
	Ens. Profissional																46	38	38	**122**	**122**
TOTAL		**279**	143	220	160	196	**719**	213	184	**419**	149	174	108	**479**	16	**39**	121	120	91	**332**	**2283**

Percebe-se que o 1.º Ciclo é aquele onde há maior percentagem de alunos (31,49%). A inclusão da EB/JI do Lagarteiro em muito contribuiu para este aumento. O pré-escolar juntamente com o 1.º Ciclo englobam 43,71% da população discente do agrupamento. Devido à inclusão do JI do Falcão 2 na EB/JI do Falcão, esta última escola passou a ser a escola do 1.º Ciclo com maior número de alunos.

Nos últimos anos tem igualmente vindo a aumentar o número de alunos subsidiados pela Ação Social Escolar, a que não será alheia a crise económica e social, que tem arrastado as famílias para o desemprego,muitas vezes de longa duração. No nosso universo de alunos, temos um total de 1572 subsídios atribuídos (68,85%), o que dá um ligeiro aumento (inferior a 1%) em relação ao ano letivo anterior.

Quadro 2 - Alunos beneficiários do SASE em 2013/2014 (dados de outubro)

SASE	Escalão A		Escalão B		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Pré-escolar	155	55,5%	42	15,05%	197	**70,60%**
1.º Ciclo	403 a)	56,05%	125 a)	17,38%	528	**73,43%**
2.º Ciclo	225	53,69%	83	19,80%	308	**73,50%**
3.º Ciclo	259 a)	48,50%	104	19,47%	363	**67,97%**
Ensino Secundário	124	37,34%	52	15,66%	176	**53,01%**
Total	**1166**	**51,07%**	**406**	**17,78%**	**1572**	**68,85%**

a) inclui alunos portadores de deficiência a bonificar

Mais de dois terços dos alunos matriculados são beneficiários do SASE. De realçar que do ano letivo anterior para o atual os alunos abrangidos no escalão A aumentaram em cerca de 5% tendo diminuído os alunos abrangidos pelo escalão B (-4,39%) o que

poderá indiciar que a situação familiar de alguns agregados se deteriorou. Também de salientar as altas taxas na Pré, 1.º Ciclo e 2.º Ciclo.

Diariamente são servidas na escola sede cerca de 400 refeições, a que se devem adicionar as refeições servidas nas EB/JI, e são muitas as solicitações para complementos de alimentação ou para auxílio na compra de material escolar.

A situação é tanto mais gravosa quando se sabe que tem vindo a diminuir os apoios estatais aos agregados familiares (abono de família, RSI, subsídio de desemprego, ...) e ao facto de se tratarem, na maior parte, de agregados familiares com vários menores em situação escolar.

Dos 2283 alunos que compõem o Agrupamento, 4,03% têm Necessidades Educativas Especiais, devidamente justificadas e referenciadas nos processos individuais. O quadro que se segue demonstra a distribuição destes alunos por ciclos:

Quadro 3 - Alunos com NEE em 2013/2014 (dados de outubro)

Níveis de Ensino		Número de alunos
Ensino Básico	1.º Ciclo	32
	2.º Ciclo	22
	3.º Ciclo	26
	Outras ofertas (PIEF, CEF e Vocacionais de 3.º Ciclo)	6
Ensino Secundário	Científico-Humanístico	4
	Profissional	2
Total		92

O quadro revela uma predominância de alunos com NEE essencialmente circunscrita ao 1.º e 3.º ciclos. Dos 92 alunos com Necessidades Educativas Especiais 34,78% pertencem ao 1.º ciclo e 28,26% 3.º Ciclo do Ensino Básico. Note-se ainda o facto de não existir qualquer aluno do pré-escolar sinalizado.

Caracterização do Pessoal Docente e Não Docente

O quadro de pessoal docente é constituído por 210 professores, dos quais 175 (83,33%) pertencem ao quadro e 35 (16,66%) são contratados. Verifica-se em relação ao ano letivo anterior uma quebra no número total de professores que é quase similar em grandeza à quebra de professores contratados. Tal pode ser explicado devido às medidas implementadas na organização do ano escolar.

Quadro 4 – Pessoal Docente (dados de outubro)

Pessoal Docente		Total	
		N.º	%
Quadro	QA	131	62,38%
	QZP	44	20,95%
Contratados		35	16,67%
TOTAL		210	100%

Relativamente ao pessoal não docente há a referir que a diferença entre pessoal do quadro de nomeação (45,35%) e o pessoal com contrato individual de trabalho (54,65%).

Quadro 5 – Pessoal Não Docente (dados de outubro)

Pessoal Não docente	Quadro Nomeação	Contrato Individual de Trabalho	Total	
			N.º	%
Assistentes Operacionais	31	38	69	80,23%
Assistentes Técnicos	5	9	14	16, 28%
Técnicos	3	0	3	3,49%
TOTAL	**39**	**47**	**86**	**100%**

Parcerias

As tarefas da Educação são hoje multifacetadas e o Agrupamento beneficia de protocolos estabelecidos, de cooperação institucional de entidades públicas e privadas.

As parcerias já estabelecidas e/ou a estabelecer propiciarão articulações favoráveis a uma melhor integração do Agrupamento na Comunidade Educativa e, em simultâneo, possibilitarão o alargamento das oportunidades formativas que se põem ao dispor dos alunos, tal como a concretização de melhores respostas a dar pelas escolas do Agrupamento.

São exemplo de parcerias bem-sucedidas as seguintes:

Quadro 6 – Parcerias

Parcerias	Trabalho a desenvolver
Empresas de Hotelaria e Restauração; Informática; Eletricidade; Comércio; Comunicações, entre outras.	Empresas que rececionam estágios para alunos dos CEF e Cursos Profissionais.
Universidade Católica	Colaboração no projeto Educação para a Saúde
Centro de Saúde de Campanhã	Prevenção e acompanhamento no âmbito da saúde escolar.
UP – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação	Apoio a projetos de natureza diversa.
CPCJ	Intervenção em situações de risco sinalizadas pelo Agrupamento.
Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP)	Apoio social a famílias dependentes do RSI.
Fundação FILOS	Acompanhamento de alunos e famílias.
Segurança Social	Intervenção social em famílias problemáticas.
Junta de Freguesia de Campanhã	Apoio a projetos pedagógicos.
Universidade de Aveiro	Participação no ensino da matemática e na motivação dos alunos para a disciplina.
ESE – Instituto Politécnico do Porto	Colaboração em projetos pedagógicos e estágios no 1º e 2º ciclos.

Escola Superior de Educação Paula Frassineti	Iniciação à prática profissional – estágios; Acompanhamento TEIP3.
UP – Faculdade de Desporto (FADEUP)	Iniciação à prática profissional – estágios.
Universidade Portucalense - Porto	
Instituto Superior da Maia (ISMAI)	
QPI – Associação de Solidariedade Social	Desenvolvimento de atividades de educação e formação de adultos através da cooperação entre instituições, num quadro de articulação e complementaridade da oferta formativa de dupla certificação.
Escola Segura	Sensibilização e formação para a segurança
Centro de Formação Guilhermina Suggia	Apoio à formação contínua de pessoal docente/não docente.
Liga portuguesa de Profilaxia Social	Apoio a cursos EFA
Câmara Municipal do Porto – Departamento de Educação	Apoio a projetos desenvolvidos no Agrupamento, institucionalmente tutelados
Associação do Porto Paralisia Cerebral – APPC	Apoio a alunos com deficiência declarada
SONAE	Apoio a projetos de natureza diversa e estágios
Programa Escolhas – Projeto "O Lagarteiro e o Mundo – 5ª Geração"	Apoio à integração de crianças e jovens em situações de grande vulnerabilidade
Cerporto	Intervenção social em famílias problemáticas
IEFP/Centro de Formação Profissional do Porto	Apoio a contratos de emprego e inserção
Fundação Cupertino de Miranda	Apoio a projetos de natureza diversa.
Outras	Apoio a situações educativas específicas

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO: PONTOS FORTES, PONTOS FRACOS

De seguida, apresenta-se o diagnóstico estratégicoe contempla os resultados da análise externa e da análise interna dos fatores que condicionam a atuação do Agrupamento, tendo por base as reflexões realizadas pelos vários agentes da comunidade escolar, que participaram na identificação das pontos fortes e dos pontos fracos, o relatório da autoavaliação e os dados dos Censos de 2011.

Oportunidades	Ameaças
Requalificação da Escola Sede pela Parque Escolar que criou melhores condições físicas e materiais; Aumento do ensino obrigatório para 12 anos; Parcerias com instituições regionais e nacionais; Contrato de Autonomia;	Agravamento do horário e das funções dos docentes; Tendência para o decréscimo da população infantil e jovem , o que se sente de forma especialmente acentuada no ensino secundário; Excesso de burocracia que prejudica o verdadeiro papel do professor; Proliferação de normativos legais que enquadram a organização escolar, dificultando, muitas vezes, a sua ação e o exercício da sua autonomia; Aumento do número de famílias carenciadas no concelho e consequente agravamento de problemas socioeconómicos. Grupos deficitários em relação a professores do Quadro (220, 230, 110). Regras de contratação TEIP.

PONTOS FORTES	• O reconhecimento da comunidade pelo trabalho educativo e formativo desenvolvido pelo Agrupamento.* • A sequencialidade educativa entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo e entre este e o 2.º ciclo, facilitando a transição dos alunos entre estas etapas do seu percurso escolar. * • As práticas colaborativas das equipas de docentes que lecionam as turmas ninho e das turmas rede com reflexos na planificação articulada do processo de ensino-aprendizagem e partilha de experiências pedagógicas. * • O trabalho desenvolvido nas áreas da música, da pintura de cerâmica e do desporto pelos bons resultados alcançados interna e/ou externamente, contribuindo para a valorização do sucesso e a afirmação do Agrupamento no exterior. * • A liderança consistente e partilhada do diretor e da sua equipa, potenciadora do empenho dos profissionais e do envolvimento de entidades públicas e privadas. * • A gestão criteriosa dos recursos humanos, com enfoque nas pessoas, que contribui para o bom ambiente educativo. * • Criação de grelhas de avaliação comuns. • Diversidade de atividades dinamizadas no âmbito do PA. • Desenvolvimento de projetos próprios e /ou resultantes de adesão a programas e iniciativas locais, nacionais e internacionais. • Visitas de estudo que contribuem para o reforço das aprendizagens. • Participação e dinamização de iniciativas que visam a promoção de comportamentos saudáveis e a erradicação de comportamentos de risco. • Página eletrónica do Agrupamento/ Facebook do Agrupamento utilizado para divulgação de informação relevante para a comunidade educativa e disseminação de atividades e projetos do Agrupamento. • Iniciativas de angariação de bens que promovem o espírito de solidariedade e permitem dar apoio às famílias mais carenciadas. *(assinalamos com um asterisco (*) os pontos fortes apontados aquando da última avaliação externa da IGEC)*

PONTOS FRACOS	• A identificação dos fatores internos, designadamente ao nível das práticas de ensino, que ajudem a explicar a persistência de atitudes inadequadas na sala de aula e o insucesso escolar dos alunos*. • Ausência de recolha de informação concreta sobre o percurso escolar ou profissional dos alunos, após a escolaridade no Agrupamento*; • O desenvolvimento mais aprofundado das orientações curriculares na educação pré-escolar, de modo a assegurar condições de maior sucesso na etapa educativa seguinte*. • O aprofundamento da reflexão sobre as respostas no âmbito dos apoios educativos, com vista à sua melhor adequação ao pleno desenvolvimento das capacidades dos alunos*. • O acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula, numa perspetiva de melhoria do desenvolvimento profissional dos docentes*. • A definição de planos de ação estratégicos, com metas claras e exequíveis, com vista à melhoria do desempenho do Agrupamento*. • O alargamento e a consolidação do processo de autoavaliação com vista à melhoria organizacional e das práticas profissionais*. • Ausência de espaços interiores suficientes comuns para convívio dos alunos. *(assinalamos com um asterisco (*) os pontos fracos apontados aquando da última avaliação externa da IGEC)*

O reconhecimento pela IGEC destes pontos fortes é um estímulo suficiente, para que possamos refletir sobre os pontos fracos e encontrar ações de melhoria, conducentes à superação. A aposta nas artes, na visibilidade positiva, no trabalho colaborativo e a gestão de recursos continuarão a ser traves mestras do Agrupamento e do PEA. Quanto aos pontos fracos foi feita uma reflexão alargada e, a partir dela, foi delineado o **Plano de Melhoria**[14]**.** Para cada um dos pontos procurou-se uma solução / proposta que se quer capaz de responder de forma adequada. No entanto, estamos conscientes que a(s) prática(s) educativa(s) exige(m) uma constante adaptação e reformulação de estratégias. Uma mudança sustentada, passa por reforçar os pontos fortes e superar as fragilidades.

[14] O Plano de Melhoria foi elaborado de acordo com a recomendação n.º 1 de 2011.

A maior fragilidade são, sem dúvida, os resultados académicos. São eles a nossa preocupação primordial, assim todos os esforços serão orientados para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos, com vista a munir os alunos de competências que aumentem a sua empregabilidade. Assim, pretende-se que toda a ação dinamizada no e pelo Agrupamento tenha sempre presente o seu impacto direto ou indireto nas seguintes áreas:

- Sucesso escolar e a garantia de iguais oportunidades para todos os alunos.
- Melhorar a qualidade das aprendizagens;
- Diminuir a diferença entrea CIF e a CE;
- Munir os alunos de competências que aumentem a sua empregabilidade;
- Promover os alunos de uma cultura de trabalho, esforço e rigor;
- Reforço do envolvimento da comunidade na vida da escola.

PRIORIDADES EDUCATIVAS

De acordo com o Despacho Normativo n.º 55/2008, o Projeto Educativo deve envolver "um conjunto diversificado de medidas e ações de intervenção na escola e na comunidade", explicitamente orientadas para:

- A qualidade do percurso e dos resultados escolares dos alunos;
- A redução do abandono e insucesso escolar dos alunos;
- A transição da escola para a vida ativa;
- A intervenção da escola como agente educativo e cultural presente na vida da comunidade em que se insere.

Assim, foram seriados os problemas em quatro grandes eixos:

EIXO 1: Apoio à melhoria das aprendizagens.

EIXO 2: Prevenção do abandono, absentismo e indisciplina.

Eixo 3: Monitorização e avaliação

EIXO 4: Relação Escola - Famílias – Comunidade e Parcerias.

Todo o processo tem subjacente a avaliação, que sustenta aferir a possibilidade de adequações pertinentes. Deste modo, o terceiro eixo, não sendo considerado problema, é transversal a todo o processo, e pretende reconhecer pontos fracos/ fortes dos eixos estruturantes do Plano de Melhoria, promotores de práticas diferenciadas de monitorização/avaliação, aumentando a mobilização de docentes e técnicos para a mudança de práticas.

METAS A ALCANÇAR

Consciente dos resultados escolares obtidos pelos nossos alunos, nos últimos anos letivos, o objetivo do nosso agrupamento é alcançar um nível melhor de desempenho. Sabemos da responsabilidade da escola enquanto espaço de definição de percursos de vida, para uma melhor integração social e orientação profissional dos seus alunos.

O Futuro constrói-se com os pés assentes no presente sem esquecer a herança do passado. Assim, e face à definição de metas exigida às Escolas no âmbito do Programa TEIP3, mediante reflexão acerca dos resultados escolares das disciplinas de Português e Matemática obtidas nos últimos anos, apresentam-se as metas a atingir, tendo em vista a redução da taxa de retenção e a melhoria da qualidade do sucesso.

São objetivos operacionais do Agrupamento [15]:

1. Diminuir a taxa de interrupção precoce no percurso escolar:

   No Ensino Básico: de 1,47% para 1,07%;

   No Ensino Secundário: de 15,74% para 14%

2. Aumentar a taxa global de sucesso escolar:

   1.º Ciclo: de 92,27% para 94%;

   2.º Ciclo: de 86,40% para 90%;

   3.º Ciclo: de 76,53% para 81%; Ensino Secundário:

   Cursos Científico-Humanísticos: de 66% para 71%;

   Cursos Profissionais [16]: de 65,73% para 71%.

[15] São considerados como valores de partida, nos pontos n.º 1), 2) e 3) os referentes ao valor médio do triénio 2009-2012. Nos pontos n.º 4) e 5) os referentes ao ano letivo 2011-2012.

3. Melhorar a distância da taxa de sucesso para o valor nacional:

   1.º Ciclo:

   Português: de -3,67% para -3,00%;

   Matemática: de -8,68% para -3,68%;

   2.º Ciclo:

   Português: de -9,93% para -4,93%;

   Matemática: de -16,35% para -11,35%;

   3.º Ciclo:

   Português: de -24,39% para -19,39%;

   Matemática: de -33,55% para -28,55%;

   Ensino Secundário:

   Português: de -12,23% para -11,23%;

   Matemática: de -30,99% para -25,99%;

4. Melhorar a percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas (qualidade de sucesso):

   1.º Ciclo: de 80,72% para 84,72%;

   2.º Ciclo: de 60,96% para 64,96%;

   3.º Ciclo: de 34,89% para 38,89%;

   Ensino Secundário: de 51,20% para 55,20%

5. Diminuir a taxa de indisciplina em 0, 15%.

[16] Considerados os anos de conclusão do referido triénio

PLANO DE AÇÃO

Estabelecidas as metas do Agrupamento, importa estabelecer as ações a dinamizar para as dimensões que visam promover a qualidade do processo ensino aprendizagem e que conduzam à motivação dos alunos. Pretende-se assim desenvolver um conjunto de Projetos, com objetivos direcionados para a qualidade e eficácia do Agrupamento, numa perspetiva dinâmica e flexível, que anualmente se concretize no Plano Anual de Atividades, implicando toda a comunidade educativa na inovação e mudança.

Eixo 1: Apoio à melhoria das aprendizagens:

- Projeto *Incluir para Emergir* (no 1.º Ciclo), com a promoção, em contexto de sala de aula, de assessorias de docentes nas áreas curriculares de Português e Matemática;
- Projeto *Turma Ninho* (no 2.º Ciclo), com a criação de grupos homogéneos de alunos com significativas dificuldades de aprendizagem, nas duas disciplinas sujeitas a avaliação externa (Português e Matemática), com o objetivo de potencializar o sucesso educativo;
- Projeto *Aula +* (no 3.º Ciclo) com a criação de grupos homogéneos de alunos, por níveis de aprendizagem, obrigatoriamente, nas duas disciplinas sujeitas a avaliação externa (Português e Matemática), e em outras disciplinas, com menor sucesso, com o objetivo de potencializar o sucesso educativo;
- Projeto *Espaço de Preparação de Exames* (no 3.º Ciclo e Ensino Secundário), para reforço das disciplinas sujeitas a Exame Nacional (9.º, 11.º e 12.º anos), de frequência facultativa dos alunos;

- Projeto *Ação Tutorial*, direcionada a todos os alunos do Agrupamento, com o objetivo de tutorar alunos sinalizados em significativo risco de abandono, elevado absentismo e comportamento disruptivo;
- Ofertas formativas diversificadas (PCA´s, PIEF´s, Cursos Vocacionais, CEF´s e Cursos Profissionais) que vão de encontro às necessidades educacionais e formativas dos alunos;
- Implementação de medidas educativas, promotoras do sucesso educativo, entre as quais:
    - A coadjuvação, quando necessária, em disciplinas estruturantes do 1.º Ciclo, por professores do mesmo ou de outro ciclo ou nível de ensino;
    - Coadjuvação das Expressões Artísticas ou Físico-Motoras no 1.º Ciclo;
    - Apoio ao Estudo do 1.º e 2.º Ciclos;
    - A coadjuvação em qualquer disciplina do 2.º e 3.º Ciclos;

Eixo 2: Prevenção do abandono, absentismo e indisciplina:

- Projeto *Ser Saudável no Cerco*, direcionado a todos os alunos do Agrupamento, fomentando, através da prática regular de atividades físicas e desportivas (Desporto Escolar e Programa do Combate à Obesidade) e de Programas de Educação para a Saúde (PRESS), a autoestima e o gosto pela frequência da Escola;
- Projeto *Provedoria do* Aluno, que tem por finalidade a defesa e a promoção dos direitos e interesses legítimos dos alunos de todos os ciclos, do AEC, promovendo, simultaneamente, mecanismos de integração na comunidade escolar. Pretende constituir um apoio adicional para os alunos, relativamente

aos direitos e garantias destes, na sua relação com os diversos órgãos e serviços, zelando pelo cumprimento das normas gerais de boa convivência.

Eixo 3: Monitorização e autoavaliação

- Avaliação e Monitorização, a realizar através de espaços/equipas (Observatório da Disciplina, Equipa Multidisciplinar, Equipa de Autoavaliação e outras, eventualmente, a criar) para a recolha de informação e aferição do desenvolvimento e impacto das diferentes ações, bem como a forma como estas se articulam para promover o sucesso dos alunos.
- Melhorar a comunicação no Agrupamento para objetivar, através de diferentes meios (Equipa de Imagem e Promoção do AEC, *site* e f*acebook,* Revista "Sem Amarras"), os aspetos relativos à comunicação e divulgação da informação interna, entre as várias estruturas do Agrupamento, e externa ao nível da comunidade educativa;

Eixo 4: Relação Escola - Família – Comunidade e Parcerias

- Projeto *Cercando uma Cultura Relacional e de Escola*, com o objetivo de fomentar a relação escola-família-comunidade e parcerias, consciencializando para a missão da escola enquanto instituição educativa de caráter obrigatório.

AVALIAÇÃO

De acordo com a legislação, compete ao Conselho Geral "Dirigir recomendações aos restantes órgãos, tendo em vista o desenvolvimento do Projeto Educativo"[17]. Este documento será reformulado anualmente, no início do ano letivo, tendo em conta as metas definidas em Conselho Pedagógico, as recomendações da avaliação externa e da equipa de autoavaliação.

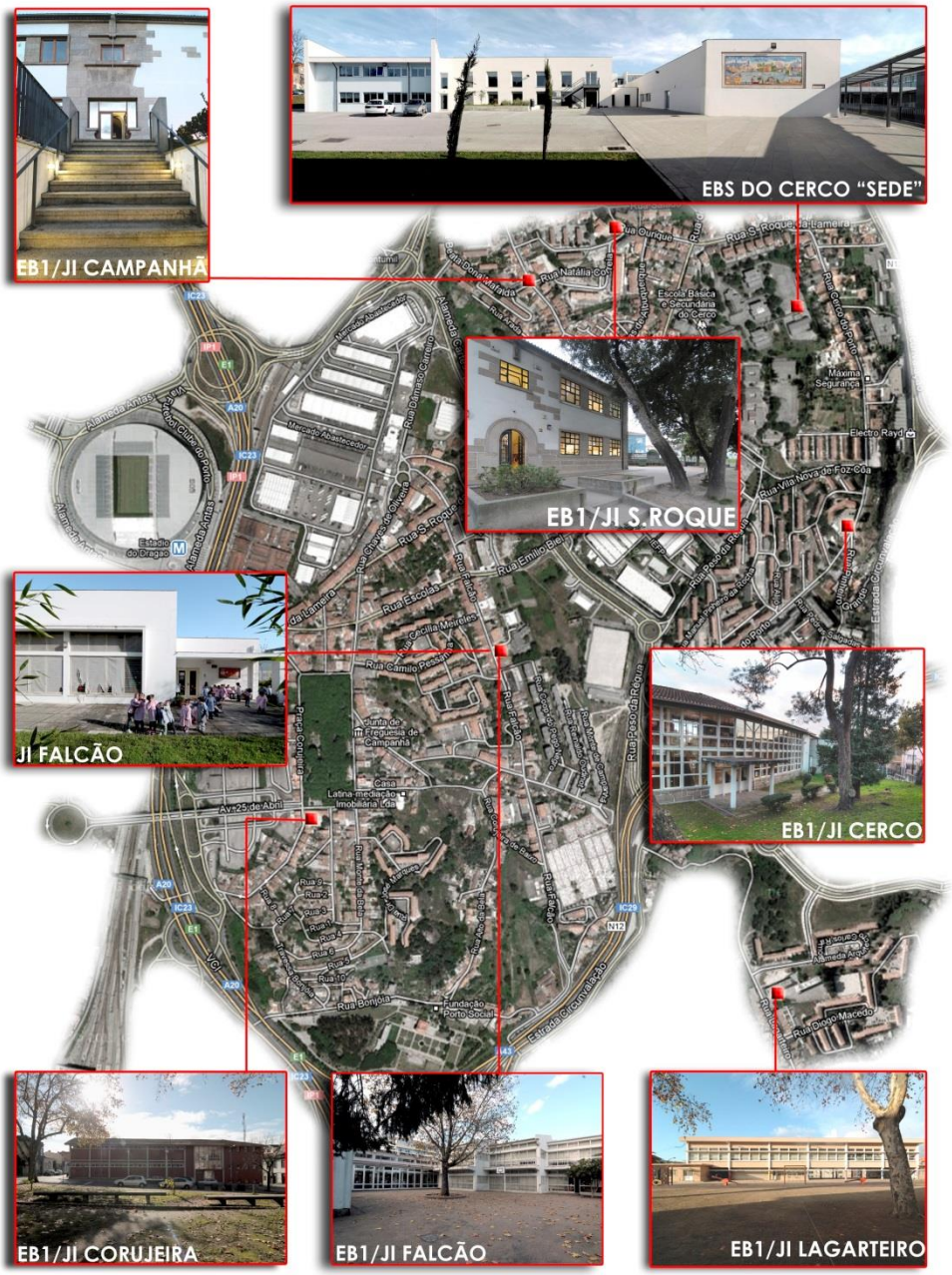
Após a aprovação deste Projeto Educativo pelo Conselho Geral, a Direção garantirá que os intervenientes na avaliação encetarão as estratégias adequadas à sua concretização.

[17] alínea p), art.º 13.º do Decreto-Lei 137/2012 de 2 de julho

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Agrupamento de Escolas do Cerco

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CERCO



PLANO DE MELHORIA

2013 - 2017

POPH QUALIFICAR É CRESCER. | QREN QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL | GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA | UNIÃO EUROPEIA Fundo Social Europeu

Índice

Introdução 2

Resultados da Avaliação Externa 3

Ação de Melhoria 5

1. Resultados Escolares 5
2. Prática Pedagógica 12
3. Consolidação do Processo de Autoavaliação 14

Monitorização e Avaliação do Plano de Melhoria 16

Introdução

Este plano decorre do processo de avaliação externa de que o Agrupamento foi alvo no período de 30 de janeiro a 1 de fevereiro de 2013 e da necessidade de contribuirmos para aperfeiçoar práticas e procedimentos com vista à melhoria dos resultados escolares, entendidos não só na ótica dos conhecimentos, mas também das competências que os alunos desenvolvem e da prestação do serviço público de educação.

Fundamentamos este plano no relatório produzido pela equipa de avaliação externa, na avaliação efetuada do anterior plano de melhoria e nos diversos documentos elaborados no Agrupamento, que ao longo dos anos sistematizam a evolução da nossa organização. A análise do relatório da avaliação externa permitiu identificar algumas sugestões de melhoria que pretendemos organizar em três eixos fundamentais: resultados escolares, prática pedagógica e consolidação do processo de autoavaliação. Simultaneamente à implementação de novas estratégias de intervenção pretendemos sistematizar e integrar num mesmo documento aquilo que fazemos no Agrupamento relativamente aos três aspetos agora considerados.

O presente plano tem um horizonte temporal de quatro anos letivos (2013/2014, 2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017).

Resultados da Avaliação Externa

No relatório da Avaliação Externa foram destacados os seguintes aspetos:

- O reconhecimento pela comunidade do trabalho educativo e formativo desenvolvido pelo Agrupamento.
- A sequencialidade educativa entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo e entre este e o 2.º ciclo, facilitando a transição dos alunos entre estas etapas do seu percurso escolar.
- As práticas colaborativas entre as equipas de docentes que lecionam as turmas *ninho* e as turmas *rede* com reflexos na planificação articulada do processo ensino-aprendizagem e partilha de experiências pedagógicas.
- O trabalho desenvolvido nas áreas da música, da pintura, de cerâmica e de desporto pelos bons resultados alcançados interna e/ou externamente, contribuindo para a valorização do sucesso e a afirmação do Agrupamento no exterior.
- A liderança consistente e partilhada do diretor e da sua equipa, potenciadora do empenho dos profissionais e do envolvimento de entidades públicas e privadas.
- A gestão criteriosa dos recursos humanos, com enfoque nas pessoas, que contribui para o bom ambiente educativo.

No mesmo relatório foram também evidenciados as áreas em que o Agrupamento deve privilegiar e centrar a sua melhoria.

- O desenvolvimento mais aprofundado das orientações curriculares na educação pré-escolar, de modo a assegurar condições de maior sucesso na etapa educativa seguinte.

- A identificação de fatores internos, designadamente ao nível das práticas de ensino, que ajudem a explicar a persistência de atitudes inadequadas na sala de aula e o insucesso escolar dos alunos.
- O aprofundamento de reflexão sobre as respostas no âmbito dos apoios educativos, com vista à sua melhor adequação ao pleno desenvolvimento das capacidades dos alunos.
- A definição de planos de ação estratégicos, com metas claras e exequíveis, com vista à melhoria de desempenho do Agrupamento.
- O acompanhamento e a supervisão da prática letiva em sala de aula numa perspetiva de melhoria do desenvolvimento profissional dos docentes.
- A recolha de informação concreta sobre o percurso escolar ou profissional dos alunos, após a escolaridade no Agrupamento, com vista a avaliar o impacto das aprendizagens realizadas e da oferta educativa disponibilizada.
- O alargamento e a consolidação do processo de autoavaliação com vista à melhoria organizacional e das práticas profissionais.

Para cada uma das áreas diagnosticadas foi delineado um plano de ação, com objetivos claros e sobre os quais se pretende incidir.

Ação de Melhoria

1. Resultados Escolares

Descrição da ação de melhoria
O planeamento da educação pré-escolar é executado tendo como fundamento as considerações obtidas pelo diagnóstico inicial e pelo Projeto Educativo, instrumento fundamental da escola na orientação da prática educativa. Seguindo as orientações da circular nº 17/DSDC/DEPEB/2007, de 10 de outubro, semanalmente, cada educadora organiza a planificação onde retrata as opções pedagógicas e curriculares acerca do trabalho a ser desenvolvido com as crianças.
Objetivos:
• Refletir sobre as metas de aprendizagem. • Reformular os documentos de trabalho. • Reestruturar as áreas das salas. • Promover o gosto pelas áreas da matemática, das ciências e da multimédia. • Facilitar a integração dos alunos na etapa educativa seguinte.
Plano de Ação:
• Reorganização/reestruturação das áreas das salas de forma a evidenciarem o domínio da matemática, das ciências e multimédia. • Reflexão sobre as metas/competências de aprendizagem, definidas para a educação pré-escolar. • Reformulação das metas/competências de aprendizagem nos documentos normalizados por forma a aproximar as mesmas das metas propostas pelo Ministério da Educação e Ciência. • Articulação não só com o 1º ciclo do ensino básico mas também com outros níveis de escolaridade, incluindo o ensino secundário, na área das ciências e expressões, e com outros parceiros, famílias, crianças e docentes de outros Agrupamentos e instituições.

Resultados a alcançar:
Reforçar o desenvolvimento das orientações curriculares na educação pré-escolar, projetando um maior sucesso na etapa educativa seguinte.

Descrição da ação de melhoria
Por considerar que em ambiente indisciplinado o sucesso educativo é substancialmente condicionado, atuar-se-á com intolerância sobre os comportamentos desajustados. Entende-se por indisciplina as situações que envolvem desvio às regras, conflitos interpessoais e/ou conflitos nas relações professor/aluno.
Objetivos:
• Identificar fatores geradores de indisciplina – análise casuística das situações com maior gravidade. • Sistematizar e generalizar o trabalho cooperativo (professores, assistentes operacionais, alunos e encarregados de educação). • Implementar estratégias conjugadas que sejam eficazes na diminuição dos casos de indisciplina, dentro e fora do espaço aula. • Uniformizar comportamentos a ter e clarificar as consequências do incumprimento. • Reforço positivo dos casos de comportamento sem qualquer observância de indisciplina. • Divulgação permanente do plano de Ação "Na minha escola eu contribuo para a disciplina".
Plano de Ação:
"Na minha escola eu contribuo para a disciplina" • Clarificação dos papéis de todos os membros da comunidade educativa. • Elaboração de um Manual de Procedimentos face a comportamentos de indisciplina para Alunos, Professores, Assistentes Operacionais, Pais e Encarregados de Educação. • Medidas imediatas de resposta a situações de indisciplina. • Medidas de informação e de prevenção a tomar no início do ano letivo. • Observatório da indisciplina. • Espaços de discussão e debate, criando o espaço de Assembleia de Turma.

Resultados a alcançar:
Alcançar a meta definida para o Agrupamento (melhorar em 0,61% o número de medidas disciplinares por aluno)

Descrição da ação de melhoria:
O modelo de intervenção, para a identificação de alunos com necessidade de apoio educativo, tem início no final de cada ano letivo, a fim de ser prestado um apoio efetivo desde o início do ano letivo seguinte. O horário de apoio educativo deverá estar previsto, em função das prioridades e dos recursos disponíveis, desde o início do ano letivo. Do mesmo modo potenciar-se-á a frequência em espaços e projetos que auxiliem os alunos na realização de tarefas educativas e os oriente no estudo diário.
Objetivos:
• Sinalizar todos os alunos que transitam ou são aprovados com dificuldades em qualquer disciplina no seu percurso escolar. • Reforçar formas de apoiar todos os alunos que não atingem o sucesso esperado; • Melhorar o desempenho escolar dos alunos. • Oferecer a todos os alunos oportunidades de aprendizagem ao longo do dia escolar e do ano letivo através da ocupação dos seus tempos livres.
Plano de Ação:
• Diversificação de estratégias e métodos educativos, com vista à elaboração de planos de apoio mais específicos às necessidades do aluno. • Redefinição de estratégias de atuação, com vista a uma melhor adequação e melhor desempenho do aluno. • Promoção de oportunidades de aprendizagem, através de clubes e projetos, que fomentem o gosto pelo estudo e o sucesso educativo.
Resultados a alcançar:
Melhorar a eficácia dos apoios educativos, com vista à sua melhor adequação ao pleno desenvolvimento do aluno.

Descrição da ação de melhoria
Ao longo do último triénio, o Agrupamento delineou estratégias e projetos com vista à melhoria dos resultados académicos. No entanto, pese embora o esforço dos docentes, técnicos, assistentes operacionais e alunos, os resultados a nível interno e externo têm vindo a decrescer. Neste sentido, urge uma reflexão das estratégias criadas até ao momento, investindo naquelas que se têm vindo a revelar proveitosas, e criando outras potencialmente proporcionadoras de um melhor desempenho do Agrupamento.
Objetivos:
• Implementar um processo para definir o currículo por ano e por ciclo, de forma a determinar o que é ensinado, como, quando e a quem. • Focalizar a ação num currículo e ensino equitativos e culturalmente relevantes no desenvolvimento profissional de professores e assistentes operacionais e nas reuniões de planificação. • Formar uma equipa multidisciplinar que avalie o currículo e a aprendizagem, tendo por base os diferentes desempenhos dos alunos, os padrões escolares atingidos, as múltiplas perspetivas e a inclusão. • Identificar práticas pedagógicas e organizacionais que afetem positivamente o desempenho dos alunos.
Plano de Ação:
• Implementação de um processo eficaz e exequível, com vista à melhoria dos resultados obtidos. • Formação de uma equipa multidisciplinar, que avalie o currículo e os resultados escolares. • Promoção de práticas pedagógicas eficazes e reveladoras de sucesso educativo.

Resultados a alcançar:
Melhorar a distância da taxa de sucesso para o valor nacional: • 1.º Ciclo: Português: de -9,27% para -4,27%; Matemática: de -15,18% para -10,18%; • 2.º Ciclo: Português: de -10,91% para -5,91%; Matemática: de -20,96% para -15,96%; • 3.º Ciclo: Português: de -27,91% para -22,91%; Matemática: de -35,69% para -30,69%; • Ensino Secundário: Português: de -15,25% para -10,25%; Matemática: de -33,04% para -28,04%;

2. Prática Pedagógica

Descrição da ação de melhoria
Todos os docentes do Agrupamento podem e devem participar na supervisão pedagógica feita por pares. Serão divididos em grupos de trabalho de dois elementos. Os grupos de trabalho são constituídos por dois docentes em que quando um assume o papel de supervisor e o outro será o professor observado. Os papéis invertem-se no segundo momento de supervisão.
Objetivos:
• Sistematizar e generalizar o trabalho cooperativo. • Implementar estratégias organizativas que sejam eficazes na melhoria dos resultados escolares. • Alargar processos de supervisão pedagógica no sentido da melhoria das práticas profissionais.
Plano de Ação:
TRABALHO COOPERATIVO • Trabalho de planificação conjunta no seio dos grupos e dos departamentos, do desenvolvimento da avaliação, da verificação do cumprimento dos programas, listas de controlo de procedimentos do exercício de competências/responsabilidades. • Troca de experiências e de informação no seio de projetos e ações de formação internas. • Partilha de instrumentos de trabalho no seio dos conselhos de turma e grupos de recrutamento. • Definição de procedimentos comuns adequados à resolução de problemas e à situação específica de alunos. • Melhoria do trabalho de equipa tendo em vista a organização e a rentabilização de recursos. • Disseminação das práticas inovadoras e promovedoras do sucesso, dinamizadas no Projeto “Coadjuvação entre pares”.

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA • Listas de controlo de procedimentos das diversas estruturas de orientação educativa. • Acompanhamento dos professores contratados e recém-chegados à escola, feito pelas lideranças intermédias (elaboração de manual de procedimentos). • Monitorização e avaliação do planeamento individual. • Implementação de ações de acompanhamento para superação de eventuais dificuldades, partilhando saberes, preocupações, realizações, atividades comuns, supervisão voluntária, respostas, para enriquecimento mútuo. • Criação/promoção de ações de formação para todos os docentes do Agrupamento com base em temáticas transversais. • Promoção de reuniões de articulação entre os diferentes ciclos (Pré/1ºciclo; 1º ciclo/ 2ºciclo; 2ºciclo/3ºciclo; 3ºciclo/secundário).
Resultados a alcançar:
Troca de experiências, que somadas às mais-valias de cada docente, possam fazer crescer o número de soluções, em prol do sucesso escolar dos alunos.

3. Consolidação do Processo de Autoavaliação

Descrição da ação de melhoria
Concluída a primeira etapa do trabalho da Equipa de Autoavaliação (tratamento dos dados relativos à avaliação interna e externa), o estudo do percurso escolar ou profissional dos nossos alunos, findos os seus estudos no Agrupamento, torna-se imprescindível para uma melhor adaptação e avaliação das ofertas e práticas educativas.
Objetivos:
• Conhecer o percurso escolar e profissional dos alunos após a escolaridade no Agrupamento. • Avaliar o impacto das aprendizagens realizadas e da oferta educativa disponibilizada pelo Agrupamento. • Melhorar a capacidade de resposta dos serviços escolares.
Plano de Ação:
• Análise do percurso dos alunos “Depois do Cerco”. • Apoiar a criação de uma Associação de Antigos Alunos do Agrupamento de Escolas do Cerco. • Atualização de dados referentes ao percurso académico e/ou profissional dos ex-alunos (a partir do ano letivo 2012/13), com apoio dos Serviços Administrativos, Coordenações de Diretores de Turma e de Cursos Profissionais.
Resultados a alcançar:
Adequar as ofertas e as práticas do Agrupamento à realidade da comunidade escolar e ao sucesso do percurso de vida.

Descrição da ação de melhoria
Iniciado o processo de autoavaliação, a Equipa pretende consolidar práticas autoavaliativas dando cumprimento ao Plano de Melhoria.
Objetivos:
• Divulgar os resultados da avaliação interna, promovendo uma visão atualizada, criticamente reflexiva e comparada dos dados, de forma a permitir a introdução de ações de melhoria. • Conhecer os pontos fortes e as áreas de melhoria do Agrupamento. • Definir áreas de melhoria prioritárias.
Plano de Ação:
• Adequação do processo de recolha e gestão de informação à promoção de uma cultura de melhoria continuada da organização, do funcionamento e dos resultados do Agrupamento.
Resultados a alcançar:
Maior eficácia e eficiência da Equipa de Autoavaliação.

Monitorização e Avaliação do Plano de Melhoria

Todas as ações de melhoria presentes neste plano estão planeadas para ter início no ano letivo 2013/2014.

O presente documento constitui-se como um documento de comunicação externa e trabalho interno, assente no princípio de melhoria contínua e participação nas decisões estratégicas de toda a comunidade, conducentes às práticas ativas de qualidade que o Agrupamento tem vindo a promover no âmbito da Avaliação Interna.

Este plano pressupõe uma monitorização regular do mesmo e a sua avaliação final fará parte integrante do Relatório de autoavaliação do Agrupamento no final de cada ano letivo.

Ministério da Educação

INSPECÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO

Avaliação Externa das Escolas

Relatório de escola

Agrupamento de Escolas do Cerco PORTO

Delegação Regional do Norte da IGE

Datas da visita: 11 a 13 de Fevereiro de 2009

I – INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspecção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do **Agrupamento de Escolas do Cerco, Porto** realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada entre **11 a 13 de Fevereiro de 2009.**

Os capítulos do relatório — Caracterização do Agrupamento, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como o contraditório apresentado pelo Agrupamento, encontram-se no sítio da IGE em: www.ige.min-edu.pt

Escala de avaliação

Níveis de classificação dos cinco domínios

Muito Bom – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Bom – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Suficiente – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

Insuficiente – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas do Cerco localiza-se na freguesia de Campanhã, na cidade do Porto. Foi constituído no final do ano lectivo 2006/2007 e resulta da fusão do Agrupamento de Escolas do Cerco com a Escola Secundária. Este processo, sem preparação prévia, gerou apreensão na comunidade escolar, considerando o elevado número de alunos que constitui o Agrupamento e os contextos e problemáticas que lhe estão associadas. Com efeito, o Agrupamento está enquadrado num contexto geográfico marcado pela habitação social e, conforme consta nos seus documentos estruturantes, são patentes as debilidades socioeconómicas e culturais potenciadoras de risco de exclusão social e escolar. Uma das características do Agrupamento é, também, a sua diversidade étnica, com 76 crianças/alunos de etnia cigana, não se registando diversidade linguística significativa. Atendendo a todas estas variáveis contextuais e suas consequências na população escolar, o Agrupamento está inserido no segundo Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – 2007/2010 (TEIP 2).

O Agrupamento é composto por um jardim-de-infância, cinco escolas do 1.º ciclo com jardim-de-infância e a escola sede, com 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, geograficamente próximos. As instalações da Escola sede (escola secundária e EB2,3) estão a ser alvo de requalificação e os estabelecimentos afectos à educação pré-escolar e ao 1.º ciclo apresentam boas condições, quer ao nível das instalações, quer da funcionalidade das salas de actividades/aula, apesar da insuficiência de espaços nas escolas do 1.º ciclo visitadas.

Segundo os dados constantes do perfil de Agrupamento, a população escolar é de 2252 crianças/alunos, assim distribuída: 230 na educação pré-escolar; 895 no 1.º ciclo; 343 no 2.º ciclo; 412 no 3.º ciclo; 81 nos cursos de educação e formação; 15 no programa integrado de educação e formação e 276 no ensino secundário. Neste último nível de ensino, 193 alunos frequentam os cursos científico-humanísticos; 32 o Curso Tecnológico de Desporto; 40 os cursos profissionais e 11um curso de educação e formação tipo 5. Funcionam, ainda, cursos de educação e formação de adultos (43 formandos) e turmas extra-escolares de alfabetização de adultos (45 formandos). Beneficiam da modalidade de auxílios económicos, no âmbito da acção social escolar, 58,2% dos alunos, com predominância do Escalão A. Têm computador em casa 44,7% dos alunos, dos quais 23,4% dispõem de ligação à Internet.

De entre as habilitações académicas conhecidas de 72% dos pais e encarregados de educação, predomina o ensino básico (84%) seguida do ensino secundário (7%) e 2% não possuem habilitações. Dos 56% dos pais e encarregados de educação com profissões conhecidas, predominam e enquadram-se na categoria "trabalhadores dos serviços e comércio" 34%, na de "operários artífices e trabalhadores da indústria" 30% e na de "trabalhadores não qualificados" 18%.

O corpo docente é constituído por 274 educadores e professores, de entre os quais 172 pertencem ao Quadro de Escola, 50 ao Quadro de Zona Pedagógica, 43 são Contratados e 9 estão colocados no âmbito do Programa TEIP 2, com a particularidade de 81% pertencerem aos quadros. O corpo não docente é composto por 84 funcionários, 13 estão afectos aos serviços administrativos, 70 são assistentes operacionais e um é técnico superior (psicólogo).

III – CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. RESULTADOS	SUFICIENTE

O Agrupamento analisa os resultados escolares dos alunos e procede à análise comparativa dos resultados da avaliação interna e externa. As taxas de transição/conclusão dos 1.º e 2.º ciclos e do ensino secundário regular, em 2007/08, situam-se abaixo das médias nacionais. Já as taxas de transição do 3.º ciclo, no mesmo ano, estão acima das médias nacionais. De salientar, porém, que no ano de 2007/08 as taxas de transição/conclusão superaram, globalmente, as metas definidas no âmbito do projecto TEIP2. Os resultados da avaliação externa no ensino básico (provas de aferição dos

4.º e 6.º anos e exames nacionais do 9.º ano) situam-se, também, abaixo das médias nacionais. Nos exames nacionais do ensino secundário, em 2008, os resultados a Português, Matemática e História são significativamente inferiores às médias nacionais, verificando-se acentuada descida, quando comparadas com as do ano anterior. Verifica-se que, nestas disciplinas, a classificação interna tem vindo a afastar-se dos resultados da avaliação externa. Por seu lado, os cursos profissionais, o Curso Tecnológico de Desporto e os cursos de educação e formação apresentam taxas elevadas de exclusão por faltas, desistência, anulação de matrícula e, consequentemente, de não conclusão.

A promoção de uma cultura de gestão participada, que envolva os alunos, ainda é uma prática pouco aprofundada, como revela a sua reduzida contribuição na elaboração e discussão dos documentos estruturantes do Agrupamento e na programação das actividades. Existem, porém, algumas iniciativas expressivas da participação dos alunos e do desenvolvimento de uma cidadania responsável, assente nos princípios da solidariedade, da convivência democrática e do respeito mútuo, apesar de ser evidente que tais princípios não foram assumidos por todos os alunos.

A indisciplina em contexto de sala de aula e a violência escolar estão patentes em algumas escolas do Agrupamento, afectando o ensino e a aprendizagem. Há evidências de melhorias na disciplina, resultantes das medidas implementadas no âmbito do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. O Agrupamento aposta na elevação das expectativas dos alunos e das suas famílias, sendo percepcionado que a maioria dos alunos que concluiu a escolaridade básica, em 2006/07 e 2007/08, prosseguiu estudos.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO	SUFICIENTE

A articulação e a sequencialidade entre os níveis de educação e ensino ocorrem nas estruturas de coordenação e supervisão e no Conselho Pedagógico. Afirmam-se mais consolidadas e sistemáticas no 1.º ciclo e ainda ténues nos restantes níveis e ciclos de ensino. As estruturas intermédias promovem um trabalho cooperativo entre os docentes, com maior incidência na educação pré-escolar e no 1.º ciclo.

A página do Agrupamento na Internet revela um trabalho consistente de optimização dos recursos tecnológicos, com o efectivo envolvimento de alguns alunos e professores, numa perspectiva interdisciplinar e, pontualmente, inter ciclos. O acompanhamento e a supervisão das práticas lectivas em sala de aula são efectuados, por via indirecta, nas reuniões de departamentos, conselhos de docentes e grupos disciplinares, essencialmente através da monitorização do cumprimento dos programas, da uniformização dos critérios de avaliação e da partilha de experiências e informações. O Agrupamento organiza apoios educativos diferenciados, sobretudo, para os alunos com necessidades educativas especiais, para os que apresentam dificuldades na fala e para os alunos com maior insucesso. Porém, não estão instituídos apoios pedagógicos a todas as disciplinas e para todos alunos, incluindo para aqueles que, apesar de já bem sucedidos, pretendam elevar os seus níveis de desempenho escolar. É de salientar a implementação na EB1 do Cerco, de um projecto experimental, no âmbito dos apoios diferenciados em sala de aula e da organização e gestão flexível das turmas, do currículo e do apoio pedagógico. A valorização dos saberes e da aprendizagem, para além das estritamente curriculares, está patente em actividades, projectos e concursos que expressam as dimensões sociais, artísticas, desportivas e culturais da educação e que têm impacto na formação integral dos alunos. A componente prática da aprendizagem das ciências, apesar de constituir uma preocupação do Agrupamento, não se traduz em actividades experimentais/laboratoriais regulares e sistemáticas, em todos os níveis de ensino.

Não poderemos deixar de sublinhar que a prestação do serviço educativo está enquadrada por factores sócio-escolares que, objectivamente, se apresentam como condicionalismos ao desenvolvimento da prática profissional dos docentes.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR	BOM

O projecto de constituição do território educativo de intervenção prioritária de 2.ª geração foi assumido, nesta fase, como o Projecto Educativo do Agrupamento. Este documento define prioridades, objectivos, estratégias e metas quantificadas e avaliáveis, embora não se articule, explicitamente, com os outros documentos estruturantes do Agrupamento, resultante em parte, das recentes mudanças organizativas. No entanto a gestão deste contexto sócio-escolar demanda uma forte liderança, estabilidade organizativa e politicas internas globais e integradas.

O ano lectivo é preparado de forma cuidada, assente em critérios de razoabilidade e de equidade a nível da constituição das turmas e dos horários, bem como da distribuição e afectação do serviço docente e não docente. É consensual, na comunidade escolar, que o Agrupamento age com equidade e justiça, não só na gestão dos recursos humanos e materiais, mas também na promoção de condições de igualdade de oportunidades no acesso aos bens educativos. As necessidades de formação contínua dos docentes foram diagnosticadas, tendo sido promovida formação interna. Ao invés, as necessidades de formação contínua dos assistentes operacionais não têm sido identificadas e não existe um plano de formação para estes funcionários.

As instalações da Escola sede (edifícios da EB2.3 e da escola secundária) encontram-se em fase de requalificação, constituindo um aspecto positivo, reforçado pelos eventuais efeitos no processo de identificação dos alunos com a escola e na melhoria dos comportamentos e das aprendizagens. Percepcionam-se sinais de reduzida higiene e limpeza nos espaços de recreio e condições de reduzida adequabilidade, privacidade e bem-estar no pavilhão gimnodesportivo. Os jardins-de-infância e as escolas do 1.º ciclo visitadas apresentam boas instalações e condições de salubridade e segurança. Contudo, os espaços são insuficientes, o que obriga ao funcionamento de algumas escolas em regime duplo e ao desenvolvimento de algumas actividades de enriquecimento curricular na sala de aula. De salientar a rentabilização dos recursos do programa TEIP2 com impacto na melhoria da segurança escolar.

A participação dos pais e encarregados de educação é percepcionada como elevada na educação pré-escolar e na maioria das escolas do 1.º ciclo, mas reduzida nos demais níveis de ensino e numa das EB1 tanto a nível do acompanhamento dos seus educandos, como na gestão participada do Agrupamento. No entanto, as associações de pais mostram disponibilidade e empenho na resolução dos problemas do Agrupamento, apesar da dificuldade em granjear associados e motivá-los para uma maior responsabilização e participação activa.

4. LIDERANÇA	SUFICIENTE

A liderança da Comissão Executiva Instaladora assenta numa relação comunicacional aberta e na gestão flexível de expectativas e interesses, numa perspectiva de envolvimento dos diversos intervenientes e da promoção da complementaridade entre órgãos e estruturas intermédias. O Agrupamento tem uma visão de escola a prosseguir, patente no Projecto Território Educativo de Intervenção Prioritária, e partilhada por actores internos e externos. Contudo, a falta de um Projecto Educativo pensado e construído conjuntamente pode dificultar a mobilização da comunidade educativa. Os planos de acção implementados produziram ligeiras melhorias em áreas consideradas prioritárias. Contudo, as baixas taxas de sucesso que se verificam em alguns cursos de cariz mais profissionalizante apontam para a reduzida eficácia destas opções.

As lideranças, os docentes e os não docentes do Agrupamento estão genericamente empenhados, não obstante os problemas e as contrariedades que têm de enfrentar no seu dia-a-dia profissional. O absentismo dos docentes e dos não docentes é monitorizado e apresenta taxas significativas, apesar de ter diminuído, ligeiramente, no último ano.

O Agrupamento revela abertura à inovação que se objectiva na adesão a projectos, concursos e parcerias, alguns com projecção a nível local e nacional e na utilização da plataforma *Moodle* e da página do Agrupamento na Internet. Para debelar as problemáticas com que se confronta, o Agrupamento conta com a participação da Autarquia e de outras parcerias activas.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DOAGRUPAMENTO	SUFICIENTE

O Agrupamento evidencia práticas continuadas de avaliação do seu desempenho a nível dos resultados escolares e da concretização do projecto de constituição do território educativo de intervenção prioritária. Ainda não foi instituído um processo de auto-avaliação sistemático em todas as áreas-chave do seu funcionamento e que envolva a participação da comunidade escolar. Deste modo, o carácter coerente e estratégico da auto-avaliação ainda é uma área pouco conseguida. Contudo, o Agrupamento conhece os seus pontos fortes e fracos e define estratégias tendentes à resolução dos problemas identificados. O aprofundamento das dinâmicas de auto-avaliação, a dinamização interna facilitada pela constituição do território educativo de intervenção prioritária e pela requalificação das instalações escolares a consolidação da estabilidade organizativa são factores que poderão vir a garantir uma estratégia global de melhoria, a superação de dificuldades internas que teimem em permanecer, um melhor aproveitamento das oportunidades de parcerias activas e a minimização do impacto de factores externos adversos.

IV – AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. RESULTADOS

1.1 SUCESSO ACADÉMICO

O Agrupamento, nos últimos dois anos, tem vindo a fazer uma análise dos resultados académicos por níveis/ciclos de ensino, anos de escolaridade, turmas e disciplinas. Procede, também, à análise comparativa dos resultados das classificações internas e externas. Segundo os dados disponíveis, as taxas de transição/conclusão, dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário regular, no biénio 2006/07 a 2007/2008, registaram uma melhoria, à excepção do 2.º e do 9.º ano de escolaridade. Apesar de, em 2008, estas taxas serem inferiores às médias nacionais nos 1.º e 2.º ciclos e no ensino secundário e ligeiramente superiores (0,9%) no 3.º ciclo, ultrapassaram as metas definidas no Projecto TEIP2. Em 2007/08, as classificações positivas nas provas de aferição do 4.º ano, a Língua Portuguesa e a Matemática, foram inferiores às nacionais, em 8,4% e 1,2%, respectivamente. De igual modo, no 6.º ano e nas mesmas disciplinas, as classificações positivas situaram-se, também, abaixo das nacionais, respectivamente, em 4,8% e 21,3%. Nos exames nacionais do 9.º ano, no triénio 2005/06 a 2007/08, a média da classificação em Língua Portuguesa foi de 2,2, 3,1 e 2,6, respectivamente, o que a situa abaixo da média nacional. Na disciplina de Matemática, as médias foram de 1,9, 1,4 e 2,1, respectivamente, o que as situa também abaixo da média nacional. Nos exames nacionais do ensino secundário, os resultados a Português são inferiores à média nacional em 1,6 valores (em 2006), superiores em 0,1 valores (em 2007) e inferiores em 3,2 valores (em 2008); os resultados a Matemática foram inferiores às médias nacionais em 2,9, 2,5 e 7,3 valores, respectivamente e os de História são inferiores à média nacional em 1,9 valores (em 2006), superiores em 0,8 valores (em 2007) e inferiores em 5,3 valores (em 2008). Verifica-se, portanto, que os resultados do Agrupamento na avaliação externa de 9.º e 12.º anos não têm evidenciado melhorias no sentido da sua convergência para as médias nacionais. Segundo dados do Agrupamento, os planos de recuperação e de acompanhamento tiveram, em 2007/08, taxas de sucesso que variam entre 50% e 100% nos diferentes ciclos do ensino básico. Ainda de acordo com a mesma fonte, no ano de 2007/08, as taxas de anulação de matrícula e de exclusão/retenção por faltas são elevadas nos cursos de educação e formação (15,6%), nos cursos profissionais (43,2%) e no ensino

secundário regular (34,1%). A taxa de abandono/desistência/ exclusão por faltas tem vindo a diminuir e oscila entre 0,3% no 1.º ciclo e 15% no 11.º ano.

1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

A participação e o desenvolvimento cívico dos alunos encontram-se entre as prioridades do Agrupamento, porém, não se evidenciam práticas de uma cultura de gestão participada que envolva os alunos, como ilustra a sua reduzida participação na elaboração e discussão dos documentos estruturantes do Agrupamento e na programação das suas actividades. De igual modo, a ausência de atribuição de responsabilidades/tarefas concretas e explícitas aos alunos da EB2,3/S, denota debilidades na implementação de uma cultura de participação. A existência de uma associação de estudantes não tem contribuído para aprofundar esta lógica de acção. Destacam-se, porém, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo, algumas práticas individuais de efectiva participação dos alunos no planeamento da acção educativa diária e da sua responsabilização por tarefas concretas. Outras práticas existem, nos vários ciclos de ensino, que promovem a participação dos alunos, nomeadamente: o "Conselho de Alunos", no âmbito do ainda emergente Projecto Inclusão e Diversidade na Educação; o Projecto "Cidadania e Segurança"; e as "Assembleias de Alunos", no 1.º ciclo. O Agrupamento desenvolve actividades que denotam preocupação com o desenvolvimento de uma cidadania responsável, assente nos princípios da solidariedade, da convivência democrática e do respeito mútuo, apesar de ser evidente que estes princípios não foram, ainda, assumidos por todos alunos. A valorização e o estímulo dos sucessos dos alunos estão patentes em inúmeras iniciativas de pendor cultural, social e desportivo. Salienta-se a participação de 20 alunos, que se destacaram pelas suas competências académicas e sociais nas actividades de Verão promovidas pela Universidade Júnior do Porto.

1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

As crianças da educação pré-escolar e os alunos de algumas EB1 revelam, em geral, um comportamento disciplinado, mostrando conhecer as regras de conduta e de funcionamento escolar. Apesar do comportamento e da disciplina dos alunos ter vindo a melhorar, em parte pelas medidas implementadas no âmbito do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP 2), verificam-se comportamentos e atitudes que afrontam os valores e as normas escolares e sociais (e.g. violência, agressão física e verbal, roubos, grafitos no interior e exterior da EB2,3/S e outros sinais de vandalização das instalações). Por professores e alunos, é referido que a indisciplina existente, que se estende à sala de aula, condiciona e perturba o processo de ensino-aprendizagem. Na generalidade dos casos, os problemas são tratados e resolvidos no âmbito da sala de aula, com a intervenção do Director de Turma, e, só em última instância, intervém a Comissão Executiva Instaladora. Este problema é comprovado pelos 89 procedimentos disciplinares instaurados a alunos em 2005/06, 106 em 2006/07; e, 58 em 2007/08, com aplicação de 10 medidas correctivas e 48 medidas sancionatórias. A melhoria destes resultados deve-se ao esforço e empenho do Agrupamento, como ilustra a aposta nas assessorias pedagógicas a professores com turmas problemáticas, no programa de acção tutorial e nas medidas implementadas no âmbito do projecto TEIP 2, nomeadamente a colocação de animadores socioculturais, o reforço de seguranças na Escola sede e na EB1/JI do Cerco e a acção parental do grupo de acção social. A (re)afirmação da autoridade escolar (pela qual o Agrupamento pugna) regista algumas melhorias, porém, o estado actual de vandalização das instalações da Escola sede poderá constituir, por si, uma desautorização das orientações e normas escolares e, por consequência, diminuir a influência e o controlo que a própria escola exerce.

1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

A Comissão Executiva Instaladora, em resultado da sua experiência e do conhecimento informalmente construído, tem a noção das representações que os diferentes elementos da comunidade escolar têm sobre o Agrupamento. Com base neste conhecimento, apostou na elevação das expectativas dos alunos e das suas famílias. Esta estratégia materializa-se na diversificação da oferta educativa e formativa para jovens e adultos, nas medidas de intervenção social junto das famílias e no fomento de

actividades de enriquecimento curricular. Apesar de não dispor de dados monitorizados, é percepcionado pelo Agrupamento que a maioria dos alunos que concluiu a escolaridade básica, em 2006/07 e 2007/08, prosseguiu estudos. Contudo, as alternativas educativas e formativas criadas parecem não traduzir maior motivação e valorização da escola, para muitos alunos, considerando as elevadas taxas de absentismo, desistência e não conclusão dos respectivos cursos.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

A articulação e a sequencialidade entre os níveis de educação e ensino são promovidas pelo Conselho Pedagógico e pelas estruturas de coordenação e supervisão. Entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo, a articulação curricular consubstancia-se, essencialmente, na realização de actividades conjuntas, no processo de transição dos alunos para o 1.º ano (comunicação do desempenho e do comportamento dos alunos) e na elaboração e partilha de materiais didácticos. No 1.º ciclo, a articulação ocorre nas reuniões por anos de escolaridade, onde é desenvolvido um trabalho colaborativo, designadamente na planificação didáctica e na elaboração dos instrumentos de avaliação. Para assegurar a sequencialidade das aprendizagens do 1.º para o 2.º ciclo, os professores do 4.º ano participam na elaboração das turmas do 5.º ano e comunicam ao Director de Turma informações relevantes sobre cada aluno. A articulação curricular e a sequencialidade educativa entre o 2.º e o 3.º ciclo e o ensino secundário são ainda débeis. A interdisciplinaridade consta de algumas actividades constantes do plano anual, sendo de destacar o projecto inter-turmas e inter-escolas " Ler é preciso", no âmbito do Plano Nacional da Leitura e os *blogues* interdisciplinares. Nos 2.º e 3.º ciclos, a articulação intra-departamental concretiza-se, essencialmente, na planificação de actividades e de projectos a desenvolver no seio de cada Departamento Curricular/grupo disciplinar. Prevalece, ainda, uma lógica de trabalho por disciplina o que diminui as oportunidades de articulação curricular entre as diferentes disciplinas/áreas disciplinares.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

A supervisão pedagógica é efectuada nas reuniões dos departamentos, conselhos de docentes e grupos disciplinares através da monitorização do cumprimento dos programas, da uniformização dos critérios de avaliação e da partilha de experiências e informações entre os docentes. Não é evidente, no Agrupamento, que as lideranças intermédias adoptem dinâmicas de acompanhamento e supervisão directa das práticas lectivas em sala de aula. Nos conselhos de turma e nos conselhos de ano, é elaborado o planeamento da actividade lectiva (elaboração e avaliação dos projectos curriculares de turma e das planificações a médio prazo) e são aferidos os instrumentos de avaliação, de acordo com as orientações emanadas do Conselho Pedagógico, dos departamentos e do conselho de docentes e procede-se à partilha de experiências e de práticas pedagógicas relevantes. O programa de assessorias pedagógicas, implementado no âmbito do Plano de Acção para a Matemática ou nas turmas com maiores problemas de indisciplina, tem criado um espírito de entreajuda, não sendo ainda muito perceptíveis a avaliação dos seus efeitos, tanto no comportamento dos alunos, como na melhoria das suas aprendizagens. O exercício da prática lectiva em sala de aula está condicionado por especificidades decorrentes do contexto social e escolar, com maior incidência na Escola sede e na EB1 do Cerco, nomeadamente o controlo das questões disciplinares que, não raras vezes, consome o tempo e a energia de alguns professores na manutenção de um clima favorável à aprendizagem.

2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

Os docentes titulares de grupo/turma e os conselhos de turma efectuam a referenciação das crianças e dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente e com dificuldades de aprendizagem. O serviço especializado de apoio educativo define a adequação do processo de ensino-aprendizagem e as tecnologias especiais de apoio que cada aluno deve beneficiar. Desenvolve a sua acção em estreita articulação com os docentes, os directores de turma e as psicólogas para avaliar e

encaminhar os novos casos. O Agrupamento conta, actualmente, com 63 alunos com necessidades educativas especiais, programas educativos individuais e planos individuais de transição para a vida pós-escolar. Na EB1 de Falcão funciona uma unidade de intervenção especializada para alunos com multideficiência, situação que sugere questionamento atendendo a que a idade de alguns alunos que a frequentam se encontra desajustada da dos seus pares. Foi referenciada a dificuldade no encaminhamento destes jovens para instituições com respostas educativas mais adequadas.

Aos alunos com dificuldades de aprendizagem, da Escola sede, são disponibilizados: i) apoios pedagógicos individuais ou em pequenos grupos, preferencialmente, nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática; ii) reforço curricular nas turmas de 5.º ano, nestas disciplinas, prestado por um professor do 1.º ciclo e apoio para os alunos com dificuldades na fala, assegurado por um terapeuta. No 1.º ciclo, existem apoios pedagógicos diferenciados em sala de aula, destacando-se o desenvolvimento do projecto experimental na EB1 do Cerco, que consiste na flexibilização da gestão das turmas, do currículo e do apoio pedagógico, sendo previsível a generalização à Escola sede, em caso da sua avaliação ser positiva. Apesar das elevadas taxas de insucesso escolar, não estão organizados apoios pedagógicos que abranjam todas as disciplinas e todos alunos com insucesso. De igual modo, não foram concebidos apoios para os alunos que, independentemente do seu sucesso académico, procuram elevar os níveis de sucesso já alcançados, situação justificada, pelo Agrupamento, pela insuficiência de recursos humanos. O Serviço de Psicologia, no final do 9.º ano, desenvolve actividades de orientação vocacional dos alunos e das famílias nas opções a tomar, quanto ao prosseguimento de estudos.

2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

A valorização dos saberes e da aprendizagem, para além das estritamente curriculares, está presente na multiplicidade de actividades dinamizadas pelo Agrupamento. Estas expressam a valorização das dimensões social, artística, desportiva e cultural e têm impacto na formação integral dos alunos. São de destacar, pela sua abrangência e projecção na comunidade, as seguintes iniciativas: a publicação, em 2007/08, do livro "Cerco(m)navegando"; a visita de escritores ao Agrupamento; o projecto inter-escolas "Árvore dos Abraços", no âmbito do Plano Nacional da Leitura; a dinamização de blogues; a ginástica acrobática (tendo granjeado prémios nacionais) e a vela, no âmbito do Desporto Escolar; os concursos de Matemática; os jornais escolares; as disciplinas de Cerâmica e de Fotografia, no âmbito de oferta de escola no 3.º ciclo; a página do Agrupamento na Internet, e ainda diversos clubes e oficinas. A valorização da componente prática na aprendizagem das ciências, apesar de constituir uma preocupação do Agrupamento, não se traduz em actividades experimentais/laboratoriais regulares e sistemáticas, em todos os níveis de educação/ensino. A escassez de materiais e equipamentos, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo, bem como as obras de requalificação da Escola sede, poderão, em certa medida, condicionar a sua efectivação, mas não justificam o seu carácter esporádico e pontual. Contudo, foi referenciado, pelos docentes, o cumprimento do programa (a nível de práticas activas e experimentais) no ensino secundário. De salientar que as turmas do 2.º ciclo, na disciplina de Ciências da Natureza, não foram desdobradas.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

Em fase de mudança organizativa, resultante da fusão do Agrupamento com a escola secundária, o projecto de constituição de território educativo de intervenção prioritária (TEIP 2) foi assumido como o Projecto Educativo do Agrupamento. Este documento apresenta prioridades, objectivos, estratégias e metas quantificadas e avaliáveis e determina os seus responsáveis e intervenientes. O Plano Anual de Actividades calendariza uma diversidade de acções e projectos, apontando os seus dinamizadores e destinatários, mas não explicita a sua articulação com os objectivos do Projecto Educativo/TEIP. Ainda não se percepciona uma cultura de Agrupamento como ilustra, em parte, a existência dois

projectos curriculares de escola/agrupamento, sendo um relativo ao ensino secundário e o outro à educação pré-escolar e ao ensino básico. Apesar destas debilidades, resultantes em parte, das recentes mudanças organizativas, a gestão do Agrupamento, no sentido da melhoria do seu desempenho, demanda fortes lideranças, estabilidade organizativa e politicas internas globais e integradas.

O ano lectivo é preparado de forma cuidada, sendo a organização e a gestão sustentadas nos princípios da eficácia e da razoabilidade. A constituição das turmas tem por base o princípio da continuidade. No início do ano lectivo, as diversas unidades educativas promovem o acolhimento dos alunos e das famílias e divulgam as informações mais relevantes dos documentos estruturantes do Agrupamento e da organização e diversificação das actividades educativas, lectivas e de enriquecimento curricular. Os apoios educativos disponibilizados nos 2.º e 3.º ciclos, são atribuídos, preferencialmente, aos docentes das turmas e a Formação Cívica fica a cargo do Director de Turma. O funcionamento das EB1 em regime duplo e a realização das actividades de enriquecimento curricular antes ou depois da actividade lectiva poderá justificar a reduzida frequência destas actividades. De salientar a rentabilização dos recursos do programa TEIP2 com impacto na melhoria da segurança escolar, traduzida, designadamente, no maior controlo e disciplina dos alunos e da comunidade no acesso e na utilização dos espaços escolares.

3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A Comissão Executiva Instaladora demonstra um conhecimento efectivo das competências pessoais e profissionais do pessoal docente e não docente, considerando-o na atribuição das tarefas e responsabilidades. A afectação dos docentes às direcções de turma, aos grupos ou às turmas rege-se pelos seguintes critérios: adequação dos perfis dos docentes às especificidades dos grupos/turmas, continuidade pedagógica e experiência profissional. Os recursos humanos alocados ao Agrupamento pelo Programa TEIP 2 evidenciam uma articulação e gestão eficazes do seu trabalho, reunindo periodicamente para concertar, adequar e avaliar estratégias de intervenção. O acompanhamento e integração de novos professores, ou colocados pela primeira vez no Agrupamento, são, num primeiro momento, assumidos pela direcção executiva e, posteriormente, pelo respectivo Departamento/Grupo disciplinar ou Conselho de Docentes. As necessidades de formação contínua dos docentes são conhecidas e transmitidas ao Centro de Formação Guilhermina Suggia. Paralelamente, o Agrupamento tem proporcionado formação na área das tecnologias de informação e comunicação (e.g. utilização dos quadros interactivos e da plataforma *Moodle*), como suporte da actividade docente. Ao invés, as necessidades de formação dos assistentes operacionais não foi diagnosticada nos últimos anos e não existe um plano interno de formação dirigido a estes profissionais, apesar de os próprios identificarem algumas lacunas na sua formação profissional (e.g. gestão de conflitos e intervenção com alunos com necessidades educativas especiais). Porém, a formação contínua promovida pela Autarquia para os assistentes operacionais que tutela, foi percepcionada como suficiente e adequada. Os serviços administrativos organizam-se por áreas e o seu funcionamento é percepcionado como positivo pela comunidade escolar. A acção social escolar reconhece que a entrega dos livros escolares é efectuada tardiamente, justificando a situação com o atraso, tanto dos livreiros, como da respectiva requisição pelas famílias.

3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

A Autarquia tem efectuado obras de conservação, manutenção e requalificação do parque escolar, pelo que as EB1 e os JI visitados apresentam, globalmente, espaços adequados ao desenvolvimento da prática lectiva e educativa e boas condições de segurança e limpeza. Dispõem de biblioteca/centro de recursos, quadros interactivos nas salas do 4.º ano, e espaços para a prática da Educação Física. Contudo, algumas das EB1/JI não dispõem, ainda, de áreas específicas para o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular e de equipamentos para a prática experimental das Ciências. As instalações da Escola sede estão a sofrer obras de requalificação que, se por um lado, afectam o normal funcionamento de alguns espaços, por outro, as novas instalações poderão concorrer para a valorização dos espaços escolares, com eventuais efeitos na melhoria do comportamento e da aprendizagem. Há evidências de condições pouco adequadas de privacidade e de bem-estar nos

balneários do pavilhão gimnodesportivo, sinais de reduzida higiene e limpeza nos espaços de recreio, bem como a inacessibilidade directa dos alunos a produtos de higiene individual nas instalações sanitárias.

No que diz respeito à gestão financeira, o Agrupamento conta, essencialmente, com as verbas provenientes do orçamento de Estado, da Autarquia e das candidaturas a projectos no âmbito do TEIP 2 e do Programa Operacional do Potencial Humano. O Agrupamento tem vindo a captar receitas próprias, as quais decorrem do aluguer das instalações desportivas, do funcionamento do bufete e de vendas de Natal. A gestão financeira é feita de acordo com as linhas orientadoras definidas pelo Conselho Geral, aquando da elaboração do orçamento do Agrupamento. Estas receitas foram utilizadas, prioritariamente, no reforço dos equipamentos e materiais didácticos.

3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

Os docentes titulares de grupo/turma e os directores de turma flexibilizam os horários de atendimento aos encarregados de educação. A participação dos pais na concretização das actividades e no desenvolvimento de projectos é percepcionada, pelos docentes, como elevada na maioria das unidades educativas da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, onde a existência e funcionamento da respectiva Associação de Pais é considerada uma mais-valia, no apoio material a algumas actividades previstas no plano anual de actividades do Agrupamento. Na Escola sede, a participação dos pais e encarregados de educação é muito reduzida, limitando-se à presença na reunião inicial de ano lectivo e nas de entrega da avaliação de cada período. As associações de pais mostram-se colaborativas e empenhadas na prossecução dos objectivos do Agrupamento, revelando dificuldades em granjear associados e na colaboração dos seus pares. Foi referenciado por vários interlocutores que, pontualmente, alguns pais e encarregados de educação afrontam as normas e os valores do Agrupamento, intimidando alguns docentes e não docentes. O Agrupamento conta ainda com a colaboração activa de instituições locais, públicas e privadas, algumas das quais integram o Conselho Geral Transitório e colaboram nas actividades promovidas.

3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

É consensual, na comunidade escolar, que o Agrupamento age com equidade e justiça na gestão dos recursos humanos e materiais, nomeadamente na constituição de turmas, na atribuição dos apoios educativos e na distribuição do serviço docente e não docente. É proporcionada a igualdade de oportunidades aos alunos, independentemente da sua situação económica, social ou de aprendizagem, na participação em actividades de enriquecimento curricular e nas visitas de estudo promovidas. Porém, a entrega tardia dos livros escolares poderá comprometer a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativo dos alunos beneficiários de acção social escolar. A promoção de uma escola mais inclusiva verifica-se no desenvolvimento de algumas actividades e projectos, no apoio específico a alunos e famílias social e economicamente desfavorecidas. Exemplos destas iniciativas são a intervenção do grupo de acção social, o programa tutorial e o projecto "Sorriso Feliz", para além de medidas pontuais, realizadas no quotidiano escolar (reforço alimentar, apoio psicológico e social, cuidados de saúde, entre outros). Os alunos com mobilidade condicionada, que frequentam o ensino básico na Escola sede, não dispõem de adaptações arquitectónicas que lhes assegure o acesso a todos os bens e serviços.

4. LIDERANÇA

4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

O Agrupamento tem uma visão de escola que visa alcançar, patente no projecto TEIP 2. No entanto, a inexistência de um verdadeiro Projecto Educativo de Agrupamento poderá condicionar o seu desenvolvimento futuro. Mesmo assim, este facto não foi impeditivo do Agrupamento identificar alguns dos seus problemas prioritários e definir objectivos e estratégias, para cada etapa educativa com indicadores de medida relativos ao progresso dos resultados escolares, do abandono e da

indisciplina. Como estratégia para debelar tais problemáticas, foram implementadas, por um lado, respostas educativas e sociais de apoio aos alunos e famílias e, por outro, foi alargada a oferta formativa através da mobilização de recursos internos e externos, acrescidos dos provenientes do Programa TEIP 2. Algumas destas respostas, como o reforço da segurança nas escolas, a animação social e a intervenção na comunidade, percepcionam-se adequadas às especificidades das problemáticas. Outras, não se afiguram tão bem sucedidas, já que, em geral, os cursos de educação formação, os profissionais e os tecnológicos registam elevadas taxas de abandono/desistência e de indisciplina, o que sugere o questionamento da sua adequação à população que os frequenta. Também a formação e a valorização da população adulta mereceu a atenção do Agrupamento, no ano lectivo de 2008/09, através da criação de cursos de cursos de educação e formação de adultos, no âmbito do Programa Novas Oportunidades, e de cursos de alfabetização de adultos. De referir que os representantes dos assistentes operacionais não fazem parte da constituição do Conselho Pedagógico.

4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

A direcção executiva procura gerir expectativas e interesses, numa relação comunicacional aberta e promotora da articulação entre todos os órgãos de gestão, da sua complementaridade e de um clima educativo de cooperação entre os docentes. Os coordenadores dos conselhos de docentes e dos departamentos curriculares promovem um trabalho articulado com o Conselho Pedagógico, mostrando-se empenhados no desempenho das suas funções. Genericamente, o empenho e a dedicação fazem parte da vida profissional dos docentes, não obstante algumas referências a desalento no exercício da sua função, resultante da vivência continuada de um ambiente perturbador e indisciplinado, em contexto de sala de aula, com maior incidência nos cursos de educação e formação. O absentismo dos docentes (11,3%) e dos não docentes (13,9%) diminuiu ligeiramente, no último ano lectivo. O absentismo dos assistentes operacionais poderá afectar o bom funcionamento da Escola sede, considerando o número insuficiente de funcionários e as lacunas de formação por si identificadas. Para além da gestão corrente, os coordenadores das diversas unidades educativas implicam-se no acompanhamento e na concretização dos projectos curriculares de turma.

4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

A abertura à inovação é notória no investimento feito na actualização/utilização dos equipamentos informáticos (uso generalizado das tecnologias de informação e comunicação: quadros interactivos, plataforma *Moodle* – sumários e informação *on-line,* bem como blogues) como instrumentos de suporte ao processo de ensino e aprendizagem e à organização interna. O Agrupamento manifesta dinâmica no processo de diversificação da sua oferta formativa, na organização de iniciativas de solidariedade (e.g., a dádiva anual de sangue, as vendas de Natal, o projecto "Sorriso Feliz") e de acções de sensibilização para questões de saúde e ambientais. De igual modo, revela disponibilidade para abraçar novos desafios como se comprova pela adesão a projectos (e.g. "Pular a Cerca", do qual o Agrupamento é entidade promotora), a concursos e a outras actividades (e.g. a edição de um livro) e pelo envolvimento no Centro Distrital de Recursos TIC de Educação Especial, sedeado na escola sede, bem como a criação, por alunos, da caneta "*Helpwrite*", destinada a colegas com necessidades educativas especiais que granjeou um prémio nacional de inovação.

4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

O Agrupamento aderiu a projectos da iniciativa da Câmara Municipal do Porto e da Junta de Freguesia de Campanhã (e.g. "Porto crianças", "Porto seguro" e "Porto jovem"). Destacam-se ainda como parceiros activos o Centro de Saúde e a Junta de Freguesia de Campanhã, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, a Escola Segura, o Centro Regional de Segurança Social, empresas privadas e centros de formação profissional, para assegurar a formação em contexto de trabalho dos cursos de educação e formação, e instituições privadas de solidariedade social. Quanto à participação em projectos nacionais e internacionais, destacam-se o Projecto de Educação para a Saúde, a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, o Plano de Acção para a Matemática; o Plano Nacional de Leitura; o Programa Nacional de Educação pelos Pares; o Programa Ciência Viva; o

projecto de solidariedade "Mundo a Sorrir", em parceria com jovens médicos e o Projecto pan-europeu "Inclusão e Diversidade na Educação".

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

O Agrupamento analisa de forma sistemática os resultados académicos dos alunos, efectuando mesmo análises comparativas nos últimos dois anos. Desde o ano de 2007/08, tem vindo a elaborar relatórios periódicos de avaliação das metas estabelecidas no projecto TEIP 2. Apesar de estas práticas evidenciarem procedimentos avaliativos do seu desempenho, o Agrupamento ainda não institui um processo de auto-avaliação regular em todas as áreas-chave do seu funcionamento que envolva a participação dos vários elementos da comunidade escolar. Com base na experiência, no conhecimento informalmente construído e nos elementos fornecidos pela avaliação do projecto TEIP 2, a direcção executiva vai gerindo e reajustando a sua acção. Assim, o carácter estratégico da auto-avaliação ainda é uma área pouco conseguida.

5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

O Agrupamento conhece os seus pontos fracos, tendo dirigido acções concretas e específicas para os debelar. Os resultados alcançados ainda se afiguram pouco consistentes e ainda é patente a débil cultura de Agrupamento, de gestão participada com os alunos e de auto-avaliação. Porém, os recursos provenientes do Programa TEIP, a requalificação das instalações escolares, a consolidação da estabilidade organizativa, a vontade expressa de mudança, o aprofundamento de parcerias activas e a continuação das dinâmicas internas que, forçosamente, terão de prosseguir para além do ano terminal do referido programa, são indicadores que perspectivam a consolidação e a melhoria crescente do importante serviço sócio-educativo que o Agrupamento vem prestando.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos do **Agrupamento de Escolas do Cerco** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam Agrupamento e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- A dinamização de diversas iniciativas de enriquecimento curricular com impacto na formação integral dos alunos.
- A organização do ano lectivo assente em princípios de eficácia, razoabilidade e equidade.
- O empenho das lideranças, dos docentes e dos não docentes.

- A rentabilização dos recursos do programa TEIP 2 com impacto na melhoria da segurança escolar.
- A optimização, por alguns docentes, das tecnologias da informação e comunicação na melhoria do serviço educativo.

Pontos fracos

- Os insuficientes resultados escolares dos alunos.
- A indisciplina em contexto de sala de aula e a violência escolar em algumas escolas do Agrupamento.
- A reduzida participação activa dos alunos e das famílias na vida escolar.
- A inexistência de um Projecto Educativo de Agrupamento que exprima uma visão integrada do desenvolvimento do Agrupamento.
- A débil articulação e sequencialidade, entre o 2.º e o 3.º ciclos e entre este e o ensino secundário.
- A ausência de acompanhamento directo da prática lectiva em contexto de sala de aula.
- A reduzida incorporação da componente prática da aprendizagem das ciências em contexto de sala de aula/laboratorial.
- A inexistência de um plano de formação contínua para os assistentes operacionais.
- A incipiente cultura de auto-avaliação numa perspectiva abrangente e participada.

Oportunidades

- O alargamento e o aprofundamento de parcerias poderão minorar os problemas actuais e elevar a imagem pública do Agrupamento.
- A qualidade das futuras instalações escolares, associada a um reforço da autoridade exercida pela escola e à estabilidade organizativa, poderá contribuir para a valorização dos espaços escolares, por parte dos alunos e para a melhoria do seu sentido de pertença, com efeitos positivos no comportamento, na disciplina e nas aprendizagens.

Constrangimentos

- O término do Programa TEIP 2, em 2010 e a consequente diminuição de recursos educativos poderá afectar o desenvolvimento progressivo do Agrupamento, apesar de lhe ser reconhecido capacidade interna de mudança.
- As características sociais, culturais e económicas do meio envolvente, com consequências negativas nas expectativas da população escolar, poderão condicionar as melhorias almejadas.

GOVERNO DE PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

IGEC Inspeção-Geral da Educação e Ciência

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas do Cerco

PORTO

30 jan. a 1 fev.

2013

Área Territorial de Inspeção do Norte

1 – INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho (Despacho n.º 4150/2011, de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento de Escolas do Cerco – Porto, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre 30 de janeiro e 1 de fevereiro de 2013. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento e as escolas básicas do Cerco, da Corujeira e de Falcão.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento apresentado no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2012-2013** está disponível na página da IGEC.

2 – Caracterização do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas do Cerco, situado na freguesia de Campanhã, concelho do Porto, foi constituído no ano letivo 2006-2007 e, atualmente, integra oito estabelecimentos de educação e ensino: o Jardim de Infância de Falcão 2, as escolas básicas com educação pré-escolar de Falcão, da Corujeira, de Nossa Senhora de Campanhã, de S. Roque da Lameira, do Cerco e do Lagarteiro e a Escola Básica e Secundária do Cerco (escola-sede). O Agrupamento integra o Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária de terceira geração (TEIP3).

No presente ano letivo, a população escolar é constituída por 2284 discentes. Destes, 256 (12 grupos) frequentam a educação pré-escolar, 792 (56 turmas) o 1.º ciclo, 354 (18 turmas) o 2.º ciclo, 446 (22 turmas) o 3.º ciclo, 32 (duas turmas) o Programa Integrado de Educação e Formação, 54 (quatro turmas) os cursos de educação e formação (Empregado de Mesa, Acompanhante de Crianças e Pintor/Decorador de Cerâmica), 200 (10 turmas) os cursos científico-humanísticos (Ciências e Tecnologias e Línguas Humanidades), 14 (uma turma) o Curso Tecnológico de Desporto e 136 (oito turmas) os cursos profissionais (Técnicos de Eletrotecnia, Instalações Elétricas, Restauração, Turismo, Apoio à Infância e Apoio à Gestão Desportiva). Do total de alunos do Agrupamento, 99% têm naturalidade portuguesa, 38,1% não beneficiam dos auxílios económicos no âmbito da ação social escolar, 42% do ensino básico e 53% do ensino secundário têm computador com ligação à Internet em casa.

A análise das habilitações literárias dos pais e encarregados de educação (conhecidas as habilitações de 75,5%) revela que a percentagem dos pais dos alunos do ensino básico e do ensino secundário com formação superior é, respetivamente, de 3% e 2% e com formação secundária e superior é de 13% e 10%, respetivamente. São conhecidas as profissões de 45,4% dos pais e encarregados de educação dos alunos e, destes, 8% do ensino básico e 10% do ensino secundário são profissionais de nível superior e intermédio.

O pessoal docente é constituído por 238 elementos, dos quais 73,5% são do Quadro e 78,6% têm 10 ou mais anos de serviço. O pessoal não docente, maioritariamente com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, é composto por 86 profissionais: uma psicóloga, duas técnicas de serviço social, uma educadora social, uma chefe de serviços de administração escolar, um encarregado operacional, 14 assistentes técnicos e 66 assistentes operacionais. O Agrupamento conta, ainda, com 14 formadores para os cursos profissionalizantes, quatro colaboradores colocados ao abrigo das medidas *Contrato emprego–inserção* e *Contrato emprego-inserção+* do Instituto de Emprego e Formação Profissional e dois vigilantes da Segurança Escolar do Ministério da Educação e Ciência.

No ano letivo 2010-2011, ano para o qual há referentes nacionais calculados, os valores das variáveis do contexto, nomeadamente as percentagens de alunos dos 4.º, 6.º e 9.º anos sem auxílios económicos no âmbito da ação social escolar, a média do número de anos das habilitações das mães e a percentagem dos professores do Quadro, situavam-se abaixo dos valores medianos registados nas escolas do mesmo grupo de referência. Por sua vez, acima destes valores estavam a idade média dos alunos dos 4.º, 6.º 9.º e 12.º anos e a média de alunos por turma nos 4.º e 12.º anos. Assim, o Agrupamento, quando comparado com as escolas de mesmo grupo de referência, apresentava variáveis do contexto bastante desfavoráveis.

3- Avaliação por domínio

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – Resultados

Resultados académicos

Em 2010-2011, tendo em consideração a comparabilidade estatística dos resultados dos alunos do Agrupamento com os das escolas que têm valores análogos nas variáveis de contexto, verificou-se que as taxas de conclusão dos 6.º e 12.º anos ficaram acima dos valores esperados, mas as dos 4.º e 9.º anos ficaram aquém. Por sua vez, as percentagens de classificações positivas nas provas de aferição de Língua Portuguesa, nos 4.º e 6.º anos e as médias das classificações no exame nacional do 12.º ano, em Português, situaram-se acima dos valores esperados. Contudo, o mesmo não se verificou em Língua Portuguesa, na prova final do 9.º ano, em Matemática, nas provas de aferição dos 4.º e 6.º anos, e em História, no exame nacional do 12.º ano, cujas classificações positivas ou as respetivas médias ficaram aquém dos referidos valores. A percentagem de classificações positivas na prova final de Matemática, no 9.º ano, e a média das classificações no exame da mesma disciplina, no 12.º ano, ficaram muito aquém dos valores esperados. Quando comparados os referidos resultados do Agrupamento com os das escolas do mesmo grupo de referência, verifica-se que, na generalidade, estavam abaixo da mediana, com exceção da média das classificações no exame nacional de Português do 12.º ano, que ficou acima.

Não obstante o contexto socioeconómico e cultural ser desfavorável, o facto de os resultados observados, em 2010-2011, se situarem globalmente aquém dos valores esperados, quando comparados com os das escolas de contexto análogo e com as do mesmo grupo de referência, mostra que existe um caminho de melhoria e sustentabilidade que o Agrupamento tem de percorrer.

As taxas de transição/conclusão nos três ciclos do ensino básico e nos cursos científico-humanísticos, ao longo do triénio 2009-2010 a 2011-2012, registam alguma estabilidade, embora se revelem sempre inferiores às nacionais. As metas estabelecidas no contrato-programa TEIP2 apenas foram cumpridas no 2.º ciclo, sendo este ciclo que, no final dos anos letivos, apresenta maior percentagem de alunos com sucesso a todas as disciplinas. No que se refere às percentagens de resultados positivos e às médias das classificações nas avaliações externas dos alunos (provas de aferição e exames nacionais), no referido triénio, verifica-se que são sempre inferiores às nacionais e, em regra, evidenciam uma tendência descendente. Esta tendência observa-se mais acentuadamente nas provas finais de Língua Portuguesa e de Matemática do 9.º ano, nas provas de aferição de Matemática dos 4.º e 6.º anos e nos exames nacionais desta disciplina do 12.º ano.

Ao longo do último triénio escolar, a par do observado na anterior avaliação externa, as taxas de interrupção precoce do percurso escolar – abandono, anulação de matrícula e exclusão por excesso de faltas injustificadas - não dão sinais de diminuição e, ainda que controladas nos três ciclos do ensino básico, atingem valores significativos nos cursos de educação e formação, nos cursos profissionais e nos cursos científico-humanísticos, apesar do trabalho permanente da comunidade educativa para reduzir a sua expressão.

O Agrupamento acompanha e monitoriza os resultados das aprendizagens dos seus alunos. Em resultado destes procedimentos, identifica os múltiplos problemas que determinam os índices de insucesso que se verificam e implementa, ainda que sem resultados significativos, medidas com o objetivo de os superar. São identificados essencialmente fatores externos para explicar as dificuldades que causam o insucesso escolar. Contudo, não foi evidente que seja levada a cabo uma reflexão aprofundada sobre fatores explicativos internos, designadamente ao nível das práticas de ensino, que possibilite o delinear de estratégias mais eficazes de superação dos problemas identificados.

Resultados sociais

A ação do Agrupamento é claramente orientada para o desenvolvimento cívico dos alunos e para a solidariedade. Os alunos estão representados no conselho geral e têm acesso fácil à direção, onde

colocam os seus problemas e expõem as suas opiniões. Embora não tivesse ficado clara a sua participação na elaboração dos documentos estruturantes da vida escolar, os alunos têm oportunidade de se corresponsabilizar nas decisões que lhes dizem respeito nas assembleias de turma e de respetivos delegados, que reúnem em todos os níveis e ciclos, bem como no Gabinete de Provedoria do Aluno. O envolvimento dos alunos na programação das atividades ocorre, sobretudo, nos seus grupos/turmas e, na escola-sede, da sua efetiva participação nos conselhos de turma. No presente ano letivo, a ação da associação de estudantes é visível em iniciativas próprias, que não se ficam apenas por atividades recreativas, e a composição da sua atual direção comprova a determinação em sedimentar esta forma de participação dos alunos.

A indisciplina, dentro e fora da sala de aula, e a falta de assiduidade e de pontualidade dos alunos são realidades vividas em especial na escola-sede. Não se pode assumir que o ponto fraco sobre a indisciplina e a violência escolar, identificado na avaliação externa de 2009, tenha sido ultrapassado. Contudo, a boa conservação dos espaços e dos equipamentos e o facto de não terem sido relatados casos graves de violência escolar permitem afirmar que há melhorias no comportamento dos alunos. Por sua vez, é de salientar o ambiente de civilidade vivido, em regra, nas escolas com 1.º ciclo e educação pré-escolar.

A comunidade educativa, designadamente docentes, não docentes e direção, desenvolvem um trabalho intensivo orientado para a prevenção e combate aos comportamentos perturbadores e menos ajustados. Para os progressos verificados concorrem medidas como o reforço do acompanhamento dos alunos no quotidiano escolar, a diversificação da oferta formativa e a constituição de grupos de homogeneidade relativa. Porém, a persistência de atitudes inadequadas e desrespeitosas na sala de aula que, em especial na escola-sede, perturbam e, muitas vezes, condicionam o processo de ensino-aprendizagem, sugere o aprofundamento dos fatores que, designadamente ao nível da prática letiva, ajudem a explicar e, consequentemente, a encontrar estratégias para eliminar este problema.

Os alunos envolvem-se em diversas iniciativas de solidariedade, algumas delas da sua responsabilidade, apelando a comunidade educativa para práticas de partilha e de comprometimento social.

Apesar da perceção de que as aprendizagens proporcionadas têm um impacto positivo no futuro dos alunos, não existe recolha de informação concreta sobre o percurso escolar ou profissional dos alunos, após terminarem a sua escolaridade no Agrupamento.

Reconhecimento da comunidade

A comunidade escolar, nas respostas aos questionários de satisfação preenchidos por alunos, profissionais e encarregados de educação e nas entrevistas, demonstra gostar de estudar ou trabalhar nas escolas do Agrupamento, apesar de, unanimemente, se manifestar descontente com o comportamento de alguns alunos e com a sua falta de respeito para com docentes e não docentes. Os encarregados de educação destacam, como positivas, a disponibilidade do diretor de turma e a informação que este lhes proporciona.

O Agrupamento, consciente da pouca valorização dos saberes escolares por parte de alunos e respetivas famílias, atua no sentido de estimular e valorizar os seus resultados académicos e sociais. Neste sentido, para além da atribuição de prémios de mérito, divulga publicamente os trabalhos e os êxitos dos alunos, em iniciativas internas ou externas que visam dar visibilidade ao trabalho educativo realizado, destacando-se o desporto, a música e a cerâmica, e promover o autoconceito académico dos alunos. As apreciações positivas das entidades de acolhimento da formação em contexto de trabalho dos cursos profissionalizantes, designadamente em relação à atitude responsável dos alunos, são motivo de satisfação e encorajamento.

Os encarregados de educação reconhecem que os seus educandos são o centro das preocupações dos que trabalham no Agrupamento e os alunos consideram que frequentar uma *escola difícil* os torna mais fortes e mais preparados para enfrentar o futuro. De salientar, na opinião de alguns alunos, o contributo do Agrupamento na construção e/ou orientação dos seus projetos de vida.

A estreita relação com a Câmara Municipal do Porto é bem visível na participação em projetos comuns e na partilha de preocupações e anseios, tendo os representantes desta autarquia relevado a ação do Agrupamento na educação/formação dos jovens e no desenvolvimento sociocultural do meio envolvente.

Neste contexto, é manifesto o reconhecimento da comunidade educativa pelo trabalho educativo e formativo desenvolvido.

Em síntese, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos seus percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da vida escolar. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE** no domínio **Resultados**.

3.2 – Prestação do serviço educativo

Planeamento e articulação

Considerando que na avaliação externa realizada em 2009 se verificava uma *débil articulação e sequencialidade entre os 2.º e 3.º ciclos e entre este e o ensino secundário*, esta área evidencia melhorias. Contudo, continuam a ser mais consistentes as iniciativas específicas que facilitam a transição entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo e entre este e o 2.º ciclo, sendo transmitida informação sobre os alunos, no sentido de prevenir problemas de integração escolar e de promover uma melhor adequação das estratégias de ensino e aprendizagem. A articulação entre as diversas áreas disciplinares/disciplinas é visível, designadamente nas atividades constantes do plano anual e no trabalho promovido pelas bibliotecas escolares.

Há evidências de práticas colaborativas entre docentes, na educação pré-escolar, 1.º ciclo, grupos de docentes da mesma disciplina/ano de escolaridade e, principalmente, nas equipas educativas que lecionam as *turmas ninho* e as *turmas rede*. Estas práticas traduzem-se em planificações conjuntas, elaboração de instrumentos de avaliação e partilha de materiais pedagógicos e de práticas bem-sucedidas. O trabalho cooperativo dos docentes constituiu-se como o modo privilegiado de aferir a coerência entre o ensino e a avaliação.

A construção e o desenvolvimento do currículo na educação pré-escolar, bem como a organização dos espaços/equipamentos e materiais pedagógicos promotores das aprendizagens das crianças, carecem de aprofundamento, de modo a assegurar condições de maior sucesso na etapa educativa subsequente.

A diversidade da oferta formativa profissionalizante, que procura responder às expectativas dos alunos e tem em conta a realidade socioeconómica das suas famílias, bem como a variedade de projetos em que o Agrupamento se envolve, muitos deles em resposta a solicitações de entidade externas, revelam adequação às características do contexto e abertura ao meio envolvente.

Práticas de ensino

Os docentes afirmam que, em consonância com os resultados da avaliação diagnóstico inicial, a planificação do processo de ensino-aprendizagem é adequada às características das turmas. Contudo, sem se questionar que tal aconteça, a contextualização do currículo aos grupos e às turmas não é

explícita nos respetivos projetos curriculares e nos *dossiers* técnico-pedagógicos e não são percetíveis, nestes documentos, estratégias e práticas de diferenciação pedagógica.

Foram implementados projetos de promoção do sucesso escolar, designadamente nas disciplinas de Português e Matemática, com o objetivo de apoiar grupos de alunos com ritmos de aprendizagem idênticos. Destacam-se, neste âmbito, os projetos *incluir para emergir* (1.º ciclo), a *turma ninho* (2.º ciclo) e a *turma rede* (3.º ciclo). No ensino secundário, os apoios educativos concretizam-se num *espaço de autoaprendizagem* com a supervisão de professores. A focalização do apoio em apenas determinadas disciplinas e em autoaprendizagem, num contexto de reduzida motivação académica dos alunos e de manutenção dos níveis de insucesso escolar, exortam a uma reflexão mais aprofundada sobre as respostas no âmbito dos apoios educativos para os alunos com dificuldades de aprendizagem, e para os demais, com vista ao desenvolvimento das suas capacidades.

Para os alunos com necessidades educativas especiais são promovidas respostas adequadas, através de um trabalho articulado dos docentes da educação especial com os serviços técnico-pedagógicos e outras entidades locais, principalmente na transição dos alunos para a vida pós-escolar.

Há evidências de uma evolução na realização de práticas experimentais das ciências, referenciado na anterior avaliação externa como ponto fraco, tendo sido implementados dois projetos**,** para além de outras iniciativas: o *Percurso das Ciências pelo Cerco*, para alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário, e o *Clube da Ciência, Pequenos Einsteins*, essencialmente para alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade. Estes projetos revelam-se motivadores da aprendizagem e do interesse dos alunos. Por sua vez, destacam-se as práticas de valorização da dimensão artística, designadamente nas áreas da pintura de cerâmica, bem patentes na decoração da escola-sede com painéis realizados pelos alunos, da música e do desporto que se afirmam como práticas organizacionais eficazes e consistentes.

O acompanhamento da prática letiva é realizado de modo informal, com o recurso ao diálogo entre pares para ultrapassar os problemas que enfrentam, continuando a não existir observação de aulas como forma de desenvolvimento profissional.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Os docentes promovem formas de avaliação diversificadas, nomeadamente a avaliação diagnóstica, com a elaboração de testes comuns por anos de escolaridade, e a avaliação formativa, produzindo informação de retorno aos alunos e incentivando-os à participação e melhoria contínua.

Os critérios de avaliação são conhecidos e compreendidos pelos alunos e respetivos pais/encarregados de educação. Os professores procedem à aferição destes critérios e dos instrumentos de avaliação, através de um trabalho colaborativo que inclui a elaboração conjunta de testes. A monitorização interna do desenvolvimento do currículo é concretizada nas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica.

Apesar de subsistir abandono e absentismo escolares, foram implementados mecanismos de combate a estes fenómenos que passam por um trabalho atento e articulado de professores titulares de turma, diretores de turma, professores tutores, serviços técnico-pedagógicos e da direção, bem como por o reforço do envolvimento parental, valorizando a sua participação nas atividades escolares.

A avaliação deste domínio foi efetuada tendo em conta as especificidades de um significativo número de alunos que, apresentando diminutos níveis motivacionais e grandes dificuldades de concentração, prejudicam e/ou inviabilizam o processo de ensino-aprendizagem e causam desgaste crescente nos docentes e não docentes.

Em síntese, tendo em conta os juízos avaliativos formulados neste domínio, o Agrupamento apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes, o que justifica a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – Liderança e gestão

Liderança

A visão estratégica do Agrupamento centra-se no apoio à melhoria das aprendizagens, prevenção do abandono, absentismo e indisciplina, relação escola-família-comunidade e monitorização e autoavaliação. Estes dois últimos campos de intervenção, apesar de terem sido identificados como prioritários, não foram integrados no plano de ação inscrito no projeto educativo. As atividades que operacionalizam a referida visão, constantes do plano anual, são coerentes com o projeto educativo, apresentando, porém, margens de melhoria quanto à adequação dos objetivos às atividades.

Sendo certo que o diretor traçou uma rota de ação, que prossegue com a sua equipa e elementos da comunidade educativa, a reduzida clareza das metas poderá fragilizar a capacidade operativa e transformacional que se impõe necessária. O desenvolvimento de uma ação mais estratégica e integrada dos diferentes níveis e ciclos de educação e ensino encontra espaço de reflexão e aprofundamento, com vista a uma maior eficácia na concretização das metas que o Agrupamento se propõe atingir.

A visão para o Agrupamento e a estratégia a seguir são colocadas em constante desafio em resultado dos acontecimentos não esperados que, quotidianamente, emergem neste contexto socioescolar. Em resposta aos múltiplos fatores adversos que se cruzam, como a grande desmotivação dos alunos, os seus problemas comportamentais e/ou emocionais, as dificuldades socioeconómicas das famílias e a falta de valorização do saber escolar, os diversos atores educativos, numa ação concertada com entidades externas, têm eficazmente contribuído para os minimizar. É neste contexto que se avalia a atuação das diversas lideranças escolares e se valoriza o maior reconhecimento e valorização do Agrupamento como espaço educativo, por parte dos alunos e dos seus pais/encarregados de educação. Para estes resultados, têm contribuído a dedicação do diretor, a sua forte convicção na melhoria do desempenho organizacional, a gestão de proximidade que implementa e a liderança partilhada e valorizadora das estruturas intermédias.

É notório o empenho dos docentes que, com o apoio da direção e de entidades públicas e privadas, têm vindo a construir uma imagem social positiva do Agrupamento, valorizando e divulgando algumas áreas educativas que são efetivos nichos de qualidade. Destaca-se, neste âmbito, a implementação do ensino articulado da música e a criação da Orquestra Orff do Cerco, para alunos do ensino básico, no âmbito do Projeto Estímulo à Melhoria das Aprendizagens, com impacto positivo no prosseguimento de estudos dos alunos. Merece igual distinção o desporto escolar, pela consolidação dos bons desempenhos alcançados nas múltiplas modalidades praticadas, destacando-se os desportos gímnicos. Os diversos prémios granjeados e a participação em eventos nacionais e regionais dão visibilidade e reconhecimento à ação do Agrupamento e constituem, merecidamente, motivo de orgulho da comunidade educativa.

O desenvolvimento diversificado de projetos e atividades, a maioria consolidados, contribuem de forma eficaz para a formação integral dos alunos, apesar de não ser evidente uma adesão criteriosa a estas iniciativas.

Gestão

As práticas de organização e afetação de recursos humanos, embora condicionadas pela mobilidade do corpo docente, assentam no princípio de audição das lideranças intermédias e têm em conta as competências profissionais e pessoais dos envolvidos, nomeadamente na distribuição das direções de

turma e na atribuição de cargos e tarefas. A gestão criteriosa destes recursos, levada a efeito com enfoque nas pessoas (alunos e trabalhadores) e nas expectativas e sugestões dos profissionais, é uma prática que contribui para o bom ambiente educativo do Agrupamento.

A avaliação do desempenho dos docentes e não docentes ocorre com a participação dos próprios e afigura-se um processo sem constrangimentos internos. Os novos profissionais sentem-se apoiados e acompanhados pelas lideranças, no exercício das suas funções.

Como estratégia de promoção do desenvolvimento profissional, são identificadas necessidades de formação e, sempre que possível, concretizadas ações, apesar da escassez de formação externa. A aposta na formação interna, rendibilizando e otimizando os múltiplos saberes técnicos e profissionais existentes, e a dinamização de formação para pais e encarregados de educação, dimensão consentânea com uma das prioridades identificadas no projeto educativo, carecem de aprofundamento.

Os circuitos de comunicação e informação interna e externa revelam-se eficazes, apesar de alguns não docentes se sentirem pouco informados. A comunicação recorre a dispositivos diversificados, quer de informação da comunidade educativa, quer de suporte à atividade letiva e pedagógica, destacando-se a utilização das redes sociais, dos blogues, do correio eletrónico, do jornal escolar *Sem Amarras* e da página *Web* do Agrupamento. Estes recursos evidenciam informação sistematizada e útil de suporte à aprendizagem dos alunos, em algumas áreas e disciplinas curriculares.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

O Agrupamento tem vindo a desenvolver um processo de autoavaliação, sendo evidentes as melhorias desde a avaliação externa realizada em 2009. Foi constituída uma equipa para o efeito, pese embora não incluir representantes da educação pré-escolar. O planeamento do processo de autoavaliação em curso, sustentado num quadro de referência com explicitação de referentes e indicadores, responsáveis pela execução e calendarização para os diferentes domínios do funcionamento do Agrupamento, apresenta-se bem estruturado e aprofundado.

O trabalho já realizado, centrado na recolha e análise de dados dos resultados académicos, abandono, desistência e absentismo escolares, com referência a sugestões de melhoria, encontra-se em fase de divulgação, pelo que ainda não teve impactos na melhoria do desempenho organizacional.

Este trabalho aprofundado, centrado essencialmente no produto, ainda não abrange os processos que sustentam os resultados, reduzindo-lhe a sua utilidade estratégica para a construção de planos de melhoria consistentes com impacto no planeamento, na organização e nas práticas profissionais.

Em síntese, tendo em conta os juízos avaliativos formulados neste domínio, o Agrupamento apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- O reconhecimento da comunidade pelo trabalho educativo e formativo desenvolvido pelo Agrupamento.
- A sequencialidade educativa entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo e entre este e o 2.º ciclo, facilitando a transição dos alunos entre estas etapas do seu percurso escolar.

- As práticas colaborativas das equipas de docentes que lecionam as *turmas ninho* e das *turmas rede* com reflexos na planificação articulada do processo de ensino-aprendizagem e partilha de experiências pedagógicas.

- O trabalho desenvolvido nas áreas da música, da pintura de cerâmica e do desporto pelos bons resultados alcançados interna e/ou externamente, contribuindo para a valorização do sucesso e a afirmação do Agrupamento no exterior.

- A liderança consistente e partilhada do diretor e da sua equipa, potenciadora do empenho dos profissionais e do envolvimento de entidades públicas e privadas.

- A gestão criteriosa dos recursos humanos, com enfoque nas pessoas, que contribui para o bom ambiente educativo.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- A identificação dos fatores internos, designadamente ao nível das práticas de ensino, que ajudem a explicar a persistência de atitudes inadequadas na sala de aula e o insucesso escolar dos alunos.

- A recolha de informação concreta sobre o percurso escolar ou profissional dos alunos, após a escolaridade no Agrupamento, com vista a avaliar o impacto das aprendizagens realizadas e da oferta educativa disponibilizada.

- O desenvolvimento mais aprofundado das orientações curriculares na educação pré-escolar, de modo a assegurar condições de maior sucesso na etapa educativa seguinte.

- O aprofundamento da reflexão sobre as respostas no âmbito dos apoios educativos, com vista à sua melhor adequação ao pleno desenvolvimento das capacidades dos alunos.

- O acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula, numa perspetiva de melhoria do desenvolvimento profissional dos docentes.

- A definição de planos de ação estratégicos, com metas claras e exequíveis, com vista à melhoria do desempenho do Agrupamento.

- O alargamento e a consolidação do processo de autoavaliação com vista à melhoria organizacional e das práticas profissionais.

A Equipa de Avaliação Externa:

José Augusto Pacheco, Judite Cruz e Vítor Rosa

Concordo. À consideração do Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, para homologação.

A Subinspetora-Geral da Educação e Ciência

ass) Maria Leonor Duarte

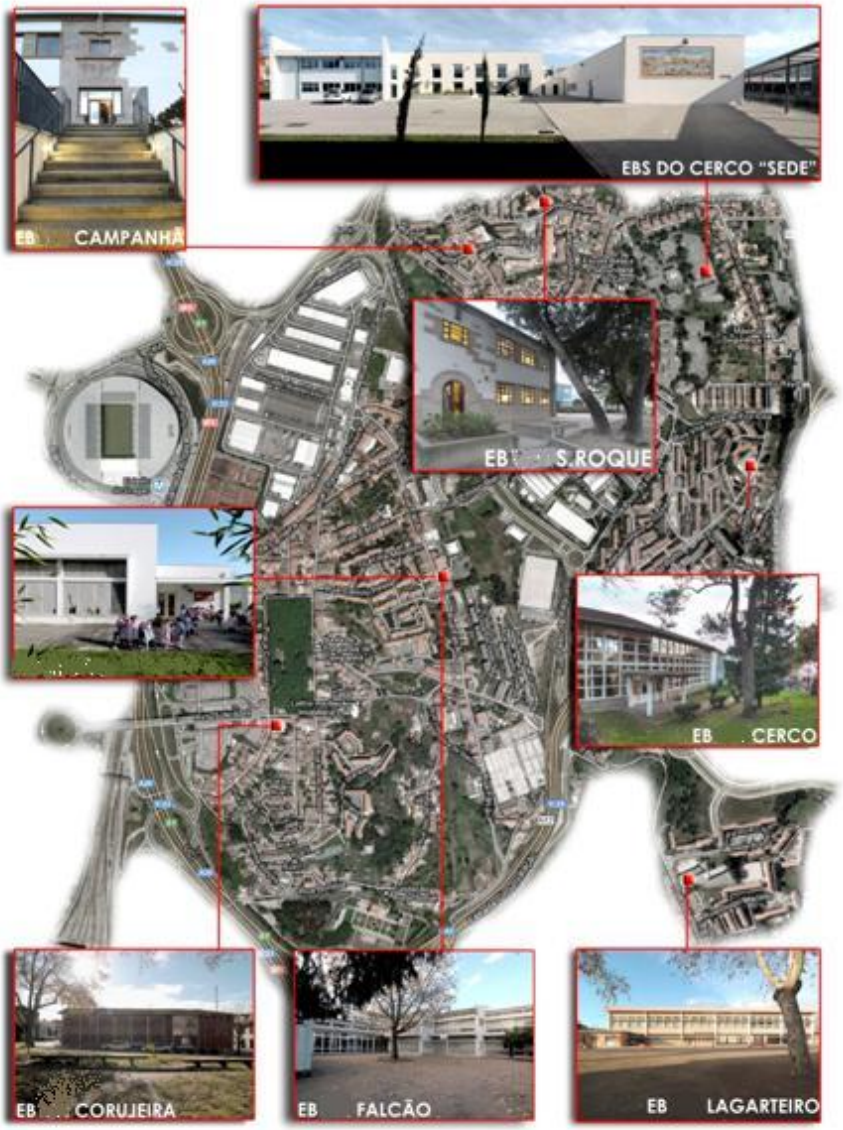
10-05-2013

Homologo.

O Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar

ass) João Casanova de Almeida

04-06-2013



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CERCO

3.º Período 2013/2014

POPH QUALIFICAR É CRESCER. | QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL | GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA | UNIÃO EUROPEIA Fundo Social Europeu

Índice

Introdução/ Contextualização 5
Quadro de referência para a avaliação externa das escolas 5
Objetivos 5
Introdução 6
Caraterização da População Escolar 7
Oferta Formativa 7
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CERCO: 8
O Agrupamento de Escolas do Cerco – Caracterização 8
Caracterização/Distribuição dos Discentes 11
Diagnóstico Estratégico: Pontos Fortes, Pontos Fracos 11
Levantamento /tipificação de problemas 14
Interrupção precoce 16
Ensino Básico 16
Ensino Secundário e Ensino Profissional 16
Análise Absentismo 17
Resultados Académicos 19
Sucesso: Aprovações e Transições 20
Taxas de Sucesso Interno – 1.º Ciclo 21
1.º Ciclo Básico 25
Análise do 1.º Ciclo 27
2.º Ciclo Básico 27
3.º Ciclo Básico 29
Análise Disciplinas Secundário 33
10.ºano 33
11.ºano 33
12.ºano 34
Ensino Profissional 37
Análise Português e Matemática no Ensino Básico 37
Monitorização da evolução a Português no 1.º Ciclo 40
Monitorização da evolução a Português no 2.º Ciclo 40
Monitorização da evolução a Português no 3.º Ciclo 41

Monitorização da evolução a Matemática no 1.º Ciclo 41
Monitorização da evolução a Matemática no 2.º Ciclo 42
Monitorização da evolução a Matemática no 3.º Ciclo 42
Qualidade de sucesso 43
Qualidade de sucesso vs metas 46
Avaliação EXTERNA/EXAMES 47
- 4.º ano 47
- 6.º ano 48
- 9.º ano 50
- Secundário 51
Educação Pré-Escolar 57
Apresentação de resultados 58
Educação Pré-Escolar - três anos 58
Educação Pré-Escolar - quatro anos 59
Educação Pré-Escolar - cinco anos 61
Ação Tutorial 62
1.º. Ciclo e Pré 62
Número de casos - 1.º. Ciclo e Pré – Intervenção direta ... 62
Distribuição dos casos pelas Escolas Básicas do 1.º. Ciclo 63
Pré e 1.º Ciclo – intervenção direta: 63
2.º. Ciclo/3.º. Ciclo 64
Nº. de alunos tutorados 64
Grau de sucesso dos Alunos Tutorados - 3.º. Período 65
Sucesso dos alunos tutorados 66
Perspetivas para o futuro 66
Análise indisciplina 67
Plano de Melhoria 70
Ação de Melhoria 71
1. Resultados Escolares 71
2. PráticaPedagógica 73

Trajetos 74
Derivas 76
EPIS 84
Análise de resultados segundo a Epis: 87
Inquéritos 88
Docentes 88
Inquérito a Docentes – EBS do Cerco (anexo I) 88
Inquérito a Docentes – Escolas do 1.º Ciclo (anexo II) 88
Alunos 89
Inquérito a alunos – 1.º Ciclo (anexo III) 89
Inquérito a alunos – 2.º e 3.º Ciclos e Secundário (anexo IV) 90
Encarregados de Educação 90
Inquérito E.E. – Jardim de Infância (V) 90
Inquérito E.E – 1.º Ciclo (anexo VI) 91
Inquérito a E.E – 2.º, 3.º Ciclos e Secundário (anexo VII) 91
Inquérito a não docentes (anexo VIII) 91
Conclusões 93
Constrangimentos/dificuldades da Equipa de Autoavaliação: 94

Introdução/ Contextualização

Quadro de referência para a avaliação externa das escolas

Objetivos

- Promover o progresso das aprendizagens e dos resultados dos alunos, identificando pontos fortes e áreas prioritárias para a melhoria do trabalho das escolas;
- Incrementar a responsabilização a todos os níveis, validando as práticas de autoavaliação das escolas;
- Fomentar a participação na escola da comunidade educativa e da sociedade local, oferecendo um melhor conhecimento público da qualidade do trabalho das escolas;
- Contribuir para a regulação da educação, dotando os responsáveis pelas políticas educativas e pela administração das escolas de informação pertinente.

Introdução

Dando cumprimento ao artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho e à Portaria n.º 265/2012 de 30 de agosto, apresentamos o Relatório de Autoavaliação relativo ao ano de 2013/14.

Ao longo deste ano foram apresentados dois relatórios parcelares onde foram analisados dados sobre sucesso, qualidade do sucesso, absentismo, a abandono. Foram ainda aplicados inquéritos a alunos, docentes, encarregados de educação e pessoal não docente, sendo agora os dados apresentados.

A equipa de Autoavaliação continua centrada na análise periódica dos resultados escolares e tem procurado – em conjunto com a Equipa Teip3 - medir de forma mais capaz o impacto das atividades propostas no Plano Anual de Atividades.

Neste ano letivo período, privilegiaram-se as reuniões / trabalho concertado *online*, uma vez que o horário dos docentes envolvidos não é compatível.

Durante os 2.º e 3.º períodos, e dando cumprimento ao plano de melhoria, foram estudados os trajetos dos alunos no “pós-Cerco”.

A equipa de Autoavaliação do Agrupamento,
André Guterres
Clara Matos Santos
Manuel Fernando
Paula Oliveira Cruz
Ricardo Santos
Sónia Solteiro

Caraterização da População Escolar[1]

Oferta Formativa

O Agrupamento disponibiliza a seguinte oferta formativa:

Pré-escolar
1.ºCiclo do Ensino Básico
2.ºCiclo do Ensino Básico
3.ºCiclo do Ensino Básico
- Ensino Articulado de Música (2.º e3.º Ciclo)
- Percurso Integrado de Educação e Formação (PIEF)
- Ensino Vocacional (2.º e 3.º Ciclos)

Cursos Científico-humanísticos:
- Ciências e Tecnologias
- Línguas e Humanidades

Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF):
- Empregado de mesa – T2 (duração de 2 anos)

Cursos Profissionais:
- Técnico de Eletrónica, Automação e Computação
- Técnico de Eletrotecnia
- Técnico de Restauração (variante cozinha/pastelaria)
- Técnico de Turismo
- Técnico de Restauração (variante restaurante/bar)
- Técnico de Apoio à Gestão Desportiva
- Técnico de Apoio à Infância

[1] A partir do Projeto Educativo do Agrupamento (PEA).

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CERCO

O Agrupamento de Escolas do Cerco – Caracterização

Devido ao crescimento da população local, nos anos de 1979/1980 surgem as Escolas EB2/3 e a Secundária/3.ºCiclo do Cerco, com o objetivo de dar resposta à escolaridade dos filhos destas famílias e a permitir-lhes elevar o nível sociocultural, favorecendo uma melhor integração na comunidade local.

O Agrupamento de Escolas do Cerco- dos maiores da cidade do Porto - é constituído por seis Jardins de Infância, seis escolas EB1 e uma Escola Básica e Secundária. Insere-se numa zona de forte concentração de população carenciada a nível socioeconómico e cultural. Aliás, na última avaliação da IGEC, entre três possíveis perfis que permitem balizar as escolas – Pegasus, Cassiopeia e Oríon – o Agrupamento foi incluído no primeiro, Pegasus (onde se concentram os grupos populacionais mais carenciados, com mais habilitações mais baixas e resultados mais fracos). De acordo como o Relatório da IGEC:

> No ano letivo 2010-2011, ano para o qual há referentes nacionais calculados, os valores das variáveis do contexto, nomeadamente as percentagens de alunos dos 4.º, 6.º e 9.º anos sem auxílios económicos no âmbito da ação social escolar, a média do número de anos das habilitações das mães e a percentagem dos professores do Quadro, situavam-se abaixo dos valores medianos registados nas escolas do mesmo grupo de referência[2].

A maior parte dos alunos provém dos bairros sociais e camarários existentes na freguesia. Ainda assim, um número significativo de crianças e jovens reside fora desta área, mas frequenta as escolas do Agrupamento ou por estar em ATLs da zona, ou à guarda de avós ou familiares (durante o dia), residentes no espaço de influência pedagógica do Agrupamento, ou ainda porque algumas escolas do Agrupamento, nomeadamente a EB/JI da Corujeira e a EB/JI do Falcão estão estrategicamente situadas (relativamente perto da VCI). O mesmo se passa com a EB1/JI de S. Roque que pela sua localização (próximo do Metro e da Estação de

[2]Vide Relatório de Avaliação Externa in http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2013-Norte/AEE_2013_AE_Cerco_R.pdf.

Contumil), bem como pela proximidade com um ATL recebe alunos que não residem nas imediações.

Apesar da generalização ser perigosa um número significativo de encarregados de educação tem baixas expectativa em relação ao sucesso escolar dos seus educandos, manifestando falta de interesse pelo processo de ensino/aprendizagem. Nestas circunstâncias, alguns alunos procuram na escola e nos educadores/ professores quadros de referência, outros demonstram a sua desmotivação e frustração através da irregularidade dos percursos de aprendizagem, acumulando repetidos insucessos. No entanto, nos últimos anos, tem havido esforços por parte das Associações de Pais e Encarregados de Educação para que as famílias estejam mais presentes e envolvidos.

No geral, os agregados familiares são do tipo tradicional verificando-se, no entanto, um aumento das famílias monoparentais, à semelhança do resto da sociedade portuguesa, com uma presença muito acentuada dos avós como figuras tutelares. Os pais e/ou encarregados de educação têm, na maioria dos casos, habilitações literárias mínimas, défice de qualificação profissional e baixos rendimentos económicos. Esta situação revela-se, parcialmente, na elevada percentagem de alunos subsidiados pelo SASE (e outros que não o sendo usufruem de algumas regalias destes, nomeadamente a alimentação).

A Sede do Agrupamento foi alvo de uma intervenção pela Parque Escolar, cuja requalificação foi dada por concluída no ano letivo de 2010/11[3]. A história do Agrupamento remonta porém à constituição e regulamentação dos Agrupamentos de escolas, institucionalizados pelo Decreto-Lei nº 115-A/98. Este decreto evocava os aspetos fundamentais das mudanças estruturais operadas na educação, ligadas à autonomia e à territorialização das políticas educativas, e configurava a possibilidade da criação de Agrupamentos horizontais de escolas do 1.º Ciclo de uma determinada área escolar, que assim passariam a funcionar como unidades organizacionais, sendo aí também incluídos os jardins de infância da rede pública estatal do Ministério da Educação. É nesta conformidade que, em maio de1998, são constituídos dois Agrupamentos Horizontais - Falcão/Corujeira (formado pelas EB1/JI do Falcão, EB1/JI da Corujeira, EB1/JI de Nª Sra. de Campanhã e EB1/JI de S. Roque) e do Cerco (formado pela EB1/JI do Cerco). Estes dois Agrupamentos funcionaram como

[3]Vermaisaqui: http://www.parque-escolar.pt/escola-cerco.php.

unidades organizacionais cuja gestão era autónoma e a cargo dos respetivos conselhos executivos. Neste território coexistiam na época quatro organizações educativas - a EB2,3 do Cerco, a Escola Secundária/3.ºCiclo do Cerco, o Agrupamento Horizontal Falcão/Corujeira e o Agrupamento Horizontal do Cerco.

No entanto, convém referir que em 1996 haviam sido criados, pelo Ministério da Educação, através do Despacho 147-B/ME/9e do Despacho Conjunto n.º 73/SEAE/SEEI/96, os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP). Foi assim que a EB2/3 e os dois Agrupamentos Horizontais de 1.º Ciclo se constituíram como um TEIP, até ao ano de 2001/2002. Em junho de 2003, foi formado o Agrupamento Vertical de Escolas do Cerco do Porto, por decisão da Administração, e não por força de uma vontade das diferentes comunidades educativas aglutinadas, em partilhar um Projeto Educativo Comum. Não obstante, este pendor "compulsivo" da formação do agrupamento não o foi de todo, a partir do momento em que os agentes educativos envolvidos já traziam uma carga herdada de partilha, quer de práticas pedagógicas, quer de estruturas organizacionais, no âmbito do Projeto TEIP, e uma vez que as escolas que constituíam o Agrupamento Vertical coincidiam, na totalidade, com as escolas do Território Educativo de Intervenção Prioritária. Neste contexto, as tarefas de implementação do Agrupamento Vertical tornaram-se mais árduas, mas, por outro lado, transformaram-se num desafio ambicioso.

Passo a passo, surgiram dinâmicas de trabalho, formaram-se grupos/equipas de trabalho que desembocaram em momentos de reflexão. No ano letivo 2006/2007 dá-se a fusão da Escola Secundária/3.ºCiclo do Cerco como Agrupamento Vertical de Escolas do Cerco e a fusão de dois projetos TEIP, que entrou na segunda geração (TEIP2). Surgiram alguns constrangimentos na adaptação a logísticas que se prenderam com a junção de estabelecimentos (Escola Básica e Secundária) e com a definição, por parte da tutela, do território geoeducativo. Estas logísticas, geradoras de obras de requalificação, com as dificuldades de gestão de espaços inerentes, geraram, igualmente, uma participação pouco consertada com dois tipos de cultura a que era preciso dar resposta: de Território Educativo de Intervenção Prioritária e de outra perspetiva das práticas pedagógicas.

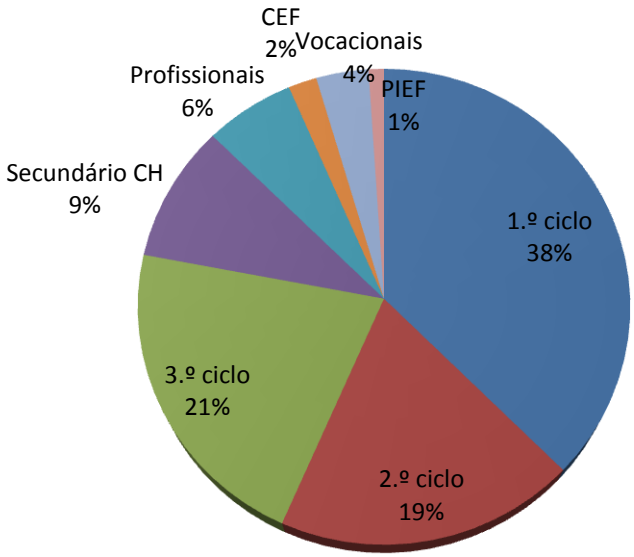
No ano letivo 2012-2013, por decisão da tutela, devido ao reordenamento do território e da educação e à proximidade geográfica com o bairro do Cerco, a EB1/JI do Lagarteiro, anteriormente pertencente ao Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão, foi incluída no Agrupamento de Escolas do Cerco. A população escolar

deste estabelecimento, na sua maioria subsidiada, apresenta as mesmas características e necessidades que a restante população do nosso Agrupamento. No ano letivo 2013-2014, o JI Falcão 2 agregou à EB1/JI do Falcão, passando a ser denominados pelo mesmo código.

Caracterização/Distribuição dos Discentes

(*vide* Relatório de Autoavaliação do 1.º período)

Recuperamos, do Relatório de Autoavaliação do 1.º período, a distribuição de alunos por ciclo, pois, facilita a leitura posterior dos resultados.



n.º alunos	
Pré- escolar	281
1.º Ciclo	717
2.º Ciclo	367
3.º Ciclo	410
Ens. Secundário CH	180
Cursos Profissionais	117
CEF	37
Vocacionais	68
Pief	20
	1916

Diagnóstico Estratégico: Pontos Fortes, Pontos Fracos

De seguida, apresenta-se o diagnóstico estratégico que contempla os resultados da análise externa e da análise interna dos fatores que condicionam a atuação do Agrupamento, tendo por base as reflexões realizadas pelos vários

agentes da comunidade escolar, que participaram na identificação das pontos fortes e dos pontos fracos[4] e os dados dos Censos de 2011.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS/ CONSTRANGIMENTOS
Terceiro Programa de Territorialização de Políticas Educativas Educativas de Intervenção Prioritária (TEIP3). Programa Operacional Potencial Humano (POPH) – Qualificar é Crescer. Parcerias/Protocolos com a Autarquia, com com Empresas, com Universidades, com Fundações. Reconhecimento da comunidade pelo trabalho educativo e formativo desenvolvido pelo Agrupamento. Requalificação da Escola Sede pela Parque Escolar que criou melhores condições físicas e materiais; Aumento do ensino obrigatório para 12 anos; Contrato de Autonomia	Agravamento do horário e das funções dos docentes; Tendência para o decréscimo da população infantil e jovem, o que se sente de forma especialmente acentuada no ensino secundário; Excesso de burocracia que prejudica o verdadeiro papel do professor; Proliferação de normativos legais que enquadram a organização escolar, dificultando, muitas vezes, a sua ação e o exercício da sua autonomia; Aumento do número de famílias carenciadas no concelho e consequente agravamento de problemas socioeconómicos. Grupos deficitários em relação a professores do Quadro (220, 230, 110). Regras de contratação TEIP. Posturas negativas em diversos contextos com raízes em disfuncionalidades sociais e atitudes de facilitismo. Ranking de Agrupamento/Escolas não agrupadas.

[4]Tivemos em conta os resultados dos questionários elaborados pela IGEC e aplicados no Agrupamento, disponíveis aqui http://www.aecerco.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=212&Itemid=103.

PONTOS FORTES	• O reconhecimento da comunidade pelo trabalho educativo e formativo desenvolvido pelo Agrupamento.* • A sequencialidade educativa entre a educação pré-escolar e o 1.º Ciclo e entre este e o 2.º Ciclo, facilitando a transição dos alunos entre estas etapas do seu percurso escolar. * • As práticas colaborativas das equipas de docentes que lecionam as turmas ninho e das turmas rede com reflexos na planificação articulada do processo de ensino-aprendizagem e partilha de experiências pedagógicas. * • O trabalho desenvolvido nas áreas da música, da pintura de cerâmica e do desporto pelos bons resultados alcançados interna e/ou externamente, contribuindo para a valorização do sucesso e a afirmação do Agrupamento no exterior. * • A liderança consistente e partilhada do diretor e da sua equipa, potenciadora do empenho dos profissionais e do envolvimento de entidades públicas e privadas. * • A gestão criteriosa dos recursos humanos, com enfoque nas pessoas, que contribui para o bom ambiente educativo. * • Diversidade de atividades dinamizadas no âmbito do PAAA. • Desenvolvimento de projetos próprios e /ou resultantes de adesão a programas e iniciativas locais, nacionais e internacionais. • Visitas de estudo que contribuem para o reforço das aprendizagens. • Participação e dinamização de iniciativas que visam a promoção de comportamentos saudáveis e a erradicação de comportamentos de risco. • Página eletrónica do Agrupamento/ Facebook do Agrupamento utilizado para divulgação de informação relevante para a comunidade educativa e disseminação de atividades e projetos do Agrupamento. • Iniciativas de angariação de bens que promovem o espírito de solidariedade e permitem dar apoio às famílias mais carenciadas. Procedimentos comuns de regularização/ monitorização e avaliação dos alunos. • Aplicação de testes de avaliação interna, com tipologia exame nacional ao longo do ano letivo. • Acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula, numa perspetiva de melhoria do desenvolvimento profissional dos docentes. • Decréscimo do Abandono escolar no Ensino Secundário e nos Cursos Profissionais. (assinalamos com um asterisco (*) os pontos fortes apontados aquando da última avaliação externa da IGEC)

PONTOS FRACOS	• Não identificação dos fatores internos, designadamente ao nível das práticas de ensino, que ajudem a explicar a persistência de atitudes inadequadas na sala de aula e o insucesso escolar dos alunos*. • Ausência de recolha de informação concreta sobre o percurso escolar ou profissional dos alunos, após a escolaridade no Agrupamento*; • O desenvolvimento mais aprofundado das orientações curriculares na educação pré-escolar, de modo a assegurar condições de maior sucesso na etapa educativa seguinte*. • O aprofundamento da reflexão sobre as respostas no âmbito dos apoios educativos, com vista à sua melhor adequação ao pleno desenvolvimento das capacidades dos alunos*. • A definição de planos de ação estratégicos, com metas claras e exequíveis, com vista à melhoria do desempenho do Agrupamento*. • O alargamento e a consolidação do processo de autoavaliação com vista à melhoria organizacional e das práticas profissionais*. • Ausência de espaços interiores comuns para convívio dos alunos. • Associação de Estudantes pouco envolvida (rádio, jogos, acesso lúdico internet); • Ausência de espaços onde os alunos possam aceder com mais frequência à Internet/ imprimir documentação. • Ausência de um local onde os alunos possam estudar autonomamente em grupo (Sala de estudo). • Persistência do insucesso escolar dos alunos. • Resultados internos das disciplinas Português e de Matemática nos Ensinos Básico e Secundário. • Resultados nas disciplinas de Português e Matemática nos Exames Nacionais do Ensino Básico e Secundário, inferiores aos referentes nacionais. • Resultados externos das disciplinas específicas do Ensino Secundário sujeitas a Exames Nacionais, inferiores à média nacional. • Discrepância entre a classificação interna final e a externa nas disciplinas do Ensino Secundário sujeitas a Exame Nacional. • Persistência de elevado absentismo escolar dos alunos. • Frequência irregular dos alunos aos diversificados apoios disponibilizados pelo Agrupamento (assinalamos com um asterisco (*) os pontos fracos apontados aquando da última avaliação externa da IGEC)

Levantamento /tipificação de problemas[5]

1	A taxa de insucesso interno no 1.º Ciclo foi em 2010-11 de 8,72%, em 2011-2012 de 8,11%, em 2012-2013 9,51% e no presente ano letivo de 9,36% (o que nos coloca a 0,76% da meta contratualizada). No 2.º Ciclo, em 2010-2011 a taxa de insucesso interno foi de 11,05%, em 2011-2012 de 15,95%, em 2012-2013 de 22,71% e no presente ano letivo 21, 17% (9,60% da meta contratualizada). No 3.º Ciclo, em 2010-2011 o Agrupamento teve uma taxa de insucesso interno de 21,11%, em 2011-2012 de 27,70%, em 2012-2013 de 24,40% e no presente ano letivo, sem os dados relativos ao 9.º ano (que aguarda os resultados dos Exames Nacionais), a taxa de insucesso é de 21,07%.

[5]Os pontos fracos/problemas elencados foram identificados no relatório Teip de junho de 2014.

2	No presente ano letivo, no 1.º Ciclo, as taxas de insucesso interno na disciplina de Português são: 18,06% (1.º ano), 20,28% (2.º ano), 9,32% (3.º ano) e 4,81% (4.º ano). Relativamente à disciplina de Matemática, o insucesso é 19,39% (1.º ano), 16,33% (2.º ano), 9,33% (3.º ano) e 11,76% (4.º ano). No 2.º Ciclo, o insucesso a Português é 13,04% (5.º ano) e 23,97% (6.º ano). A Matemática, as taxas de insucesso são 28,57% (5.º ano) e 29,45% (6.º ano). No que respeita ao 3.º Ciclo, a Português as taxas de insucesso são de 22,83% (7.º ano), 27,54% (8.º ano) e 19,39% (9.º ano). Na disciplina de Matemática, o insucesso é de 22,78% (7.º ano), 40,15% (8.º ano) e 55,10% (9.º ano).
3	Discrepância na taxa de sucesso dos exames nacionais de Português e Matemática, no ano letivo de 2012/13, de: 4.º ano - entre os 20% e os 23%; 6.º ano - entre os 20% e os 28% e 9.º ano - entre os 30% e os 34%.
4	Discrepância nos resultados dos exames nacionais das disciplinas específicas do Ensino Secundário (Biologia e Geologia, Físico Química A, História A, Geografia A, MACS e Literatura Portuguesa II).
5	Nas disciplinas sujeitas a Exame Nacional do Ensino secundário, a discrepância entre a Classificação Interna Final e a Classificação de Exame foi, no ano letivo 2012-2013 superior aos três (3) valores (média aceitável a nível nacional): Português: -3.7; História A: - 4; Geografia A: - 5.8; Físico-Química A: - 5.4; Biologia e Geologia: -4.3; Matemática A: -6.5. Tendo por referência os resultados da 1ª fase do presente ano letivo, em algumas disciplinas houve melhoria (Português: -1.1; Filosofia: -5.4; História A: -2.2; Geografia A: -4.1) outras houve em que a discrepância aumentou (MACS: -3.8; Física e Química A: -6.8; Biologia e Geologia: -3.1; Matemática A: -8.3).
6	Elevado absentismo escolar, com particular incidência na percentagem de faltas injustificadas no 2.º Ciclo (72,63%) e no 3.º Ciclo (52,71%).
7	Fraca adesão dos alunos ao espaço de preparação para exames a algumas disciplinas (discrepância entre o número de alunos inscritos no início do ano com o número de alunos inscritos, em Março, para realização dos exames nacionais).
8	No presente ano letivo houve um total de 1428 medidas sancionatórias decorrentes de comportamentos/atitudes inadequados dentro da sala de aulas, com maior incidência nos 6.º, 7.º e 8.º anos.
9	Ausência de procedimento e respetivos instrumentos, em Regulamento Interno, que permitam identificar e divulgar boas práticas em sala de aula.
10	Inexistência de um perfil do aluno para cada tipo de apoio (ie.: aluno com perceção das dificuldades, disposto a trabalhar e ser ajudado, empenhado, comportamento adequado. O aluno de apoio não tem de ter obrigatoriamente negativa.)
11	Relutância do corpo docente em "abrir o espaço de aula" aos pares com vista à melhoria organizacional e de práticas profissionais.
12	Fraca comparência dos Encarregados de Educação, mesmo quando solicitados, nos 2.º e 3.º Ciclos

Interrupção precoce

Ensino Básico

		N.º total de alunos					Taxa de interrupção precoce do percurso escolar (TIPPE)	Meta
	Ano letivo	Inscritos (1)	Retidos/ Excluídos por excesso de faltas (EF)	Anulações de Matrícula (AM)	Que abandonaram no decurso do ano (A)	Que interromperam precocemente o percurso escolar (IPPE)		
Ensino Básico	2010 / 11	1524	2	15	0	17	1.12%	1,54%(2)ou 1,07%(3)
	2011 / 12	1471	24	0	12	36	2.45%	
	2012 / 13	1620	26	1	15	42	2.59%	
	2013/ 14 (1.ºP)	1610	22	6	6	34	2.11%	
	2013/ 14 (2.ºP)	1611	9	14	23	46	2.86%	
	2013/ 14 (3.ºP)	1619	87	16	15	118	7.29%	
Análise (2013/14_3.º P) por ciclo	1.º Ciclo	717	0	1	4	5	0.70%	
	2.º Ciclo	367	23	4	7	34	9.26%	
	3.º Ciclo	430	33	10	4	47	10.93%	
	CEF	37	12	1	0	13	35.14%	
	Vocacionais	68	19	0	0	19	27.94%	

Legenda:

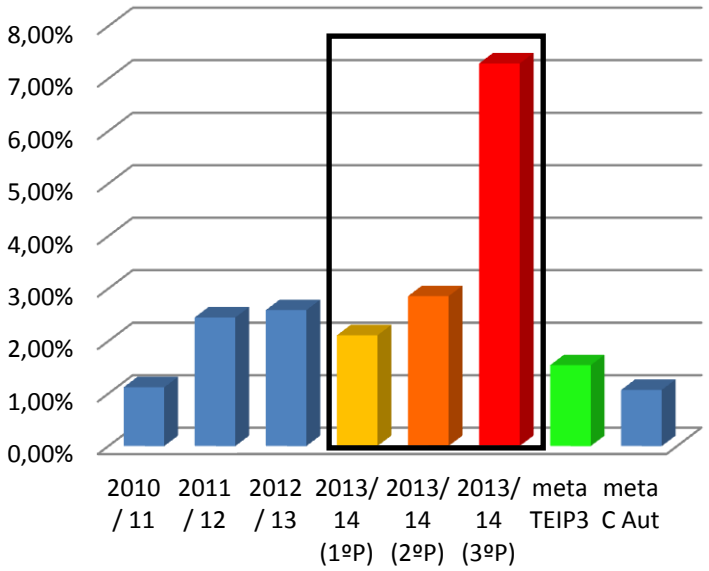
(1) Excluídos/transferidos (2) meta TEIP contratualizadas para 2013/14 (3) meta PEA / Contrato de Autonomia

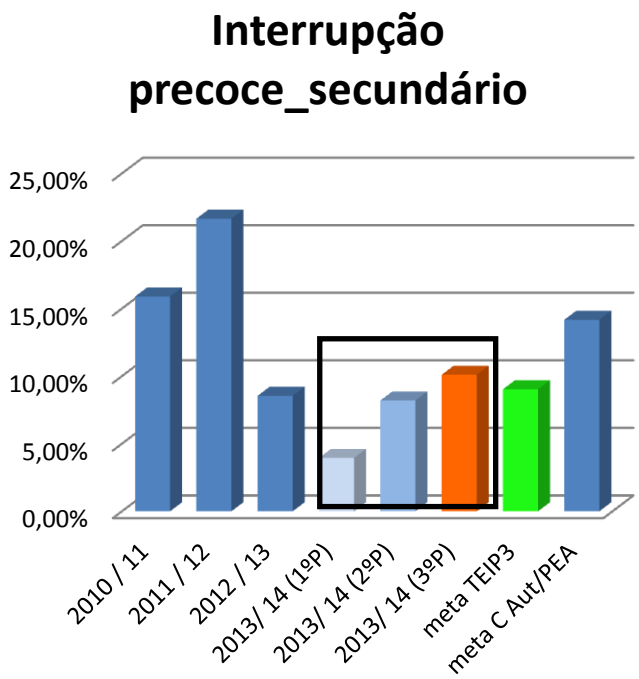
Ensino Secundário e Ensino Profissional

		N.º total de alunos					Taxa de interrupção precoce do percurso escolar (TIPPE)	Meta
	Ano letivo	Inscritos(1)	Retidos/ Excluídos por excesso de faltas (EF)	Anulações de Matrícula (AM)	Que abandonaram no decurso do ano (A)	Que interromperam precocemente o percurso escolar (IPPE)		
Ensino Secundário	2010 / 11	302	14	34	0	48	15,89%	9,03%(2)ou 14,17%(3)
	2011 / 12	291	1	55	7	63	21,65%	
	2012 / 13	304	5	11	10	26	8,55%	
	2013/ 14 (1.ºP)	304	3	5	4	12	3.95%	
	2013/ 14 (2.ºP)	305	1	15	9	25	8.20%	
	2013/ 14 (3.ºP)	297	16	14	0	30	10.10%	
Análise (2013/14_3.º P)	Secundário CH	180	2	5	0	7	3.89%	
	Cursos Profissionais	117	14	9	0	23	19.66%	

Legenda:

(1) Excluídos /transferidos (2) meta TEIP contratualizadas para 2013/14 (3) meta PEA / Contrato de Autonomia





No término do 3.º Período, a taxa de interrupção precoce do percurso escolar no ensino básico (7,29%), ficou acima da meta contratualizada com o TEIP 2013/14 (1,54%) e da meta que consta no contrato de autonomia (1,07%).

De registar que a taxa de interrupção precoce é considerável nos casos do CEF (35,14%) e dos vocacionais (27,94%). Os ciclos onde esta taxa é mais significativa são o 3.º Ciclo (10,93%) e o 2.º Ciclo (9,26%).

Relativamente ao Ensino Secundário, a taxa de interrupção precoce do percurso escolar (10,10%), ficou ligeiramente acima da meta contratualizada com o TEIP 2013/14 (9,03%) mas foi inferior à meta que consta no contrato de autonomia (14,17%), tendo somente esta última sido atingida.

Análise Absentismo

Relativamente ao absentismo, analisamos o número total de alunos que ultrapassaram o limite legal de faltas injustificadas a pelo menos uma disciplina e o

número total de alunos que não foram avaliados devido à fraca assiduidade a pelo menos uma disciplina, com base nas alíneas que constam nas pautas do 3.º período.[6]

	N.º total de alunos que ultrapassaram o limite legal de faltas injustificadas a pelo menos uma disciplina 3P /2P / 1P	N.º total de alunos que não foram avaliados devido à fraca assiduidade a pelo menos uma disciplina 3P /2P / 1P
1.º ano	1/ 0/0	0/ 0/0
2.º ano	4/ 3/5	3/ 3/4
3.º ano	4/ 4/3	2/ 2/2
4.º ano	2/ 1/2	2/ 1/2
total 1.ºCiclo	11 (1,53%)/ 8 /10	7/ 6 /8
5.º ano	25/31/13	14/18/11
6.º ano	16/13/8	7/10/10
total 2.ºCiclo	41 (11,17%)/44/21	21/28/21
7.º ano	5/18/17	3/1/8
8.º ano	17/20/9	17/11/8
9.º ano	11/14/1	6/7/9
total 3.ºCiclo	33 (7,67%)/ 52/27	26/19/25
	sem CEFS e vocacionais	
Total Básico	84 (5,55%) / 104 /58	54/53 /54
10.º ano	0/0/1	2/0/2
11.º ano	1/1/2	1/5/1
12.º ano	0/0/0	0/0/0
total Secundário	1 (0,56%)/ 1/ 3	3 / 5/3

Verifica-se um grande absentismo no ensino básico, com especial destaque no 2.º Ciclo (11,17%) e no 3.º Ciclo (7,67%).

No final do ano, parte deste absentismo foi considerado interrupção precoce, uma vez que os alunos ficaram retidos por excesso de faltas (alínea e)), mas há situações em que os alunos apesar de terem ultrapassado o limite de faltas injustificadas são avaliados à maioria das disciplinas, podendo transitar ou não. Tendo por base estas realidades, analisamos no quadro seguinte o sucesso no final do ano dos PRAs no 2.º e 3.º Ciclos.

[6] Pautas disponíveis aqui:
http://www.aecerco.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=181&Itemid=98

	Retido por excesso de faltas injustificadas (art 21.º Lei 51/2012) [e) + ae)]	Não foi avaliado/a devido à fraca assiduidade só a uma/duas disciplinas	N.º total de alunos que ultrapassaram o limite legal de faltas injustificadas sem alíneas	PRA com sucesso	PRA sem sucesso	N.º total de PRAs sem sucesso
5.º ano	16	0	9	8	1	17
6.º ano	4	2	12	7	5	9
total 2.ºCiclo	20	2	21	15	6	26
7.º ano	4	0	1	1	0	4
8.º ano	17	0	0	0	0	17
9.º ano	7	1	4	2	2	9
total 3.ºCiclo	28	1	5	3	2	30

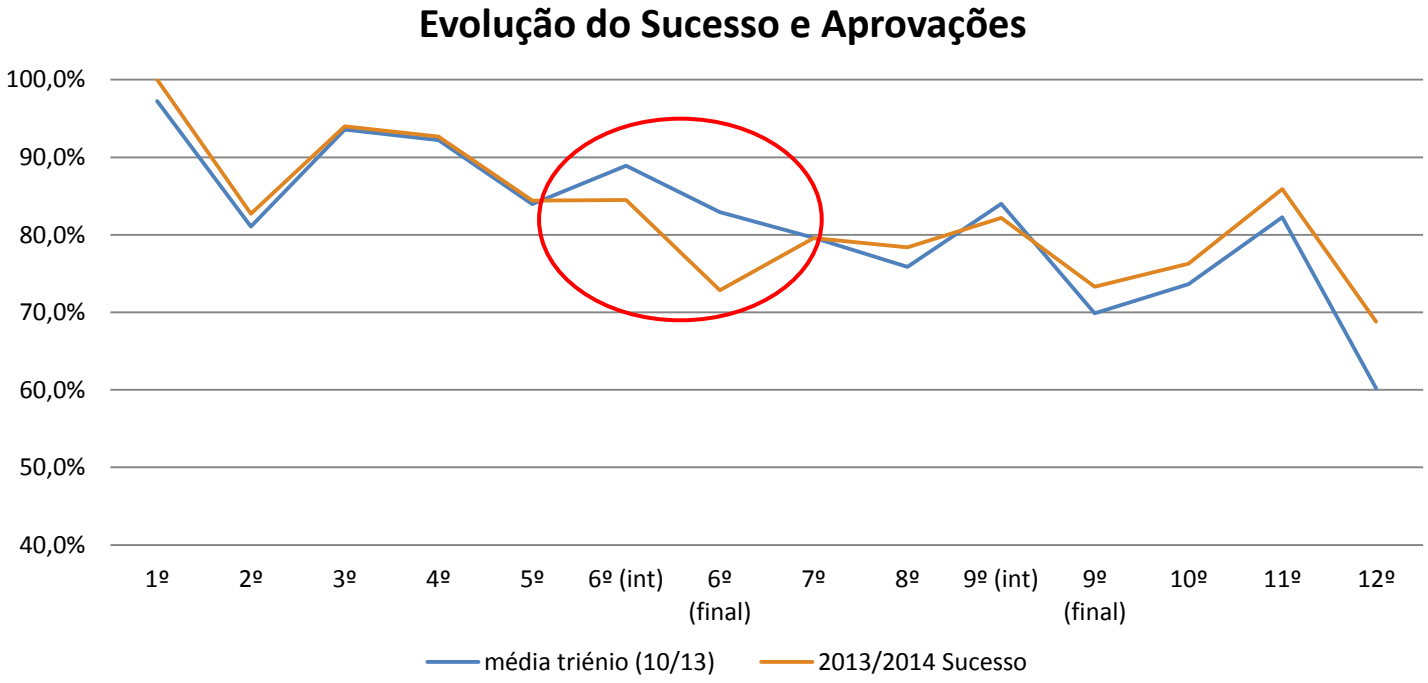
Sem CEFS e vocacionais

De registar que no 2.º e 3.º Ciclos o número de PRAs (Planos Recuperação de Aprendizagens) realizados com sucesso foi pouco significativo. Estes valores de absentismo, associados à baixa concretização dos PRAs (Planos Recuperação de Aprendizagens), contribuíram para que a interrupção precoce no 2.º e 3.º Ciclo aumentasse.

Resultados Académicos

A equipa de Autoavaliação organizou os dados relativos aos resultados dos alunos no segundo período e, quando possível, incluiu a percentagem de classificações/níveis positivos do período anterior. Neste último período, usamos sempre que possível os comentários dos grupos disciplinares. Pretendemos que esta prática se torne mais regular nos próximos anos letivos.

Sucesso: Aprovações e Transições



O gráfico anterior refere-se ao sucesso por ano, isto é, às taxas de transição[7] ou aprovação entre o 1.º e o 12.º ano de escolaridade. Tendo por base os valores do triénio 2010/13, podemos verificar que o sucesso entre o 1.º e o 12.º ano de escolaridade, no presente ano letivo manteve-se ou subiu ligeiramente com exceção do 6.º ano (interno e final) e do 9.º ano (interno).

Regista-se, no caso do 6.º ano que tanto o sucesso interno como o sucesso final (após a realização de exames) estão abaixo da média do triénio, verificando-se inclusive um aumento da discrepância entre o resultado final e o interno, no presente ano letivo.

No caso do 9.º ano apesar de a taxa de sucesso interno ter diminuído relativamente ao triénio a variação após a realização de exames foi menor e consequentemente o sucesso do 9.º ano (final) melhorou.

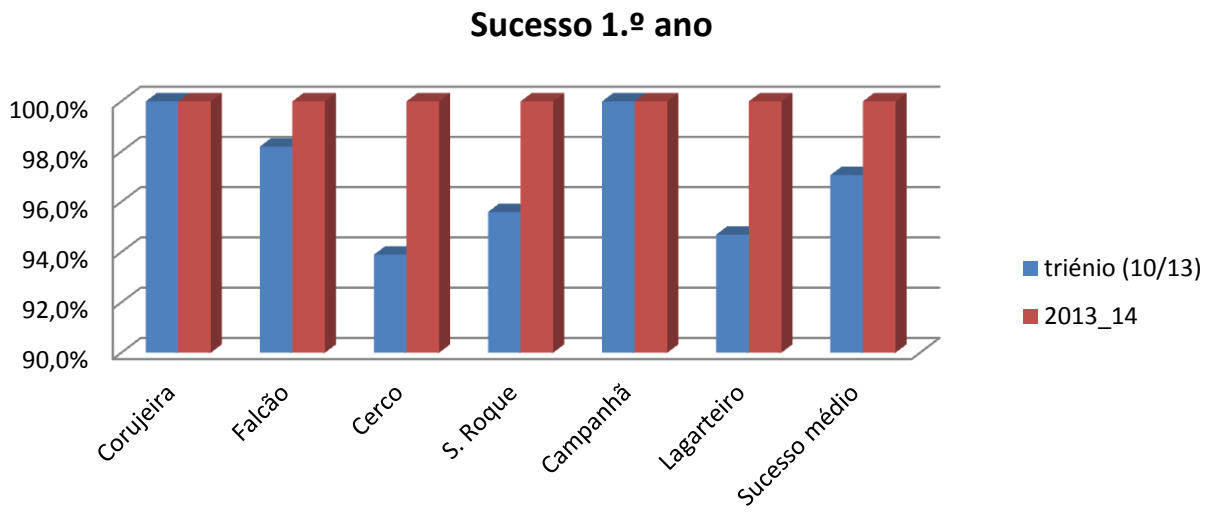
Relativamente ao contrato de autonomia, um dos objetivos operacionais é aumentar a taxa global de sucesso escolar por ciclo. Nessa perspetiva, analisando a tabela seguinte, as metas só foram atingidas no ensino Secundário, tanto nos cursos Científicos- Humanísticos como no caso dos cursos Profissionais.

[7] Por transição compreende-se a passagem entre anos no mesmo ciclo e a aprovação refere-se à passagem entre ciclos.

		Valor de partida (média do triénio 2009-2012)	Valor de chegada contratualizado	Valor de chegada alcançado	Cumprimento da meta
Ensino Básico	1.º Ciclo	92,27%	94%	91,4%	Não foi atingida a meta
	2.º Ciclo	86,40%	90%	78,6%	Não foi atingida a meta
	3.º Ciclo	76,53%	81%	77,5%	Não foi atingida a meta
Ensino Secundário	Científico-Humanísticos	66%	71%	75,9%	Foi atingida a meta
	Cursos Profissionais*	65,73%	71%	96,8%	Foi atingida a meta

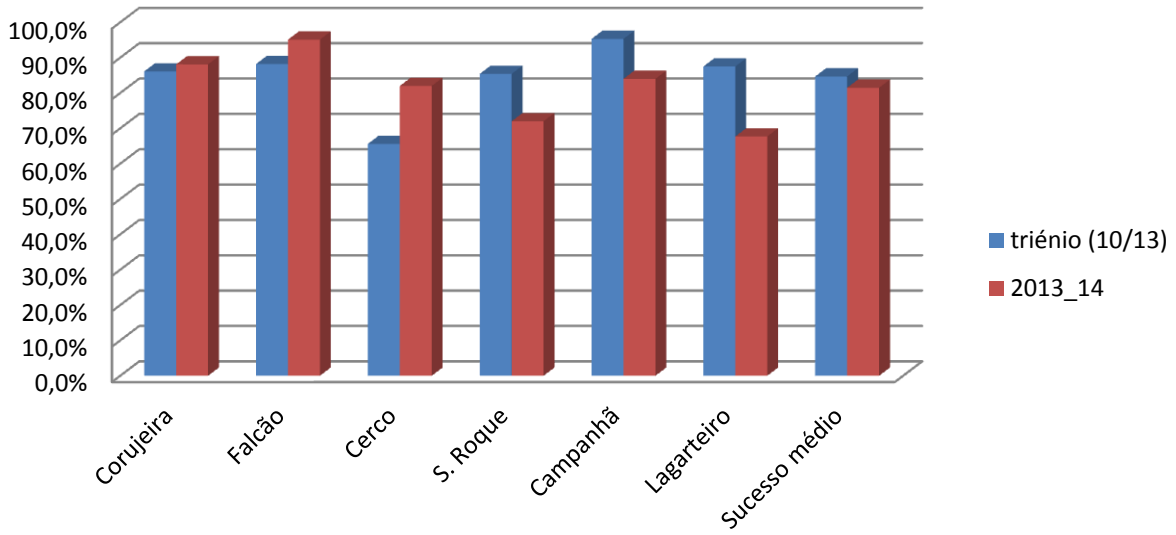
Taxas de Sucesso Interno – 1.º Ciclo

	Escolas	EB/JI Corujeira	EB/JI Falcão	EB/JI Cerco	EB/JI S. Roque	EB/JI Campanhã	EB/JI Lagarteiro	Sucesso médio
Sucesso 1.º ano	Triénio (10/13)	100,0%	98,20%	93,90%	95,60%	100,00%	94,70%	97,10%
	2013_14	100,0%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Variação	0,00%	1,80%	6,10%	4,40%	0,00%	5,30%	2,90%



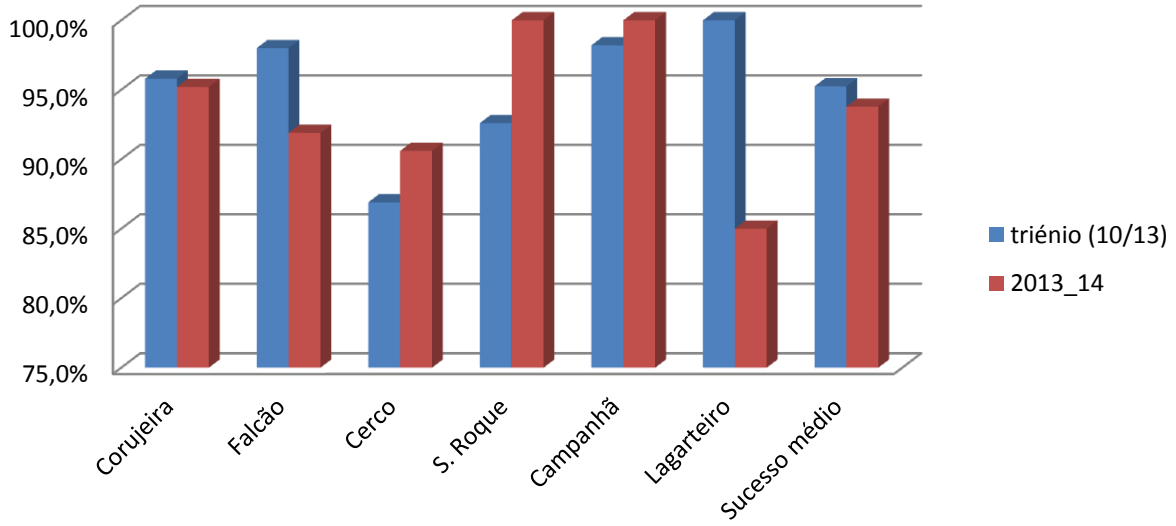
	Escolas	EB/JI Corujeira	EB/JI Falcão	EB/JI Cerco	EB/JI S. Roque	EB/JI Campanhã	EB/JI Lagarteiro	Sucesso médio
Sucesso 2.º ano	Triénio (10/13)	86,1%	88,2%	65,6%	85,4%	95,3%	87,5%	84,7%
	2013_14	88,1%	95,1%	82,0%	72,0%	84,0%	67,7%	81,5%
	Variação	2,0%	6,9%	16,4%	-13,4%	-11,3%	-19,8%	-3,2%

Sucesso 2.º ano

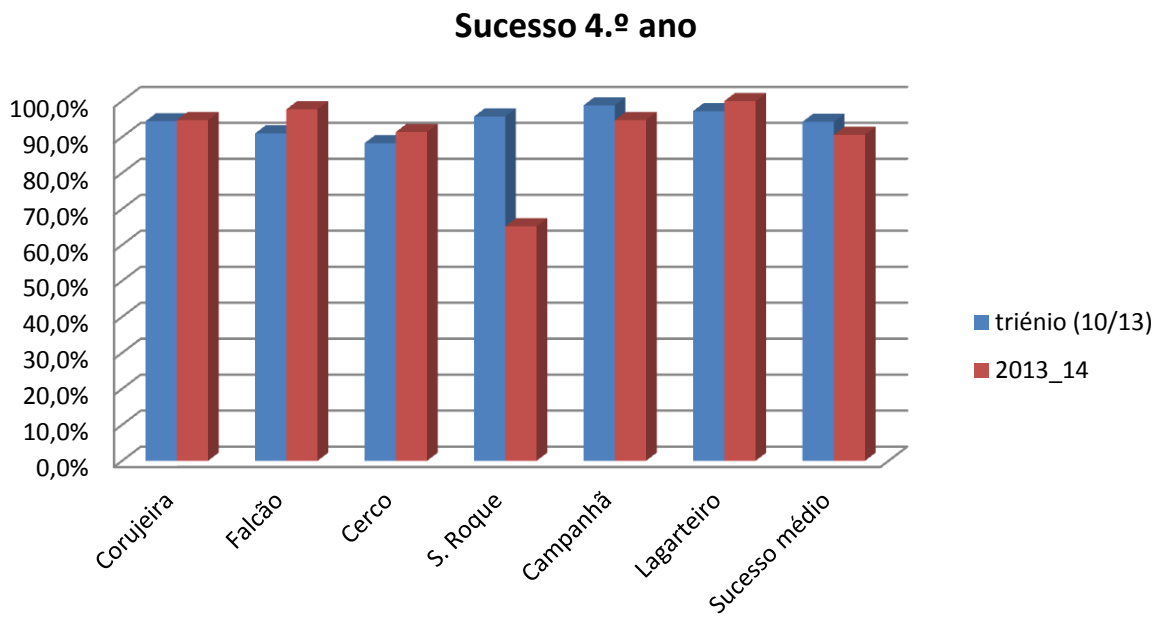


	Escolas	EB/JI Corujeira	EB/JI Falcão	EB/JI Cerco	EB/JI S. Roque	EB/JI Campanhã	EB/JI Lagarteiro	Sucesso médio
Sucesso 3.º ano	Triénio (10/13)	95,8%	98,0%	86,9%	92,6%	98,2%	100,0%	95,3%
	2013_14	95,2%	91,9%	90,6%	100,0%	100,0%	85,0%	93,8%
	Variação	-0,6%	-6,1%	3,7%	7,4%	1,8%	-15,0%	-1,5%

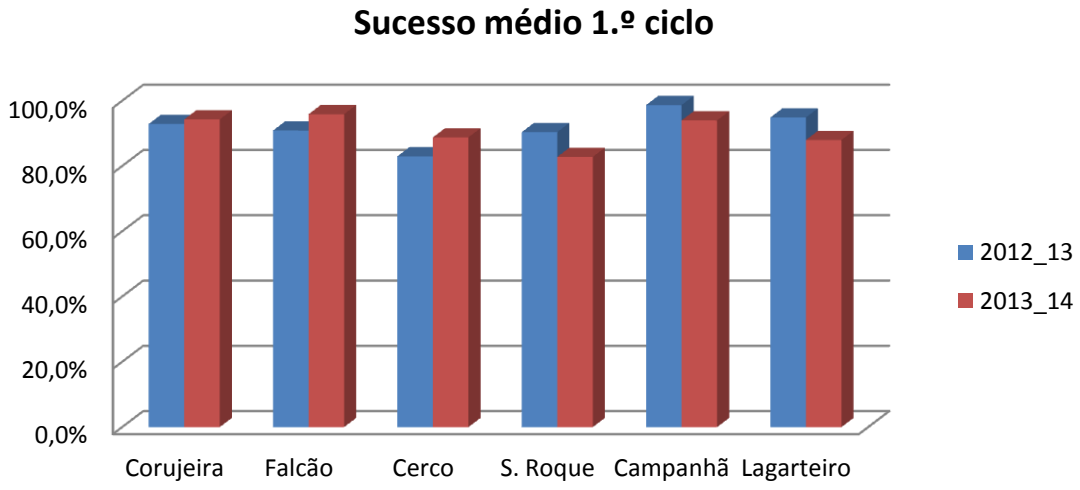
Sucesso 3.º ano



	Escolas	EB/JI Corujeira	EB/JI Falcão	EB/JI Cerco	EB/JI S. Roque	EB/JI Campanhã	EB/JI Lagarteiro	Sucesso médio
Sucesso 4.º ano	Triénio (10/13)	94,4%	91,0%	88,3%	95,7%	98,8%	97,2%	94,2%
	2013_14	94,7%	97,7%	91,4%	65,2%	94,7%	100,0%	90,6%
	Variação	0,3%	6,7%	3,1%	-30,5%	-4,1%	2,8%	-3,6%



	EB/JI Corujeira	EB/JI Falcão	EB/JI Cerco	EB/JI S. Roque	EB/JI Campanhã	EB/JI Lagarteiro
2012_13	92,9%	90,9%	83,0%	90,4%	98,7%	94,9%
2013_14	94,3%	95,9%	88,8%	82,8%	94,0%	88,0%
Variação	1,40%	5,00%	5,80%	-7,60%	-4,70%	-6,90%



Em relação ao sucesso no 1.º ano verifica-se uma melhoria nítida de 2,9% no sucesso médio, que reflete o aumento do sucesso em praticamente todas as escolas (há algumas em que o sucesso já era de 100% e que o mantiveram). De realçar o aumento do sucesso educativo na EB1 do Cerco, Lagarteiro e S. Roque. A verificar, se

este aumento do sucesso educativo se vai manter nos próximos anos quando estes alunos forem transitando de ano escolar.

No que se refere ao 2.º ano existe uma diminuição do sucesso educativo de -3,2%. Interessante e passível de análise em termos das respetivas escolas é o facto de em 3 EBS ter havido aumento do sucesso educativo (Corujeira, Falcão e Cerco – esta última com um aumento de 16,4%) enquanto nas outras 3 EBs houve diminuição do sucesso educativo em percentagem significativa (sempre acima dos -10% e com o máximo de -19,8% no Lagarteiro).

No que ao 3.º ano se refere houve também uma diminuição do sucesso educativo, mas aqui menos significativo (apenas de -1,5%). De realçar a diminuição significativa de sucesso educativo na EB1 do Lagarteiro de -15%. Na EB1 da Corujeira a diminuição do sucesso educativo foi residual – 0,6%) e na EB1 do Falcão foi de -6,1%. No outro extremo tivemos variações positivas na EB do Cerco de 3,7%, na EB de Campanhã de 1,8% e principalmente na EB de S. Roque de 7,4%.

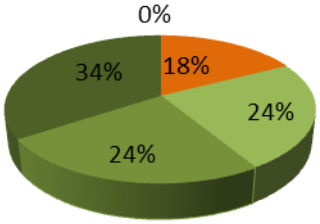
Em relação ao 4.º ano houve uma diminuição do sucesso educativo de -3,6% para o qual contribuiu significativamente o valor negativo de -30,5% da EB de S. Roque. Outra escola com valor negativo de -4,1% foi a de Campanhã. As outras escolas tiveram variação positiva destacando-se os 6,7% do Falcão.

Em relação ao sucesso médio do 1.º Ciclo verificou-se uma diminuição do sucesso médio em três EBs: S. Roque com -7.6%; Lagarteiro com -6,9% e Campanhã com -4,7%. As outras 3 escolas tiveram aumento de sucesso médio: Corujeira com 1,4%; Falcão com 5% e Cerco com 5,8%.

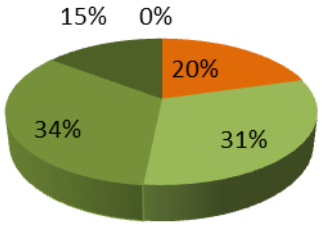
1.º Ciclo Básico

	Português					Matemática					Estudo do Meio					Expressões					Apoio ao Estudo					Educação para a Cidadania				
	Muito Insuf.	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Muito Insuf.	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Muito Insuf.	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Muito Insuf.	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Muito Insuf.	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Muito Insuf.	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
1.º ano	0	25	34	35	49	0	18	34	42	49	0	2	31	48	62	0	4	48	65	26	0	17	43	38	45	0	1	39	68	35
2.º ano	0	45	68	74	32	0	52	64	69	34	0	11	63	91	54	0	0	95	93	34	0	40	75	62	42	0	2	56	115	46
3.º ano	0	15	77	50	18	1	22	69	53	15	0	8	68	58	27	0	0	67	61	33	0	12	78	44	27	0	6	73	41	41
4.º ano	0	9	98	50	31	0	23	85	49	31	0	9	93	48	37	0	0	72	73	44	0	2	102	52	31	0	0	87	43	59
TOTAIS (nº)	0	94	277	209	130	1	115	252	213	129	0	30	255	245	180	0	4	282	292	137	0	71	298	196	145	0	9	255	267	181
	94					616							116					594								30				
	0		25			34		35			49		0			18		34			42		49			0		2		

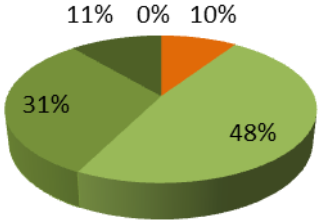
Português_1º ano



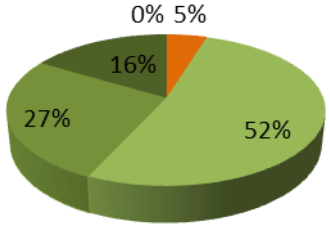
Português_2º ano



Português_3º ano

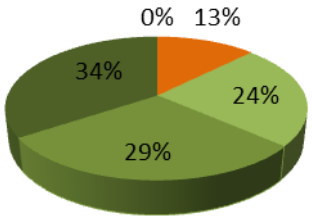


Português_4º ano

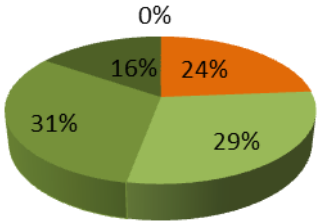


- Muito Insuf
- Insuficiente
- Suficiente
- Bom
- Muito Bom

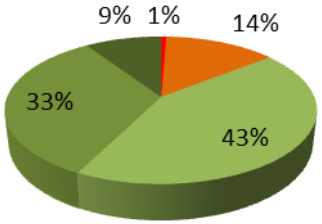
Matemática_1º ano



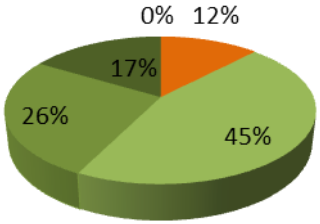
Matemática_2º ano



Matemática_3º ano

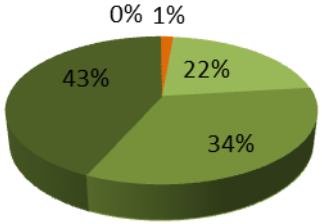


Matemática_4º ano

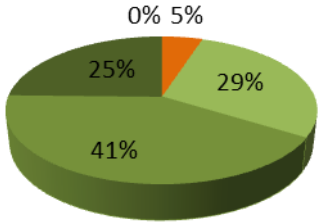


- Muito Insuf.
- Insuficiente
- Suficiente
- Bom
- Muito Bom

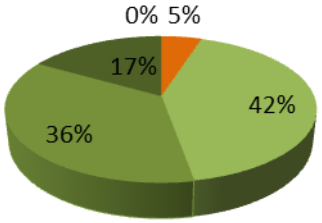
Estudo do Meio_1º ano



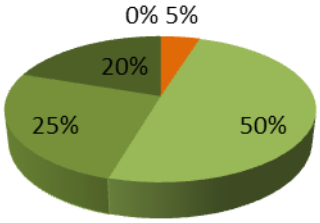
Estudo do Meio_2º ano



Estudo do Meio_3º ano

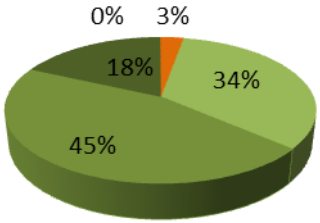


Estudo do Meio_4º ano

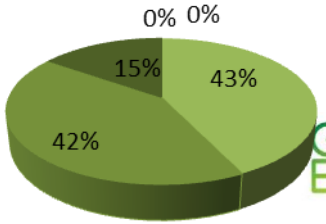


- Muito Insuf.
- Insuficiente
- Suficiente
- Bom
- Muito Bom

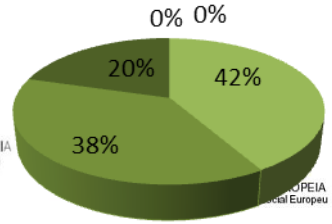
Expressões_1º ano



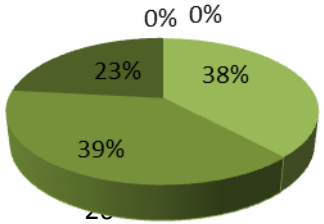
Expressões_2º ano



Expressões_3º ano



Expressões_4º ano



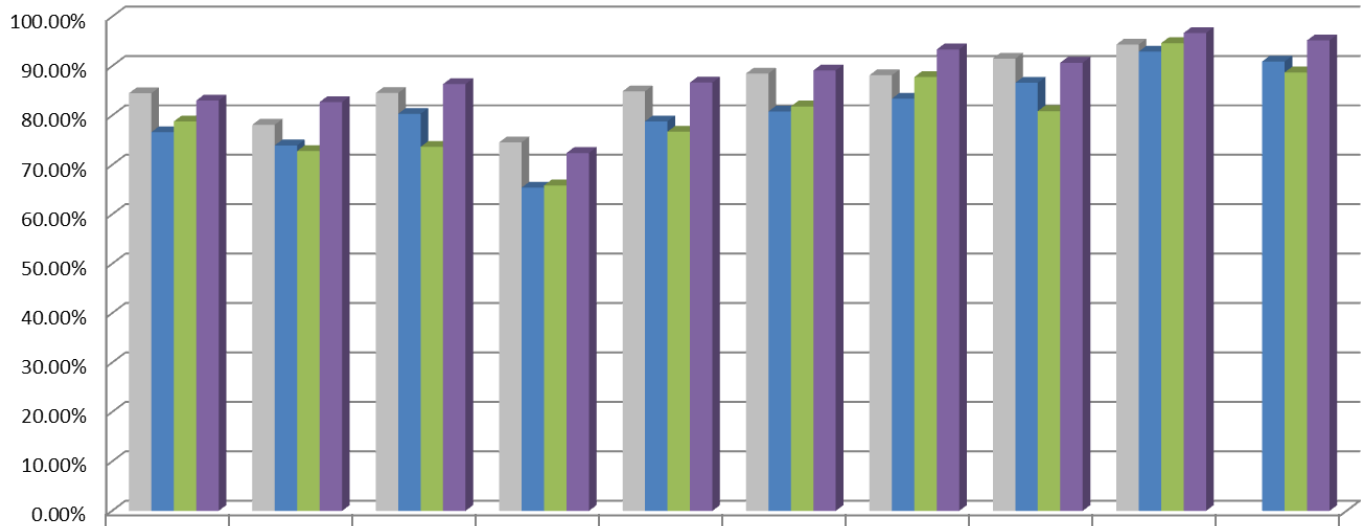
- Muito Insuf.
- Insuficiente
- Suficiente
- Bom
- Muito Bom

Análise do 1.º Ciclo

É na área de Matemática que os nossos alunos demonstram maiores fragilidades e o 2.º ano é aquele onde o sucesso é menor. Isto deve-se em especial ao facto de não haver retenções no final do 1.º ano, só podendo fazer-se as mesmas no 2.º ano, acumulando assim as fragilidades do 1.º com as do 2.º ano.

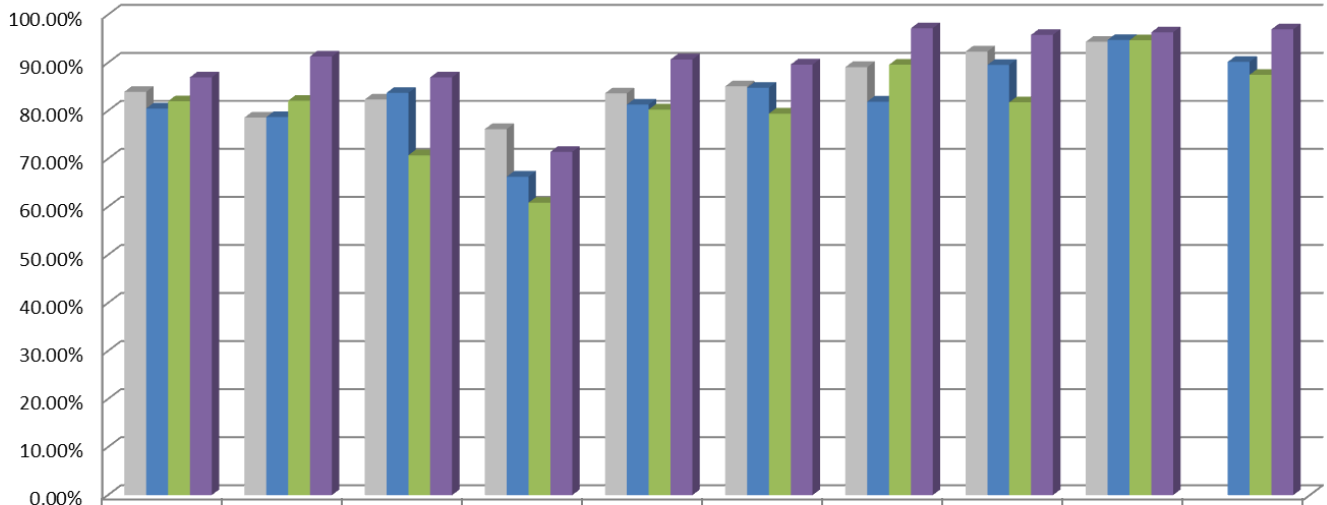
A área do Português apesar de se apresentar com melhores resultados tem também maior percentagem de negativas no final do 2.º ano pela mesma razão. Nota-se que com o passar dos anos os alunos vão melhorando os seus conhecimentos nesta área, apresentando maior sucesso no final do 4.º ano.

2.º Ciclo Básico



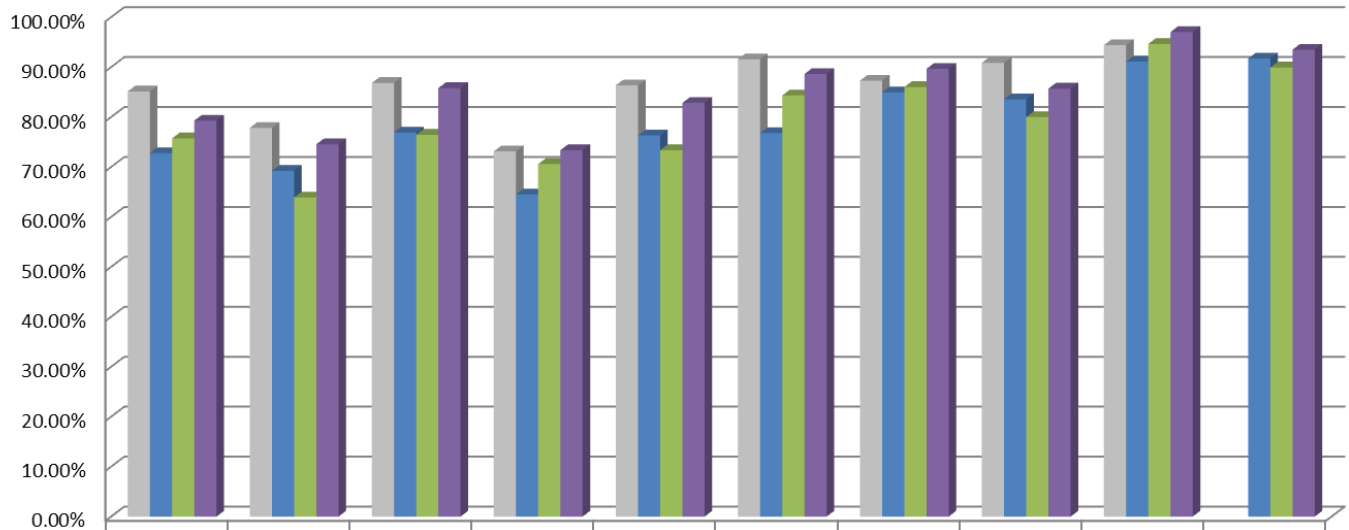
	PORT	ING	HPG	MAT	CN	EV	ET	EM	EF	EC
Trienio 10/11-12/13	84.50%	78.14%	84.55%	74.57%	84.90%	88.50%	88.15%	91.52%	94.37%	
2013-2014 1P	76.63%	73.96%	80.35%	65.40%	78.82%	80.83%	83.41%	86.62%	92.94%	90.94%
2013-2014 2P	78.79%	72.81%	73.65%	65.86%	76.74%	81.85%	87.80%	80.89%	94.66%	88.72%
2013-2014 3P	83.03%	82.73%	86.36%	72.42%	86.67%	89.12%	93.38%	90.69%	96.70%	95.20%

Taxas de sucesso - 5º ano



	PORT	ING	HPG	MAT	CN	EV	ET	EM	EF	EC
Trienio 10/11-12/13	83.94%	78.60%	82.33%	76.19%	83.63%	85.09%	89.09%	92.32%	94.35%	
2013-2014 1P	80.47%	78.70%	83.72%	66.28%	81.29%	84.80%	81.90%	89.54%	94.74%	90.17%
2013-2014 2P	81.99%	82.10%	70.73%	60.87%	80.25%	79.41%	89.58%	81.76%	94.67%	87.50%
2013-2014 3P	86.96%	91.30%	86.96%	71.43%	90.68%	89.63%	97.18%	95.80%	96.34%	96.95%

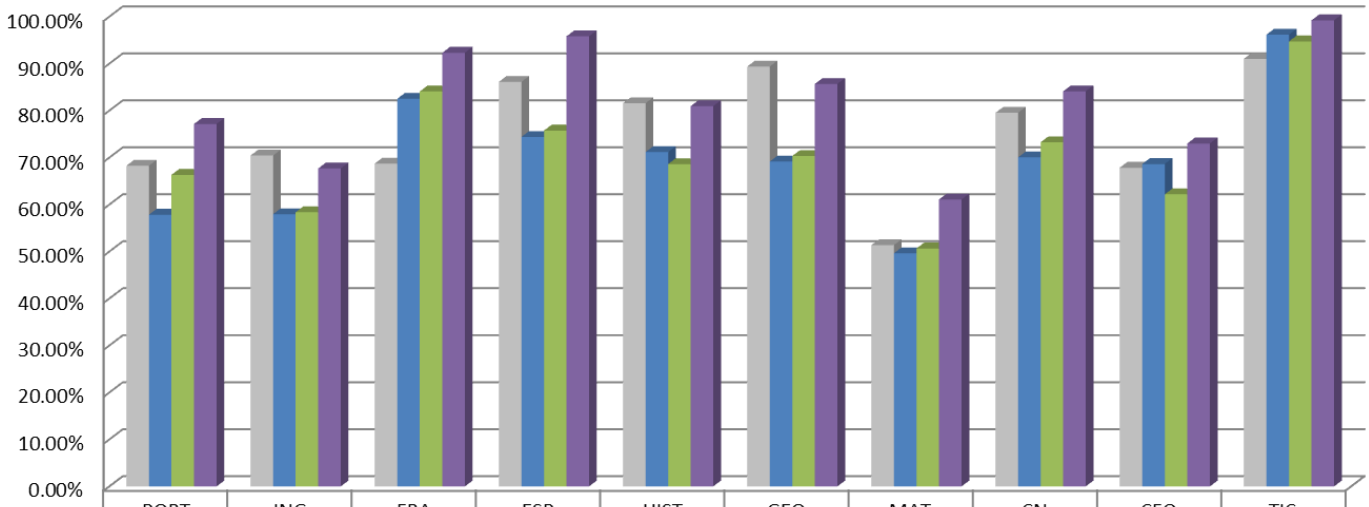
Taxas de sucesso - 6º ano



	PORT	ING	HPG	MAT	CN	EV	ET	EM	EF	EC
Trienio 10/11-12/13	85.14%	77.84%	86.84%	73.13%	86.36%	91.57%	87.29%	90.87%	94.41%	
2013-2014 1P	72.78%	69.23%	76.92%	64.50%	76.33%	76.79%	84.96%	83.56%	91.12%	91.72%
2013-2014 3P	75.74%	63.91%	76.47%	70.59%	73.37%	84.34%	86.01%	80.00%	94.64%	89.94%
2013-2014 2P	79.29%	74.56%	85.80%	73.37%	82.84%	88.62%	89.66%	85.71%	97.04%	93.49%

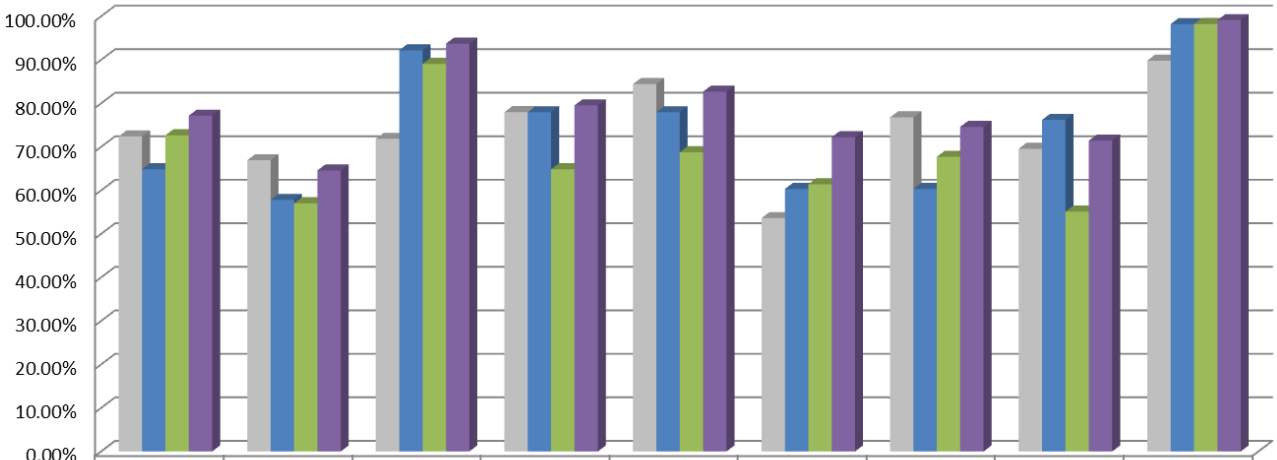
À exceção de Matemática, todas as disciplinas apresentam um sucesso igual ou superior a 75%.

3.º Ciclo Básico



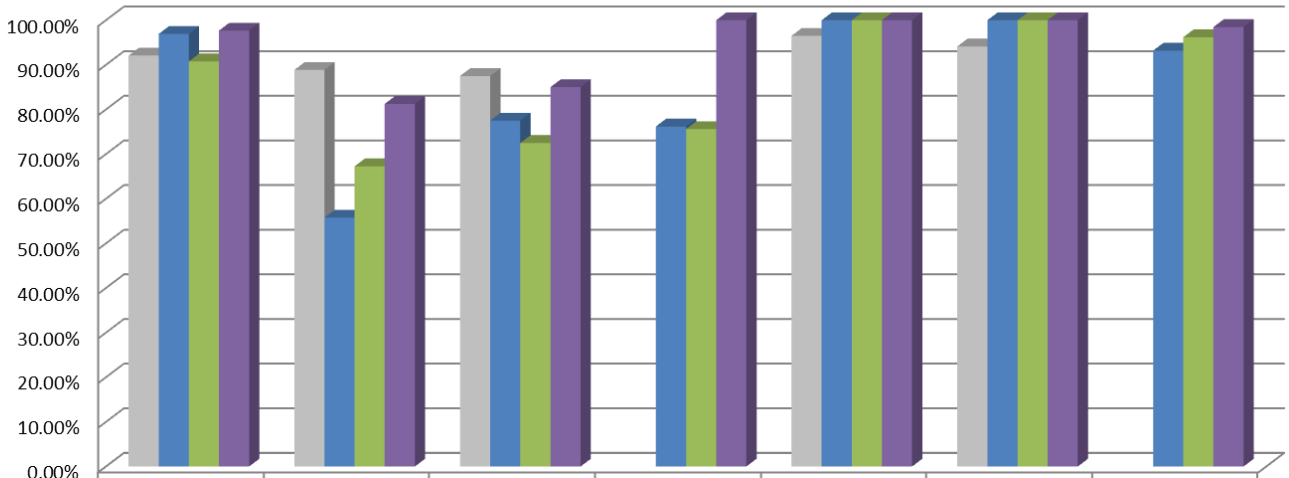
	PORT	ING	FRA	ESP	HIST	GEO	MAT	CN	CFQ	TIC
Trienio 10/11-12/13	68.25%	70.42%	68.71%	86.11%	81.56%	89.36%	51.34%	79.52%	67.83%	91.00%
2013-2014 1P	57.84%	57.94%	82.51%	74.38%	71.16%	69.13%	49.61%	70.03%	68.62%	96.14%
2013-2014 2P	66.32%	58.36%	84.07%	75.74%	68.60%	70.34%	50.65%	73.25%	62.17%	94.72%
2013-2014 3P	77.15%	67.68%	92.31%	95.81%	80.94%	85.67%	61.08%	84.10%	73.00%	99.21%

Comparativamente, ao 1.º período pioraram os resultados a Francês, História, Geografia, CFQ e Educação Física.



	PORT	ING	FRA	HIST	GEO	MAT	CN	CFQ	TIC
Trienio 10/11-12/13	72.40%	66.92%	71.84%	77.98%	84.42%	53.63%	76.78%	69.57%	89.81%
2013-2014 1P	64.84%	57.81%	92.19%	77.95%	77.95%	60.32%	60.32%	76.19%	98.20%
2013-2014 2P	72.66%	57.03%	89.06%	64.84%	68.75%	61.42%	67.72%	55.12%	98.25%
2013-2014 3P	77.17%	64.57%	93.70%	79.53%	82.68%	72.22%	74.60%	71.43%	99.12%

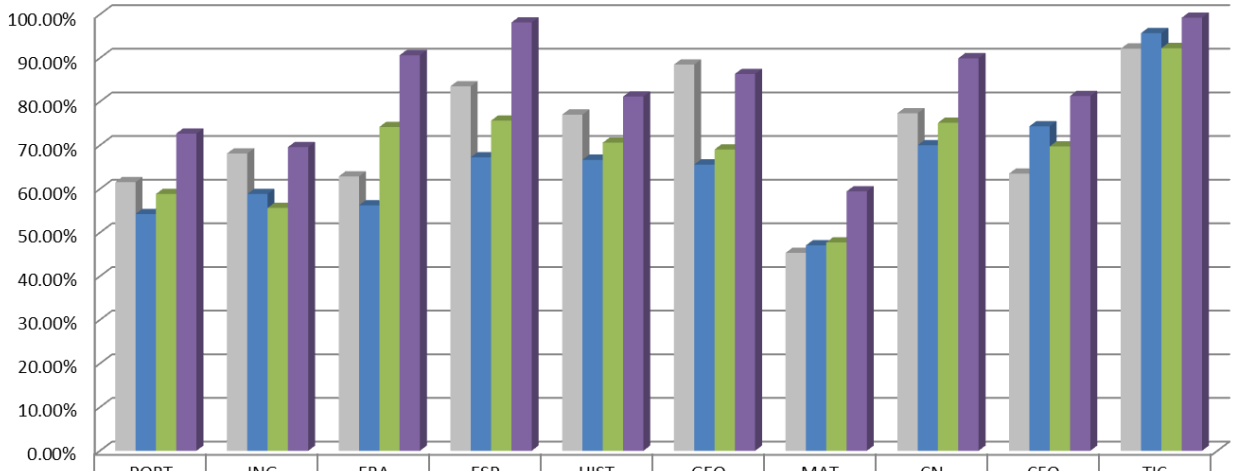
Taxas de sucesso - 7º ano



	EF	EV	CER	DAN	FOT	MUS	EC
Trienio 10/11-12/13	92.07%	88.85%	87.50%		96.49%	94.12%	
2013-2014 1P	96.92%	55.75%	77.50%	76.19%	100.00%	100.00%	93.18%
2013-2014 2P	90.77%	67.26%	72.50%	75.61%	100.00%	100.00%	96.18%
2013-2014 3P	97.67%	81.25%	85.00%	100.00%	100.00%	100.00%	98.46%

Comparativamente, ao 1.º período letivo houve uma melhoria a todas as disciplinas, à exceção de Inglês e TIC. Matemática continua com um sucesso inferior a 50%.

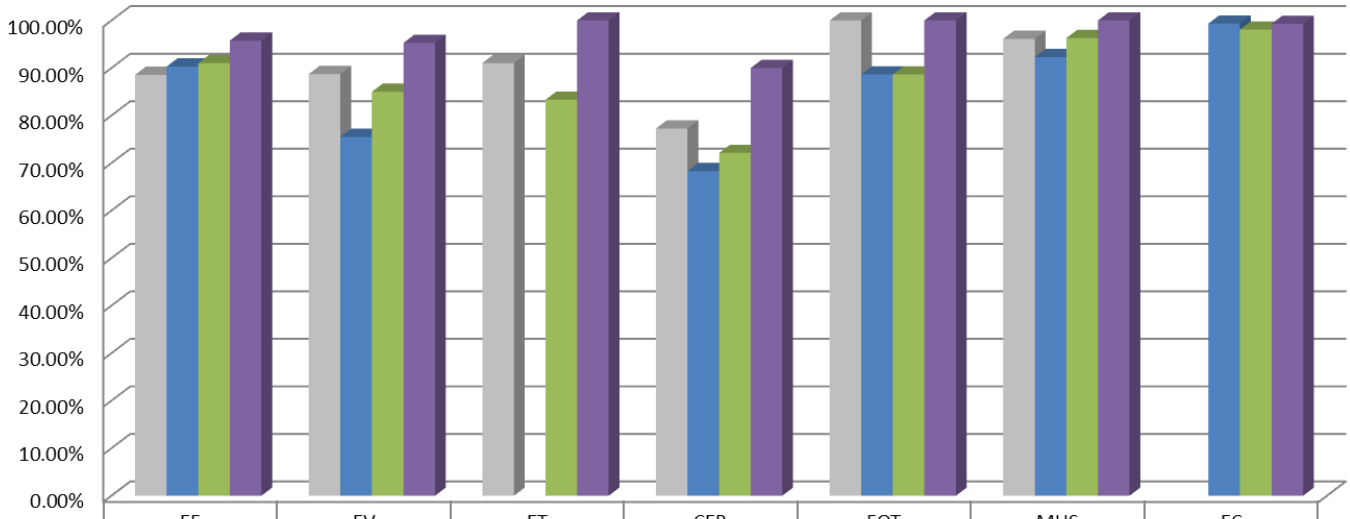
Taxas de sucesso - 8º ano



	PORT	ING	FRA	ESP	HIST	GEO	MAT	CN	CFQ	TIC
Trienio 10-11/12/13	61.54%	68.11%	62.85%	0.835133333	77.02%	88.47%	45.35%	77.34%	63.50%	92.14%
2013-2014 1P	54.25%	58.82%	56.25%	67.23%	66.67%	65.58%	47.06%	70.00%	74.34%	95.71%
2013-2014 2P	58.82%	55.63%	74.19%	75.63%	70.59%	69.03%	47.74%	75.16%	69.74%	92.25%
2013-2014 3P	72.66%	69.57%	90.63%	98.13%	81.16%	86.33%	59.42%	89.93%	81.29%	99.22%

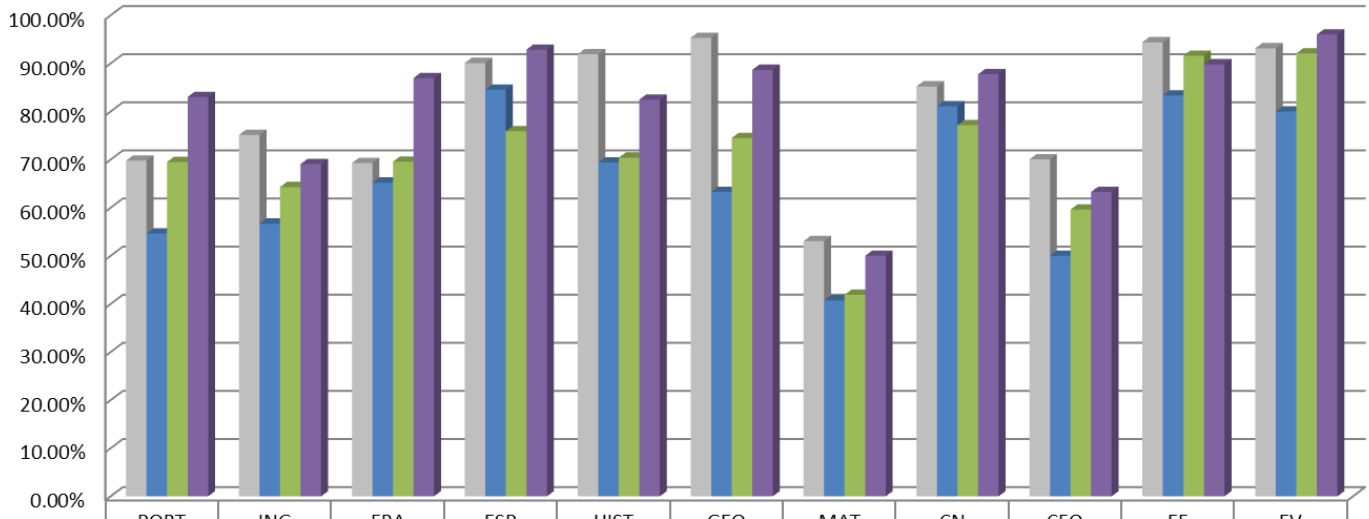
Comparativamente, ao 1.º período letivo houve uma melhoria a todas as disciplinas.

Taxas de sucesso - 8º ano



	EF	EV	ET	CER	FOT	MUS	EC
Trienio 10-11/12/13	88.58%	88.73%	91.05%	77.27%	100.00%	96.15%	
2013-2014 1P	90.32%	75.52%		68.33%	88.64%	92.31%	99.36%
2013-2014 2P	91.03%	85.00%	83.33%	72.13%	88.64%	96.30%	98.10%
2013-2014 3P	95.77%	95.28%	100.00%	90.00%	100.00%	100.00%	99.30%

Taxas de sucesso - 9º ano



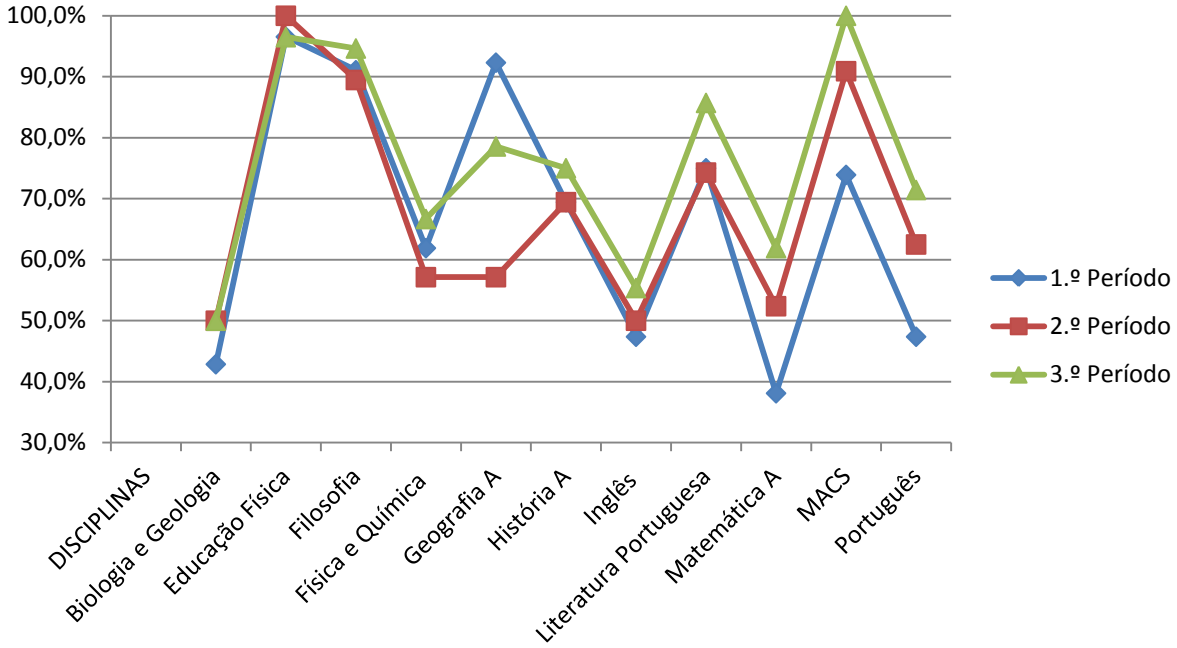
	PORT	ING	FRA	ESP	HIST	GEO	MAT	CN	CFQ	EF	EV
Trienio 10/11-12/13	69.79%	75.14%	69.29%	90.09%	91.92%	95.31%	53.05%	85.21%	70.05%	94.40%	93.14%
2013-2014 1P	54.63%	56.70%	65.22%	84.52%	69.39%	63.27%	40.74%	81.08%	50.00%	83.33%	80.00%
2013-2014 3P	69.52%	64.29%	69.57%	75.90%	70.41%	74.49%	41.90%	77.14%	59.60%	91.59%	92.08%
2013-2014 2P	83.02%	69.07%	86.96%	92.86%	82.47%	88.66%	50.00%	87.74%	63.27%	89.81%	96.00%

O 3.º Departamento considera que relativamente ao 2.º Ciclo existe uma melhoria de resultados escolares globais no 3.º período, aproximando-se dos valores obtidos no último triénio (2010 - 2013) a Matemática e ultrapassou-os mesmo na disciplina de Ciências Naturais. No âmbito da disciplina de Ciências Naturais, os professores atingiram as metas estabelecidas no início do ano letivo. Após a análise dos resultados do último triénio verificou-se uma melhoria no 5.º ano e uma ligeira descida nos resultados do 6.º ano, relativamente aos obtidos no presente ano letivo, no entanto estes desvios foram pouco significativos. Particularizando, no 5.º ano a disciplina de Matemática desce ligeiramente mas CN sobe, no 6.º ano a disciplina de Matemática mantem mas CN desce ligeiramente.

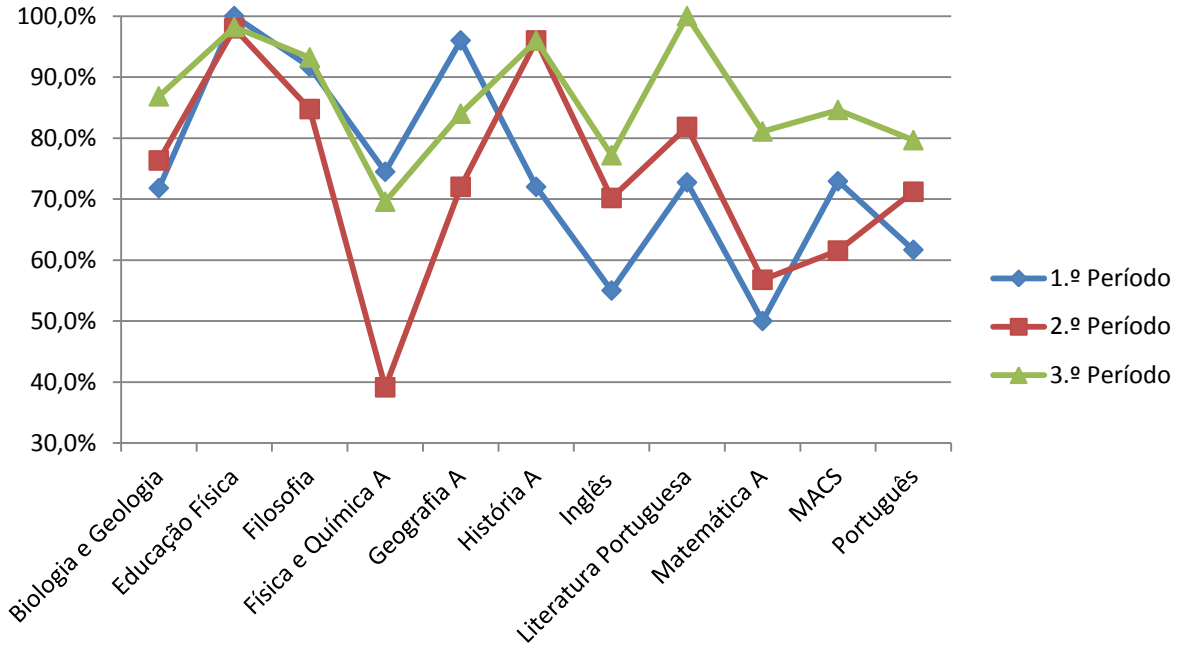
No que concerne ao 3.º Ciclo, verificou-se uma melhoria nos resultados escolares no 3.º período e face aos resultados em relação ao triénio nas disciplinas de Matemática, Ciências Naturais, Ciências Físico-Químicas, e TIC. Particularizando: no 7.º ano: Matemática, CFQ e TIC sobem mas CN desce ligeiramente, no 8.º ano todas as disciplinas que fazem parte deste departamento sobem Matemática e no 9.º ano, Matemática e Ciências Físico-Químicas descem mas Ciências Naturais sobe. Consideramos que os recursos devem continuar a ser mobilizados (aula +, apoios pedagógicos, espaço de preparação de exames) na medida em que se tem verificado uma melhoria nos resultados escolares na classificação interna e também na prestação nos Exames. É importante continuar a apostar no trabalho cooperativo entre docentes e nas metodologias de ensino diversificadas em sala de aula.

Análise Disciplinas Secundário

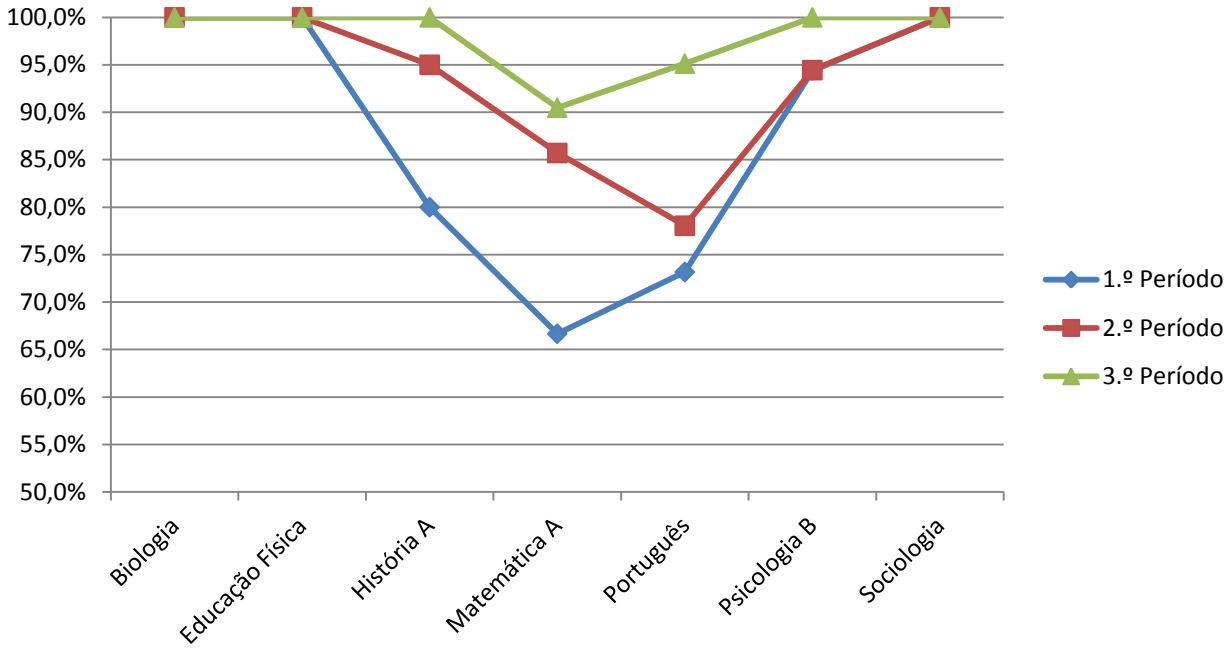
10.ºano



11.ºano



12.ºano



Grupo disciplinar de Inglês - No que concerne ao ensino secundário, salienta-se que a aprendizagem de uma Língua Estrangeira implica uma complexidade crescente no que diz respeito ao domínio e relacionamento de conteúdos pelos aprendentes na construção da sua proficiência. A falta de pré-requisitos manifestada por muitos alunos impede-os de ultrapassar as barreiras da comunicação e alcançar os níveis de proficiência esperados. Os resultados do décimo ano (cinquenta e cinco por cento de sucesso) espelham as dificuldades que acompanham os alunos ao longo do ensino básico, havendo vários que já apresentavam insucesso à disciplina em todos os períodos no nono ano ou mesmo em todos os anos do terceiro ciclo. No décimo primeiro ano a taxa de sucesso é bastante satisfatória uma vez que estamos perante alunos que, no geral, reuniram, no décimo ano, condições para progredir à disciplina, ou perante alunos que, embora tenham obtido uma classificação de 8 ou 9 valores, se empenharam para concluir uma disciplina terminal.

Grupo disciplinar de Português – Ao longo do ciclo em análise continua a verificar-se uma progressão significativa, mais acentuada no ano terminal.

No que se refere ao 3.º Departamento, a taxa de sucesso escolar varia no 10.º, 11.º e 12.º ano bem como de disciplina para disciplina. No 10.º ano a taxa de sucesso

escolar é menor à disciplina de Biologia e Geologia (50%), face a Matemática A (61,90%) e a Física e Química A (66,67%). Tratou-se de uma turma com fraco rendimento, falta de hábitos de trabalho e pouco empenho nas atividades propostas pelos docentes. A docente de biologia e geologia, entregou os seus relatórios em sede de conselho de turma, grupo disciplinar e Departamento. No 11.º ano os resultados são fracamente bons atingindo-se uma sucesso escolar de 86,84% a Biologia e Geologia, 69,57% a Física e Química A e 81,08% a Matemática A. As estratégias implementadas em sala de aula pelos docentes surtiram efeito e existiu uma boa articulação entre as diferentes disciplinas. No 12.º ano os resultados são ótimos uma vez que se atingiu 100% de sucesso a Biologia e 90,48% a Matemática A.

Os grupos disciplinares vão continuar a investir em metodologias ativas e participativas de aprendizagem.

Os docentes do 2.º Departamento, em reunião efetuada em 14 de julho, analisarem os quadros dos resultados escolares e concluíram que, a nível global, a taxa de sucesso é muito satisfatória em todas as disciplinas e em todos os anos de escolaridade, oscilando a taxa de sucesso entre os 75 % e os 100%.

Relativamente às disciplinas sujeitas a exame final, os diversos grupos disciplinares concluíram o seguinte:

Geografia A (11.º ano) – O grupo de Geografia constatou que no terceiro ciclo, quando comparados com o biénio anterior, a descida na taxa de sucesso de geografia foi residual, tendo verificado uma descida de 1,72% no 7.º ano, 2,14% no 8.ºano e 6,65% no 9.º ano. Ainda assim os resultados foram considerados bons uma vez que em todo o ciclo a taxa de sucesso se situou dentro das metas estabelecidas. Neste sentido, as taxas de sucesso não exigem ao grupo tomarem medidas extraordinárias além das que já têm sido implementadas. Por sua vez, no ensino secundário as taxas de sucesso também foram consideradas boas uma vez que os resultados atingiram as metas estabelecidas pelo TEIP e verificou-se uma evolução positiva nos resultados dos exames nacionais, tendo passado a média dos alunos internos de 6,8 valores, em 2013, para 8,4 valores, na primeira fase de exames de 2014. Também aqui as estratégias devem dar continuidade às que foram utilizadas no corrente ano letivo de forma a caminhar no sentido da aproximação à média nacional.

Filosofia (11.º ano) - Relativamente aos resultados da avaliação interna, foram salientados os seguintes aspetos: a taxa de sucesso em Psicologia B foi de 100%, confirmando a inserção, no Projeto Educativo da Escola, desta disciplina, do 12.º ano, de caráter transversal, enquanto segunda opção do curso de ciências e tecnologias, e primeira opção do curso de línguas e humanidades. No 10.º ano, o sucesso foi pleno, pois todos os alunos que transitaram progrediram em Filosofia, com classificação igual ou superior a dez valores, pelo que não se afigura necessário propor quaisquer medidas de recuperação, antes parece ser conveniente investir na preparação para o exame nacional, até por se verificar um aumento significativo do número de alunos que escolheram a disciplina para validação externa. No apuramento dos resultados da 1.ª Fase do Exame Nacional, pode constatar-se que houve uma ligeira melhoria, quanto à média de classificações e à correlação das internas e externas, embora ainda seja negativa, e que a classificação média obtida pelos alunos das turmas de ciências e tecnologias foi ainda mais baixa, enquanto que na turma de línguas e humanidades foi positiva. A taxa de insucesso foi apenas de 15,8%, já que, no total de vinte e quatro inscritos, reprovaram três dos dezanove alunos internos. O Grupo entendeu tomar em consideração, para reforço na prática letiva do próximo ano, as falhas detetadas em 2013, nos relatórios técnicos agora publicados pelo IAVE, mesmo correndo o risco de se vir a demonstrar que o universo dos alunos avaliados em 2014 difere radicalmente dessa realidade.

História A (12.º ano) - O grupo disciplinar de História referiu realizaram o exame de História A, 1.º fase, vinte alunos internos, dos quais três reprovaram, o que dá uma taxa de conclusão de 85%. A classificação mais alta foi de 15 valores e a mais baixa de 4 valores. A média da classificação de exame foi de 9,9 valores, precisamente igual à média nacional (9,9 valores), não havendo assim qualquer desvio em relação á média nacional. O grupo disciplinar congratula-se com estes resultados, mas irá procurar ainda melhorar estas classificações no próximo ano letivo, por intermédio de um trabalho mais cooperativo entre todos os membros da área disciplinar. Em relação às práticas pedagógicas, o grupo disciplinar de História irá prosseguir com a realização de testes comuns para o ensino básico, dado que a experiência deste ano letivo foi muito positiva, nomeadamente o trabalho cooperativo entre todos os docentes de História na elaboração dos testes sumativos e testes diagnósticos. Procurar-se-á, ainda, partilhar experiências pedagógicas e instrumentos de trabalho (resumos e powerpoint) para se obterem melhores resultados escolares.

Ensino Profissional

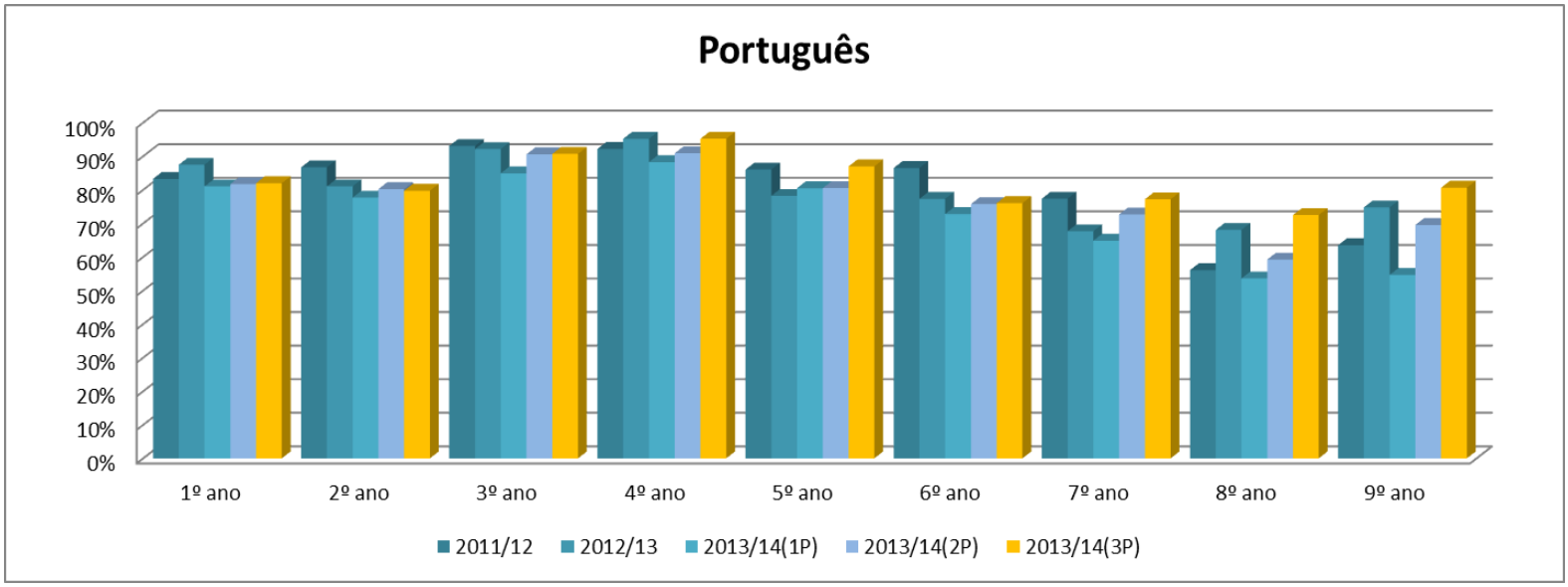
Cursos Profissionais		Inscritos	EF	Retidos por falta	AM	N.º de alunos	Sucesso	Reprovações (13/14)	Alunos com módulos em atraso
3.º ano	Técnico de Restauração Rest/Bar (3.º ano)	7	0	0	0	7	7	0	0
	CP AI (3.º ano)	12	1	0	1	10	10	0	0
	CP AGD (3.º ano)	19	5	0	0	14	13	1	0
2.º ano	CP Tur- (2.º ano)	13	0	0	2	11	11	0	3
	CP Rest(coz/Past)- (2.º ano)	16	0	0	2	14	14	0	7
	CP Elet. (2.º ano)	7	2	0	1	4	4	0	0
1.º ano	CP Rest (Rest/Bar)- (1.º ano)	25	1	5	3	16	16	0	9
	CP EAC (1.º ano)	18	0	0	0	17	16	1	10
		117	9	5	9	93	91	2	29

Nos Cursos Profissionais o mais preocupante é o absentismo, uma vez que por exclusão, retenção e anulação de matrícula foram afetados 23 alunos. O sucesso é maior no último ano, não havendo aí alunos com módulos em atraso.

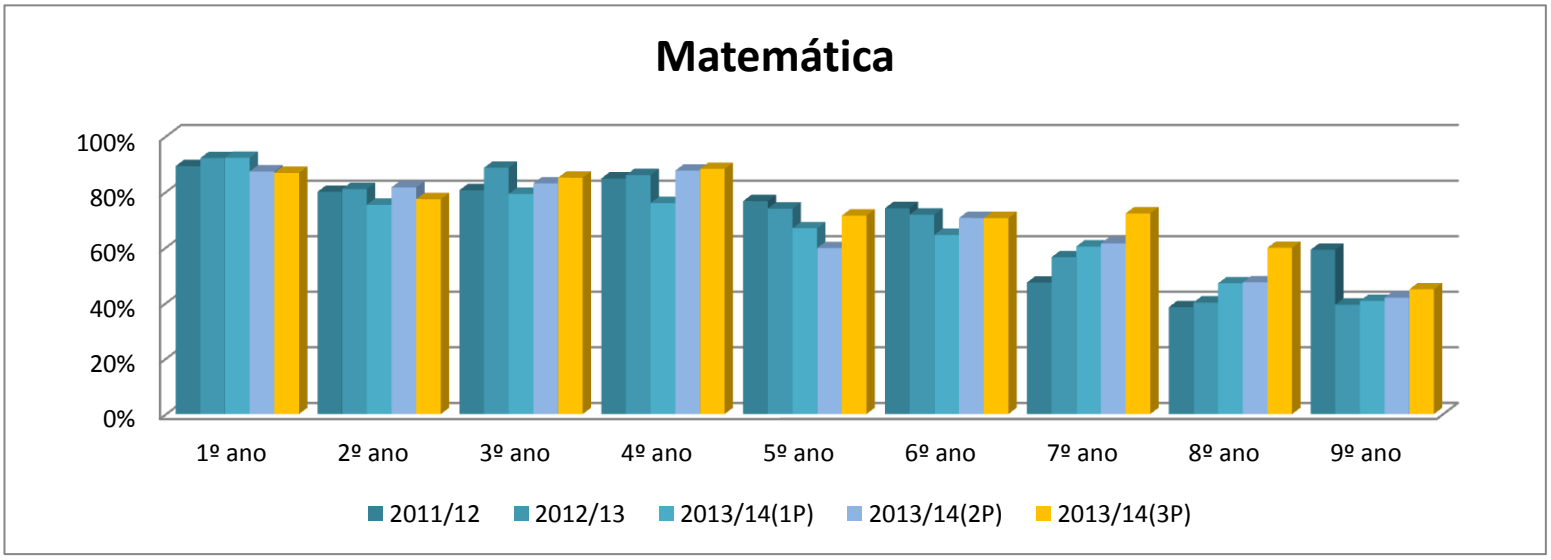
Análise Português e Matemática no Ensino Básico

Ano de escolaridade	Português							Matemática						
	2011/12	2012/13	2013/14 (1P)	2013/14 (2P)	2013/14 (3P)			2011/12	2012/13	2013/14 (1P)	2013/14 (2P)	2013/14 (3P)		
					Nº total de alunos avaliados	Alunos com níveis positivos						Nº total de alunos avaliados	Alunos com níveis positivos	
						N.º	%						N.º	%
1º ano	83.2%	87.43%	80.99%	81.69%	144	118	81.94%	89.26%	92.15%	92.25%	87.32%	144	125	86.81%
2º ano	86.7%	81.01%	77.67%	80.19%	212	169	79.72%	80.00%	81.01%	75.35%	81.60%	212	164	77.36%
3º ano	93.1%	92.12%	84.91%	90.57%	161	146	90.68%	80.56%	88.67%	79.25%	83.02%	161	137	85.09%
4º ano	92.1%	95.16%	88.24%	90.86%	187	178	95.19%	84.82%	86.02%	75.94%	87.63%	187	165	88.24%
5º ano	86.0%	78.18%	80.47%	80.49%	161	140	86.96%	76.67%	73.94%	66.86%	59.76%	161	115	71.43%
6º ano	86.5%	77.30%	72.78%	75.74%	146	111	76.03%	74.12%	71.78%	64.50%	70.59%	146	103	70.55%
7º ano	77.3%	67.65%	64.84%	72.66%	127	98	77.17%	47.33%	56.47%	60.32%	61.42%	126	91	72.22%
8º ano	56.0%	68.03%	53.59%	59.21%	138	100	72.46%	38.46%	40.16%	47.06%	47.40%	137	82	59.85%
9º ano	63.5%	74.75%	54.63%	69.52%	98	79	80.61%	59.13%	39.39%	40.74%	41.90%	98	44	44.90%

Sem PIEF, Vocacionais e CEFS



Reflexão grupo disciplinar Português: De acordo com as estatísticas apresentadas, e estabelecendo a comparação com os resultados obtidos nos três últimos anos, a taxa de sucesso tem vindo a evoluir. Neste ano letivo, verifica-se uma evolução significativa de 8% no 9.º ano, devido aos diferentes projetos (Aula Mais e Espaço Preparação para exames), bem como ao empenho e trabalho desenvolvido pelos professores ao longo do ciclo.

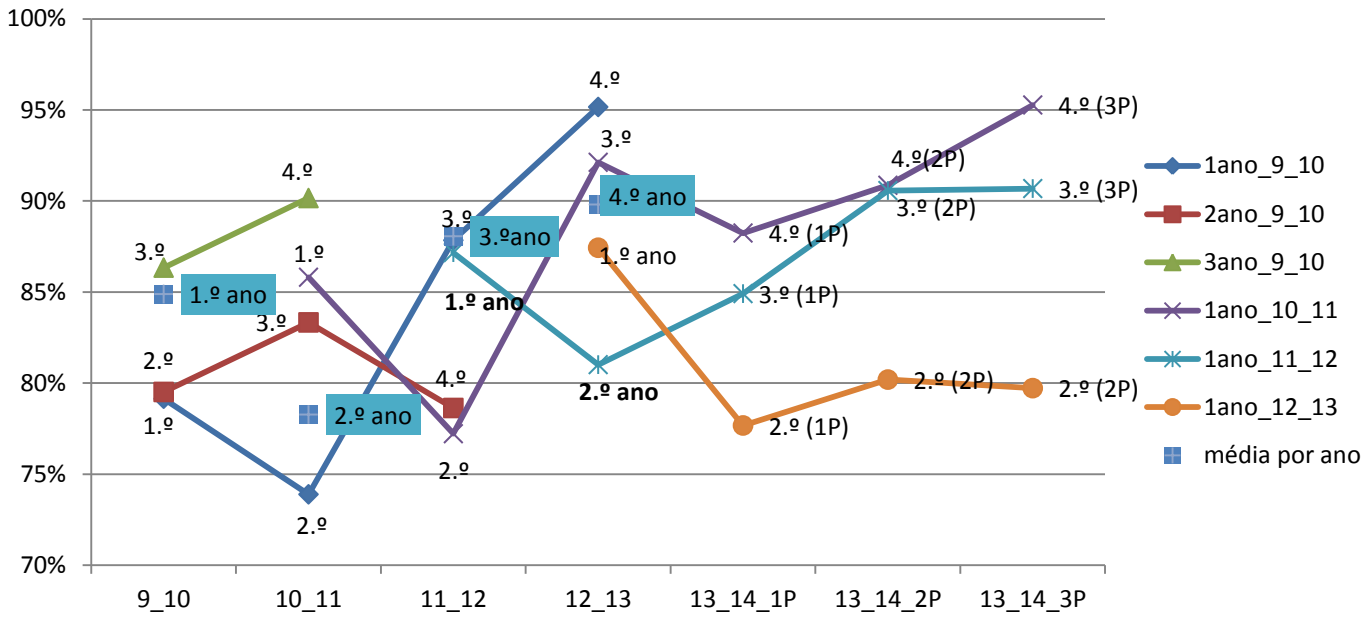


Reflexão grupo disciplinar Matemática: Registou-se uma ligeira quebra na taxa de sucesso escolar do 3.º período do 5.º ano de escolaridade face ao último biénio. O grupo disciplinar considera que os resultados obtidos em Matemática do 5.º ano, prende-se com a complexidade/dificuldade do programa que contempla as novas

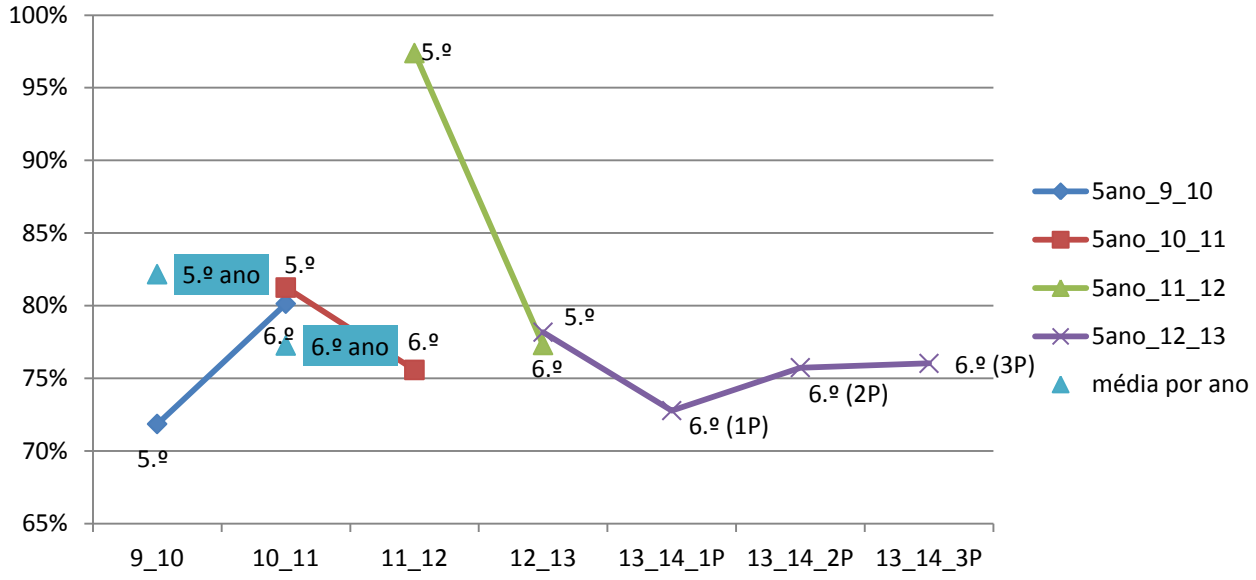
metas curriculares. As metas curriculares apresentam alguns conteúdos que exigem uma capacidade de abstração que os alunos desta faixa etária ainda não apresentam. Em relação ao 6.º ano de escolaridade também se registou um ligeiro decréscimo na taxa de sucesso escolar comparativamente ao biénio. Neste sentido, delinearam-se um conjunto de estratégias. O grupo repensou as estratégias que têm vindo a ser aplicadas, já referenciadas em atas de grupo disciplinares anteriores, e ainda os reajustamentos que podem vir a ser feitos. Neste sentido, considerou-se que a realização de uma ficha de avaliação diagnóstica e a elaboração de um relatório pormenorizado que contemple a análise dos resultados, o levantamento das lacunas detetadas bem como as medidas de remediação a aplicar, poderá ser uma mais valia para se melhorarem os resultados escolares dos alunos, nas disciplinas inerentes ao grupo 230.

No 3.º Ciclo registou-se uma melhoria significativa na taxa de sucesso a matemática no 7.º e 8.º ano. No 7.º ano obteve-se uma taxa de sucesso de 72,22% e bem superior à do último biénio. Igualmente as turmas de 8.º ano obtiveram uma taxa de sucesso de 59,4%, bem superior à média do biénio 2011/13 que foi de 45,35%.Quanto ao 9.º ano, a média de sucesso foi de cerca de 50% e foi ligeiramente inferior à média de sucesso do biénio anterior. No entanto, é de referir que houve uma grande melhoria dos resultados ao longo do presente ano letivo. De 40% de sucesso no primeiro período atingiram-se os 50% no final do ano. Apesar de ter havido um número significativo de níveis inferiores a três principalmente no 9.º ano, a maior parte dos alunos tem vindo a ultrapassar as dificuldades no início do ano letivo. Os resultados não são melhores pois um número significativo de discentes não tem hábitos de trabalho e de estudo diários e apresenta falta de concentração nas atividades letivas, revelando interesses divergentes dos escolares. Todavia, consideramos que a aula + contribui para a melhoria dos resultados escolares no 8.º e 9.º ano.

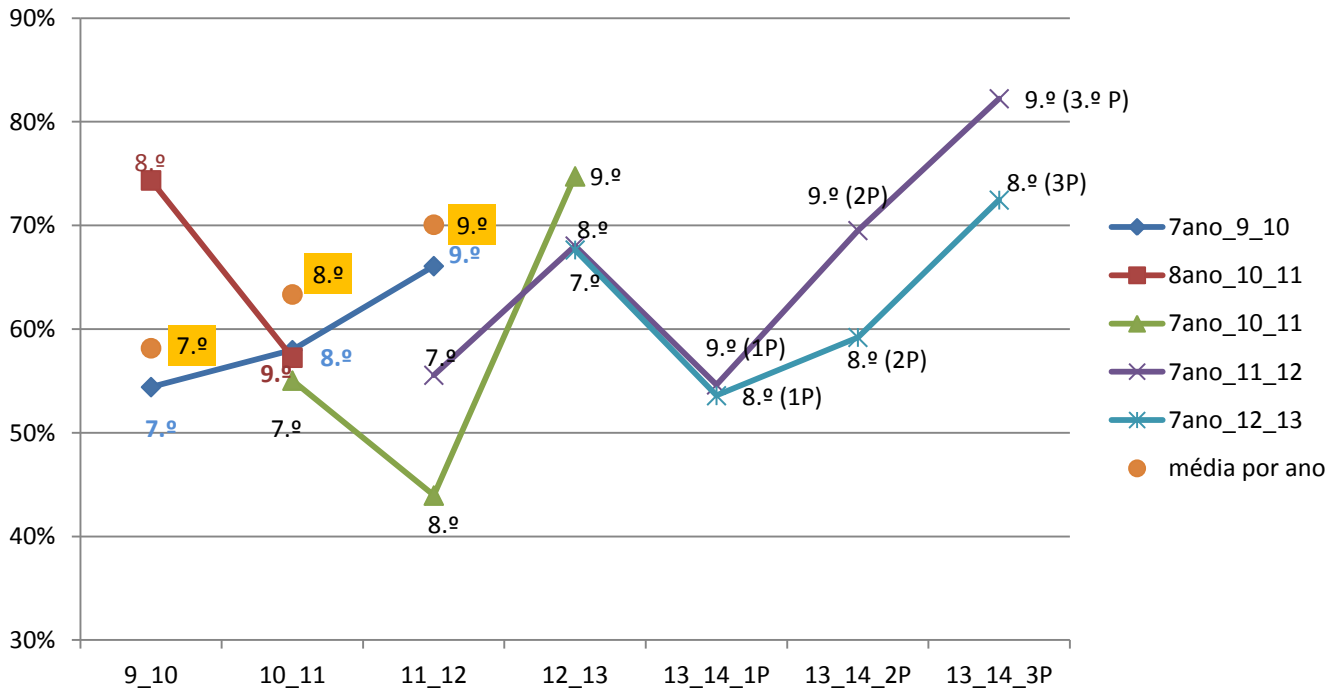
Monitorização da evolução a Português no 1.º Ciclo



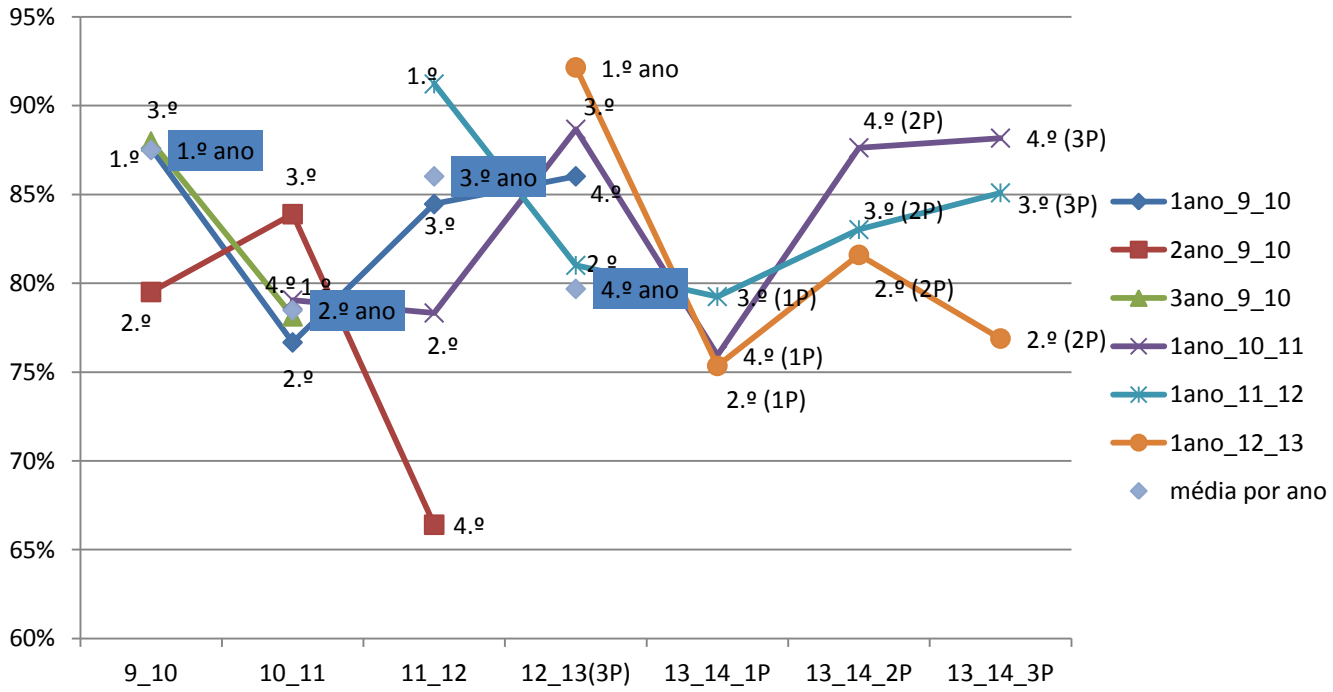
Monitorização da evolução a Português no 2.º Ciclo



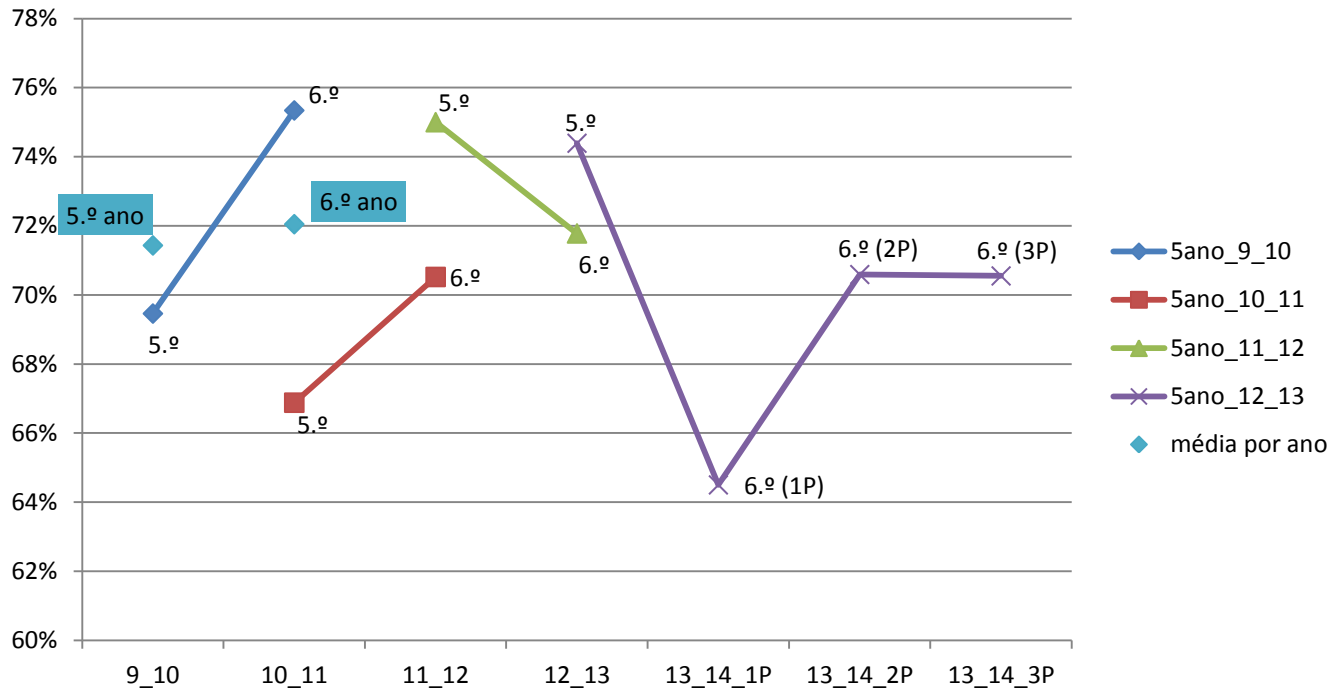
Monitorização da evolução a Português no 3.º Ciclo



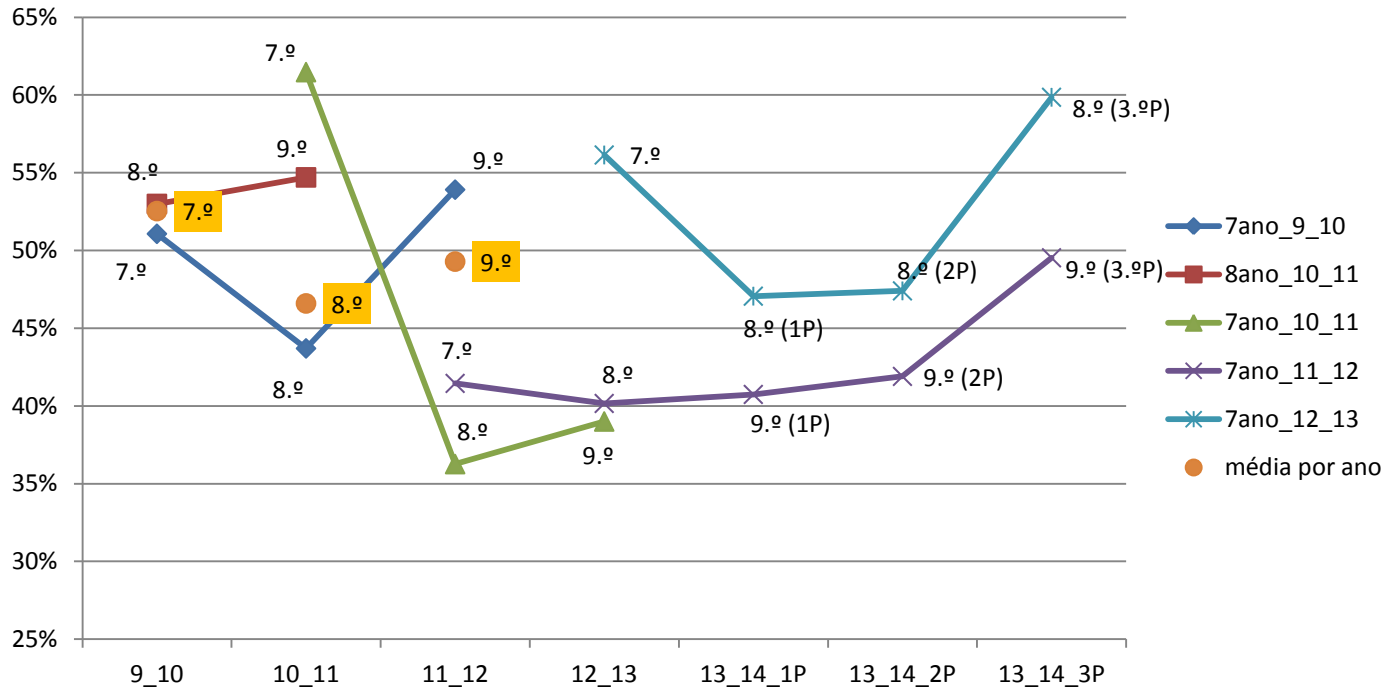
Monitorização da evolução a Matemática no 1.º Ciclo



Monitorização da evolução a Matemática no 2.º Ciclo



Monitorização da evolução a Matemática no 3.º Ciclo



Reflexão grupo disciplinar Matemática: Nos últimos dois anos letivos, no 2.º Ciclo, tem-se registado um decréscimo na taxa de sucesso escolar na passagem do 5.º para o 6.º ano de escolaridade. Esta situação prende-se com o aumento de complexidade que se tem vindo a verificar ao nível do programa de matemática. Acresce o fato de se ter verificado casos de indisciplina em algumas das turmas de 6.º ano. Este aspeto foi também um dos pontos que os docentes consideraram ter tido repercussões na quebra dos resultados escolares de 5.º para 6.º repercutindo-se na avaliação interna e nos resultados da avaliação externa. Muitos alunos foram revelando, ao longo do ano, falta de hábitos e de métodos regulares de trabalho e de estudo; falta de iniciativa em resolver problemas para atingirem o saber e as competências necessárias; falta de ambição manifestada em melhorarem os resultados e os desempenhos e os alunos revelarem mais problemas de comportamento. Em relação ao 3.º Ciclo, o 8.º ano é, tendencialmente o ano da quebra, contudo, tem-se vindo a verificar uma melhoria da taxa de sucesso na disciplina e na própria evolução de 7.º, 8.º e 9.º ano.

Qualidade de sucesso

	Qualidade de Sucesso						
					2013/14 (3P)		
Ano de escolaridade	2011/12	2012/13	2013/14 (1P)	2013/14 (2P)	Nº total de alunos avaliados	Alunos com níveis positivos	
						N.º	%
1.º ano	82.55%	85.34%	81.69%	79.58%	144	116	80.56%
2.º ano	77.22%	75.98%	72.56%	77.36%	212	155	73.11%
3.º ano	82.64%	81.46%	74.21%	76.88%	162	128	79.01%
4.º ano	81.15%	83.33%	72.19%	81.48%	188	165	87.77%
5.º ano	66.67%	57.83%	46.43%	45.18%	163	100	61.35%
6.º ano	58.24%	53.51%	43.21%	41.72%	143	72	50.35%
7.º ano	35.33%	39.89%	24.60%	23.62%	126	51	40.48%
8.º ano	26.37%	44.23%	27.63%	30.20%	142	64	45.07%
9.º ano	33.91%	45.31%	21.36%	21.15%	96	30	31.25%
10.º ano(*)	28.30%	45.33%	24.14%	33.33%	54	28	51.85%
11.º ano(*)	35.71%	77.14%	29.63%	30.19%	54	28	51.85%
12.º ano(*)	34.09%	100.00%	71.88%	81.25%	34	33	97.06%

(*) Considerou-se apenas os alunos inscritos nos cursos científico-humanísticos, a todas as disciplinas (não se considerou o caso dos alunos repetentes que estão inscritos a algumas disciplinas para melhoria de nota).

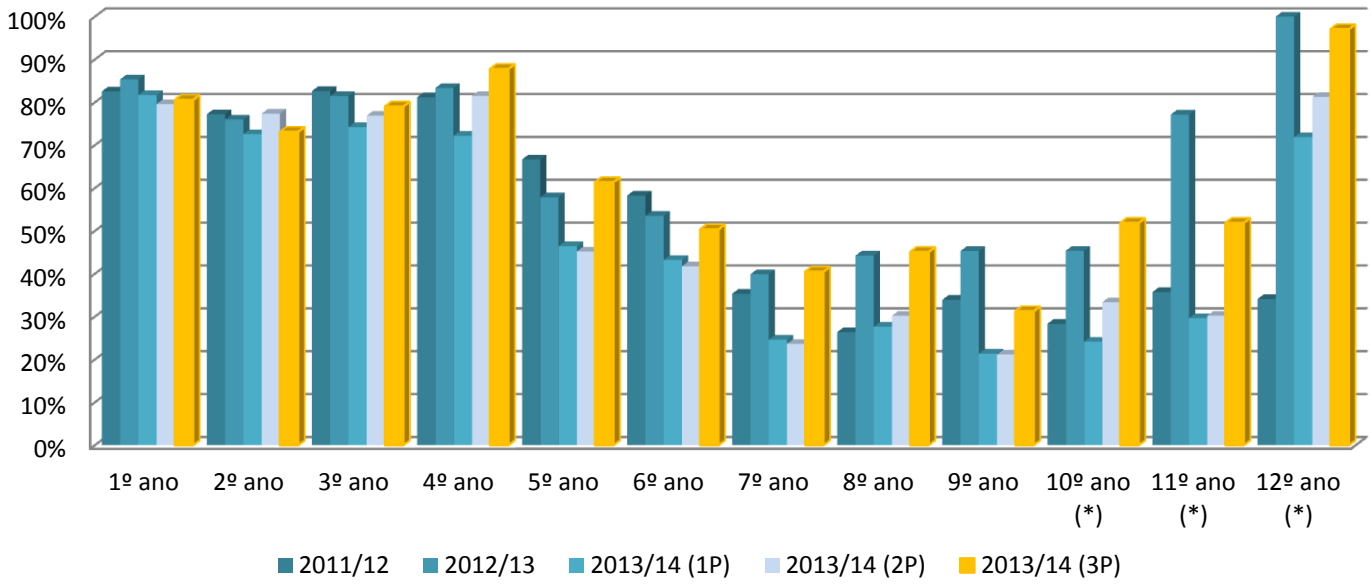
Reflexão Departamento: No 2.º Ciclo no presente ano letivo, para o 5.º ano, verificou-se uma melhoria na qualidade do sucesso embora este valor seja inferior a 11/12. No 6.º ano, verificou-se uma melhoria em relação ao biénio. No 3.º Ciclo, à exceção do 9.º ano que desceu ligeiramente, verifica-se uma melhoria significativa na qualidade do sucesso no 7.º e 8.º anos. No secundário existe algumas variações, o 10.º ano tem vindo a melhorar, o 11.º ano, piorou ligeiramente face ao ano letivo transato mas melhorou imenso face a 11/12. No 12.º registou-se um ligeiro decréscimo face ao ano letivo transato mas melhorou imenso face ao ano letivo 2011/2012. Consideramos importante continuar a investir no trabalho colaborativo entre pares bem como na elaboração de estratégias diferenciadas a aplicar nas turmas refletidas em grupo disciplinar mas sobretudo ao nível dos conselhos de turma nos diferentes níveis de ensino para garantir uma melhor taxa de qualidade de sucesso em todos os níveis de ensino.

De registar, igualmente, que a taxa de sucesso pleno no 2.º Ciclo, 3.º Ciclo e secundário são inferiores a 50% e destas a pior taxa de sucesso pleno é a do 3.º Ciclo (25,53%), mais concretamente no 9.º ano com somente 21,15%.

Na comparação entre o 1.º e 2.º Períodos, regista-se que houve uma melhoria da taxa de sucesso pleno no 2.º, 3.º, 4.º, 8.º, 10.º, 11.º e 12.º anos. Contudo a taxa de sucesso pleno diminui no 1.º, 5.º, 6.º, 7.º e 9.º anos. Por ciclos, verifica-se que a taxa de sucesso pleno melhora, com a exceção do 2.º Ciclo.

Se bem que para situação de aprovação/transição, apenas sejam, contabilizadas as notas do último período letivo, não deixa de ser preocupante que no 3.º Ciclo e no ensino Secundário (10.º e 11.º ano) o sucesso pleno esteja abaixo dos 35%.

Qualidade de sucesso



Nota-se uma progressiva diminuição da qualidade de sucesso que se vai acentuar ainda mais no 3.º Ciclo. Na passagem para o Secundário, verifica-se uma significativa melhoria, mais relevante no 12.º ano. Pode considerar-se que as maiores dificuldades ocorrem na transição do 1.º para o 2.º Ciclo e deste para o 3.º Ciclo.

	Ano letivo	N.º total de alunos avaliados	N.º de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas	Percentagem de alunos com classificação. positiva a todas as disciplinas	Meta
1.º Ciclo	2011 / 12	664	536	80.72%	85,16%? / 84,72%
	2012 / 13	761	621	81.60%	
	2013 / 14 (1.ºP)	703	525	74.68%	
	2013 / 14 (2.ºP)	703	554	78.81%	
	2013 / 14 (3.ºP)	706	564	79.89%	
2.º Ciclo	2011 / 12	333	203	60.96%	62,26%* / 64,96%
	2012 / 13	351	195	55.56%	
	2013 / 14 (1.ºP)	330	148	44.85%	
	2013 / 14 (2.ºP)	329	143	43.47%	
	2013 / 14 (3.ºP)	306	172	56.21%	
3.º Ciclo	2011 / 12	427	149	34.89%	42,88%* / 38,89%
	2012 / 13	462	198	42.86%	
	2013 / 14 (1.ºP)	381	95	24.93%	
	2013 / 14 (2.ºP)	380	97	25.53%	
	2013 / 14 (3.ºP)	364	145	39.84%	

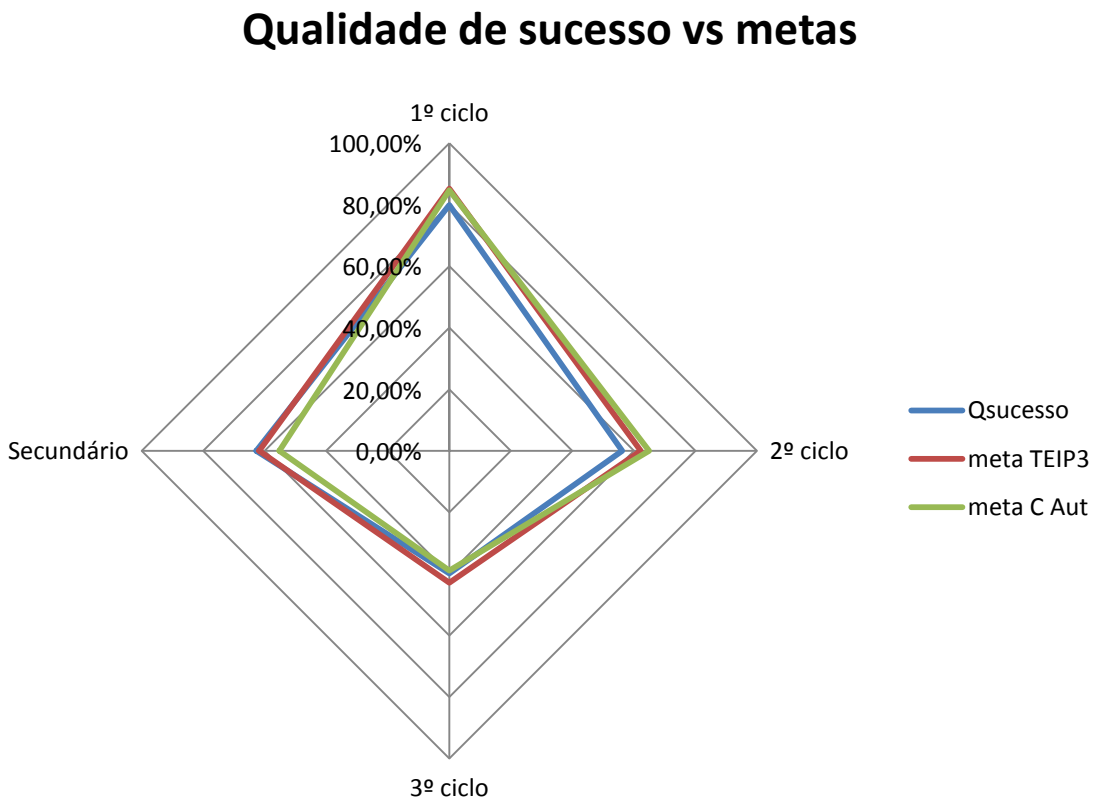
Secundário(*)	2011 / 12	125	64	51.20%	61,72%* / 55,20%
	2012 / 13	137	88	64.23%	
	2013 / 14 (1.ºP)	144	53	36.81%	
	2013 / 14 (2.ºP)	139	60	43.17%	
	2013 / 14 (3.ºP)	142	89	62.68%	

Legenda:

(1) meta TEIP contratualizadas para 2013/14 (2) meta PEA / Contrato de Autonomia

No final do 3.º Período, verifica-se que relativamente ao indicador qualidade de sucesso, somente o secundário (resultados internos) atingiu as duas metas contratualizadas. O 3.º Ciclo atingiu somente a meta para a qualidade de sucesso contratualizada no contrato de autonomia.

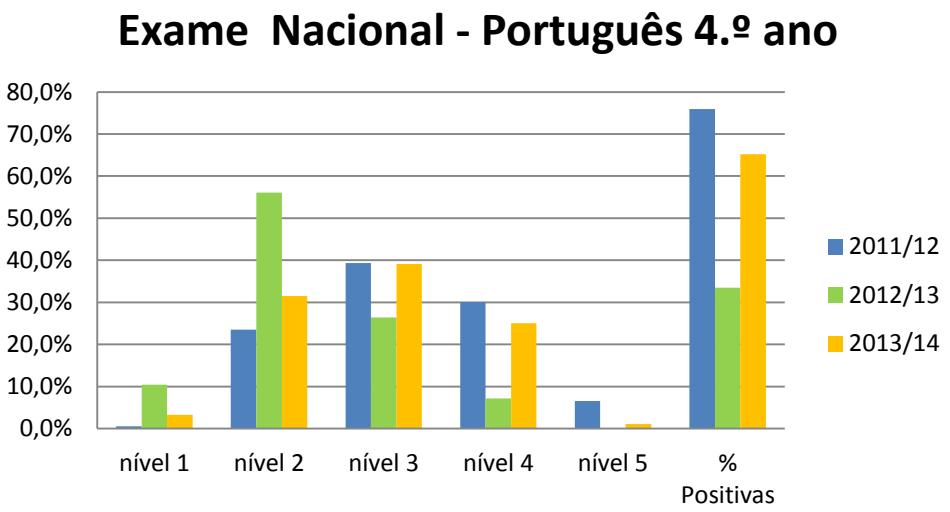
Qualidade de sucesso vs metas



Avaliação EXTERNA/EXAMES

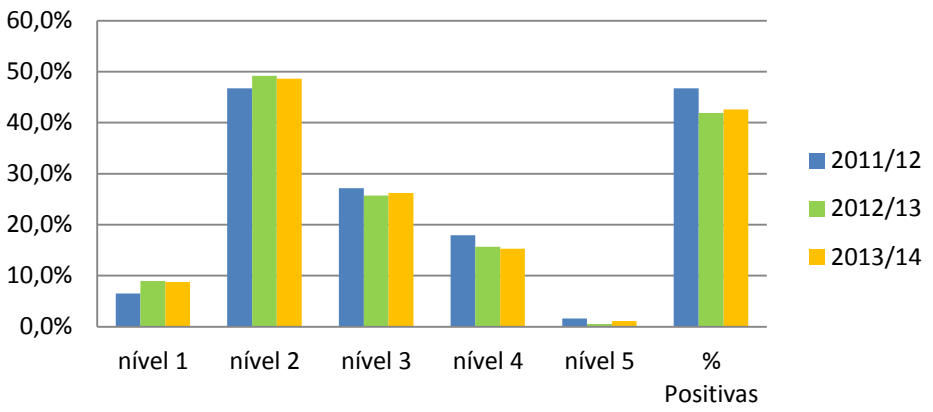
- 4.º ano

Português													
Ano Letivo	Níveis A/5		Níveis B/4		Níveis C/3		Níveis D/2		Níveis E/1		Faltas		Níveis Positivos
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	%
2011/12	12	6.6%	55	30.1%	72	39.3%	43	23.5%	1	0.5%	6	3.2%	76.0%
2012/13	0	0.0%	13	7.1%	48	26.4%	102	56.0%	19	10.4%	0	0.0%	33.5%
2013/14	2	1.1%	46	25.0%	72	39.1%	58	31.5%	6	3.3%	1	0.5%	65.2%



Matemática													
Ano Letivo	Níveis A/5		Níveis B/4		Níveis C/3		Níveis D/2		Níveis E/1		Faltas		Níveis Positivos
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	%
2011/12	3	1.6%	33	17.9%	50	27.2%	86	46.7%	12	6.5%	5	2.6%	46.7%
2012/13	1	0.6%	28	15.6%	46	25.7%	88	49.2%	16	8.9%	1	0.6%	41.9%
2013/14	2	1.1%	28	15.3%	48	26.2%	89	48.6%	16	8.7%	2	1.1%	42.6%

Exame Nacional - Matemática 4.º ano

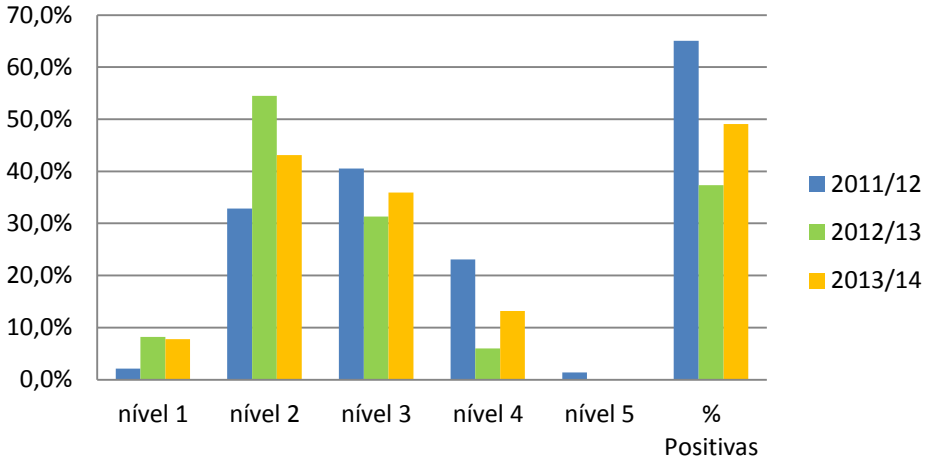


		Português							Matemática						
Escola	Turma	5	4	3	2	1	Pos		5	4	3	2	1	Pos	
Corujeira	4.º A	1	12	3	0	0	16	100%	0	11	4	1	0	15	93.75%
	4.º B	1	5	8	3	0	14	82.35%	1	2	3	9	2	6	35.29%
Falcão	4.º A	0	6	7	7	0	13	65.00%	0	2	5	11	2	7	35.00%
	4.º B	0	0	12	8	0	12	60.00%	0	2	4	12	2	6	30.00%
Cerco	3.º A	0	1	0	0	0	1	100%	0	1	0	0	0	1	100%
	4.º A	0	2	10	1	3	12	75.00%	0	0	3	12	1	3	18.75%
	4.º B	0	1	9	6	1	10	58.82%	0	2	6	9	0	8	47.06%
		Português							Matemática						
Escola	Turma	5	4	3	2	1	Pos		5	4	3	2	1	Pos	
S. Roque	3.º A	0	0	0	1	1	0	0.00%	0	0	0	0	1	0	0.00%
	4.º A	0	6	3	10	1	9	45.00%	1	0	6	8	5	7	35.00%
Campanhã	4.º A	0	7	4	8	0	11	57.89%	0	4	6	9	0	10	52.63%
Lagarteiro	4.º A	0	4	11	4	0	15	78.95%	0	2	7	9	1	9	47.37%
	4.º B	0	2	5	10	0	7	41.18%	0	2	4	9	2	6	35.29%
TOTAL		2	46	72	58	6	120	65.22%	2	28	48	89	16	78	42.39%
		1.09%	25.00%	39.13%	31.52%	3.26%			1.09%	15.30%	26.23%	48.63%	8.74%		

- 6.º ano

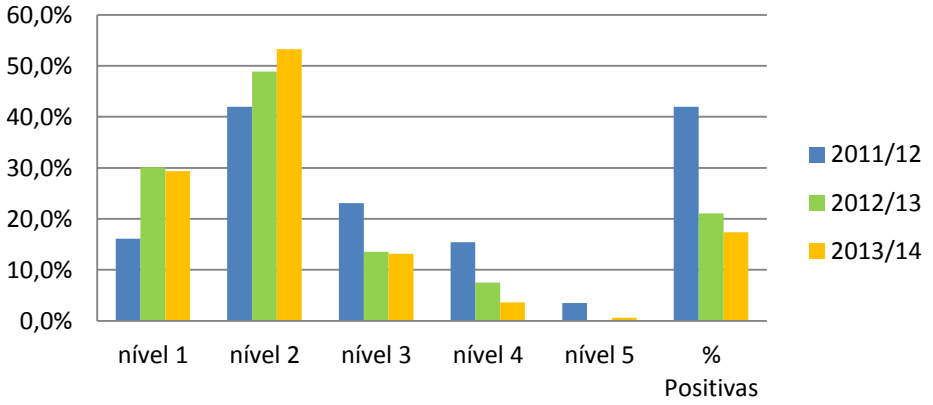
Exame Nacional							Português - 6.º ano						Níveis Positivos
Ano Letivo	Níveis 5		Níveis 4		Níveis 3		Níveis 2		Níveis 1		Faltas		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	%
2011/12	2	1,4%	33	23,1%	58	40,6%	47	32,9%	3	2,1%	3	2,1%	65,0%
2012/13	0	0,0%	8	6,0%	42	31,3%	73	54,5%	11	8,2%	1	0,7%	37,3%
2013/14	0	0,0%	22	13,2%	60	35,9%	72	43,1%	13	7,8%	6	3,5%	49,1%

Exame Nacional - Português 6.º ano



Exame Nacional							Matemática - 6.º ano						Níveis Positivos
Ano Letivo	Níveis 5		Níveis 4		Níveis 3		Níveis 2		Níveis 1		Faltas		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	%
2011/12	5	3,5%	22	15,4%	33	23,1%	60	42,0%	23	16,1%	3	2,1%	42,0%
2012/13	0	0,0%	10	7,5%	18	13,5%	65	48,9%	40	30,1%	2	1,5%	21,1%
2013/14	1	0,6%	6	3,6%	22	13,2%	89	53,3%	49	29,3%	6	3,5%	17,4%

Exame Nacional_ Matemática 6.º ano

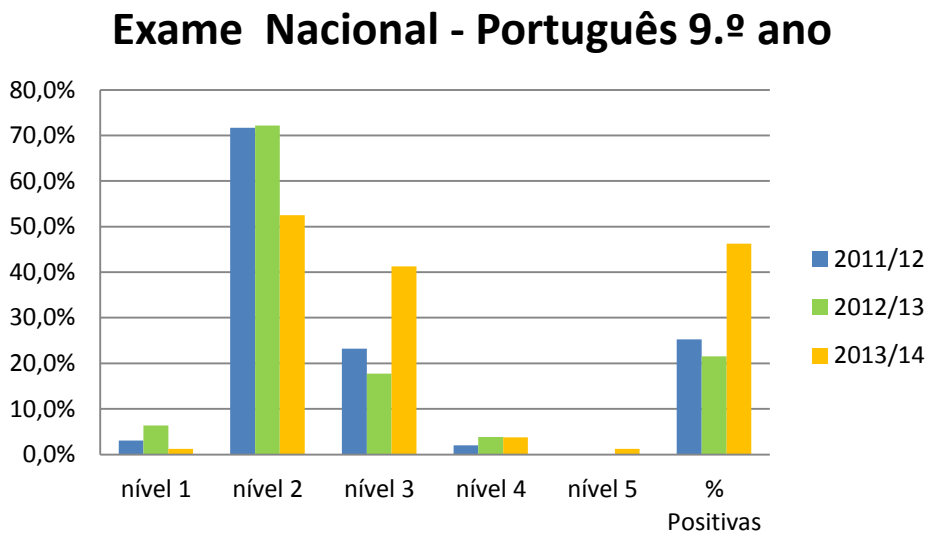


Reflexão grupo disciplinar Matemática: Após uma análise e reflexão dos resultados, o grupo considerou que o exame apresentou um grande nível de complexidade. Os exames foram desequilibrados. Algumas questões exigiam cálculos muito complexos. O caderno dois do exame tinha itens que, apesar de serem de escolha múltipla e de resposta direta, exigiam cálculo. Os alunos não dispunham de calculadora, o que dificultou o seu desempenho. Os critérios de correção não foram,

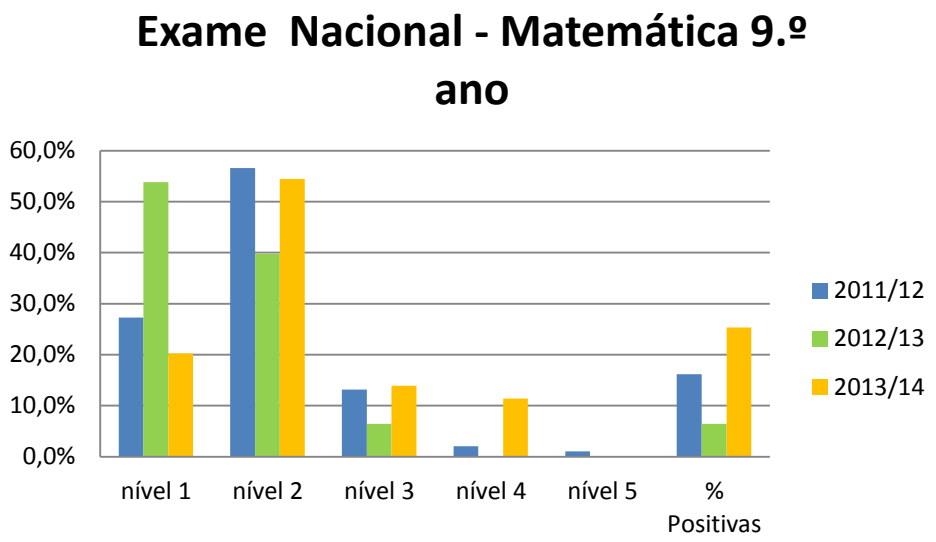
para algumas questões, os mais adequados. Aos constrangimentos atrás referidos junta-se a colocação tardia de alguns professores no início do ano letivo o que atrasou o funcionamento do Projeto Ninho, destinado a trabalhar/colmatar as dificuldades dos alunos. A indisciplina, verificada em algumas das turmas de 6.º ano foi também um dos pontos que os docentes consideraram ter tido repercussões nos resultados da avaliação externa. Muitos alunos foram revelando, ao longo do ano, falta de hábitos e de métodos regulares de trabalho e de estudo; falta de iniciativa em resolver problemas para atingirem o saber e as competências necessárias; falta de ambição manifestada em melhorarem os resultados e os desempenhos.

- 9.º ano

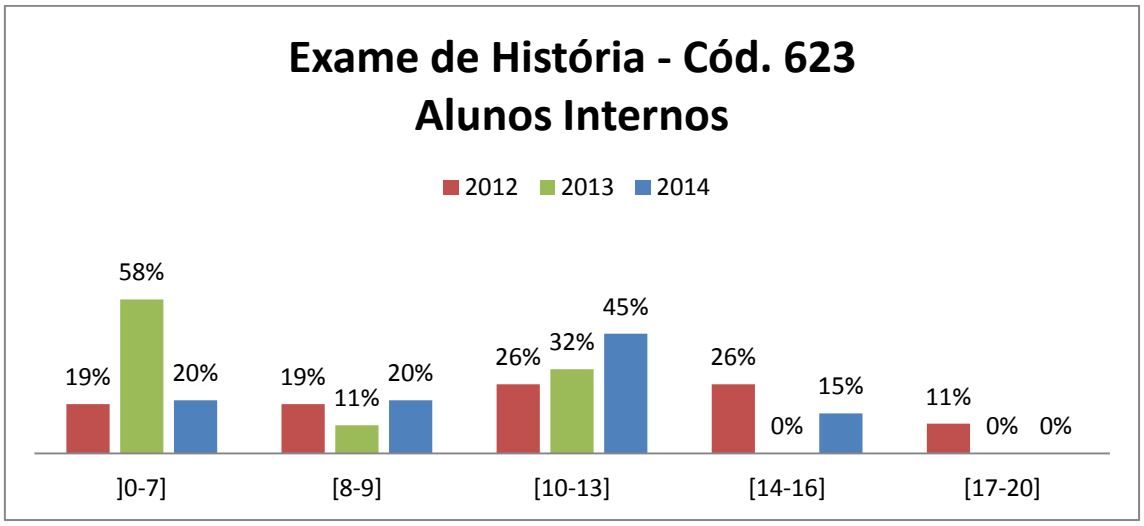
Exame Nacional							Português - 9.º ano						Níveis Positivos
Ano Letivo	Níveis 5		Níveis 4		Níveis 3		Níveis 2		Níveis 1		Faltas		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	%
2011/12	0	0,0%	2	2,0%	23	23,2%	71	71,7%	3	3,0%	3	2,9%	25,3%
2012/13	0	0,0%	3	3,8%	14	17,7%	57	72,2%	5	6,3%	0	0,0%	21,5%
2013/14	1	1,3%	3	3,8%	33	41,3%	42	52,5%	1	1,3%	11	12,1%	46,3%



Exame Nacional							Matemática _ 9.º ano						Níveis Positivos
Ano Letivo	Níveis 5		Níveis 4		Níveis 3		Níveis 2		Níveis 1		Faltas		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	%
2011/12	1	1,0%	2	2,0%	13	13,1%	56	56,6%	27	27,3%	3	2,9%	16,2%
2012/13	0	0,0%	0	0,0%	5	6,4%	31	39,7%	42	53,8%	1	1,3%	6,4%
2013/14	0	0,0%	9	11,4%	11	13,9%	43	54,4%	16	20,3%	11	12,2%	25,3%

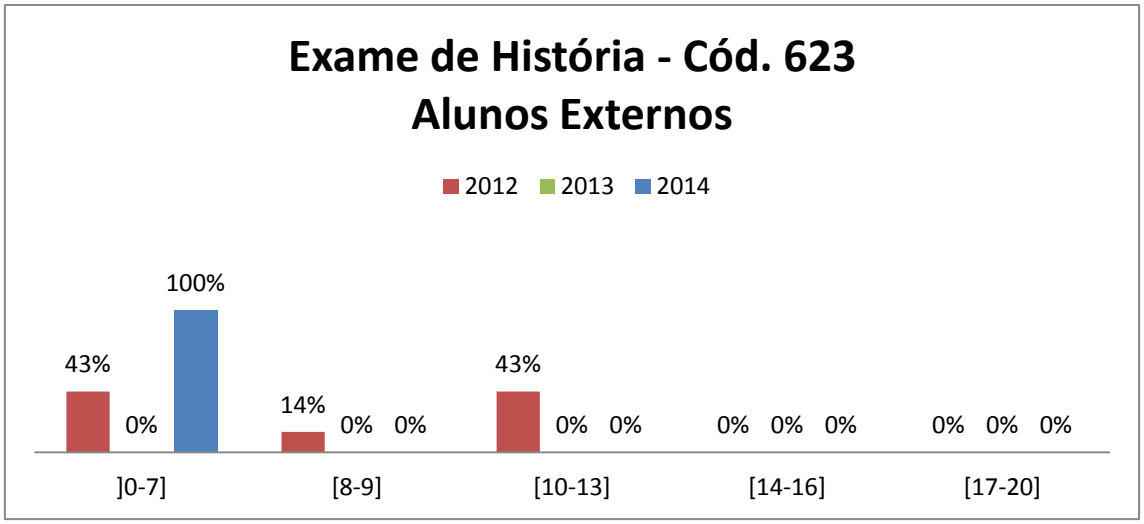


- Secundário

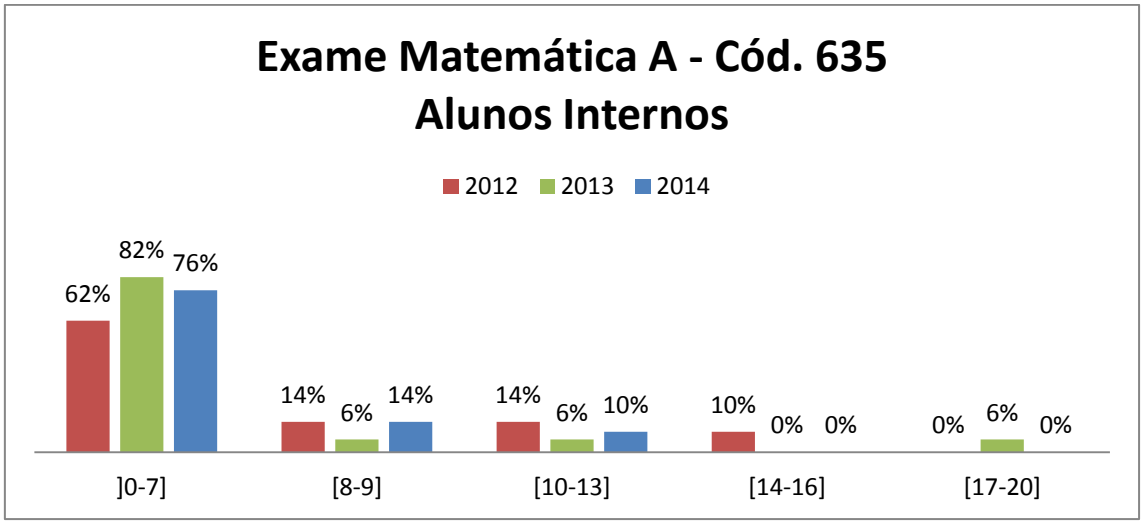


	2012		2013		2014	
Intervalos	N.º Casos		N.º Casos		N.º Casos	
]0-7]	5	19%	11	58%	4	20%
[8-9]	5	19%	2	11%	4	20%
[10-13]	7	26%	6	32%	9	45%
[14-16]	7	26%	0	0%	3	15%
[17-20]	3	11%	0	0%	0	0%
total	27	100,0%	19	100,0%	20	100,0%

Média Exame – Internos 1.ª Fase		
2012	2013	2014
10,87	7,42	9,53

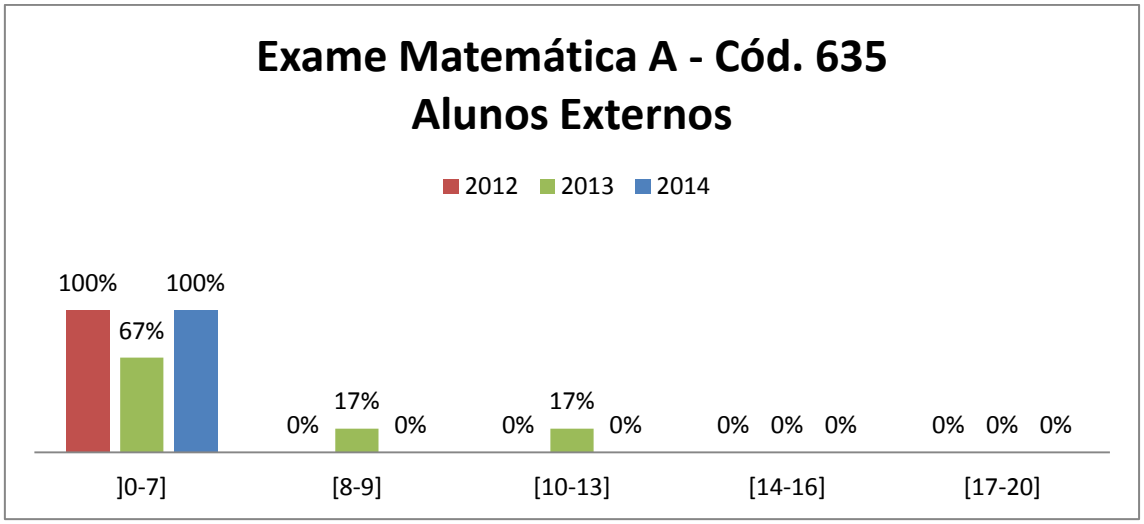


	2012		2013		2014	
Intervalos	N.º Casos		N.º Casos		N.º Casos	
]0-7]	3	43%	0	0%	1	100%
[8-9]	1	14%	0	0%	0	0%
[10-13]	3	43%	0	0%	0	0%
[14-16]	0	0%	0	0%	0	0%
[17-20]	0	0%	0	0%	0	0%
total	7	100,0%	0	0,0%	1	100,0%

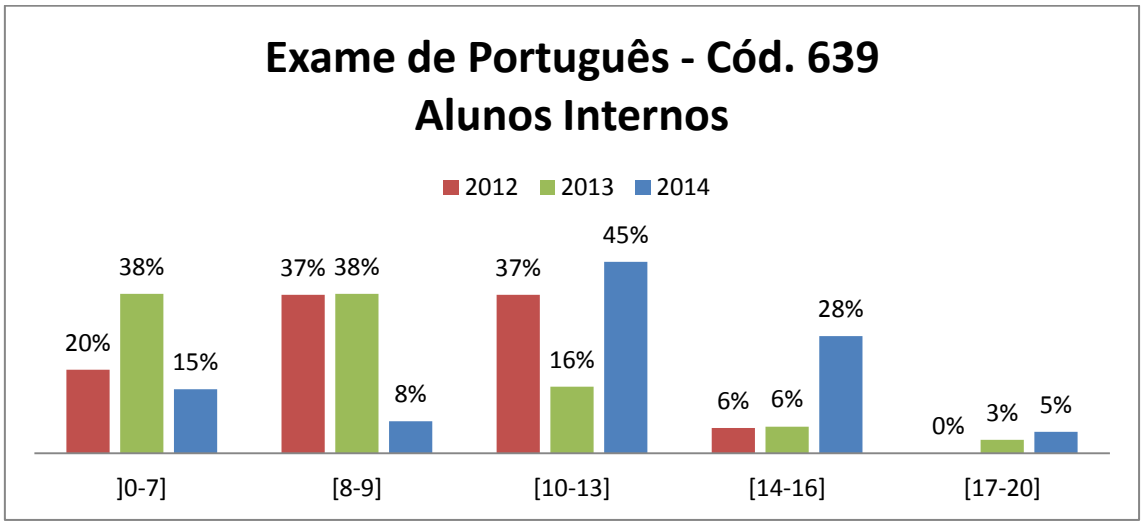


	2012		2013		2014	
Intervalos	N.º Casos		N.º Casos		N.º Casos	
]0-7]	13	62%	14	82%	16	76%
[8-9]	3	14%	1	6%	3	14%
[10-13]	3	14%	1	6%	2	10%
[14-16]	2	10%	0	0%	0	0%
[17-20]	0	0%	1	6%	0	0%
total	21	100,0%	17	100,0%	21	100,0%

Média Exame – Internos 1.ª Fase		
2012	2013	2014
7,12	5,56	4,84

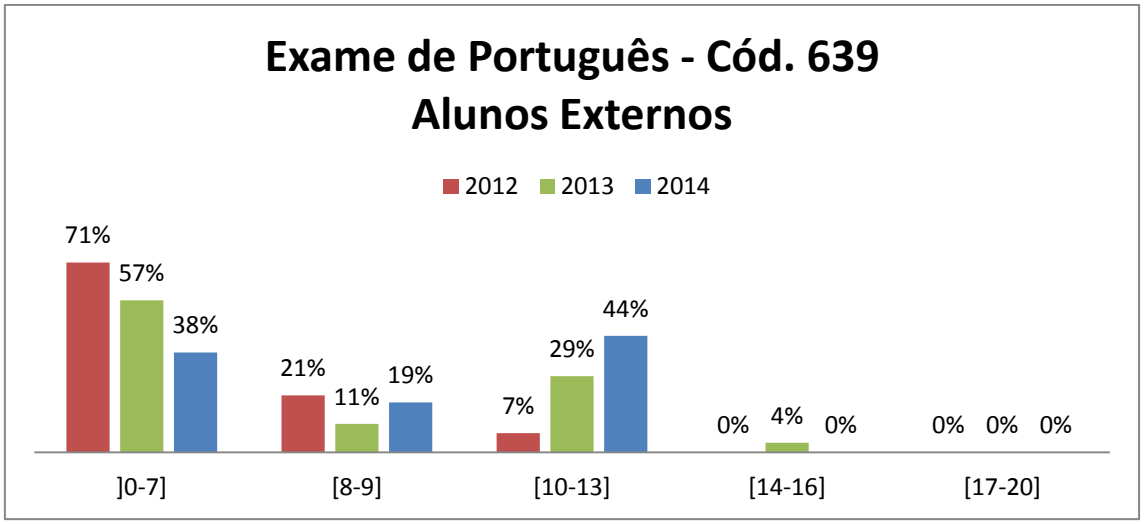


	2012		2013		2014	
Intervalos	N.º Casos		N.º Casos		N.º Casos	
]0-7]	10	100%	4	67%	16	76%
[8-9]	0	0%	1	17%	3	14%
[10-13]	0	0%	1	17%	2	10%
[14-16]	0	0%	0	0%	0	0%
[17-20]	0	0%	0	0%	0	0%
total	10	100,0%	6	100,0%	21	100,0%

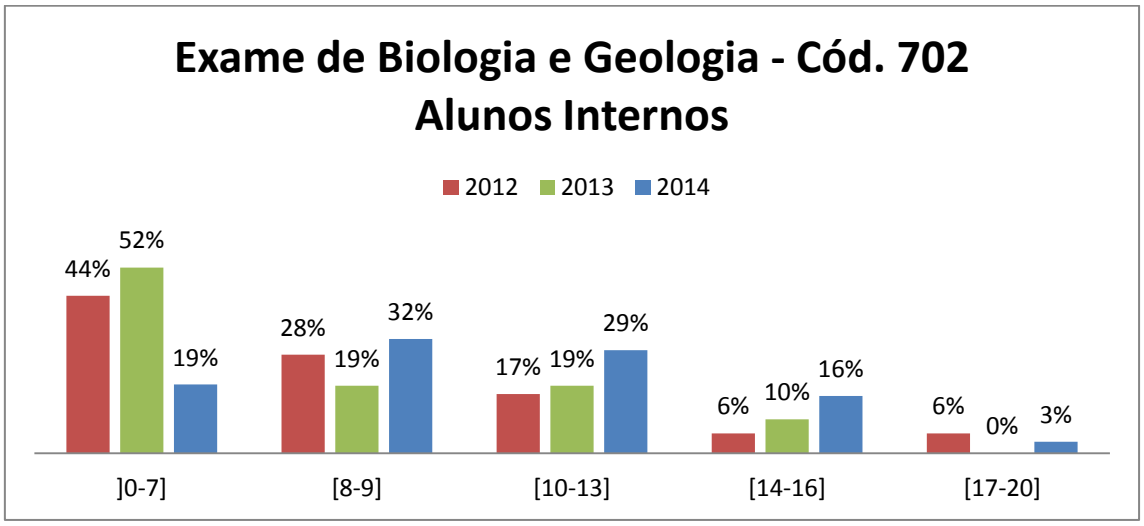


	2012		2013		2014	
Intervalos	N.º Casos		N.º Casos		N.º Casos	
]0-7]	10	20%	12	38%	6	15%
[8-9]	19	37%	12	38%	3	8%
[10-13]	19	37%	5	16%	18	45%
[14-16]	3	6%	2	6%	11	28%
[17-20]	0	0%	1	3%	2	5%
total	51	100,0%	32	100,0%	40	100,0%

Média Exame – Internos 1.ª Fase		
2012	2013	2014
8,06	8,15	11,41

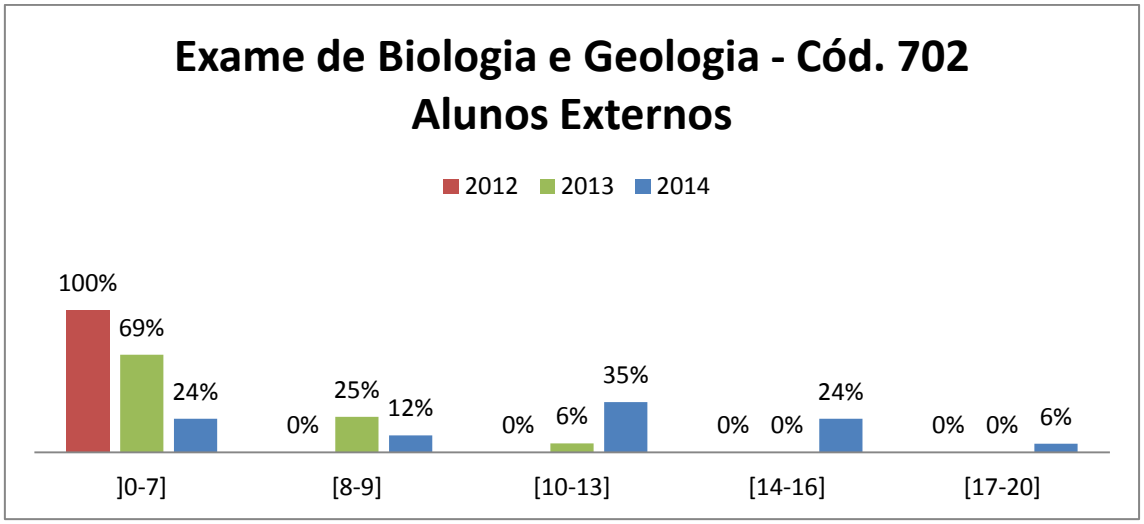


	2012		2013		2014	
Intervalos	N.º Casos		N.º Casos		N.º Casos	
]0-7]	10	71%	15	56%	6	38%
[8-9]	3	21%	3	11%	3	19%
[10-13]	1	7%	8	30%	7	44%
[14-16]	0	0%	1	4%	0	0%
[17-20]	0	0%	0	0%	0	0%
total	14	100,0%	27	100,0%	16	100,0%

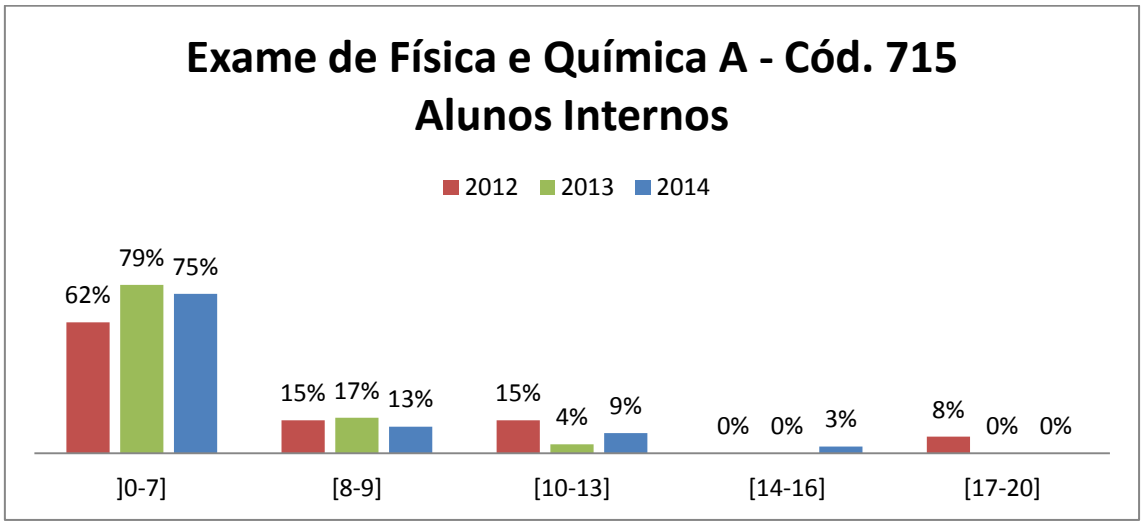


	2012		2013		2014	
Intervalos	N.º Casos		N.º Casos		N.º Casos	
]0-7]	8	44%	11	52%	6	19%
[8-9]	5	28%	4	19%	10	32%
[10-13]	3	17%	4	19%	9	29%
[14-16]	1	6%	2	10%	5	16%
[17-20]	1	6%	0	0%	1	3%
total	18	100,0%	21	100,0%	31	100,0%

Média Exame – Internos 1.ª Fase		
2012	2013	2014
8,27	7,57	9,75

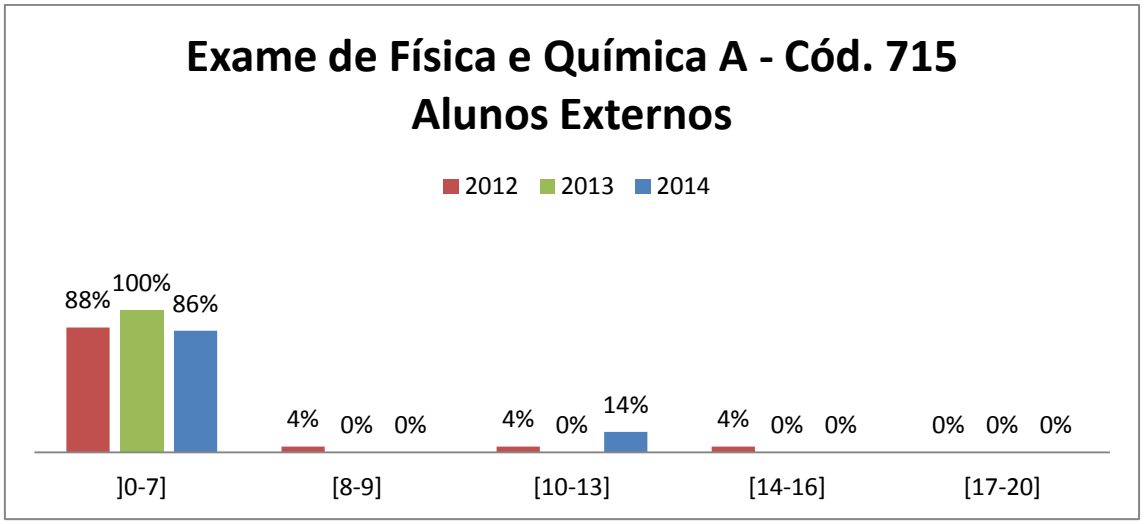


	2012		2013		2014	
Intervalos	N.º Casos		N.º Casos		N.º Casos	
]0-7]	11	100%	11	69%	4	24%
[8-9]	0	0%	4	25%	2	12%
[10-13]	0	0%	1	6%	6	35%
[14-16]	0	0%	0	0%	4	24%
[17-20]	0	0%	0	0%	1	6%
total	11	100,0%	16	100,0%	17	100,0%



	2012		2013		2014	
Intervalos	N.º Casos		N.º Casos		N.º Casos	
]0-7]	8	62%	19	79%	24	75%
[8-9]	2	15%	4	17%	4	13%
[10-13]	2	15%	1	4%	3	9%
[14-16]	0	0%	0	0%	1	3%
[17-20]	1	8%	0	0%	0	0%
total	13	100,0%	24	100,0%	32	100,0%

Média Exame – Internos 1.ª Fase		
2012	2013	2014
6,40	5,74	6,31



	2012		2013		2014	
Intervalos	N.º Casos		N.º Casos		N.º Casos	
]0-7]	22	88%	8	100%	6	86%
[8-9]	1	4%	0	0%	0	0%
[10-13]	1	4%	0	0%	1	14%
[14-16]	1	4%	0	0%	0	0%
[17-20]	0	0%	0	0%	0	0%
total	25	100,0%	8	100,0%	7	100,0%

No Exame Nacional de Biologia e Geologia, a média foi de noventa e sete pontos. Sendo o desvio da Classificação Interna Final de três vírgula dois pontos. Houve uma melhoria face ao ano anterior, tendo reprovado um aluno. No Exame Nacional de Filosofia a média foi de setenta e seis pontos e o desvio da Classificação Interna Final de cinco vírgula cinco pontos. Três alunos reprovaram. Na disciplina de Física e Química A a média foi de sessenta e três pontos e o desvio da Classificação Interna Final de seis vírgula nove pontos. Nove alunos reprovaram. Na disciplina de Geografia A média foi de oitenta e dois pontos e o desvio da Classificação Interna Final de quatro vírgula cinco pontos. Cinco alunos reprovaram. Na disciplina de História A a média foi de noventa e cinco pontos e o desvio da Classificação Interna Final de dois vírgula cinco pontos. Três alunos reprovaram. Na disciplina de Literatura Portuguesa a média foi de cento e vinte e quatro pontos e o desvio da Classificação Interna Final de um vírgula cinco pontos. Nenhum aluno reprovou. Na disciplina de Matemática Aplicada às Ciências Sociais a média foi de cento e três pontos o desvio da Classificação Interna Final de três vírgula nove pontos, tendo reprovado um aluno. Na globalidade, pese embora a comparação seja injusta, uma vez que falamos de alunos diferentes e de provas diferentes, os resultados este ano foram melhores que no ano transato.

Educação Pré-Escolar

No que concerne à Educação Pré-escolar, entende-se do processo de avaliação externa de que o Agrupamento foi alvo no período de 30 de janeiro a 1 de fevereiro de 2013, a necessidade de contribuirmos para aperfeiçoar práticas e procedimentos com vista à melhoria dos resultados escolares, entendidos não só na ótica dos conhecimentos, mas também na das competências. No mesmo relatório foram também evidenciadas as áreas que o Agrupamento deve privilegiar e centrar a sua melhoria, de entre as quais salientamos:

- O desenvolvimento mais aprofundado das orientações curriculares na educação pré-escolar, de modo a assegurar condições de maior sucesso na etapa educativa seguinte.
- A definição de planos de ação estratégicos, com metas claras e exequíveis, com vista à melhoria de desempenho do Agrupamento.
- O acompanhamento e a supervisão da prática letiva em sala de aula numa perspetiva de melhoria do desenvolvimento profissional dos docentes.

Como resposta a estas indicações, estabeleceu-se um plano de ação focalizado em determinados aspetos organizacionais como sejam: a necessidade de implementar melhorias organizacionais das salas de aula, a promoção de uma avaliação e monitorização contínua das aprendizagens e desenvolvimento das crianças, sem descurar a ludicidade característica deste nível etário e a supervisão entre pares. As estratégias implementadas neste nível de ensino, incidiram concretamente sobre os seguintes aspetos:

- Mudança na organização das áreas das salas, valorizando as seguintes: Área da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita; Domínio da Matemática; Área das Ciências; Área das Tecnologias da Informação e Comunicação.
- Alteração dos documentos de Competências a desenvolver nas crianças, de acordo com as Metas de Aprendizagem. Sobre este aspeto, cabe referir que as Competências foram hierarquizadas de 1 a 5, de forma a permitirem uma observação mais focada nas diferentes Áreas e Domínios, para facilitar uma avaliação mais rigorosa das necessidades a trabalhar com as crianças. Esta organização teve como fundamentação teórica, Portugal, G. & Leavers, F. (2010). *Avaliação em educação pré-escolar – Sistema de acompanhamento das crianças.*
- Implementação da supervisão entre pares.

Apresentação de resultados

Educação Pré-Escolar - três anos

ÁREAS CURRICULARES	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
AREA DE FORMAÇAO PESSOAL E SOCIAL	3	16	24	1	1	3	16	24	1	1	0	2	13	19	9
EXPRESSAO E COMUNICAÇAO	5	14	22	1	1	4	16	24	1	1	0	3	16	15	8
CONHECIMENTO DO MUNDO	6	16	21	0	1	8	17	20	1	0	0	3	18	14	8
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇAO E COMUNICAÇÃO	10	4	5	0	0	9	16	20	0	0	0	6	14	17	6

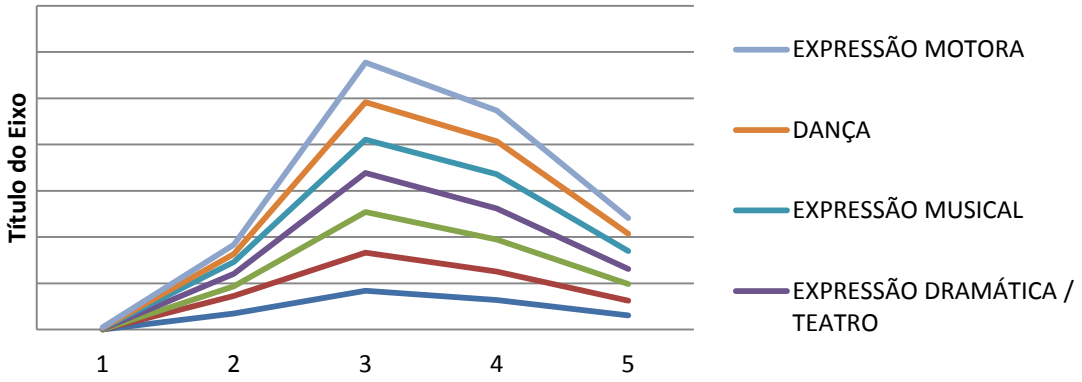
ÁREAS CURRICULARES	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
AREA DE FORMAÇAO PESSOAL E SOCIAL	6%	35%	54%	2%	3%	6%	35%	54%	2%	3%	0%	5%	31%	44%	20%
EXPRESSAO E COMUNICAÇAO	12%	33%	52%	2%	3%	9%	35%	53%	1%	2%	0%	8%	38%	35%	19%
CONHECIMENTO DO MUNDO	13%	36%	48%	0%	2%	17%	38%	43%	1%	0%	0%	8%	42%	32%	18%
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇAO E COMUNICAÇÃO	52%	23%	25%	0%	0%	19%	35%	44%	1%	1%	0%	14%	34%	39%	14%

	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
LINGUAGEM ORAL E ABORDAGEM ESCRITA	10	14	19	0	1	10	14	19	0	1	0	7	17	13	6
MATEMATICA	7	17	15	1	1	11	16	17	0	1	0	8	16	12	6
EXPRESSAO PLASTICA	4	23	17	0	2	6	16	20	1	2	0	4	18	14	7
EXPRESSAO DRAMATICA / TEATRO	5	15	20	1	1	7	17	16	0	1	0	5	17	13	7
EXPRESSAO MUSICAL	4	12	27	1	1	6	16	18	0	2	0	5	14	15	8
DANÇA	3	8	32	1	1	5	16	18	0	2	0	4	16	14	7
EXPRESSAO MOTORA	3	9	24	1	2	5	19	15	0	2	0	4	17	13	7

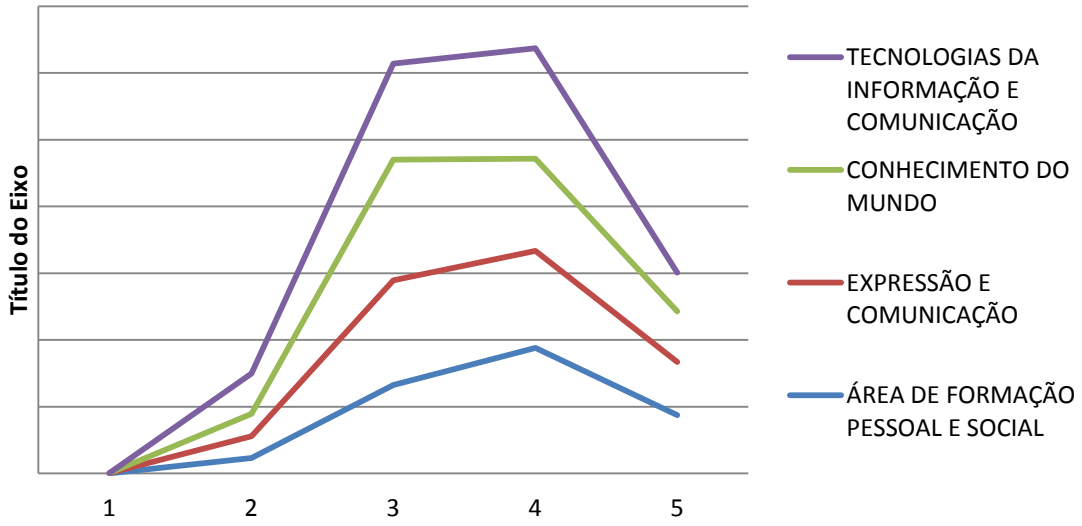
	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
LINGUAGEM ORAL E ABORDAGEM ESCRITA	23%	32%	43%	1%	2%	23%	32%	43%	1%	2%	0%	16%	39%	30%	14%
MATEMATICA	18%	41%	37%	1%	2%	24%	36%	38%	1%	2%	0%	18%	38%	29%	15%
EXPRESSAO PLASTICA	8%	50%	37%	0%	5%	14%	36%	45%	1%	3%	0%	10%	41%	32%	17%
EXPRESSAO DRAMATICA / TEATRO	11%	36%	48%	2%	3%	17%	41%	39%	1%	2%	1%	13%	40%	32%	15%
EXPRESSAO MUSICAL	9%	27%	61%	1%	1%	14%	37%	43%	1%	5%	1%	12%	34%	35%	18%
DANÇA	6%	18%	72%	3%	1%	12%	39%	44%	1%	5%	1%	8%	39%	34%	18%
EXPRESSAO MOTORA	7%	23%	63%	2%	4%	12%	46%	37%	0%	5%	1%	10%	41%	32%	17%

A Área da Expressão e Comunicação é a que apresenta maiores fragilidades, o que se deve ao facto de serem crianças que frequentam pela primeira vez o Jardim de Infância, com a linguagem e hábitos de autonomia pouco desenvolvidos.

3.º Período - 3 anos



3.º Período - 3 anos



Educação Pré-Escolar - quatro anos

ÁREAS CURRICULARES	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
ÁREA DE FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL	2	25	45	12	7	2	25	45	12	7	0	4	21	30	36
EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	2	24	45	10	8	2	29	42	11	7	1	5	22	26	32
CONHECIMENTO DO MUNDO	4	28	42	9	6	4	31	40	9	6	1	4	24	24	33
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	24	19	17	1	0	5	33	39	8	6	1	1	51	18	3

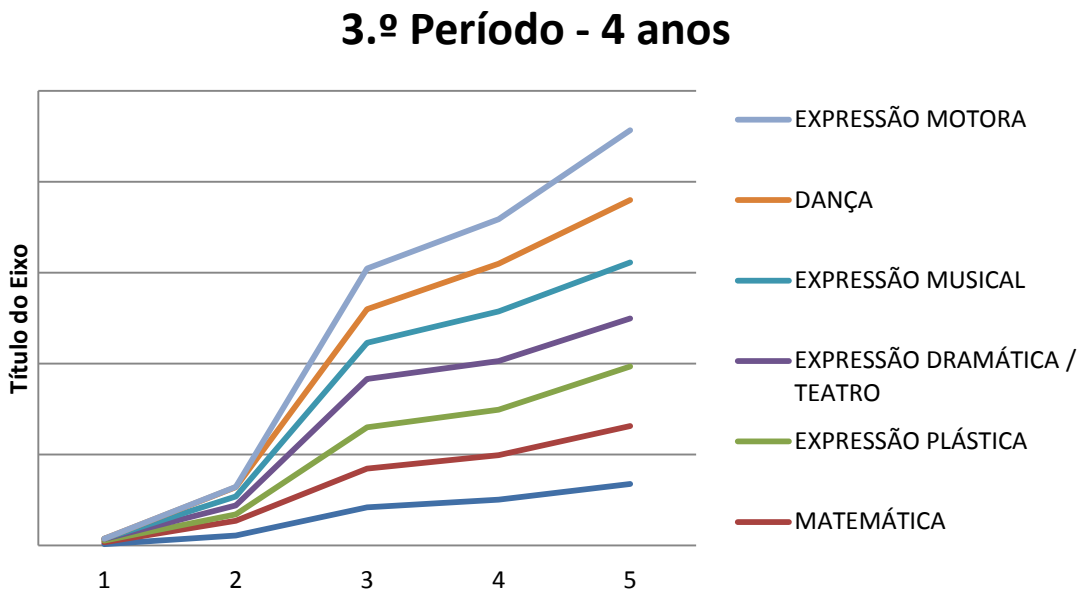
ÁREAS CURRICULARES	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
ÁREA DE FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL	2%	28%	49%	13%	8%	2%	28%	49%	13%	8%	0%	4%	23%	33%	39%
EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	3%	27%	50%	11%	9%	2%	32%	46%	12%	7%	1%	5%	26%	30%	38%
CONHECIMENTO DO MUNDO	5%	31%	47%	10%	7%	4%	34%	44%	10%	7%	1%	4%	28%	28%	39%
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	40%	31%	27%	2%	0%	5%	36%	43%	9%	7%	1%	2%	68%	25%	4%

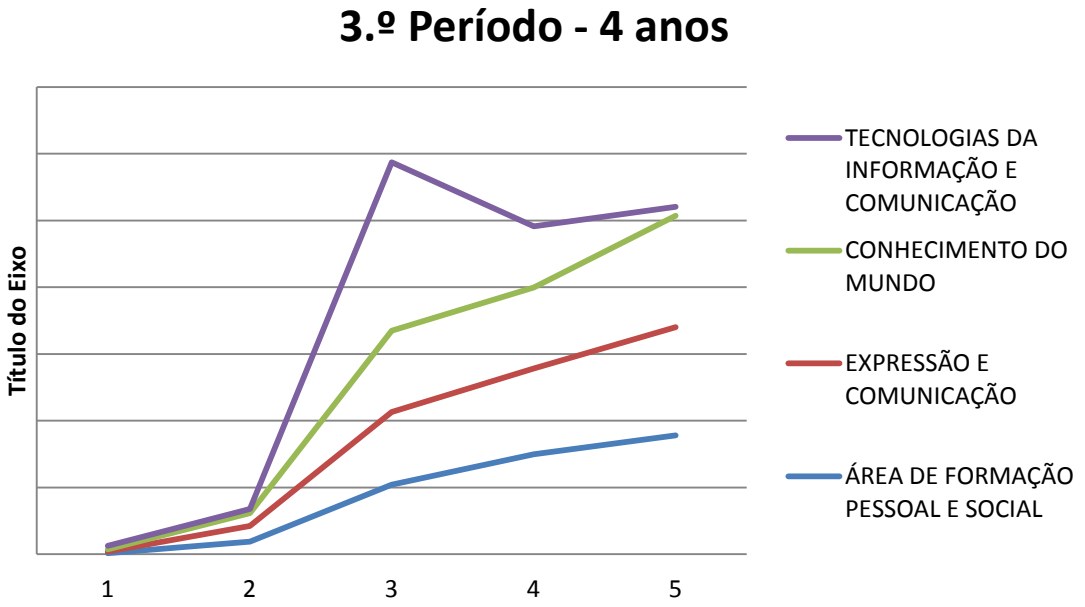
	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
LINGUAGEM ORAL E ABORDAGEM ESCRITA	4	29	38	11	9	4	29	38	11	9	1	6	21	25	34
MATEMÁTICA	3	30	45	7	6	4	25	41	10	10	1	8	21	25	32
EXPRESSÃO PLÁSTICA	2	26	46	8	9	2	25	43	10	10	1	3	23	25	33
EXPRESSÃO DRAMÁTICA / TEATRO	3	30	44	8	5	2	27	44	11	7	1	5	27	27	27
EXPRESSÃO MUSICAL	1	17	45	13	10	3	28	46	7	7	0	5	20	27	31
DANÇA	3	23	41	10	5	2	26	46	9	7	0	5	19	26	34
EXPRESSÃO MOTORA	0	7	57	14	13	2	26	47	9	7	0	0	22	25	38

	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
LINGUAGEM ORAL E ABORDAGEM ESCRITA	4%	32%	42%	12%	10%	4%	32%	42%	12%	10%	1%	6%	24%	29%	39%
MATEMÁTICA	3%	33%	49%	7%	7%	5%	27%	46%	11%	11%	1%	9%	25%	28%	37%
EXPRESSÃO PLÁSTICA	2%	29%	51%	9%	10%	3%	28%	47%	11%	11%	1%	4%	27%	29%	39%
EXPRESSÃO DRAMÁTICA / TEATRO	3%	33%	49%	9%	6%	2%	29%	48%	12%	8%	1%	6%	31%	31%	31%
EXPRESSÃO MUSICAL	1%	20%	53%	15%	11%	3%	31%	50%	8%	8%	0%	6%	24%	33%	37%
DANÇA	4%	28%	50%	12%	6%	2%	29%	51%	10%	8%	0%	6%	22%	31%	41%
EXPRESSÃO MOTORA	0%	8%	62%	15%	14%	2%	28%	52%	10%	8%	0%	0%	26%	29%	45%

Observa-se a necessidade de reforçar as aprendizagens no Domínio da Matemática, uma vez que ainda se registam 10% de crianças nos níveis 1 e 2.

Na Linguagem Oral e Abordagem à Escrita, também se verifica a mesma necessidade de continuidade do trabalho a desenvolver, uma vez que se verificam 7% de crianças nos níveis 1 e 2.





Educação Pré-Escolar - cinco anos

ÁREAS CURRICULARES	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
ÁREA DE FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL	0	11	46	17	15	0	11	46	17	15	0	2	16	32	37
EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	1	11	48	16	13	0	13	43	18	14	1	2	15	30	35
CONHECIMENTO DO MUNDO	1	17	44	16	12	0	14	44	18	13	0	2	13	34	35
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	15	47	18	8	1	17	41	18	12	0	3	21	41	18

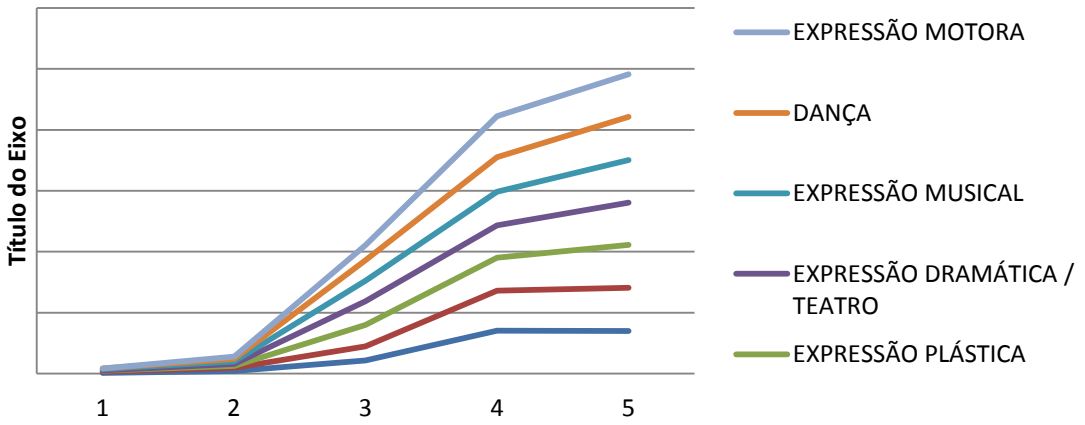
ÁREAS CURRICULARES	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
ÁREA DE FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL	0%	13%	51%	19%	17%	0%	13%	51%	19%	17%	0%	2%	18%	37%	43%
EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	1%	12%	54%	18%	15%	0%	15%	49%	20%	16%	1%	2%	18%	36%	42%
CONHECIMENTO DO MUNDO	1%	19%	50%	18%	13%	0%	15%	49%	20%	15%	0%	2%	15%	40%	42%
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0%	17%	53%	20%	9%	1%	19%	47%	20%	13%	0%	4%	25%	49%	21%

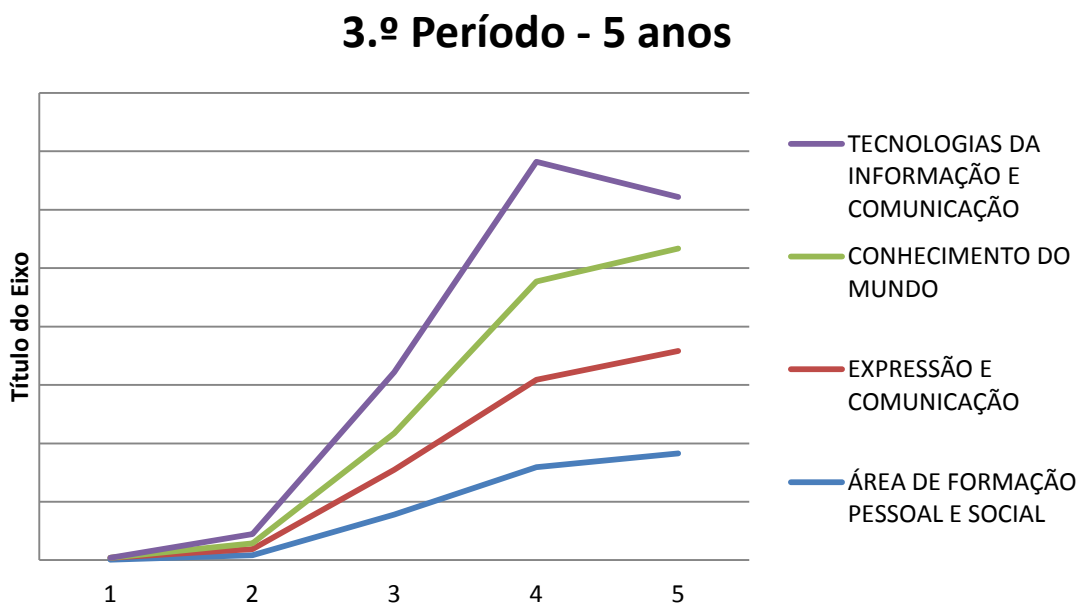
	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
LINGUAGEM ORAL E ABORDAGEM ESCRITA	1	16	41	19	12	1	7	55	14	12	1	2	11	35	35
MATEMÁTICA	2	17	42	17	11	12	9	54	14	11	1	3	12	33	35
EXPRESSÃO PLÁSTICA	1	3	57	15	13	13	12	51	14	11	1	2	17	27	35
EXPRESSÃO DRAMÁTICA / TEATRO	1	10	54	14	10	12	12	51	12	12	1	2	20	27	35
EXPRESSÃO MUSICAL	2	13	44	14	15	12	15	49	11	12	1	2	17	27	35
DANÇA	1	12	46	15	13	11	13	46	13	14	0	2	17	28	35
EXPRESSÃO MOTORA	0	6	48	17	18	11	13	44	14	16	0	2	13	34	35

	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
LINGUAGEM ORAL E ABORDAGEM ESCRITA	1%	18%	46%	21%	13%	1%	8%	62%	16%	13%	1%	2%	13%	42%	42%
MATEMÁTICA	2%	19%	48%	19%	13%	12%	9%	54%	14%	11%	1%	3%	14%	39%	42%
EXPRESSÃO PLÁSTICA	1%	4%	64%	17%	15%	13%	12%	51%	14%	11%	1%	2%	21%	33%	43%
EXPRESSÃO DRAMÁTICA / TEATRO	1%	11%	60%	16%	11%	12%	13%	51%	12%	12%	1%	2%	24%	32%	42%
EXPRESSÃO MUSICAL	2%	15%	50%	15%	17%	12%	16%	50%	11%	12%	1%	3%	20%	33%	42%
DANÇA	1%	13%	53%	18%	15%	12%	14%	47%	14%	15%	0%	2%	20%	34%	43%
EXPRESSÃO MOTORA	0%	6%	54%	20%	20%	12%	14%	45%	14%	16%	0%	2%	15%	40%	42%

Verifica-se que ao nível da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita, apenas 3% das crianças têm nível 1 e 2. No Domínio da Matemática, esta tendência matem-se sendo que, 4% das crianças apresentam nível 1 e 2. Realça-se o facto de que, nestas duas Áreas, a maior parte das crianças se encontra nos níveis 4 e 5.

3.º Período - 5 anos





Análise final:

Nas diferentes faixas etárias, (três, quatro e cinco anos), no percurso dos três períodos letivos, é patente uma evolução positiva dos resultados. Estes evidenciam que as estratégias implementadas, as práticas desenvolvidas e a continuidade pedagógica, foram adequadas às necessidades das crianças. Para este facto, muito contribuiu a articulação curricular entre a educação Pré-escolar e os docentes do 1.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Ação Tutorial[8]

1.º. Ciclo e Pré

Número de casos - 1.º. Ciclo e Pré – Intervenção direta

	2013/2014 3.º Período
Abandono	0
Absentismo	23 a)
Indisciplina	0

[8] A partir do Relatório da Ação Tutorial da responsabilidade do prof. Manuel Fernando.

Totais	23

Os números do absentismo incluem alunos que não vinham à escola porque não tinha sido regularizada situação de transferência ou de anulação de inscrição

Sucesso das intervenções –

Número de casos resolvidos/percentagens

	2013/2014 3.º. Período
Abandono	Sem intervenções
Absentismo	20/87%
Indisciplina	Sem intervenções
Totais	20/87%

Mediação Escola – Instituições de acompanhamento

Número de casos		C.P.C.J. do Porto Oriental		CPCJ da Amadora		CPCJ de Gondomar	
04		03		01		01	
H	M	H	M	H	M	H	M
05	00	03	01	01	00	01	00

Distribuição dos casos pelas Escolas Básicas do 1.º. Ciclo

	2013/2014			
	a)	b)	c)	d)
Corujeira	0	4	0	4
Falcão	0	13	0	13
Cerco	0	0	0	0
Sª. de Campanhã	0	6	0	6
S. Roque	0	0	0	0
Lagarteiro	0	0	0	0
Totais	0	23	0	23

a – abandono ; b – absentismo; c – indisciplina; d – total

Pré e 1.º Ciclo – intervenção direta:

No final do ano letivo o número de intervenções foi de 23, tendo sido resolvidas 20 (87%). Mais uma vez se refere que a maioria destas intervenções se refere a:

- casos referentes a inscrições de alunos no ensino pré-escolar e que depois em setembro/outubro verifica-se que não frequentam o respetivo jardim, ou porque foram para outra entidade (Obra Diocesana, Mundo Mágico, etc) ou porque os pais reconsideraram e ficaram com o aluno em casa (sobretudo em casos de desemprego). Geralmente o Encarregado de Educação não anula a inscrição pelo que o aluno passa a estar numa situação de "absentismo". A intervenção passa por contactar com o Encarregado de Educação ou até em visita domiciliária para perceber a razão que está por detrás desse "absentismo" e sensibilizar o mesmo para vir à Secretaria proceder à anulação da inscrição;
- alunos transferidos para outros agrupamentos, mas que não têm ainda a situação legalizada. Isso agravou-se com a fusão de agrupamentos e,

consequentemente, de serviços administrativos o que originou atrasos significativos na legalização de várias transferências;

- alunos que acompanharam o agregado familiar para o estrangeiro. Nalguns casos foi necessário enviar mails para os estabelecimentos de ensino que passaram a frequentar pedindo que estes confirmassem a inscrição e frequência do aluno em causa. Isso só é possível quando o Encarregado de Educação indica ao DT qual é esse estabelecimento de ensino ou quando deixam meio de contacto como mail ou facebook.

O número elevado de alunos intervencionados no Falcão deve-se ao facto de esta escola passar a abranger o Jardim de Infância Falcão 2 com 3 salas e pelas razões acima expostas.

2.º. Ciclo/3.º. Ciclo

Nº. de alunos tutorados

	2013/2014
5.º ano	6
6.º ano	4
Total 2.º Ciclo	10
7.º ano	5 (a)
8.º ano	4 (a)
9.º ano	4 (a)
Vocacional	1
CEF	3
Total 3.º Ciclo	17
Total global	27

a) 1 Aluno tutorado por Professor Tutor voluntário

Problemáticas intervencionadas

	2013/2014
Absentismo	3
Absentismo e insucesso	1
Comportamento	7
Comportamento e insucesso	2
Insucesso	11
Outros	3
Total global	27

Acompanhamento de casos com as instituições

Número de casos		C.P.C.J. do Porto Oriental		EMAT Porto		CPCJ de Gondomar	
12		09		01		01	
H	M	H	M	H	M	H	M
09	03	06	03	02	00	02	00

2.º Ciclo/3.º Ciclo

O número de professores tutores manteve-se neste período nos 14 professores tutores (2 deles voluntariamente).

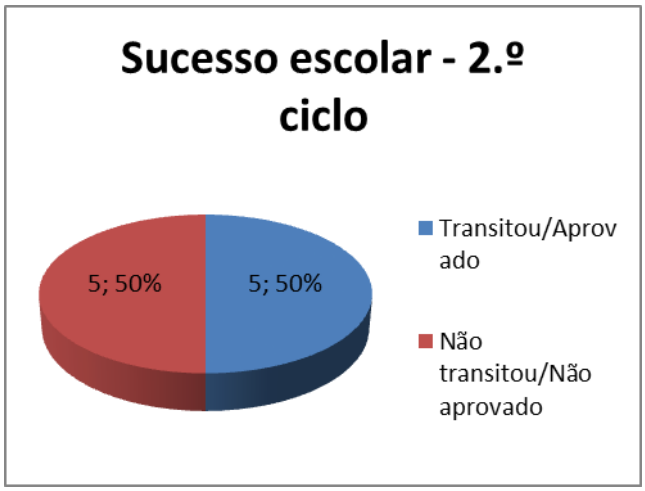
No que se refere aos alunos tutorados foram sinalizados nas reuniões de avaliação de final do 1.º período cerca de 30 alunos para serem tutorados, contudo por falta de recursos humanos apenas se pode aumentar o número de alunos tutorados de 25 para 27 alunos.

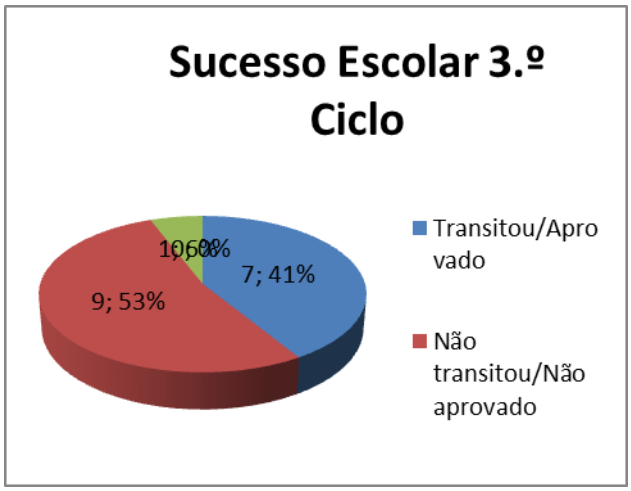
Nos meses de abril/maio o Coordenador "tutorou", extraordinariamente, dois alunos do 6.º ano no sentido de os orientar em termos de planificação do estudo e outros, para as provas finais de ciclo.

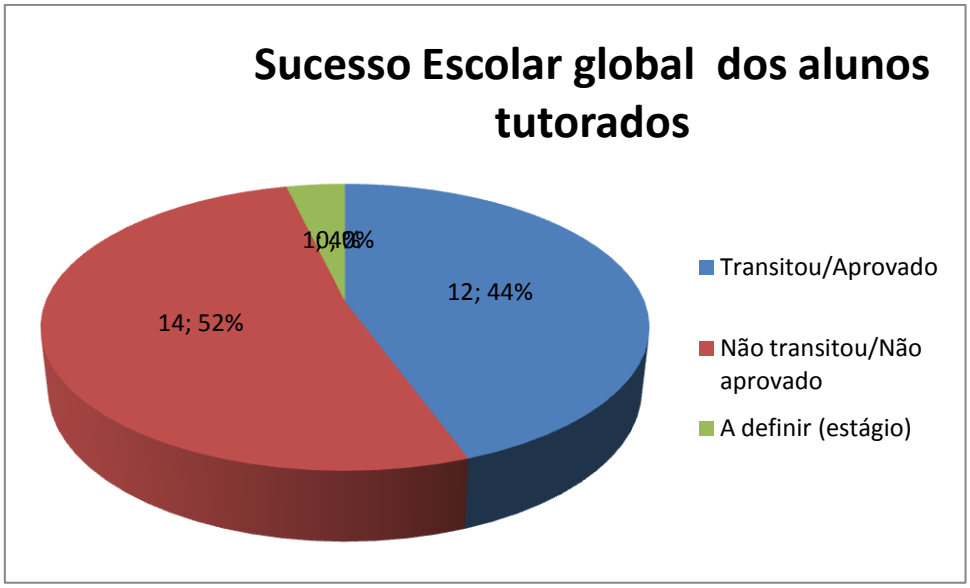
De referir que há 2 professores que "voluntariamente" tutoraram 2 alunos, havendo ainda um caso de um professor que tutora "voluntariamente" um segundo aluno.

Há a salientar que houve a necessidade, no final do 1.º período de terminar com a Ação Tutorial em relação a um aluno. Tratou-se de uma Ação Tutorial de continuidade do par tutor-tutorando que tinha dado resultados positivos no ano letivo anterior. Contudo o aluno desde o início do ano letivo que se opunha à mesma, no que contou com a concordância da Encarregada de Educação. Apesar da reunião efetuada com o Coordenador da Ação e a Psicóloga, por um lado, e o aluno e a Encarregada de Educação, pelo outro, na qual se voltou a salientar os aspetos positivos da intervenção, e face à não-aderência dos mesmos foi a intervenção terminada e a professora tutora iniciou nova intervenção no 2.º período.

Grau de sucesso dos Alunos Tutorados - 3.º. Período







Sucesso dos alunos tutorados

Através da consulta dos gráficos parcelares verifica-se que no 5.º ano, 67% dos alunos tutorados transitou (4 alunos), no 6.º ano, apenas 25% dos alunos tutorados (1 aluno) já está aprovado – em relação aos outros aguarda-se os resultados da 2.ª fase das provas nacionais. No 7.º ano, 40% dos alunos tutorados (2 alunos) transitaram; no 8.º ano, 50% dos alunos tutorados (2 alunos) transitaram. Em relação ao 9.º ano 37% dos alunos foram aprovados

Já no gráfico global referente a todos os alunos tutorados constata-se que 44% dos alunos tutorados já transitaram, sendo expectável que, depois de conhecidos todos os resultados de exames, o valor de alunos tutorados com sucesso escolar se aproxime do do ano letivo anterior (46%)

Mais uma vez se realça que o facto de um aluno não ter sucesso escolar não significa que a intervenção não esteja a resultar – tudo depende da(s) problemática(s) intervencionada(s). Aliás, por exemplo, um aluno intervencionado na problemática do absentismo pode passar a vir à escola (e a intervenção é positiva), mas não consegue, de imediato, ter sucesso educativo.

Perspetivas para o futuro

É sabido que o problema principal deste Projeto nos últimos anos é o facto de o número de professores a ele adstrito ser cada vez mais diminuto na medida em que o mesmo utiliza a componente não letiva dos docentes que, por sua vez, tem de ser "distribuída" por outros projetos, substituições, etc. O número de alunos tutorados tem-se mantido estável pelo facto de o Coordenador da Ação ser Professor Tutor e ter um

número elevado de tutorias (no ano atual 13) e também haver professores que fazem tutoria de forma voluntária.

Sabendo que a maioria dos pares tutor-tutorando deveria continuar no próximo ano letivo (até por indicação dos próprios) e que os pedidos de tutoria para o próximo ano letivo são já em número considerável é necessário dotar a ação dos recursos humanos indispensáveis para que a mesma possa ser eficaz e eficiente.

Análise indisciplina[9]

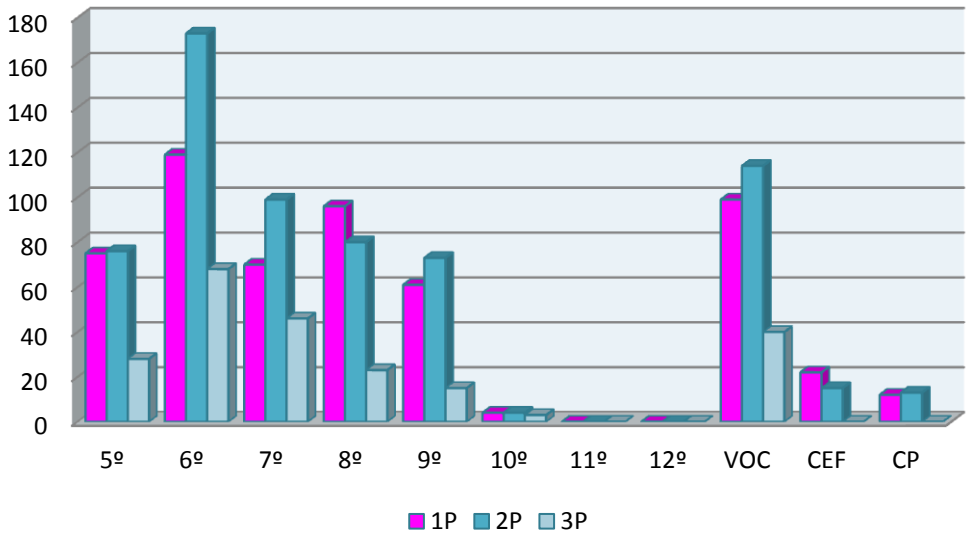
Ano letivo	N.º total de alunos Inscritos (1)	N.º total de Medidas Corretivas (MC)	N.º total de Medidas Disciplinares Sancionatórias (MDS)	N.º total Medidas Disciplinares (MD)	Medidas disciplinares por aluno (MDA)	meta
2011 / 12	1673	992	34	1026	0.61	0,71
2012 / 13	1924	1508	51	1559	0.81	
2013/ 14 (1.ºP)	1914	558	30	588	0.31	(melhorar em 15% face ao histórico) 0,60
2013/ 14 (2.ºP)	1916	1205	39	1244	0.65	
2013/ 14 (3.ºP)	1916	1476	39	1515	0.79	

*excluídos os alunos transferidos e os do pré-escolar

No término do 3.º Período, o número de medidas disciplinares por aluno (0,77) é superior à meta contratualizada com o TEIP 2013/14 e que consta no contrato de autonomia (0,60), pelo que não cumprimos a meta estabelecida.

[9] A partir do Relatório da S.A.D. apresentado no Conselho Pedagógico de junho.

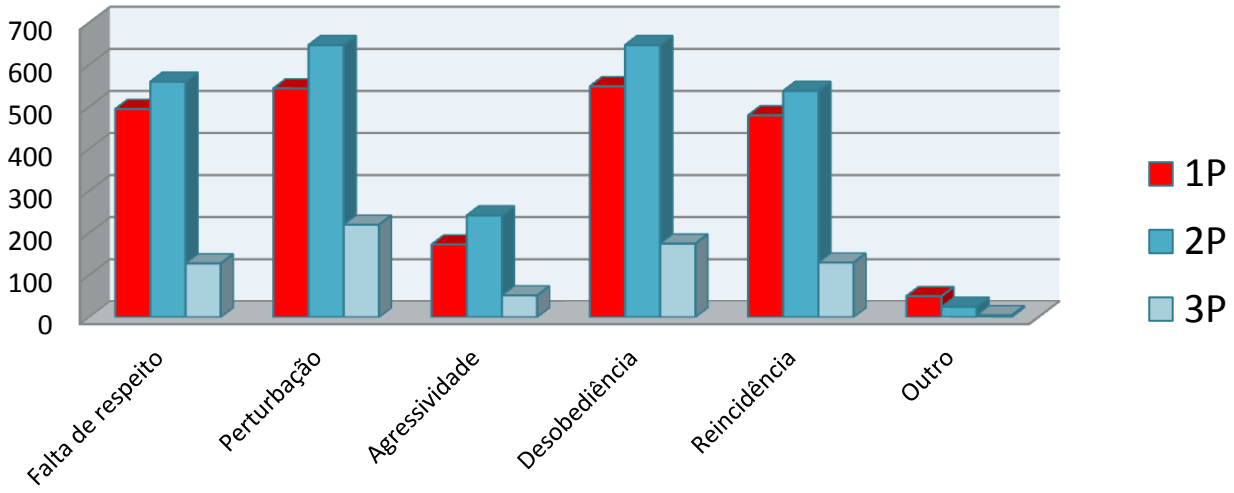
Nº saídas de aula/ano de escolaridade



Ano	1P	2P	3P
5.º	75	76	28
6.º	119	173	68
7.º	70	99	46
8.º	96	80	23
9.º	61	73	15
10.º	4	4	3
11.º	0	0	0
12.º	0	0	0
VOC	99	114	40
CEF	22	15	0
CP	12	13	0
Total	558	647	223

Motivo	1P	2P	3P
Falta de respeito	495	560	128
Perturbação	544	647	220
Agressividade	173	242	52
Desobediência	549	647	175
Reincidência	480	538	130
Outro	50	25	5

MOTIVO DE SAÍDA DE AULA



Até ao final do 3.º período, continuou a verificar-se um aumento de alunos com registos disciplinares, no entanto, constatou-se uma estabilização nas situações até dois registos disciplinares, a saber:

> 2.º Ciclo - num total de 140 alunos, 52,1% (73 alunos) têm um a dois registos.

> 3.º Ciclo - num total de 162 alunos, 57,4% (93 alunos) têm um a dois registos.

> Secundário - num total de 9 alunos, 88,8% (8 alunos) têm um a dois registos.

> Vocacional - num total de 52 alunos, 48% (25 alunos) têm um a dois registos.

> Cef - num total de 13 alunos, 61,5% (8 alunos) têm um a dois registos.

> C. Prof. - num total de 18 alunos, 88,8% (16 alunos) têm um a dois registos.

Em virtude destes resultados, foi apresentado em Conselho Pedagógico o projeto CerCool que será operacionalizado no próximo ano, no segundo ciclo.

Plano de Melhoria

Do Plano de Melhoria, faz parte a "Consolidação do Processo de Autoavaliação", tendo sido os nossos propósitos os seguintes.

Descrição da ação de melhoria
Concluída a primeira etapa do trabalho da Equipa de Autoavaliação (tratamento dos dados relativos à avaliação interna e externa), o estudo do percurso escolar ou profissional dos nossos alunos, findos os seus estudos no Agrupamento, torna-se imprescindível para uma melhor adaptação e avaliação das ofertas e práticas educativas.
Objetivos:
• Conhecer o percurso escolar e profissional dos alunos após a escolaridade no Agrupamento. • Avaliar o impacto das aprendizagens realizadas e da oferta educativa disponibilizada pelo Agrupamento. • Melhorar a capacidade de resposta dos serviços escolares.
Plano de Ação:
• Análise do percurso dos alunos "Depois do Cerco". • Apoiar a criação de uma Associação de Antigos Alunos do Agrupamento de Escolas do Cerco. • Atualização de dados referentes ao percurso académico e/ou profissional dos ex-alunos (a partir do ano letivo 2012/13), com apoio dos Serviços Administrativos, Coordenações de Diretores de Turma e de Cursos Profissionais.
Resultados a alcançar:
Adequar as ofertas e as práticas do Agrupamento à realidade da comunidade escolar e ao sucesso do percurso de vida.

Os alunos que concluíram/frequentaram o Agrupamento no 12.º ano nos dois últimos anos letivos foram contactados individualmente, no sentido, de averiguar qual o rumo/percurso "Depois do Cerco". Segue-se a reflexão possível sobre o "pós-Cerco".

Ação de Melhoria

1. Resultados Escolares

Plano de Ação:	RESULTADOS OBSERVADOS/ATINGIDOS
"Na minha escola eu contribuo para a disciplina" • Clarificação dos papéis de todos os membros da comunidade educativa. • Elaboração de um Manual de Procedimentos face a comportamentos de indisciplina para Alunos, Professores, Funcionários e Pais e Encarregados de Educação. • Medidas imediatas de resposta a situações de indisciplina. • Medidas de informação e de prevenção a tomar no início do ano letivo. • Observatório da indisciplina. • Espaços de discussão e debate, criando o espaço de Assembleia de Turma.	• Observado – Regulamento Interno • Em elaboração • Observado • Não atingido na totalidade • Observado (SAD – estatística) • Observado
Resultados a alcançar:	
Alcançar a meta definida para o Agrupamento (melhorar em 0,61% o número de medidas disciplinares por aluno)	

Plano de Ação:	RESULTADOS OBSERVADOS/ATINGIDOS
Reorganização/reestruturação das áreas das salas de forma a evidenciarem o domínio da matemática, das ciências e multimédia. Reflexão sobre as metas/competências de aprendizagem, definidas para a educação pré-escolar. Reformulação das metas/competências de aprendizagem nos documentos normalizados por forma a aproximar as mesmas das metas propostas pelo Ministério da Educação e Ciência. Articulação não só com o 1.º Ciclo do ensino básico mas também com outros níveis de escolaridade, incluindo o ensino secundário, na área das ciências e expressões, e com outros parceiros, famílias, crianças e docentes de outros Agrupamentos e instituições.	
Resultados a alcançar:	
Reforçar o desenvolvimento das orientações curriculares na educação pré-escolar, projetando um maior sucesso na etapa educativa seguinte.	

Plano de Ação:	RESULTADOS OBSERVADOS/ATINGIDOS
• Diversificação de estratégias e métodos educativos, com vista à elaboração de planos de apoio mais específicos às necessidades do aluno. • Redefinição de estratégias de atuação, com vista a uma melhor adequação e melhor desempenho do aluno. • Promoção de oportunidades de aprendizagem, através de clubes e projetos, que fomentem o gosto pelo estudo e o sucesso educativo.	Observado Observado Observado
Resultados a alcançar:	
Melhorar a eficácia dos apoios educativos, com vista à sua melhor adequação ao pleno desenvolvimento do aluno.	

Plano de Ação:	RESULTADOS OBSERVADOS/ATINGIDOS
• Implementação de um processo eficaz e exequível, com vista à melhoria dos resultados obtidos. • Formação de uma equipa multidisciplinar, que avalie o currículo e os resultados escolares. • Promoção de práticas pedagógicas eficazes e reveladoras de sucesso educativo.	
Resultados a alcançar:	
Melhorar a distância da taxa de sucesso para o valor nacional: • 1.º Ciclo: Português: de -9,27% para -4,27%; Matemática: de -15,18% para -10,18%; • 2.º Ciclo: Português: de -10,91% para -5,91%; Matemática: de -20,96% para -15,96%; • 3.º Ciclo: Português: de -27,91% para -22,91%; Matemática: de -35,69% para -30,69%; • Ensino Secundário: Português: de -15,25% para -10,25%; Matemática: de -33,04% para -28,04%;	

2. Prática Pedagógica

Plano de Ação:	RESULTADOS OBSERVADOS/ATINGIDOS
TRABALHO COOPERATIVO	
• Trabalho de planificação conjunta no seio dos grupos e dos departamentos, do desenvolvimento da avaliação, da verificação do cumprimento dos programas, listas de controlo de procedimentos do exercício de competências/responsabilidades.	• Observado
• Troca de experiências e de informação no seio de projetos e ações de formação internas.	• Observado
• Partilha de instrumentos de trabalho no seio dos conselhos de turma e grupos de recrutamento.	• Observado
• Definição de procedimentos comuns adequados à resolução de problemas e à situação específica de alunos.	• Observado
• Melhoria do trabalho de equipa tendo em vista a organização e a rentabilização de recursos.	• Observado
• Disseminação das práticas inovadoras e promovedoras do sucesso, dinamizadas no Projeto "Coadjuvação entre pares".	• As professoras do grupo disciplinar de Inglês (330) propuseram coadjuvação no sentido de reforçar o trabalho colaborativo, o que não foi concretizado devido ao facto de coincidirem com horas atribuídas para outras atividades a levar a cabo na componente não letiva.
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA	
• Listas de controlo de procedimentos das diversas estruturas de orientação educativa.	• Observado – Ação nº 6 da IGEC
• Acompanhamento dos professores contratados e recém-chegados à escola, feito pelas lideranças intermédias (elaboração de manual de procedimentos).	• Observado / Manual - inexistente
• Monitorização e avaliação do planeamento individual.	• Não observado
• Implementação de ações de acompanhamento para superação de eventuais dificuldades, partilhando saberes, preocupações, realizações, atividades comuns, supervisão voluntária, respostas, para enriquecimento mútuo.	• Observado
• Criação/promoção de ações de formação para todos os docentes do Agrupamento com base em temáticas transversais.	• Observado
• Promoção de reuniões de articulação entre os diferentes ciclos (Pré/1.ºCiclo; 1.º Ciclo/ 2.ºCiclo; 2.ºCiclo/3.ºCiclo; 3.ºCiclo/secundário).	• Não observado
Resultados a alcançar:	
Troca de experiências, que somadas às mais-valias de cada docente, possam fazer crescer o número de soluções, em prol do sucesso escolar dos alunos.	

Trajetos

Tomamos como ponto de partida o trajeto dos alunos que frequentaram o 12.º ano e o 3.º ano dos Cursos Profissionais nos anos letivos de 2011/12 e 2013/13, alguns dos nomes repetem-se nos dois anos letivos seja por repetência, seja por melhoria de nota.

Dos 85 alunos inscritos no ano letivo no ano de 2011/12, 58 alunos seguiram os Curso Cientifico Humanístico (CCH), sendo que 50% frequentaram CCH- Ciências e Tecnologias e os restantes 50% CCH- Línguas e Humanidades. Os remanescentes 27 alunos frequentaram Cursos Profissionais (CP- TGEI, CP- ASC e CP- Restauração). Nenhum dos formandos que concluiu o Curso Profissional, neste ano letivo, tentou ingressar no ensino superior.

Do grupo de alunos que concluiu o ensino secundário, via CCH, em 2011/12, 17 ingressaram nesse ano letivo no Ensino Superior. Desses 17 alunos, uma apesar de ter ingressado no Ensino Superior Público, preferiu aguardar mais um ano, fazendo melhorias de notas, a fim de tentar ingressar numa instituição do ensino superior público da cidade do Porto, o que aconteceu no ano seguinte. Os outros dois, pese embora tenham ingressado numa instituição de Ensino Superior Pública, optaram por instituições privadas na cidade do Porto (um deles graças a uma bolsa de mérito e outra pela proximidade).

No ano seguinte, 2012/13, 15 alunos de CCH que já haviam frequentado o 12.º ano, reinscreveram-se, ou a fim de melhorarem as notas e tentarem de novo o ingresso, ou a fim de concluírem o ensino secundário. Destes, 5 alunos ingressaram no ensino superior (uma das alunas, foi concluir o ensino secundário a uma instituição privada com Ensino Recorrente).

Seis, dos dezassete alunos que ingressaram no Ensino Superior no ano letivo de 2011/12, fizeram opções que, aparentemente, não são lineares. Uma aluna de CCH-CT optou por um percurso nas Humanidades, estando a frequentar História, na Faculdade de Letras do Porto (FLUP). As outras quatro, duas de CCH-CT e duas de CCH-LH, optaram pelo ISCAP. A via mais linear teria sido a opção por CCH- Curso de Ciências Socioeconómicas, porém essa oferta não está disponível no Agrupamento.

Deste lote inicial de alunos, em 2013/14, dezassete alunos ainda não concluíram o ensino secundário. Dois estão inscritos a fim de concluírem o ES (disciplinas em atraso: Física e Química A, Matemática A e História A), um inscreveu-

se nos Exames Nacionais a fim de concluir na qualidade de autoproposto (disciplinas em atraso: História A e Português), dois optaram pela inscrição em Cursos Profissionais (noutras escolas), dois optaram pela mudança de escola (instituição privada), outra seguiu a carreira militar e pretende completar aí o ES. Um aluno está a frequentar o ano zero numa instituição de ensino superior. Os restantes oito ficaram com a frequência do 12.º ano.

Resumindo: dos 58 alunos inscritos em 2011/12, nos CCH, 41 alunos concluíram o ensino secundário e 17 não concluíram.

Dez alunos estão, presentemente, desempregados e apenas sete estão no mercado de trabalho. Duas alunas trabalham em part-time, sendo que uma frequenta o ensino superior.

Quanto aos alunos dos Cursos Profissionais, dos 27 inscritos, três rescindiram contrato (um aluno de CP- Restauração e duas alunas de ASC), não tendo, por conseguinte, concluído o respetivo Curso. Um aluno emigrou (Angola), não tendo defendido a PAP (CP-Restauração). Do CP-TGEI, dois alunos não concluíram, tendo um efetuado nova inscrição num outro curso profissional noutra escola. Presentemente, apenas um aluno trabalha na sua área de profissionalização (Restauração). Dois estão a trabalhar noutras áreas (serviços) e os restantes estão desempregados. Assim, dos 22 alunos que concluíram a sua formação, dezanove estão desempregados.

No que se reporta aos alunos inscritos no ano 2012/13, temos um universo de 64 alunos, assim distribuídos:

- 34 Alunos de CCH:
    - CCH - CT - 16
    - CCH – LH - 18
- Curso Tecnológico de Desporto - 13
- Cursos Profissionais – 17
    - CP- Técnico de Turismo – 7 formandos
    - CP- Técnico de Instalações Elétricas – 10 formandos

Além destes alunos contabilizados no 12.ºano, um aluno concluiu o ensino secundário ao frequentar com sucesso a disciplina de Literatura Portuguesa II que tinha em atraso.

Dos 16 alunos de CCH - CT, 7 não concluíram o 12.º ano, estando cinco matriculados no 12.º A e no 11.º A, a fim de concluir as disciplinas de FQA, Matemática A e Biologia e Geologia. Dois alunos estão a fazer melhoria de nota e seis ingressaram no Ensino Superior.

Dos 18 alunos de CCH - LH, 10 não concluíram o 12.º ano, estando 5 matriculados no 12.ºB (três para concluir História A e três para concluir Português). Dos oito que concluíram o 12.º ano, cinco alunos ingressaram no Ensino Superior (uma das alunas que ingressou no Ensino Superior, entretanto, emigrou - França). Dos restantes cinco alunos, uma emigrou (França) e os outros quatro não se matricularam, estando, presentemente, desempregados.

Dos 13 alunos do Curso Tecnológico de Desporto, uma aluna ingressou no Ensino Superior, um matriculou-se noutra Escola a fim de concluir o Curso. Uma aluna inscreveu-se no 12.º A, a fim de assistir às aulas de Português e tentar ingressar no Ensino Superior. Os restantes dez estão desempregados.

Dos sete formando do Curso Profissional de Turismo, um emigrou (Holanda) e os restantes seis estão desempregados.

Dos dez formandos da CP- Técnico de Instalações Elétricas, dois não obtiveram aprovação na PAP, um está a trabalhar no local onde fez estágio e os restantes sete estão desempregados.

Derivas

Usando a terminologia de Langouet e Léger, a dificuldade em concluir o ensino secundário (mormente, as disciplinas de Física e Química A e a Matemática A), promove o “zapping escolar”, isto é, mudança de escola mais por cálculo interessado do que por razões ideológicas. Estes alunos optam, assim, por concluir o ensino secundário ou no Ensino Privado ou no Ensino Recorrente (que, no caso do aluno não pretender prosseguir estudos, permite que o aluno conclua o ensino secundário). Este fenómeno acontece mais entre os alunos dos Curso Cientifico Humanístico - Ciências e Tecnologias do que entre os alunos dos Curso Cientifico Humanístico- Línguas e Humanidades. A mudança para uma escola que ofereça essa modalidade de ensino Recorrente implica um maior investimento monetário, uma vez que a oferta é

maioritariamente no Ensino Privado. Dois dos alunos que, no ano passado, pediram a transferência para uma instituição privada, após o término do 1.º período, concluíram o ensino secundário.

Sem surpresa, constata-se que a maioria dos alunos que prossegue estudos, é oriunda dos CCH - CT, o que é coerente com o perfil curricular desta via de ensino, orientada para a prossecução dos estudos e baseada em saberes de cariz mais académico. No entanto, os CCH - LH também estão vocacionados para o seguimento de estudos e isso acontece em número mais reduzido. Aliás, é nítida a discrepância de resultados dos alunos de CCH - CT e de CCH - LH.

Alguns casos de aparente "insucesso", não o devem ser assim encarados, pois "a não linearidade das trajetórias escolares, ao invés de ser interpretada como insucesso, pode antes significar a condição necessária para a construção mais bem-sucedida da sua autonomia individual"10 (Vieira,2012:47). Neste caso, quadram-se alunos que, tendo tomado consciência que a orientação vocacional / escolha de um percurso formativo à entrada do ensino Secundário não foi a mais adequada, procuraram uma resposta nos Cursos Profissionais, apesar de terem já a frequência do 12.ºano. Outros encontraram nos Cursos Profissionais a possibilidade de concluírem o 12.º ano (três dos alunos contactados estão nestas circunstâncias).

São as disciplinas da Formação Específica – Matemática A, Física e Química A, História A – que "impedem" os alunos de concluir o ensino secundário. E mais destes casos ocorreriam se os Conselhos de Turma não precavessem fossem sensíveis a estas situações (Cf. Atas das reuniões de avaliação do 3.º período e grelhas de avaliação) e não ponderassem a classificação interna final (CIF) de forma a protegê-los de algum "desaire" no Exame (i.e. um aluno que vá a Exame com 12 valores precisa de tirar 40 pontos no Exame para ser aprovado à disciplina e se for com 14 valores, mesmo que tire zero, está aprovado). Acontece que muitos alunos vão a exame com 10 valores, porque o conselho de turma depois de ponderar, considera mais proveitoso para o aluno que este vá como aluno interno (precisando de tirar em exame 85 pontos) do que como aluno externo, uma vez que nessa situação, necessita de conseguir 95 pontos.

Ainda assim, e apesar das discrepâncias entre a CIF e a CE, muitos alunos não concluem o secundário. Alguns dos alunos que concluem o 12.ºano, não

[10]Vieira, M. M., Pappamikail, Lia, Nunes, Cátia (2012). Escolhas escolares e modalidades de sucesso no ensino secundário: percursos e temporalidades. *Sociologia Problemas e Práticas*, 70, 45-70.

concorrem ao ensino superior por questões económicas: necessidade de contribuir para o agregado familiar, acréscimo de despesas, apesar da possibilidade da bolsa de estudos.

Um dos casos mais flagrantes foi o de Soraia Santos que não concorreu sequer ao ensino superior por saber que tal hipótese lhe estava vedada. Note-se que a média desta aluna era bastante razoável e, com facilidade, teria entrado numa instituição pública. Quando questionada sobre o porquê da sua opção, responde:

> "Não concorri ao ensino superior porque na altura os meus pais estavam desempregados e eu achei que se fosse para o ensino superior não ia estar a ajudá-los de maneira nenhuma e então decidi dedicar-me a procurar um trabalho".

De acordo com o jornal Público, "O número de estudantes que, à saída do ensino secundário, declara querer prosseguir a sua formação entrando no ensino superior não tem parado de diminuir desde 2008. A maioria dos jovens ainda pretende continuar os estudos, mas essa escolha tem vindo a perder peso. Razões económicas são mais apontadas para não querer continuar a estudar"[11].

Outros concorrem e ingressam no Ensino Superior, porém não ordenam as suas escolhas pela vocação / gosto, mas pela urgência de entrar no mercado de trabalho. O testemunho que se segue é de uma aluna que gostaria (e tinha hipóteses) de entrar em Economia, mas optou por um curso com uma duração menor.

[11]." http://www.publico.pt/sociedade/noticia/ha-menos-estudantes-do-secundario-a-querer-tirar-um-curso-superior-1632786

Quando questionados sobre a escola (orientação vocacional e impacto na vida atual), os ex-alunos mostram um enorme reconhecimento à escola e aos professores, ficam alguns os depoimentos:

"A Escola do Cerco teve um peso decisivo na minha formação enquanto estudante e mesmo enquanto pessoa. Foi esta Escola que me permitiu abordar temas importantes com uma capacidade superior. Abriu-me horizontes, desde o Padre António Vieira a José Saramago, indo da Pré-História até aos tempos modernos passando pelo Método de Hondt e o Método de Hamilton. Foi também na Escola do Cerco que aprendi a ter um espírito empreendedor, criativo e determinado e desta forma cresci enquanto Ser humano e fiquei melhor preparado para a vida adulta." – Rui Fernandes (CCH- LH, atualmente estudante no Ensino Superior).

"Nunca poderei esquecer a escola que tanto fez por mim: a Escola do Cerco. A escola e os professores. Tanto nos apoiaram e tanto fizeram para nos ver crescer e fazer de nós alguém especial. Nela aprendi a crescer e a formar-me enquanto pessoa e aluna. Um muito obrigado aos professores, empregados e á grandiosa Escola do Cerco por tudo o que fizeram de mim. – Joana Silva (CCH- CT, atualmente estudante no Ensino Superior)".

"Vocação é inclinação para exercer uma determinada profissão ou ingressar numa certa área. Mas por vezes não nos e possível seguir a nossa vocação, faltam as oportunidades. Neste ponto tive a sorte de estar numa escola, a Secundaria do Cerco, que para alem de ter uma grande oferta de cursos, me ajudou a escolher qual o indicado para mim. Testes de aptidão, reuniões com psicólogas, tudo isto para que a escolha fosse a acertada. Ao longo do curso, fui sempre ajudado e incentivado pelos professores a procurar e querer mais. Após esta jornada aprendi um ofício que me deixou pronto para a vida profissional, e aprendi também como a encarar. – Tiago Oliveira (Curso Profissional de TGEI, desempregado)

"Em sentido amplo, agradeço à Escola a instrução e o apoio que tive. Mais particularmente, o que realmente me marca e do qual sinto necessidade de agradecer, parte do ensinamento do bom caminho, de me mostrarem que o esforço e o trabalho sempre serão reconhecidos. Na escola do Cerco aprendi que os bons profissionais estão em toda a parte e fazem toda a diferença. Também devo à escola as amizades que me proporcionou. A escola juntamente com a

minha família e os meus amigos fizeram de mim o que sou hoje." – Sandra Isabel (CCH- CT, atualmente estudante no Ensino Superior).

"Tentar resumir 10 anos da minha vida em poucas linhas é deveras um grande desafio, mas aí está algo que aprendi no Cerco, a superar grandes desafios. O cerco não foi apenas uma escola, foi o sítio onde fiz amizades que hoje ainda prevalecem e com laços fortíssimos. Lá conheci gente de todos os níveis sociais mas que cresceram comigo de igual para igual, o cerco ensinou-nos a sermos irmãos. Discuti, lutei e magoei algumas pessoas, mas hoje sou mais humilde, debato e defendo os meus ideais sem desrespeitar ninguém e aceitando todos os pontos de vista porque o cerco me ensinou a ser melhor. Conheci professores que não se limitaram a fazer o seu trabalho de docente, aliás os professores do cerco entendem o seu trabalho como algo que vai para além das aulas, dos testes, trabalham para nos atraírem e mostrarem que podemos confiar neles, trabalham para nos formarem enquanto pessoas e não só como alunos. Quanto aos meus colegas, tirando uma ou outra exceção, são as pessoas que hoje eu tenho como amigos. A minha adolescência foi feliz porque andei no cerco. A verdade é que fui expulsa de algumas aulas, sai de muitas delas pela janela- poderia falar de outras situações, contudo há coisas que é melhor não divulgar- mas tudo isso valeu a pena. O cerco deu-me as ferramentas para eu construir o meu futuro, como o devem fazer todas as escolas, mas as vivências, as amizades, a alegrias que eu tive só o cerco me poderia ter dado pois em conversas com colegas de faculdade não ouço ninguém falar das suas escolas básicas e secundárias com o orgulho e saudade que eu falo. O Cerco ensinou-me a ser feliz." (Carla Lima – CCH - CT, atualmente estudante no Ensino Superior).

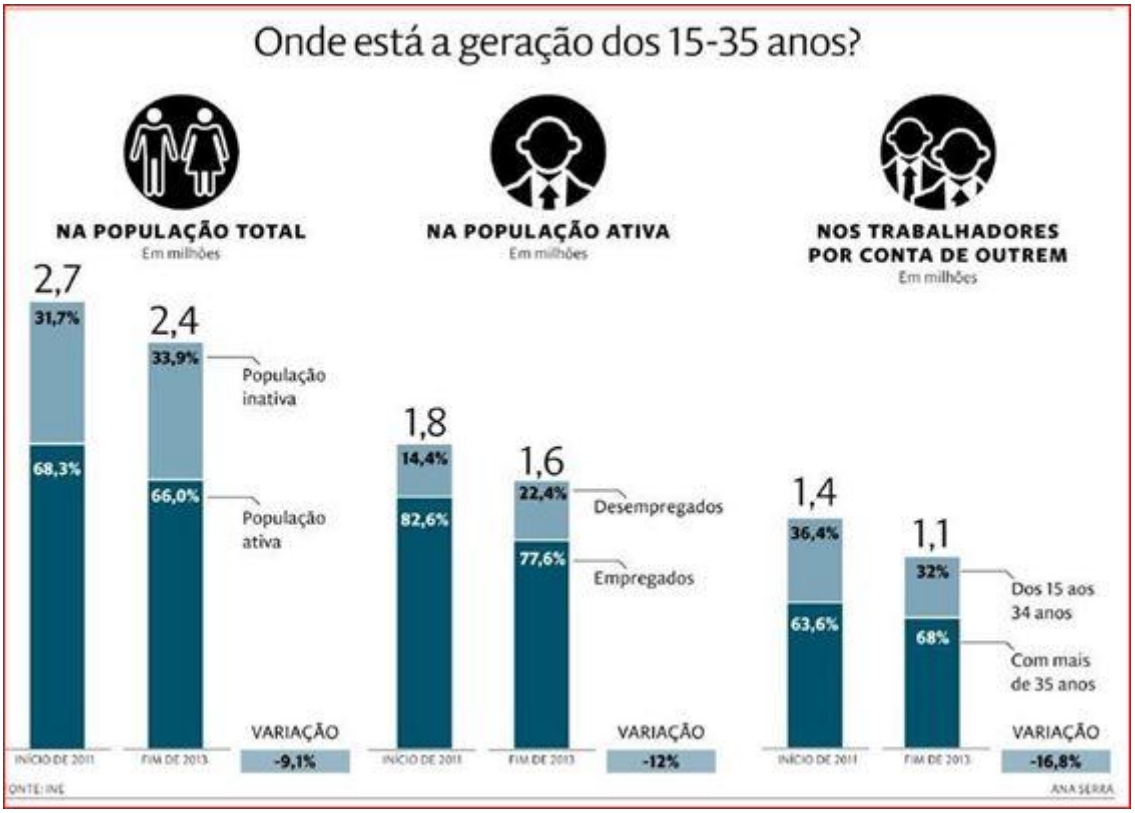
"A escola foi importante para mim, a partir do momento em que me ensinou a enfrentar os problemas, aprendi que temos que lutar pelos nossos objetivos! Nestes ensinamentos que obtive enquanto frequentei a escola do cerco, o papel de todos os elementos que fazem parte dela, mas especialmente os professores, foi o maior apoio que poderia ter tido. Tive pessoas espetaculares a ensinar me como era a vida, a ensinar como vencer o dia a dia das nossas vidas. Quando passamos por fases menos boas da nossa vida damos por nos numa turma muito unida com uns professores que fazem papel de nossos colegas e amigos, e assim somos capazes de tudo! Capazes de enfrentar dificuldades, capazes de sonhar e de nos tornarmos alguém. Agradeço imenso aos professores que passaram pelos

meus anos de escolaridade e que tanto me ensinaram." (Bárbara Silva - CCH- LH, atualmente estudante no Ensino Superior).

"A escola foi importante porque fez-me crescer, fez com que nunca desistisse dos meus sonhos e ajudou-me a realizar o meu grande sonho voltando a ter um sorriso fantástico. E claro, na escola criaram-se grandes amizades, tanto com os alunos, professores e funcionários." (Joana Ribeiro – CCH - LH, não concluiu o Ensino Secundário.)

O desemprego e ausência de saídas profissionais é um assunto que não pode ser descurado, mas esta situação deve ser analisada tendo como cenário a situação socioeconómica do país. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, em janeiro de 2014, 34,7% da população ativa com menos de 25 anos estava desempregada. A causa do desemprego não será tanto a área de formação escolhida, mas a conjetura macroeconómica.

De acordo com o semanário Expresso de 25/4/14, "ao longo do programa da troika, 87% dos empregos destruídos eram de trabalhadores com menos de 35 anos". O que faz com que o peso desta geração no mercado de trabalho se tenha vindo a reduzir.



Acresce dizer que alguns alunos, já tiveram empregos em Call Centers, foram vendedores door to door (empresas de telecomunicações) e outros fazem, pontualmente, alguns trabalhos em part-time sazonalmente (especialmente na época de Natal).

Com propriedade, podemos dizer que uma generosa fatia dos alunos que frequentou o 12.ºano (concluindo-o ou não), faz parte da chamada geração "nem nem": nem trabalha, nem estuda: No seguimento dos dados mais recentes divulgados pelo INE, a 14 de abril último, em finais de 2013 existiam, em Portugal, 400 mil “nem-nem”, ou seja, jovens entre os 15 e os 30 anos que não estão na escola e também não encontram lugar no mercado de trabalho. Este índice internacional partilha preocupações similares no que respeita à vida dos jovens em Portugal, na medida em que apesar de constituírem a maior geração da história da humanidade, são também aqueles que maiores desafios enfrentam no mundo globalizado da atualidade. Considerados já como a “geração perdida” ou como a geração NEET (o acrónimo em inglês para nem empregados, nem na escola, nem em formação), apelidada em português como “nem-nem”, os jovens entre os 10 e os 24 anos (a faixa etária escolhida para o universo deste estudo) representados neste estudo estão em risco de inverter o que nas últimas décadas tem sido norma: aspirarem a uma vida melhor do que a dos seus pais[12].

O estudo sublinha que esta população jovem que não trabalha nem estuda é particularmente vulnerável. Como não estuda nem entra no mercado de trabalho, vai acumulando desvantagens como a falta de experiência. Acresce referir, que dos mais de 430 mil jovens parados, quase 130 mil não são considerados desempregados pelo INE pois não fizeram nada nos tempos mais recentes para encontrar trabalho.

Num recente artigo sobre as profissões do futuro, na revista Visão[13], diz-se que estão encontradas as três ocupações que mais saídas hão de oferecer, em Portugal, nos próximos tempos: lojistas, empregados têxteis e empregadas de limpeza. Não são exatamente empregos de sonho, nem serão, sequer nomeados, numa conversa sobre

12http://www.jornaldenegocios.pt/especiais/contribuicoes_externas/gestao_responsavel/detalhe/ma_sorte_ser_jovem.ht

13 Edição n.º1102 da revista Visão, de 17 de abril de 2014.

profissões do futuro. Mas é esta a realidade portuguesa – assim o diz um relatório recente da comissão europeia, o European Vacancy Monitor[14]

Conclusões:

- Nos cursos de CCH, o número de alunos que concluem o ensino secundário é baixo.
- Na CP, os alunos que chegam ao 3.º ano, normalmente concluem.
- A taxa de empregabilidade é diminuta.
- Aparentemente, não é a qualidade dos formandos que impede a obtenção de um emprego, mas a própria conjectura.
- É preocupante o número de alunos que não conclui o ensino secundário.

Sugestão: Ensino Recorrente na escola a fim de viabilizar a conclusão do ensino secundário.

[14] De acordo com o European Vacancy Monitor, são estas as profissões que estão em crescimento em Portugal. Ver mais aqui: http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=11426&langId=en.

Top 10 growth occupations per country

	Portugal	Employees	Change
1	Shop salespersons	162,000	+18,300
2	Textile, fur and leather products machine operators	102,600	+15,500
3	Domestic, hotel and office cleaners and helpers	232,200	+14,800
4	Protective services workers	106,100	+11,700
5	Secondary education teachers	108,000	+10,400
6	Other teaching professionals	28,800	+8,900
7	Manufacturing labourers	33,600	+8,800
8	Manufacturing, mining, construction, and distribution managers	17,800	
9	Food preparation assistants	53,200	
10	Artistic, cultural and culinary associate professionals	23,400	

EPIS[15]

A EPIS, Empresários pela Inclusão Social, é uma associação de direito privado sem fins lucrativos que tem como missão prioritária a educação, em particular o combate ao insucesso e ao abandono escolares. Neste sentido, desenvolveu uma abordagem, inédita em Portugal, de combate ao abandono e insucesso escolares no 2.º e 3.º Ciclo de escolaridade que tem por base uma metodologia de capacitação dos jovens e suas famílias, trabalhada e desenvolvida por uma rede nacional de mediadores profissionais. Esta rede é constituída por equipas concelhias de técnicos especializados e experientes nestas matérias, e inclui na sua metodologia um sistema de sinalização de jovens com fatores de risco em termos de sucesso escolar e um portfólio de métodos de capacitação específicos para cada uma destas categorias, que possibilitam a construção de planos individuais de acompanhamento em proximidade e em continuidade.

Durante o segundo período do ano letivo 2013/2014, foi enviada aos encarregados de educação uma carta para que autorizassem os seus educandos a serem intervencionados no âmbito deste projeto, cumprindo assim a exigência da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Dos trezentos e dois alunos inscritos nos sétimos e oitavos anos, obtivemos duzentas e cinquenta e oito respostas, das quais duzentas e vinte e uma autorizações - o que corresponde a uma taxa de autorização de oitenta e seis por cento.

A sinalização dos alunos iniciou-se com um *"screening"* (diagnóstico) realizado a duzentos e vinte e um alunos dos sétimos e oitavos anos do Agrupamento de Escolas do Cerco.

O *screening* afere o risco dos alunos ao nível do insucesso e/ou abandono escolares em quatro vertentes: aluno, família, escola e território.

De acordo com o tipo de risco (aluno, família, escola e território) associado a cada aluno ficaram em carteira de proximidade oitenta e três alunos – que foram sujeitos a um acompanhamento individualizado.

A metodologia baseou-se numa intervenção com vista à promoção do sucesso escolar do aluno, em atendimento individual ou em grupo, utilizando as metodologias de capacitação para o sucesso escolar da EPIS dirigidas a alunos do terceiro ciclo.

[15] Relatório da responsabilidade do Coordenador Epis.

Em seguida, realizou-se um "*zooming*" (diagnóstico em profundidade) para aferir exatamente quais os problemas de cada aluno e depois se delinear um plano de ação.

Cada vertente de risco (aluno, família, escola e território) tem uma intervenção diferenciada, mas como muitas vezes os alunos apresentam risco em mais de uma vertente, a intervenção é complementada por diversas metodologias.

Os alunos e respetivas famílias que apresentaram risco, foram acompanhados ao longo do terceiro período. É de referir que esta foi uma das maiores dificuldades. Apenas cinquenta e três encarregados de educação compareceram, até ao momento, às convocatórias para reunião entre mediador e famílias.

Se o discente apresentou risco na vertente aluno, ao nível do trabalho individual, a *intervenção psicológica incidiu nas metodologias de capacitação escolar da EPIS*, tendo-se trabalhado a motivação, o debate de crenças, treino de resolução de problemas, hábitos e métodos de estudo, gestão do tempo, treino de competências, gestão da crítica, autocontrolo da ansiedade, apoio psico-emocional, e orientação ou reorientação escolar dos jovens da carteira EPIS. Algumas destas temáticas foram também trabalhadas em grupo, os quais foram constituídos por iniciativa do mediador, de acordo com a problemática dos alunos envolvidos.

A maior dificuldade encontrada ao longo do ano letivo prendeu-se com o facto dos discentes não terem no seu horário escolar uma hora específica destinada ao projeto. Devido à sobrecarga horária dos alunos, apenas foi possível realizar as sessões de intervenção nos períodos em que os discentes tivessem as disciplinas de Educação Física ou Educação Visual. Esta situação será alterada no próximo ano letivo, estando já prevista a inclusão de um ou mais tempos letivos no horário escolar dos alunos intervencionados pela Epis.

Em relação aos resultados escolares, sessenta por cento dos alunos da carteira Epis transitaram de ano. A nível nacional a média encontra-se nos cinquenta e dois por cento.

No próximo ano letivo serão implementadas as seguintes sessões:

Métodos de Estudo

Para todos os alunos do terceiro ciclo, no sentido de orientar os discentes para uma adequada preparação para os testes, fornecendo algumas sugestões que poderão ser úteis ao nível da planificação e da criação de hábitos regulares e métodos de estudo eficazes.

Faz-te aos testes

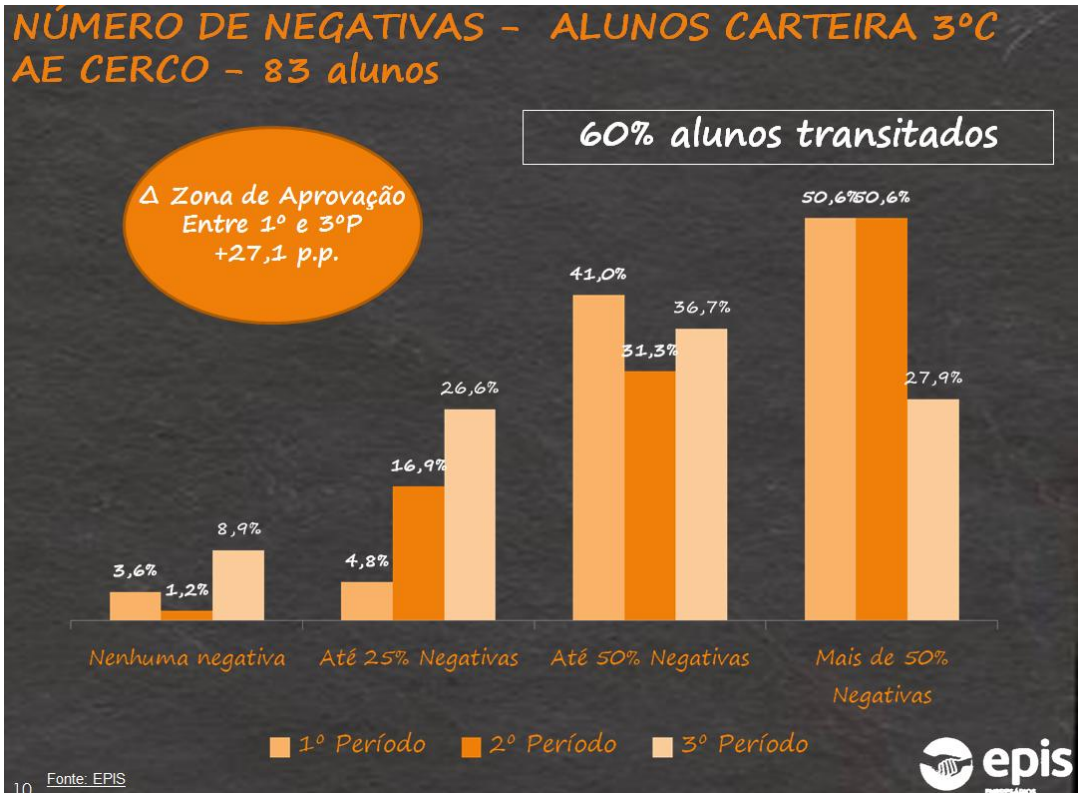
No que concerne aos alunos do nono ano de escolaridade, pretende-se sensibilizar os mesmos para a existência de diferentes metodologias de estudo; esclarecer acerca das melhores estratégias de preparação e de estudo para os exames finais do 9.º ano, orientando-os na planificação e na execução de um plano de estudo adequado e metódico.

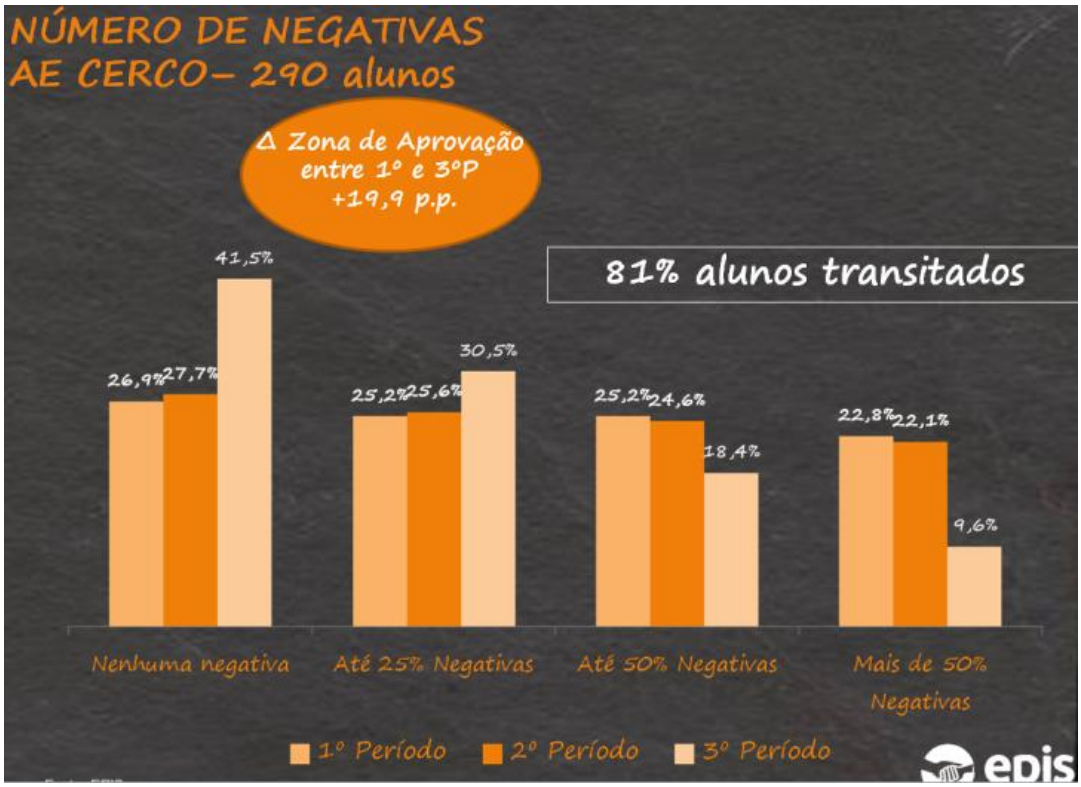
Seminário para pais

Mudança de Ciclo - Ação a realizar no início do primeiro período, tendo como objetivo caraterizar os desafios expectáveis na mudança de ciclo e identificar estratégias que os pais poderão utilizar para apoiar o educando na mudança de ciclo.

Entre pais – Ação a realizar com encarregados de educação (sete a oito sessões) durante o segundo período. Tem como principal meta promover nos pais ideias, atitudes e competências que potenciem o desenvolvimento e o sucesso escolar dos filhos.

Análise de resultados segundo a Epis:





Inquéritos

Docentes

Inquérito a Docentes – EBS do Cerco (anexo I)

De uma forma global os docentes que trabalham na escola Básica e Secundária do Cerco, gostam de trabalhar na escola, onde existe um bom ambiente de trabalho e onde as relações com o pessoal não docente também são apreciadas. Consideram que o ensino na escola é exigente e que a escola tem apostado numa abertura à comunidade. No que se refere ao trabalho da Direção este é reconhecido como positivo em vários itens. Consideram como eficazes os circuitos de informação externa e interna, embora possa haver algumas melhorias. O Moodle ainda não é suficientemente utilizado como fonte de informação e instrumento de apoio. Sempre que necessitam de recorrer aos serviços administrativos têm um atendimento eficaz, profissional, rápido e simpático.

No que a serviços de apoio diz respeito atribuem ao refeitório e bar avaliação positiva, contudo afirmam que o horário do bar não é o mais adequado.

Quanto às instalações estas são avaliadas positivamente em vários itens. Segundo os docentes necessita de haver alguma melhoria no capítulo da segurança.

A biblioteca é avaliada positivamente embora exista também algum espaço para melhoria. A parte informática ainda que avaliada positivamente, poderá ter ainda alguma melhoria. Segundo os docentes o principal problema da escola reside no comportamento dos alunos como se depreende das respostas às questões que abordam a componente comportamental. Ainda segundo os docentes nem sempre a questão da indisciplina será bem resolvida. Esta é, portanto, a problemática a merecer análise, reflexão e delineação de estratégias.

Inquérito a Docentes – Escolas do 1.º Ciclo (anexo II)

De uma forma global os docentes que trabalham nas escolas do 1.º Ciclo estão bastante satisfeitos e em todos os itens os níveis 3 e 4, conjuntamente, ou somam 50% das respostas dadas ou são superiores a esse valor.

Gostam de trabalhar na escola, onde existe um bom ambiente de trabalho e onde as relações com o pessoal não docente também são apreciadas. Consideram que o ensino na escola é exigente e que a escola tem apostado numa abertura à comunidade.

No que se refere ao trabalho da Direção este é reconhecido como positivo em vários itens. Consideram como eficazes os circuitos de informação externa e interna. A utilização do Moodle poderá ser incrementada, mas nota-se já uma preponderância no reconhecimento da sua utilidade. Sempre que necessitam de recorrer aos serviços administrativos têm uma opinião positiva sobre o seu funcionamento, embora se possa depreender pelas respostas dadas no nível 2 que possa haver algumas melhorias.

No que a serviços de apoio diz respeito atribuem ao refeitório e bar avaliação positiva, contudo depreende-se das respostas dadas que poderá haver alguma melhoria em termos de refeitório. Quanto às instalações estas são avaliadas positivamente em vários itens. Contudo reconhecem que quer os espaços de desporto quer os de recreio apresentam algumas lacunas. A biblioteca é avaliada positivamente. A parte informática ainda que avaliada positivamente, poderá ter ainda alguma melhoria, sobretudo no que se refere ao tempo despendido para a resolução de problemas.

No que se refere ao comportamento dos alunos, os docentes têm também uma opinião positiva, embora se reconheça que poderão haver alguns problemas quer no relacionamento com os docentes quer com os assistentes operacionais.

Os docentes consideram ainda que os problemas disciplinares são bem resolvidos.

Alunos

Inquérito a alunos – 1.º Ciclo (anexo III)

No global existe um grau de satisfação muito elevado dos alunos do 1.º ciclo. Gostam da sua escola e do seu professor. Também apreciam as aulas de expressão plástica e de educação física, as experiências e as visitas de estudo. Os alunos conhecem as regras de funcionamento da escola, sentem-se seguros nela e consideram que as instalações são boas (recreio), bem como a higiene e a limpeza. A indisciplina não é ainda um problema marcante.

Como negativo referem-se ao menor uso dos computadores em sala de aula e gostariam de utilizar mais a biblioteca. Uma parte significativa não gosta das refeições que são servidas.

Inquérito a alunos – 2.º e 3.º Ciclos e Secundário (anexo IV)

No global verifica-se que os alunos destes níveis de ensino consideram que os professores ensinam bem, que aprendem com as experiências, conhecem os critérios de avaliação e acham que as avaliações são justas. Embora conheçam as regras de comportamento existem reservas quanto ao ambiente em sala de aula (que nem sempre será o melhor), bem como à forma como são resolvidos os problemas de indisciplina. No que se refere às condições físicas da escola dão nota positiva aos espaços desportivos e de recreio. Consideram ainda que o ensino na escola é exigente.

Finalmente realçam como positivo o funcionamento dos serviços administrativos.

Negativamente apontam o uso da biblioteca, o uso do computador (por parte dos alunos) em sala de aula e ainda as visitas de estudo que consideram serem poucas e não adequadas. Já foi referido anteriormente a questão da indisciplina e do ambiente em sala de aula. Quanto às condições físicas há reservas no que se refere ao conforto das salas de aula. O mesmo se passa com a limpeza e higiene da escola, sobretudo ao nível de casas de banho. Há vários alunos que afirmam não participarem em projetos e clubes.

Finalmente há a referir que 1 em cada 4 alunos não gosta do almoço servido na escola.

Encarregados de Educação

Inquérito E.E. – Jardim de Infância (V)

No global os Encarregados de Educação sentem-se bastante satisfeitos com o Jardim que os seus filhos frequentam, com o desenvolvimento que os mesmos apresentam, com as lideranças quer a nível de estabelecimento quer a nível de agrupamento e ainda com as instalações e serviços como, por exemplo, os almoços.

Pela análise dos questionários será de incentivar a vários níveis a interação JI-família: participação dos pais na vida do jardim, apoiar as aprendizagens dos seus educandos, ser informado do que está a aprender e melhorar a comunicação.

Existe também alguma preocupação com a segurança e necessidade de alguma melhoria dos Serviços administrativos.

Inquérito E.E – 1.º Ciclo (anexo VI)

Numa análise global ao questionário há a considerar que quase todos os E.E se sentem satisfeitos com os aspetos pedagógicos relativos à escola que o seu filho frequenta, com o professor titular da turma do seu filho, com os aspetos relacionados com a Direção do Agrupamento e com o funcionamento dos Serviços Administrativos.

Aspetos a melhorar situam-se nas instalações, segurança, disciplina, limpeza e refeições. Há também necessidade de um melhor conhecimento das regras de funcionamento. Poderá também haver uma maior participação dos E.E na vida da escola.

Inquérito a E.E – 2.º, 3.º Ciclos e Secundário (anexo VII)

No global pode-se considerar que é nestes níveis de ensino que existe maior percentagem de itens com respostas nos níveis 1 e 2, ou seja, é nestes níveis de ensino que a opinião dos E.E é negativa em relação aos vários itens considerados o que poderá indicar algum descontentamento e necessidade de aplicação de medidas que tendam a reverter esta situação.

Mesmo assim, e apesar de a resposta maioritária ser a do nível 3, a grande maioria dos E.E considera que o ensino é bom nesta escola e que gosta que o filho a frequente. Também é considerada como muito positiva a relação com o DT e a própria atuação da Direção é considerada de bom nível.

Bons resultados também para o desempenho dos Serviços administrativos, instalações e serviços de refeitório e bufete.

Como desempenho mais negativo há a referir os itens dos resultados escolares, justeza das avaliações, resolução dos problemas de indisciplina, limpeza e segurança da escola, conhecimento das regras de funcionamento da escola e participação dos pais na vida da escola.

Como peculiar há a referir que, com exceção de um item, em todos os outros o nível mais votado é o 3.

Inquérito a não docentes (anexo VIII)

De uma forma global os não docentes gostam de trabalhar no Agrupamento, onde existe um bom ambiente de trabalho e onde as relações entre pessoal docente e não docente são boas. Consideram que o ensino na escola é exigente e que a escola tem apostado numa abertura à comunidade.

No que se refere ao trabalho da Direção este é reconhecido como positivo em vários itens.

Consideram como eficazes os circuitos de informação externa e interna, embora possam haver melhorias.

Consideram que quer a página web do Agrupamento quer o Facebook do Agrupamento já são usados como instrumento de apoio e de circulação de informação, mas ainda podem melhorar.

Sempre que necessitam de recorrer aos serviços administrativos têm uma opinião positiva sobre o seu funcionamento, embora se possa depreender pelas respostas dadas no nível 2 que possa haver algumas melhorias.

No que a serviços de apoio diz respeito atribuem ao refeitório e bar avaliação positiva, contudo depreende-se das respostas dadas que poderá haver alguma melhoria em termos de horário de funcionamento do bar.

Quanto às instalações estas são avaliadas positivamente em vários itens.

A biblioteca é avaliada positivamente.

Na parte informática consideram que nem sempre os problemas informáticos são resolvidos atempadamente.

Mais uma vez é salientado que o problema de comportamento dos alunos é o item que tem mais respostas negativas. Os não docentes consideram que existem problemas no relacionamento entre os alunos e os professores e os alunos e os não docentes. Chamam também a atenção para o comportamento dos alunos e para a forma como são resolvidas as situações de indisciplina.

Conclusões

Neste relatório, procuramos harmonizar o paradigma quantitativo e o paradigma qualitativo, não obstante, assumirmos termos dado uma maior preponderância ao paradigma quantitativo, procurando "traduzir em números" uma realidade do Agrupamento. Esta preponderância da dita "educação contábil", conceito cunhado por Licínio Cunha, é redutora e unidimensional, porém, quer-nos parecer útil enquanto ferramenta de análise.

No que concerne, ao paradigma qualitativo, detemo-nos nos processos, seja nos que foram ativados pelo Agrupamento no início do ano letivo quer nas ações que estão a ser implementadas por recomendação da IGEC, quer nas ações de acompanhamento que, por manifesta falta de tempo, não foram aqui analisadas.

Foi feita, ainda, a análise do "pós Cerco", comprometendo-se a Equipa a deter-se agora na relação saídas profissionais/oferta formativa. Foram aplicados inquéritos aos alunos, docentes, encarregados de educação e pessoal não docente e foi feita uma leitura dos mesmos.

Constrangimentos/dificuldades da Equipa de Autoavaliação:

- Ausência de um amigo crítico
- Dificuldade em conciliar tarefas/funções/disponibilidades dos membros da equipa.
- Incompatibilidade de horários da equipa, dificuldade a superar, necessariamente, no próximo ano letivo, aquando do planeamento a efetuar.
- Por vezes, por falta de tempo, torna-se complicado, ir para além do tratamento estatístico e da apresentação dos resultados académicos dos alunos dos vários ciclos de ensino.
- Ausência de formação.
- Mecanismos de divulgação do Relatório de Autoavaliação.

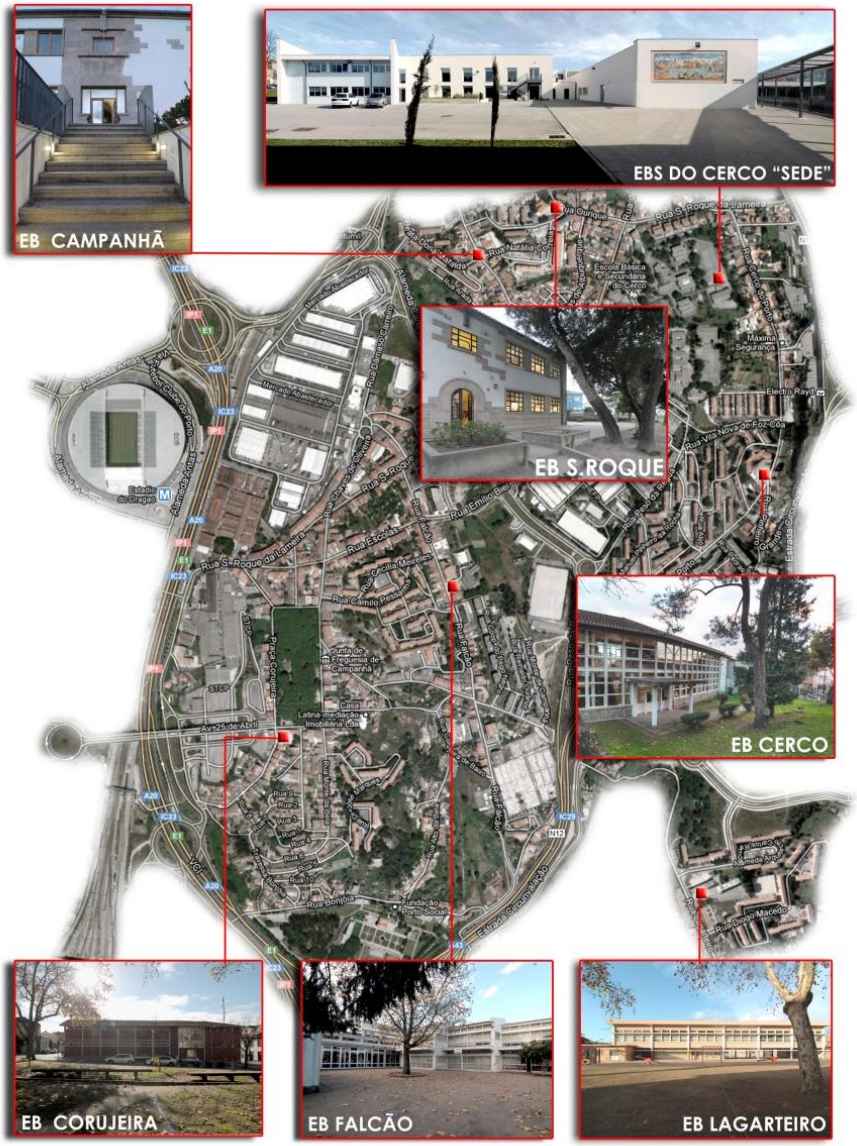
Acresce dizer que o trabalho elaborado pela equipa procurou ser isento e abrangente, podendo contudo apresentar algumas limitações, dado que nenhum dos seus elementos possui formação específica neste âmbito.

31de julho de 2014

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Agrupamento de Escolas do Cerco

Escola Básica e Secundária do Cerco (sede)



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CERCO

3.º Período 2014/2015

DOCUMENTO EM ATUALIZAÇÃO – VERSÃO DE 31 DE JULHO DE 201

POPH QUALIFICAR É CRESCER. | QREN QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL | GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA | UNIÃO EUROPEIA Fundo Social Europeu

CONTEXTUALIZAÇÃO/INTRODUÇÃO ***4***
Contextualização 4
Introdução 5
CARATERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO ***7***
Oferta Formativa 7
Distribuição dos Alunos e Professores 8
DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO ***9***
INTERRUPÇÃO PRECOCE E ABSENTISMO ***12***
Interrupção precoce - Ensino Básico 12
Interrupção precoce - Ensino Secundário e Ensino Profissional 13
Absentismo 14
RESULTADOS ACADÉMICOS ***15***
Sucesso: Aprovações e Transições 16
Sucesso Global por Ciclo 17
Avaliação Interna **19**
Pré-Escolar 19
1º Ciclo 23
2º Ciclo 28
3º Ciclo 31
Ensino Secundário – Cursos Científico-Humanísticos 38
Ensino Secundário - Cursos Profissionais 42
Evolução do Português e Matemática no Ensino Básico 43
Qualidade de sucesso 45
Qualidade de sucesso vs metas 46
Avaliação Externa **48**
1º Ciclo – Provas do 4º ano 48
2º Ciclo – Provas do 6º ano 50
3º Ciclo – Provas do 9º ano 53
Prelimary English Test (PET) 57
Ensino Secundário – Exames do 11º e 12º anos 59
INDISCIPLINA ***68***
PROJETOS ***70***
CerCool 70
Ação Tutorial 71

Provedoria do Aluno 75
EPIS 84
PLANO DE MELHORIA ***88***
Cumprimento do Plano de Melhoria **89**
Ações da responsabilidade da Equipa de Autoavaliação 94
CONSIDERAÇÕES FINAIS ***96***
Constrangimentos/Dificuldades da Equipa de Autoavaliação **100**

CONTEXTUALIZAÇÃO/INTRODUÇÃO

Contextualização

Objetivos

- Promover o progresso das aprendizagens e dos resultados dos alunos, identificando pontos fortes e áreas prioritárias para a melhoria do trabalho das escolas;
- Incrementar a responsabilização a todos os níveis, validando as práticas de autoavaliação das escolas;
- Fomentar a participação na escola da comunidade educativa e da sociedade local, oferecendo um melhor conhecimento público da qualidade do trabalho das escolas;
- Contribuir para a regulação da educação, dotando os responsáveis pelas políticas educativas e pela administração das escolas de informação pertinente.

Introdução

Dando cumprimento ao artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho e à Portaria n.º 265/2012 de 30 de agosto, apresentamos o Relatório de Autoavaliação relativo ao ano de 2014/15.

Uma vez mais, e há semelhança dos anos anteriores, procuramos harmonizar o paradigma quantitativo e o paradigma qualitativo, não obstante, assumidamente, continuarmos a dar uma maior preponderância ao paradigma quantitativo, procurando "traduzir em números" uma realidade do agrupamento. Esta preponderância da dita "educação contábil", conceito cunhado por Licínio Lima, é redutora e unidimensional, porém, quer-nos parecer útil enquanto ferramenta de análise. Aos números, juntamos as reflexões produzidas quer pela equipa de autoavaliação, quer pelos grupos disciplinares. Aos poucos procuraremos equilibrar a frieza dos números, com a riqueza dos projetos e atividades.

A equipa de autoavaliação auscultou os grupos disciplinares não só sobre a avaliação interna, mas também sobre a avaliação externa. Os resultados da avaliação externa, na maioria das situações, estão ainda aquém do desejável, no entanto, apesar de todos desejarmos e trabalharmos no sentido de obtermos resultados mais satisfatórios, não pautamos a avaliação do agrupamento apenas por este índice[1]. Essa via, seria simplista. Há todo um trabalho cujo impacto é de difícil avaliação que deve ser ressaltado: as atividades de escola, as comemorações de efemérides, as visitas de estudo, os projetos ligados às artes e às ciências cujo impacto existe, porém pode não ter efeitos visíveis a curto e médio prazo. Por outro lado há tradições – umas antigas, outras mais recentes – que tem ajudado a vincar a importância da escola na comunidade.

Dando continuidade ao compromisso da equipa de autoavaliação no âmbito do Plano de Melhoria (2013/ 2017), decorrente do processo de avaliação externa de que o agrupamento foi alvo no período de 30 de janeiro a 1 de fevereiro de 2013 e ao Plano Plurianual Teip 2015-2017, foi feita a análise dos trajetos dos alunos finalistas de 12.ºano.

1

A equipa de autoavaliação continua centrada na análise periódica dos resultados escolares e tem procurado – em conjunto com a equipa teip3 - medir de forma mais capaz o impacto das atividades propostas no Plano Anual de Atividades. Por uma questão de rendibilização de recursos e a fim de evitar duplicar trabalho, tem havido uma colaboração estreita com os coordenadores de diretores de turma. Nos términos de período, membros da equipa de autoavaliação integram as equipas de verificação de documentos, com o intuito de recolher dados quer para a equipa teip3, quer para a coordenação de diretores de turma, quer para a equipa de autoavaliação. Desta forma, este ano, à semelhança dos dois últimos anos letivos, têm sido assegurados dados mais fidedignos.

A metodologia de trabalho adotada para o ano em curso privilegiou a sistematização da análise documental dos vários domínios. À semelhança dos anos anteriores, adotámos como modelo orientador do processo o referencial da IGEC para a Avaliação Externa de Escolas. A recolha de evidências documentais teve por base a informação existente/prestada/partilhada pela equipa teip3, serviços administrativos, direção, coordenação de diretores de turma, departamentos curriculares, serviço de psicologia e orientação (SPO), plataforma MISI e JPM. .

Uma vez que o processo de autoavaliação interna não é um fim em si mesmo, esperamos que este relatório seja mais uma ferramenta capaz de contribuir para o processo de melhoria. Procuraremos continuar a agir numa lógica de *Observatório de Qualidade*, seguindo e acompanhando a execução das ações de melhoria determinadas e estabelecidas, refletindo e reintegrando conclusões e soluções.

A equipa de autoavaliação do agrupamento,

André Guterres
Clara Matos Santos
Elisa Alves
Helena Andrade
Manuel Gonçalves
Paula Oliveira Cruz
Ricardo Santos
Sónia Solteiro

CARATERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO[2]

Oferta Formativa

O agrupamento disponibiliza a seguinte oferta formativa:

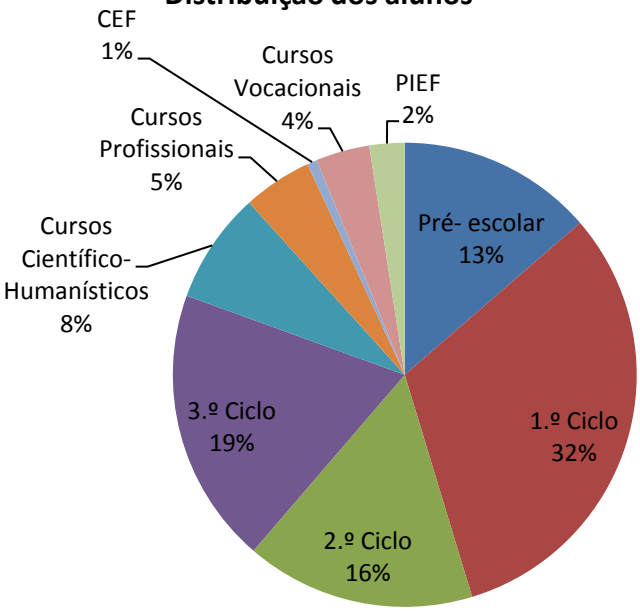
Pré-escolar
1.ºCiclo do Ensino Básico
2.ºCiclo do Ensino Básico
3.ºCiclo do Ensino Básico
    Ensino Articulado de Música (2.º e 3.º Ciclos)
    Percurso Integrado de Educação e Formação (PIEF)
    Ensino Vocacional (2.º e 3.º Ciclos)
Cursos Científico-Humanísticos:
    - Ciências e Tecnologias
    - Línguas e Humanidades
Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF):
    - Empregado de mesa – T2 (duração de 2 anos)
Cursos Profissionais:
    - Técnico de Eletrónica, Automação e Computação
    - Técnico de Turismo
    - Técnico de Restauração (variante restaurante/bar)
    - Técnico de Apoio à Gestão Desportiva

[2] A partir do Projeto Educativo do Agrupamento (PEA).

Distribuição dos Alunos e Professores

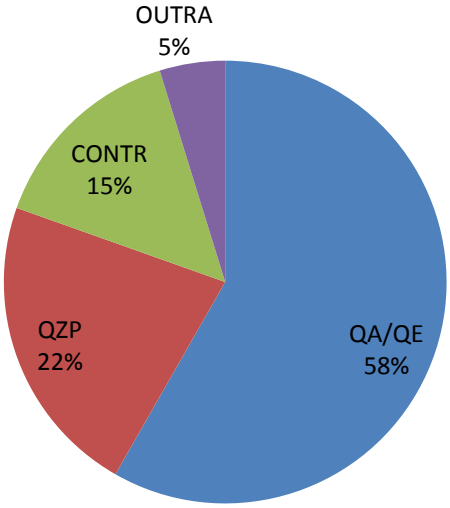
Apresentamos a distribuição de alunos por ciclo, e de professores por vínculo contratual e de idade pois, facilita a leitura posterior dos resultados.

Distribuição dos alunos



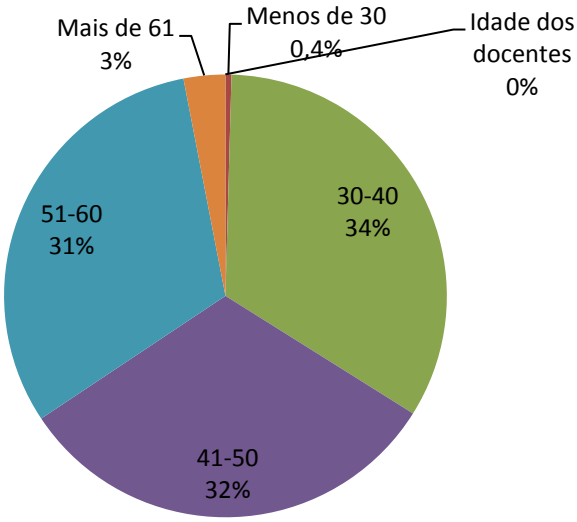
Número de alunos	
Pré- escolar	295
1.º Ciclo	685
2.º Ciclo	346
3.º Ciclo	416
Ensino Secundário - Cursos Científico-Humanísticos	168
Ensino Secundário - Cursos Profissionais	104
CEF	15
Vocacionais	81
PIEF	53
	2138

Vinculo Contratual



Vinculo Contratual	
QA/QE	134
QZP	51
CONTR	34
OUTRA	11

Idade dos docentes



Idade dos docentes	
Menos de 30	1
30-40	77
41-50	73
51-60	72
Mais de 61	7

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

De seguida, apresenta-se o diagnóstico estratégico que contempla os resultados da análise externa e da análise interna dos fatores que condicionam a atuação do agrupamento, tendo por base as reflexões realizadas pelos vários agentes da comunidade escolar, que participaram na identificação das pontos fortes e dos pontos fracos[3] e os dados dos Censos de 2011. Este ano letivo a equipa acolheu alguns pontos da análise presente no Plano Plurianual de Atividades (2015-2017) e, face a novos contextos socioeconómicos, atualizou o diagnóstico estratégico do agrupamento.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS/CONSTRANGIMENTOS
▪ Terceiro Programa de Territorialização de Políticas Educativas Educativas de Intervenção Prioritária (TEIP3); ▪ Programa Operacional Potencial Humano (POPH) – Qualificar é Crescer; ▪ Parcerias/Protocolos com a Autarquia, Instituições, Empresas, Universidades e Fundações; ▪ Reconhecimento da comunidade pelo trabalho educativo e formativo desenvolvido pelo Agrupamento; ▪ Requalificação da Escola Sede pela Parque Escolar que criou melhores condições físicas e materiais; ▪ Aumento do ensino obrigatório até ao final do secundário ou até aos 18 anos; ▪ Contrato de Autonomia.	▪ Agravamento do horário e das funções dos docentes; ▪ Diminuição do número de alunos em consequência do decréscimo da população infantil e jovem e pela saída destes para outros estabelecimentos de ensino; ▪ Redistribuição de alunos exigida por normativos legais provoca a existência de menos recursos; ▪ Excesso de burocracia que prejudica a ação enquanto professor; ▪ Proliferação de normativos legais que enquadram a organização escolar, dificultando, muitas vezes, a sua ação e o exercício da sua autonomia; ▪ Aumento do número de famílias carenciadas no concelho e consequente agravamento de problemas socioeconómicos; ▪ Grupos deficitários em relação a professores do Quadro; ▪ Procedimentos concursais TEIP na contratação de pessoal docente e técnicos especializados; ▪ Estigmatização das Escolas do Agrupamento e dos seus contextos de inserção; ▪ Posturas negativas em diversos contextos com raízes em disfuncionalidades sociais e atitudes de facilitismo; ▪ Resultados da avaliação externa e consequente Ranking de Agrupamento/Escolas não agrupadas; ▪ Diminuição do número de pessoal não docente qualificado; ▪ Cortes orçamentais; ▪ Sucessivas alterações de alguns currículos e implementação de novas metas curriculares.

[3] Tivemos em conta os resultados dos questionários elaborados pela IGEC e aplicados no Agrupamento, disponíveis aqui http://www.aecerco.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=212&Itemid=103.

PONTOS FORTES	• O reconhecimento da comunidade pelo trabalho educativo e formativo desenvolvido pelo Agrupamento;* • A sequencialidade educativa entre a educação pré-escolar e o 1.º Ciclo e entre este e o 2.º Ciclo, facilitando a transição dos alunos entre estas etapas do seu percurso escolar;* • As práticas colaborativas das equipas de docentes que lecionam as turmas ninho e das turmas rede com reflexos na planificação articulada do processo de ensino-aprendizagem e partilha de experiências pedagógicas;* • O trabalho desenvolvido nas áreas da música, da pintura de cerâmica e do desporto pelos bons resultados alcançados interna e/ou externamente, contribuindo para a valorização do sucesso e a afirmação do Agrupamento no exterior;* • A liderança consistente e partilhada do diretor e da sua equipa, potenciadora do empenho dos profissionais e do envolvimento de entidades públicas e privadas; * • A gestão criteriosa dos recursos humanos, com enfoque nas pessoas, que contribui para o bom ambiente educativo; * • Diversidade de atividades dinamizadas no âmbito do PAAA; • Desenvolvimento de projetos próprios e /ou resultantes de adesão a programas e iniciativas locais, nacionais e internacionais; • Visitas de estudo que contribuem para o reforço das aprendizagens; • Participação e dinamização de iniciativas que visam a promoção de comportamentos saudáveis e a erradicação de comportamentos de risco; • Página eletrónica do Agrupamento/Facebook do Agrupamento/Revista do Agrupamento e Jornais Escolares utilizado para divulgação de informação relevante para a comunidade educativa e disseminação de atividades e projetos do Agrupamento; • Iniciativas de angariação de bens que promovem o espírito de solidariedade e permitem dar apoio às famílias mais carenciadas; • Procedimentos comuns de regularização/ monitorização e avaliação dos alunos; • Aplicação de testes de avaliação interna, com tipologia exame nacional ao longo do ano letivo; • Acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula, numa perspetiva de melhoria do desenvolvimento profissional dos docentes; • Decréscimo do Abandono escolar no Ensino Secundário e nos Cursos Profissionais; • Implementação de planos de ação decorrentes das fragilidades identificadas nos relatórios de avaliação externa e autoavaliação; • Abertura da escola à comunidade através de múltiplas parcerias; • Provedoria do Aluno, Programa EPIS e 10X10 que promovem a participação dos alunos na vida da escola; • Centro de CRTIC – Centro de recursos TIC para o Ensino Especial que promove a integração das pessoas com deficiência ou incapacidade; • Melhor cobertura, por parte dos professores bibliotecários do 1º ciclo e pré-escolar. (assinalamos com um asterisco (*) os pontos fortes apontados aquando da última avaliação externa da IGEC)

PONTOS FRACOS	• Não identificação dos fatores internos, designadamente ao nível das práticas de ensino, que ajudem a explicar a persistência de atitudes inadequadas na sala de aula e o insucesso escolar dos alunos;* • Ausência de recolha de informação concreta sobre o percurso escolar ou profissional dos alunos, após a escolaridade no Agrupamento;* • O desenvolvimento mais aprofundado das orientações curriculares na educação pré-escolar, de modo a assegurar condições de maior sucesso na etapa educativa seguinte;* • O aprofundamento da reflexão sobre as respostas no âmbito dos apoios educativos, com vista à sua melhor adequação ao pleno desenvolvimento das capacidades dos alunos;* • A definição de planos de ação estratégicos, com metas claras e exequíveis, com vista à melhoria do desempenho do Agrupamento;*. • O alargamento e a consolidação do processo de autoavaliação com vista à melhoria organizacional e das práticas profissionais;* • Ausência de espaços interiores comuns para convívio dos alunos; • Associação de Estudantes pouco dinâmica (rádio, jogos, acesso lúdico internet); • Ausência de espaços onde os alunos possam aceder com mais frequência à Internet e/ou imprimir documentação; • Ausência de um local onde os alunos possam estudar autonomamente, em grupo ou com o apoio de monitores e/ou docentes (Sala de Estudo); • Persistência do insucesso escolar dos alunos; • Frequência irregular dos alunos aos diversificados apoios disponibilizados pelo Agrupamento • Persistência de elevado absentismo escolar dos alunos; • Persistência de atitudes inadequadas na sala de aula e noutros espaços escolares; • Envolvência dos Pais/ Encarregados de Educação nos percursos escolares dos seus educandos; • Falta e deterioração de recursos materiais e equipamentos, em particular no pré-escolar e 1º ciclo. (assinalamos com um asterisco (*) os pontos fracos apontados aquando da última avaliação externa da IGEC)

INTERRUPÇÃO PRECOCE E ABSENTISMO

Interrupção precoce - Ensino Básico

Básico (2º ciclo)	Ano letivo	N.º total de alunos					Taxa de interrupção precoce do percurso escolar (TIPPE)	Meta
		Inscritos (1)	Retidos/ Excluídos por excesso de faltas (EF)	Anulações de Matrícula (AM)	Que abandonaram no decurso do ano (A)	Que interromperam precocemente o percurso escolar (IPPE)		
	2010 / 11	359	0	1	0	1	0,28%	4,20% (TEIP 14/15) ou 1,07% (C Aut 13/14)
	2011 / 12	326	0	0	0	0	0,00%	
	2012 / 13	361	2	1	6	9	2,49%	
	2013/ 14	389	33	4	7	44	11,31%	
	2014/ 15 (3ºP)	402	13	2	2	17	**4,23%**	

Básico (3º ciclo)	Ano letivo	N.º total de alunos					Taxa de interrupção precoce do percurso escolar (TIPPE)	Meta
		Inscritos (1)	Retidos/ Excluídos por excesso de faltas (EF)	Anulações de Matrícula (AM)	Que abandonaram no decurso do ano (A)	Que interromperam precocemente o percurso escolar (IPPE)		
	2010 / 11	463	2	14	0	16	3,46%	6,48% (TEIP 14/15) ou 1,07% (C Aut 13/14)
	2011 / 12	473	3	16	0	19	4,02%	
	2012 / 13	482	7	3	8	18	3,73%	
	2013/ 14	513	54	11	4	69	13,45%	
	2014/ 15 (3ºP)	509	22	6	2	30	**5,89%**	

No 2º ciclo o abandono precoce distou apenas 0,03% relativamente à meta TEIP mas ficou bastante aquém da estabelecida pelo Contrato de Autonomia. Já no que se refere ao 3º ciclo a meta TEIP foi superada mas ficou igualmente aquém da estabelecida pelo Contrato de Autonomia.

Interrupção precoce - Ensino Secundário e Ensino Profissional

Secundário	Ano letivo	N.º total de alunos					Taxa de interrupção precoce do percurso escolar (TIPPE)	Meta
		Inscritos (1)	Retidos/ Excluídos por excesso de faltas (EF)	Anulações de Matrícula (AM)	Que abandonaram no decurso do ano (A)	Que interromperam precocemente o percurso escolar (IPPE)		
	2010 / 11	302	14	34	0	48	15,89%	9,26% (TEIP 14/15) ou 14,17% (C Aut 13/14)
	2011 / 12	291	1	55	7	63	21,65%	
	2012 / 13	304	5	11	10	26	8,55%	
	2013/ 14	297	16	14	0	30	10,10%	
	2014/ 15 (1ºP)	276	9	0	2	11	3,99%	
	2014/ 15 (2ºP)	275	10	0	0	10	3,64%	
	2014/ 15 (3ºP)	272	23	1	0	24	8,82%	

Análise (2014/15_3º P)	Secundário CH	168	3	0	0	3	1,79%
	Profissionais	104	20	1	0	21	20,19%

No Ensino Secundário as metas relativas TEIP e do Contrato de Autonomia relativas ao abandono precoce foram superadas.

Absentismo

	Nº total de alunos que ultrapassaram o limite legal de faltas injustificadas a pelo menos uma disciplina	Nº total de alunos que não foram avaliados devido à fraca assiduidade a pelo menos uma disciplina
1º ano	7	0
2º ano	6	3
3º ano	4	3
4º ano	6	7
Total 1ºciclo	23	13
14/15	3,36%	
13/14	1,53%	

5º ano	7	2
6º ano	21	9
Total 2ºciclo	28	11
14/15	7,43%	
13/14	10,90%	

7º ano	19	7
8º ano	12	9
9º ano	10	0
total 3ºciclo	41	16
14/15	9,36%	7,67% (3P_13/14)
13/14	7,67%	

Total Básico	92	40
14/15	6,13%	5,55% (3P_13/14)
13/14	5,55%	

10º ano	2	3
11º ano	0	0
12º ano	1	0
Total Secundário	3	3
14/15	0,60%	0,56% (3P_13/14)
13/14	0,56%	

RESULTADOS ACADÉMICOS

A equipa de autoavaliação organizou os dados relativos aos resultados dos alunos ao longo do ano letivo e, quando possível, incluiu a percentagem de classificações/níveis positivos do triénio.

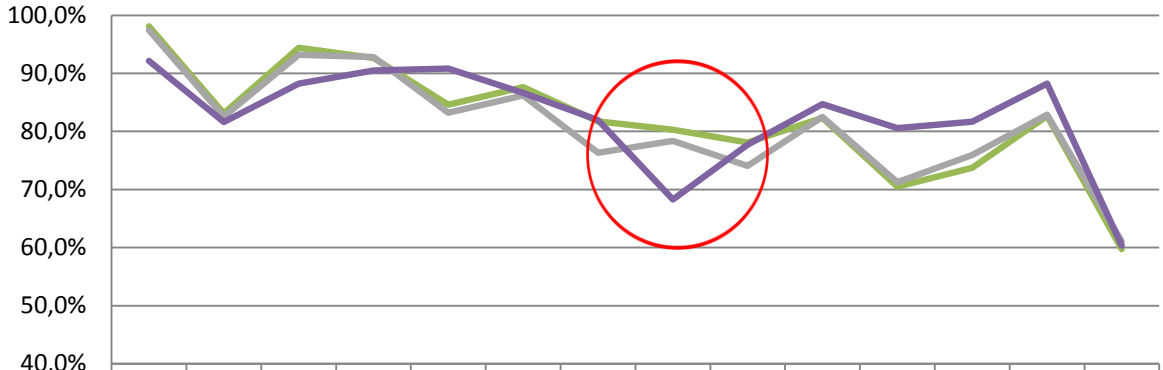
No caso do 3º ciclo, por se tratar de um ciclo com um grande número de disciplinas e o agrupamento apresentar uma oferta bastante diversificada de disciplinas de opção (Música, Dança, Cerâmica, Fotografia e Educação Tecnológica) optou-se por analisar as disciplinas do departamento de expressões separadamente.

À semelhança do ano anterior, usamos sempre que possível os comentários dos grupos disciplinares, a partir da consulta de atas e de reflexões enviadas pelos respetivos grupos disciplinares, prática que pretendemos dar continuidade e consolidar nos próximos anos.

Relativamente à avaliação externa, fazemos uma análise dos resultados das provas nacionais das disciplinas de Português, Matemática do 2º e 3º Ciclos, dando igualmente oportunidade dos grupos disciplinares refletirem sobre os seus próprios resultados. No que se refere aos exames nacionais do ensino secundário, procedemos a uma análise mais aprofundada dos resultados dos exames de Português, Matemática e História A, uma vez que são estas as disciplinas trienais estruturantes.

Nesse sentido, a equipa de autoavaliação do agrupamento solicitou aos grupos disciplinares que se pronunciassem quanto aos fatores que contribuíram para a obtenção dos resultados (internos e externos), por ano de escolaridade e à redefinição das estratégias de melhoria/sugestões, usando para este efeito um documento relativo às taxas de sucesso interno nos ensinos básico e secundário e as análises estatísticas das provas nacionais (ENEB) e dos exames nacionais do ensino secundário (ENES).

Sucesso: Aprovações e Transições



	1º	2º	3º	4º	5º	6º (int)	6º (final)	7º	8º	9º (int)	9º (final)	10º	11º	12º
Histórico desde 09/10	98,1%	83,1%	94,4%	92,7%	84,6%	87,7%	81,7%	80,3%	78,1%	82,4%	70,5%	73,7%	82,7%	59,7%
Média triénio (11/12 - 13/14)	97,5%	82,6%	93,2%	92,8%	83,2%	86,2%	76,3%	78,4%	74,1%	82,5%	71,3%	76,0%	82,9%	61,1%
Sucesso 14/15	92,2%	81,6%	88,2%	90,5%	90,8%	86,6%	82,0%	68,3%	77,7%	84,7%	80,6%	81,7%	88,2%	60,3%

O gráfico anterior refere-se ao sucesso por ano, isto é, às taxas de transição ou aprovação entre o 1.º e o 12.º ano de escolaridade. Tendo por base os valores do triénio 2011/14 e o histórico desde 2009/10 podemos verificar que o sucesso entre o 1.º e o 12.º ano de escolaridade, no presente ano letivo:

- Subiu no 5º, 6º (final), 8º, 9º, 10º e 11º anos;
- Desceu no 1º, 2º, 3º, 4º, 7º e 12º anos.

Verifica-se que no caso do 1º ciclo há uma diminuição do sucesso quando comparado com o histórico e o triénio, embora que ligeira no caso do 2º ano.

Relativamente ao 2º ciclo, o 5º ano apresenta um aumento do sucesso relativamente ao histórico e ao triénio. No caso do 6.º ano o sucesso interno está em concordância com histórico e o triénio, contudo o sucesso final (após a realização de exames) melhora em relação ao triénio ficando em linha com o histórico, atenuando-se a discrepância entre o resultado final e o interno que foi registada no ano letivo anterior.

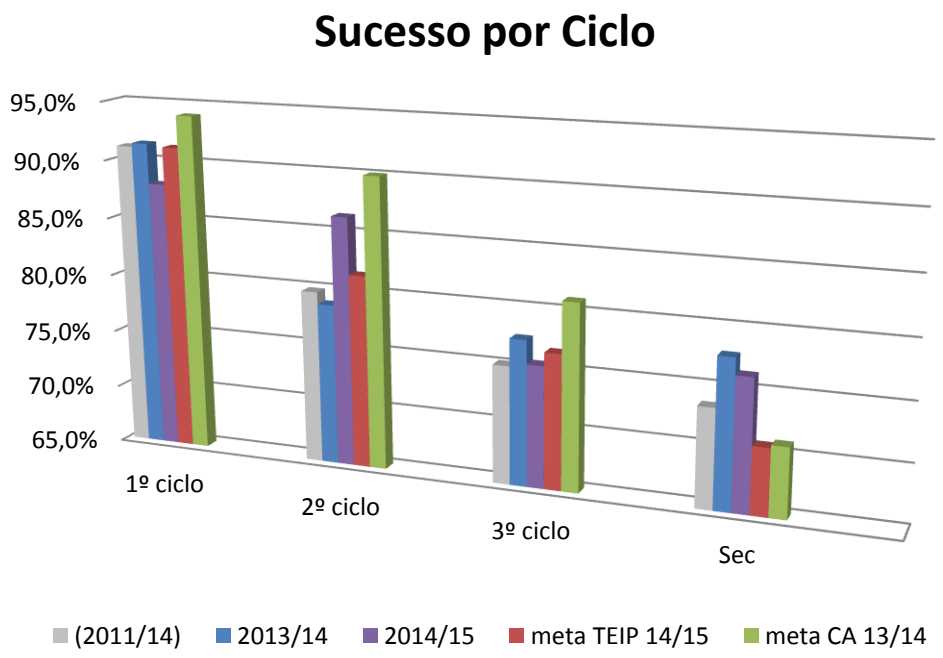
Regista-se que no 3º ciclo, o 7º ano apresenta uma acentuada diminuição do sucesso quando comparado com o histórico (- 12 pp) e o triénio (-10 pp). No 8º ano o sucesso fica em linha com o histórico registando-se uma melhoria relativamente ao triénio.

Relativamente ao 9.º ano, a taxa de sucesso interno aumenta, e o sucesso final (após a realização de exames) melhora significativamente (acima dos 9 pp) relativamente ao triénio e ao histórico. Verifica-se que a discrepância entre o resultado final e o interno atenua-se comparativamente às registadas no histórico e no triênio.

No ensino secundário, no 10º e 11º anos verifica-se um aumento do sucesso e no 12º ano uma ligeira diminuição, relativamente ao histórico e ao triénio.

Sucesso Global por Ciclo

Um dos objetivos operacionais do TEIP e do contrato de autonomia (2013/14) é aumentar a taxa global de sucesso escolar por ciclo.



Relativamente ao TEIP verifica-se que se atingiu a meta do sucesso escolar no 2º ciclo e no ensino secundário, onde se consideram somente os cursos científico-humanísticos.

Relativamente ao contrato de autonomia (2013/14), apesar do valor de partida considerado reportar à média do triénio 2009/12, verifica-se que somente no ensino secundário (cursos científico-humanísticos/profissionais) é que se atingiu a meta.

Os restantes ciclos continuam abaixo das respetivas metas, registando-se inclusivamente no 1º ciclo uma diminuição do sucesso em comparação com o triénio 2011/14 e no 3º ciclo uma diminuição do sucesso em comparação com o ano letivo 2013/14.

Tabela - Análise do sucesso escolar (contrato de Autonomia)		Valor de partida (média triénio 09/12)	Valor de chegada contratualizado	Valor de chegada alcançado	Cumprimento da meta
Ensino Básico	1º ciclo	92,27%	94%	88%	**Não foi atingida a meta**
	2º ciclo	86,40%	90%	86,4%	**Não foi atingida a meta**
	3º ciclo	76,53%	81%	75,5%	**Não foi atingida a meta**
Ensino Secundário	Cursos Científico – Humanísticos	66%	71%	76,3%	**Foi atingida a meta**
	Cursos Profissionais	65,73%	71%	?	?

A equipa de autoavaliação aguarda o envio dos dados relativos aos Cursos Profissionais para proceder à respetiva avaliação.

Avaliação Interna

A análise realizada tem apenas em consideração os dados obtidos a partir do JPM. Compete aos respetivos departamentos e grupos disciplinares e/ou às escolas nas suas reuniões de núcleo analisarem os mesmos de forma a serem encontradas estratégias que invertam as situações negativas aqui verificadas.

Pré-Escolar

Nas diferentes faixas etárias, (três, quatro e cinco anos), no percurso dos três períodos letivos, é patente uma evolução positiva dos resultados. Estes evidenciam que as estratégias implementadas, as práticas desenvolvidas e a continuidade pedagógica, foram adequadas às necessidades das crianças. Para este facto, muito contribuiu a articulação curricular entre a educação pré-escolar e os docentes do 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico.

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa e implica princípios e procedimentos de avaliação adequados à especificidade de cada nível de ensino.

A avaliação na educação pré-escolar assume uma dimensão marcadamente formativa, pois trata-se, de um processo contínuo e interpretativo, que se interessa mais pelos processos, do que pelos resultados. Procura tornar a criança protagonista da sua aprendizagem, de modo a que vá tomando consciência do que já conseguiu, das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassando.

O educador “avalia, numa perspetiva formativa a sua intervenção, o ambiente e os processos educativos bem como o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança e do grupo”(Decreto-Lei nº241/2001 de 30 de Agosto). Cabe a cada educador avaliar, numa perspetiva formativa, os processos educativos, o desenvolvimento de competências e aprendizagens de cada criança e do grupo, de acordo com as Metas de Aprendizagem. Importa referir que as Competências e metas foram ajustadas por idades e hierarquizadas de 1 a 5, de forma a permitirem uma observação mais focada nas diferentes Áreas e Domínios, para facilitar uma avaliação mais rigorosa das necessidades a trabalhar com as crianças.

Esta organização teve como fundamentação teórica, Portugal, G. & Leavers, F. (2010).

Educação Pré-Escolar - três anos

ÁREAS CURRICULARES	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Formação Pessoal e Social	3%	37%	58%	2%	0%	0%	9%	61%	30%	0%	0%	2%	31%	48%	19%
Expressão e Comunicação	7%	36%	56%	1%	0%	1%	10%	61%	27%	1%	0%	4%	34%	46%	16%
Conhecimento do Mundo	8%	37%	55%	0%	0%	1%	16%	62%	20%	1%	0%	4%	34%	47%	15%
TIC	73%	20%	7%	0%	0%	2%	17%	64%	16%	1%	0%	6%	36%	43%	16%

EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Linguagem oral e Abordagem Escrita	13%	39%	47%	1%	0%	3%	20%	61%	14%	2%	0%	7%	35%	45%	13%
Matemática	19%	43%	38%	0%	0%	4%	24%	55%	16%	1%	0%	9%	35%	41%	16%
Expressão Plástica	6%	47%	46%	1%	0%	3%	19%	59%	18%	1%	0%	7%	34%	42%	16%
Expressão Dramática/Teatro	6%	35%	57%	2%	0%	3%	17%	59%	20%	1%	0%	6%	37%	40%	17%
Expressão Musical	6%	34%	60%	0%	0%	2%	16%	61%	20%	1%	0%	6%	41%	37%	16%
Dança	2%	23%	74%	1%	0%	1%	13%	63%	23%	0%	0%	4%	39%	42%	16%
Expressão Motora	0%	35%	64%	1%	0%	2%	14%	65%	19%	0%	0%	5%	39%	41%	15%

A Área da Expressão e Comunicação, mais concretamente nos domínios da matemática, expressão plástica e linguagem oral e abordagem à escrita apresentam maiores fragilidades, o que se deve ao facto de serem crianças que frequentam pela primeira vez o Jardim de Infância.

Educação Pré-Escolar - quatro anos

ÁREAS CURRICULARES	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Formação Pessoal e Social	0%	15%	61%	21%	3%	0%	2%	47%	45%	6%	0%	0%	26%	42%	32%
Expressão e Comunicação	0%	19%	61%	18%	2%	0%	2%	54%	39%	5%	0%	0%	24%	51%	24%
Conhecimento do Mundo	0%	15%	68%	15%	2%	0%	2%	52%	42%	4%	0%	0%	22%	51%	27%
TIC	0%	52%	35%	13%	0%	0%	0%	61%	39%	0%	0%	0%	35%	61%	4%

EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Linguagem oral e Abordagem Escrita	0%	27%	48%	23%	2%	0%	4%	51%	37%	8%	0%	1%	26%	45%	28%
Matemática	0%	23%	55%	18%	4%	0%	3%	56%	34%	7%	0%	0%	27%	49%	24%
Expressão Plástica	0%	17%	63%	18%	2%	0%	1%	55%	41%	3%	0%	0%	27%	48%	25%
Expressão Dramática/Teatro	0%	27%	60%	11%	2%	0%	3%	61%	34%	2%	0%	1%	28%	58%	13%
Expressão Musical	0%	10%	69%	19%	1%	0%	1%	57%	36%	6%	0%	0%	20%	56%	24%
Dança	0%	17%	66%	15%	2%	0%	2%	54%	40%	4%	0%	0%	24%	52%	24%
Expressão Motora	0%	7%	65%	24%	4%	0%	0%	45%	47%	8%	0%	0%	19%	46%	35%

Observa-se que apenas 1% das crianças dos 4 anos não adquiriram as competências no domínio das expressões e da linguagem oral e abordagem à escrita.

Realça-se o facto de que, em todas as Áreas e Domínios a maior parte das crianças se encontra no nível 4.

Educação Pré-Escolar - cinco anos

ÁREAS CURRICULARES	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Formação Pessoal e Social	2%	19%	51%	26%	2%	0%	8%	41%	42%	9%	0%	6%	29%	34%	31%
Expressão e Comunicação	0%	12%	64%	21%	3%	0%	2%	42%	48%	8%	0%	0%	29%	37%	34%
Conhecimento do Mundo	0%	12%	62%	24%	2%	0%	3%	41%	47%	9%	0%	0%	30%	34%	36%
TIC	0%	11%	66%	20%	3%	0%	2%	42%	48%	8%	0%	0%	29%	38%	33%

EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO	1.º Período					2.º Período					3.º Período				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Linguagem oral e Abordagem Escrita	0%	12%	62%	24%	2%	0%	2%	40%	50%	8%	0%	0%	29%	36%	35%
Matemática	1%	18%	56%	22%	4%	0%	5%	41%	46%	8%	0%	1%	30%	35%	34%
Expressão Plástica	0%	11%	66%	20%	3%	0%	2%	42%	48%	8%	0%	0%	29%	38%	33%
Expressão Dramática/Teatro	0%	11%	66%	20%	3%	0%	2%	42%	48%	8%	0%	0%	29%	38%	33%
Expressão Musical	0%	11%	66%	20%	3%	0%	2%	42%	48%	8%	0%	0%	29%	38%	33%
Dança	0%	11%	66%	20%	3%	0%	2%	42%	48%	8%	0%	0%	29%	38%	33%
Expressão Motora	0%	11%	66%	20%	3%	0%	2%	42%	48%	8%	0%	0%	29%	38%	33%

A Área da Formação Pessoal e Social é a que apresenta maiores fragilidades, com 6% das crianças ainda se encontrarem no nível 2. Esta situação deve ao facto de serem crianças que frequentaram pela primeira vez o Jardim de Infância.

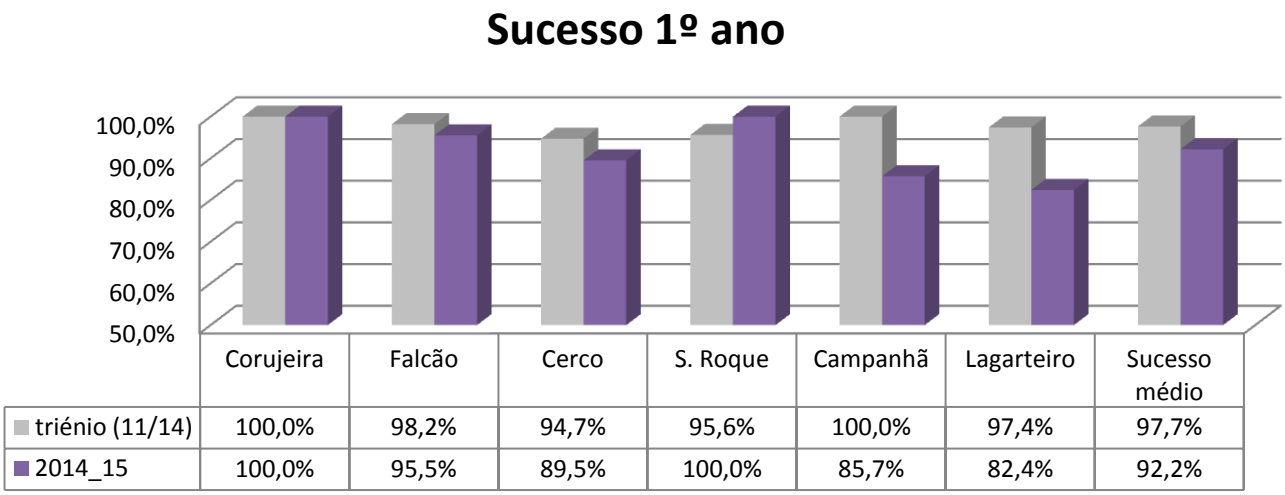
Verifica-se que no Domínio da Matemática, 1% das crianças apresentam nível 2. Realça-se o facto de que, em todas as Áreas e Domínios, a maior parte das crianças se encontra nos níveis 4 e 5.

Síntese geral

Nas diferentes faixas etárias, (três, quatro e cinco anos), no percurso dos três períodos letivos, é patente uma evolução positiva dos resultados. Estes evidenciam que as estratégias implementadas, as práticas desenvolvidas e a continuidade pedagógica, foram adequadas às necessidades das crianças. Para este facto, muito contribuiu a articulação curricular entre a educação Pré-escolar e os docentes do 1.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

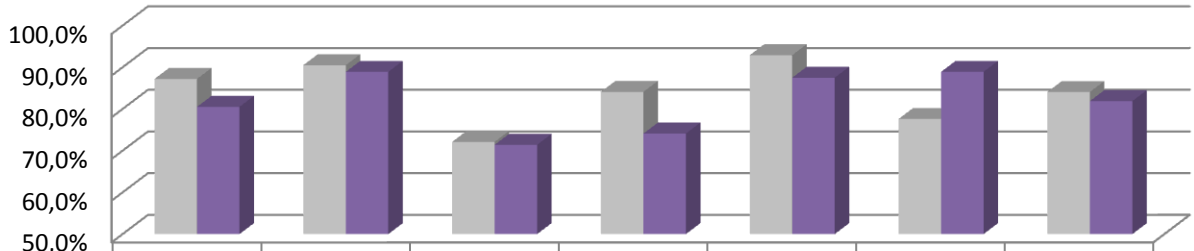
1º Ciclo

No agrupamento verifica-se uma diminuição do sucesso médio educativo em todos os anos de escolaridade do 1.º ciclo, com incidência no 1.º e 3º. Anos de escolaridade. O ano em que a diminuição é menor é no 2.º ano de escolaridade.



No 1º ano, as taxas de variação em relação ao triénio anterior vão desde os 4,4% positivos da EB de S. Roque até aos 15% negativos da EB do Lagarteiro. Destacar assim de forma positiva a EB de S. Roque que consegue ter um sucesso educativo de 100%, tal como acontece com a Corujeira que mantem a taxa de 100% de anos anteriores. Negativamente o destaque vai para a EB de Campanhã que desce de uma taxa de 100% no triénio para os 85,7%, uma descida significativa de 14,3%. Contudo a maior descida pertence à EB do Lagarteiro com uma descida de 15% face à média dos dois anos anteriores (desde que esta escola pertence ao nosso agrupamento). A EB do Cerco e a EB do Falcão tem descidas menores de 5,2% e 2,7% respetivamente. As taxas de sucesso educativo neste ano de escolaridade variam desde os 100% da EB da Corujeira e de S. Roque aos 82,4% da EB do Lagarteiro. No global o 1.º ano de escolaridade tem uma descida no seu sucesso médio de 5,5%, que acaba por ser a maior descida nos 4 anos de escolaridade do 1.º ciclo. Apesar disso ainda é o ano de escolaridade com o melhor sucesso médio (92,2%).

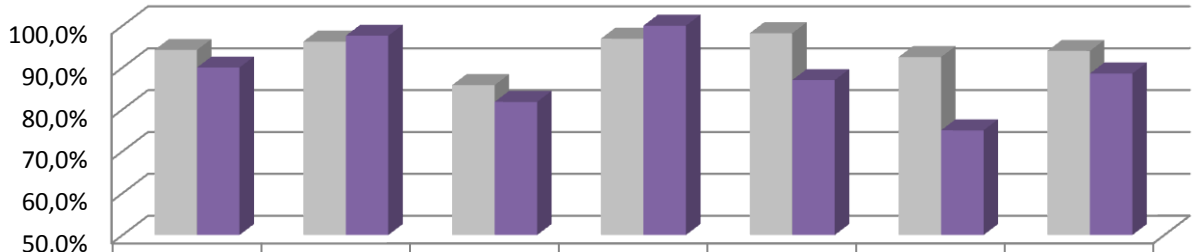
Sucesso 2º ano



	Corujeira	Falcão	Cerco	S. Roque	Campanhã	Lagarteiro	Sucesso médio
Triénio (11/14)	87,2%	90,5%	72,1%	84,1%	92,9%	77,6%	84,1%
2014_15	80,5%	88,9%	71,4%	74,1%	87,5%	88,9%	81,9%

No 2º ano, as taxas de variação em relação ao triénio anterior vão desde os 11,3% positivos da EB do Lagarteiro aos 10% negativos da EB de S. Roque. Assim é de destacar pela positiva a melhoria significativa do sucesso na EB do Lagarteiro que assim iguala a EB do Falcão como escola com melhor sucesso educativo neste ano de escolaridade (88,9%). Como já foi referido a EB de S. Roque teve uma descida significativa do sucesso educativo neste ano letivo o que faz com que fique apenas com um sucesso de 74,1%. As escolas EB do Cerco e do Falcão têm descidas pouco significativas de 0,7% e de 1,6% respetivamente. Descidas mais significativas no sucesso educativo encontraram-se na EB de Campanhã e na EB da Corujeira com 5,4% e 6,7%, respetivamente. De referir que nenhuma escola tem sucesso educativo acima dos 89%, tendo a EB do Cerco 71,4%, logo seguida da EB de S. Roque com 74,1%. É neste ano de escolaridade que a descida do sucesso médio é menor, de 2,2%, mas é o ano de escolaridade em que a taxa de sucesso médio é a mais baixa, apenas de 81,9%.

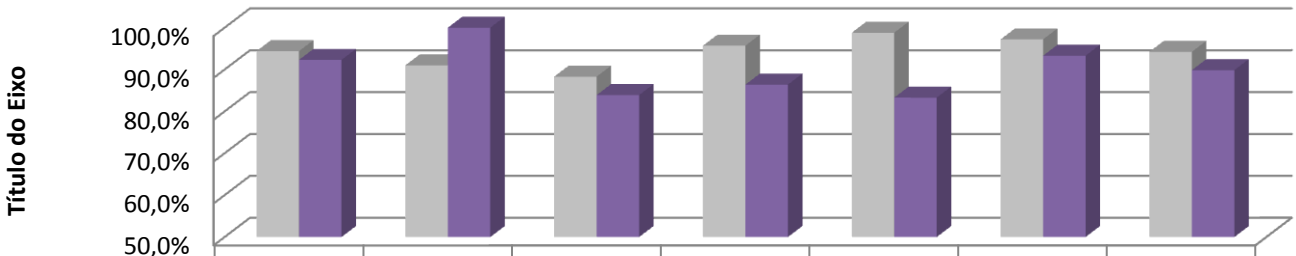
Sucesso 3º ano



	Corujeira	Falcão	Cerco	S. Roque	Campanhã	Lagarteiro	Sucesso médio
Triénio (11/14)	94,2%	96,2%	85,8%	96,9%	98,2%	92,5%	94,0%
2014_15	90,0%	97,6%	81,8%	100,0%	87,0%	75,0%	88,6%

No 3º ano, há a destacar a variação positiva na EB de S. Roque (3,1%) e da EB do Falcão (1,4%). As variações negativas mais significativas aconteceram na EB do Lagarteiro (17,5%) e da EB de Campanhã (11,2%). Descidas menos significativas aconteceram na EB da Corujeira (4,2%) e na EB do Cerco (4%). Com a variação positiva acima referida a EB de S. Roque conseguiu 100% de sucesso educativo neste ano de escolaridade. Também é de destacar os 97,6% de sucesso da EB do Falcão. Apesar da descida no seu sucesso educativo a EB da Corujeira consegue ainda ficar nos 90%. Com a descida acentuada a EB do Lagarteiro tem o menor sucesso educativo neste ano de escolaridade, apenas 75%. A descida ocorrida na EB de Campanhã faz com que o seu sucesso desça para os 87%, enquanto a EB do Cerco tem 81,8%. Neste ano de escolaridade a descida do sucesso educativo médio é significativa (5,4%). É o ano de escolaridade neste ciclo com a segunda mais baixa taxa de sucesso médio, 88,6%.

Sucesso 4º ano



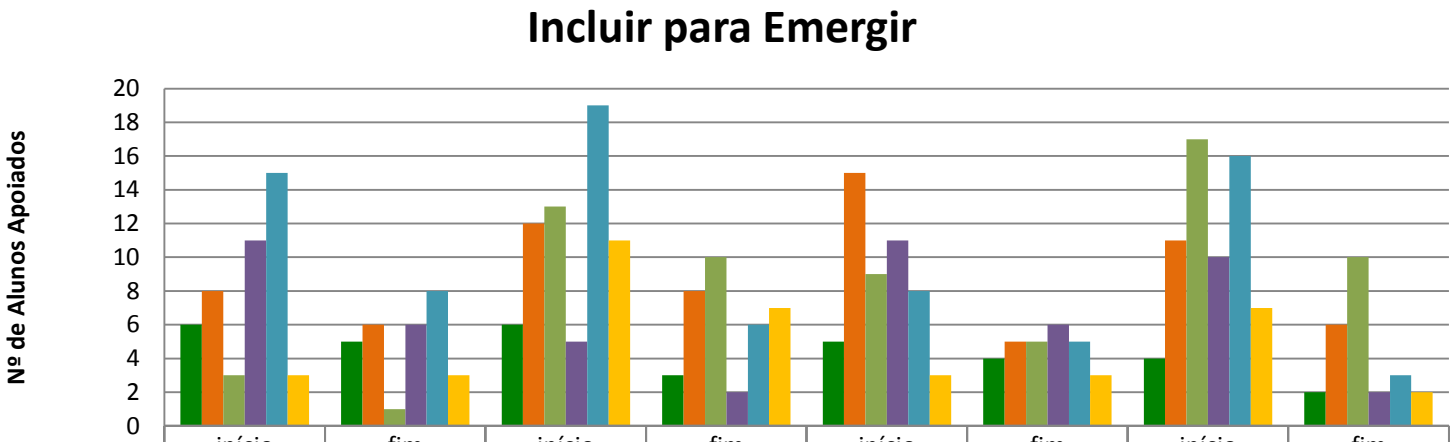
	Corujeira	Falcão	Cerco	S. Roque	Campanhã	Lagarteiro	Sucesso médio
Triénio (11/14)	94,4%	91,0%	88,3%	95,7%	98,8%	97,2%	94,2%
2014_15	92,3%	100,0%	83,9%	86,4%	83,3%	93,3%	89,9%

Neste ano de escolaridade, a variação das taxas de sucesso face às do último triénio vão desde os 9% positivos da EB do Falcão até aos 15,5% negativos da EB de Campanhã. Significativa também a variação negativa na EB de S. Roque de 9,3%. Também com variações negativas temos a EB do Cerco 4,4%, a EB do Lagarteiro 3,1% e a EB da Corujeira 2,1%. Com a melhoria alcançada a EB do Falcão conseguiu alcançar os 100% de sucesso educativo. Na casa dos 90% temos a EB do Lagarteiro com 93,3% e a EB da Corujeira com 92,3%. As outras escolas andam na casa dos 80% com a EB de S. Roque a ter 86,4%, a EB do Cerco a ter 83,9% e a EB de Campanhã com 83,3%. Neste ano de escolaridade a descida do seu sucesso médio também é significativa, 4,4%. O sucesso médio deste ano de escolaridade ficou nos 89,9%.

Da análise dos gráficos outras conclusões se podem retirar e que a seguir se referem:

- Apenas o 1.º ano de escolaridade tem uma taxa de sucesso média acima dos 90%
- Nas EBs de Campanhã e do Cerco houve diminuição de sucesso educativo em todos os anos de escolaridade
- As EBs de S. Roque e do Falcão tiveram melhoria do sucesso educativo em dois anos de escolaridade
- A EB do Lagarteiro teve melhoria de sucesso educativo apenas num ano de escolaridade
- A EB de S. Roque foi a única escola com 100% de sucesso educativo em dois anos de escolaridade
- As EBs do Falcão e da Corujeira conseguiram ter 100% de sucesso educativo num ano de escolaridade
- O 1º ano de escolaridade foi o ano em que em duas escolas houve 100% de sucesso educativo
- A EB de Campanhã foi a escola onde se verificou, no global, a maior variação negativa de sucesso educativo
- A EB do Falcão foi a escola, que, no global, teve a maior variação positiva de sucesso educativo.

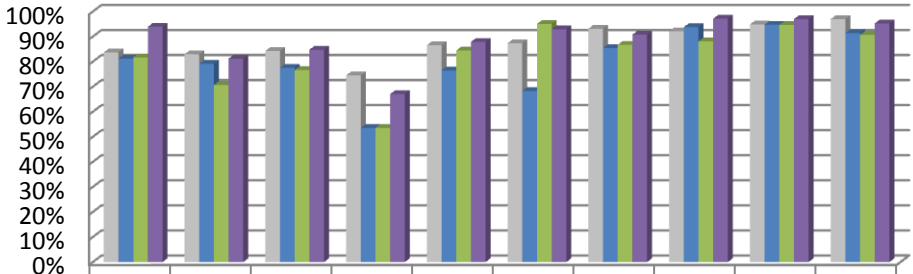
Analisando, por seu turno, os dados fornecidos pela coordenadora de conselho de titulares de turma, relativamente aos níveis de recuperação no âmbito do projeto "Incluir para Emergir", conclui-se que, dos 230 alunos apoiados, 109 recuperam para níveis positivos e que na EB do Lagarteiro, nos 1.º, 2.º e 4.º anos há um número significativo de recuperações, pelo que os valores de sucesso são superiores nesta escola nesses anos. Apesar de não ser tão evidente, no 4.º ano da EB da Corujeira e nos 3.º e 4.º anos da EB do Falcão há igualmente uma recuperação um pouco mais acentuada.



	1.º ano		2.º ano		3.º ano		4.º ano	
	início	fim	início	fim	início	fim	início	fim
Campanhã	6	5	6	3	5	4	4	2
Cerco	8	6	12	8	15	5	11	6
Corujeira	3	1	13	10	9	5	17	10
Falcão	11	6	5	2	11	6	10	2
Lagarteiro	15	8	19	6	8	5	16	3
S. Roque	3	3	11	7	3	3	7	2

2º Ciclo

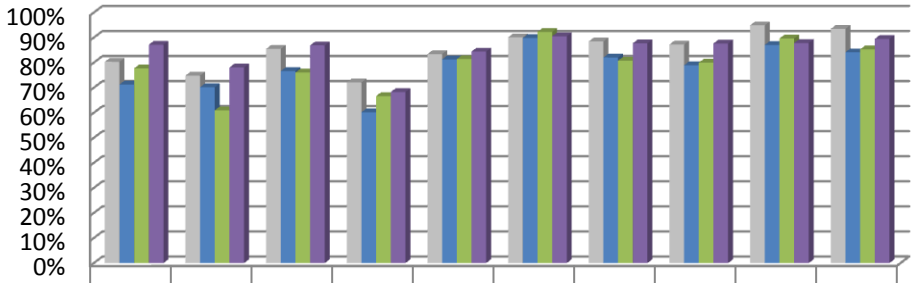
Taxas de sucesso - 5º ano



	PORT	ING	HPG	MAT	CN	EV	ET	EM	EF	EC
Trienio 11/12-13/14	84%	83%	84%	75%	87%	87%	93%	92%	95%	97%
2014-2015 1P	81%	79%	78%	54%	76%	68%	85%	94%	95%	91%
2014-2015 2P	82%	71%	77%	54%	84%	95%	87%	88%	95%	91%
2014-2015 3P	94%	81%	85%	67%	88%	93%	91%	97%	97%	95%

No 5.º ano, todas as disciplinas obtiveram taxas de sucesso superiores a 80%, à exceção de Matemática em que a taxa de sucesso foi de 67%. Registou-se ainda uma melhoria das taxas de sucesso face à média do triénio, em particular de Português.

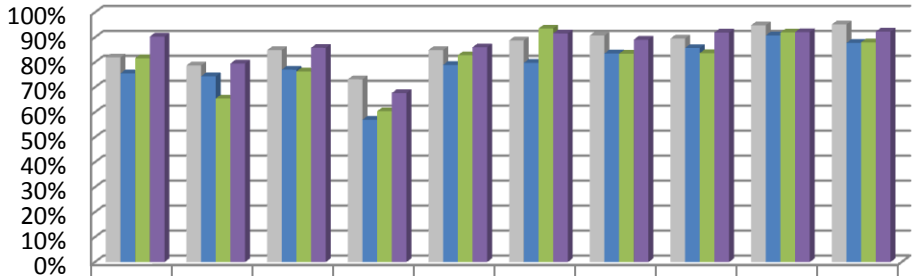
Taxas de sucesso - 6º ano



	PORT	ING	HPG	MAT	CN	EV	ET	EM	EF	EC
Trienio 11/12-13/14	80%	75%	86%	72%	83%	90%	88%	87%	95%	93%
2014-2015 1P	71%	70%	77%	60%	81%	90%	82%	79%	87%	84%
2014-2015 3P	78%	61%	76%	67%	81%	92%	81%	80%	90%	85%
2014-2015 2P	87%	78%	87%	68%	84%	91%	88%	88%	88%	89%

No 6º ano apenas as disciplinas de Inglês e Matemática registaram taxas de sucesso inferiores a 80%. À semelhança do 5º ano, neste nível também se verificou uma melhoria da taxa de sucesso de Português face à média do triénio.

Taxas de sucesso - 2º ciclo



	PORT	ING	HPG	MAT	CN	EV	ET	EM	EF	EC
Trienio 11/12-13/14	82%	79%	85%	73%	85%	89%	91%	90%	95%	95%
2014-2015 1P	76%	74%	77%	57%	79%	80%	84%	86%	91%	88%
2014-2015 2P	82%	66%	76%	60%	83%	94%	83%	84%	92%	88%
2014-2015 3P	90%	80%	86%	68%	86%	92%	89%	92%	92%	92%

Na análise por ciclo de ensino destacaram-se as seguintes evidências:

- Melhoria da taxa de sucesso de Português face ao triénio;
- Agravamento da taxa de insucesso de Matemática face ao triénio;
- Todas as disciplinas apresentaram taxas de sucesso superiores a 80%, com exceção de Matemática.

A equipa de autoavaliação analisou a ata de grupo de 27 de julho de 2015 na qual as docentes do grupo 210 e 220 refletem acerca dos resultados internos e externos das respetivas disciplinas. Nesta assinalaram a melhoria dos resultados a Português no 5º e 6º anos face à média do triénio. Realçaram igualmente o facto do resultado interno do 5º ano suplantar as metas inicialmente definidas. Reconheceram que, no caso do Inglês, ocorreu uma ligeira diminuição da taxa de sucesso e que, apesar dos resultados no 6º ano serem mais baixos do que o expectável, se registou uma pequena melhoria. Na opinião das docentes deste grupo estes resultados devem-se ao acompanhamento individualizado dos alunos e à preparação de materiais adequados ao perfil das turmas em questão.

Quanto a estratégias de melhoria as docentes consideraram fundamental que a escola desenvolva ações de formação para pais/encarregados de educação, o reforço da intervenção da equipa técnica multidisciplinar e uma atuação célere para que as medidas de apoio sejam implementadas em devido tempo, as assessorias, devem ser implementadas, de forma sistemática, por docentes da área, sobretudo nas turmas

onde se verifica um aproveitamento escolar muito reduzido, o Apoio ao Estudo deve ser, fundamentalmente, lecionado por docentes das áreas das letras e das ciências, que lecionem a turma e as atividades deverão ser planificadas em função das necessidades demonstradas pelos alunos.

De acordo com a reflexão enviada pelo grupo 230, no 5º ano de escolaridade a taxa de sucesso é de 88 %. 12 % dos alunos têm nível inferior a três. Não se registam nas diferentes turmas taxas de sucesso inferiores a 50%. No último triénio, a taxa de sucesso fixou-se nos 87%, o que significa um aumento de 1% de sucesso.

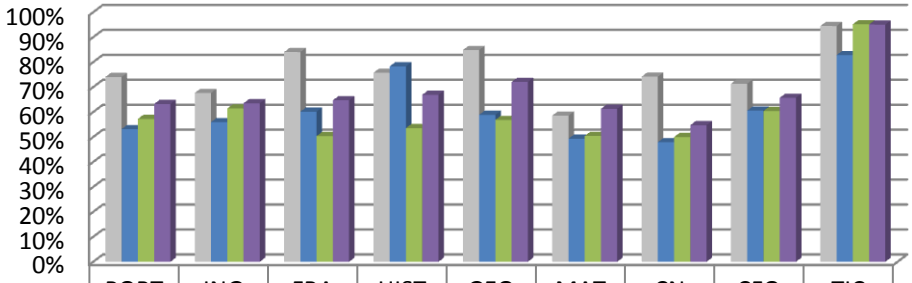
No 6º ano a taxa de sucesso é de 84 %. 16 % dos alunos têm nível inferior a três. Não se registam nas diferentes turmas taxas de sucesso inferiores a 50%. No último triénio a taxa de sucesso foi de 83%, o que significa um aumento de 1%. Os resultados apresentados mostram uma progressão, ao longo do ano letivo, das taxas de sucesso nas duas disciplinas para os 5º e 6º anos de escolaridade.

De acordo com a análise efetuada pelos docentes do grupo de História e Geografia de Portugal, relativa aos resultados da avaliação interna e exarada em ata de reunião do grupo disciplinar realizada no dia 10 de julho de 2015, os resultados foram bastante satisfatórios uma vez que se situaram acima da média do triénio em ambos os anos de escolaridade. Tal facto, levou os docentes a concluir que as estratégias adotadas e as medidas implementadas, ao longo do ano letivo, para combater o insucesso e melhorar os resultados foram adequadas e deverão continuar a ser aplicadas no próximo ano letivo. Os fatores determinantes do sucesso alcançado foram, antes de mais a estabilidade e continuidade do corpo docente. Para além disso, os docentes referiram, entre outras, como medidas importantes para uma aprendizagem mais eficaz e melhoria do sucesso educativo, a elaboração de objetivos para os testes de avaliação e de fichas formativas de revisão e consolidação dos conteúdos programáticos.

A equipa de autoavaliação aguarda o envio das atas ou reflexões dos restantes grupos para poder extrair as informações mais relevantes que possam contribuir para uma explicação mais fidedigna dos resultados e para sugestões de melhoria a partir dos mesmos.

3º Ciclo

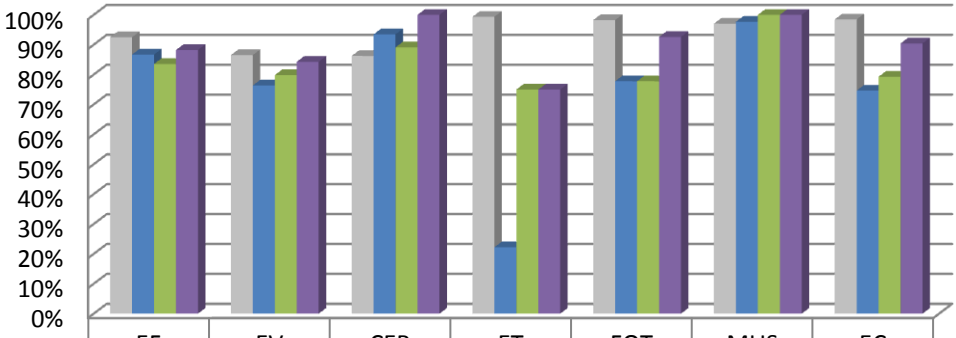
Taxas de sucesso - 7º ano



	PORT	ING	FRA	HIST	GEO	MAT	CN	CFQ	TIC
Trienio 11/12-13/14	74%	68%	84%	76%	85%	59%	74%	71%	94%
2014-2015 1P	53%	56%	60%	78%	59%	49%	48%	61%	83%
2014-2015 2P	57%	61%	50%	54%	57%	50%	50%	60%	95%
2014-2015 3P	63%	64%	65%	67%	72%	61%	55%	66%	95%

No 7º ano a maioria das disciplinas apresentaram taxas de sucesso entre os 60% e os 70%. As taxas de sucesso de todas as disciplinas desceram relativamente ao triénio, à exceção de Matemática que evoluiu positivamente no sentido inverso. A disciplina de História registou um agravamento entre o 1º e o 3º período. As disciplinas de Francês e Ciências Naturais foram as que mais se distanciaram das taxas de sucesso do triénio. Destacou-se ainda o facto de Ciências Naturais ter sido a disciplina com maior insucesso no 7º ano.

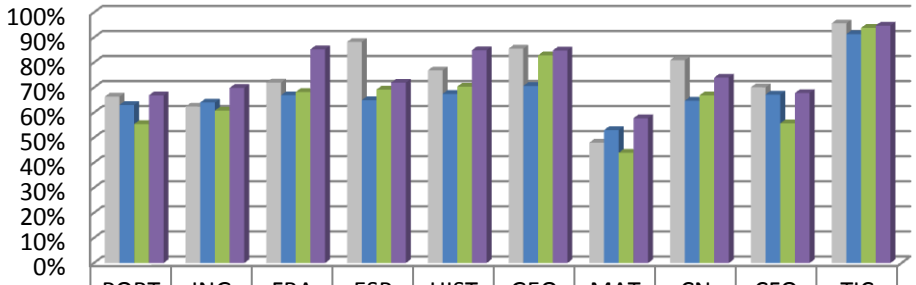
Taxas de sucesso - 7º ano



	EF	EV	CER	ET	FOT	MUS	EC
Trienio 11/12-13/14	93%	87%	86%	99%	98%	97%	98%
2014-2015 1P	87%	76%	93%	22%	78%	98%	75%
2014-2015 2P	84%	80%	89%	75%	78%	100%	79%
2014-2015 3P	88%	84%	100%	75%	93%	100%	90%

Relativamente às disciplinas de expressões verificaram-se taxas de sucesso superiores a 90%, com exceção de Educação Tecnológica. Apesar de uma melhoria significativa entre o 1º e o 2º período, registou-se a menor taxa de sucesso nestas disciplinas.

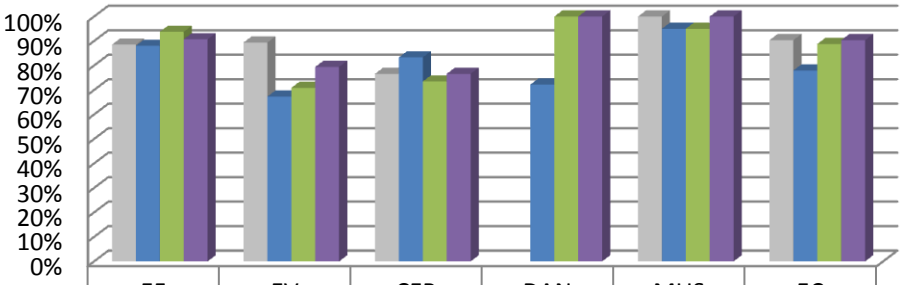
Taxas de sucesso - 8º ano



	PORT	ING	FRA	ESP	HIST	GEO	MAT	CN	CFQ	TIC
Trienio 11/12-13/14	66%	62%	72%	88%	77%	86%	48%	81%	70%	96%
2014-2015 1P	63%	64%	67%	65%	68%	71%	53%	65%	67%	91%
2014-2015 2P	55%	61%	68%	69%	70%	83%	44%	67%	56%	94%
2014-2015 3P	67%	70%	85%	72%	85%	85%	58%	74%	68%	95%

No 8º ano, a maioria das disciplinas manteve ou melhorou as taxas de sucesso relativamente ao triénio, destacando-se neste sentido Matemática que tem vindo a recuperar de uma taxa de sucesso de 38% registada em 2011-2012 para uma taxa de sucesso de 58% em 2014-2015. As disciplinas de Francês e de Ciências Naturais foram as que mais diminuíram o sucesso relativamente às médias do triénio.

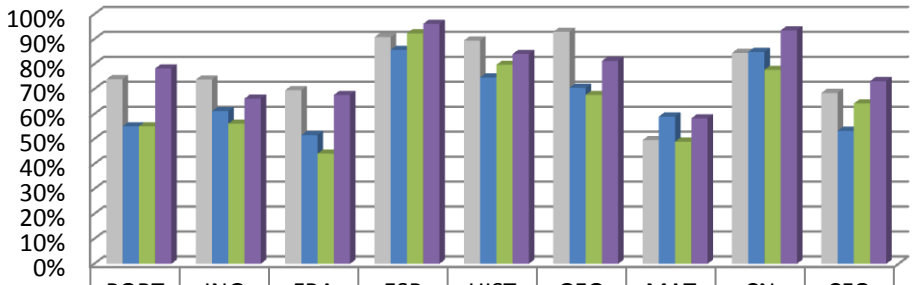
Taxas de sucesso - 8º ano



	EF	EV	CER	DAN	MUS	EC
Trienio 11/12-13/14	89%	89%	77%		100%	90%
2014-2015 1P	88%	67%	83%	72%	95%	78%
2014-2015 2P	94%	71%	73%	100%	95%	89%
2014-2015 3P	91%	79%	77%	100%	100%	90%

Relativamente às disciplinas de expressões verificaram-se taxas de sucesso superiores a 90%, com exceção das disciplinas de Educação Visual e Cerâmica.

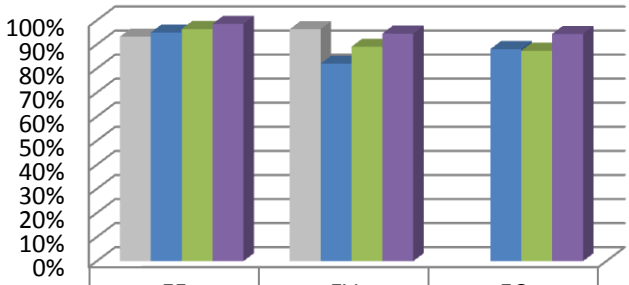
Taxas de sucesso - 9º ano



	PORT	ING	FRA	ESP	HIST	GEO	MAT	CN	CFQ
Trienio 10/11-12/13	74%	74%	70%	91%	89%	93%	50%	84%	68%
2014-2015 1P	55%	61%	52%	86%	75%	71%	59%	85%	53%
2014-2015 3P	55%	56%	44%	92%	80%	68%	49%	78%	64%
2014-2015 2P	78%	66%	68%	96%	84%	81%	58%	94%	73%

No 9º ano, verificou-se uma descida de algumas disciplinas relativamente à média do triénio, em particular das disciplinas de Inglês e de Geografia. No sentido inverso, as disciplinas de Português e Matemática aumentaram face ao triénio.

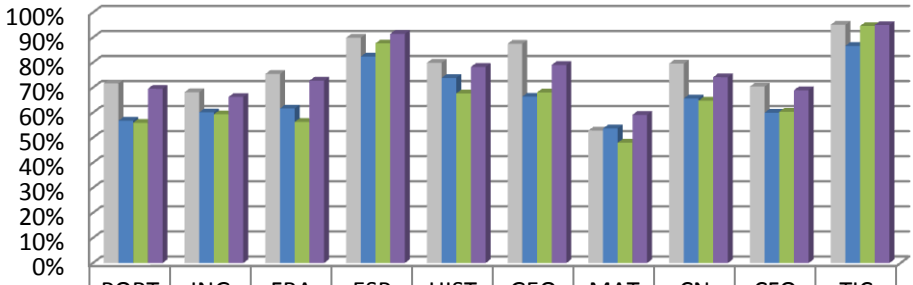
Taxas de sucesso - 9º ano



	EF	EV	EC
Trienio 10/11-12/13	93%	96%	
2014-2015 1P	95%	82%	88%
2014-2015 3P	96%	89%	87%
2014-2015 2P	99%	95%	94%

Neste ano de escolaridade, as disciplinas de expressões registaram, à semelhanças dos anos letivos anteriores, elevadas taxas de sucesso.

Taxas de sucesso - 3º ciclo



	PORT	ING	FRA	ESP	HIST	GEO	MAT	CN	CFQ	TIC
Trienio 11/12-13/14	72%	68%	75%	90%	80%	88%	53%	80%	70%	95%
2014-2015 1P	57%	60%	62%	82%	74%	66%	54%	66%	60%	87%
2014-2015 2P	56%	59%	56%	88%	68%	68%	48%	65%	60%	95%
2014-2015 3P	70%	66%	73%	91%	78%	79%	59%	74%	69%	95%

Na análise por ciclo de ensino destacaram-se as seguintes evidências:

- Melhoria da taxa de sucesso de Matemática face ao triénio;
- As disciplinas com maior insucesso por ordem crescente são Português, Ciências Físico-químicas, Inglês e Matemática.

O grupo disciplinar de Português procedeu à análise dos resultados internos e externos tendo sido essa reflexão exarada na ata do grupo disciplinar de 10 de julho de 2015: Nesta, o grupo reconhece que nos 7º e 8º anos os resultados ficaram aquém das metas global de sucesso e que, no caso do 7º ano, ocorreu uma diminuição do sucesso relativamente ao triénio. Por outro lado, os docentes destacam o facto da meta estabelecida para o 9º ano ter sido ligeiramente superada. O grupo refletiu acerca dos principais problemas detetados, realçando a falta de pré-requisitos, de hábitos e métodos de trabalho e as questões comportamentais. Os docentes consideram que o trabalho contínuo e sistemático é fundamental para que qualquer estratégia surta efeito e só dessa forma será possível melhorar os resultados.

O grupo disciplinar de Inglês considera que relativamente aos resultados escolares, apesar de, na maior parte das turmas, as metas TEIP previstas terem sido atingidas e até ultrapassadas o nível de sucesso à disciplina continua a ser mais baixo do que o desejável. Constatam que os resultados, à exceção do ensino secundário e do 8º ano de escolaridade, pioraram comparativamente ao triénio 2011/2014.

Os fracos resultados alcançados, no terceiro ciclo e no ensino secundário prendem-se, essencialmente:

- Falta de hábitos e métodos de trabalho;
- Lacunas nas aprendizagens que não tentam ultrapassar com a ajuda do professor;
- Fraco interesse bem como falta de concentração.
- Dificuldades na aquisição cognitiva de conhecimentos,
- Falta de assiduidade

Como medidas de melhoria o grupo refere:

- Maior investimento no ensino de matérias curriculares básicas;
- Abordagem dos conteúdos em espiral, cíclica
- Formação de turmas homogéneas.
- Aulas de apoio pedagógico individual já devem vir contempladas no horário de cada docente.
- Atribuição de 45 mins para a preparação do teste PET,
- Punição dos comportamentos desajustados, preenchimento de fichas de questionário sobre o ato de indisciplina e existência de rotinas transversais a todas as disciplinas
- Marcação de mais Conselhos Disciplinares de onde emanem prioritariamente castigos exemplares de carácter cívico, evitando as suspensões;
- Segmentos letivos deveriam ser de 50 minutos como forma de combate à indisciplina e à promoção do sucesso educativo.

Na reflexão enviada pelo grupo de Ciências Físico-Químicas, é realçado que no 7º e 8º anos houve uma ligeira diminuição do sucesso em relação ao triénio, devida, fundamentalmente, a um comportamento inadequado na sala de aula bem como à falta de hábitos de trabalho, quer em sala de aula quer em casa. Por outro lado, no 9ºano houve uma ligeira melhoria em relação ao triénio, contudo continua a verificar-se uma falta de hábitos de trabalho adequada ao ingresso no ensino secundário.

Como estratégias para melhorar o resultado da disciplina no 3º ciclo o grupo considera necessário a existência de assessorias em turmas que apresentem maiores dificuldades e a existência de sala de estudo para dar apoio ao estudo. Relativamente à indicação dos alunos para o apoio, o grupo defende que se deve criar o perfil do

aluno que poderá beneficiar do apoio, isto é, o aluno com perceção das dificuldades, empenhado, disposto a trabalhar e ser ajudado. A indicação de um aluno para apoio a deveria ser acompanhada pela identificação das dificuldades do aluno.

O grupo 520 analisou os resultados de Ciências Naturais, reconhecendo que a disciplina apresentou um elevado insucesso no 7º ano, distanciando-se significativamente da média do triénio. De acordo com a ata de grupo datada de 6 de julho, as principais razões para este insucesso são o facto das turmas do 7º ano terem sido excessivamente grandes, com repercussões ao nível do comportamento e da qualidade do ensino/aprendizagem, a complexidade do programa e sua desadequação ao nível etário dos alunos e o estabelecimento de novas metas programáticas muito mais exigentes. O grupo chama a atenção que os resultados no 8º, apesar de terem descido relativamente à média do triénio, acompanham a tendência geral das restantes disciplinas e estão alinhados com as restantes disciplinas. No caso do 9º ano a tendência foi inversa, verificando uma melhoria significativa dos resultados. No entanto, o grupo realça que também este resultado pode estar enviesado e dever-se, sobretudo, ao efeito de ponderações das avaliações dos alunos em virtude da admissão às provas de final de ciclo. Como medidas para melhorar o resultado da disciplina no 3º ciclo o grupo considera necessário a existência de turmas mais pequenas, sempre que possível, e a existência de uma sala de estudo.

De acordo com a ata de grupo disciplinar de 22 julho, o grupo disciplinar de Educação Visual considera a taxa de sucesso muito boa, constatando-se que poucos alunos não obtiveram sucesso na disciplina. O sucesso de Educação Visual é também dos mais elevados, sobretudo se tivermos em conta a taxa de sucesso da generalidade das disciplinas, que constituem o currículo do 3ºciclo do ensino básico.

Os professores sugeriram estratégias, nomeadamente, insistir e valorizar o cumprimento das normas e regras de conduta, maior acompanhamento por parte dos encarregados de educação, acompanhamento mais individualizado e diversificação das atividades propostas.

A equipa de autoavaliação aguarda o envio das atas ou reflexões dos restantes grupos disciplinares para poder extrair as informações mais relevantes que possam contribuir para uma explicação mais fidedigna dos resultados e para sugestões de melhoria a partir dos mesmos.

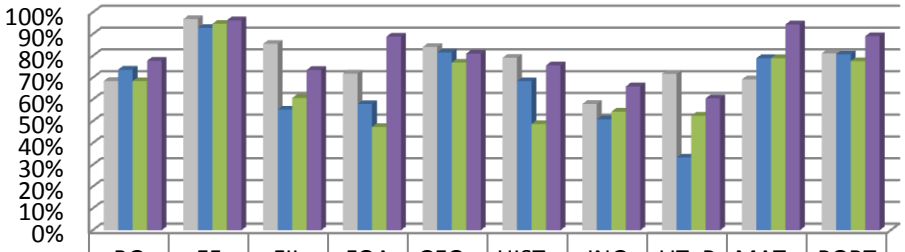
De acordo com os dados apresentados a equipa de autoavaliação considera importante:

- O reforço dos apoios a Matemática no 2º ciclo, nomeadamente com a atribuição da disciplina de Apoio ao Estudo aos professores do grupo 230, retirando-os de outras tarefas;
- A coadjuvação/assessorias nas aulas de Português e Matemática do 2º ciclo;
- A coadjuvação/assessorias nas aulas de Português, Ciências Físico-Químicas, Inglês e Matemática do 3º ciclo;
- Constituição de uma Sala de Estudo com professores de diversas disciplinas, com enfoque nas quatro áreas disciplinares supracitadas;
- Elaboração de um Perfil do Aluno que deverá beneficiar do apoio;
- Ampliação dos Projetos da Provedoria e EPIS, em particular a constituição de alunos monitores que acompanhem e auxiliem o estudo dos colegas;
- Ações de formação para pais/encarregados de educação.

Ensino Secundário – Cursos Científico-Humanísticos

O número de alunos nos cursos Científicos-Humanísticos no Agrupamento de Escolas do Cerco é reduzido. Anualmente verificam-se diferenças significativas no número de alunos que frequentam as disciplinas e no número de alunos que se sujeitam à avaliação externa das respetivas disciplinas. A equipa de autoavaliação alerta para a necessidade de cautela nas inferências a partir da análise estatística, face à variabilidade da amostra.

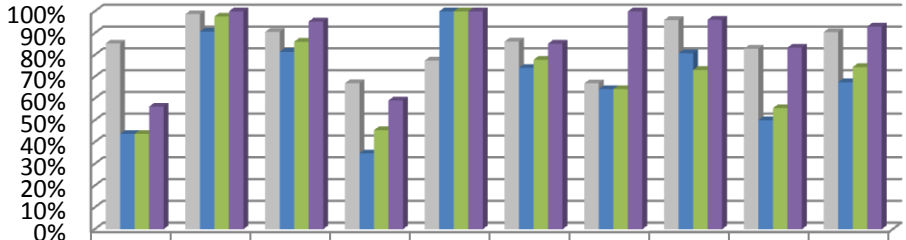
Taxa de Sucesso - 10º ano



	BG	EF	FIL	FQA	GEO_A	HIST_A	ING	LIT_PORT	MAT_A	PORT
Triénio 11/12-13/14	68%	97%	86%	72%	84%	79%	58%	72%	69%	81%
14-15 1P	74%	93%	55%	58%	82%	68%	51%	33%	79%	81%
14-15 2P	68%	95%	61%	47%	77%	49%	54%	53%	79%	78%
14-15 3P	78%	96%	74%	89%	81%	76%	66%	61%	94%	89%

No 10º ano a maioria das disciplinas apresentaram taxas de sucesso acima dos 75%, à exceção das disciplinas de Inglês e de Literatura Portuguesa que apresentam as taxas de sucesso mais baixas e são igualmente as disciplinas que apresentaram um maior número de classificações igual ou inferior a sete. Registou-se uma descida do sucesso a Filosofia relativamente ao triénio e uma melhoria significativa de Matemática relativamente ao triénio, constituindo a segunda disciplina com melhor aproveitamento.

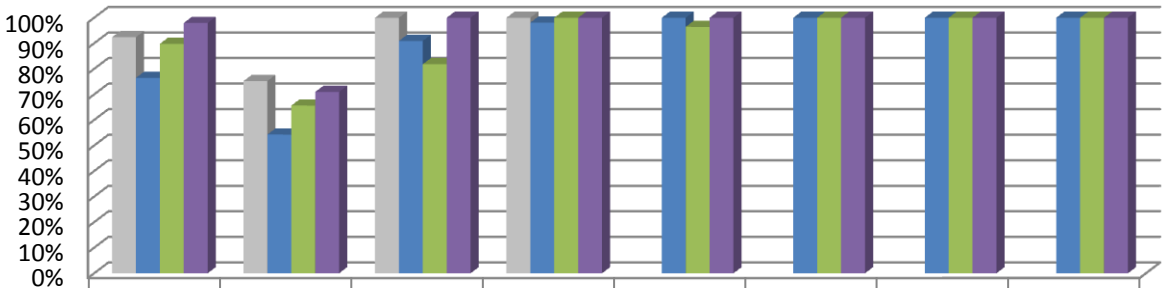
Taxa de Sucesso - 11º ano



	BG	EF	FIL	FQ_A	GEO_A	HIST_A	ING	LIT_PORT	MAT_A	PORT
Triénio 11/12-13/14	85%	99%	91%	67%	77%	86%	67%	96%	83%	90%
14/15 1P	44%	91%	81%	35%	100%	74%	64%	81%	50%	67%
14/15 2P	44%	98%	86%	45%	100%	78%	64%	73%	56%	74%
14/15 3P	56%	100%	95%	59%	100%	85%	100%	96%	83%	93%

No 11º ano a maioria das disciplinas apresentaram taxas de sucesso acima dos 85%, à exceção das disciplinas de Biologia e Geologia e de Física e Química A que apresentam as taxas de sucesso mais baixas. Ambas as disciplinas registaram uma descida significativa do sucesso interno relativamente ao triénio. Há ainda a realçar o bom aproveitamento na disciplina de Filosofia, sendo a disciplina onde foram obtidos maior número de classificações igual ou superior a 14 valores.

Taxas de Sucesso - 12º ano



	Português	Matemática A	História A	Educação Física	Biologia	Geologia	Geografia C	Classicos da Literatura
Triénio 11/12-13/14	92%	75%	100%	100%				
14/15 1P	76%	54%	91%	98%	100%	100%	100%	100%
14/15 2P	90%	66%	82%	100%	96%	100%	100%	100%
14/15 3P	98%	71%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

No 12º ano todas as disciplinas apresentaram taxas de sucesso acima dos 95%, à exceção da disciplina de Matemática A que apresentou a taxa de sucesso mais baixa. Há a realçar o facto de disciplinas sujeitas a exame trienal (Português e História A) apresentarem uma elevada taxa de sucesso interno. Destaca-se ainda o facto das disciplinas de opção apresentarem todas 100% de sucesso e um elevado número de classificações igual ou superior a 17 valores.

À semelhança da análise para os 2º e 3º Ciclos, a equipa de autoavaliação consultou atas e analisou documentos de reflexão enviados pelos grupos disciplinares dos quais extraímos as informações mais relevantes.

Relativamente à disciplina de Português, o grupo disciplinar considerou as percentagens globais de sucesso obtidas bastante satisfatórias, uma vez que superaram as metas estabelecidas no 10º e 12º anos. No 11º, apesar de se ter obtido uma percentagem global de sucesso 93,33%, o resultado ficou aquém da meta estabelecida. Segundo as docentes do grupo, os resultados bastante positivos obtidos no décimo segundo ano a nível interno demonstram todo o empenho e excelente trabalho desenvolvido pelos alunos ao longo de todo o ensino secundário.

O grupo 510, destacou que no 10º ano houve uma melhoria significativa em comparação com o triénio dos resultados a Física e Química A. Esta melhoria do sucesso está relacionada com facto da turma ser pequena, os alunos revelarem capacidades e o apoio ter surtido efeito. Contudo é realçado que os resultados poderiam ser melhores se o trabalho fosse realizado de forma contínua e sistemática. Relativamente ao 11º ano a taxa de sucesso diminuiu relativamente ao triénio. A considerável percentagem de níveis inferiores a dez (41%) e o facto de uma larga maioria de alunos ter uma classificação inferior ou igual a onze (77%) à disciplina de Física e Química A, deveu-se à ausência de hábitos de estudo contínuos e sistemáticos e coerentes com o grau de dificuldade da disciplina, repercutindo-se essencialmente ao nível dos testes, nas questões de cálculo e desenvolvimento que envolvem operações mentais complexas e que pressupõem conhecimentos consolidados e processos mecanizados, mas também nas questões de escolha múltipla face às dificuldades de interpretação reveladas pelos alunos. De registar que os testes aplicados durante o ano seguiram a estrutura de exame e que a média dos testes variou entre 7,3 e 9,2. Verificou-se também que em todos os testes, o sucesso

médio da turma por questão foi sempre inferior a cinquenta por cento, independentemente do tipo de questão. De registar que todos os alunos revelam dificuldades em operações básicas de cálculo e em desenvolver raciocínios lógico abstratos. A maioria apresenta dificuldades em relacionar diferentes conteúdos e dificuldades na interpretação dos enunciados típicos de exame.

De modo a melhorar os resultados da Física e Química A no secundário, é importante que os alunos se responsabilizem mais, invistam num trabalho sistemático e contínuo, dentro e fora da sala de aula, invistam na superação das lacunas associadas às operações básicas de cálculo e, simultaneamente, sejam mais ambiciosos. Relativamente aos apoios disponibilizados pela escola, o espaço de Preparação de Exames deve continuar mas focando-se essencialmente nesse pressuposto e direcionada apenas para esse fim. Deveria também haver um apoio ao estudo ao longo do ano para incentivar e motivar os alunos a esclarecerem as suas dúvidas.

O grupo 520 destacou igualmente que no 10º ano houve uma melhoria significativa em comparação com o triénio dos resultados. Esta melhoria do sucesso está relacionada com facto da turma ter uma dimensão adequada e os alunos revelarem capacidades. No entanto, considerou-se que é necessário um estudo mais regular e sistemático. Por outro lado, no 11º ano ocorreu uma diminuição significativa dos resultados face ao triénio que se devem à ausência de hábitos de estudo. No caso do 12º ano os resultados são muito bons e os alunos obtiveram um grande número de níveis igual ou superior a 17 valores. Esta situação deve-se, essencialmente, ao facto do exame nacional ser realizado no 11º ano. Como medidas de melhoria para a disciplina bienal de Biologia e Geologia os docentes consideram importante o reforço do espaço de Preparação de Exames de forma a auxiliar os alunos no estudo.

De acordo com os dados apresentados a equipa de autoavaliação considera importante:

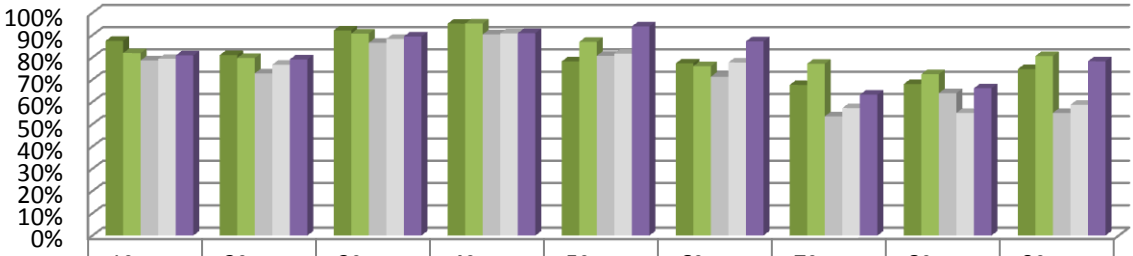
- A existência de apoio a partir do 10º ano para a disciplina de Inglês;
- A possibilidade de outra opção de Língua Estrangeira em alternativa ao Inglês;
- O reforço dos apoios, nomeadamente o espaço de Preparação de Exames, para as disciplinas bienais e trienais sujeitas a exames.

Ensino Secundário - Cursos Profissionais

Cursos Profissionais		Inscritos	EF	Retidos por faltas	AM	N.º de alunos	Sucesso	Reprovações (13/14)	Alunos com módulos em atraso
3.º ano	CP Tur - 3.º ano								
	CP Rest (Coz/Past) - 3.ºano								
	CP Elet. - 3.º ano								
2.º ano	CP Rest (Rest/Bar) - 1.º ano								
	CP EAC - 1.º ano								
1.º ano	CP Rest (Rest/Bar) - 1.º ano								
	CP AGD - 1.º ano								

Evolução do Português e Matemática no Ensino Básico

Evolução do Português



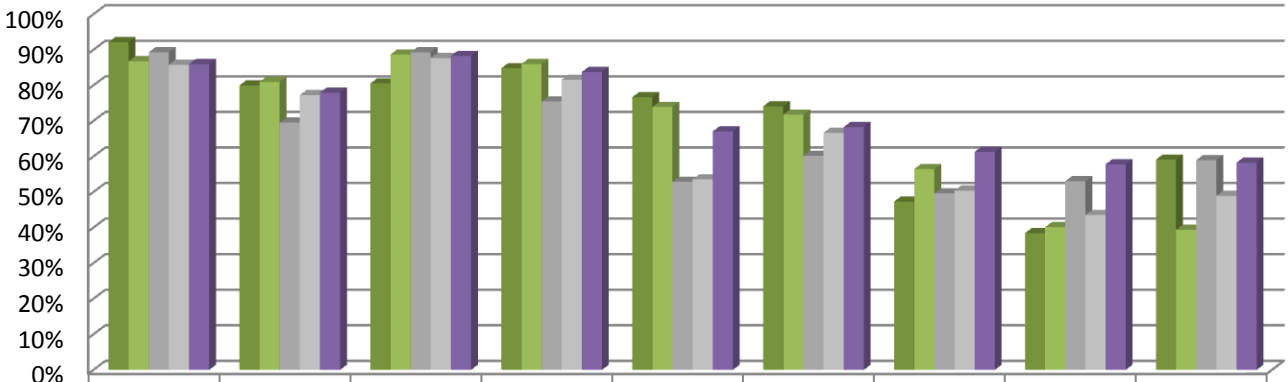
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
2012/13	87,43%	81,01%	92,12%	95,16%	78,18%	77,30%	67,65%	68,03%	74,75%
2013/14	81,94%	79,72%	90,68%	95,19%	86,96%	76,03%	77,17%	72,46%	80,61%
2014/15(1P)	78,62%	72,83%	86,52%	90,32%	80,70%	71,28%	53,52%	63,93%	55,07%
2014/15(2P)	79,35%	76,70%	88,27%	90,79%	81,66%	77,72%	57,25%	55,04%	58,70%
2014/15(3P)	80,89%	79,10%	89,39%	90,91%	93,94%	87,17%	63,24%	66,14%	78,26%

De acordo com os dados apresentados, as taxas de sucesso a Português no 1º ciclo apresentam tipicamente uma melhoria dos resultados no 3º e 4º anos. No entanto, os resultados têm vindo a diminuir em todos os anos de escolaridade, o que se revela um dado que merece alguma atenção.

No caso do Português, a dificuldade de transição entre o 4º e o 5º ano tem vindo a ser cada vez menos evidente, revelando-se até cada vez mais uma maior discrepância entre os resultados do 5º e 6º anos, fruto da prova nacional de 6º ano. Apesar disso, ao contrário do 1º ciclo as taxas de sucesso no 5º e 6º ano têm vindo a melhorar.

No 3º ciclo dá-se, caracteristicamente, uma quebra nas taxas de sucesso dos alunos, o que é indicador de que a aposta em apoios e num acompanhamento mais individualizado deve ser forte nestes dois anos de escolaridade. No 9º ano tem-se vindo a registar uma ligeira melhoria nos resultados.

Evolução da Matemática



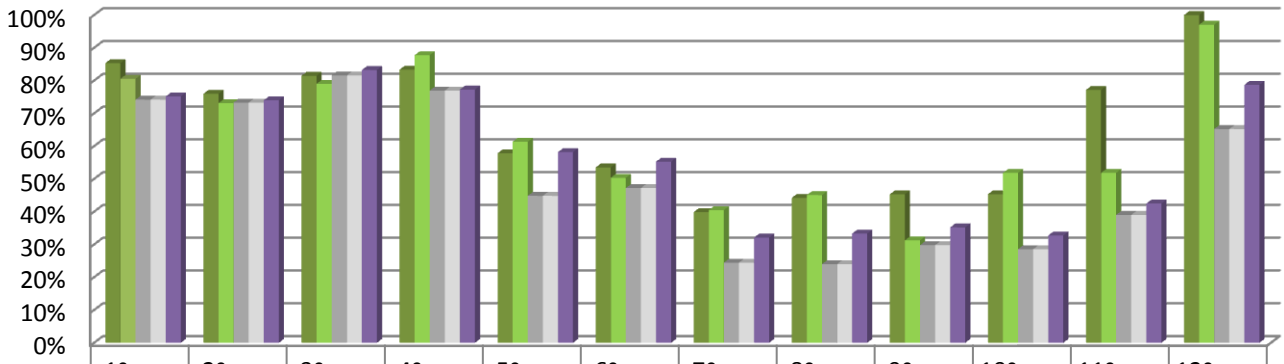
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
2012/13	92,15%	80,00%	80,56%	84,82%	76,67%	74,12%	47,33%	38,46%	59,13%
2013/14	86,81%	81,01%	88,67%	86,02%	73,94%	71,78%	56,47%	40,16%	39,39%
2014/15(1P)	89,31%	69,57%	89,33%	75,48%	52,91%	60,22%	49,65%	53,08%	58,99%
2014/15(2P)	85,81%	77,27%	87,71%	81,58%	53,57%	66,67%	50,42%	43,56%	48,92%
2014/15(3P)	85,99%	77,97%	88,27%	83,77%	67,07%	68,28%	61,31%	57,81%	58,27%

De acordo com os dados apresentados, as taxas de sucesso a Matemática no 1º ciclo apresentam tipicamente uma melhoria dos resultados no 3º e 4º anos. No entanto, os resultados têm vindo a diminuir no 1º e 2º anos.

No caso do Matemática, a dificuldade de transição entre o 4º e o 5º ano tem vindo a ser cada vez maior. As taxas de sucesso no 2º ciclo têm vindo a piorar.

No 3º ciclo dá-se, caracteristicamente, uma quebra nas taxas de sucesso dos alunos, o que é indicador de que a aposta em apoios e num acompanhamento mais individualizado deve ser forte nestes dois anos de escolaridade e em particular no 8º ano. No entanto, os dados revelam um esforço de melhoria no 3º ciclo no que se refere aos resultados internos.

Qualidade de sucesso



	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	10º ano (*)	11º ano (*)	12º ano (*)
2012/13	85,34%	75,98%	81,46%	83,33%	57,83%	53,51%	39,89%	44,23%	45,31%	45,33%	77,14%	100,00%
2013/14	80,56%	73,11%	79,01%	87,77%	61,35%	50,35%	40,48%	45,07%	31,25%	51,85%	51,85%	97,06%
2014/15 (2P)	74,19%	73,30%	81,56%	76,97%	44,85%	47,22%	24,46%	24,00%	29,79%	28,57%	39,02%	65,22%
2014/15 (2P)	74,19%	73,30%	81,56%	76,97%	44,85%	47,22%	24,46%	24,00%	29,79%	28,57%	39,02%	65,22%
2014/15 (3P)	75,16%	74,01%	83,24%	77,27%	58,18%	55,26%	32,12%	33,33%	35,21%	32,76%	42,50%	78,72%

(*) Considerou-se apenas os alunos inscritos nos cursos científico-humanísticos, a todas as disciplinas (não se considerou o caso dos alunos repetentes que estão inscritos a algumas disciplinas para melhoria de nota).

Nota-se uma progressiva diminuição da qualidade de sucesso que se vai acentuar ainda mais no 3.º ciclo. Na passagem para o ensino secundário, verifica-se uma significativa melhoria, mais relevante no 12.º ano. Pode considerar-se que as maiores dificuldades ocorrem na transição do 1.º para o 2.º ciclo e deste para o 3.º ciclo.

Qualidade de sucesso vs metas

	Ano letivo	N.º total de alunos avaliados	N.º de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas	Percentagem de alunos com class. positiva a todas as disciplinas	Meta
1º ciclo	2012 / 13	761	621	81,60%	82,04%* / 84,72%
	2013/ 14	706	564	79,89%	
	2014/15 (1ºP)	677	507	74,89%	
	2014/15 (2ºP)	662	507	76,59%	
	2014/15 (3ºP)	667	517	**77,51%**	
2º ciclo	2012 / 13	351	195	55,56%	59,43%*/ 64,96%
	2013/ 14	306	172	56,21%	
	2014/15 (1ºP)	339	140	41,30%	
	2014/15 (2ºP)	345	159	46,09%	
	2014/15 (3ºP)	355	201	**56,62%**	
3º ciclo	2012 / 13	462	198	42,86%	43,35%* / 38,89%
	2013/ 14	364	145	39,84%	
	2014/15 (1ºP)	397	112	28,21%	
	2014/15 (2ºP)	405	106	26,17%	
	2014/15 (3ºP)	408	137	**33,58%**	
Secundário(*)	2012 / 13	137	88	64,23%	60,67%* / 55,20%
	2013/ 14	142	89	62,68%	
	2014/15 (1ºP)	148	50	33,78%	
	2014/15 (2ºP)	143	62	43,36%	
	2014/15 (3ºP)	145	73	**50,34%**	

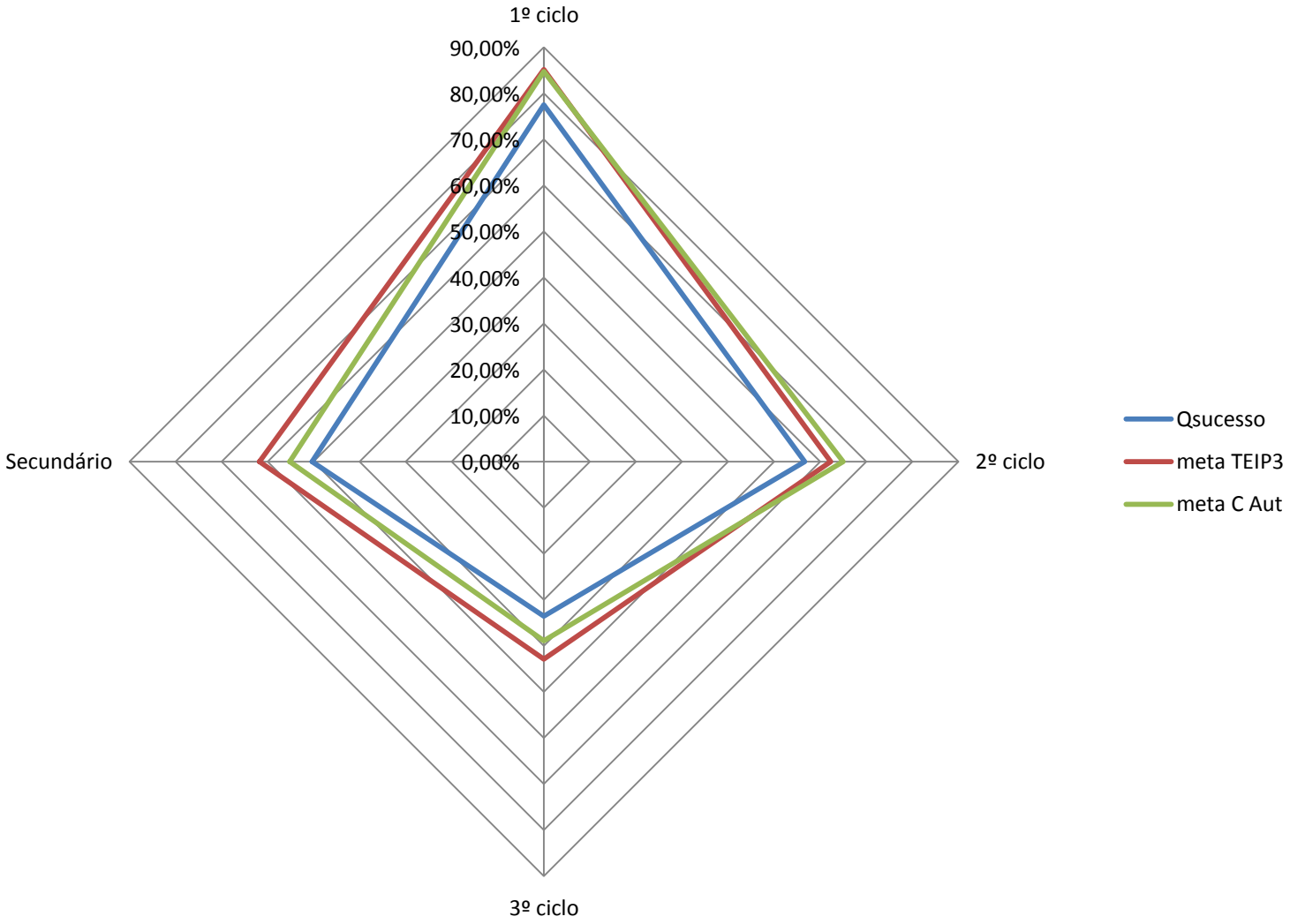
Legenda:

(1) meta TEIP contratualizadas para 2013/14 (2) meta PEA / Contrato de Autonomia

No final do 3.º Período, verifica-se que relativamente ao indicador qualidade de sucesso, nenhum dos ciclos atingiu as metas contratualizadas.

Comparativamente ao ano anterior, regista-se uma diminuição considerável da qualidade de sucesso no ensino secundário (resultados internos) desceu 12,3 pp e no 3.º ciclo desceu 6,3 pp. No 2.º Ciclo regista-se uma ligeira subida de 0,4 pp e no 1.º ciclo uma descida de 2,4 pp.

Qualidade de sucesso vs metas



Avaliação Externa

1º Ciclo – Provas do 4º ano

Na avaliação externa, verificou-se uma melhoria dos resultados na disciplina de Português e algum retrocesso nos de Matemática.

Assim, na disciplina de Português a percentagem de níveis positivos foi de 76,22%, ou seja, uma melhoria muito significativa face à percentagem do ano letivo anterior que foi de 65,96%.Aliás, o resultado obtido neste ano foi o melhor desde o ano letivo de 2011/2012. Já no que se refere à disciplina de Matemática a percentagem de níveis positivos foi de 42,66%, ligeiramente abaixo dos 43,85% do ano letivo anterior. Significativa, nas duas disciplinas, foi a percentagem de faltas, 4,03%, a taxa mais alta destes últimos 4 anos e bastante superior à do ano letivo anterior nas duas disciplinas.

Por escolas, verifica-se os seguintes aspetos:

- A escola com piores resultados em ambas as disciplinas é a EB do Lagarteiro;
- A turma do 4.º B da Corujeira foi a turma mais regular já que obteve 50% de sucesso nas duas disciplinas;
- Pelo contrário, a turma do 4.º B do Falcão apresenta uma grande discrepância nos resultados obtidos – 100% de níveis positivos a Português e 16,67% a Matemática;
- Em todas as turmas o sucesso de Português foi superior ao de Matemática;
- A turma com melhores resultados nas duas disciplinas é a turma do 4.º B do Cerco;
- Nas escolas com duas turmas de 4.º ano verificam-se diferenças entre as mesmas.

Como se considerou que saber ler e interpretar é fundamental para a resolução de questões noutras áreas, nomeadamente na Matemática, houve a preocupação de trabalhar ainda com maior cuidado a leitura e escrita. Foram várias as estratégias implementadas: participação em projetos promotores de motivadores da competência de leitor, concursos de literatura, requisição domiciliária de livros, hora do conto, feiras

do livro, encontros com escritores, jornais escolares. O apoio acrescido foi muito dirigido para o trabalho do Português e da Matemática, privilegiando-se sempre o acompanhamento dos alunos no sentido de melhorar os seus níveis de compreensão e expressão oral e escrita.

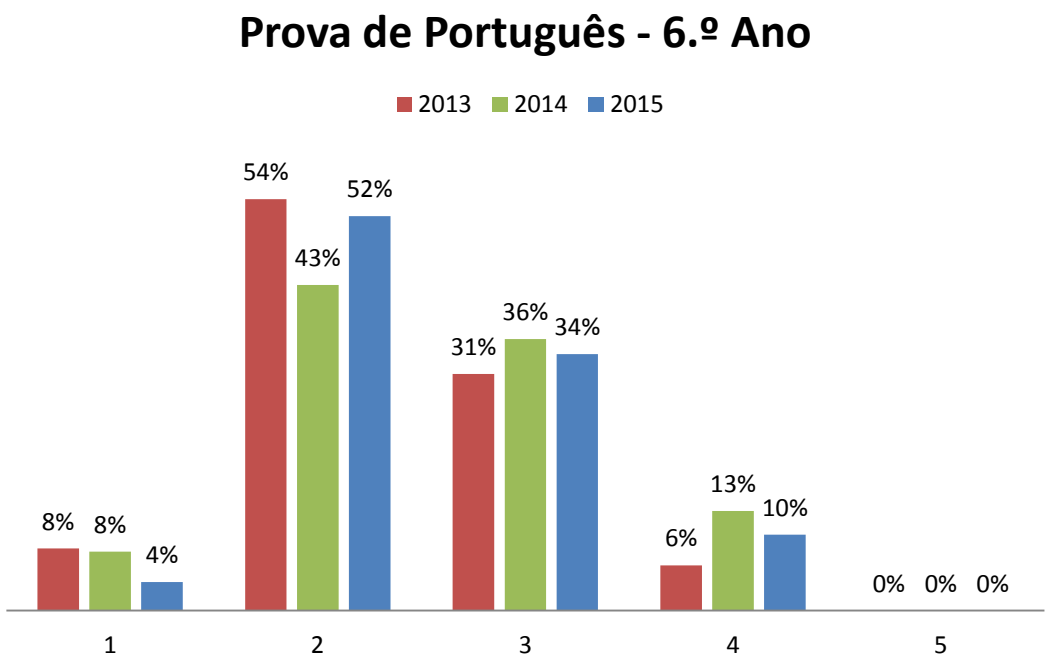
Por auscultação aos professores de 4.º ano, constata-se que, de um modo geral e relativamente aos casos em que se mantiveram níveis de insucesso, todos indicam que, apesar do trabalho e esforço desenvolvido ao longo do ano e da plena consciência de que tudo se fez para o desenvolvimento de um bom desempenho escolar, os resultados obtidos continuam a resultar de inúmeros fatores, entre os quais, se destacam:

- O pouco interesse e empenho revelados por alguns alunos, a falta de hábitos de leitura, a falta de concentração, alguma insegurança, assim como dificuldades ao nível da interpretação das questões e, sobretudo, a pouca valorização que um número significativo de famílias revela relativamente à importância da vida escolar do seu educando;
- Face à prova final, a pressão e o nervosismo de alguns alunos que não revelaram dificuldades;
- As constantes mudanças nos programas e metas curriculares das disciplinas.

A partir da análise dos resultados internos e externos e com o objetivo de superar as fragilidades e dificuldades encontradas é sugerido:

- Dar continuidade ao projeto “Incluir para Emergir” no próximo ano letivo;
- Criação e implementação de um programa de formação orientado para as disciplinas de Português e de Matemática; face às sucessivas mudanças de programas e das metas curriculares;
- Consolidar a supervisão pedagógica entre pares numa perspetiva de “comunidade de aprendizagem”, analisando e partilhando planificações, estratégias, monitorizações e avaliações;
- Estabelecer tempos no horário dirigidos especificamente à “partilha de reflexão” (entre anos de escolaridade e ciclos);
- Criar ainda mais condições para envolver os pais na vida escolar, no sentido de fazê-los compreender a importância do seu acompanhamento e atenção no sucesso da aprendizagem dos seus educandos.

2º Ciclo – Provas do 6º ano



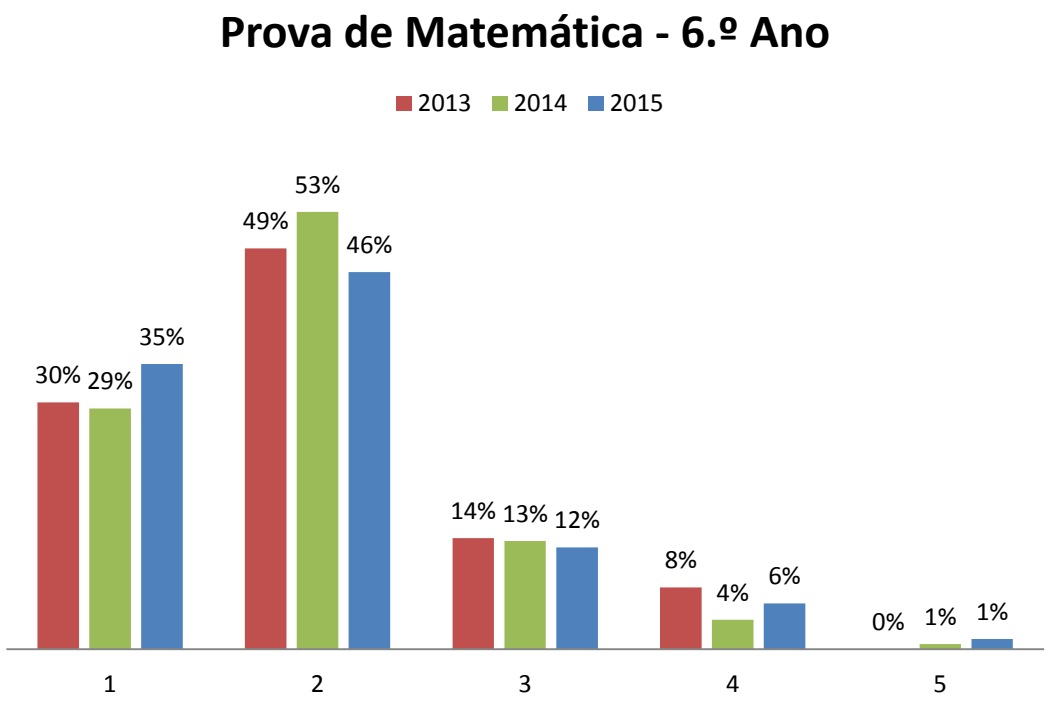
À semelhança dos anos letivos anteriores, menos de metade dos alunos (44%) obtiveram um nível igual ou superior a três na prova de Português do 2º Ciclo. O número de níveis positivos diminuiu ligeiramente face ao ano anterior. Aliás, as diferenças, registadas nos últimos três anos, são pouco significativas no que se refere aos níveis obtidos pelos alunos na prova nacional de português.

No que se refere às percentagens obtidas pelos alunos destacam-se pela positiva as turmas do A, E, F e I que apresentam percentagem positiva, apesar de situarem aquem da média nacional. A distância entre a média das percentagens na prova de Português no Cerco (que se manteve constante) e a nacional aumentou.

Português									
6A	6B	6C	6D	6E	6F	6G	6H	6I	6J
49,50%	40,40%	45,10%	49,20%	52,30%	55,80%	32,80%	44,80%	51,50%	23,40%

Ano Letivo	Média das percentagens		Dif
	Cerco	Nacional	
2014	46%	58%	-12%
2015	46%	60%	-14%

Os resultados da avaliação externa são significativamente inferiores aos da avaliação interna. No entender das docentes dos grupos 210 e 220, os fatores que influenciaram esta discrepância são, por um lado, o mau desempenho escolar de algumas turmas que obtiveram percentagens elevadíssimas de níveis inferiores a "três", contribuindo negativamente para os resultados finais; por outro lado, o facto do exame nacional ser ainda encarado pelos alunos e respetivos encarregados de educação como uma prova de pouca importância e não determinante para a progressão.



Apenas 19% dos alunos obtiveram nível igual ou superior a três na prova de Matemática do 2º Ciclo, aumentando ligeiramente face ao ano anterior. Por outro lado, a média das percentagens no Cerco diminuiu ligeiramente e aumentou a distância para a média nacional (21%).

Matemática									
6A	6B	6C	6D	6E	6F	6G	6H	6I	6J
40,40%	17,00%	31,50%	25,40%	36,00%	39,80%	11,50%	24,60%	40,50%	14,00%

Ano Letivo	Média das percentagens		Dif
	Cerco	Nacional	
2014	31%	47%	-16%
2015	30%	51%	-21%

o resultado médio nacional dos alunos internos na prova final do 2.º ciclo (1ª fase) é de 51% na disciplina de Matemática. A Escola Básica e Secundária do Cerco uma média global de 30 %. Este valor está 21 % abaixo da média nacional. Em 2014 a média global de escola (31%) situou-se 1% abaixo da média. No entanto, é de salientar, que a média de alunos com nível superior a três subiu dois pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

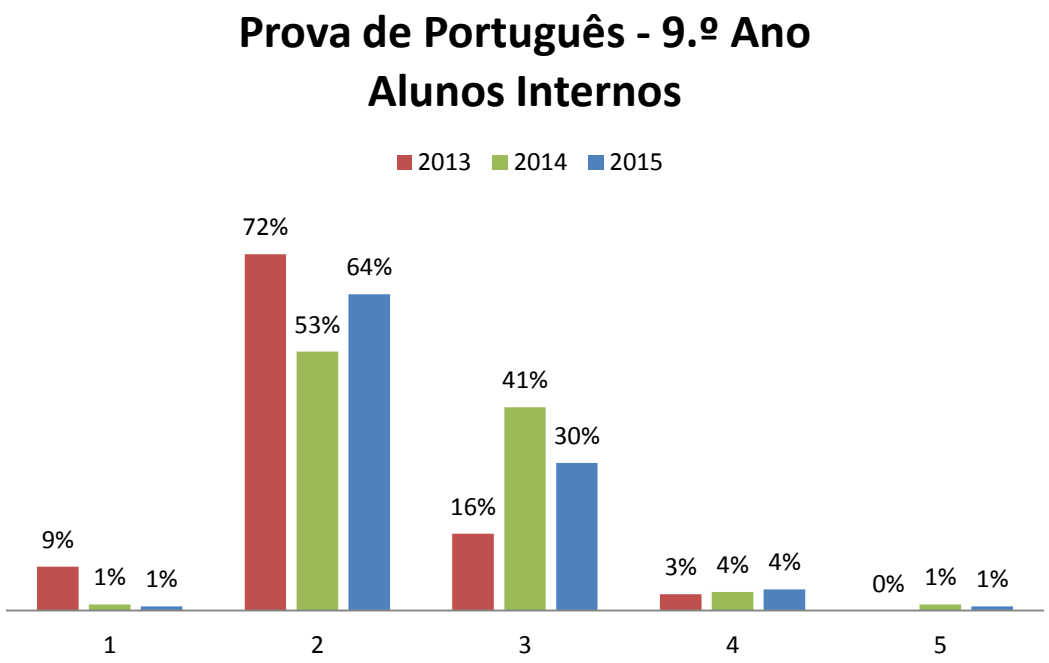
Segundo a reflexão enviada pelo grupo 230, os docentes consideram que perante estes resultados não se pode inferir uma degradação da qualidade da aprendizagem, quando medida pelos resultados da avaliação externa, sendo mais legítimo concluir que se está perante um quadro de estabilidade.

Os docentes deste grupo disciplinar consideram que a acentuada discrepância que se verifica entre os resultados da avaliação interna e externa se deve em primeiro lugar aos critérios gerais de avaliação, aprovados em Conselho Pedagógico, que contemplam 30% no domínio pessoal e social enquanto a prova final de Matemática incide apenas sobre o domínio cognitivo. As novas metas no 5º ano, para alunos que não iniciaram as mesmas no 3º ano; a extensão do programa e por fim, mas não menos importante, a maioria destes alunos provém de um meio socioeconómico desfavorecido em que a família desvaloriza o papel que a escola pode ter na formação dos seus educandos. Consequentemente, os alunos revelam uma grande falta de motivação e interesse pelas atividades escolares.

Com vista a melhorar estes resultados, o grupo 230, salienta a importância de implementar as seguintes estratégias:

- Direcionar a Aula + para preparação para exame;
- Trabalhar, na Aula +, com grupos de nível;
- Os alunos que estão inseridos na Turma Ninho deverão sair sempre e de imediato, sempre que o seu trabalho e ou comportamento não esteja a ser proveitoso.
- Dar uma maior importância ao Plano de Turma, com vista, a distribuir as aulas de Apoio, pelos professores com mais apetência para as mesmas;
- Repensar na modalidade de Apoio relativamente a um professor ter várias turmas no mesmo bloco;
- Trabalhar mais a articulação com o 1º e 3º ciclo;
- Trabalhar com os técnicos especializados no sentido de uma maior intervenção com as famílias no âmbito da Educação Parental

3º Ciclo – Provas do 9º ano



Nível	9A N.º	9A %	9B N.º	9B %	9C N.º	9C %	9D N.º	9D %	9E N.º	9E %	9F N.º	9F %	9G N.º	9G %	9H N.º	9H %	TOTAIS N.º	TOTAIS %	
1	0	0%	0	0%	0	0%	1	6%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	1%	65%
2	4	36%	16	84%	11	85%	12	67%	8	50%	8	67%	8	100%	8	40%	75	64%	
3	6	55%	3	16%	2	15%	5	28%	5	31%	3	25%	0	0%	11	55%	35	30%	35%
4	1	9%	0	0%	0	0%	0	0%	3	19%	1	8%	0	0%	0	0%	5	4%	
5	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	5%	1	1%	

Média de percentagens por turma – Prova Final (PF) Ciclo							
9A	9B	9C	9D	9E	9F	9G	9H
50,50%	37,50%	36,70%	40,70%	49,00%	46,80%	37,60%	51,30%

Média níveis - PF Escola	2,4	Disc. PF/CI
Média Níveis - Frequência Escola	3,1	-0,7

Média níveis - PF Ciclo - Nacional	3,06
Média Níveis - Frequência - Nacional	3,2

Ano Letivo	Português Cerco	Português Nacional	Dif
2012	45%	54%	-18,00%
2013	35%	48%	-13%
2014	46%	55%	-9%
2015	44%	58%	-14%

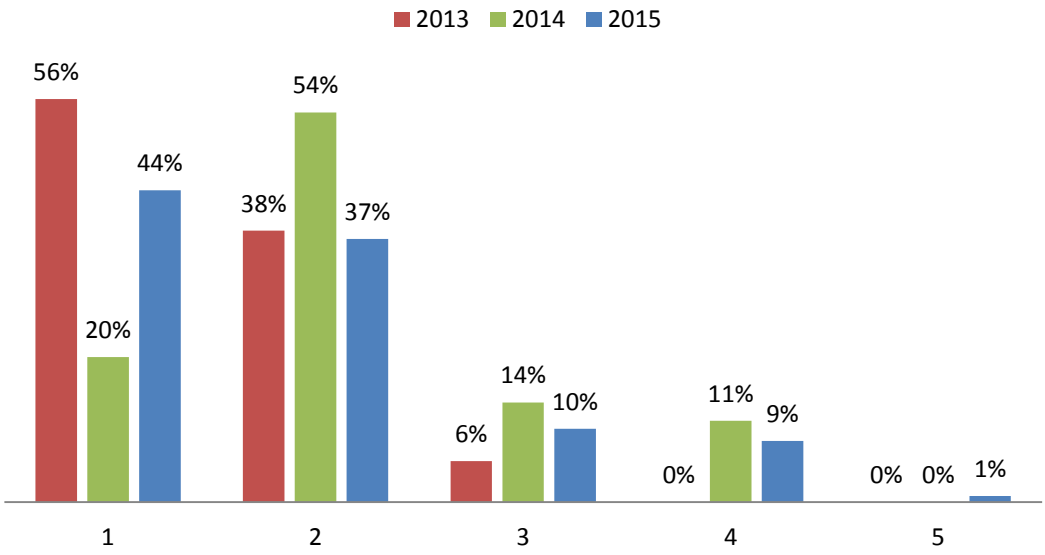
A percentagem de alunos que obteve nível igual ou superior a três desceu este ano letivo (35%) face ao anterior (46%). Igualmente a média de percentagens também desceu ligeiramente e foi acompanhada pelo aumento da distância em relação à média nacional. Destacam-se as turmas A e H que apresentaram uma percentagem positiva, apesar de inferior à nacional.

Apesar disso, o grupo de Português considerou que os resultados da escola acompanham os resultados a nível nacional e que não se verificam grandes discrepâncias entre as notas internas e as notas externas.

Dos cento e dezassete alunos que realizaram a Prova Final, 41% obtiveram nível igual ou superior a três, o que perfaz uma percentagem de 35%, sendo inferior à alcançada no ano letivo anterior, que foi de 45%. Ainda comparativamente ao ano letivo anterior, constata-se que um maior número de alunos obteve nível quatro.

O grupo disciplinar analisou a pauta de classificações por domínio da Prova Final de Português, verificando que o domínio da escrita é aquele onde os resultados são mais satisfatórios, situação que se regista na generalidade das turmas. Pelo contrário, o domínio da gramática foi aquele onde os resultados são menos satisfatórios e as falhas mais visíveis. Os vários docentes do grupo salientaram que estes resultados no domínio da gramática se devem ao facto deste domínio exigir um estudo mais contínuo, hábitos de trabalho em casa e uma maior exercitação por parte dos alunos, trabalho este que não é desenvolvido pela grande maioria deles. Os docentes referiram, também, que os resultados obtidos ao longo do ano letivo a nível da gramática são melhores, sobretudo porque a avaliação dos conteúdos é compartimentada, sendo especificados, em cada momento de avaliação, os conteúdos que vão ser abordados, enquanto a Prova Final implica o estudo de todos os conteúdos em simultâneo. Perante os resultados menos satisfatórios neste domínio, o grupo disciplinar determinou que, aquando da definição dos objetivos para cada momento de avaliação, não se deverão especificar os conteúdos gramaticais que serão avaliados. Os resultados obtidos no domínio da educação literária também não são os desejados e são reveladores de falta de hábitos de leitura e, consequentemente, dificuldades a nível da interpretação do texto.

Prova de Matemática - 9.º Ano
Alunos Internos



Nível	Níveis obtidos - Prova final de ciclo (PF Ciclo) - Escola																		
	9A		9B		9C		9D		9E		9F		9G		9H		TOTAIS		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
1	3	27%	10	53%	6	46%	8	44%	9	56%	5	42%	8	100%	2	10%	51	44%	80%
2	7	64%	9	47%	6	46%	8	44%	2	13%	4	33%	0	0%	7	35%	43	37%	
3	0	0%	0	0%	1	8%	2	11%	2	13%	2	17%	0	0%	5	25%	12	10%	20%
4	1	9%	0	0%	0	0%	0	0%	3	19%	1	8%	0	0%	5	25%	10	9%	
5	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	5%	1	1%	

Média de percentagens por turma - PF Ciclo							
9A	9B	9C	9D	9E	9F	9G	9H
32,00%	19,40%	21,20%	23,60%	31,50%	27,80%	8,90%	49,10%

Média níveis - PF Ciclo Escola	1,9	Disc. PF/CI
Média Níveis - Frequência Escola	2,9	-1

Média níveis - PF Ciclo - Nacional	2,7
Média Níveis - Frequência - Nacional	3,1

Ano Letivo	Matemática		Dif
	Cerco	Mat.	
2012	31%	50,00%	**-19%**
2013	20%	47%	**-27%**
2014	37%	51%	**-14%**
2015	28%	48%	**-20%**

A percentagem de alunos que obteve nível igual ou superior a três desceu este ano letivo (20%) face ao anterior (25%). Igualmente a média de percentagens também desceu e foi acompanhada pelo aumento da distância em relação à média nacional (-20%). Destaca-se a turma H que apresentou uma percentagem negativa, mas superior à média nacional.

O grupo de Matemática sugere como estratégias de melhoria:

- Preparação para Exames: continuar, preferencialmente em regime de obrigatoriedade.
- Aula +: continuação do projeto da aula +
- Alunos: trabalho autónomo, sistemático e contínuo - fundamental para que qualquer estratégia surta efeito.

Prelimary English Test (PET)

O teste foi aplicado com carácter obrigatório aos alunos do 9º ano de escolaridade e com carácter opcional aos alunos do 2º ciclo (6º ano), do 3º ciclo (7º e 8º anos) e do Ensino Secundário.

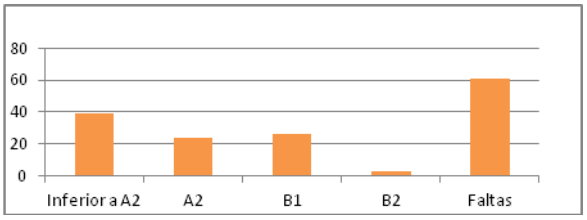
A componente escrita (Reading, Writing e Listening) foi realizada no dia 6 de maio; a componente oral (Speaking) realizou-se entre 13 de abril e 22 de maio.

Inscreveram-se 149 alunos, dos quais:
141 do 9º ano;
2 alunos do 10º ano;
6 alunos do Curso Vocacional (V3T82)
Realizaram o teste 96 alunos. (64,42%)

Resultados dos Alunos

Classificação	Nr. alunos	Percentagem
≥44%	**39** alunos	**26,17%**
45% - 69%	**26** alunos	**17,44%**
70% - 89%	**26** alunos	**17,44%**
90% - 100%	**3** alunos	**2%**

No que concerne aos resultados obtidos no *Prelimary English Test* (PET) e que constam também do gráfico seguinte, verifica-se que grande parte dos alunos não compareceu. De um total de 92 alunos que realizaram o teste, apenas 31,52% (29 alunos) atingiram o nível que era expectável – B1.



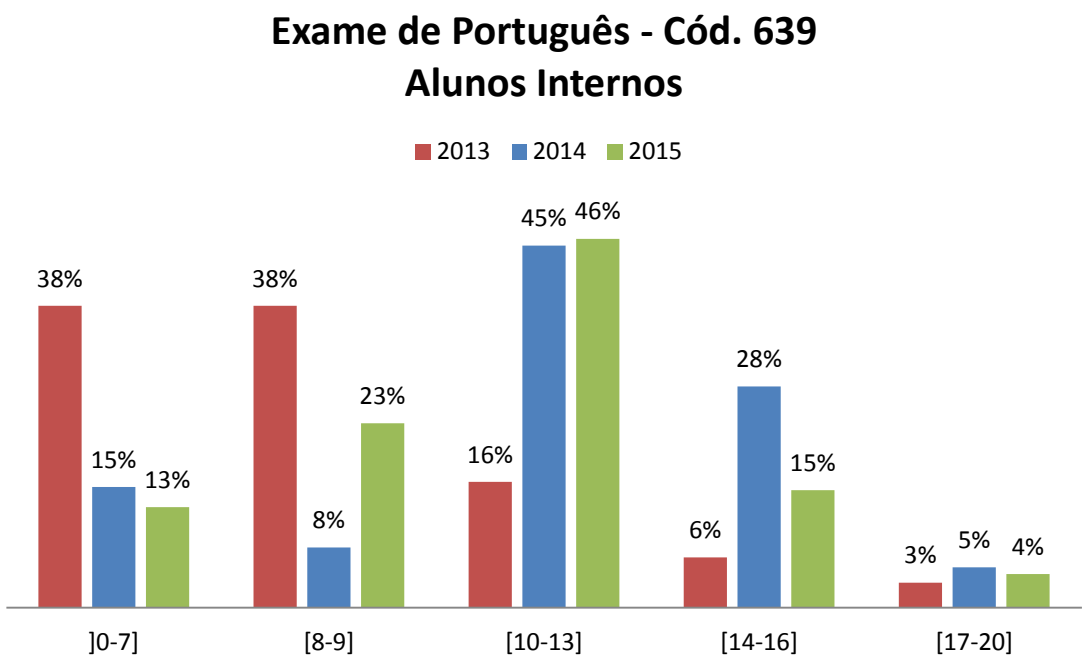
O processo, mal preparado e mal conduzido, a nível da tutela, cujo *timing* foi dos piores, e que gerou protestos docentes a nível nacional, causados, designadamente, por convocatórias para ações de formação em finais do 2º período

prejudicando *in extremis*, atividades letivas, exigência de uma certificação Cambridge, alegadamente, como se o ensino das nossas universidades não fosse confiável, a calendarização das sessões de *speaking* em pleno 3º período, com a sobrecarga de preparações e deslocações a outras escolas e a classificação dos testes escritos, foram fatores que se repercutiram nos discentes.

A carga horária de três tempos semanais são obviamente insuficientes não só para este tipo de teste, com quatro componentes - *reading, writing, listening e speaking*, como também para quem quer prosseguir estudos e que optam por esta língua estrangeira. Se acrescentarmos a tudo isto a desmotivação dos alunos, cujos resultados, como era do seu conhecimento, não contavam para a avaliação interna, temos as principais causas deste insucesso.

Ensino Secundário – Exames do 11º e 12º anos

Exame de Português

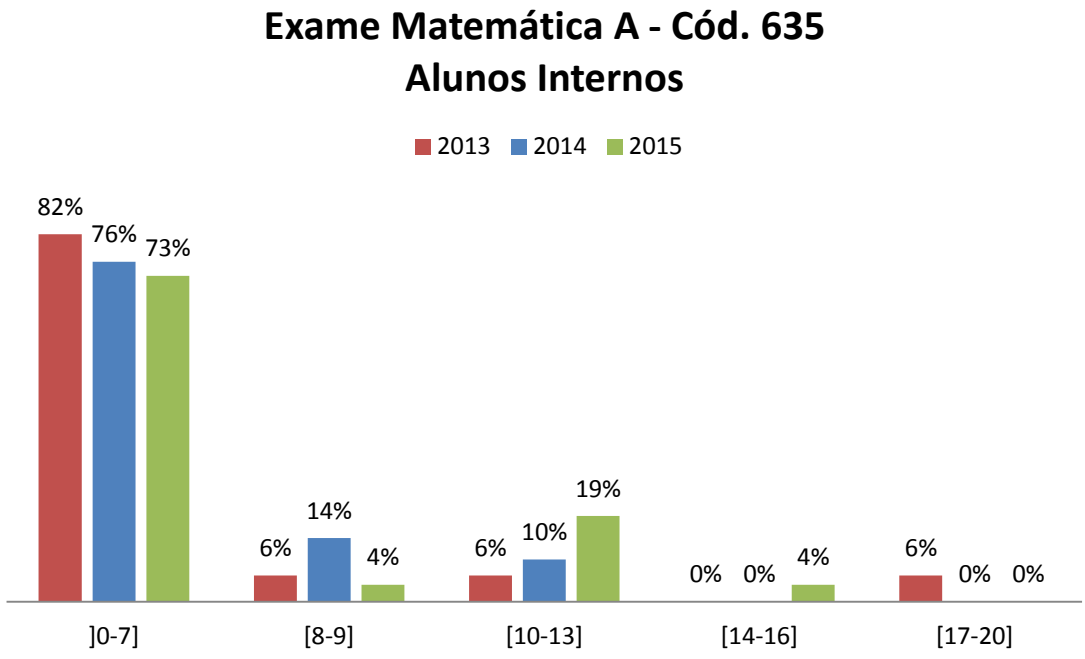


Média Internos - 1.ª Fase					
2010	2011	2012	2013	2014	2015
10,13	10,39	8,06	8,15	11,41	10,68

Média Nacional					
2010	2011	2012	2013	2014	2015
	9,6	10,4		11,6	11,0

Na disciplina de Português, a média de Exame (CE) foi de 10,7 valores, 0,3 valores abaixo da média nacional (11 valores), considerando-se deste modo os resultados satisfatórios. O desvio entre a Classificação Interna Final (CIF) e a Classificação de Exame (CE) foi de -2,4. As classificações variaram entre os 5 e os 17 valores, tendo existido, num universo de 48 alunos, duas reprovações (correspondendo a 4,2%).

Exame de Matemática



Média Internos - 1.ª Fase					
2010	2011	2012	2013	2014	2015
8,59	5,51	7,12	5,56	4,84	5,26

Média Nacional					
2010	2011	2012	2013	2014	2015
	10,6	10,4	9,7	9,2	12,0

Os resultados do exame nacional de Matemática A deste ano letivo foram fracos, apenas quatro alunos obtiveram classificação superior ou igual a dez valores e a média foi de cinco vírgula dois valores. Comparando com a média da classificação interna final (doze vírgula nove valores) verifica-se uma discrepância de sete vírgula sete valores, não tendo sido cumprida a meta estipulada pela ação "Esbater diferenças, melhorar resultados", da intervenção do IGEC. No entanto, comparando com a média da classificação interna (doze vírgula um valores) a discrepância é menor (seis vírgula nove valores) Registou-se a não aprovação de oito alunos.

Relativamente ao exame, as docentes da disciplina referiram que o mesmo tinha um grau de dificuldade adequado, sendo inferior ao do ano transato. Contudo, era trabalhoso, não sendo passível de ser todo resolvido, no tempo regulamentar, nem com o tempo extra, por alunos médios.

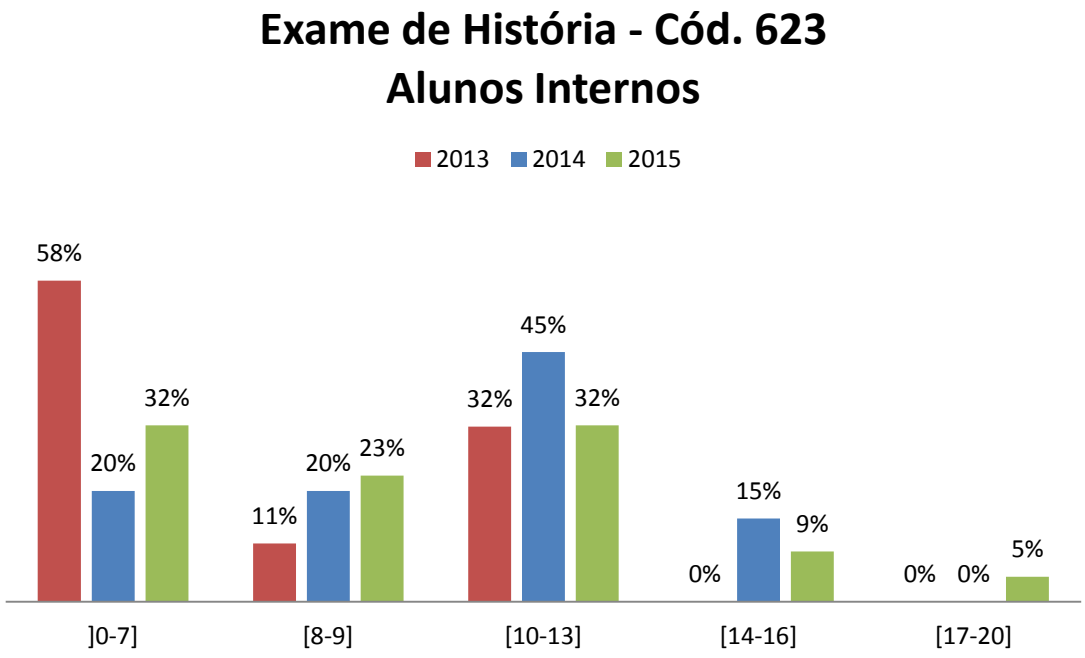
No que concerne ao trabalho desenvolvido pelos alunos, ao longo do ano e de preparação para exame, há a referir que:

- apesar de, em sala de aula, os alunos mostrarem algum trabalho, fora da sala de aula a maioria não realizou um trabalho autónomo, sistemático e contínuo, e nem uma reunião tida com os Encarregados de Educação se mostrou frutífera para ultrapassar este problema;
- vários dos alunos da turma têm como prova de ingresso na faculdade os exames nacionais das disciplinas de Física e Química A (esta era ainda uma disciplina em atraso de alguns alunos) e de Biologia e Geologia, que se realizaram nas vésperas do exame nacional de Matemática, deixando pouco tempo de estudo para o mesmo;
- das tarefas propostas pela docente, para preparação para exames, nenhum aluno as realizou na sua totalidade, sendo que vários alunos apenas "resolveram" as propostas levadas a cabo pelos docentes responsáveis pelas aulas de preparação para exame;
- dos alunos não aprovados, apenas três frequentaram, com regularidade, o espaço de preparação para exames ao longo do ano e todos os alunos que obtiveram classificação superior a dez valores frequentaram sempre o mesmo;

Concluindo, as docentes consideraram que se deve apostar:

- Preparação para Exames: continuar, preferencialmente em regime de obrigatoriedade.
- Aula +: implementar também no 12º ano, tendo como objetivo a resolução de exercícios tipo exame nacional.
- Alunos: trabalho autónomo, sistemático e contínuo. Fundamental para que qualquer estratégia surta efeito.

Exame de História A



Média Internos - 1.ª Fase					
2010	2011	2012	2013	2014	2015
9,94	9,07	10,87	7,42	9,53	9,60

Média Nacional					
2010	2011	2012	2013	2014	2015
	10,5	11,8	10,6	9,9	10,7

Na disciplina de História A os alunos obtiveram 9,7 de média, um valor abaixo da média nacional da disciplina neste ano letivo. O desvio entre a CIF e a classificação de exame foi de -4 valores. As classificações variaram entre os 4 valores e os 17 valores. Assinalam-se entre as negativas quatro alunos com 9, um com 8 e quatro com 7 valores.

De acordo com a ata de grupo disciplinar de 18 de julho, os docentes deste grupo disciplinar referiram que foi o primeiro ano em que o exame integrou conteúdos dos três anos de escolaridade, que o modelo de exame obedeceu a uma estrutura diferente do habitual a vários níveis, que estes alunos não beneficiaram do espaço de preparação de exames (embora tenha sido feito um esforço para colmatar essa lacuna ao realizar atividades de treino de resposta com questões tipo de exame e ainda através de aulas de revisões de conteúdos de décimo e de décimo primeiro) e finalmente não será alheia a proximidade da data dos exames de Português e de História.

Exame de Física e Química A

Média Internos - 1.ª Fase					
2010	2011	2012	2013	2014	2015
5,77	7,93	6,40	5,74	6,31	5,91

Média Nacional					
2010	2011	2012	2013	2014	2015
	10,5	8,1	8,1	9,2	9,9

Relativamente aos resultados internos obtidos no exame de Física e Química A da 1º fase, verificou-se que nove alunos tiveram classificações entre 0 e 7; dois alunos tiveram classificações entre 8 e 9 e dois alunos tiveram classificação positiva entre 10 e 11. A média interna ficou em 5,91 o que corresponde a uma diminuição relativamente ao ano transato (6,31), sendo também inferior à média nacional (9,9).

Nome	Aluno Interno	Preparação exames	Média de Testes	Exame Pontos	Variação testes - exame	CI (11º_3P)	CIF	Exame Valores	Variação Exame-CI	Variação Exame-CIF	CFD	
Beatriz Rocha	Sim	assídua	129	107	-22	14	15	11	-3	-4	14	Aprovado
Bruno Marques	Sim	assíduo	121	106	-15	13	13	11	-2	-2	12	Aprovado
Catarina Tavares	Sim	não freq	72	38	-34	11*	10	4	-7	-6	8	Reprovado
Cláudia Anjos	Sim	assídua	120	51	-69	13	13	5	-8	-8	11	Aprovado
Inês Barbosa	Sim	assídua	80	30	-50	11	11	3	-8	-8	9	Reprovado
Jéssica Machado	Sim	pouc assídua	80	50	-30	10	11	5	-5	-6	9	Reprovado
Joana Teixeira	Sim	não freq	60	39	-21	9	11	4	-5	-7	9	Reprovado
Luís Sousa	Sim	assíduo	64	40	-24	9	10	4	-5	-6	8	Reprovado
Mafalda Barros	Sim	não freq	96	87	-9	11	11	9	-2	-2	10	Aprovado
Maria Martins	Sim	assídua	136	85	-51	14	14	9	-5	-5	13	Aprovado
Rita Oliveira	Sim	assídua	92	67	-25	11	12	7	-4	-5	11	Aprovado
Rúben Lobo	Sim	não freq	107	45	-62	13	13	5	-8	-8	11	Aprovado
Tatiana Pinto	Sim	pouc assídua	88	23	-65	11	12	2	-9	-10	9	Reprovado
Média	Internos		96	59	-37	11,6	12,0	6,1	-5,5	-5,9	10,3	

Analisando a tabela relativa aos alunos internos que realizaram o exame de Física e Química do ano letivo 2014/15, verifica-se que:

- A diferença entre a média da classificação interna final (CIF) e as classificações de exame (CE) foi de 5,9 valores;
- A diferença entre a média da classificação frequência de 11.º ano (CI) e as classificações de exame (CE) foi de 5,5 valores;

- A diferença entre a média da classificação dos testes de avaliação (9,6 valores) e a média da classificação frequência de 11.º ano (11,6 valores), é de 2 valores, que resulta da aplicação dos restantes parâmetros de avaliação dos alunos, nomeadamente a dimensão de trabalho experimental, comportamentos e atitudes;
- A diferença entre a média da classificação dos testes de avaliação (9,6 valores) e a média da classificação final de 11.º ano (12,0 valores), é de 2,4 valores;
- A percentagem de reprovação de alunos internos, após exame, foi de 46,2%;
- Considerando o grupo de alunos internos que foi assíduo às aulas de preparação de exames, a taxa de reprovação baixa para 28,6% (2 em 7 alunos) e as variações CE-CIF, CE-CI baixam para -5,4 e -5,0 , respetivamente.

A discrepância entre os resultados internos e os de exame resultam do facto da avaliação interna ser uma avaliação continua que contempla vários parâmetros de avaliação e o exame corresponder a uma única prova. Não obstante este facto verificou-se que a maioria dos alunos não investiu num trabalho individual, sistemático, contínuo e consistente ao longo do ano de modo a obterem sucesso em exame. Esta falta de investimento repercute-se essencialmente nas questões de cálculo e desenvolvimento que envolvem operações mentais mais complexas e que pressupõem conhecimentos consolidados e processos mecanizados.

Cumulativamente a maioria destes alunos revelou ao longo do biénio dificuldades em operações básicas de cálculo, em relacionar diferentes conteúdos e muitas dificuldades na interpretação dos enunciados típicos de exame.

Verificou-se também que a maioria encarou esta avaliação externa somente na perspetiva de concluir a disciplina e não de obter um resultado que possibilite o acesso ao ensino superior. Mesmo nesta perspetiva o investimento na preparação do exame foi reduzido registando-se inclusivamente uma considerável taxa de reprovação (46,2%).

De registar que os critérios de classificação de exame são de um modo geral restritos e consequentemente penalizantes para os resultados finais. Registou-se que a variação entre a média dos testes aplicados durante o ano e a classificação de exame é 3,7 valores. Apesar de os testes aplicados durante o ano seguirem a estrutura típica de exame, os critérios de classificação aplicados não foram tão restritos, valorizando situações em que estava implícito que o aluno revela conhecimento dos conceitos.

Por fim, considera-se que a frequência das aulas do espaço de Preparação de Exames influenciou positivamente os resultados dos alunos, ajudando a minimizar as lacunas supracitadas e apesar de não maximizar os resultados conforme esperado, verificou-se que a taxa de reprovação foi menor no caso dos alunos que foram assíduos a este apoio.

Exame de Geografia A

		EXAME			DISCREPÂNCIA
ALUNO	CIF	PONTOS	VALORES	CFD	EXAME-CIF(valores)
Bárbara Lourenço	14	085	09	13	-5
Bruna Silva	13	055	06	11	-7
Carla Silva	11	040	04	09	-7
Catarina Santos	17	105	11	15	-6
Cecília Gonçalves	13	105	11	12	-2
Hugo Neves	11	098	10	11	-1
Ivo Mansilha	13	073	07	11	-2
Média EBS CERCO	**13,1**	**80,1**	**8,3**	**11,7**	**-4,8**

Comparando a média da CIF da Escola (13,1) com a média da CIF nacional (13,2) verifica-se que são praticamente iguais, não havendo, portanto, considerações relevantes a realizar.

Por outro lado, realizando o mesmo exercício em relação aos resultados dos exames, a média da Escola situou-se nos 8,3 valores sendo que a média nacional ficou 2,9 valores acima (11,2). Há portanto, no que respeita aos exames, um afastamento à média nacional.

No que diz respeito às discrepâncias na Escola entre os Exames e a CIF verificou-se um desvio de -4,8 valores. Este resultado agravou-se relativamente ao ano anterior, incluindo a 2.ª fase, (-3,1) sendo que a média da CIF foi de 12,7 valores e a média dos Exames foi de 9,6 valores.

É de salientar que cerca de 43% dos alunos (3) obtiveram uma discrepância entre os Exames e as CIF inferior a 3 valores. Já no ano letivo de 2014 a mesma percentagem se situou nos 29% (7 alunos em 24), o que constitui um aspeto positivo.

Podem ser enumerados variadíssimos aspetos que terão contribuído para estes resultados. No entanto, os mais relevantes serão os seguintes:

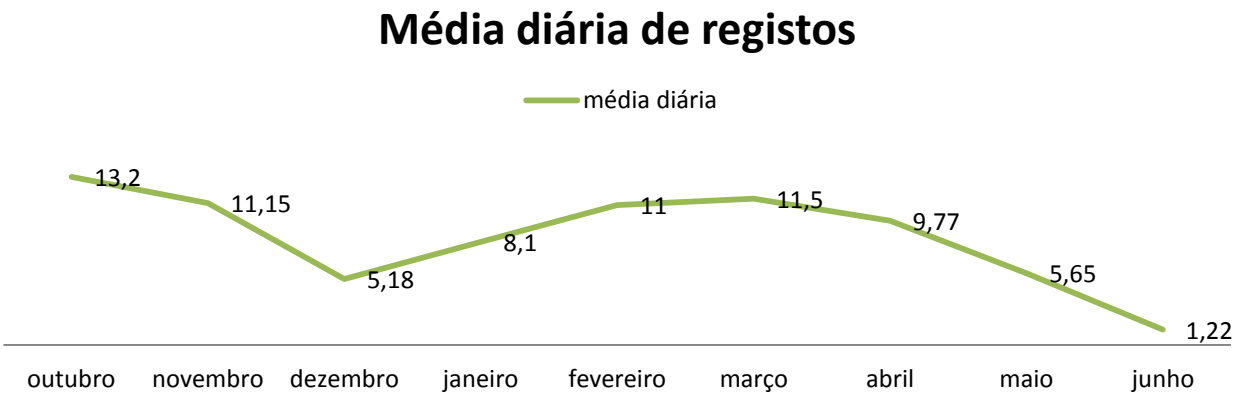
- Melhoria da CIF relativamente ao ano de 2014 e aproximação à média CIF nacional do presente ano letivo:
- A dimensão da turma do ano anterior era substancialmente superior à do presente ano letivo (24 / 10) o que se tornou num aspeto muito positivo para a CIF;
- Discrepância entre a média das classificações dos Exames e a média da CIF e agravamento da mesma relativamente ao ano de 2014:
- Melhoria da CIF e agravamento das classificações dos Exames;

- Diminuição muito acentuada do número de alunos com intenção de prosseguimento de estudos para o Ensino Superior, o que reduziu muito a sua aplicação nos Exames (já a que a preocupação principal era a aprovação na disciplina)
- A CIF reflete desempenhos dos alunos em diversos parâmetros/indicadores (incluindo comportamentais e atitudinais), enquanto o Exame apenas avalia conhecimentos (cognitivos e procedimentais).
- Desinvestimento na carga horária oferecida para o Espaço de Preparação para Exames atribuída ao mesmo professor;
- Reduzido acompanhamento do percurso escolar dos alunos por parte dos repetivos encarregados de educação.

INDISCIPLINA[4]

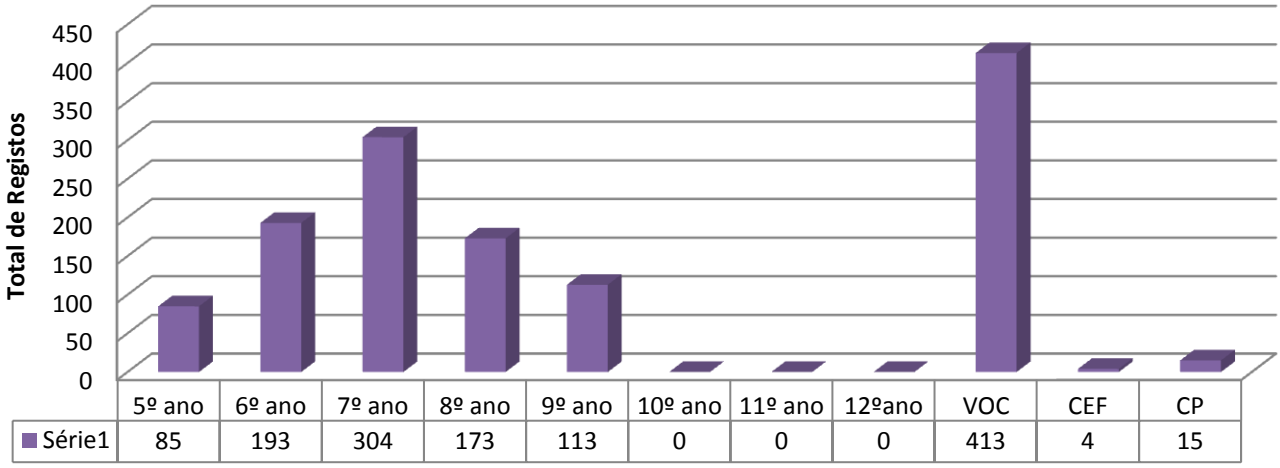
Ano letivo	N.º total de alunos Inscritos (1)	N.º total de Medidas Corretivas (MC)	N.º total de Medidas Disciplinares Sancionatórias (MDS)	N.º total Medidas Disciplinares (MD)	Medidas disciplinares por aluno (MDA)	Meta
2011 / 12	1673	992	34	1026	0.61	0,71
2012 / 13	1924	1508	51	1559	0.81	
2013/ 14 (3.ºP)	1916	1476	39	1515	0.79	
2014/ 15 (3.ºP)						(melhorar em 15% face ao histórico) 0,6

No término do 3.º Período, o número de medidas disciplinares por aluno (_____) é _____ à meta contratualizada com o TEIP 2014/15 e que consta no contrato de autonomia (0,60), pelo que ___ cumprimos a meta estabelecida.



[4] A partir do Relatório da S.A.D. apresentado no Conselho Pedagógico de julho.

Total de registos/ano escolaridade



De acordo com os dados apresentados em Conselho Pedagógico, constatou-se uma redução de 9% no total anual de registos, face aos valores dos registos de indisciplina do ano letivo anterior, que se configurou nos valores registados por anos de escolaridade, a saber:

- 5º ano - redução de 52,6%
- 6º ano - redução de 46,4%
- 7º ano - aumento de 41,3%
- 8º ano - redução de 13,1%
- 9º ano - redução de 24,2%
- Cursos de Educação e Formação T2 (CEF) - redução de 89,2%
- Vocacionais- aumento de 63,2%
- Cursos Profissionais - redução de 40%

PROJETOS

CerCool

A equipa de autoavaliação aguarda a receção do relatório do Projeto CerCool para, juntamente com os dados aqui apresentados pelo Gabinete Disciplinar do Aluno (GDA), poder refletir sobre a indisciplina durante o presente ano letivo.

Ação Tutorial

O Projeto de Ação Tutorial fez parte do Plano de Melhoria TEIP, mais concretamente no seu Eixo 1 – Apoio à Melhoria das Aprendizagens.

Apesar de diversos condicionalismos o Projeto Tutorial continuou a ser implementado desde o pré-escolar até ao 3º. Ciclo e tendo como Coordenador um Professor do grupo 110, com experiência neste cargo, o que, em articulação, com a equipa multidisciplinar permitiu uma mais rápida e abrangente intervenção junto dos alunos, respetivos agregados familiares e ainda em articulação com os outros Serviços do Agrupamento e Entidades Externas, nas problemáticas definidas para esta Ação.

No que se refere ao trabalho desenvolvido na Educação Pré-escolar não houve sinalizações já que a intervenção esteve a cargo do Gabinete de Intervenção Social (GIS) tendo a intervenção da Ação Tutorial, a acontecer, ficado restrita ao período em que ainda não havia equipa.

No final do ano letivo a intervenção desta Ação orientou-se para o controlo das matrículas dos alunos para o 1º. Ciclo (provenientes das pré das escolas do Agrupamento). Essa intervenção passa por uma articulação com as Educadoras dos vários jardins do Agrupamento e Coordenadoras de Estabelecimento e com a os Serviços Administrativos, sendo possível acompanhar a evolução dessas matrículas e atuar nos casos em que havia dúvidas sobre se tinham sido efetuadas, ou em que havia alguma relutância em a mesma ser feita, como acontece, por vezes, com alunos de etnia cigana.

É de referir que houve uma diminuição dos recursos humanos disponíveis em termos de Professores Tutores já que a tutoria foi feita com recurso à componente não letiva desses professores. Além do Coordenador apenas houve possibilidade de ter mais quatro professores tutores. Cada professor Tutor acompanhou um aluno tutorado, com exceção de um Professor Tutor que acompanhou dois alunos e do Coordenador que acompanhou sete alunos. O número de professores tutores diminuiu de catorze para apenas cinco, ou seja, ocorreu um diminuição de cerca de dois terços de professores tutores entre os dois anos letivos.

O total de alunos tutorados foi de doze, menos 44% do que no ano letivo anterior. Destes, quatro eram do 2º. Ciclo e oito do 3º. Ciclo. As problemáticas intervencionadas foram as presentes no quadro tendo sido privilegiadas as relativas ao insucesso e absentismo.

	Nº de alunos tutorados	
	2013/2014	2014/2015
5º ano	6	1
6º ano	4	2
Vocacional		1
Total 2º Ciclo	**10**	**4**
7º ano	5	5
8º ano	4	1
9º ano	4	2
Vocacional	1	0
CEF	3	0
Total 3º Ciclo	**17**	**8**
Total global	**27**	**12**

	2013/2013		2014/2015	
	n	%	n	%
Absentismo	3	11%	0	0%
Absentismo e insucesso	1	4%	3	25%
Comportamento	7	26%	0	0%
Comportamento e insucesso	2	7%	1	8%
Insucesso	11	41%	5	42%
Outros	3	11%	3	25%
Total global	**27**	**100%**	**12**	**100%**

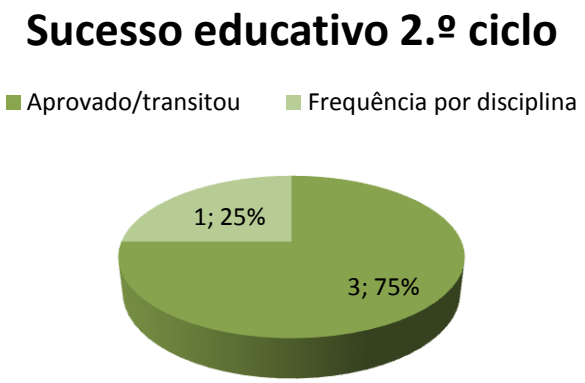
Sucesso dos alunos tutorados

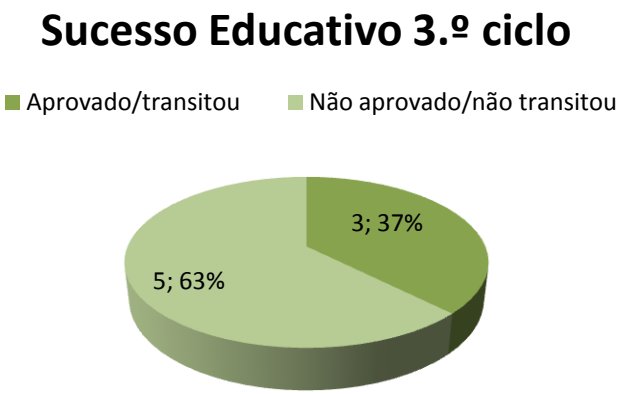
Através da consulta dos gráficos parcelares verifica-se que no 2.º ciclo, 75% dos alunos tutorados transitaram/foram aprovados (3 alunos) e no 3.º ciclo, 3 alunos transitaram/foram aprovados pelo que se a taxa de sucesso foi de 37%.

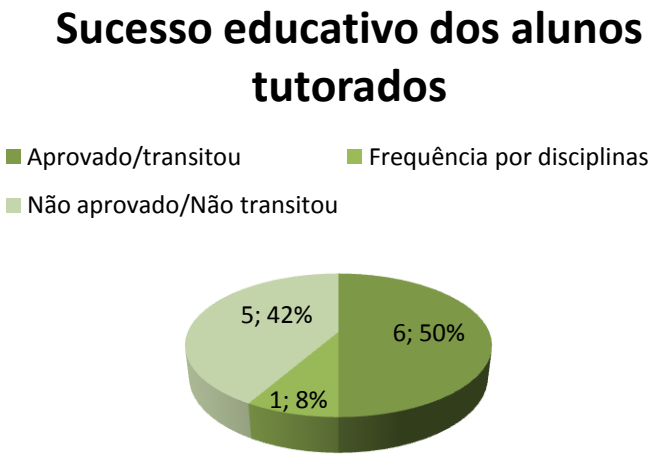
Já no gráfico global referente a todos os alunos tutorados constata-se que 50% dos alunos tutorados transitaram/foram aprovados o que suplanta as taxas de sucesso dos últimos anos.

	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
5º ano	3/60%	2/40%	4/67%	
6º ano	3/60%	4/57%	1/25%	
Total 2º Ciclo	6/60%	6/50%	5/50%	3/75%
7º ano	4/44%	5/62%	2/40%	
8º ano	3/100%	0/0%	2/50%	
9º ano	2/40%	2/40%	3/37%	
Total 3º Ciclo	9/53%	7/44%	7/41%	3/37%
Total global	15/56%	13/46%	12/44%	6/50%

Mais uma vez se realça que o facto de um aluno não ter sucesso escolar não significa que a intervenção não esteja a resultar – tudo depende da(s) problemática(s) intervencionada(s). Aliás, por exemplo, um aluno intervencionado na problemática do absentismo pode passar a vir à escola (e a intervenção é positiva), mas não consegue, de imediato, ter sucesso educativo.







Perspetivas para o futuro

É sabido que o problema principal deste Projeto nos últimos anos é o facto de o número de professores a ele adstrito ser cada vez mais diminuto na medida em que o mesmo utiliza a componente não letiva dos docentes que, por sua vez, tem de ser distribuída por outros projetos e atividades.

O número de sinalizações, corroborado pelas atas de Conselhos de Turma, para que alunos sejam tutorados continua a ser bastante elevado, mas a falta de recursos humanos faz com que muitas dessas sinalizações não possam ser atendidas. E a situação não é tão grave porque o Coordenador da Ação também é Professor Tutor e tem um número elevado de alunos tutorados. Um dos atuais professores tutores vai sair (por concurso) do nosso Agrupamento o que poderá ainda vir a diminuir mais os recursos existentes.

Sabendo que a maioria dos pares tutor-tutorando deveria continuar no próximo ano letivo (até por indicação dos próprios e dos respetivos Conselhos de Turma) e que os pedidos de tutoria para o próximo ano letivo são já em número considerável a Equipa de Autoavaliação reafirma a necessidade de dotar a Ação dos recursos humanos indispensáveis, ampliando a sua ação e tornando-a mais eficaz e eficiente.

Provedoria do Aluno

O Projeto Provedoria do Aluno foi criado com os seguintes objetivos:

- Mobilizar os alunos para uma intervenção organizada e ativa na vida da escola, através das suas estruturas democráticas;
- Desenvolver valores, atitudes e práticas que contribuam para a formação de cidadãos conscientes e participativos na sociedade;
- Desenvolver a criatividade e a autonomia, estimular a reflexão e possibilitar a intervenção dos alunos na vida da Escola;

É essencial criar nos jovens experiências de exercício direto dos direitos consignados no regulamento interno da Escola, dar-lhes a palavra e permitir-lhes a ação.

Este ano letivo, o este projeto adquiriu maior maturidade e notoriedade tendo sido desenvolvidas inúmeras atividades das quais destacamos a Receção ao Aluno, o Apoio ao Estudo por alunos monitores e as Assembleias de Turma. Na receção aos alunos de 5º ano estiveram presentes 25 alunos, tendo ajudado em todo o processo. Os Encarregados de Educação manifestaram o seu apreço por este tipo de ação que lhes transmitiu segurança. No sentido de rentabilizar as valências de dois Projetos (Provedoria do Aluno e Projeto EPIS), os alunos da provedoria, sob orientação do mediador Ricardo Sousa, apoiaram os colegas mais novos com maiores dificuldades de aprendizagem. Julgamos que através desta ação se desenvolve o saber mas também, e sobretudo, o saber-ser, a entreajuda, a solidariedade e a cidadania ativa quer nos alunos que dão apoio, quer nos que são apoiados. As Assembleias de Delegados ocorreram uma vez por período, reunindo todos os delegados de todas as turmas que frequentam a escola sede, e tiveram como finalidade discutir problemas considerados relevantes para os alunos e para o agrupamento, apresentar sugestões para a resolução dos mesmos e ainda divulgar todas as informações que digam respeito aos alunos. Estas reuniões foram precedidas de Assembleias de Turma, para que o delegado possa ser o porta-voz da vontade da turma. A presença do Diretor do Agrupamento nestas assembleias permitiu que fossem um canal direto e privilegiado para que os alunos fossem ouvidos, mas também para que os mesmos fossem esclarecidos sobre como funciona a gestão de uma Escola, e assim percebessem se

aquilo que solicitam/reivindicam/ sugerem é ou não exequível e porquê. São momentos únicos de exercício de cidadania no mais puro sentido.

Relativamente às Assembleias de Turma, há a destacar que as mesmas se começaram a realizar de forma sistemática, embora nem sempre se façam registos escritos das mesmas.

Limitações:

- As aulas de educação para a cidadania são utilizadas para abordagem dos temas do programa PRESSE, para orientação vocacional, para resolução de assuntos relativos à direção de turma e nem sempre é fácil articular as mesmas com a abordagem dos temas solicitados, apesar das datas das assembleias serem divulgadas com antecedência.
- Os diretores de turma do ensino secundário afirmaram as suas dificuldades em reunir uma vez que não têm horas com a turma para educação para a cidadania.
- Há alunos que ainda não desenvolveram as competências sociais necessárias para saberem estar e participar em assembleia.

Aspetos positivos:

- Implementação de um tempo/espaço de análise e partilha dentro da turma, no sentido da identificação de problemas e da procura de soluções para os mesmos, numa microperspetiva (a turma) e numa macroperspetiva (a escola e o meio).
- Consolidação de laços entre os alunos e destes com o diretor de turma.
- Desenvolvimento do espírito crítico fundamentado e do respeito por opiniões divergentes.
- Criação de uma postura de envolvimento cívico dos alunos em relação ao agrupamento.

1ª Assembleia de delegados – 26/11/2014

Tema: Reflexão sobre o controlo das entradas e saídas da escola

Propostas dos alunos	Respostas do Diretor Manuel António Oliveira
Maior vigilância e segurança: contratação de seguranças qualificados, maior nº de seguranças no portão, presença da polícia segura nas imediações da escola, ligação das câmaras de segurança;	Os seguranças que circulam no espaço escolar, fazem parte da Escola Segura e o seu papel é reportar os incidentes que ocorrem, mas não podem ter uma intervenção direta, não podem exercer uma ação direta uma vez que não são uma força de intervenção policial. Já foi solicitado um reforço do número de seguranças mas nada garante que tal seja atribuído. As escolas oferecem instalações, professores, funcionários e excecionalmente, seguranças. Nas escolas do país poucas têm seguranças pois parte-se do princípio que elas são seguras. A escola beneficia de vigilância eletrónica, aliás a Direção-Geral das Estatísticas da Educação e Ciência controla todas as escolas intervencionadas.
Deveriam existir mais funcionários nos pavilhões e ginásios; Devem estar dois funcionários na entrada da escola;	Foi solicitado um reforço de funcionários por parte do Diretor, mas de facto o agrupamento tem o número de funcionários previsto por lei. Naturalmente que em tese gostaria de ter mais funcionários.
Um maior controlo na portaria com a colocação de tecnologia: colocação de torniquetes na entrada da escola ou a existência de uma máquina para passar os cartões fora da escola. Quando os alunos passassem os cartões, o portão abriria; Os alunos devem entrar um a um para que o funcionário verifique essa entrada;	O uso de torniquetes é neste momento inviável, pois impossibilitaria uma eventual necessidade de evacuação, e por outro lado seria necessário uma autorização da Parque Escolar.
Não deve ser permitida a saída ou entrada dos alunos sem que passem o cartão;	No que diz respeito ao uso do cartão, o Diretor lembrou que este é obrigatório, e se algum aluno não o tiver deverá reportar no PBX para ser transmitido ao professor Óscar. Quando um

	aluno, por motivos financeiros, tem dificuldade em adquirir o cartão, este é-lhe facultado gratuitamente pela primeira vez. Se o cartão se deteriora por uso incorreto ou negligência do aluno, ou se o aluno o perdeu, terá que adquirir um novo.
As pessoas que entram na escola devem ter identificação e devem comunicar ao funcionário o local onde se querem dirigir. Deve ser deixado o Bilhete de Identidade/cartão de cidadão na portaria; Quando os encarregados de educação entram na escola devem ser acompanhados; O porteiro deveria possuir os horários dos diretores de turma e os encarregados de educação só entrariam nesses horários; A reunião dos diretores de turma com os encarregados de educação deveria ser feita na entrada do pavilhão D ou junto ao ginásio um;	Na portaria não se pode solicitar a entrega de Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão a quem deseja entrar na escola mas deve ficar um documento de identificação (aliás isso já está previsto no regulamento interno); Supõe-se que quem entra na Escola deve vir para tratar assuntos por bem, a Escola foi feita para aprender, ensinar e educar. Foi solicitado um reforço de funcionários por parte do Diretor, mas não há funcionários em número suficiente para esse acompanhamento.
Deveria ser permitida a saída da escola no intervalo da manhã (das nove horas e cinquenta minutos às dez horas e dez minutos). Alguns alunos consideram que as entradas e saídas da escola deviam ser livres para os alunos que frequentem cursos bem como para os alunos do secundário;	As saídas nos intervalos não podem ser vetadas aos alunos com mais de dezoito anos, isso seria ir contra a lei geral, mas este tema poderá voltar a ser debatido.
Ao nível do funcionamento da escola: A abertura da biblioteca da escola até mais tarde, à quarta-feira; Os alunos devem ter mais tempo de almoço; No decorrer das aulas, os alunos devem ser impedidos de fazer	No que diz respeito ao prolongamento do horário da biblioteca é um assunto que merece ser debatido, há que levantar o problema e ver se há essa possibilidade. É proibido fumar no recinto escolar, e só é possível intervir se houver informação sobre locais e alunos que prevaricam.

barulho dentro dos pavilhões; Os pavilhões devem ser fechados após o toque (sendo dados quinze minutos de tolerância); Os alunos apenas devem entrar na sua sala e não nas salas de outras turmas; Deve ser proibido fumar atrás dos ginásios bem como tocar o alarme de incêndio; Os elementos perturbadores (com mais de três suspensões) deveriam ser expulsos da escola. Colocação de cacifos nas salas de aula; A abertura do segundo bufete para diminuir a espera na fila do bufete atualmente em funcionamento; O aumento das atividades curriculares e extracurriculares; A abertura do auditório da escola com rádio, durante os intervalos.	Os debates e as reivindicações dos alunos podem e devem ser feitas junto da Associação de Estudantes, cujos representantes deverão ler com atenção o regulamento interno da escola.

2ª Assembleia de delegados – 18/03/2015

Tema: Medidas para combater o insucesso escolar

Propostas dos alunos:	Respostas do Subdiretor Paulo Ferreira
Uma mudança na postura dos alunos (serem assíduos, estudarem mais, trazerem o material necessário); Uma mudança no ambiente da escola (não correr dentro dos pavilhões, não deixar pessoas estranhas entrarem na escola); Aulas de cinquenta minutos, com intervalos de dez minutos; Turmas mais pequenas (vinte alunos por turma no máximo); Horários com pelo menos duas tardes livres por turma; Utilização dos cacifos, permitindo evitar o esquecimento de material; Aparelhos eletrónicos fora da sala de aula;	A extensão do currículo obriga a uma estadia mais prolongada na escola e consequentemente dificulta a organização dos horários no sentido de satisfazer essa vontade. Apesar do peso das mochilas ser de facto uma preocupação, o facto de terem ocorrido furtos aquando da colocação de cacifos levou à alteração da estratégia, criando as salas mãe das turmas, para permitir que os alunos não andem carregados durante a sua permanência na escola.
Criação de um espaço onde os alunos mais velhos prestam apoio a alunos mais novos. Este espaço funcionaria fora das atividades letivas, num local específico para o efeito, orientado por um elemento docente que coordenasse as atividades; Criação de uma "oficina de aprendizagem", um espaço onde os alunos pudessem desenvolver um conjunto de capacidades/destrezas bem como obter ajuda docente para o esclarecimento de dúvidas. Neste espaço seriam desenvolvidas atividades diversificadas que poderiam ir desde as expressões (música, artes visuais, expressão motora, expressão dramática) até ao esclarecimento de dúvidas, leitura, imprensa, entre outras;	A Direção e o Conselho Pedagógico estão atentos ao novo caminho aberto pela experiência de apoios ao estudo levada a cabo pelo programa EPIS. De facto o apoio entre pares tem demonstrado ser proveitoso e mais motivador para alguns alunos. Riqueza de projetos escolares desenvolvidos na escola mas cuja adesão dos alunos está, em alguns desse projetos, aquém do desejado e expectável Há espaços de estudo promovidos pela escola. Foi considerada pertinente a marcação de menos trabalhos de casa nas semanas em que os alunos têm mais testes.

Planeamento de um horário de estudo com ajuda dos professores; Criação de um segmento de quarenta e cinco minutos no horário dos alunos dedicado à leitura; Promoção do estudo em grupo assim como a criação de grupos de estudo por disciplinas; Aumento das horas de apoio para que os alunos obtenham melhores resultados nos exames, principalmente a Português; Aulas mais criativas e inovadoras com recurso às novas tecnologias; Realização de visitas de estudo, também para motivar os alunos; Redução da marcação de trabalhos de casa nas semanas em que as turmas têm mais testes; Promoção da relação professor/ DT/encarregado de educação para combater o insucesso dos educandos; Ser feita todos os anos uma sensibilização para o bullying.	

3ª Assembleia de delegados – 27/05/2015

Principais causas da indisciplina do bullying;

Medidas para o combate à indisciplina e ao bullying;

Causas para a indisciplina e o bullying consideradas pelos alunos	Medidas propostas pelos alunos	Resposta do Diretor
Más companhias/ Vontade de troçar e de magoar os outros; Distúrbios psicológicos dos alunos; Os alunos indisciplinados e conflituosos são por vezes adolescentes com carências afetivas e falta de atenção em casa que pretendem chamar a atenção junto dos professores, funcionários e colegas; Há alunos que já foram vítimas e agora querem mostrar aos colegas o que sofreram, de forma negativa, ou seja repetindo o que lhes fizeram; Os alunos que fazem bullying pensam que isso vai aumentar a sua autoestima, ao terem poder sobre as vítimas;	Reforço da segurança da escola; A realização de tarefas de intervenção na escola e na comunidade e voluntariado nas instituições da zona; A promoção de encontros com os serviços de psicologia e orientação; Acompanhamento psicológico para os alunos mais violentos/agressivos e/ou revoltados por alguma razão e finalmente acompanhamento psicológico também para os alunos que já foram alvo de bullying;	O bullying existe de facto, aliás sempre existiu, simplesmente antes toda a gente calava, e hoje em dia considera-se, e muito bem, que não se deve ocultar. Numa escola que se quer democrática, há que pôr as cartas em cima da mesa e denunciar aqueles que não cumprem os deveres consignados no Regulamento Interno da escola. Os próprios Encarregados de Educação assinaram um documento no início do ano, em como tomaram conhecimento e concordam com o Regulamento Interno. Apelo do Diretor aos delegados para que façam debates com a Associação de Estudantes sobre temas do seu interesse. Reforço da ideia de que temos direito a uma educação de qualidade, os alunos têm o direito a aprender e os professores o direito a ensinar. Temos por isso o direito a desejar que os colegas sejam cada vez melhores. Por isso

Medidas desadequadas de punição das infrações (a suspensão não tem resultados); Falta de proteção das vítimas; Turmas constituídas por alunos problemáticos ou com muitas retenções faz aumentar a indisciplina; Falta de perspetivas de futuro e falta de ambições.	Os responsáveis pelo bullying devem ser punidos: o estabelecimento no regulamento interno de regras e penalizações para estes casos, substituindo as suspensões por outro tipo de sanções, como a realização de trabalhos teóricos e práticos para autoaprendizagem e apresentação aos colegas; A aplicação de penas mais severas, nomeadamente o cumprimento de trabalho comunitário com controlo; A realização de tarefas de intervenção na escola e na comunidade e voluntariado nas instituições da zona; A manutenção de um diálogo sistemático com os pais; Instituição de "piquetes de interseção" para vigiar o recreio e tentar prevenir estas situações; Na primeira vez que aconteça o episódio de bullying este deve ser comunicado de imediato à escola; A colocação de câmaras de vídeo no espaço exterior dos pavilhões ou o aumento do número de vigilantes; Andar sempre entre amigos e em sítios onde haja mais movimento; Seria preferível fazer uma melhor distribuição dos alunos	ninguém deve ter medo de denunciar os casos de infratores, pois ao calar estamos a consentir. A sugestão da criação de piquetes foi considerada uma boa medida. O Diretor acrescentou que neste momento a escola sede está sem vigilantes uma vez que os mesmos foram afetados noutros serviços, e por vezes é nestes momentos que as coisas acontecem. Tal como os alunos afirmaram, a educação vem de casa, e dada pelos pais ou por quem os substitui, e escola complementa, mas há lacunas difíceis de preencher e por isso apelou aos representantes de turma para que ajudem os colegas que não sabem estar nem ser.

EPIS

A EPIS, Empresários pela Inclusão Social, é uma associação de direito privado sem fins lucrativos que tem como missão prioritária a educação, em particular o combate ao insucesso e ao abandono escolares. Neste sentido, desenvolveu uma abordagem, inédita em Portugal, de combate ao abandono e insucesso escolares no 2.º e 3.º Ciclo de escolaridade que tem por base uma metodologia de capacitação dos jovens e suas famílias, trabalhada e desenvolvida por uma rede nacional de mediadores profissionais.

Dando continuidade ao Projeto EPIS, iniciado no ano transato, no Agrupamento de Escolas do Cerco, o mediador acompanhou sessenta e seis alunos ao longo deste ano letivo, os quais estavam já sinalizados do ano anterior.

No que concerne ao horário de atendimento e à orientação prestada aos discentes supracitados, ficou definido pela Direção do Agrupamento que a intervenção com os alunos sinalizados poderia vir a ser realizada no horário das disciplinas de Educação para a Cidadania, Educação Física e Educação Visual. Registe-se, neste âmbito, que essa intervenção realizou-se todas as semanas, contemplando no mínimo um tempo letivo com cada discente.

Atendendo ao elevado número de alunos acompanhados, e consequente sobrecarga horária, tornou-se particularmente difícil prestar um apoio individualizado tão próximo como gostaria e seria desejável. Neste contexto, em colaboração com a Provedoria do Aluno surgiu o Apoio por monitores já anteriormente descrito neste relatório na secção relativa à Provedoria.

No que diz respeito aos resultados escolares, a evolução do aproveitamento dos discentes foi notória ao longo dos três períodos letivos e, embora o número de níveis inferiores a três tenha aumentado em relação ao ano transato, a taxa de transição foi de sessenta e oito por cento, o que traduz uma melhoria de cerca de quatro por cento comparativamente com a taxa de transição homóloga (sessenta e quatro por cento). É de referir que em relação aos alunos não intervencionados pela EPIS a situação é inversa, verificando-se (provisoriamente) uma descida de quatro por cento no que concerne à taxa de transição registada no ano letivo anterior.

A associação EPIS pretendeu dar em 2011 um sinal adicional de estímulo e de apoio a escolas que pretendam desenvolver uma estratégia eficaz de promoção da inclusão social de jovens em risco de insucesso ou de abandono escolares lançando um programa de bolsas sociais para premiar boas práticas de inclusão social, que teve a sua 4.ª edição em 2014. Neste âmbito, foram atribuídas à escola duas bolsas, cada uma no valor de quatrocentos euros anuais, a serem pagas anualmente, por um período de três anos, com o objetivo de apoiar dois discentes do ensino secundário, a partir do ano letivo de 2014/2015.

Entre os objetivos do projeto para o ano letivo 2015/2016, descritos no relatório EPIS, conta-se dar continuidade à intervenção com os alunos integrados na carteira EPIS (turmas regulares) e efetuar nova sinalização dos alunos dos sétimo e oitavo anos ao longo do 1º período, de modo a poder iniciar a intervenção no 2º período;

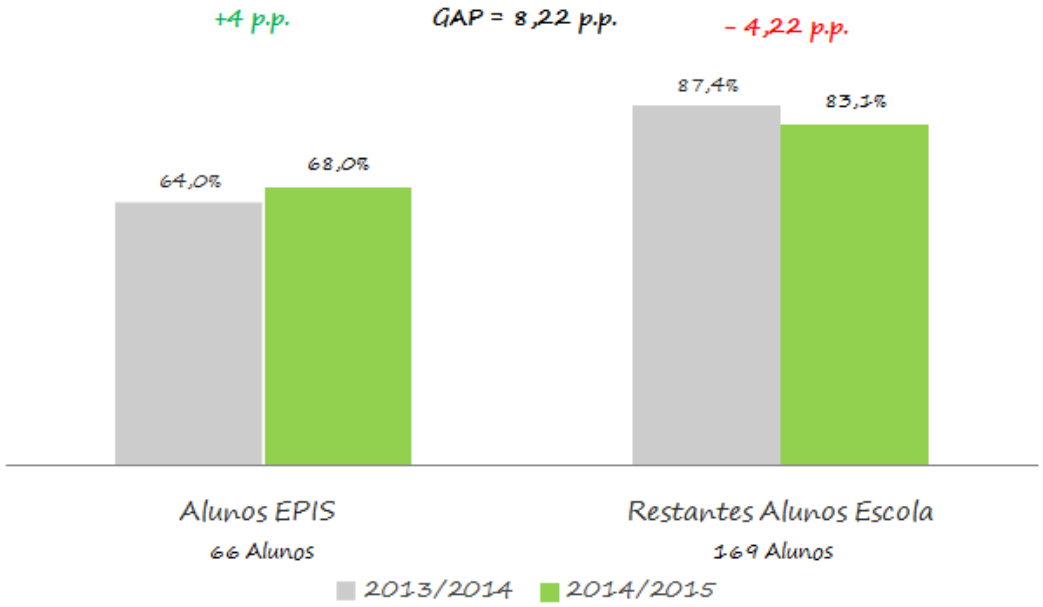
A equipa de autoavaliação considera que este projeto teve um impacto importante na dinâmica do Agrupamento de Escolas do Cerco, tal como pode ser comprovado pela referência em atas de conselho de turma bem como na ata nº9 de conselho pedagógico de quinze de abril de 2015. Para além da possibilidade de poder contar com mais um mediador é opinião desta equipa que o mesmo deverá ser ampliado e replicado.

Para tal, é fundamental a existência da Educação para a Cidadania em todas as turmas do 2º e 3º Ciclos uma vez que proporciona o espaço ideal para o bom funcionamento de dois projetos – Provedoria e EPIS - que têm gerado um importante impacte e melhorias a diversos níveis na comunidade discente.

Taxa de Transição no 3.º Período
Alunos EPIS (regulares + vocacionais)*

* Resultados Provisórios: Falta a confirmação dos resultados dos Cursos Vocacionais.

Dados em %



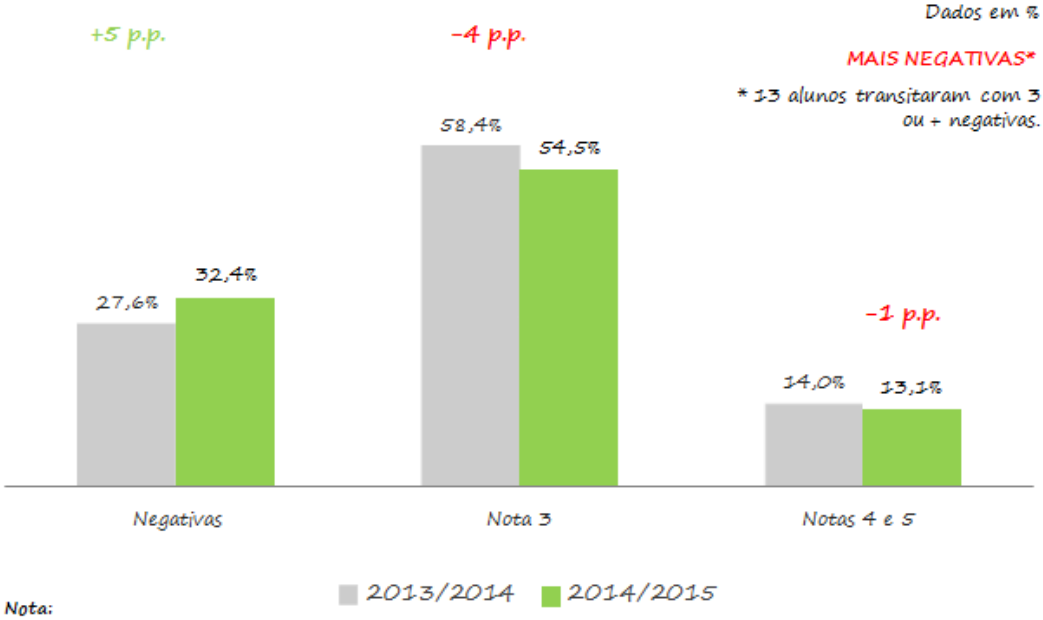
Fonte: Plataforma EPIS

Notas dos 54 alunos EPIS no 3.º Período

Dados em %

MAIS NEGATIVAS*

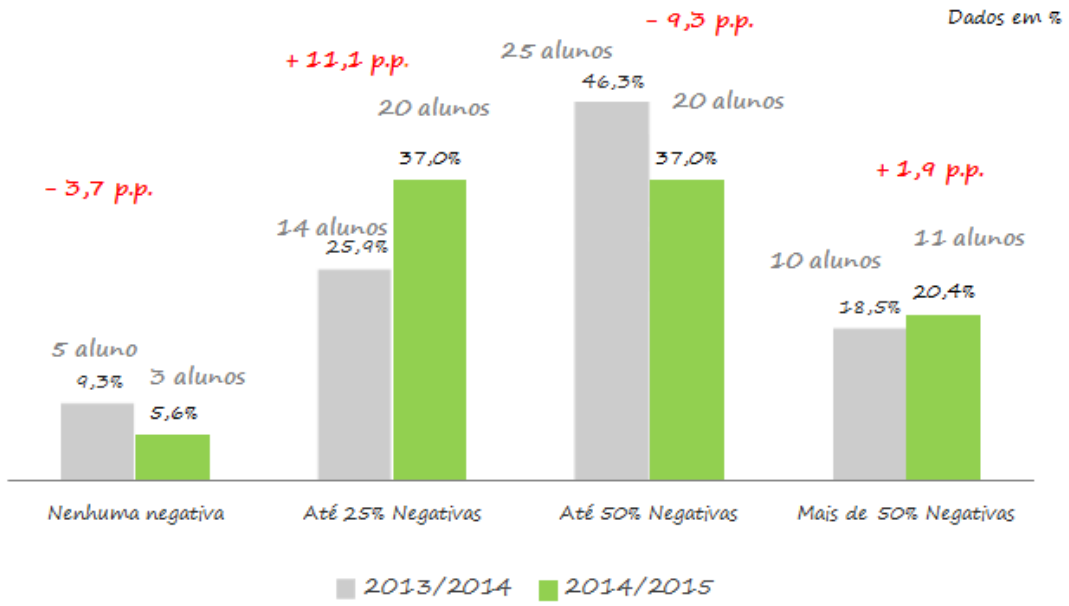
* 13 alunos transitaram com 3 ou + negativas.



Nota:
180 negativas num total de 651 notas em 2013/2014
198 negativas num total de 611 notas em 2014/2015
A diferença de notas justifica-se pelo diferente número de disciplinas nos diversos anos (7º, 8º e 9º ano)

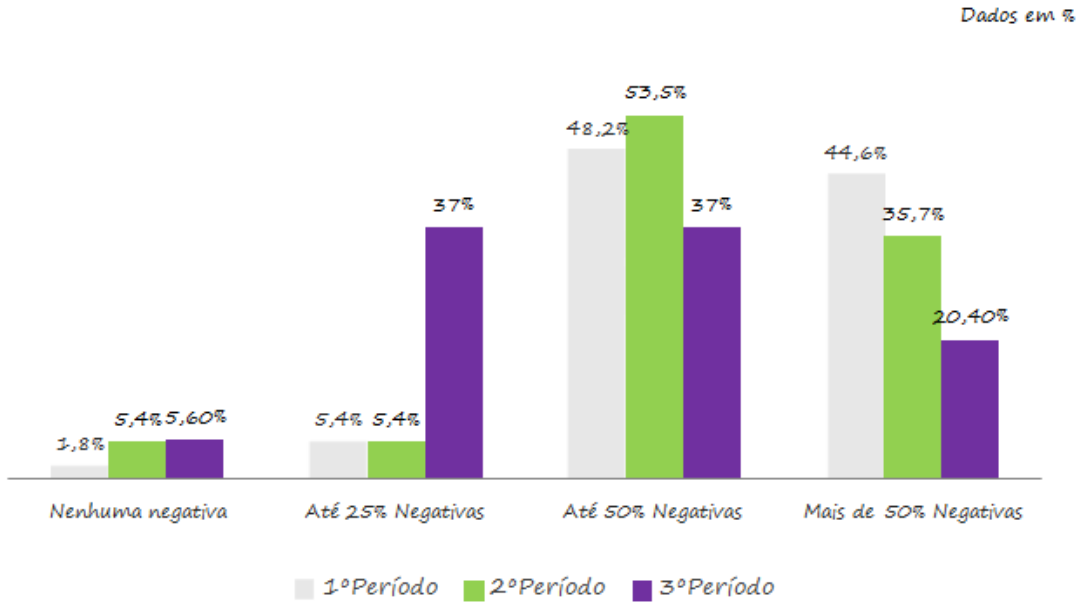
Fonte: Plataforma EPIS

Perfil de Negativas dos 54 Alunos EPIS no 3.º Período



Nota: Além dos 54 alunos, o mediador acompanha mais 12 alunos, que por estarem numa turma Vocacional, não foram ainda avaliados

Evolução de Resultados 2014/2015



Nota: Além dos 54 alunos, o mediador acompanha mais 12 alunos, que por estarem numa turma Vocacional, não foram ainda avaliados

PLANO DE MELHORIA

Todas as ações de melhoria presentes no Plano de Melhoria foram planeadas para ter início no ano letivo 2013/2014.

O plano de melhoria constituiu-se como um documento de comunicação externa e trabalho interno, assente no princípio de melhoria contínua e participação nas decisões estratégicas de toda a comunidade, conducentes às práticas ativas de qualidade que o Agrupamento tem vindo a promover no âmbito da Avaliação Interna.

Este plano pressupõe uma monitorização regular do mesmo e a sua avaliação faz parte integrante do Relatório de Autoavaliação do Agrupamento no final de cada ano letivo.

Cumprimento do Plano de Melhoria

Ação de Melhoria	Objetivos	Ações	Concretização
Resultados Escolares	▪ Identificar fatores geradores de indisciplina – análise casuística das situações com maior gravidade. ▪ Sistematizar e generalizar o trabalho cooperativo (professores, funcionários alunos e encarregados de educação). ▪ Implementar estratégias conjugadas que sejam eficazes na diminuição dos casos de indisciplina, dentro e fora do espaço aula. ▪ Uniformizar comportamentos a ter e clarificar as consequências do incumprimento. ▪ Reforço positivo dos casos de comportamento sem qualquer observância de indisciplina. ▪ Divulgação permanente do plano de Ação "Na minha escola eu contribuo para a disciplina".	**"Na minha escola eu contribuo para a disciplina"** ▪ Clarificação dos papéis de todos os membros da comunidade educativa. ▪ Elaboração de um Manual de Procedimentos face a comportamentos de indisciplina para Alunos, Professores, Funcionários e Pais e Encarregados de Educação. ▪ Medidas imediatas de resposta a situações de indisciplina. ▪ Medidas de informação e de prevenção a tomar no início do ano letivo. ▪ Observatório da indisciplina. ▪ Espaços de discussão e debate, criando o espaço de Assembleia de Turma. **META:** Alcançar a meta definida para o Agrupamento (melhorar em 0,61% o número de medidas disciplinares por aluno)	**Sim** ▪ Manual de Procedimentos; ▪ Cercool; ▪ Assembleias de Turma ▪ Relatórios do GDA
	▪ Refletir sobre as metas de aprendizagem. ▪ Reformular os documentos de trabalho. ▪ Reestruturar as áreas das salas. ▪ Promover o gosto pelas áreas da matemática, das ciências e da multimédia. ▪ Facilitar a integração dos alunos na etapa educativa seguinte.	**Planeamento da educação pré-escolar** ▪ Reorganização/reestruturação das áreas das salas de forma a evidenciarem o domínio da matemática, das ciências e multimédia. ▪ Reflexão sobre as metas/competências de aprendizagem, definidas para a educação pré-escolar. ▪ Reformulação das metas/competências de aprendizagem nos documentos normalizados por forma a aproximar as mesmas das metas	**Sim**

		propostas pelo Ministério da Educação e Ciência. ▪ Articulação não só com o 1º ciclo do ensino básico mas também com outros níveis de escolaridade, incluindo o ensino secundário, na área das ciências e expressões, e com outros parceiros, famílias, crianças e docentes de outros Agrupamentos e instituições. **META:** Reforçar o desenvolvimento das orientações curriculares na educação pré-escolar, projetando um maior sucesso na etapa educativa seguinte.	
	▪ Sinalizar todos os alunos que transitam ou são aprovados com dificuldades em qualquer disciplina no seu percurso escolar. ▪ Reforçar formas de apoiar todos os alunos que não atingem o sucesso esperado; ▪ Melhorar o desempenho escolar dos alunos. ▪ Oferecer a todos os alunos oportunidades de aprendizagem ao longo do dia escolar e do ano letivo através da ocupação dos seus tempos livres.	**Apoios educativos** ▪ Diversificação de estratégias e métodos educativos, com vista à elaboração de planos de apoio mais específicos às necessidades do aluno. ▪ Redefinição de estratégias de atuação, com vista a uma melhor adequação e melhor desempenho do aluno. ▪ Promoção de oportunidades de aprendizagem, através de clubes e projetos, que fomentem o gosto pelo estudo e o sucesso educativo. ▪ **META:** ▪ Melhorar a eficácia dos apoios educativos, com vista à sua melhor adequação ao pleno desenvolvimento do aluno.	**Sim** ▪ Incluir para Emergir ▪ EPIS ▪ Ninho/Aula "+" ▪ Participação em projectos: Porto a Ler; Porto de Crianças, Competições, Pangea e PMat ▪ Projeto 10X10 ▪ Erasmus+ ▪ Clube da Ciência/"Os Pequenos Einsteins", ▪ Desporto Escolar ▪ Promoção e Educação para a Saúde ▪ Eco-Escolas ▪ Provedoria do Aluno ▪ Orquestra Orff ▪ Ensino Articulado da Música

	▪ Implementar um processo para definir o currículo por ano e por ciclo, de forma a determinar o que é ensinado, como, quando e a quem. ▪ Focalizar a ação num currículo e ensino equitativos e culturalmente relevantes no desenvolvimento profissional de professores e assistentes operacionais e nas reuniões de planificação. ▪ Formar uma equipa multidisciplinar que avalie o currículo e a aprendizagem, tendo por base os diferentes desempenhos dos alunos, os padrões escolares atingidos, as múltiplas perspetivas e a inclusão. ▪ Identificar práticas pedagógicas e organizacionais que afetem positivamente o desempenho dos alunos.	▪ Implementação de um processo eficaz e exequível, com vista à melhoria dos resultados obtidos. ▪ Formação de uma equipa multidisciplinar, que avalie o currículo e os resultados escolares. ▪ Promoção de práticas pedagógicas eficazes e reveladoras de sucesso educativo **METAS:** ▪ Melhorar a distância da taxa de sucesso para o valor nacional: ▪ **1.º Ciclo:** Português: de -9,27% para -4,27%; Matemática: de -15,18% para -10,18%; ▪ **2.º Ciclo:** Português: de -10,91% para -5,91%; Matemática: de -20,96% para -15,96%; ▪ **3.º Ciclo:** Português: de -27,91% para -22,91%; Matemática: de -35,69% para -30,69%; ▪ **Ensino Secundário:** Português: de -15,25% para -10,25%; Matemática: de -33,04% para -28,04%;	**Não** ▪ Formação de uma equipa multidisciplinar, que avalie o currículo – necessário e urgente alterar o currículo, os conteúdos programáticos e organização dos Cursos Vocacionais e PIEF **Sim** Espaço de Preparação para Exames

Práticas Pedagógicas	▪ Sistematizar e generalizar o trabalho cooperativo. ▪ Implementar estratégias organizativas que sejam eficazes na melhoria dos resultados escolares. ▪ Alargar processos de supervisão pedagógica no sentido da melhoria das práticas profissionais	**Trabalho cooperativo** ▪ Trabalho de planificação conjunta no seio dos grupos e dos departamentos, do desenvolvimento da avaliação, da verificação do cumprimento dos programas, listas de controlo de procedimentos do exercício de competências/responsabilidades. ▪ Troca de experiências e de informação no seio de projetos e ações de formação internas. ▪ Partilha de instrumentos de trabalho no seio dos conselhos de turma e grupos de recrutamento. ▪ Definição de procedimentos comuns adequados à resolução de problemas e à situação específica de alunos. ▪ Melhoria do trabalho de equipa tendo em vista a organização e a rentabilização de recursos. ▪ Disseminação das práticas inovadoras e promovedoras do sucesso, dinamizadas no Projeto "Coadjuvação entre pares".	**Sim** ▪ Ainda que seja necessário formação a este nível, se possível na modalidade oficina ▪ Professores do grupo 300 propõem Coadjuvação de pares ▪ Supervisão de pares ▪ Criação do mail institucional
		Supervisão Pedagógica ▪ Listas de controlo de procedimentos das diversas estruturas de orientação educativa. ▪ Acompanhamento dos professores contratados e recém-chegados à escola, feito pelas lideranças intermédias (elaboração de manual de procedimentos). ▪ Monitorização e avaliação do planeamento individual.	**Sim** ▪ Ação nº 6 da IGEC ▪ Manual – a atualizar no início do ano letivo
		▪ Implementação de ações de acompanhamento para superação de eventuais dificuldades, partilhando saberes, preocupações, realizações, atividades comuns, supervisão voluntária, respostas, para enriquecimento mútuo.	**Sim** ▪ Ações de Capacitação TEIP

Consolidação do Processo de Autoavaliação	▪ Conhecer o percurso escolar e profissional dos alunos após a escolaridade no Agrupamento. ▪ Avaliar o impacto das aprendizagens realizadas e da oferta educativa disponibilizada pelo Agrupamento. ▪ Melhorar a capacidade de resposta dos serviços escolares. ▪ Divulgar os resultados da avaliação interna, promovendo uma visão atualizada, criticamente reflexiva e comparada dos dados, de forma a permitir a introdução de ações de melhoria. ▪ Conhecer os pontos fortes e as áreas de melhoria do Agrupamento. ▪ Definir áreas de melhoria prioritárias.	▪ Análise do percurso dos alunos "Depois do Cerco". ▪ Divulgar os resultados da avaliação interna, promovendo uma visão atualizada, criticamente reflexiva e comparada dos dados, de forma a permitir a introdução de ações de melhoria. ▪ Conhecer os pontos fortes e as áreas de melhoria do Agrupamento. ▪ Definir áreas de melhoria prioritárias. **METAS:** Adequar as ofertas e as práticas do Agrupamento à realidade da comunidade escolar e ao sucesso do percurso de vida.	**Sim** ▪ Acompanhamento do percurso dos alunos pós-cerco ▪ A equipa de autoavaliação propôs criar *newsletters* no próximo ano letivo

Ações da responsabilidade da Equipa de Autoavaliação

Do Plano de Melhoria, faz parte a "Consolidação do Processo de Autoavaliação", tendo sido incumbida a equipa de autoavaliação de monitorizar os trajetos pós-Cerco.

Os alunos que concluíram/frequentaram o agrupamento no 12.º ano nos dois últimos anos letivos foram contactados individualmente, no sentido, de averiguar qual o rumo/percurso "Depois do Cerco". Segue-se a reflexão possível sobre o "pós-Cerco".

Trajetos 2014

Dos 26 alunos inscritos no 12.ºA (**Ciências e Tecnologias**), 16 concluíram o 12.º ano. Destes, 13 alunos ingressaram no Ensino Superior (ES), dois estão desempregados e uma está a trabalhar. Na 1.ª fase, concorreram 12 alunos e ingressaram onze alunos (92%), seis alunos ingressaram na primeira opção, 3 alunos na 2.ª opção e 2 alunos, ingressaram na 3.ª opção. Na 2.ª fase, uma aluna, que já havia ingressado no ES, voltou a concorrer e ficou colocada na sua 1.ª opção, e mais dois alunos ingressaram no ES. Estes dois alunos, apesar de terem feito a inscrição no ES, estão este ano a fazer melhoria de notas, a fim de ingressarem num curso superior mais do seu agrado.

Dos 24 alunos inscritos no 12.ºB (**Línguas e Humanidades)**, 16 concluíram o 12.º ano. Destes, 7 alunos concorreram ao ES, no entanto, na primeira fase apenas uma aluna ingressou. Na 2.ª fase, ingressou mais uma aluna no ES. No total, dos 7 alunos que concorreram, entraram 2 alunas. No entanto, se considerarmos o ES Público e Privado, dos 7 alunos que manifestaram intenção em prosseguir estudo, 6 ingressaram no ES. Dos restantes 10 alunos, 7 alunos estão desempregados e 3 alunos estão a trabalhar.

Dos 7 alunos que concluíram o **Curso Profissional (CP) de Técnico Restauração**, 3 estão presentemente a trabalhar na área de formação. Dos 14 alunos que concluíram o **CP Técnico de Apoio Gestão Desportiva**, 5 ingressaram no Ensino Superior, 5 estão a trabalhar, 4 estão desempregados. Dos 10 alunos que concluíram o **CP Apoio à Infância**, 8 estão desempregados.

Graças a uma parceria e protocolo com o projeto **Porto de Conhecimento**, projetos e iniciativas de promoção e divulgação da ciência e conhecimento, foi possível que 7 alunos com escalão (A ou B), residentes na cidade do Porto ingressassem no ES privado com isenção total ou parcial de propinas. Deste 7 alunos, três haviam também garantido o ingresso no ES Público, optando, no entanto, pelo ES Privado.

"É preciso saber ir para além da regularidade dos números, apreender nos comportamentos o que esses comportamentos simbolizam..." (Hoggart, 1970:70[5]).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A melhoria dos resultados académicos continua a ser uma preocupação por parte de toda a comunidade, no entanto, tal não se tem verificado da forma como todos gostaríamos. Os grupos disciplinares em todas as reuniões refletem sobre este ponto e procuram causas para o insucesso e estratégias de melhoria. Entre Apoios Educativos, Aula Mais, Pequenos Einsteins, Espaço de Preparação para Exames, Ação Tutorial, Provedoria e Projeto EPIS tudo se tem tentado em busca de melhorias mais expressivas que tardam em aparecer. Consideramos, ainda assim, que a continuidade dos projetos/estratégias terá futuramente resultados. Mesmo não querendo valorizar os *rankings,* é quase impossível ignorá-los, mas custa-nos ver a escola "julgada" em praça pública pelos resultados externos do 4.º, 6.º, 9.º, 11.º e 12.º anos, reduzindo a escola a apenas alguns anos letivos e a algumas disciplinas (aquelas que são alvo de Exame Nacional).

No 1.º ciclo há uma variação grande de desempenho nas diferentes escolas, o que pode ser explicado sobretudo pela origem dos alunos, pois, apesar de estramos a tratar de áreas geográficas contíguas, há contextos sociais ligeiramente diferentes que ajudam a condicionar os resultados. No 2.º e 3.º ciclos, a ausência de curiosidade científica, a dificuldade em lidar com a frustração, o aprender com o erro, a necessidade de repetição, de treino obstaculizam o processo de aprendizagem, especialmente, nas disciplinas ligadas às ciências. Em parte, isto explica o insucesso na Matemática no 9.º ano e, mais tarde, na Biologia e Geologia e Físico-Química A. Há alunos que, no ensino Secundário, conseguem "quebrar" este ciclo vicioso, mas são poucos. No ano letivo de 2014/2015, o aluno Vasco Ferreira concluiu o ensino secundário uma média de dezoito, a mais alta do Curso de Ciências e Tecnologias, exame nacional de Biologia e Geologia com 16,9, e Físico-Química A com 14,8, Matemática com 12,3 e Português com 13. Isto não teria nada de estranho, se o Vasco não tivesse ficado retido duas vezes (uma no 6.º ano e outra no 10.º ano) por

[5] HOGGART, Richard (1970) La culture du pauvre. Paris: Minuit.

mau aproveitamento e mau comportamento. Até ao 9.º ano, o Vasco teve sempre negativa a Português e a Matemática, apesar de ser um aluno com "capacidades", não se distinguia. Acresce ainda referir que nos Exames Nacionais de 9.ºano, o Vasco obteve nível dois em ambas. O que mudou ou o que o fez mudar é a pergunta que gostaríamos de ver respondida. Este aluno afigurasse-nos como um verdadeiro *estudo de caso*. De acordo com ele, aquando da segunda retenção, decidiu que iria fazer diferente. A mudança de atitude, o trabalho contínuo e o facto de o aluno ingressar numa turma nova e ter um conselho de turma que nada sabia sobre o seu passado de insucesso e indisciplina, permitiu-lhe completar com (muito sucesso) o ensino secundário. Trazemos este caso pela sua exemplaridade e também pela prova que com esforço é possível mudar para melhor. Como? Com um apoio do conselho de turma e, acima de tudo, com trabalho, persistência e vontade de superação.

Como em anos anteriores, a monitorização dos projetos e atividades está a cargo da equipa teip 3 que sistematiza e registar as ações desenvolvidas, os resultados obtidos e os ajustes efetuados. Este ano letivo houve uma preocupação maior em dar a conhecer as atividades planificadas, afixando-se mensalmente o calendário nas mesmas na sala de pausa da sede do agrupamento. O *facebook* funciona como um excelente mecanismo de divulgação das atividades desenvolvidas, no entanto nota-se que o pré-escolar e o primeiro ciclo são muito mais responsivos, havendo uma preocupação em dar a conhecer o que foi feito. É importante que o 2.º e 3.ºciclos e ensino secundário comecem a "mostrar" mais o que se faz (fotos de visitas de estudo, participações em concursos, …). Por parte da comunidade educativa, especialmente familiares de alunos e antigos alunos, o *facebook* é extremamente bem recebido, o que se torna evidente pelos comentários e pelo número de "gostos". Através das mensagens privadas, há um número crescente de contactos, o que nos leva a constatar que a forma como a escola se relaciona com o meio está a mudar.

Numa perspetiva de promover a interação escola – família - comunidade envolvente (resultados sociais), foram desenvolvidas ao longo do ano diversas atividades de articulação e parceria entre estruturas e entidades locais, campanhas de recolha (tampinhas, pilhas, alimentos, roupa, entre outros); Desporto Escolar; Dia do Diploma; Festa de Finalistas, Dias da Mãe e do Pai, Feiras do Livro, Exposições de Trabalhos, desfiles de Carnaval. De entre as atividades promotoras de uma boa relação com a comunidade, destacamos uma tradição recente, o Dia do Agrupamento

e o facto de, nesse dia, dando cumprimento ao estabelecido no Regulamento Interno, serem distinguidos os melhores alunos de cada ano de escolaridade. De entre as tradições mais antigas, destacamos a Festa de Finalistas dos alunos do 12.º ano de escolaridade. A Festa de Finalistas é muito valorizada pelos alunos e pelas famílias, sendo entendida como o culminar de um percurso, um momento de reconhecimento aos professores e, acima de tudo, uma prova de superação: afinal, o chegar ao final da escolaridade obrigatória, que em outros meios, é uma dado adquirido, aqui representa ter ido bem mais longe que a geração dos pais.

Na promoção desta interação, salienta-se também a importância para o conhecimento dos pais e encarregados de educação relativamente ao percurso educativo dos seus educandos, das reuniões entre professores titulares/diretores de turma e encarregados de educação; estas continuam a ser um espaço privilegiado de comunicação, sendo que se realizaram periodicamente, em momentos de avaliação intercalar e de avaliação final de período. No terceiro período, antes da reunião de avaliação intercalar, o Diretor reúne com os dos pais e encarregados de educação dos alunos do 6.º, 9.º, 11.º e 12.º anos (anos de sujeitos a avaliação externa).

De entre as múltiplas atividades desenvolvidas no agrupamento, destacamos a articulação com a Câmara Municipal do Porto no projeto “Porto de Crianças” que promove o enriquecimento da oferta educativa formal e é dirigido aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e dos jardins-de-infância de escolas públicas. Graças ao “Porto de Crianças”, os nossos alunos têm experimentado a dança, a música, o teatro, as ciências, usufruindo-se do trabalho com especialistas nestas áreas, bem como de transporte quando há saídas da escola.

A equipa de autoavaliação considera que ao nível das práticas de ensino associadas aos alunos com necessidades educativas especiais existe necessidade de reforçar e melhorar a articulação/comunicação entre o 1.º ciclo e educação pré-escolar e o 2.º e 3.º ciclos. Face ao número de casos de dislexia detetados apenas no 3.º ciclo, torna-se premente uma deteção precoce/diagnóstico no 5.º ano (articulação entre professores de Português, diretores de turma e serviços de psicologia e orientação).

Pela primeira vez este ano letivo, houve formação para os membros da equipa de autoavaliação na Faculdade de Psicologia. A formação teve como aspetos positivos o facto de nos permitir conhecer o *modus operandi* de outras escolas (Aves, Carvalhos, Souselo, Rio Tinto n.º3, etc.), fazendo-nos perceber que as dificuldades das equipas de autoavaliação são idênticas em quase todos os agrupamentos (disponibilidade, reconhecimento e divulgação). A formação culminou num seminário, o *II Seminário Internacional de Observatórios de Educação e Formação*, onde foram apresentados os resultados e relatos das experiências no âmbito do projetos sobre autoavaliação de escolas, com a organização da equipa do Observatório da Vida nas Escolas (OBVIE).Da formação resultou o compromisso de criar uma *newsletter* com periocidade trimestral capaz de divulgar o trabalho da equipa de autoavaliação.

A Provedoria do Aluno tem tido um papel fundamental no arranque do ano letivo, orientando os alunos que iniciam o 2.º ciclo na escola sede e envolvendo os alunos mais velhos em atividades promotoras da integração. Alguns dos alunos que já integraram a Provedoria do Aluno e agora terminaram o ensino secundário poderão ser o fermento para uma futura Associação de Antigos Alunos do Agrupamento.

Uma das sugestões feita no último Relatório da equipa de autoavaliação foi a criação de um Manual de Acolhimento para docentes. Neste sentido congratulamo-nos pelo facto de esse manual ter sido criado e disponibilizado a todos os docentes na Reunião Geral de setembro. No âmbito da criação de documentos operacionais, registamos, igualmente com agrado, a criação de um documento súmula do Regulamento Interno que foi discutido em Educação para a Cidadania e será distribuído no início do ano letivo.

A equipa de autoavaliação continua a lamentar a inexistência de um amigo crítico, apesar da boa vontade da perita externa, Daniela Gonçalves, esse papel não pode ser assumido por ela, sob pena de enviesar o processo.

A Avaliação Interna do Agrupamento conduz à reflexão, ao diálogo e ao confronto de diferentes olhares sobre a escola. Este ano letivo, houve, por parte dos grupos disciplinares uma colaboração maior do que no ano transato, pretendemos que esta colaboração continue, não apenas numa lógica de “justificação” de resultados, mas de reflexão e efetiva melhoria de procedimentos.

Enquanto equipa de autoavaliação, pretendemos melhorar a devolução de resultados, promovendo a perceção da pertinência da equipa de autoavaliação e do nosso trabalho, bem como ativando a participação. Isto é queremos ir para além da mera obrigação legal, que nos faz "dar-se conta e dar contas" (a *accountability*). Pretendemos caminhar para uma abordagem mais qualitativa, capaz de captar variações, tendências, idiossincrasias, sem a prisão dos números, ainda que os não rejeitemos/possamos rejeitar.

Constrangimentos/Dificuldades da Equipa de Autoavaliação

- Ausência de um amigo crítico
- Mecanismos de divulgação do Relatório de Autoavaliação.
- *Feedback* de alguns grupos disciplinares face às solicitações da Equipa de Autoavaliação.

31de julho de 2015